

MIGRAÇÕES E DIVERSIDADE, *múltiplos olhares*

Maria Medianeira Padoin Marluza Marques Harres
Rodrigo Luis dos Santos Terciane Angela Luchese
(Orgs.)

**Migrações e diversidade,
múltiplos olhares**

**Maria Medianeira Padoin
Marluza Marques Harres
Rodrigo Luis dos Santos
Terciane Angela Luchese
(Orgs.)**

Migrações e diversidade, múltiplos olhares

E-book



São Leopoldo
2022

© Dos autores – 2022

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Casa da Feitoria. Óleo sobre tela, São Leopoldo, 1963. Scheffel, Ernesto Frederico. *Scheffel por ele mesmo*. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2013. p. 118.

Revisão: Dos organizadores

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de produtividade CNPq)
Marluza M. Harres (Unisinós)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fonet-Betancourt (Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

M636 Migrações e diversidade, múltiplos olhares. [E-book]. / Organizadores: Maria Medianeira Padoin, Marluza Marques Harres, Rodrigo Luis dos Santos e Terciane Angela Luchese. – São Leopoldo: Oikos, 2022.

566 p.; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-5974-080-2

1. Migração. 2. Migração – Educação. 3. Migração – Patrimônio histórico e cultural. 4. Migração – Religião. 5. Migração – Família – Gênero. 6. Migração – Política. 7. Migração – Identidade – Relações interétnicas. I. Padoin, Maria Medianeira. II. Harres, Marluza Marques. III. Santos, Rodrigo Luis dos. IV. Luchese, Terciane Angela.

CDU 325

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

SUMÁRIO

Apresentação: Migrações e diversidade, múltiplos olhares	9
<i>Maria Medianeira Padoin</i>	
<i>Marluza Marques Harres</i>	
<i>Rodrigo Luis dos Santos</i>	
<i>Terciane Angela Luchese</i>	
Parte I – Migrações, educação e escolarização	
Traços de italianidade e trajetória de Dom Antônio Zattera, protagonista na implantação do ensino superior na diocese de Pelotas (1950-1970)	12
<i>Clara Veiga Barbosa</i>	
Intercâmbio cultural: arte e expressão pela inclusão dos migrantes residentes no Vale dos Sinos	26
<i>Laura Ribero Rueda</i>	
<i>Danieli Robinson</i>	
<i>Samanta Foss</i>	
A atuação das irmãs missionárias de São Carlos Borromeo – scalabrinianas na educação na cidade de Casca (1947-1982)	40
<i>Fábio De Bastiani</i>	
A escola dominical luterana: uma revisão prática e teórica sobre seu surgimento e atuação.....	54
<i>Karen Laiz Krause Romig</i>	
<i>Marcio Nilander Avila Barreto</i>	
Da representação capuchinha italiana à escolarização da alma no Maranhão do século XX: acontecimento e particularidades	69
<i>Maria Goretti Cavalcante de Carvalho</i>	
Parte 2 – Migrações, literatura e linguagem	
Novas palavras e novos sentidos: a língua no Novo Mundo	83
<i>Claudia Fernanda Pavan</i>	
Zonas de tensão: os confrontos entre indígenas e imigrantes alemães no Rio Grande do Sul do século XIX através da obra “As vítimas do bugre”	97
<i>Cristiane Bondan Rampazzo</i>	

Parte 3 – Migrações, patrimônio histórico e cultural

Cemitérios rurais da Colônia Caxias.....	110
<i>Everaldo Cescon</i>	
Memórias em tela e tinta: a educação patrimonial abordada como meio de preservação do patrimônio histórico-cultural de Taquara e Parobé-RS.....	122
<i>Maicon Diego Rodrigues</i>	
Imigração italiana, identidade regional	135
<i>Roselaine de Oliveira Bisognin</i>	
Memórias do trem: permanências e mudanças na configuração da paisagem urbana em São Leopoldo	148
<i>Cinara Lewinski</i>	
A história pré-colonial em Vista Alegre do Prata/RS.....	163
<i>Valéria Pedron</i>	

Parte 4 – Migrações, religiões e religiosidades

Os documentos da igreja – Cinco Alto da Boa Vista	177
<i>Henrique Bondan Rampazzo</i>	
O atendimento itinerante metodista na colônia italiana do Rio Grande do Sul e a formação de novas comunidades	190
<i>Vicente Dalla Chiesa</i>	

Parte 5 – Migrações, família e gênero

Atrás de um homem sempre tem uma mulher? análise da participação feminina no poder local na colônia Porto Novo (1926-1965)	205
<i>Carlise Schneiders</i>	
A comunicação não violenta como estratégia de condução nos processos pedagógicos	217
<i>Claudia Natali Malagari</i>	
<i>Edilaine Vieira Lopes</i>	
<i>Gabriela Martins Schlesner</i>	
Uma leitura dos museus a partir do gênero: mulheres na história da vida privada da imigração alemã no extremo sul do Brasil	229
<i>Daniel Luciano Gevehr</i>	
A experiência migratória das famílias Pippi e Pigatto na quarta colônia imperial de imigração italiana do rio grande do sul durante o século XIX.....	240
<i>Liriana Zanon Stefanello</i>	
Trajetórias de famílias operárias na cidade de Garibaldi (1900-1960)	253
<i>Samanta Trivilin Comiotto</i>	

“*Queria sempre voltar!*” A migração de retorno de brasileiras do Paraguai entre 1970-2018 267
Vanucia Gnoatto

Parte 6 – Diásporas africanas e presença negra na América Latina

A mobilidade de escravos fugitivos na cidade de Vassouras nos fins do Oitocentos
a partir de anúncios de jornais 282

Marcos Antonio Dias Ramos

Angelo Ferreira Monteiro

Professoras negras da educação infantil promovendo a igualdade racial 299

Carolina Barcelos Duarte

Mara Beatriz Nunes Gomes

Parte 7 – Migrações, política e economia

A Fiação Rheingantz: o papel das elites imigrantes na industrialização
do sul do Rio Grande do Sul 311

Patrícia Bosenbecker

Interfaces da história da fábrica Cyrilla de Santa Maria/RS durante
o Estado Novo no Brasil..... 325

Bruna Lima

Percepções sobre as colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1914) 339

Kalinka de Oiveira Schmitz

História Ambiental em debate: o caso da geada de 1975 no Norte do Paraná 353

Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues

Parte 8 – Migrações, identidades e relações interétnicas

Cozinhar para se encontrar e para conhecer o outro: anotações sobre alimentação
no contexto migratório 368

Diana Patricia Bolaños Erazo

Maria Catarina Chitolina Zanini

Gastronomia e identidade: reflexões sobre os ucranianos em Apucarana/PR..... 381

Lorena Angélica Mancini

Dorotéa Tchopko

Identidade, religiosidade e trabalho: o contexto da cidade de Santo Cristo/RS..... 397

Luana Isabel Klatt

Maria Catarina Chitolina Zanini

Desejáveis e indesejáveis: a relação entre as políticas migratórias
e a nacionalidade dos imigrantes 410

Priscila Alantino

Etnicidade, memórias e o processo colonizador em Jaguari (RS) 423
Renata Piecha
Maria Catarina Chitolina Zanini

História, memória e identidade: a formação do povo baronense 435
Ricardo Luis Herpich

Parte 9 – Migrações e história militar

As fotos *fake* dos zeppelins no Brasil na década de 1930: motivação, nazismo e suas relações com o imaginário popular no passado e presente 449
Cristiano Rocha Affonso da Costa

Redes de relações ítalo-brasileiras: história e a trajetória de Antonio Passarella 466
Renan Aguiar

Parte 10 – Migrações e múltiplas abordagens

Imigração de sírios e libaneses num cenário interiorano: centro-norte do RS 479
João Carlos Tedesco

O Tirol chega a Juiz de Fora: os pioneiros imigrantes tirolezes e as razões para começar pelas alterosas, induções ou livres escolhas? 495
Fernando de Moraes Toller

Comunicações terrestres imigrantistas analisadas através de mapas na região serrana – RS 507
Margit Arnold Fensterseifer

O que os alemães têm a ver com o tamanho do Brasil 518
Günter Weimer

Buscando um caminho entre Latour e Krenak: ideias para sobreviver ao Antropoceno.... 525
Álison Wagner Gomes da Silva

Do campo santo ao campo da exclusão: os cemitérios e atos fúnebres às vítimas de febre tifóide nas colônias teuto-riograndenses do século XIX..... 540
Sandro Blume
Lidiane Fraga da Silva

Pandemia e imigrantes internacionais no Rio Grande do Sul: resultados preliminares da pesquisa de mensuração de impactos da COVID-19 na população imigrante 552
Eveline Vieira Brigido
Roberto Rodolfo Georg Uebel
Vítor Eduardo Alessandri Ribeiro

Sobre as organizadoras e o organizador 566

APRESENTAÇÃO

Migrações e diversidade, múltiplos olhares

Migrar é o ato de mobilidade espacial de parte da população e remonta à história humana, constituindo fenômeno atual em escala global. No momento em que escrevemos esta apresentação, pessoas de idades, gênero, condições econômicas e sociais distintas migram – em busca de refúgio, clandestinas, previamente aceitas... Vidas a caminho, em busca de paz e um novo lar para viver. É o caso de ucranianos, mas também de tantos outros, em diferentes lugares, que desterritorializados encontram na migração a condição para sobreviver.

Os fluxos migratórios foram recorrentes e impulsionados, no tempo, por motivos econômicos, políticos e culturais. A busca por uma vida melhor, por viver com paz e dignidade movem, incitam, como escolha ou como busca forçada, a migrar. Tais deslocamentos são objeto de pesquisa para investigadores de diferentes áreas, com focos e objetos perscrutados sob distintas matizes teórico-metodológicas. O conjunto de textos reunidos em dez partes neste e-book correspondem ao resultado de pesquisas originais, concluídas ou em andamento. No conjunto, permitem entrever a diversidade de possibilidades investigativas e sinalizam os caminhos percorridos, mais recentemente, por pesquisadores do campo.

A obra apresenta análises que se debruçam a analisar as relações entre migrações e aspectos culturais abrangendo a educação/escolarização, literatura e linguagem, religiões e religiosidades, família e gênero, além de identidades e relações interétnicas. A relação entre migrações e o patrimônio histórico e cultural também são analisados a partir de algumas contribuições relevantes. De temas renovados e ainda com muitas possibilidades investigativas, a apresentação de textos que versam sobre as diásporas africanas e a presença negra na América Latina são acompanhados por outros com abordagens de temas clássicos, caso da parte migrações, política, economia e história militar. Ainda, no e-book são apresentadas contribuições com múltiplas abordagens na parte final.

Sayad (2000) sinaliza para a dimensão ainda muito contemporânea e marcante nos estudos migratórios, relativo ao sentimento de pertença nacional e as negociações constituídas por conta do deslocamento. Conforme o autor,

ao tempo, ao espaço, ao grupo, os principais quadros que estruturam a vida social e mesmo toda vida social e mesmo toda existência individual – existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) – sempre está em causa um pertencimento nacional, um pertencimento nacionalmente definido: o pertencimento a cada um a seu tempo é um

pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o pertencimento ao grupo dos nacionais é um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns (SAYAD, 2000, p. 13).

Sujeitos diaspóricos que negociam e buscam novos espaços culturais na construção identitária híbrida, reconhecida e com sentido de pertencimento, no entanto tais eventos são fortemente influenciados por etnia/raça e gênero. Como tema de pesquisa investigado por múltiplos vieses e campos, as migrações podem ser pensadas justamente, entrecruzando-se categorias como classe social, gênero, etnia/raça e geração. Migrantes deixam seu país, ultrapassam fronteiras, confrontam-se, estabelecem contatos e interações entre culturas diferentes, negociam com elas. Língua, tradições, valores, sentimento de pertença e modos de viver são constituídos em processos de adaptação, negociação e mesmo hibridização. Sentir-se estrangeiro, ser visto como o outro na medida em que o deslocamento no espaço é vivido, fluxos que alteram vidas e modos de viver não apenas daqueles que se deslocam, mas também dos espaços e sujeitos que com eles passam a conviver no local de acolhida. O fenômeno migratório é, desse modo, repleto de tensões, estranhamentos e reinvenções. Emigrar/imigrar produz marcas e ressonâncias. Os textos acolhidos neste e-book são exemplares das muitas possibilidades investigativas que as migrações, como campo potente de estudos, nos permitem.

Com o desejo de contribuir para o debate de tema tão diverso e múltiplo, estimamos boa leitura, múltiplos diálogos e novas perguntas para movimentar os estudos migratórios.

Referências

SAYAD, Abdelmalek. A noção de retorno na perspectiva de uma antropologia total do ato de migrar. *Travessia – Revista do Migrante*, v. 13, n. especial, jan. 2000, p. 11 - 15.

Os organizadores

Verão de 2022

Parte 1 – Migrações, educação e escolarização

TRAÇOS DE *ITALIANIDADE* E TRAJETÓRIA DE DOM ANTÔNIO ZATTERA, PROTAGONISTA NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NA DIOCESE DE PELOTAS (1950 – 1970)

Clara Veiga Barbosa¹

Introdução

Este trabalho organiza-se entre o conceito de italianidade e trajetória intelectual, ancorando-se teoricamente (ainda de forma inicial) nas categorias de campo e *habitus* em Pierre Bourdieu, de representação em Roger Chartier bem como nos conceitos de intelectual e de trajetória segundo Jean Sirinelli.

Apresenta-se a figura de Dom Antônio Zattera, Bispo Diocesano de Pelotas, RS, de 1942 a 1977, à luz de categorias da História Cultural e História Intelectual. Trata-se o sujeito como reconhecido protagonista não somente no campo religioso como também, graças a seu empreendedorismo, no âmbito educacional, especialmente sob o olhar da educação superior. Por outro lado, apresenta-se tensões de sua trajetória e características, supostamente traduzidas pelo conceito de *italianidade*, e as relações que o acompanham.

O recorte temporal escolhido - décadas entre 1950 e 1970, representa o período de atuação de Dom Antônio na implantação do ensino superior católico na Diocese² e, principalmente, em Pelotas. Apesar deste recorte, serão pontuados pontos que o antecedem, a fim de entendermos as influências que o configuram.

Aborda-se, brevemente, sua trajetória e atuação como bispo que se preocupa com a expansão educacional. De igual maneira, procura-se entender qual cenário o impulsiona no desenvolvimento do ensino superior católico na Diocese que lhe foi confiada, bem como o ideário de reconstrução moral católico e sua personalidade pragmática.

Serão levados em consideração, inicialmente, relatos de história que culmina na propagação do ensino superior na Diocese de Pelotas, de 1950 a 1970, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Pelotas, criada em 1953, a Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua”, de Rio Grande, que a Mitra Diocesana de Pelotas assumiu em 1959 e da

¹ Doutoranda em História da Educação pela Universidade Federal de Pelotas – PPGÉ.

² Diocese de Pelotas correspondia a Pelotas, Povo Novo, Rio Grande, São José do Norte, Santa Isabel, Taim, Arroio Grande, Jaguarão, Santa Vitória, Cerrito, Canguçu, Piratini, Cacimbinhas (atual Pinheiro Machado), Santo Antônio da Boa Vista, São Lourenço, São João Batista da Reserva, Conceição do Boqueirão, Bagé, Lavras, São João Batista do Herval, Estreito, Mostardas e São José do Patrocínio. Os municípios de Rio Grande e Bagé foram desmembrados mais tarde. Dados extraídos do site da Arquidiocese de Pelotas.

primeira universidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, a Universidade Católica Sul-Riograndense de Pelotas, em 07 de outubro de 1960³.

Apesar de ter-ses como referência o ensino superior, é necessário que se saiba que o Bispo também inaugurou na cidade de Pelotas duas outras importantes instituições educacionais: o Colégio Diocesano, de ensino secundário, voltado à elite Pelotense e o Instituto de Menores de Pelotas, que visava atender a um público de maior vulnerabilidade social.

Neste sentido, partindo-se de todo processo de implantação das faculdades e da Universidade, aliado ao conhecimento da trajetória de Dom Antônio, supõe-se que o desenvolvimento do ensino superior católico na Diocese de Pelotas entre 1950 até 1970 teve como mote o seu cumprimento ao ideário católico de reconstrução moral nacional em oposição ao laicismo liberal e defesa do anticomunismo. Laicismo este compreendido aqui como secularização e perda de valores cristãos, principalmente decorrentes do capitalismo e suas consequências sociais e culturais (AMARAL, 2003, p. 80). Assim, se evidencia o contexto político e ideológico imbricado em sua proposta, que culmina, socialmente, com o reconhecimento da Metade Sul do estado, cujas cidades compunham a Diocese, especialmente Pelotas, como uma região impulsionada pelo ensino superior católico.

Pressupondo o ideário e alinhamento com a Santa Sé defendidos em sua oposição ao laicismo e “ameaça” comunista além da materialização deste ideal em obras, julga-se pertinente inferir fortes traços da categoria de *italianidade* a partir do entendimento da fé católica e apreço ao labor.

Igualmente, avalia-se ser importante esclarecer o contexto histórico, não somente no que diz respeito à Diocese em que o Bispo exerceu seu episcopado como também da conjuntura global contemporânea à sua formação e atuação.

No que diz respeito à Diocese de Pelotas, e em especial a cidade que lhe dá o nome, cabe destacar que a cidade de Pelotas viveu seu vigor e importância favorecidos pela pecuária e atividade das charqueadas desde o século XVIII, sendo conhecida pelo progresso urbano e intelectual, impulsionado pela atuação de cidadãos de maior poder aquisitivo.

A atuação da iniciativa privada, mesmo na República Velha (1889 – 1930), por incentivo do pensamento positivista do Partido Republicano Riograndense quanto à política municipalista, abstando o Estado de funções que lhes seriam próprias, foi fundamental para o progresso de Pelotas. Segundo Amaral (2003, p. 56-57):

³ Futuramente, Universidade Católica de Pelotas.

[...] para a consolidação dessa situação de progresso urbano e intelectual, houve o forte incentivo e iniciativa de cidadãos de maior poder aquisitivo, bem como da Maçonaria pelotense, [...]. Devido à considerável ausência de investimentos no que seriam os setores públicos de infraestrutura havia, inclusive, algumas empresas privadas de serviços urbanos que, com o tempo, passaram para a guarda do Estado. (AMARAL, 2003, p. 56-57)

Porém, ainda que a cidade tenha se mantido como o 8º município em arrecadação de impostos (década de 1920) e alcançado bom desenvolvimento no processo de urbanização que lhe deu status intelectual, comercial e estético (AMARAL, 2003, p.57 – 58), não conseguiu impedir a significativa crise imposta a partir dos anos de 1930⁴. Ao mesmo tempo, verifica-se crescente dependência econômica do Rio Grande do Sul ao centro do país, influenciando na falta de amparo econômico do estado ao município, agora também sem o investimento da iniciativa privada, como no tempo de fartura da “era saladeril”.

Todo este contexto traduz a estagnação e o abandono do sul do estado pelo poder público, bem como de Pelotas, anteriormente considerada como uma das mais importantes cidades do sul, depois da capital Porto Alegre.

Em relação ao momento em que se encontra a Igreja devido ao contexto mundial, torna-se necessário analisarmos um panorama, retrocedendo a temporalidade a 1920, dos fatos históricos no mundo e, em particular, no Brasil, e as determinações da Igreja “Universal” neste escopo, culminando com o surgimento do movimento intitulado “reação católica” no Brasil. Esta reação católica é bem incisiva nos traços pastorais de Dom Antônio.

Retomando a história das relações entre Igreja, Estado e sociedade, admitimos o nível institucional da Igreja e suas conseqüentes relações com outras ordens sociais, com a sociedade e a política. Bruneau (1974) defende que a Igreja, como instituição, “[...] é análoga a outras, com sua estrutura, hierarquia, recrutamento [...], grupos informais [...]” (BRUNEAU, 1974, p.13). Segundo este, o objetivo da Igreja Católica (assim como as demais religiões cristãs) é influenciar e encaminhar os indivíduos para sua missão de salvação em Cristo, se utilizando de instrumentos e mecanismos para atingir seu fim. Para alcançar seu intento, foi necessário que a Igreja, como instituição, se adaptasse às mudanças do meio (social e político), garantindo sua influência na sociedade, alicerçada na interação com o Estado e com a Igreja “Universal” na figura da Santa Sé.

Defendido o argumento de influência da Igreja na sociedade através de mecanismos e instrumentos para alcançar seus objetivos, precisa-se partir do entendimento da reação católica

⁴ Sobre a crise da metade sul e desequilíbrio em relação ao restante do Estado ver AREND, Marcelo e CARIO, Silvio Antonio Ferraz. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. *Economia e Sociedade* [online]. 2010, v. 19, n. 2, pp. 381-420.

ao laicismo e às ideias positivistas bem como da tensão nacional existente nas primeiras décadas do século XX. Isso será fundamental para a compreensão dos esforços da Igreja Católica em lutar pelo espaço de poder e influência no âmbito educacional em geral até ao da educação superior no Brasil.

Com a implantação da República no Brasil, é modificada a estrutura social brasileira até então vigente e suas relações. Além disso, após a Primeira Grande Guerra, a sociedade passa a ter novos atores e necessidade de representatividade, com crescimento de novas camadas e atores sociais (camadas médias urbanas e implantação do proletariado). De igual forma, o crescimento do laicismo (AMARAL, 2003) repercute na preocupação da Igreja à secularização favorecida pelo fortalecimento do capitalismo e suas consequentes mudanças no âmbito social, defendidas pelo Estado Republicano.

Observa-se, no entanto, que, a partir da Era Vargas (1930 - 1945), a Igreja se junta ao governo, travando embates contra a maçonaria positivista e o comunismo. Desta forma, “[...] a partir dos anos 30, com a desarticulação da Maçonaria imposta pelo Governo Vargas, a Igreja brasileira desenvolve uma intensa campanha anticomunista [...]” (AMARAL, 2003. p. 83).

Nota-se que a Igreja Católica, a partir da República, vinha perdendo seu poder de influência política e social. Neste espaço de incertezas e conflitos, precisou se reinventar e rearticular seu instrumento de poder e influência. Assim nasce o movimento de “reação católica” através de suas cúpulas religiosa e laica. Moura (2016) argumenta que circularam pelas dioceses cartas pastorais a favor de um movimento intelectual para a reestruturação do catolicismo. Com lugar de destaque no cenário brasileiro de 1920, o movimento teve grande parte de seus princípios gestados já em 1916, através da Carta Pastoral de Dom Leme em reação ao comodismo da Igreja frente à fraca atuação diante da minoria laica que estruturava a República.

Apontando a crise instalada no Brasil Republicano como de ordem moral, seria necessária uma reação de reconstrução pela “re Cristianização” da sociedade por meio da cooptação de intelectuais com ideais cristãos em contraposição aos grupos políticos que defendiam a educação como peça chave à reconstrução e firmamento da nacionalidade. Partindo deste princípio, se inicia o movimento de implantação de universidades católicas formadoras desta intelectualidade cristã.

Diante deste contexto entende-se a trajetória de Dom Antônio Zattera como parte do cumprimento do ideal de reconstrução católica através da implantação do ensino superior católico na Diocese de Pelotas, de 1950 até 1970. Apesar de não ter sido unanimidade quanto seu pragmatismo tanto como Bispo junto aos paroquianos e padres sob suas ordens, como no

que envolveu todo processo de realização das obras educacionais, destacamos que estas foram fundamentais para o reconhecimento da metade sul do Estado como polo educacional e cultural.

Isso posto, discorrer-se sobre o sujeito de investigação a partir de marcas de *italianidade* e trajetória. Como base teórica, utiliza-se (ainda de forma inicial) conceitos de *campo* e *habitus* em Pierre Bourdieu, o conceito de *representação* em Roger Chartier bem como o conceito de *intelectual* segundo Jean Sirinelli.

As principais fontes deste trabalho, refletidas à luz da História Cultural, serão a Cronobiografia⁵ (descrição de fatos particulares de sua trajetória de vida considerados importantes) de Dom Antônio Zattera, escrita através de referências de suas anotações, as citações de entrevistas dadas, principalmente num jornal de grande circulação na cidade de Pelotas, o Diário Popular, bem como os escritos que descrevem este intelectual a partir de outro olhar⁶ que não o do próprio Bispo em seu diário comentado.

Atenta-se que, apesar do estudo usar um material biográfico, se defende a ideia de Borges (2008), de que é necessário dar a devida atenção, em biografia de indivíduos, às redes de relações por eles mantidas, atentando para o imbricamento entre o indivíduo e contexto, o que não se dá de forma linear, mas em um percurso de vida vivido entre o contínuo e o descontínuo. Neste sentido, a autora parece se aproximar bastante do posicionamento de Pierre Bourdieu sobre a ingenuidade biográfica do conceito, como se pudesse “[...] compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos [...]” (Bourdieu, 1998, p. 189)”. Assim, “Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social [...]” (Bourdieu, 1998, p. 190)”, em espaços sucessivos de campos de poder.

A trajetória do Bispo: alguns apontamentos

Filho de imigrantes italianos radicados em Bento Gonçalves, RS, Dom Antônio herdou traços de *italianidade*, compreendida segundo Zanini (2006) pelos vínculos de pertencimento entre imigrantes e descendentes italianos à pátria de origem, demonstrada pela forte marca de fé e religiosidade dessas famílias⁷, *habitus* primeiro de sua trajetória. Esta introjeção confirma a relação do conceito de *habitus* ao conjunto de esquemas “[...] implantados desde a primeira

⁵ Ver HAMMES, Wallney Joelmir. Dom Antônio Zattera: 3º Bispo de Pelotas, uma cronobiografia. Pelotas: EDUCAT, 2005.

⁶ Este estudo, tão logo termine as restrições do presente momento pandêmico que vivemos, contará com entrevistas a pessoas ligadas ao bispo, o que indubitavelmente muito acrescentará nas reflexões aqui propostas.

⁷Sobre este assunto ler SEIDL, Ernest. A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Ciência Política), UFRGS, 2003.

educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada” (BOURDIEU, 2007, p. XLII.). Defende-se, assim, que o sistema de disposições adquiridas durante a trajetória de um sujeito acaba por gerar suas práticas, o que se observa, claramente, através dos indícios de *italianidade* da vida e obra do Bispo.

Sendo assim, podemos inferir que as marcas “herdadas” nas práticas de fé dentro do convívio familiar e nas relações entre as famílias italianas se potencializam no chamado vocacional do menino Antônio. Segundo Bourdieu (2007), se existe um movimento entre as práticas dos esquemas incorporados pelo *habitus* e ele próprio, podemos chegar à categoria de “vocação”. Este sinal de religiosidade de Antônio Zattera pode ser traduzido através de valores trazidos da Itália pelos imigrantes (LUCHESE, 2007) e pelas marcas correspondentes à identidade étnica de *italianidade*, (COLOGNESE, 2004): o tipo de família patriarcal, a religião católica e a ética do trabalho como forma de dignidade moral e ascensão social.

Desta forma, percebe-se a força familiar de *italianidade* em Antônio. Verifica-se em obra biográfica a interferência familiar em sua vocação e formação para o sacerdócio, reforçando esquemas assimilados no começo do preparo sacerdotal em sua personalidade e atuação. De início, pareceria mais provável que seguiria estudos de formação com os padres da ordem dos Capuchinhos, visto que eram frequentadores e amigos da família. Contudo, a escolha familiar foi por seu ingresso no Seminário Provincial de São Leopoldo, dirigido por padres da Companhia de Jesus, ordem conhecida por seu carisma educacional (HAMES, 2005).

Consequentemente, poderá se inferir que a formação para a vida religiosa sob a perspectiva deste carisma teria sido um dos aportes que forjaram a personalidade empreendedora, com marcada visão educacional de Dom Antônio? Igualmente, mesmo o sacerdócio não sendo considerado uma profissão e sim vocação, percebe-se no sujeito traços característicos da importância dada ao trabalho, característica dos imigrantes vindos da Itália, desde o cumprimento de ordens superiores, até o seu espírito empreendedor, demonstrado na construção de prédios religiosos e no foco educacional que detinha.

Reiterando os traços de *italianidade* de Dom Antônio, defende-se que a relação que teve com a educação remonta indícios da vida dos primeiros imigrantes que desembarcaram no Rio Grande do Sul. Luchesi (2007) salienta o valor e o lugar da escola para estes, além das categorias de trabalho e fé, expostos anteriormente, contradizendo o discurso instituído de que os italianos não valoravam o saber escolar. Segundo a autora, a escola “[...] tinha importância no processo de negociação e construção dos processos identitários [...] bem como uma utilidade prática – a de conhecerem o idioma nacional” (LUCHESE, 2007, p. 113).

Esta marca de valoração da educação ajuda a entender a obstinação de Dom Antônio em atuar na área educacional, seja criando escolas para meninos e meninas, tanto em Bento Gonçalves (Escola de Nossa Senhora Medianeira e Escola Nossa Senhora Aparecida) quanto em Pelotas (Instituto de Menores, Colégio Diocesano) como também no investimento para implantação do Ensino Superior na Diocese de Pelotas.

Neste sentido, Dom Antônio não esconde sua crença na educação. Em entrevista ao jornal *Diário Popular*⁸ afirma que, ao assistirmos e oferecermos educação aos “[...] pequenos estaremos [...] criando uma geração melhor e mais capaz de cumprir seu papel na sociedade (DIÁRIO POPULAR, 8 de outubro de 1944). Não estaria Dom Antônio agindo sob influência de sua *italianidade* ao tentar compensar a falta de participação familiar e encaminhamento educacional na vida destas crianças? Luchese (2001, p. 113) descreve a preocupação dos imigrantes italianos com a educação que “[...] ocorria pelo trabalho, pela disciplina e pelo exemplo [...]”. Se na escola teriam a instrução para vida prática era na família que teriam, através de exemplos, a base formadora de valores, como a fé, e a dedicação ao trabalho, pelo cumprimento de tarefas.

Reiterando o conceito de *italianidade* presente nos estudos sobre o sujeito desta pesquisa, encontramos amparo no cotidiano religioso dos imigrantes italianos e as “Sagras” relatadas por Luchesi (2007, p. 91) como festas religiosas que “[...] mobilizavam [...] as famílias da comunidade [...]” mantendo a tradição de novenas rezadas até o dia do padroeiro. Relembramos relatos sobre festividades religiosas empreendidas por Dom Antônio, desde o tempo como vigário em Bento Gonçalves até seu bispado na Diocese de Pelotas. Segundo (POERSCH, 1991, p. 164), o Bispo “[...] mantinha os fiéis motivados para a realização de festas monumentais, especialmente do Sagrado Coração de Jesus e se Santo Antônio [...]”.



⁸ Jornal de grande circulação na cidade de Pelotas.

Figura 1- Primeiro Congresso Eucarístico em Bento Gonçalves (1940).

Fonte: <http://www.memoriasdebento.com.br/>

Estas festas sob orientação do Bispo, conforme Hames (2005), também eram precedidas de rezas do terço e confissões e se estendiam com atividades esportivas, muito se assemelhando às “sagras” dos primeiros imigrantes.

Também, segundo (LUCHESE, 2007) o duplo pilar – trabalho e fé – foram basilares para os primeiros imigrantes italianos e seus descendentes, como Antônio Zattera. Aponta-se a importância de estudos, no decorrer da pesquisa, sobre diferentes contextos de imigração italiana e possíveis consequências no desenrolar da trajetória e redes de relações do Bispo, tendo em vista que nasceu como filho de imigrantes vindos do Norte da Itália e localizados em área colonial na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, porém atuando como Bispo em região urbana e ao sul do mesmo estado. Castro (2021) esclarece a diferença de imigração urbana e rural:

[...] diferença da imigração italiana na região nordeste do RS e na região sul, onde está o município de Pelotas. A diferença maior reside no fato de que, quando os imigrantes italianos chegaram a Pelotas, esta já era um município constituído. Diversamente do que ocorreu na Serra Gaúcha, onde os italianos instalaram-se para colonizar aquela região, os municípios e núcleos urbanos surgiram a partir da colonização. Em Pelotas, os imigrantes italianos encontraram uma cidade formada [...].(CASTRO, 2021, p. 67)

A mesma autora destaca a representação do trabalho como característica marcante onde se evidencia “[...] a relação do imigrante italiano com o trabalho e a potencialização da italianità” (CASTRO, 2021, p. 82), o que é incisivo na vida e obra de Dom Antônio Zattera.

A análise de sua trajetória traz representações de um intelectual que transitou entre sua vocação sacerdotal, sua face empreendedora e mobilidade política. Ao considerar-se o conceito de representação em Roger Chartier e defender que a representação é uma prática social articulada com o mundo (CHARTIER, 2002), procura-se entender os sentidos que foram sendo construídos a respeito de Dom Antônio bem como a imagem que ele mesmo construiu através de sua vida.

Ao ter-se foco nos interesses envolvidos na defesa do campo educacional pela Igreja na figura de Dom Antônio e na formação cristã da sociedade, o conceito de campo de Pierre Bourdieu, definido como espaço social onde agentes, individuais ou coletivos, exercem papéis e posições variados, operando relações de aliança, cooperação ou concorrência (BOURDIEU, 1983), serve de base para o entendimento de conflitos e tensões, de redes de relações e/ou oposições.

Na perspectiva de Dom Antônio como um intelectual, toma-se por referência a concepção de Sirinelli (1998), identificando-o como um conceito em construção, polímorfo, podendo, numa acepção, ser pensado a partir do engajamento. Para o autor, este engajamento traduz-se na participação social e na contribuição em aspectos da política (num sentido lato), mas sempre se vinculando à historicidade.

Neste contexto, o processo de engajamento vincula a política à dimensão cultural, ou seja, das representações e relações. Desta forma, engajamento pressupõe compromisso com a sociedade. Desta maneira, defende-se a ideia de ALVES (2019) de que Sirinelli trouxe a categoria de engajamento para o centro da caracterização de intelectual, ligando às formas de produção, circulação e recepção dos produtos culturais.

Assim, além da questão educacional que afetou diretamente o reconhecimento de Pelotas, é interessante destacar seu esforço em construir (ou participar da construção) de verdadeiros monumentos artísticos, demonstrando preocupação com a estética mesmo na devoção divina. Prova disto são seus esforços como padre coletor de ofertas, no interior da colônia italiana de Garibaldi, conhecida como de difícil trato (HAMES, 2005) destinadas à construção da Catedral de Porto Alegre, como também a edificação da torre da Igreja de Santo Antônio, em Bento Gonçalves e a obra principal de conclusão da Catedral de São Francisco de Paula⁹ em estilo clássico, atraindo para tal “[...] os renomados pintores italianos: Aldo Locatelli e Emílio Sessa.” (LORENZONI, 2019), ambos vindos da Itália. Mais um indício do valor dado por Antônio Zattera aos laços com a terra de seus pais.

Similarmente, observa-se traços de engajamento em passagens na vida do sujeito de pesquisa, demonstrando preocupação com a educação e formação cristã e luta anticomunista, aliada à sua capacidade empreendedora. Exemplos disto são as fundações do Círculo Operário e da Ação Católica em Bento Gonçalves. (Hammes, 2005). Estes fatos biográficos confirmam a relação que Rodeguero (1998) faz entre o anticomunismo católico no Rio Grande do Sul com o posicionamento contrário à secularização e laicismo da modernidade, gerando um imaginário anticomunista introjetado pelos cristãos católicos. Este imaginário é bastante claro em passagens e discursos de Dom Antônio Zattera, além de permear seu ideal de cristianização pela educação.

A preocupação do Bispo com o “perigo” comunista e valores seculares da sociedade se consubstanciava em diversas aparições sociais e entrevistas, especialmente ao jornal local pelotense Diário Popular, como em matéria de 1º de novembro de 1942, onde é relatada a visita

⁹ Catedral da cidade de Pelotas, RS.

de Dom Antônio ao Colégio Pelotense, em alusão ao aniversário da escola: “Iniciando seu discurso, [...] disse de sua satisfação em ver a juventude brasileira acorre aos templos e às catedrais em busca de valores da fé e de ensinamentos do cristianismo para vencer a brutalidade de um mundo pagão [...]”.

Por outro lado, sua visita ao referido Colégio, escola como conhecida inspiração maçônica e historicamente posicionada contra os valores do catolicismo (Amaral, 2003; 2005), reforçada com seu discurso, traz representações sobre o laicismo e o imaginário da época, com evidências interessantes da preocupação da Igreja, na figura de seu Bispo, em relação ao ensino laico e suas influências.

Não escapa na atuação do Bispo junções e tensões também entre o político e o religioso. Verifica-se que transitava entre políticos, sobretudo gaúchos, o que foi salientado em matérias do jornal Diário Popular de Pelotas, como a de 10 de julho de 1949 em que Dom Antônio Zattera cita, em agradecimento, figuras como as do Deputado Arthur de Souza Costa, do então secretário da Fazenda, Ary Alcântara e de Antero Leivas. Essa relação da Igreja, na figura do Bispo Dom Antônio, e o meio político, fornece interessante ponto à pesquisa, a partir da linha ideológica de seus partidos.

Já em oposição às tensões diante do perigo comunista, encontra-se traços de alinhamento com o regime vigente. As palavras de Dom Antônio de que “A Igreja combate todo e qualquer partido anti-cristão. Qualquer regime que se enquadre dentro dos princípios da moral cristã, não será por ela combatido [...] (HAMMES, 2005, p. 90)” nos permitiria supor a aproximação do Bispo com a política getulista? Lemos (2012) reitera essa ideia ao discutir sobre o papel exercido pela Igreja Católica no ensino em Pelotas, citando a figura de Dom Antônio e a aliança entre a Igreja e o Estado Novo. Vê-se, aqui, interessante ponto de questionamento sobre as implicações das ideias fascistas no imaginário anticomunista na formação de Antônio Zattera, amparada em Luchesi (2019, p. 374) de que “Para os imigrantes italianos e descendentes, especialmente aqueles que viviam mais afastados, em áreas rurais, o clero foi um dos mais potentes portadores e difusores dos ideais fascistas”.

É preciso salientar que, na referência à representação de um intelectual com capacidade empreendedora traduzida em suas práticas, é digno de nota que, apesar de suas habilidades administrativa e criativa, Antônio Zattera, já como Bispo da Diocese de Pelotas, encontra alguma resistência. Isso configura que sua trajetória vai além das representações construídas em obras ou matérias sobre seus feitos. Suas práticas, principalmente pelos feitos educacionais, precisam ser revisitadas através do olhar crítico sobre as relações em campos distintos de poder.

Reiterando o que foi afirmado, observa-se descrições sobre tensões existentes entre Dom Antônio, comunidades paroquiais e com alguns padres de sua Diocese devido ao seu pragmatismo, como relatado por (LORENZONI, 2019, p. 56) “[...] Em Piratini, especialmente, surgiu uma quase rebelião, quando o pároco, Pe. Reinaldo Wiest, conhecido por sua caridade e pobreza, tido como santo, foi removido para a paróquia de Sant’Ana da Colônia Maciel.”

Tal relato sobre o ocorrido com o padre Reinaldo Wiest (cuja memória de seus atos humanitários transcendem sua morte, havendo relatos populares, inclusive, de sua possível santidade) se apresenta como uma categoria de entendimento de atitudes pragmáticas de Dom Antônio, guiadas pelo seu ideal, tendo em vista que a vida simples e desprezada de apegos materiais pode levar à dúvida sobre uma visão comunitária de vida consubstanciada pela prática de pobreza e partilha. Seria o padre Reinaldo representado como simpatizante de ideias comunistas pelo seu então Superior?

Ainda dentro do campo religioso, observa-se mais tensões. O mesmo autor narra oposições, também na sede da Diocese, afirmando que Dom Antônio encontrou problemas em suas ordens de transferências e nomeações (LORENZONI, 2019, p. 57). Por outro lado, salienta-se, conforme o referido autor, que Dom Antônio tinha um bom trânsito entre intelectuais e com a própria Cúria Romana, o que talvez lhe tenha facilitado em sua meta de formalizar o ensino superior católico nos moldes da lei.

Afora esta circulação, vê-se sua capacidade de mobilização empreendedora. Hammes (2005, p. 80) aborda sobre a disposição do Bispo Dom Antônio em levantar recursos para suas obras, em especial para as do campo educacional, empreendendo viagens constantes e com resultados bastante significativos.

Por fim, após transitar-se entre a vida, formação e influências presentes nos campos em que transitou Dom Antônio Zattera, ressalta-se que, ao que tudo indica, o prestígio e boa circulação no meio político/educacional, aliados à capacidade empreendedora de muito percebida, favoreceram a atuação do Bispo na implantação do ensino superior na Diocese de Pelotas, de 1950 a 1970. Salienta-se seu trânsito no contexto político, o que favoreceu a implantação do ensino superior católico na Diocese, cooperando para o reconhecimento da cidade como referência cultural e educacional do Sul, após décadas de estagnação econômica.

No referido período, verifica-se a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1953 como também da Faculdade de Direito “Clóvis Bevilacqua”, de Rio Grande, que a Mitra Diocesana de Pelotas assumiu em 1959. Já a implantação da Universidade Católica

Sul-Riograndense de Pelotas ocorreu em 07 de outubro de 1960, sendo a primeira universidade do interior do estado do Rio Grande do Sul¹⁰.

O andamento da pesquisa sobre o assunto apontará se este é o rumo certo das indagações e suposições aqui desenvolvidas. Porém, como afirma Pesavento (2014, p.16), “Tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas”.

Considerações finais

Ao procurar compreender as representações, práticas e tensões que nortearam a vida religiosa empreendedora de Dom Antônio Zattera, dialoguei com categorias da História Cultural e da História dos Intelectuais. Realizei uma aproximação inicial sobre a atuação de Dom Antônio Zattera considerando-o um intelectual engajado, comprometido com o desenvolvimento da sociedade através da educação e de ideais cristãos. Abordei as representações a seu respeito e as representações de si, os campos em que transitou como padre e empreendedor, bem como o *habitus* formador de sua trajetória.

Trabalharei, num segundo momento, com outros periódicos, como do Jornal Católico Pelotense A Palavra, jornais da cidade de Bento Gonçalves de 1928 até 1940, e livros Tombo das paróquias e dioceses em que o Bispo atuou. Pretendo utilizar relatos de sujeitos que testemunharam algumas conjunturas de atuação de Dom Antônio, apoiados em Guarrido (1992, 1993, p. 37), sustentando que “[...] as fontes orais possibilitam incorporar não apenas indivíduos à construção do discurso do historiador mas nos permitem [...] compreender situações insuficientemente estudadas até agora”. Sinalizo, também, que utilizarei a História Oral como metodologia “[...] funcionando como ponte entre teoria e prática” (FERREIRA e AMADO, 1998, p. 16).

Desta forma, tendo como base o diálogo com o que até agora obtivemos como fontes e, levando em consideração a ideia de que pesquisar é lidar com rastros, pistas, marcas (BLOCH, 2001), verifico a necessidade de ir ao encontro destas pistas, de identificar as representações de outros grupos e de diferentes campos relacionais quanto à figura de nosso sujeito de estudo, investigando as tensões e adequações constitutivas deste percurso.

Acreditando que, se as representações construídas fazem com que tenhamos certa percepção da realidade, pautando nossa existência (PESAVENTO, 2014, p. 39), posso supor

¹⁰ Futuramente se tornou a Universidade Católica de Pelotas

que as influências atuantes na trajetória de Dom Antônio Zattera, como a força da *italianidade*, traduzem o que propomos de sua luta anticomunista e escolha pelo caminho da educação através de suas obras de formação católica contra o laicismo e o imaginário comunista de sua época.

Por outro lado, se “indivíduos [...] dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2014, p, 39)”, admito que este sentido dado pelo Bispo se pautou nas marcas de fé e labor, tão marcadamente presentes em descendentes de imigrantes italianos, no desenvolvimento da educação católica, principalmente de formação superior.

Na continuidade do estudo, instiga-me relacionar, na vida de Dom Antônio Zattera, suas práticas às representações formadas, suscitando alguns questionamentos a serem discutidos posteriormente, tais como, se os discursos do Bispo em relação ao laicismo e ameaça comunista foram pautados em construções pessoais ou nas orientações da Santa Sé, qual a motivação para criação de uma Universidade Diocesana e não vinculada às Congregações já experientes no assunto bem como qual trânsito facilitou a sustentação financeira da, então, Universidade.

Referências

- ALVES, Claudia. **Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação.** Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, jan./abr. 2019.
- AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960).** 2003. 338 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2003.
- AMARAL, Giana Lange do. **Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas.** Pelotas: Seiva, 2005.
- BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia In: PINNSKY, Carla B. (org) Fontes Históricas. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 2008.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas.** 6ª ed. SP: Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história Oral.** Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998. (os. 183 – 191)
- BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia.** RJ: Marco Zero, 1983.
- BRUNEAU, Thomás C. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição.** São Paulo: Edições Loyola, 1974.
- BLOCH, March. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.
- CASTRO, Renata Brião. **“Una Società senza scuola è come un corpo senz’anima”:** As escolas italianas vinculadas às sociedades de mútuo socorro em Pelotas/RS (1872-1938). Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.
- CHARTIER, R. **A história cultural, entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 2002.
- COLOGNESE, Silvio Antônio. **Associações Étnicas de Italianos: Identidade e Globalização.** São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

- FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- GARRIDO, J. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**. 13, 25/26, 33-43, 1992/1993.
- HAMMES, Wallney Joelmir. **Dom Antônio Zattera: 3º Bispo de Pelotas, uma cronobiografia**. Pelotas: EDUCAT, 2005.
- LEMOS, Vanessa dos Santos. **Propaganda e coerção na política educacional do Estado Novo (1937-1945), em Pelotas/RS**. Orientador: José Plínio Guimarães Fachel. – Pelotas, 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
- LORENZONI, Aldo Sérgio. “**Vós Sois os Ramos**”: notas para a história dos primeiros cinquenta anos da Diocese de Pelotas. In: Razão e Fé | Volume 21 | Número 2 | 2019, p 46-59.
- LUCHESE, Terciane Angela ‘**E não nos deixeis cair em tentação**’: livros de leitura religiosa do governo fascista para as escolas italianas no Brasil (anos 20 e 30 do século XX). In: Cadernos de História da Educação, v.18, n.2, p. 368-385, mai.-ago. 2019
- LUCHESE, Terciane Angela. **O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita**. Tese de Doutorado – Universidade do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação, 2007.
- LUCHESE, Terciane Angela. **Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas Colônias Conde D’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875-1889**. Porto Alegre, 2001. Dissertação de Mestrado em História do Brasil. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2001. [CENTRAL/PUCRS]
- MOURA C. A. S. de. **A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do Clero**. Revista Brasileira De História Das Religiões, 9(25), (2016). ps.23-38.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.
- POERSCH, Léo. **Universidade Católica de Pelotas, 30 anos**, Pelotas: EDUCAT, 1991.
- RODEGUERO, Carla Simone. **O Diabo é Vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- SEIDL, Ernest. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS**. Tese (Doutorado em Ciência Política), UFRGS, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. **Génération intellectuelle. Khâgneux et Normaliens dans l’entre-deux-guerres**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994a (1ª edição: 1988).
- ZANINI, Maria Catarina. **Italianidade no Brasil meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria- RS**. Santa Maria: Ed.UFSM, 2006.

INTERCÂMBIO CULTURAL: ARTE E EXPRESSÃO PELA INCLUSÃO DOS MIGRANTES RESIDENTES NO VALE DOS SINOS

Laura Ribero Rueda¹¹

Danieli Robinson¹²

Samanta Foss¹³

Introdução

Os processos migratórios têm assumido grandes proporções nas últimas décadas, despertando, de forma crescente, enorme interesse tanto em estudos no contexto acadêmico quanto nas discussões presentes na sociedade. Vlachou (2017, p.83) afirma que “[a migração] é uma característica de todas as eras, desde que as primeiras pessoas deixaram a África e se espalharam pelo mundo. Assim, ao longo da história, a migração tem sido a norma.”.

Na história recente da humanidade, a mobilidade humana é assegurada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, no seu Art.13: “Toda pessoa tem direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado. Toda pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.”.

Este artigo apresenta o processo de acolhimento de migrantes¹⁴ de vários países - como Venezuela, Bolívia, Colômbia, Haiti e Senegal-, que têm chegado nos últimos anos na região do Vale dos Sinos, no estado do Rio Grande do Sul. Desde 2018, o projeto social CEDUCA DH - Centro de Educação em Direitos Humanos e o projeto de pesquisa Território Nômade: migrações, transições e deslocamentos na fotografia contemporânea, ambos da Universidade Feevale, trabalham em parceria realizando de forma conjunta atividades culturais e educativas com esses migrantes.

¹¹ Doutora em Artes Visuais pela Universitat de Barcelona, Espanha. Professora e pesquisadora na Universidade Feevale/RS, atuando no curso de Artes Visuais e Fotografia e no Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais. Coordenadora do projeto de pesquisa Território Nômade: migrações, transições e deslocamentos na fotografia contemporânea, e colaboradora no projeto social CEDUCA DH.

¹² Aluna do curso de Fotografia da Universidade Feevale, Rio Grande do Sul. Especialista em Administração de Empresas pela FGV e Bacharel em Química pela UFRGS. Bolsista CNPq no projeto de pesquisa Território Nômade: migrações, transições e deslocamentos na fotografia contemporânea.

¹³ Graduanda em Artes Visuais Licenciatura na Universidade Feevale e bolsista do projeto Integrado CEDUCA DH - Centro de Educação em Direitos Humanos, atuando nas Oficinas de Criatividade do projeto.

¹⁴ O termo “migrante” pode abarcar tanto aquele que imigra – que entra em um local que não é o seu local de origem-, quanto o que emigra – aquele que sai do local do qual é originário-, no entanto, em nosso texto, o termo “migrante” contempla apenas o sujeito que imigra. Cabe ressaltar ainda que dentro do conceito de “imigrante” estão considerados também aqueles que solicitam refúgio e os refugiados. Sob essa ótica, nesse texto, “migrante” e “imigrante” referem-se a um mesmo sujeito, com o termo “migrante” contemplando também os diversos status migratórios.

Iniciamos nosso artigo apresentando dados referentes às migrações históricas e contemporâneas na nossa região. Na sequência, trazemos o tema migração e cultura, abordando o termo “hibridismo cultural” do qual trata o historiador Peter Burke para, então, abordar as questões da interculturalidade e da interdisciplinaridade, sob a perspectiva da educadora Ana Mae Barbosa. Por fim, discutimos a questão da diversidade cultural dentro das oficinas de arte-educação nos encontros semanais realizados com os migrantes que habitam nossa região, detalhando as atividades que foram desenvolvidas nos projetos de pesquisa e extensão.

Migração e Cultura

Fluxos migratórios no Brasil

Os processos migratórios fazem parte do cenário histórico brasileiro. “O Brasil teve diversos fluxos migratórios desde a segunda metade do século XIX, os quais contaram com diversas nacionalidades ainda hoje muito perceptíveis nas diversas influências culturais presentes na sociedade brasileira.” (SILVA, 2018, p.637). O país, ao longo de muitos anos, recebeu muitos migrantes, especialmente europeus. Em termos quantitativos, Cogo (2017, p.20) aponta que “entre 1819 e final da década de 1940, o Brasil recebeu cinco milhões de migrantes, principalmente italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses [...]”.

No Rio Grande do Sul - estado brasileiro localizado no extremo sul do país-, o processo de colonização teve forte participação das migrações alemã e italiana. De acordo com Schröder (2003), aos colonos estrangeiros que se estabeleceram no Rio Grande do Sul eram garantidos, através de um acordo, uma porção de terra, animais, sementes, um salário e a liberdade para retornar ao seu país, se assim o desejassem.

A primeira colônia a se formar no Rio Grande do Sul foi a de São Leopoldo, onde, atualmente, se situa o município homônimo. Conforme Herédia (2001), entre os anos de 1824 e 1830, cerca de 5300 colonos alemães passaram a ocupar este território, espalhando-se ao longo dos rios e das planícies do que hoje se conhece por Vale do Rio dos Sinos. Ao longo dos anos, sucederam-se novas e numerosas migrações, fazendo com que, dentro das colônias, se formassem núcleos urbanizados, que originaram as cidades que se conhecem hoje.

Diferentemente destas migrações do século XIX, que segundo informações do Relatório Anual de 2019 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) eram protagonizados por pessoas do norte global, as migrações do sul global ocupam o *ranking* das primeiras nacionalidades no país atualmente. O relatório destaca as migrações haitiana - principal

nacionalidade no mercado de trabalho brasileiro-, a venezuelana - fluxo migratório que cresceu de forma significativa a partir de 2016 no país-, além de outras nacionalidades tais como as senegalesa, boliviana, colombiana e bengalesa.

“A crise política e econômica da Venezuela, agravada a partir de 2017, gerou uma onda migratória de fluxos mistos, em boa parte forçada, atingindo diretamente os países fronteiriços Colômbia e Brasil, que passaram a receber fluxos maciços e diários de venezuelanos.” (OLIVEIRA, 2020, p.163). Em fevereiro de 2018, esse intenso fluxo de migrantes venezuelanos em direção ao nosso país levou à criação de um decreto federal, o qual “reconheceu a situação como uma crise humanitária. Entre julho de 2017 e outubro de 2020, mais de 260.000 venezuelanos foram acolhidos no país.” (SHAMSUDDIN, 2021, p.2).

Segundo Baeninger (2021, p.9), “[a onda migratória venezuelana] apresenta duas fortes políticas do Governo brasileiro - a Operação Acolhida e o programa de interiorização, e as decisões do Conselho Nacional de Refugiados (CONARE) do reconhecimento de refúgio em bloco para venezuelanos.”. O Programa de Interiorização do Governo Brasileiro, em abril de 2018, redefiniu a distribuição interna dessa migração internacional venezuelana no país.

Já em relação à migração haitiana, temos uma diferenciação em relação aos fatores que causaram esta migração: no caso do Haiti, o país passou por um terremoto em Janeiro de 2010 que vitimou aproximadamente 200 mil pessoas, segundo estatísticas oficiais, e que, segundo Uebel (2015, p.71), “[...] desabrigou, não apenas no sentido original da palavra, mas também de forma social e econômica mais de um milhão de habitantes, que encontraram no Brasil a oportunidade de um recomeço social que os demais vizinhos do país não proporcionariam.”.

Fazendo um recorte a nível regional, mais especificamente, para a região sul do Brasil, segundo o Relatório Anual de 2017 do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR), “a região Sul do país e o final da cadeia produtiva do agronegócio são, respectivamente, espaço geográfico e setor econômico de destaque na presença dos migrantes haitianos, senegaleses e, mais recentemente, venezuelanos.”. Os dados apresentados no relatório mostram que a região sul do Brasil tem ocupado um lugar expressivo na empregabilidade dos migrantes no país, em termos de admissões e demissões.

Integração e intercâmbio cultural

Com esses intensos fluxos migratórios chegando ao Brasil na atualidade, torna-se importante e necessária uma reflexão acerca dos impactos causados pela chegada (e permanência) desses migrantes. Muito se discute em relação aos impactos econômicos e sociais,

mas, neste trabalho, abordaremos o tema sob o ponto de vista cultural, trazendo reflexões de alguns autores em relação ao chamado hibridismo cultural e o contexto que o cerca.

Nem sempre os processos de inclusão e de acolhimento dos migrantes ocorrem de forma pacífica e harmoniosa. Marinucci (2005, p.19) aponta que “[as migrações] podem gerar solidariedade ou discriminação; encontros ou choques; acolhida ou exclusão; diálogo ou fundamentalismo.”. Nesse contexto, de acordo com o que nos traz Lussi (2017), podemos inferir que temos à disposição uma ferramenta valiosa que pode nos auxiliar na superação dessas adversidades que podem acompanhar o processo de migração: a cultura. Ela afirma:

A cultura é também um canal particularmente favorável para a integração e a convivência intercultural em contextos nos quais as diversidades culturais, muitas vezes, são consideradas fatores de ameaça à qualidade de vida, à convivência e à paz. [...] A cultura pode ser laboratório de interação, de integração e também de superação dos medos e do desconhecimento do “Outro”, que está na raiz de toda xenofobia, discriminação, criminalização, culpabilização e rejeição das pessoas e dos grupos humanos diferentes por tradição, fenotipia, cultura, religião ou origem (LUSSI, 2017, p.1-2).

Vlachou (2017, p.7) também reforça o poder da cultura nesse contexto de migração quando afirma que a cultura “tem poder de transformar vidas e contribuir para a inclusão e para a coesão social, promovendo o conhecimento, o diálogo, a tolerância e o respeito.”.

A cultura pode ser uma poderosa aliada e facilitadora no processo de integração do migrante à comunidade. E, além disso, o migrante pode contribuir com o desenvolvimento e crescimento da comunidade onde está inserido através da sua cultura. E, nesse processo, o intercâmbio de informações tem um papel fundamental. Lussi aborda os ganhos trazidos por esse intercâmbio:

A arte, a cultura dos povos, a dança e a gastronomia, as cores e os ritmos que as migrações fazem encontrar, partilhar e intercambiar podem melhorar a vida de quem migra e, sobretudo, incidir nos contextos de interação com seu poder transformador e mobilizador, favorecendo o encontro e a valorização da alteridade que os migrantes trazem consigo, assim como a emersão, o respeito e o reconhecimento das particularidades e riquezas de todas as diversidades que as comunidades encerram e transmitem, de geração em geração. (2017, p.1).

Em relação a esse processo de transmissão de cultura e saberes - das tradições-, que ocorre de geração em geração, Peter Burke (2010, p.102) considera que “[...] as tradições são como áreas de construção, sempre sendo construídas e reconstruídas, quer os indivíduos e os grupos que fazem parte destas tradições se deem ou não conta disto.”. Ainda nesse contexto,

Burke (2010, p.77), também nos convida a uma reflexão: “A troca é uma consequência dos encontros; mas quais são as consequências da troca?”.

Esse questionamento é particularmente interessante quando analisado na esfera das migrações e dos intercâmbios que podem surgir ao longo do processo, independentemente da sua natureza. Na defesa de que é impossível a sobrevivência de culturas independentes, Burke (2010, p.101) afirma que “[...] nenhuma cultura é uma ilha. Na verdade, já há muito que a maioria das culturas deixaram de ser ilhas.”.

Ainda de acordo com o pensamento de Burke (2010, p.108), “certamente vemos muitos sinais do surgimento de uma cultura global, quase global ou, pelo menos, crescentemente global, especialmente no Ocidente [...]”. E nesse contexto, um termo que tem ganhado notoriedade, e que está sendo cada vez mais objeto de estudos, é o “hibridismo cultural” que ele aborda em sua obra.

João Batista Cardoso, também aborda nas suas pesquisas o tema, considerando que:

O hibridismo cultural é um fenômeno histórico-social que existe desde os primeiros deslocamentos humanos, quando esses deslocamentos resultam em contatos permanentes entre grupos distintos. O continente latino-americano é um lugar por excelência para a ocorrência do hibridismo cultural, porque é um espaço de imigração e migração desde eras remotas. Todo sujeito migrante é um sujeito híbrido, porque, quando deixa sua terra, torna-se diferente, pois os outros homens que encontra na terra estrangeira têm outros costumes e outras crenças; ouve outro tipo de música e dança em outro ritmo. O ritmo que trouxe une ao que encontra e inicia o processo de hibridismo cultural (CARDOSO, 2008, p.79)

É necessário criar espaços e ambientes propícios para que essas trocas entre migrantes e nativos aconteçam, visando promover e ampliar o intercâmbio cultural entre as partes. Temos muito a ganhar, reciprocamente; ou seja, ganha o migrante e ganha o nativo quando ambos estão dispostos a compartilhar e a aprender. É preciso dar voz e estimular o protagonismo desses migrantes que chegam ao nosso país. É preciso aprender a enxergar “o Outro” a partir de quem ele é, das suas experiências, da sua visão de mundo, da sua essência humana, e não apenas a partir de um estereótipo já enraizado na sociedade que, na maioria das vezes, não o representa.

Para Marinucci (2005, p.19), “é dever da comunidade internacional e de cada ser humano fazer com que o novo trazido pelos migrantes seja fonte de enriquecimento recíproco na construção de uma cultura de paz e justiça. É esse o caminho para promover e alcançar a cidadania universal.”

Reconhecimento da interculturalidade presente no Vale dos Sinos

Experiências transdisciplinares entre a pesquisa e a extensão

Nos últimos anos tem crescido o número de migrantes e refugiados que têm chegado no nosso país. Segundo o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (2021), o número atual de migrantes no mundo chega a 281 milhões. Em torno de 1,5 milhões desses migrantes e refugiados estão no Brasil. Já no Rio Grande do Sul, há uma estimativa de que mais de 55 mil estrangeiros vivam em nosso estado.

Como consequência destes fluxos migratórios recentes, no ano de 2014, a Coordenadoria de Igualdade Racial da cidade de Novo Hamburgo¹⁵, ao se deparar com a falta de políticas públicas para atender os novos migrantes - provenientes de países como Haiti e o Senegal-, buscou a Universidade Feevale para solicitar auxílio nesse processo de acolhimento. Assim, em 2016, foi criado um projeto de extensão “O Mundo em NH: refugiados e migrantes – uma questão de Direitos Humanos” na Universidade Feevale, que, posteriormente, viria a se chamar "CEDUCA DH - Centro de Educação em Direitos Humanos".¹⁶

Esse projeto nasce a partir da necessidade de criar um espaço de acolhimento para os migrantes contemporâneos que já moravam na cidade e que encontravam diversos obstáculos para sua integração na sociedade, começando pela dificuldade em aprender a língua portuguesa. O projeto, então, surge como forma de suprir uma necessidade da cidade de Novo Hamburgo, e, posteriormente, foi se ampliando aos migrantes que moram nas cidades vizinhas.

Sobre sua finalidade, a líder do projeto, Márcia Blanco Cardoso, comenta:

O objetivo geral é o de promover uma cultura de paz e de tolerância, através do acolhimento e inserção social de grupos refugiados e/ou migrantes e da articulação de ações educativas voltadas aos Direitos Humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade que exerça cotidianamente a cidadania e a tolerância (CARDOSO, 2017).

¹⁵ A cidade de Novo Hamburgo faz parte da região do Vale dos Sinos e fica a 43,7 quilômetros da capital do estado, Porto Alegre. Nesta cidade, encontra-se localizada a Universidade Feevale, onde se originam os projetos que tratamos neste artigo.

¹⁶ O Projeto de Extensão “O Mundo em NH: refugiados e migrantes – uma questão de Direitos Humanos”, lançado em 2016, realizou suas atividades até o ano de 2020, quando surgiu o Projeto Integrado "Centro de Educação em Direitos Humanos - CEDUCA DH", que deu continuidade às ações realizadas com os migrantes, além de integrar outros projetos na área de direitos humanos e educação. No decorrer do texto vamos sempre nos referir ao projeto dos migrantes como CEDUCA DH.

O projeto vem se adequando às necessidades específicas que têm sido percebidas no grupo de migrantes e refugiados, disponibilizando assessoria psicossocial e orientações jurídicas individuais, num esforço de promover a autonomia dos participantes em território brasileiro. Dentre outros trabalhos, estão incluídas oficinas interdisciplinares de Língua Portuguesa que ocorrem semanalmente, Criatividade, Direito, Psicologia, História e Realidade Brasileira que alternam-se mensalmente.

O projeto de extensão atende uma média de vinte alunos por semestre (entre migrantes e refugiados). Desde sua criação, os participantes foram mudando, embora alguns deles acompanhem o programa desde seu início ou voltem, às vezes, para visitar os antigos professores e colegas. Atualmente, senegaleses e haitianos formam os grupos majoritários de migrantes que participam do projeto, mas pessoas de outras nacionalidades também têm participado, como das Filipinas, Palestina, Suécia, Turquia, Colômbia e, recentemente, Venezuela.

Atualmente, o CEDUCA DH atua de forma permanente com uma equipe de 9 pessoas, entre professores e alunos da graduação, que ministram as diversas oficinas e aulas, sempre com um planejamento conjunto, realizando atividades complementares que, além de gerar conhecimento, possibilitam a integração entre migrantes de diferentes nacionalidades, e também geram fortes nexos com os professores e acadêmicos participantes. Para Ana Mae Barbosa (1995), o termo "intercultural" significa a interação entre as diferentes culturas e essa interação é um dos objetivos principais das oficinas.

A partir de 2018, o CEDUCA DH estabelece parceria com o projeto de pesquisa Território Nômade: migrações, transições e deslocamentos na fotografia contemporânea, dando início às Oficinas de Criatividade, tendo um enfoque direcionado para a arte/educação, explorando diversas linguagens da arte. A finalidade deste projeto de pesquisa é contribuir com a análise da experiência de migração, tendo por fundamentação básica diferentes expressões da arte contemporânea. Uma construção visual e conceitual que reflete sobre a migração, como um fenômeno global, mas com um ponto de vista específico, através do encontro dos pesquisadores com comunidades migrantes.

As Oficinas de Criatividade são mediadas por uma professora dos cursos de Artes Visuais e Fotografia e uma bolsista graduanda da licenciatura de Artes Visuais, ambas da Universidade Feevale. A partir das atividades, observações e percepções geradas do contato com os migrantes, são desenvolvidos projetos artísticos que abordam a migração de uma perspectiva intercultural. Um exemplo desses projetos é a exposição fotográfica “Conexões”

(Figura1), desenvolvida entre 2018 e 2019, exposta no Campus II Feevale e que, hoje, conta com uma exposição virtual¹⁷ organizada durante a pandemia.

O artigo 2º da Declaração Universal da Diversidade Cultural (2002) da Unesco, destaca que, nas nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir a interação harmoniosa e a vontade de viver em conjunto de pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas. Sendo assim, nas oficinas desenvolvidas com estes migrantes, o pluralismo é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras dos participantes.



Figura 1: Exposição “Conexões” no Campus II da Universidade Feevale, 2019.
Fonte: Acervo das autoras.

A diversidade cultural dentro das Oficinas de Criatividade

Desde o primeiro semestre de 2020, os encontros com os migrantes e refugiados que participam do projeto acontece de forma remota, através da plataforma Google Meet, como consequência das medidas adotadas durante a pandemia do COVID-19. Levando em consideração a condição socioeconômica dos beneficiários dos projetos e as limitações do ensino remoto, surgiu a necessidade de readaptar as oficinas para a realidade dos recursos que cada participante possui em casa. A Oficina de Criatividade aborda a expressão, memória e cultura através de suas atividades, expandindo sua atuação para diversas linguagens da arte, sem contar, no entanto, com materiais físicos para seu desenvolvimento. Na sua essência a arte

¹⁷ A exposição virtual “Conexões” pode ser acessada no seguinte link: <https://www.artsteps.com/embed/60997c19bd442053e0e074ff/560/315>

é maleável e adaptável a todos os meios. Ela é, por si só, uma linguagem inclusiva. O ensino remoto surgiu como um desafio a ser transposto pelo ensino da arte que se adaptou à nova realidade, provando, mais uma vez, a elasticidade que a arte permite por meio de soluções criativas. Como diz Barbosa (2020), o ensino da arte sempre se reinventa.

Duas das oficinas desenvolvidas na Oficina de Criatividade, em conjunto com a de Língua Portuguesa, foram especialmente relevantes. As oficinas “Lembranças” e “Danças Folclóricas Brasileiras”, realizadas durante o primeiro semestre de 2020, ofereceram um espaço aberto para a narrativa de memórias e experiências dos participantes, com ênfase na livre expressão do protagonismo assumido por eles. Essas oficinas ocorreram em encontros mensais (um encontro ao mês), ao longo de um semestre, com participação média de até dez migrantes de origens diversas, podendo-se citar como exemplos as nacionalidades haitiana, senegalesa e palestina.

Na oficina “Lembranças”, o tema foi escolhido previamente pelos próprios participantes, quando eles preencheram um quadro de palavras sobre seus aprendizados na pandemia. A frase “*valorizar minhas lembranças*” teve um grande destaque no quadro. Dessa forma, essa oficina tratou inicialmente, na Língua Portuguesa, sobre conjugações de tempos verbais no pretérito e trouxe exemplos de relatos do passado para exercitar o uso correto das conjugações verbais. Na segunda parte da oficina, de Criatividade, abrimos o espaço de escuta para compartilhar lembranças queridas de infância, família e sobre os países de origem. Cada um teve um momento para mostrar suas lembranças e para falar sobre elas, dentre as quais estavam fotografias, medalhas e bonecas. Posteriormente, próximo ao encerramento, buscamos um aprofundamento em relação às memórias e afetos que remetessem seus sentidos a cheiros e sons de momentos marcantes da infância. Para Burke (2010) cultura inclui atitudes, mentalidades, valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações.

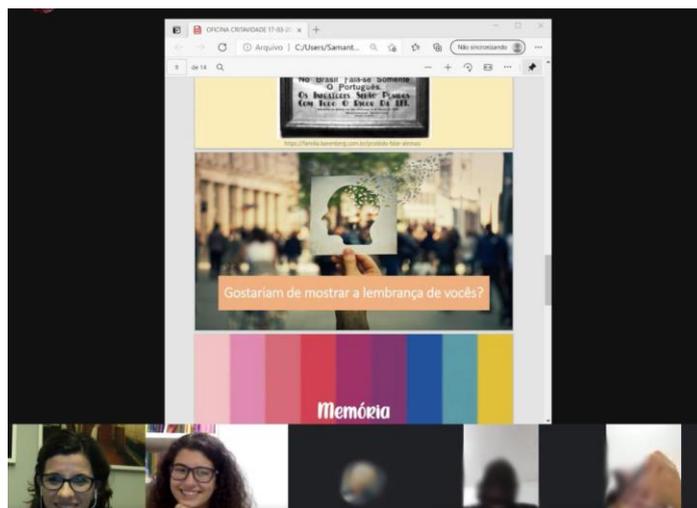


Figura 2: Oficina de criatividade “Lembranças” em 13 de março de 2021, ministrada via Google Meet. Fonte: Acervo das autoras.

Frequentemente, durante as oficinas, os participantes explanam sobre o que gostariam de estudar nas aulas futuras. Um dos assuntos solicitados foi a cultura brasileira. A oficina “Danças Folclóricas Brasileiras” contemplou esse pedido em parceria, novamente, com a oficina de Língua Portuguesa, que trouxe contos e rimas do folclore brasileiro com enfoque na língua portuguesa. A oficina de Criatividade apresentou o folclore de diversas regiões do Brasil sob o prisma das danças tradicionais que, na sua maioria, têm origens e influências na época da colonização do Brasil.

O folclore brasileiro é um conjunto herdado pela junção e/ou correlação de diversas culturas que se encontram no período colonial e que vem sendo herdadas de pai para filho com a miscigenação de povos indígena, africano, alemão, italiano e espanhol em solo brasileiro. “Exemplos de hibridismo cultural podem ser encontrados em toda parte, não apenas em todo o globo como na maioria dos domínios da cultura – religiões e sincréticas. Filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na arquitetura, na literatura ou na música.” (BURKE, 2010).

A oficina de “Danças Folclóricas Brasileiras” ocorreu em dois encontros e, durante esse período, os migrantes identificaram características em comum com sua própria cultura, principalmente em relação às danças com influências afrodescendentes, como é o caso do samba de roda, da Bahia. “A diversidade cultural presume o reconhecimento dos diferentes códigos, classes, grupos étnicos, crenças e sexos na nação, assim como o diálogo com os diversos códigos culturais das várias nações ou países, que incluem até mesmo a cultura dos primeiros colonizadores.” (BARBOSA, 1998).

A cada dança assistida, através de vídeos do Youtube, os participantes identificavam semelhanças, seja pelos instrumentos e ritmos associados ao Haiti e ao Senegal, seja pelas vestimentas parecidas com as da Palestina. Segundo Barbosa (2008), a identidade cultural não é uma forma fixa ou congelada, mas um processo dinâmico, enriquecido através do diálogo e trocas com outras culturas.

A partir da proposta desenvolvida nesta atividade, duas alunas migrantes – do Haiti e da Palestina- se interessaram em preparar uma apresentação para mostrar o folclore de seus países. Elas teriam tempo para desenvolver materiais expositivos e, assim, assumir seus papéis de protagonistas dentro do projeto. Essa didática acolhedora mostra a valorização das suas próprias culturas por nós - professores e bolsistas brasileiros-, em um ambiente acadêmico. É importante que eles se sintam reconhecidos e valorizados dentro do país, enquanto reconstroem suas vidas pelos mais diversos motivos que os levaram a chegar até aqui. Compartilhar suas histórias e afetos, evidencia a interculturalidade e acolhimento, presentes no projeto.

Dentre as artes, a arte visual, tendo a imagem como matéria-prima, torna possível a visualização de quem somos, onde estamos e como sentimos. A arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento. Através das artes é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. [...] Ela supera o estado de despersonalização, inserindo o indivíduo no lugar ao qual pertence (BARBOSA, 1995).

Considerações finais

Ao longo das vivências nos projetos, encontramos desafios nos planejamentos e propostas pedagógicas que, eventualmente, se transformam em aprendizagem. A comunicação e o ensino da língua portuguesa como língua de acolhimento é desafiante, já que não existe uma separação de turmas de acordo com o nível de conhecimento da língua dentro das oficinas, sendo as turmas universais. Nesse ponto, participaram do projeto migrantes com conhecimento mais profundo da língua - que já estão há mais tempo no Brasil-, como também alunos recém chegados - com um entendimento mais cru do Português-. O desafio é construir as oficinas e os atendimentos de forma adequada a incluir todos os participantes. Somos um projeto com o entendimento de que a pedagogia deve ser pensada desde o acolhimento, a partir das relações humanas. Um projeto no qual todos estão aprendendo sobre a língua, a cultura e a diversidade. As questões culturais e religiosas, que variam de país para país, também são relevantes para a

proposta das oficinas e das atividades artísticas. As pessoas do Haiti, por exemplo, são adventistas e não participam de atividades aos sábados. Sendo assim, as atividades precisam ocorrer durante a semana, para que eles possam participar. Outro exemplo são questões culturais relacionadas ao papel da mulher no núcleo familiar, que é muito diferentes da sociedade brasileira, e precisamos tomar cuidado ao abordar esses tópicos, de modo a fazê-lo sem criticar as próprias crenças e tradições de cada nacionalidade.

Um reflexo positivo da pandemia dentro do projeto é migração de atividades para ambiente online, que surpreendeu com o alto número de alunos migrantes que estão participando do projeto. Antigos alunos que não poderiam mais participar do projeto, devido à mudança de cidade, puderam retornar ao projeto com a facilidade do ensino remoto. Além disso, a pandemia trouxe a possibilidade de desenvolvermos outras experiências, como a exposição online “Conexões”, que terá um foco pedagógico nas escolas da região. Estas experiências de troca têm nos ajudado muito para criarmos novas atividades, ainda a serem desenvolvidas. O hibridismo cultural está presente no nosso grupo: aprendemos junto com eles; não somos só professores e bolsistas mediando oficinas. Cada atividade realizada nasce de uma troca real com os migrantes; somos vários professores de diversas áreas, mas é essencial a interdisciplinaridade e a escuta atenta, para que eles participem de forma ativa de todas as propostas que realizamos.

Referências

ACNUDH – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/en/udhr/pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 02 set. 2021.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Relatório Anual 2017 – A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro**. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_FINAL_PDF_CRGD.pdf>. Acesso em: 08 out 2021.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice. Governança das Migrações Internacionais no Brasil: Um Estudo a partir das Migrações Dirigidas de Venezuelanos e Venezuelanas no Século XXI. 2021. **20º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belém: Universidade Federal do Pará. 2021. Disponível em: <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MjoiNDAiO30iO3M6MTToiaCI7czozMjoiMTM4Y2YzMWU1NjJmNGIzN2M0ZTIkMWZlOWUwMzI1NDEiO30%3D&ID_ATIVIDADE=40>. Acesso em: 10 out. 2021.

BARBOSA, Ana Mae T. B. Educação e desenvolvimento cultural e artístico. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, UFRGS, Porto Alegre, 1995. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/viewFile/71713/40662>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BARBOSA, Ana Mae. Tópicos Utópicos. **Belo Horizonte C/ Arte**. 1998.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BARBOSA, Ana Mae. **Entrevista com Ana Mae Barbosa**. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o0S5pqG-O50>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.

CARDOSO, João Batista. Hibridismo Cultural na América Latina. **Itinerários**, Araraquara, n. 27, p.79-90, jul./dez. 2008.

CARDOSO, Márcia. O Mundo em NH: Ação Comunitária para Refugiados e Migrantes. **SIE - XV Seminário Internacional de Educação: Educação e Interdisciplinaridade. Percursos Históricos e Metodológicos**. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2017. Disponível em: <<https://www.feevale.br/Comum/midias/6bc2f561-aa78-4a9d-9f2c-98a560772af8/O%20mundo%20em%20NH%20a%20C3%A7%C3%A3o%20comunit%20C3%A1ria%20para%20refugiados%20e%20migrantes.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2021.

COGO, Denise; BADET, Maria. **Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores - Migrantes no Brasil**. Bellaterra: InCom-UAB/IHU, 2013. Disponível em: <http://www.participa.br/articles/public/0006/6804/1%C2%BA_Guia_das_Migra%C3%B5es_Transnacionais_e_Diversidade_Cultural_para_Comunicadores_Migrantes_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 09 out. 2021.

HERÉDIA, Vania. A Imigração Europeia no Século Passado: o Programa de Colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**. Barcelona: Universitat de Barcelona, vol. 5, nº 94 (10), agosto, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>>. Acesso em: 09 out. 2021.

INSTITUTO DE MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Migrantes no mundo chegam aos 281 milhões em ano de pandemia**. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/migracoes/migrantes-no-mundo-chegam-aos-281-milhoes-em-ano-de-pandemia/>>. Acesso em: 14 out. 2021.

LUSSI, Carmem. O poder da cultura: migrações como oportunidade intercultural. **CSEM**, Brasília, ago. 2018. Disponível em: <https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/O_poder_da_cultura_migra%C3%A7%C3%B5es_como_oportunidade_intercultural.pdf>. Acesso em: 09 out. 2021.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. Migrações Internacionais Contemporâneas. **IMDH**, Brasília, 14 jun. 2005. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/refugiados-e-refugiadas/migracoes-internacionais-contemporaneas/>>. Acesso em: 09 out. 2021.

OBMIGRA – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. **Relatório Anual 2019 – Imigração e Refúgio no Brasil**. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2021.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de; RODRIGUES, Gilberto M. A. Proteção Internacional de Migrantes Forçados e a Agenda Brasileira: Histórico, Temas e Atores. In: REDIN, Giuliana (org.). **Migrações Internacionais: Experiências e Desafios para a Proteção e Promoção de Direitos Humanos no Brasil**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2020, cap. 7, pag. 163.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A Imigração para o Sul do Brasil até 1859**. Tradução Martin Dreher. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

SHAMSUDDIN, Mrittika; ACOSTA, Pablo Ariel; SCHWENBER, Rovane Battaglin et al. **Integration of Venezuelan Refugees and Migrants in Brazil**. Disponível em: <

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/498351617118028819/pdf/Integration-of-Venezuelan-Refugees-and-Migrants-in-Brazil.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2021.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Uma Política Migratória Reativa e Inadequada - A migração Venezuelana para o Brasil e a Resolução n. 126 do Conselho Nacional de Imigração (CNIG). In: BAENINGER, Rosana (org.) *et al.* **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Nepo/UNICAMP, 2018 (2. ed.). p. 637.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Análise do Perfil Socioespacial das Migrações Internacionais para o Rio Grande do Sul no Início do Século XXI: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa**. 2015. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociência, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. “**Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural**”. UNESCO. 2002. Disponível em:

<<https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

VLACHOU, Maria. **A Inclusão de Migrantes e Refugiados: O Papel das Organizações Culturais**. [S.l.]: Acesso Cultura, 2017. Disponível em:

<<https://drive.google.com/file/d/1VzD6t4kLSEXZSgBQuvLLZh9HF7ilsWWB/view>>. Acesso em: 09 out. 2021.

A ATUAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO – SCALABRINIANAS NA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE CASCA (1947 – 1982)

Fábio De Bastiani¹⁸

A História do cristianismo conta com mais de dois mil anos, período este marcado por momentos de turbulência e de reinvenção. Com o passar de todo esse tempo, surgiram entidades dentro da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) com modelos próprios de seguimento da doutrina, entre elas temos as *ordens religiosas*. Uma destas organizações religiosas é a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo¹⁹ – Scalabrinianas ou Carlistas -, fundada por João Batista Scalabrini, em 1895, na Itália e que tem como patrono São Carlos Borromeu.

Neste artigo iremos abordar, de forma breve, pequenos recortes históricos abordados de forma mais completa no trabalho de conclusão de curso em História, analisando a atuação das Irmãs Scalabrinianas na educação de Casca – RS no período de 1947, ano em que iniciaram os contatos com as Irmãs para a instalação de uma escola na cidade, até o ano de 1982, quando cessaram as atividades das religiosas na área educacional no Colégio São Luís. Para isso, partiremos do surgimento da Congregação, sua expansão para o Brasil e em seguida para o Rio Grande do Sul e de sua inserção junto à comunidade casquense com a abertura do Colégio São Luís.

A criação da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas e sua inserção no Rio Grande do Sul

João Batista Scalabrini, fundador da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, nasceu e cresceu em um processo de muitas mudanças sociais, econômicas e políticas que atingiam a população da futura nação italiana e acabaram influenciando suas decisões no futuro. O Bispo italiano, nascido em Fino Mornasco, noroeste da Lombardia em 08 de julho de 1839, acompanhava de perto o processo de Unificação italiana que se arrastava a

¹⁸ Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo na Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio. Bolsista CAPES. Email: 166958@upf.br.

¹⁹ A escolha de João Batista Scalabrini por São Carlos Borromeu, como patrono da Congregação, ocorreu porque São Carlos representava, no século XVI, uma renovação interna da Igreja Católica Apostólica Romana e buscava evangelizar outras áreas do continente europeu, como Scalabrini queria. Foi o primeiro bispo a fundar seminários para a formação dos futuros padres. Também promoveu sínodos diocesanos e escreveu vários escritos sobre a catequese.

décadas e somente concretizou-se em 1870. Porém a nova nação, que nasceu desse processo, sofria muitas dificuldades, com destaque para a falta de uma identidade nacional homogênea e uma economia cada vez mais industrializada. O Estado italiano impulsionado “pelo uso de novas fontes de energia, como a elétrica e o petróleo, aumentou de forma significativa a capacidade produtiva e a circulação de mercadorias em escala mundial” (RADIN, 2020, p. 46). Esse investimento na indústria, que os empresários italianos apoiados pelo Estado estavam fazendo, acabou por fragilizar ainda mais os pequenos agricultores, que tinham famílias numerosas e completavam a sua renda com trabalhos artesanais. Os mesmos não tinham mercados para os seus produtos e nem conseguiam competir com as indústrias.

Neste cenário, muitos camponeses não conseguiam vislumbrar um futuro promissor. Sofrendo com a miséria, a fome, a exploração, o crescimento populacional, a falta de trabalho e a precariedade nas condições de vida, os italianos optaram por deixar a sua nação, que se formava gradativamente. Assim, no final do século XIX e início do século XX, o continente europeu passou por um intenso processo de emigração. Ao sair da Itália, muitos emigrantes “sonhavam com a possibilidade de reconquistar, no novo mundo, o velho mundo rural ameaçado na pátria” (HERÉDIA, 2005, p. 04).

Um dos destinos que mais atraiu os italianos foi o Brasil, cujos governos estavam interessados na imigração europeia para trabalhar e colonizar o país. Os escravos tinham alcançado a liberdade,²⁰ todavia o governo brasileiro e os proprietários optaram por uma nova força de trabalho para as grandes lavouras de café e cana de açúcar, já que não consideravam a contratação de libertos para o serviço até então feito por escravizados. Assim, buscava-se com a imigração a

substituição não só do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas principalmente como uma substituição do negro escravo pelo branco europeu em um processo de colonização baseado na pequena propriedade. Nessa perspectiva, a escravidão era vista como uma forma arcaica de produção que não se coadunava com a modernidade, enquanto a colonização era vista como um processo civilizatório (SANTOS, 2006, p. 04).

A imigração era necessária também para povoar a Região Sul do Brasil. Isso ocorria por “uma decisão geopolítica, de consolidação de fronteiras” (SANTOS, 2006, p. 04). Assim, a região teria preenchido os seus “vazios demográficos”. Também, o governo usaria a “imigração

²⁰ A libertação dos escravos foi um processo lento e consolidou-se através da Lei Áurea, oficialmente Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, assinada pela princesa Isabel.

e a miscigenação como forma de “branquear” a população brasileira, com um apoio maciço à imigração europeia e a defesa irrestrita de uma imigração de brancos oriundos da Europa” (SANTOS, 2006, p. 04). Para que isso ocorresse o Brasil oferecia incentivos, tais como “auxílio para o transporte, hospedagem e alimentação durante os primeiros oito dias após a sua chegada, garantia de condições e preços de terras, a plena liberdade de se estabelecerem como agricultores nas colônias ou terras do Estado ou de se empregarem em outras atividades” (RADIN, 2020, p. 53). Essas condições deixavam claro que o Estado queria que os imigrantes viessem, colonizassem e permanecessem nos locais, promovendo o progresso em detrimento de indígenas, afrodescendentes e caboclos.

Scalabrini ao notar esse contexto de intensa imigração da população italiana, começou a realizar ações junto ao governo italiano e a Sé Romana, em busca de soluções para o acompanhamento e assistência aos emigrantes. Também nesse período, a Igreja Católica Apostólica Romana está sofrendo mudanças, ocorridas após o Concílio Vaticano I, e no Brasil, com o advento da Proclamação da República. Durante o Império, o regime do padroado²¹ fazia com que a Igreja Católica tivesse o *status* de religião oficial, porém a Igreja ficava “nas mãos” do Estado. Com a Proclamação da República, o Estado se tornou laico. Essa separação entre Estado e Igreja acabou por trazer uma liberdade maior para a entidade católica, que passou a seguir as orientações que vinham de Roma. Esse processo de romanização²² foi implantado, sobretudo, pelas ordens e congregações que se instalaram no Brasil. As Congregações “ampliaram o trabalho litúrgico e catequético, criaram redes de instituições assistenciais como orfanatos, creches, casas de saúde, hospitais, asilos e, com grande ênfase, instituições educativas” (LUCHESE, 2008, p. 02).

Junto com Scalabrini, surge a figura do padre José Marchetti, que sentia a necessidade de Irmãs para atuarem junto aos migrantes, em especial com os órfãos do Orfanato Cristóvão Colombo.²³ O padre teria participação decisiva “ao presenciar o sofrimento vivido por um pai de uma criança com a morte da mãe da mesma no navio. Marchetti se comprometeu a cuidar da criança e assim o fez ao deixá-la em uma casa religiosa” (LUCHESE; MATIELLO; BARAUSSE, 2019, p. 1424). Desse modo, a presença de Irmãs no Orfanato seria importante,

²¹O regime do padroado, concedido aos reis de Portugal e da Espanha, e mais tarde estendidos aos imperadores do Brasil, era um conjunto de privilégios concedidos pelo papado através de sucessivas e gradativas bulas pontificias.

²²O processo de romanização, iniciado no século XIX com o papa Pio VII, buscava que a Igreja Católica espalhada pelo mundo se aproximasse das ideias que Roma pregava. A Igreja Romana buscava o distanciamento com o mundo moderno e a centralidade institucional em si mesma.

²³O nome do Orfanato homenageia Cristóvão Colombo, navegador italiano, que foi responsável por liderar a frota que alcançou o continente americano em 12 de outubro de 1492, sob as ordens dos Reis Católicos de Espanha, no chamado descobrimento da América. Devido ao local onde os primeiros Missionários Scalabrinianos se instalaram no Brasil, no Orfanato Cristóvão Colombo, os primeiros religiosos eram conhecidos como colombinos.

pois elas com “comportamento delicado, acolhedor e, preferencialmente, submisso poderiam instruir e educar para a fé” (LUCHESE; MATIELLO; BARAUSSE, 2019, p. 1425).

De tal modo, padre Marchetti volta à Itália e encontra em sua família, a mãe, a irmã e mais duas noviças, o início da Congregação das Irmãs Carlistas: “no dia 25 de outubro de 1895, na capela particular do prelado, todas proferiram votos religiosos por seis meses. Em seguida o bispo entregou-lhes o crucifixo de missionárias. Dois dias depois, partiam para o Brasil” (AZZI, 1987, p. 174). Inicialmente receberam o nome de Servas dos Órfãos e Abandonados no Exterior. O padre José Marchetti se torna o cofundador, junto com sua irmã Assunta Marchetti, do ramo feminino dos Missionários Scalabrinianos.

Após vinte anos, as Irmãs Scalabrinianas recebem o convite para expandirem as suas atividades para a região sul do Brasil. Ressalta-se que nesse período a instituição católica encontrou resistência de penetrar no Brasil, onde o laicismo se manteve. Mas, “no Rio Grande do Sul, entretanto, onde o positivismo²⁴ era mais forte, puro e radical, verificou-se um fenômeno inverso” (GIOLO, 2009, p. 249), onde a Igreja Católica e o Estado se tornaram aliados. Essa aliança tinha como ponto em comum o fato de ambos combatiam

o liberalismo, ou porque era ateu ou porque era anárquico. Ambos combatiam comunismo (socialismo, anarquismo, ou qualquer outro modelo da mesma família). Isso tudo porque, em última instância, catolicismo e positivismo assumiam a mesma posição de classe. Ambos estavam interessados na preservação do capitalismo, embora domesticado e bem comportado (GIOLO, 2009, p. 249).

O Estado Sul rio-grandense, que na época era comandado pelo

Partido Republicano Rio-Grandense elaborou um projeto de modernização, baseado na matriz ideológica positivista, propondo a moralização de sociedade por meio da educação, construindo um imaginário social, utilizando-se das palavras, dos símbolos, dos rituais, das comemorações, das festas cívicas, dos desfiles, dos auditórios e de outras atividades em que o amor à nação e o desejo de vê-la melhor fossem sempre suscitados (OLIVEIRA, 2009, p. 173).

²⁴ O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores [Auguste Comte](#) e [John Stuart Mill](#). O pensamento positivista postula a existência de uma marcha contínua e progressiva e que a humanidade tende a progredir constantemente.

Além disso, nas escolas confessionais católicas se apreendia especialmente a trabalhar, uma das metas do governo positivista sul rio-grandense. Formaram-se no Rio Grande do Sul dois sistemas de ensino, a rede “pública, essencialmente primária, voltada para as classes populares, formando trabalhadores; a particular, indo do primário ao nível superior, destinada às elites, formando os quadros do poder” (GIOLO, 2009, p. 253). A vinda das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo para o Rio Grande do Sul ocorre também pelo Estado possuir muitos imigrantes italianos que precisavam de assistência social, religiosa e educacional. Assim, com o panorama favorável, a abertura do Estado para as congregações e a presença de imigrantes italianos, as Irmãs encontraram terreno fértil para a concretização de suas obras, especialmente na área da educação.

A solicitação das Irmãs Carlistas no Rio Grande do Sul ocorreu porque os padres Scalabrinianos precisavam de auxílio das religiosas nos núcleos italianos onde estavam inseridos. Os padres se empenhavam para que as Irmãs Scalabrinianas se instalassem nas colônias italianas no Sul porque

à medida que enfatizavam, em suas atividades, a doutrina cristã, reforçavam o modelo tridentino e os ideários ultramontanos²⁵, por meio dos ensinamentos sacramentais e da pregação dogmática, prática muito comum na cultura italiana. Esse é o principal motivo de tanto empenho por parte dos padres scalabrinianos em relação à instalação das Irmãs junto às colônias no Rio Grande do Sul, objetivando preservar a cultura italiana em suas escolas. (OLIVEIRA, 2009, p. 169).

Assim, as Irmãs Carlistas chegaram ao estado Sulino no dia 09 de fevereiro de 1915 e se instalaram em Bento Gonçalves onde foram responsáveis pela abertura do primeiro Colégio da Congregação no estado, que recebeu o nome de Colégio São Carlos (atualmente Colégio Scalabriniano Nossa Senhora Medianeira). Em seguida, as Irmãs expandiram as suas atividades educacionais pelas cidades de Farroupilha, Guaporé e Nova Bréscia. Portanto, as Irmãs Scalabrinianas se empenharam para concretizar o seu objetivo no Rio Grande do Sul, “preservar o catolicismo por meio da manutenção das práticas culturais dos grupos, ou seja, ‘Religião e Pátria’ como orientava Scalabrini” (LUCHESE; MATIELLO; BARAUSSE, 2019, p. 1442). Isso aconteceu com a abertura de escolas, que se espalhavam pelas diferentes regiões do Rio Grande do Sul, em especial a Serra, que atendiam aos interesses e as demandas da comunidade,

²⁵ É uma doutrina política católica que busca em Roma a sua principal referência. Este movimento surgiu precisamente do lado francês na primeira metade do século XIX, reforçando e defendendo o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé.

especialmente dos italianos e de seus descendentes, da Igreja e do Estado. Uma das localidades que preenchia esses requisitos era Casca.

O Colégio São Luís (1947 – 1982)

A chegada das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas na Vila de Casca, ocorreu no dia 04 de julho de 1948. O dia 08 de setembro de 1947 marca o início dos preparativos do lugar onde as Irmãs Carlistas iriam instalar-se e abrir o Colégio Paroquial. O local escolhido era o antigo casarão, localizado logo abaixo da Igreja Matriz São Luiz, que anos antes havia servido para abrigar a farmácia.



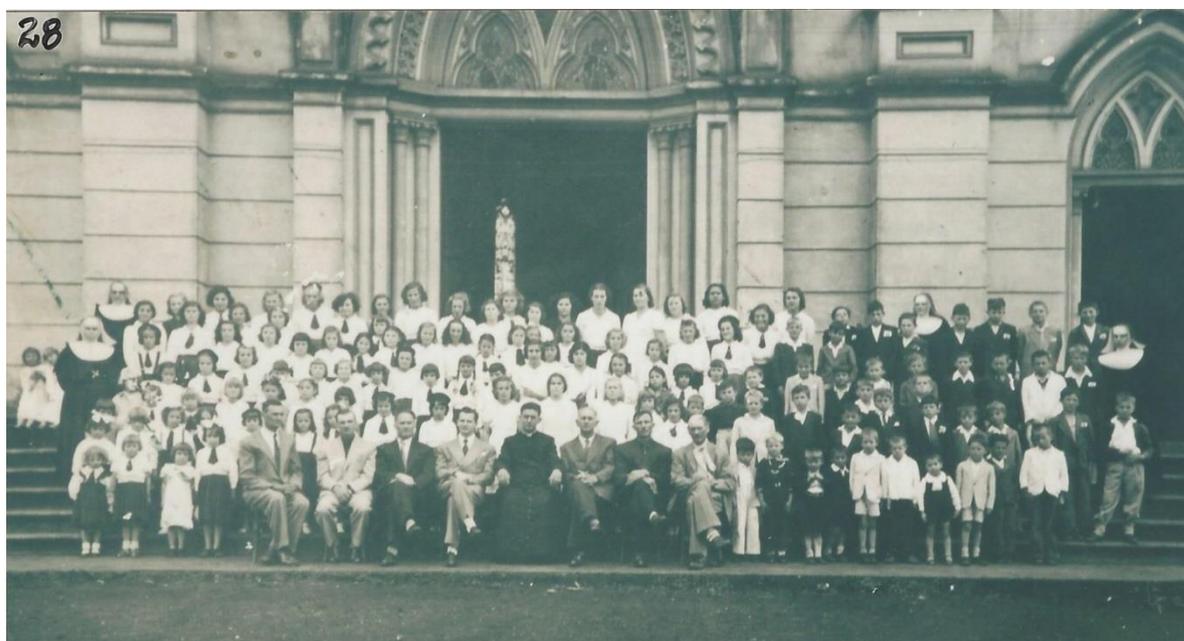
Figura 1: Chegada das Irmãs Carlistas (04 de julho de 1948).

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Casca.

As aulas no Colégio Paroquial São Luís iniciaram no dia 1º de agosto de 1948, para as crianças do Jardim de Infância e do primeiro ano do Curso Primário. O número total de crianças matriculadas era de “sessenta e três alunos, de ambos os sexos” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 138). No Curso Primário, as crianças aprendiam as seguintes matérias: português, matemática, religião, história, geografia, ciências, trabalhos manuais, desenho e música. No ano seguinte, “em março de 1949 o Colégio Paroquial reiniciou suas atividades, com o jardim de infância e curso primário, de 1ª a 5ª séries. Foram matriculados cento e vinte e quatro alunos” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 138). Assim, com o grande número de alunos matriculados no

Colégio, não haviam salas de aula suficientes para todos os alunos. A solução encontrada foi usar a sacristia da Igreja Matriz. Ao chegar ao final do ano letivo, “dia 10 de dezembro, sete alunos do quinto ano receberam certificado de conclusão do curso primário” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 138).

Durante a Festa do Padroeiro São Luiz e de Santo Antônio, entre os dias 21 e 22 de junho de 1956, houve a inauguração do novo prédio do Colégio Paroquial. A inauguração contou com a presença do governador do Estado, Ildo Meneghetti, e de alguns deputados, o Pe. Cônego Guilherme Máschio, que foi enviado para representar o Arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, enviou uma carta felicitando o povo de Casca e a Paróquia São Luiz pela construção do Prédio do Colégio São Luís. Também, desejava às Irmãs Scalabrinianas êxito na



missão de instruir as crianças do povoado. Assim, depois de cinco anos de espera estava pronto o prédio principal do Colégio Paroquial São Luís. Ressalta-se que o prédio anexo começou a ser construído em 1969, porque as instalações tornaram-se pequenas. Irmã Gemma Therezinha Lisot (2020), na ocasião foi escolhida diretora do Colégio, comenta “que ao chegar dei um passeio interno em todo o colégio. Vi e sinto que trabalho não ia faltar, começando pela construção em andamento. Este foi o primeiro desafio, pois não havia dinheiro para continuar a obra”. O prédio ficou pronto em 1970. A construção coincide com o período de “ouro” do Colégio, quando era grande o número de alunos que frequentavam o estabelecimento.

Figura 2: Turma de alunos do Colégio São Luís (s.d).
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Casca.

Com o fim do Colégio Paroquial, em 1960, as Irmãs começaram a dirigir a escola seguindo as normas da Congregação Ministério da Educação e da Secretária Estadual de Educação. Desde 1956, as autoridades casquenses e a população desejavam abrir um Ginásio para proporcionar aos jovens do povoado a continuidade dos seus estudos. Essa preocupação com a educação a nível secundário, que corresponde hoje à 6ª a 9ª séries do ensino fundamental, ocorria porque “a cidade estava buscando o progresso, o bem estar da população, que não precisava mais se deslocar a outros municípios para concluir os estudos e, acima de tudo, a oportunidade de não deixar de estudar (PERIN FILHO; BASTIANI, 2019, p. 18). A comunidade consultou a Congregação das Irmãs Carlistas que não aceitaram assumir o compromisso, naquele momento, de abrir um Ginásio. Já que as Irmãs não desejam abrir o Ginásio, no dia 10 de março de 1957, o prefeito municipal, Jorge Haroldo Monteiro Píffero e o Pe. Guerino Invernici, vigário da Paróquia São Luiz, reuniram lideranças da comunidade para estudarem a possibilidade de abrirem um Ginásio gratuito no município, conforme instruções da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG)²⁶.

Durante os 7 anos de funcionamento do Ginásio Othelo Rosa formaram-se 98 estudantes, que frequentavam as aulas durante a noite, sendo grande o número de estudantes de outros municípios que frequentavam o educandário. Porém, a questão financeira estava se agravando ano após ano. O número de sócios contribuintes do Ginásio estava cada vez menor e, conseqüentemente, o número de alunos. Além do mais, as Irmãs abriram o curso ginásial no Colégio São Luís. A abertura do Ginásio das Irmãs ocorria, porque havia alunos interessados em frequentar o Ginásio no turno diurno, já que o Ginásio Othelo Rosa funcionava somente à noite.

O primeiro movimento de abertura do Ginásio no Colégio São Luís ocorreu, conforme consta nos documentos do Arquivo da Província Cristo Rei em Porto Alegre/RS, no dia 20 de julho de 1963, quando a Madre Natália Peroni, Superiora Provincial, requereu junto à Inspetoria Seccional de Ensino Secundário em Passo Fundo/RS a verificação das condições do Colégio São Luís para a abertura do ensino ginásial. A inspeção ocorreu no dia 05 de fevereiro de 1964, e ao final da inspeção o inspetor declarava que o Colégio preenchia todos os requisitos

²⁶ A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos foi fundada por Felipe Tiago Gomes. Inicialmente com o nome de Campanha do Ginasiano Pobre começou no Recife/PE, no dia 29 de julho de 1943. Gomes e cinco amigos lutavam, no início, pela difusão do ensino primário e a partir da década de 1940 pela ampliação do ensino secundário. Eles usavam o lema “No Brasil só há um problema nacional – A Educação do Povo. Atualmente, a instituição ainda existe, porém com outro nome, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). A troca do nome ocorreu em 1969, por motivos políticos e pedagógicos.

necessários para a abertura do curso e que o mesmo poderia ser feito no mesmo ano. Assim, “depois do ato nº 2 da Inspetoria Seccional de Porto Alegre, de 17 de fevereiro de 1964, autorizava a abertura do ginásio São Luís, que iniciou suas atividades em março desse ano e recebeu alunos de primeira e segunda série, totalizando noventa e uma matrículas” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 140).

Além do mais, salienta-se que os Padres Carlistas entregam a direção do Ginásio Othelo Rosa, em 1963, para as Irmãs Scalabrinianas. A saída dos padres ocorreu por desentendimentos referentes à construção de um novo prédio para abrigar o Ginásio, o que não foi aceito pelas autoridades municipais por contrariar as instruções que o Setor Municipal recebia do Conselho Nacional da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. A diretora do Ginásio Othelo Rosa, Ir. Mafalda Seganfredo, que dirigiu a escola durante os anos de 1963 e 1964, além de ter sido professora de história, comenta que o Ginásio sob a responsabilidade das Irmãs Carlistas, passou “a funcionar no turno da manhã. O objetivo da fundação do Ginásio foi para oferecer um turno diurno para alunos a partir dos onze anos de idade. Isto complicou um pouco o trabalho da Direção, pois eram duas instituições que deveriam ser administradas” (PERIN FILHO; BASTIANI, 2019, p. 65). Irmã Mafalda acumulou, durante o ano de 1964, a direção dos dois Ginásios. Porém, em reunião no dia 17 de fevereiro de 1965, “ficou acertada a incorporação do Ginásio Othelo Rosa ao Ginásio São Luís. As Irmãs Scalabrinianas [...] acabaram assumindo as pendências financeiras do Educandário Cenecista” (PERIN FILHO; BASTIANI, 2019, p. 20). Assim, com o fechamento do Ginásio Othelo Rosa, o Colégio São Luís se tornou a única instituição do município a ter o ensino ginasial.

Dessa forma, na década de 1960, o Colégio São Luís mantinha os seguintes cursos: “pré-primário, primário, admissão ao ginásio, ginásio misto, diurno e noturno” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 140). Além dos clubes que eram oferecidos aos alunos, sendo eles: “vocacional, artístico, cultural, religioso, social, agrícola, esportivo e escola doméstica” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 140/141). Em 27 de julho de 1967, um grupo de casquenses procura a Madre Provincial, Éster Chini, para solicitar a abertura de um curso comercial no Colégio São Luís, mas no momento não era possível, pois não havia espaço e material adequado. Cabe destacar, que nesse período, conforme aprovada a Lei nº 4.024 de 1961, o ensino médio era dividido em “dois ciclos: o ginasial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores” (VENTURA, p. 23). De tal modo, “o processo dera entrada na Secretária de Educação e Cultura em 1968” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 141). Esse processo se estendeu

até “março de 1971 [quando] a Secretária de Educação autorizou a abertura do curso Técnico de Contabilidade” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 141).

O ano letivo de 1971 iniciou “com trinta e seis alunos” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 141) matriculados no Técnico em Contabilidade. A abertura do ensino médio no Colégio São Luís possibilitaria que os alunos pudessem frequentar o ensino superior. Irmã Leda Maria Garbin, diretora naquela ocasião, expõe como ocorreu esse processo.

Nesta época, a comunidade Escolar abrangia a Educação Infantil e 1º grau do Ensino Fundamental. Eis que surge o desafio de implantar o 2º grau no Colégio São Luís. Não havia no município de Casca nenhuma escola que tivesse o 2º grau. Os munícipes que quisessem fazer o 2º grau deveriam ir para outras cidades. Iniciou-se um movimento, com divulgação e pesquisa, sobre qual curso de 2º grau seria o mais necessário. Diante do resultado, constatou-se que seria o curso Técnico em Contabilidade.

Dois motivos seriam sanados: Titulação para quem só tivesse o 1º grau e o segundo, visava a possibilidade de ingressar na Universidade. Iniciamos, então, todo o processo para a criação e abertura do referido Curso de 2º Grau de Ensino, junto à 7ª Delegacia de Educação de Passo Fundo, com todos os trâmites exigidos.

Procurou-se formar um quadro de professores de acordo com o curso, Plano Pedagógico, Grade Curricular própria, funcionando em turno noturno.

A abrangência dos alunos atendia os municípios de Casca, São Domingos do Sul, Vanini, Paraí e outros. A primeira turma foi constituída de, na sua maioria, adultos que aguardavam essa oportunidade (2020).

Como dito, em 1971, houve a abertura do Técnico em Contabilidade e ocorreu uma mudança nos rumos da educação a nível nacional²⁷. Irmã Célide Therezinha Bom, que havia chegado ao Colégio São Luís em 1974, ficou responsável pela adequação do educandário. Assim relata o ocorrido:

Não só houve mudança, mas uma mudança radical, vasta, envolvendo toda a estrutura educacional a nível Nacional, Estadual e Local. Foi a Lei 5692/71, que invadiu as entranhas de toda a estrutura educacional do país, provocando aplausos, reações, resistências. Contudo, a ordem era: deve ser implantado o mais rápido possível.

Essa lei criou o ensino de 1º e 2º Graus, substituindo o antigo Primário (4 séries iniciais) e Médio (Ginásial, 1º Ciclo e Colegial, 2º Ciclo). O 1º Grau, de 8 anos, eliminou o Exame de admissão ao Ginásio e seria o Ensino

²⁷ Essa nova fase da educação a nível nacional imprimia nas escolas um ensino com caráter mais técnico, por preferência dos militares que comandavam o país. A nova lei tornava obrigatório a conclusão do primário, fixado em oito anos, e passou-se a utilizar os termos 1º grau e 2º grau.

Fundamental, obrigatório até os 14 anos, e o 2º Grau, de 3 anos, que seria de Ensino Profissionalizante.

As redes Nacional, estaduais, Municipais e Particulares tiveram que iniciar rapidamente com cursos de Reciclagem, para todos os professores a fim de inteirarem da lei, compreendê-la e interpretá-la; iniciar com a reformulação de currículos escolares, adaptando-os para cada realidade, pois devia haver em cada escola, grades curriculares com núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional e parte diversificada estabelecida pelos estados, municípios e Rede Particular. Entraram novas disciplinas, como OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e EMC (Educação Moral e Cívica) amiúde vistas como forma de doutrinação da esfera governamental, em tempos de AI 5, já que foram publicados milhões de livros escolares com esses conteúdos.

Quando cheguei ao Colégio São Luís, mergulhei nessa maratona de reformulação de tudo: Regimento, Grades curriculares, atualização de Professores e funcionários e informações concomitantes a toda a comunidade escolar e sociedade. Mas foi saudável e gratificante, como trabalho. Quanto aos resultados práticos em relação ao aproveitamento pelo aluno, seria uma avaliação à parte (BOM, 2020, grifo do autor).

Foram encaminhadas para a Secretária de Educação as seguintes habilitações para o Colégio São Luís: Magistério (Plena); Educação para o Lar (Plena); Auxiliar de Adubação; Técnico em Contabilidade (Plena) e Auxiliar de Escritório. As duas últimas propostas foram aceitas pela Secretária de Educação. No ano de 1975, juntamente com a implantação da reforma do ensino, foram abertas duas extensões: uma para o município vizinho de Paraí, na Escola Sant’Ana, que durou apenas um ano; e outra para o distrito de São Domingos, no Ginásio Estadual de São Domingos do Sul. Também, o Colégio contava com uma “equipada escola de datilografia [que] complementava as habilitações que o São Luís oferecia aos seus alunos” (CONGREGAÇÃO, 1993, p. 141).

A história do Colégio São Luís, na década de 1980, poderia ser resumida pela queda do número de alunos que frequentavam o Colégio, principalmente no 1º Grau (ensino fundamental); os problemas financeiros, agravados pelo aumento salarial dos professores e pela questão do pagamento das mensalidades dos alunos. Salienta-se que desde a abertura do Colégio houve a distribuição de bolsas de estudos aos alunos mais carentes e compra, por parte do Estado, de vagas para os alunos. Isso ocorria, porque o Colégio era o único no município que ofertava o curso de 2º grau. Em correspondência do dia 30 de maio de 1982, Irmã Célide Therezinha Bom, Superiora Provincial e presidente da Sociedade Educadora e Beneficente São Carlos, que era mantenedora do estabelecimento, exprime os motivos que levaram a província a fechar o Colégio:

falta de clientela, em virtude da criação e funcionamento de nova escola de 1º Grau na cidade de Casca.

Falta de recursos para a manutenção e conservação do estabelecimento, com dependências totalmente ociosas nos turnos diurnos, e com apenas o 2º grau em funcionamento no turno da noite, por não existirem alunos para os turnos diurnos.

Existência do prédio da Escola Estadual de 1º Grau com espaço físico suficiente para receber os alunos de 2ª e 3ª séries do 2º Grau do Colégio São Luís (RELATÓRIO DE FECHAMENTO DO COLÉGIO SÃO LUÍS, 1982).

O número cada vez menor de alunos matriculados no 1º Grau ocorreu, porque houve a abertura de uma Escola Estadual denominada Escola Estadual Ildo Meneghetti, que foi criada por “intermédio do Decreto Lei nº 29.608, de 02 de maio de 1980, entrou em funcionamento a partir do início do ano letivo de 1982” (GELATTI, 1985, p. 111). Com a cessação das atividades do Colégio São Luís, a escola, que contava com um espaço amplo, começou a receber outra escola, de forma provisória, dentro de seu prédio. A Escola Estadual de 2º Grau de Casca iniciou as atividades no ano de 1983, depois “da paralização das atividades da Escola de 2º Grau São Luís” (GELATTI, 1985, p. 112). As duas escolas, Ildo Meneghetti e a escola estadual de 2º grau de Casca, que posteriormente recebeu o nome de Wilson Luís Maccarini, absorveram toda a clientela do Colégio São Luís.

Considerações Finais

A saída de milhões de italianos, desamparados econômica, social e religiosamente, despertou a sensibilidade do Bispo italiano João Batista Scalabrini. Assim, com a criação das Congregações Scalabrinianas, o ramo masculino em 1887, e dos Leigos, em 1899, procurou amenizar e acompanhar as pessoas que partiam para o Brasil. As Irmãs Scalabrinianas, cuja criação ocorreu em 1895, são inseridas nesse contexto. As instituições escolares, uma das marcas da atuação das Irmãs Scalabrinianas, eram criadas com o intuito de manter a fé das famílias imigrantes italianas, atendendo tanto meninas quanto meninos. De maneira geral “as instituições Scalabrinianas seguem o mesmo projeto: trabalham em espaços adaptados e, posteriormente, projetam seus majestosos prédios, atendendo às exigências pedagógicas de seu tempo e às classes sociais para as quais prestam serviço” (OLIVEIRA, 2009, p.6). Assim, as práticas escolares dos docentes se constituíam de fundamentos básicos de leitura, escrita e cálculo, acompanhando, dentro do quadro econômico e social em que a escola estava inserida, os avanços que a educação brasileira realizava. Com as atividades realizadas pelas Irmãs

Carlistas nota-se a atuação de uma instituição religiosa junto às sociedades nas quais se inseriram.

A chegada das Irmãs Carlistas ao Rio Grande do Sul, em 1915, concretizou a atuação da Congregação, pois na região Sul Rio-grandense as Irmãs encontraram “solo fértil” para desenvolver as suas atividades. Eram muitos os núcleos italianos que necessitavam de assistência. Soma-se a isso a abertura do Estado para a vinda das Congregações. A cidade de Casca acabou, nesse contexto, tornando-se um dos destinos de atuação das Irmãs. A abertura do Colégio São Luís, em 1948, tornou-se um marco para a população local. Durante toda a história do educandário, as Irmãs buscavam manter o ensino atualizado e acompanhando as “evoluções” que ocorriam a nível nacional, o que comprova o grande número de alunos que frequentavam o Colégio.

Assim, percebe-se a importância de uma instituição de ensino para a comunidade, mesmo sendo particular. A comunidade era bastante presente no espaço escolar. No início da década de 1980, o número de alunos acaba caindo progressivamente, o que causou o fechamento de turmas. Isso ocorria, porque o ensino estadual avançava na cidade de Casca. Soma-se a isso o valor das mensalidades e a estrutura da escola, que necessita de reformas para continuar as atividades. A manutenção do Colégio São Luís, para as Irmãs, tornava-se inviável. A saída foi o fechamento do Colégio.

Fontes

COLÉGIO SÃO LUÍS. *Histórico do Colégio São Luís*. Casca/RS, 1948-1975.
COLÉGIO SÃO LUÍS. *Histórico do Colégio São Luís*. Casca/RS, 1948-1978.
COLÉGIO SÃO LUÍS. *Livro de Registros do Colégio São Luís*. Casca/RS, 1948-1983.
COLÉGIO SÃO LUÍS. *Relatório de fechamento do Colégio São Luís*. Casca/RS, 1982.
COLÉGIO SÃO LUÍS. *Relatório da verificação prévia para feito de funcionamento condicional do “Ginásio São Luís”*. Casca/RS, 1964.
REVISTA CENTENÁRIO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO – SCALABRINIANAS (1895-1995). São Paulo: Loyola, Edição Histórica, 1995.

Relatos Orais

BOM, Célide. *Entrevista/questionário*. Santa Maria, 14/10/2020, p. 04.
GARBIN, Leda Maria. *Entrevista/questionário*. Nova Bassano, 22/10/2020, p. 07.
LISOT, Gemma Therezinha. *Entrevista/questionário*. Porto Alegre, 16/10/2020, p. 01.

Referências Bibliográficas

AZZI, Riolando. **A Igreja e os migrantes**: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904). São Paulo: Paulinas, 1987, v. 1.

BELUSSO, Gisele; LUCHESE, Terciane Ângela. Memórias de uma religiosa-professora: representações do cotidiano escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS (1951-1962). *Revista Acadêmica Licência&acturas*, Ivoti, v. 4, n. 2, p. 50-59, jul./dez. 2016.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEU, SCALABRINIANAS. **Província Cristo Rei: uma abordagem sócio pastoral**. Porto Alegre: Renascença, 1993.

GELATTI, Roque. **Casca ontem e hoje**. Casca: Instituto Social P. Berthier, 1985.

GILOLO, Jaime. Estado & Igreja na implementação da República gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo. **Série-Estudos**: Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez. 2005.

IOTTI, Luiza Horn. Os estados brasileiro e italiano e a imigração italiana no RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2011, São Paulo. **Anais ...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-11.

LUCHESE, Terciane Ângela. A atuação das congregações na Região Colonial Italiana/RS - 1875 a 1930: entrelaçando religião e escolarização. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5., 2008, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: SBHE, 2008.

LUCHESE, Terciane Ângela; MATIELO, Marina; BARAUSSE, Alberto. Religiosa, imigrante, mulher: Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu – Scalabrinianas num olhar transnacional (1895-1917). **Revista Diálogo da Educação**, Curitiba, v. 19, n. 63, p. 1418-1445, out./dez. 2019.

MATIELLO, Marina. **Religiosidade, etnicidade e educação: a presença das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915 – 1948)**. 2019. Tese. 285 f. (Doutorado em Educação) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

OLIVEIRA, Lúcia Helena. **Educação Scalabriniana no Brasil**. 2009. Tese. 249 f. (Doutorado em Educação) Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas, São Paulo, 2009.

PERIN FILHO, Artério; BASTIANI, Fábio de. **Fragmentos históricos da educação em Casca**: Ginásio Othelo Rosa. Casca: Hoje Edições, 2019.

RADIN, José Carlos. **Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas (1875-1927)**. Chapecó: Ed. UFFS, 2020.

SANTOS, Miriam de Oliveira. A imigração italiana para o Rio Grande do Sul no final do século XIX. **Histórica** – Revista online do arquivo público do estado de São Paulo, São Paulo, n. 9, p. 1-11, abr. 2006.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas - 1895-1934**. Brasília: CSEM, 2005.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas – 1934-1971**. Brasília: CSEM, 2007.

SLOMP, Ivo Albino; BARBIERI, Irmã Lia. **Percorrendo caminhos: Província Imaculada Conceição**. Caxias do Sul: Lorigraf, 1997.

VENTURA, Valeria. **Sistema Educativo Nacional de Brasil**. Ministério da Educação de Brasil, 2005.

A Escola Dominical Luterana: uma revisão prática e teórica sobre seu surgimento e atuação

Karen Laiz Krause Romig²⁸
Marcio Nilander Avila Barreto²⁹

Introdução

Este trabalho surge com o objetivo de trazer para a discussão no meio acadêmico a temática referente às escolas dominicais, tratando de uma revisão prática e teórica sobre seu surgimento e atuação. O tema se justifica, pois quando foram realizadas buscas nas plataformas, repositórios e bancos de trabalhos acadêmicos, encontrou-se pouquíssimos trabalhos que versavam sobre a referida temática. Com isso, o presente artigo conta com a com uma revisão bibliográfica, utilizando-se do aporte teórico advindos de autores clássicos que abordaram a questão do luteranismo e de outros trabalhos acadêmicos que abordam este assunto analisado.

Este artigo se insere na área de estudos da História da Educação, sendo que nesse campo de estudos, nas últimas décadas, novos objetos, novas fontes, novas abordagens foram ampliadas, possibilitando, assim que as investigações possam tratar de diferentes abordagens historiográficas e educativas. O tema “escolas dominicais” encontra-se na perspectiva da História da Educação por conta que tais práticas surgiram a partir da consolidação de uma vertente religiosa na região sul do Brasil, o luteranismo. Neste cenário, a escola dominical, também é vista como uma instituição de apoio para a criança, que está em idade escolar e que neste ambiente educacional específico, inicia sua vida religiosa.

Para tratar da possível abordagem dessa temática na área da História da Educação, utiliza-se as autoras Lopes e Galvão (2010, p. 31) pois argumentam que, “nas últimas três décadas, diversas mudanças vêm acontecendo na área de História da Educação, seja em seus contornos teórico-metodológicos, seja na ampliação de seus objetos e fontes”. Entende-se a abordagem da temática de Escola Dominical como um tema que diversifica a área de estudos. Do mesmo modo, as investigações que vêm sendo realizadas nesse campo não se restringem unicamente ao estudo do ensino e do pensamento pedagógico da disciplina, elas vêm também

²⁸ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas.

²⁹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas.

se aproximando de outras áreas da história e de outros ramos das ciências humanas, a fim de ampliar suas possibilidades (LOPES; GALVÃO, 2010). Ou seja, como mencionam as autoras, os objetos estudados na área da História da Educação vem se ampliando nos últimos anos, de maneira a também incluir estudos que envolvem instituições e pretensões religiosas, como é o caso da Escolas Dominicais.

Para esta proposta foi realizada também uma análise documental de modo mais geral em que se procuramos identificar materiais ligados a este tema e que pudessem contribuir para a ampliação da discussão aqui pretendida. Esta ação proporciona subsídios para um debate apoiado em pressupostos teóricos e também empíricos, ainda que seja de forma inicial. Esse movimento de aproximação mostrou-se enriquecedor em relação aos dados que foram levantados, influenciando, assim, no percurso de nossa pesquisa.

Em solo brasileiro, traços que remontam à história da imigração alemã ainda hoje estão presentes e visíveis nas mais diferentes observações que possam ser realizadas sobre este tema. Na região sul do Brasil esta condição se torna ainda mais verificável, face ao extenso número de imigrantes que por esta região desembarcaram e ao longo dos anos foram deixando, como legado, suas marcas em quase todo o território gaúcho. E dentro deste mesmo percurso, surgiu um processo de reinvenção das tradições (HOBSBAWM, 2012) que fez com que os descendentes deste grupo étnico continuassem a preservar suas características étnicas. Ele cria uma espécie de código cultural que perdura e renova-se. Esses códigos deixaram, ao longo dos anos, marcas significativas, como por exemplo, a consolidação das Escolas Dominicais, que é fruto deste processo histórico de colonização e religiosidade.

Esses códigos culturais são muito variados. Podem ser identificados de forma aleatória, em campos distintos, tais como: escrita, arquitetura, costumes, religiosidade, escolarização, danças, comidas típicas entre outros. Dentre tantas possibilidades destaca-se a religiosidade. Este é um pressuposto que possui grandes atributos na história da imigração, pois, na bagagem, alguns destes indivíduos trouxeram consigo importantes traços e costumes do luteranismo, que por sua vez, carrega em si, marcas imensuráveis quanto aos pressupostos educacionais nas regiões de forte imigração germânica.

Sabe-se que quando da chegada dos imigrantes alemães ao sul do Brasil, em 1824, esta questão ainda não estava bem definida. Se hoje em dia acerca do luteranismo conta-se com três vertentes desta frente, sendo elas as CL - Comunidades Luteranas Livres ou Independentes, a IELB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, e a IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, este não foi o formato encontrado pelos imigrantes recém chegados.

Ao observarmos, especificamente, a contextualização religiosa do Sul do Rio Grande do Sul veremos que neste território perpassam três vertentes do luteranismo³⁰. Desta forma buscamos nesta discussão relacionar tanto as Igrejas Independentes, como a IECLB e a IELB, todas elas voltadas para o contexto específico que desejamos aqui evidenciar, qual seja, destacar a presença e atuação das escolas dominicais que encontram-se inseridas neste cenário.

A vertente do luteranismo de caráter independente é também conhecida como CL (Comunidades Livres), caracterizada pelos movimentos de desvinculação dos sínodos. As comunidades-livres (*Freigemeinden*) são núcleos eclesiais - comunidades ou congregações - que se mantiveram independentes, ou seja, que não se filiaram aos sínodos - organizações para reunir e unir as comunidades (TEICHMANN, 1996). No início do processo de imigração, por terem sido desamparados pelo governo brasileiro e alemão, os imigrantes se organizaram de maneira independente formando suas igrejas e núcleos escolares vinculados a esse formato.

Após a constituição das comunidades independentes, surge a organização do Sínodo Rio-Grandense, que posteriormente originaria a IECLB (Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil). Este fato ocorreu quando foi formada uma instituição religiosa de cunho luterano, influenciada por igrejas luteranas alemãs. Esta instituição se estabeleceu no Brasil no século XIX, a partir da estratégia de pastores que vieram da Alemanha para atuar nas comunidades de imigração (WITT, 1990).

Outra vertente pertencente ao luteranismo é o Sínodo de Missouri, atualmente reconhecida como Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Em sua origem estabeleceu-se no sul do Brasil com a denominação de Sínodo de Missouri, uma instituição religiosa fundada nos Estados Unidos por imigrantes alemães. Esta instituição procurou assentar suas primeiras bases nas regiões de Pelotas e São Lourenço do Sul, região meridional do Rio Grande do Sul, em 1900 (WEIDUSCHADT, 2007).

Em relação a este cenário e as instituições acima mencionadas, cabe ressaltar que dentro deste contexto religioso, os fiéis, e geralmente suas famílias, ao longo dos anos, tradicionalmente participam das reuniões ou cultos, que são celebrados nos templos/igrejas das comunidades³¹ luteranas. É preciso destacar que é justamente nesses momentos onde a Escola Dominical entra em cena. Ela atua na busca de educar crianças e para tanto, se vale de estratégias voltadas para uma formação de cunho estritamente religioso.

³⁰ “O termo ‘luteranismo’ é usado em sentido histórico-político, como conjunto dos desdobramentos do movimento reformatório, originado a partir de Lutero na Alemanha” (RIETH, 1990, p.256).

³¹ Neste trabalho o termo “comunidade” serve para designar o conjunto que é formado por igreja, escola e cemitério. Estes faziam parte de determinadas localidades onde os imigrantes estavam estabelecidos.

Salientamos que, as igrejas luteranas são caracterizadas por serem comunidades, justamente por terem características associativas, pois prestavam serviços para além dos cultos, que subsidiavam religiosamente a sua comunidade. Nadalin (2001, p.183) confirma que, “a igreja luterana, é caracterizada por um associativismo típico, com instituições fundadas e organizadas pelos imigrantes que alimentavam a consciência étnica do grupo”. Esse associativismo, compreende não somente os cultos das igrejas, mas também compreende as diversas formas que surgem no luteranismo como maneira de formar o cidadão para que este possa estar firmado em suas convicções religiosas.

Tratando especificamente das igrejas protestantes/luteranas, é importante notar que, sua preocupação com a educação está presente na história desta instituição, desde sua origem. Outro fato que serve como referência é a importância e responsabilidade que o próprio Lutero inquiria aos pais para com a educação de seus filhos (RODRIGUES, 2007).

Os princípios de uma educação voltada para a religião, é uma premissa amparada nas ideias de Lutero. Para tanto, basta reportar-se às obras de Martim Lutero (2011, p.329-330) “nosso amado Senhor Jesus Cristo diz em Mt [sc. 19.14]: “Deixai vir a mim as crianças e não as impeçais, porque a elas pertence o reino dos céus, etc”. Sendo esta afirmação um sermão que serviria como prefácio para um pequeno livro que o próprio Lutero escrevera sobre o ensino das escrituras para as crianças.

Em suas palavras “[...] se houvessem olhos e ouvidos capazes e dispostos a enxergar e ouvir, pois aqui ouvimos claramente que as crianças que se levam a Cristo e se deixam chegar a ele, são filhos e herdeiros no reino dos céus”, Lutero ressalta a importância do ensino voltado para as crianças. Portanto, no histórico do luteranismo, de longa data essas ideias surgem e perpetuam-se em ações que visam a preparação e vinculação das crianças com a religião.

Ainda para Lutero (2000) dentro do contexto familiar, os pais verdadeiros, deveriam ser cristãos e fiéis, buscando sempre se preocupar com o sustento e com a alma dos filhos, e por isto reivindicar um ensino saudável e competente. Lutero defendia a existência de pessoas capacitadas para ensinar e educar a infância e a juventude da época, pois as crianças deveriam se fortalecer na fé desde cedo.

Para tanto, entendemos que a consolidação das escolas dominicais/cultos infantis surgem na região sul do Brasil, por meio de um processo imigratório alemão iniciado no século XIX, que trouxe o luteranismo, enraizado nas ideias da Reforma Protestante, em que Lutero afirmava que as crianças deveriam ser instruídas nos ensinamentos religiosos.

Mais precisamente,

“no ano de 1790, a Escola Dominical que começa a ser conhecida em Hamburgo, sofre um processo de adaptação à realidade alemã, e por algum tempo é considerada como complementação da educação elementar. Porém, somente em 1825 é iniciada a primeira Escola Dominical alemã, com os pastores luteranos Johann Georg Oncken e Johann Wilhelm Rautenberg. O ensino compreendia a arte da leitura e da escrita e eram utilizados a Bíblia, o catecismo e o cancionário” (RODRIGUES, 2007, p.28).

No exemplo abaixo, podemos identificar a continuidade do ensino voltado para as crianças, sendo ele baseado nos moldes dos princípios luteranos, assim como pretendiam ou planejaram seus idealizadores. Nele é citada uma afirmação sobre a impressão positiva que causara aos adultos o trabalho realizado com as crianças que participavam da escola vinculada ao Sínodo de Missouri.

O que nos chama atenção é a realização de um culto infantil dentro dos princípios luteranos. Podemos supor que o trabalho da escola havia sido frutífero, já que muitas crianças participaram desta festividade. Era uma oportunidade de demonstração do trabalho escolar para toda a comunidade e de mostrar o diferencial que o Sínodo queria ressaltar (WEIDUSCHADT, 2007, p.171).

Ainda que não seja uma exclusividade do luteranismo, pois esta mesma ação ocorre também em outras denominações religiosas geralmente ligadas ao protestantismo evangélico, torna-se importante evidenciar o contexto histórico quanto ao cenário formador das escolas dominicais luteranas. Entende-se que a relação entre igrejas luteranas e a escolarização, seja ela paroquial ou dominical, sempre foi algo enraizado na vertente luterana, justamente pelas ideias defendidas por Martin Lutero. Ao ser elencada a relação entre igreja e escola, são trazidas as afirmações de Barbosa (2017, p.75), que assim discorre:

A história da Educação e a história da igreja mostram-se articuladas em determinados momentos, fonte de influências recíprocas. Foi na Idade Média que essa relação se mostrou mais intensa, com a Igreja encarregada da educação escolar, visando à garantia de instrução de seus religiosos e de seus clérigos, que buscavam formar crianças e jovens com aspiração à vida religiosa.

Se esta ação, como demonstrado anteriormente, teve início na Alemanha em 1790, em território brasileiro, é reportado ao casal de missionários escoceses, o médico Robert Kalley e a musicista Sarah Poulton Kalley, fundadores da Igreja Evangélica Fluminense, a efetiva criação do que seria a primeira Escola Dominical no Brasil. Este fato histórico ocorreu na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, no dia 19 de agosto de 1855. Nesta escola, que na verdade

tratava-se da própria casa dos missionários, havia cerca de cinco crianças presentes para assistir a primeira aula, que fora ministrada por Sarah (GILBERTO, 1998).

Com sua implementação no Brasil, em seguida, as Escolas Dominicais foram incorporadas as práticas da religião luterana.

Escolas dominicais das igrejas luteranas: o que são elas?

As escolas dominicais/cultos infantis tiveram seu advento no momento em que as escolas luteranas particulares perderam força. Cabe desta forma ressaltar, que os imigrantes alemães e pomeranos, quando imigraram para a região sul do Brasil, se estabeleceram em comunidades, e criaram em um núcleo comunitário a escola e a igreja luterana, em que havia, muitas vezes a atuação de um pastor que era também professor. Mas com a Nacionalização do ensino e o surgimento de políticas educacionais ao longo do século XX, que pelo Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, conhecida como “Lei da Nacionalização”, exigiu o ensino em língua nacional e impôs barreiras para a circulação de revistas e livros em língua estrangeira, o que ocasionou o fechamento de muitas dessas escolas étnicas. Com isso as escolas que pertenciam às igrejas vão perdendo força, pois as escolas públicas passam a invadir as zonas rurais mais remotas. E para garantir a inserção das crianças em uma iniciação religiosa, as igrejas luteranas aderem a estratégia de criação das escolas dominicais.

Conforme definições de Rodrigues (2007, p.28) “a Escola Dominical surge na Inglaterra no contexto histórico-social da revolução industrial, do desenvolvimento científico, da reforma agrária que impulsiona as famílias pobres a viver nas cidades”, ainda nesta perspectiva a autora esclarece a figura e a intencionalidade com que surgem as escolas Dominicais na Inglaterra:

Em 1780, na Inglaterra, Robert Raikes observa grande número de crianças empobrecidas, brincando na rua, e é informado que aos domingos este número é ainda maior, porque também as crianças precisavam trabalhar muito, durante a semana, sem oportunidades para aprender a ler e escrever. Raikes, que era gráfico, imprime livros de histórias e contrata mulheres para contar as histórias às crianças. Sua preocupação com as crianças trabalhadoras abre-lhes uma possibilidade alternativa de alfabetização (RODRIGUES, 2007, p.28).

De modo semelhante, as igrejas luteranas procuraram maneiras ou estratégias para fazer com que a criança e o jovem pudessem estar mais próximos das rotinas e das vivências comunitárias religiosas. É a partir desta condição que surgem, então, as escolas dominicais.

É importante compreender que nas igrejas luteranas, nas mais variadas localidades, apenas jovens (geralmente acima de 13 anos de idade) e adultos são os participantes das reuniões/cultos. Nos momentos onde o sermão é proferido pelo pastor/ministro de cada comunidade, as crianças realizam diversas atividades em outro local, dentro das dependências das comunidades, onde são acompanhadas por monitores/professores. Este espaço e este momento configura a “escola dominical”.

Esta ação se utiliza de materiais próprios, trabalhados a partir de ludicidade voltados ao ensino e aprendizagem para as crianças. Este espaço também pode ser denominado como “culto infantil”, “cultinho para crianças”, podendo receber, ainda, nomenclatura de “escolinhas dominicais”.

Para Weiduschadt (2007, p.79) elas são

práticas desenvolvidas para envolver as crianças durante o culto. No momento do sermão, as crianças, em espaço reservado, recebem mensagens religiosas de forma lúdica, por isso, a denominação “escola dominical”, pois eram realizadas aos domingos.

Esta pode ser considerada então como uma prática cultural/religiosa que tem sido replicada ao longo dos anos. E, nestes ambientes, pode-se afirmar que esta seja uma ação tradicional institucionalizada, já que é realizada, há muitos anos, por pais e filhos que frequentam estes espaços, renovando assim, esta prática que possui traços de cunho educativo/doutrinário.

Escolas dominicais: uma educação formal ou não formal?

Observar o espaço geográfico, formato, conteúdos, propostas de ensino e aprendizagem, e como estes se dão no contexto das escolas dominicais, nos remete a uma importante discussão: o cenário acima descrito, pode ser considerado como um local onde ocorra uma educação caracterizada como formal ou não formal?

Faz-se necessário destacar que, ainda que este ambiente esteja envolto às questões vinculadas ao processo de ensino e aprendizagem, existem marcas próprias que agem delimitando sua atuação e apontam para uma distinção que deve ser observada: a proposta da educação cristã não ocupa uma posição de equivalência em matéria de conceitos e conteúdos pedagógicos que são comuns aos espaços educativos públicos ou privados. E sobre este diferencial estará baseada a discussão a seguir.

O próprio tema “educação” é amplo. Ao tratarmos dele, poderão se encontrar variáveis que definirão este termo, dependendo da especificidade de onde se desenvolve a ação/ato de educar. Neste ponto, a escola dominical é, sem dúvida, um espaço educativo, pois sua atuação demonstra exatamente este propósito.

Porém, observando de forma mais ampla, a educação encontra-se dividida entre nomenclaturas/definições que podem caracterizá-la tanto como educação formal, quanto educação não formal. E são as condições nas quais estes determinados recintos estão inseridos que acabam por definir qual é a mais apropriada definição que pode ser designada para cada uma delas.

Podemos afirmar que a educação cristã possui quase todos os atributos que são comuns ao que, no senso comum, compreendemos por ser uma “educação formal”. Face aos seus agentes constituintes, tais como alunos, professores, salas de aula, conteúdos específicos, materiais didáticos, entre outros, acabam por formatar este cenário que temos construído ao longo dos anos e que nos remete à condição de elencarmos este “formato” como um modelo de educação formal.

Ainda assim, existem algumas distinções que necessitam ser evidenciadas. Uma delas diz respeito ao ponto de vista dos indivíduos que atuam neste campo específico de ensino. Como exemplo a ser usado de forma ilustrativa, podemos identificar que houve um crescimento no público alvo das escolas dominicais (infantil) e, por consequência, no número de professores/monitores igualmente. Porém, mesmo com este aumento, não se identifica uma potencial busca por formação ou aperfeiçoamento das partes que compõem diretamente este cenário.

Segundo Marchiore (2016, p.92)

Dado o aumento do acesso da população brasileira ao sistema de educação secular, houve um crescimento intelectual na população e por consequência nos frequentadores das Igrejas, bem como os frequentadores dos ambientes de ensino nestas igrejas. Na sociedade secular convém observar uma busca desenfreada para a capacitação dos profissionais que lecionam nas mais diversas instituições para suprir uma necessidade crescente de se contextualizar e otimizar o processo de ensino dos seus alunos.

Para o autor, pode ser observado que dentro de algumas escolas dominicais, vinculadas a instituições evangélicas, ainda não é identificado este mesmo fenômeno pela busca do aperfeiçoamento, da formação específica, conhecimento e de novos métodos de ensino que

venham auxiliar aos professores/as que atuam nestes espaços. Isso pode estar ocorrendo por razões diversas.

Um ponto importante que pode esclarecer esta ocorrência, deve-se ao fato de que os professores/as, atuantes nestes locais, são, quase que em sua totalidade, voluntários. Partindo desta afirmação, a questão da baixa procura por formação é melhor compreendida, pois tratam-se de pessoas que desempenham outras atividades durante a semana e que, aos domingos (geralmente), assumem, voluntariamente, a função de professores/as das escolas dominicais.

Logo, percebe-se que a mesma busca constante por qualificação profissional que ocorre nos ambientes educacionais públicos e privados, não ocorre nos mesmos moldes na educação evangélica, especificamente. Dentre outros motivos, nos parece que o mais determinante seja a condição da atuação voluntária ser um limitador neste caso.

Outro diferencial pode ser observado quanto aos conteúdos apresentados nestas salas de aula. Pode-se afirmar que estes possuem um valor altíssimo, principalmente quando se fala de educação cristã, que tem como objetivo criar alicerces para uma vida pautada pela Palavra de Deus. Se a educação secular exige de seus docentes uma capacitação cada vez maior, da mesma maneira deve ocorrer dentro dos ambientes de escolas dominicais. (MARCHIORE, 2016).

Desta forma destacamos que dentro desta configuração apresentada a Escola Dominical pode ser considerada com um local onde é promovido o ato de ensino e a aprendizagem. Deste modo, ela se enquadra nos moldes de uma educação de caráter formal. Porém, ainda assim, concordamos que este seja um ambiente que pode ser classificado como “não escolarizado” pois seus conteúdos e métodos diferem dos demais vinculados ao contexto de uma escolarização formal pública ou privada.

Como elas atuam?

As escolas dominicais atuam junto às igrejas luteranas. Uma marca importante do luteranismo é a busca por ofertar aos fiéis, seu público de forma geral, um ensino doutrinário baseado nas sagradas escrituras. Neste mesmo movimento, as escolas dominicais visam preparar as crianças e os jovens para que, desde sua infância, possam viver fortalecidos nas questões de fé que nestes espaços e nestes moldes são propostas.

Freitas (2006, p.57) define que:

No espaço da Escola Dominical, os princípios educativos podem ser bem aproveitados, pois, cada professor tem sob sua responsabilidade um grupo menor de pessoas e pode se ocupar pessoalmente com a educação cristã de cada aluno. No

modo descrito acima, um dos grandes objetivos da Escola Dominical é educar para a cidadania, ensinar a solidariedade e despertar na vida das pessoas o desejo de servir a Deus e ao próximo. Por outro lado, também é o espaço onde alunos e alunas podem ter um encontro pessoal com Cristo.

Nesta afirmação anterior percebe-se que nas vertentes religiosas, as escolas dominicais são percebidas enquanto espaços educativos, de cunho estritamente religioso. Também é importante observar que, conceitualmente, dentro das igrejas, elas são consideradas como capazes de preparar e instruir os cidadãos para uma vida regida pelos ensinamentos de Deus.

Materiais didáticos e conteúdos trabalhados na escola dominical

Como discutido anteriormente, as escolas dominicais surgem no intuito de tornar a formação religiosa da criança mais lúdica e prazerosa por meio de atividades, leituras e reflexões que trazem a religião para o imaginário infantil dessas crianças. Para isso, nelas são utilizados materiais que orientam os professores ao trabalharem determinados conteúdos com as crianças. A seguir são apresentados alguns exemplos para ilustrar como se dão a forma lúdica das aulas e a orientação ao professor. Abaixo, segue uma imagem referente ao manual do professor da Escola Dominical. Publicado pela Editora Concórdia no ano de 2018, em seu conteúdo destaca-se que cada página representa uma lição, ou seja, um roteiro a ser seguido em sequência nas aulas desenvolvidas nos encontros da Escola Dominical.

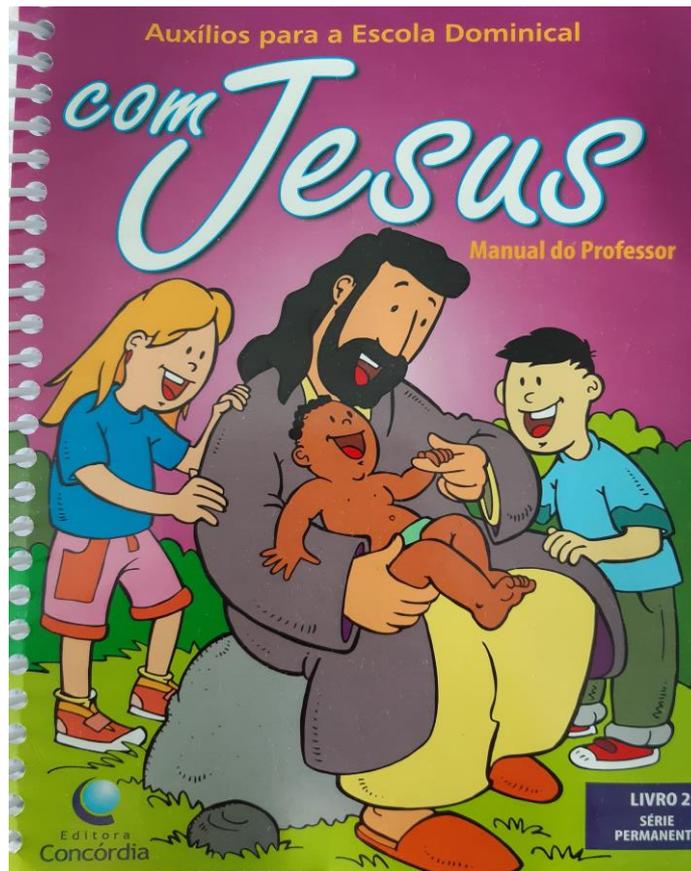


Figura 1: Capa do livro: Com Jesus, usado por professores de Escolas dominicais da IELB, Editora Concórdia, 2018.

Fonte: Acervo pessoal de Loni Weiduschadt (2020)

A imagem acima trata-se de uma publicação denominada como “Manual do professor: auxílios para escola dominical”. Na ilustração aparecem crianças e elementos religiosos, como a figura de Jesus, além de também ser evidenciada a questão da diversidade entre as crianças. Nela, fica claro em seu enunciado que trata-se da tentativa de apresentar um contexto religioso voltado para o mundo infantil.

Já a imagem a seguir demonstra um sumário de todos os elementos que deveriam ser trabalhados pelo professor, para que de fato ele se aproximasse da criança, ganhasse sua confiança para introduzir os ensinamentos bíblicos e doutrinários do luteranismo. Segue abaixo um índice que faz parte de um exemplar do Manual para professores da Escola Dominical da atual IELB:

ÍNDICE

Apresentação
Índice
Introdução

1 - DOCTRINA

- 1.1 - A Escritura
- 1.2 - A Conversão
- 1.3 - Lei e Evangelho
- 1.4 - A Igreja Cristã

2 - DIDÁTICA

- 2.1 - O Professor
- 2.2 - Vamos Educar
- 2.3 - Vamos Conhecer a Criança
- 2.4 - Vamos Preparar a Lição
- 2.5 - Vamos Contar Histórias
- 2.6 - Disciplina
- 2.7 - Missão na Escola Dominical
- 2.8 - Currículo para três Anos

3 - DIVERSOS

- 3.1 - Vamos Organizar a Escola Dominical
- 3.2 - Vamos Desenhar
- 3.3 - Vamos Brincar
- 3.4 - Teatrinho de Fantoques
- 3.5 - A Biblioteca da Congregação

4 - VISUALS (Volume II)

- 4.1 - Histórias Bíblicas para Colorir
- 4.2 - Meu Rei Messias
- 4.3 - O Tabernáculo
- 4.4 - Mapas
- 4.5 - Diversos Trabalhos e Exercícios

Figura 2: Índice do Livro: Manual para professores de Escolas Dominicais do Departamento de Educação Paroquial da IELB.
Fonte: Acervo pessoal de Loni Weiduschadt (2020).

Nesta imagem aparecem orientações, cronogramas e etapas que buscam nortear a ação e auxiliar o professor para que este pudesse conduzir suas aulas na escola dominical. Observando atentamente o documento, veremos que em um primeiro momento se estuda sobre a doutrina religiosa, sobre o evangelho e as leis divinas de Deus. Sendo que na imagem também aparecem elementos didáticos que deixam transparecer o que seria trabalhado nas aulas da escola dominical. São desenhos para colorir, contação de histórias bíblicas, teatro de fantoches, confecção de desenhos e outras atividades que pudessem, de forma lúdica, preparar a criança para vida religiosa, trabalhando, dentro do contexto infantil, a importância cultural da religião.

Quem faz parte das escolas dominicais?

Dentro do universo das instituições em geral, existem cargos diretivos, funções de controle, grupos de coordenação, secretarias entre outros departamentos. O mesmo ocorre nas comunidades luteranas. Porém, neste cenário, existe uma diferença na nomenclatura. Os departamentos, muitas vezes, são chamados “ministérios”. Eles servem para designar cada uma destas frentes de atuação onde os congregados são escolhidos como responsáveis pelo gerenciamento de cada área específica.

Então estes cargos, geralmente são ocupados por pessoas que se dedicam, de forma voluntária, contribuindo a partir de sua aptidão em determinada área específica onde possui formação acadêmica. Por vezes, outros voluntários, mesmo sem possuir formação específica, auxiliam em frentes onde conseguem, com seus talentos ou proximidade com determinadas propostas, desempenhar, de forma satisfatória, as funções que determinadas tarefas exigem.

No contexto de uma comunidade luterana um nicho de grande importância, dentre outros, é o público infantil, alvo principal das ações propostas pelas escolas dominicais. Não raro este espaço conta com um grande número de crianças que são seus principais integrantes. Neste sentido, pode-se inferir, por relação diretamente proporcional, que se os participantes são em grande número, aos responsáveis por tal frente, caberá organizarem-se para que a quantidade de professores seja também adequada a esta demanda.

Na busca de exemplificar de maneira mais prática utilizaremos neste momento a formatação vigente da Escola Dominical - 2020 - da Comunidade São João de Pelotas-RS, vinculada a IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Ela conta com quatro grupos de crianças que são separados, conforme suas respectivas idades, da seguinte forma:

Maternal	Pré Primário	Primário	Juniores
2-3 anos	4-5 anos	6-8 anos	9-11 anos

Fonte: Comunidade São João de Pelotas (2020).

Assim, as escolas dominicais/culto infantil, contam, geralmente, com um expressivo número de crianças. De igual forma deve ser o número de professoras e professores, orientadores, monitores, equipe de apoio. Este grande grupo, geralmente, está vinculado a uma ou duas pessoas que o coordenam. Elas são as responsáveis por planejar as ações, os conteúdos, a metodologia de trabalho, os materiais que serão utilizados, entre tantos outros aspectos.

É inegável que as ações da escola dominical estão subordinadas à igreja na qual ela está inserida. A medida que compreendemos que este espaço de ensino e aprendizagem está alocado dentro de uma instituição religiosa, muitas de suas características e procedimentos serão melhor compreendidas.

Considerações finais

Ao encerrar este breve estudo entendemos que as escolas dominicais, neste contexto estudado, as luteranas, são instituições que preparam as crianças das comunidades para que estas comecem a despertar sua curiosidade para as questões de fé. Além disso, o pano de fundo demonstra o intuito para que sejam ofertados, através de estratégias que estão apoiadas na ludicidade, os ensinamentos bíblicos que fazem parte da doutrina religiosa em questão.

Sabemos que para cada denominação cristã religiosa, e no Brasil existem muitas vertentes, existe um determinado tipo de conduta quanto ao que é trabalhado nestes espaços. Nem todas as escolas dominicais agem da mesma forma e nem mesmo os conteúdos e conceitos são idênticos ou possuidores de uma mesma ideologia. Tampouco é a intenção deste artigo julgar ou levantar aqui a discussão sobre quem possui melhor ensino ou qual delas se utiliza do melhor método.

O que procuramos é evidenciar que existe um tipo muito peculiar de proposta educativa que ocorre nas escolas bíblicas, neste caso, as luteranas. Sabemos que este modelo pode não ser percebido ou até mesmo reconhecido pela grande maioria das pessoas. Debates aqui sobre um público restrito que atua junto ao singular contexto deste cenário. É percebido também que as escolas dominicais, na região sul do Brasil, surgem a partir de um processo histórico de imigração e adaptação religiosa alemã/luterana, que em princípios educativos baseados em Lutero, faz das escolas dominicais um instrumento de preparação da infância para os preceitos religiosos.

Porém, vale ainda destacar que a didática, as abordagens, os materiais, e tudo que envolve a configuração de uma escola dominical, possui atributos que nos permitem afirmar, guardadas as devidas proporções, que este pode ser considerado como um espaço educativo. Ela é o alvo de toda uma ação que está voltada, sobretudo, para a condição de ofertar ensino e aprendizagem, nos termos aos quais ela se propõe. Deste modo, pode ser afirmado que seu objetivo é instruir as crianças, com base no luteranismo, por meio de instrumentos lúdicos e didáticos.

Referências

- BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **As origens do Direito a Educação: Martinho Lutero e a Reforma Protestante**. Curitiba: CRV, 2017.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil – 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em 26 mai. 2020.
- COMÊNIO, João Amós. **Didática Magna**. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- FREITAS, Jorge Wagner de Campos. **ADOLESCÊNCIA, ESCOLA DOMINICAL E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS DE UM NOVO PROCESSO**. Dissertação de Mestrado Pós-Graduação em Ciências da Religião, SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2006, 196p.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas- Ética: fundamentos; oração. Sexualidade, educação e economia v. 5**. 2ª ed. Tradução de Martin Dreher, Editora Sinodal, São Leopoldo, 2011.516 p.
- LOPES, Eliane; GALVÃO, Ana Maria. **Território Plural**. São Paulo: Ática, 2010.
- GILBERTO, Antonio. **Manual da Escola Dominical**. Rio de Janeiro: CPAD, 1998.
- MARCHIORE, Rogério Lacerda. Os desafios da educação cristã na escola bíblica dominical do século 21. pág. 90 -100. Revista Ensaios Teológicos – Vol. 02 – Nº 02 – Dez/2016 – Faculdade Batista Pioneira –.
- NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes de Origem Germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. 249p. 2ª ed.
- RODRIGUES, Marilze Wischral. **Formação continuada de educadores cristãos: Vivendo a fé cristã no Culto Infantil**. 2007, 115 f. Dissertação de Mestrado Profissionalizante (Mestrado em Teologia) Instituto Ecumênico de Pós-Graduação Religião e Educação, São Leopoldo, 2007.
- SANTOS, Valdeci da Silva. **EDUCAÇÃO CRISTÃ: CONCEITUAÇÃO TEÓRICA**. São Paulo: Fides Reformata XIII, 2008.
- TEICHMANN, Eliseu. **Imigração e Igreja: As comunidade - Livres no Contexto da Estruturação do Luteranismo no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo, Instituto Ecumênico de Pós Graduação, Dissertação de Mestrado, 1996.
- WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar**. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.
- WITT, Osmar Luiz. Igreja na Imigração - o Sínodo Riograndense e o acompanhamento de imigrantes. In: DREHER, Martin (org). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre, São Leopoldo, EST-Sinodal, 1990, p. 281-294.

DA REPRESENTAÇÃO CAPUCHINHA ITALIANA À ESCOLARIZAÇÃO DA ALMA NO MARANHÃO DO SÉCULO XX: ACONTECIMENTO E PARTICULARIDADES

Maria Goretti Cavalcante de Carvalho³²

Introdução

Este texto apresenta um estudo histórico sobre a representação da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos – OFM^{Cap}³³, italiana, na educação popular no Maranhão do século XX. Foram analisados alguns documentos da *Missão do Maranhão*³⁴, com vistas nos discursos produzidos pela OFM^{Cap}; e pelos missionários capuchinhos, nas condições de produção de fontes primárias inéditas, encontradas nos arquivos capuchinhos: do Convento de Nossa Senhora do Carmo, em São Luís - MA; da Casa Geral das Irmãs Missionárias Capuchinhas, em Fortaleza - CE; dos Capuchinhos Lombardos, em Milão; e do Geral da Ordem dos Frades Menores, em Roma.

Os documentos do período de 1896 a 1901 foram examinados porque contêm muitas particularidades sobre a criação de dois Institutos no sertão maranhense, pelos capuchinhos italianos para a catequese indígena, e suas circunstâncias. Há dados sobre o aprendizado dos meninos com os frades e as meninas com freiras italianas da Congregação Missionária Capuchinha de Madre Rubato. Nota-se que se iniciava ali um processo de “escolarização da alma”. Religião e educação interagindo para um mesmo fim: escolarizar a alma cristã. Mas, esse projeto foi interrompido por um grande desastre na *Missão do Maranhão*, um massacre, em 1901, e a conseqüente saída dos capuchinhos daquela localidade denominada Alto Alegre.

A partir de 1905, os frades capuchinhos italianos redefiniram o seu projeto missionário por força das circunstâncias. O frei João Pedro de Sexto São João³⁵ fundou uma Congregação Missionária Capuchinha – CMC, brasileira e feminina, para atender a educação escolar das

³² Doutora em História. Docente da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

³³ Uma ramificação da Ordem Franciscana primeira, fundada pelo primeiro grupo masculino, congregado por Francisco de Assis. A **Ordem dos Frades Menores Capuchinhos – OFM^{Cap}** é uma reforma de 1528, que na Itália se separaram dos Franciscanos Observantes; e os Observantes ou Reformados que reúnem todos os religiosos franciscanos que participaram das reformas antes do final de 1800. E todas estas reformas eram feitas com o objetivo de retomar o espírito genuíno do fundador. (Cf. FARIA, 1961).

³⁴ Denominação oficial de uma missão de catequese indígena inaugurada no Maranhão (1894), que aparece nos documentos da OFM^{Cap} (Cf. AGMC, H 67, Doc. Off., A, 21; AOC, t. X, 1894, p. 363; t. XI, 1895). É o período missionário da *Missão do Maranhão* mais tenso e muito dinâmico, especialmente pelo empenho dos capuchinhos pela escolarização dos indígenas.

³⁵ Superior Regular da *Missão do Maranhão*, a partir de 1901, logo após o massacre realizado pelos indígenas da localidade chamada de Alto Alegre, da Comarca de barra do Corda – MA.

meninas indígenas na Colônia de Santo Antônio do Prata, no Pará, e colaborar com as atividades da diocese de Belém-PA.

Com a chegada das freiras da CMC no território maranhense, em 1910, a história da educação no Maranhão ampliou-se com as significações pedagógicas da Igreja, inspirada no franciscanismo, especialmente, relacionando-se à história da consolidação da presença capuchinha no Sertão e na ilha de São Luís, capital do Estado.

Na documentação analisada nota-se que este processo de escolarização capuchinha foi mais um *acontecimento*³⁶, construído pelas ações de missionários italianos, com a colaboração de uma Congregação Missionária Capuchinha, brasileira e feminina.

Os primórdios da *missão* dos capuchinhos milaneses no Maranhão (1894)

As Missões indígenas, no território maranhense, tiveram as suas particularidades e episódios pontuais, no âmbito da catequese. Primeiramente, com os capuchinhos franceses (1612 – 1616); depois, os frades carmelitas (1624) e os capuchinhos italianos, no segundo Império, embora saibamos que, no Maranhão, muitas ordens religiosas fizeram-se presentes para a propagação da fé cristã.

Na memória da *Missão* capuchinha no Brasil há um capítulo de história da catequese indígena no Maranhão³⁷. E esta memória faz referência, primeiramente, ao atendimento de uma demanda imperial; depois, republicana, que por consequência deslocou frades italianos lombardos para o Norte brasileiro. Com a devida atenção aos documentos foi possível compreender que esta memória são “rastros, distância, mediação, uma história, uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1981, p.11). E ainda mais, Le Goff (1993, p. 35) alerta sobre o fato de que “as marcas que restam do passado não são, muito comumente, nem as mais precisas, nem as menos adequadas para recompor uma determinada experiência social. Contudo, é a partir delas que se recupera a memória”. Nesta perspectiva, foi possível identificar e analisar as experiências missionárias dos capuchinhos no processo de escolarização da alma no Maranhão, desde 1894, com repercussão nos dias atuais.

³⁶ O *Acontecimento* será aqui examinado como “índice ou vestígio significante, o acontecimento é compreendido duplamente, como sugere sua etimologia, como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis. [...]. Cabe ao nosso tempo afirmar a força intempestiva do acontecimento na qualidade de manifestação da novidade, apreendido como começo “; afirma Dosse (2013, p. 6 -13).

³⁷ “Antigamente, a América Portuguesa foi dividida em dois grandes Estados: o Estado do Brasil, ao sul, e o Estado do Maranhão tinha uma Diocese extensíssima, abrangendo até o Estado do Amazonas, e com um clero desfalcado, tinha a necessidade das missões ambulantes a que entregaram os religiosos” (MARQUES, 2008, p.308 - 721).

Em abril de 1894, após prévios acordos com o bispo do Maranhão, Fr. Carlos de San Martino Olearo seguiu em visitas para Barra do Corda, com o duplo propósito de estudar a situação da região indígena. As primeiras impressões foram excelentes, mas no sentido de ter encontrado muitas aldeias. Isto suscitou planos para resolver a *cristianização*, com vasta possibilidade de ações, seja entre os indígenas ou entre os fiéis.

Desta visita à cidade de Barra do Corda, em 1894, Fr. Carlos de San Martino, por conta própria, formou um plano de catequese e o apresentou ao bispo D. Antônio Cândido Alvarenga, ao Ministro Provincial de Milão e ao Ministro Geral da Ordem Capuchinha. Na *carta* enviada por Fr. Carlos, de São Luís, em 15 de abril de 1894, ao Pe. Ministro Geral, ele fundamenta uma ideia mais concreta para a *missão indígena* em Barra do Corda:

Quanto à catequese dos índios, o único meio para agir, sem recorrer ao Governo, é aquele já proposto pelo Bispo do Pará, D. Jerônimo Thomé, atualmente Bispo de Bahia, ao Reverendíssimo Padre Prefeito. Isto é **aceitar o encargo de uma Paróquia próxima das Aldeias e de lá irradiar nossa ação entre os índios**.³⁸

A *Missão do Maranhão* iniciou-se como *missão indígena*, em 1895, com sede definida no Convento do Carmo, em São Luís do Maranhão. Esta *Missão* lombarda não foi um simples *acontecimento*, apesar de um forte apelo pelas *missões populares*, embora estivesse nas ideias de Fr. Carlos de San Martino Olearo que, “o possível não preexiste, ele é criado pelo acontecimento”.³⁹ No dizer de Dosse (2013, p. 12) este *acontecimento* é “uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz da construção simbólica”. Significa dizer que este *acontecimento* não foi uma coleção de dados comprobatórios de uma realidade, mas sim, uma repercussão, uma extensão, uma consequência, com incisões, refém das contingências.

No *acontecimento* da *Missão* está a assistência aos fiéis, que era uma das finalidades dos missionários capuchinhos. Todavia a prioridade desta era a catequese dos índios ainda em estado não cristianizado. Em função disto, os frades procuraram estações ou alguma residência próxima ou no meio das aldeias. Além dessa busca por uma residência no Sertão maranhense, cogitavam também sobre o método específico a ser empregado na sua evangelização (CARVALHO, 2018, p. 203).

³⁸ *Carta* de Fr. Carlos ao Ministro Geral da Ordem Capuchinha. De S. Luís. Datada de 15 de abril de 1895. Cf. APC (Mic. 173/ 2. II. 6-12 – III. 1+2+3. 3530). Vialle Piave - Milão.

³⁹ Concepção deleuziana do acontecimento utilizada por Dosse (2013, p. 12) para se pensar o acontecimento que, por mais simples que seja, com todas as suas ramificações, transforma radicalmente o clima social e político de um lugar.

Entretanto, para os capuchinhos iniciarem a *missão indígena*, Fr. Carlos percorreu as aldeias vizinhas, convidando os índios adultos a irem à residência dos capuchinhos, enquanto recolhiam o primeiro núcleo de crianças, a serem educadas no projetado instituto.

A *Missão* estava empenhada na assistência aos fiéis, que era uma das finalidades dos missionários capuchinhos. Todavia a prioridade desta era a catequese dos índios ainda em estado não cristianizado. Em função disto, os frades procuraram estações ou alguma residência próxima ou no meio das aldeias. Além dessa busca por uma residência no Sertão maranhense, cogitavam também sobre o método específico a ser empregado na sua evangelização.

A educação no instituto para meninos índios (1895), em Barra do Corda-MA

Então, ao chegar a Barra do Corda-MA, Fr. Carlos fundou uma escola, em julho de 1895, para os meninos⁴⁰ indígenas daquela localidade. Na visão e expectativa do frade, esta iniciativa tem êxito, pois “[...] a escola logo chegou a ter oitenta alunos, aos quais os missionários davam instrução primária, conhecimento de música, olaria e sapataria” (ZANNONI, 1998, p. 102). Era internato de índios.

O Instituto e a *Officine* foram implantados, segregando os índios das aldeias, pois, carecia mantê-los, mesmo que desconsiderando a vida natural, o sustento específico, enfim, a própria cultura dos índios. Fr. Mansueto acenava que aquele sistema de Missão não era o tradicional. Mas, fr. Carlos continuava convencendo os Superiores, no final da carta:

Se recevesse lettera in che i miei Discreti dissentissero a quello che io progetto, e accusassero il mio governo di non so che, V. P. non mi difenda, dica loro che abbiano pazienza fino al 12 maggio 1897 (data dell'obbedienza di Superiore) o meglio final 16 di Agosto del 1896 (data in cui si compie il triennio dela chegada al Maranhão). (A.P.L. 18/07/28 - 1/C 39 – Convento do Carmo- São Luís-MA).

O processo de criação de escolas capuchinhas, no Maranhão, teve início em Barra do Corda (1895), a partir de uma Convenção⁴¹ entre os Ministros Geral da Ordem Capuchinha e Provincial de Milão, com a iniciativa do Bispo do Maranhão D. Antônio Alvarenga. No item 2 da referida Convenção, o Bispo declara que comprou para a Diocese e pagou por intermédio de Fr. Carlos de San Martino Olearo, quatro casas contíguas e terrenos adjacentes, conforme a

⁴⁰ Frei Carlos trouxe da aldeia os cinco primeiros meninos para o colégio que, em 1896, contava 83, aprendendo Leitura, Geografia, lições de Cousas, Música e Doutrina. Ver em MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3.ed. São Luís: Edições AML, 2008, p. 305.

⁴¹ Convenção para Barra do Corda com o Bispo. Maranhão, 17 de abril de 1895. Livro de Tombo 1.º A / I / 1 fl 17v-18-18v.

descrição nas escrituras públicas. Oportunamente, Fr. Carlos pensou integrar no seu “plano” a criação de um “Instituto” indígena, que funcionasse em uma destas casas para os missionários transformarem os costumes indígenas, em regime de internato de meninos índios de até 14 anos, para torná-los cristãos.

Conforme o item 3, da Convenção, o Bispo cede aos religiosos capuchinhos o uso perpétuo das casas e terrenos supraditos com faculdade de poderem habitá-los, arrendá-las, edificar ou modificá-las como lhes aprouver. Em função desta condição, o Superior Regular dos capuchinhos lombardos, Fr. Carlos de San Martino Olearo, tratou de organizar as reformas. Em um prazo curto de construção a casa de Barra do Corda passou a ser chamada de “Instituto” de São Francisco de Assis, fundado em julho de 1895, o qual teria duas finalidades: 1.º - a *cristianização e civilização dos índios, com uma sólida educação cristã e civil aos filhos dos índios, fazendo com que estes percam a vontade de viver uma vida selvagem;*⁴² 2.º, a cura da vastíssima freguesia de Barra do Corda (começando desde o rio Flores no Mearim à Flor do Campo além da cabeceira do rio Corda, contando 40 léguas em linha reta).⁴³

Educação cristã e escolarização feminina indígena, no Instituto “São José da Providência” (1896)

A outra iniciativa foi um Colégio para meninas, cujo projeto gerou sérias dificuldades⁴⁴: o Instituto “São José da Providência”. Dentre estas, havia a resistência dos Índios, em deixar suas filhas com os frades; faltavam Freiras⁴⁵ para o trabalho com a educação feminina; e a forma de sustentar o Colégio feminino. Para isto foi fundada a Colônia Agrícola como meio de sustento ao Colégio feminino⁴⁶.

Com o apoio da sede da Província de Milão em São Luís (MA), os capuchinhos levaram adiante suas experiências missionárias na cidade de Alto Alegre, fundando a Colônia *São José da Providência*⁴⁷ (1896), situada entre os municípios de Grajaú e Barra do Corda (MA), onde havia um número significativo de aldeias indígenas: Cana Brava, Coco, Jenipapo, Naru (todos

⁴² Livro de Tombo da Missão, Cf. Arquivo Provincial A/I/1 ffl. 55-58. Convento do Carmo. São Luís - MA.

⁴³ Idem.

⁴⁴ “Em primeiro lugar a maior resistência dos Índios em entregar aos frades as suas filhas. Acrescente-se logo o problema de encontrar e garantir os meios suficientes para o sustento das duas instituições e como conseguir a colaboração de uma comunidade de Irmãs para a educação das meninas”. (CUTER, 1993, p. 63).

⁴⁵ Chegam seis Irmãs Terceiras Capuchinhas, no dia 26 de junho de 1898, que chegam de Montevideú, acompanhadas da própria Madre Fundadora, Madre Francisca Rubatto. (CUTER, 1993, p. 66).

⁴⁶ “A Colônia Agrícola foi fundada no meio das aldeias que passou a ser ao mesmo tempo ponto de referência para a evangelização dos Índios e centro agrícola capaz de oferecer meios de sustento ao colégio feminino”. (CUTER, 1993, p. 63).

⁴⁷ A Colônia São José foi fechada após o massacre de 13 de março de 1901, e reaberta em 1960. ((Livro de Tombo da Missão. Ano: 1915 – 1929. Estante A. Fila I nº 4 – Arquivo Vice Provincial P.P. Capuchinhos – Maranhão).

Guajajaras) e outras aldeias mais distantes dos Gaviões. Ali os missionários construíram escolas, igrejas, casas e engenhos, para catequizarem os índios. Construíram o Instituto “São José da Providência”, para a educação da menina índia.

Civilizar e cristianizar: eis a finalidade do Instituto! Este, recebia um subsídio de 6 contos de réis do Governo do Maranhão⁴⁸, para as despesas com a educação das meninas índias, sob a Administração do Fr. Rinaldo da Paullo.

Os estudos referentes à educação neste Instituto são muito raros, e muitos pontos importantes ainda continuam adormecidos nos documentos dos Arquivos dos Conventos Capuchinhos do Maranhão, Pará, Milão e Roma (Itália). Apesar de todo empenho dos frades da época (1986) sobre este projeto educativo, não há muito detalhamento sobre um funcionamento de ensino regular. Entretanto, quem queira dar fôlego aos Anais Franciscanos Maranhenses⁴⁹ (1896), pode encontrar as estratégias e táticas de tal funcionamento.

Para trabalharem e viverem como cristãos, os índios e índias deveriam receber educação cristã. As meninas índias (as cunhãs) deveriam ser educadas para a formação da família cristã. Esta seria uma via mais segura da propagação da fé católica. As crianças indígenas deveriam, primeiramente ser retirados das aldeias, para passarem a conviver nos Colégios com os frades e freiras. “Sem um colégio adequado dirigido por Freiras preparadas e dotadas de espírito de sacrifício, não se poderia obter nenhum resultado permanente na civilização dos Índios” (NEMBRO, 1974, p. 11). Outra estratégia foi a doação de terras aos índios adultos, para saírem das aldeias e viverem com os outros cristãos. O poder exercido pelos religiosos, traduzido em missão, vislumbrou “projeções do que compreendia e desejava como significado da civilização. Não somente outro lugar, diferente, mas outro lugar melhor, o mundo europeu civilizado” (NAXARA, 2001, p. 20). Zanoni (1998), por sua vez, nos explica que os missionários não se preocuparam em compreender a organização social dos Guajajaras, pois a prática dos capuchinhos, de capturarem e manterem em regime de internato as meninas índias acabaria por desestruturar a organização social desta tribo, uma vez que essas meninas aprenderiam novos valores e novas técnicas estranhas à sua cultura.

A princípio, o Instituto não tinha freiras para a educação das índias, mas uma senhora que tinha apreço pelas *cunhazinhas*.

⁴⁸ Segundo Carta de Resposta do Governador do Estado do Maranhão (1899), Exmo. Sr. João G. Torreão da Costa. (Cfr. Arq. Prov. Tombo da Missão, A/1/2/ fl.14v. Anais Maranhenses 1899, p 5.)

⁴⁹ Documentos onde são relatadas as atividades missionárias, pelos frades capuchinhos. São encontrados no Arquivo Vice Provincial Capuchinho do Maranhão-Pará / Convento do Carmo. São Luís-MA.

A Rotina no Instituto “São José da Providência”

O aprendizado era orientado pelo Regulamento dos Institutos⁵⁰, tanto masculino como o feminino, e consistia em atividades rotineiras, que se iniciavam às 5h45min, com o despertar, pelo sinal, banho (ou lavar o rosto nos dias de chuva); Missa ocupada na reza das orações e cânticos; Limpeza – refeição; às 7 horas: trabalho até às 10 horas: aula; às 11 horas: almoço, limpeza, recreio, uma hora de estudos; 14 horas: trabalho; 17h30min: banho e janta. Depois de aguar o quintal e a horta, dar água aos potes de todos – Recreio com cânticos. Às 19h30min: terço, reza para a noite; Bênção; pelo sinal; Repouso.

As meninas eram orientadas para as *prendas* domésticas e trabalhos manuais de bordados, leitura e cálculo, primeiramente por uma senhora da paróquia. Após dois anos, foram também educadas pelas freiras da Congregação italiana de Madre Rubato.

As normas do Instituto orientavam os objetivos das freiras, no sentido de educar as meninas índias com catequese, esclarecendo que as pequenas indígenas deveriam abandonar o seu estado pagão e se converter à vida cristã. Entrar na sociedade civilizada. Formar a família cristã, para a propagação da fé católica.

O Instituto não atendia apenas as meninas índias, abrindo-se para a comunidade mais carente da localidade.

Consequências do Projeto educativo no Instituto “São José da Providência” para as escolas capuchinhas no século XX.

Não é possível afirmar, contudo, que este Instituto feminino, de missão catequética teve grande êxito, visto que muita insatisfação por parte dos indígenas levou aos conflitos graves e catastróficos ocorridos naquela região.

As consequências graves daquela *Missão Capuchinha* foram geradas pela insatisfação por parte dos indígenas, que levou aos conflitos graves e catastróficos ocorridos naquela região. Trata-se, por exemplo, do *massacre de Alto Alegre*, onde cerca de 200 pessoas começaram a ser vitimadas pelos índios durante uma celebração da missa, no dia 13 de março de 1901, e que prosseguiu por vários dias de mortandade. Dentre os mortos estavam todos os frades e todas as freiras, crianças e moradores da vizinhança. Supõe-se que o massacre decorreu da insatisfação dos indígenas referente à ação educativa dos missionários sobre as suas crianças.

⁵⁰ Frei Carlos apresenta o Regulamento nos Anais Franciscanos Maranhenses, 1896, pp16 ss até 23.

Após o desastre e a retirada das atividades missionárias do sertão maranhense, outras necessidades começaram a surgir, desencadeando providências emergenciais. A fundação da Congregação Missionária Capuchinha – CMC (1905), brasileira e feminina, foi uma imposição feita pelo governo do estado do Pará, uma vez que os capuchinhos lombardos haviam criado uma colônia missionária, em Santo Antônio do Prata – PA, e não tinham freiras para a educação das meninas.

A CMC foi então fundada por Frei João Pedro de Sexto São João, da OFM^{Cap} e iniciou as suas atividades, esforçando-se em experimentar uma vida de acordo com os princípios dos Evangelhos, observados e vividos por Francisco de Assis. Esse é o eixo que motivou muitas jovens para se congregarem e experimentarem uma vida diferente.

As Escolas da Congregação no Maranhão, em 1910

A presença capuchinha no Maranhão influenciou nas práticas pedagógicas do passado e ainda se encontram, em boa medida, nas nossas escolas religiosas, pois é frequente o hábito das orações antes das aulas, o convite às missas, mesmo que, esporadicamente, e os alunos são preparados para os sacramentos, especialmente a Eucaristia.

No século XX, a prática dos retiros espirituais fazia parte das atividades dos calendários escolares. Com vistas a buscar da conjuntura as determinações para o nosso trabalho de pesquisa, localizamos, essa interferência e a relação educação e religião na Proposta Pedagógica da Congregação Missionária Capuchinha. Existe, ainda nesta instituição, o serviço de Orientação Religiosa, que é um serviço técnico-religioso, integrante do processo educativo das escolas, cuja ação é desenvolver a vida com espiritualidade, de maneira intencional, através de técnicas e atividades específica, visando proporcionar aos participantes da instituição o seguinte:

[...] viva consciência das finalidades da escola católica; formação e orientação religiosa; animação da vivência dos valores específicos religiosos, recursos indispensáveis ao ajustamento pessoal da vivência da fé; clima comunitário e evangélico (COLÉGIO SÃO JOSÉ, 1999, p.13).

Mas, independentemente de estudar ou não numa escola católica, quase todos vivenciamos estes momentos de influência religiosa fossem na escola e ou na família. São marcas da história que deixaram rastro na conjuntura social do Brasil. Fazem, por exemplo, parte da programação das formaturas, mesmo das escolas laicas, ou do ensino superior, a missa

e o culto.

Em 1910, as Irmãs Missionárias Capuchinhas escolheram o Maranhão para suas atividades apostólicas, tendo como ponto inicial a cidade de Barra do Corda, onde inauguraram o Educandário *São José da Providência*. Desenvolveram seus trabalhos pedagógicos e tiveram muito êxito nos anos posteriores, cooperando com a juventude através do Ginásio *Nossa Senhora de Fátima* e Escola Normal Pedagógica da referida cidade (1962). Segundo Magalhães (1996), compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico.

O Educandário *Santa Cruz*, no bairro do Anil, e o Orfanato *Santa Luzia* (São Luís), foram criados em 1913, tendo ambos, por finalidade, a educação e instrução da juventude. O Educandário *Santa Cruz*, também funcionou como noviciado, incumbindo-se da formação de jovens que desejavam se incorporar à Congregação das Capuchinhas. Quanto ao Orfanato Santa Luzia, “[...] dedicou-se com desvelo, às crianças desprotegidas da sorte, pela orfandade. Desde sua fundação, já acolheu 326 órfãos e hoje encerra um total de 94”. (JORNAL..., 8/9/1962, p. 10).

As Irmãs Missionárias Capuchinhas foram para Grajaú-MA, em 1922 e fundaram o Educandário *Sagrada Família*, chegando até Turiacu, onde instalaram o Educandário *Jesus Maria José*, que foi extinto em 1941. Em Imperatriz, a chegada das Missionárias Capuchinhas trouxe muita alegria e ansiedade por seus trabalhos. Ali chegando, deram início à fundação do Educandário *Santa Teresinha* (1924), onde funcionou anos depois a Escola Normal Regional. Em 1932, despontou em Caxias, o Educandário *São José*, que deu origem, não só ao Curso Ginásial, como também ao Normal Regional e Pedagógico. Em 1948, as Irmãs criaram o Educandário *São Francisco*, em Presidente Dutra (MA), onde mais tarde funcionaria a Escola Normal Regional. Na fala do Sujeito (2) as Irmãs trabalhavam nas Escolas Normais Regionais do Maranhão. Estas escolas tinham como origem os Educandários fundados por elas.

O ano de 1949 foi marco de duas grandes fundações: o Patronato *Nossa Senhora Aparecida* (Morros) e a Escola de Enfermagem *São Francisco de Assis* (São Luís), que legou ao Maranhão, algo de sublime que ainda não possuía. Eram

ENFERMEIRAS e AUXILIARES DE ENFERMAGEM - Anjos Brancos - o velar abnegadamente à cabeceira dos que sofrem. A Escola de Enfermagem, foi transformada em Faculdade, está agregada à Universidade do Maranhão. (JORNAL..., 1962, p. 10).

Aumentava bastante a fundação de casas das Irmãs Missionárias no Maranhão. Em 1957, surgiu o Educandário *Santa Filomena*, em Codó. Em Balsas, fundaram o Educandário *Nossa Senhora de Lourdes* (1958), onde no ano seguinte funcionaria a Escola Normal Regional. Este trabalho motivava o ingresso de outras jovens à vida religiosa.

Em 1959, em São Luís foi fundado o Instituto *Divina Pastora*, no bairro chamado Roma Velha. No município de Esperantinópolis, surgiu então o Educandário *Santa Rosa de Viterbo* (1960), acolhendo crianças de ambos os sexos. Portanto, estas fundações foram significativas na construção da história da educação maranhense, pois,

[...] o Maranhão é um dos Estados mais trabalhado pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas, que soube corresponder com ação cooperadora, não só pelas autoridades eclesiásticas, como dos poderes públicos, immortalizando assim as inesquecíveis palavras do saudoso Dom Francisco de Paula e Silva, dirigida às Capuchinhas ao pisarem a terra maranhense: 'O MARANHÃO RECEBE AS IRMÃS DE BRAÇOS ABERTOS. (JORNAL ..., 1962, p. 10).

Atualmente, as Escolas existentes no Maranhão Instituto *Divina Pastora* e o *Centro Assistencial Divina Pastora* (São Luís), Escola *Santa Teresinha* (Imperatriz), Colégio *São José* (Caxias), Escola *Santa Filomena* (Codó). Com as mesmas diretrizes existe em Abaetetuba no Pará Instituto *Nossa Senhora dos Anjos*.

Estas Escolas possuem um Regimento Escolar Unificado, que determina a estrutura didático-pedagógica administrativa e disciplinar.

Ainda possuem uma entidade mantenedora denominada por ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS - AIMCA, devidamente registrada no Cartório de Registro Civil das pessoas Jurídicas Pergentino Maia, sob n.º de ordem 36 do livro n.º 01 às folhas 42 e 44, em 14 de maio de 1932, em Fortaleza-Ceará.

Nas últimas décadas do século XX, o objetivo geral das ESCOLAS da Congregação era:

Proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o exercício da cidadania, oferecendo uma educação de qualidade que o ajude a prosseguir seus estudos, em conformidade com a LEI n.º 9394/96, de 20/12/1996 e demais dispositivos legais atinentes (ASSOCIAÇÃO..., 1999, p. 6).

As Escolas da Congregação, apesar de acompanharem as exigências e a cultura dos tempos, colaboram com sua mensagem evangélica idealizada por Francisco de Assis. Elaboram projetos educativos situando-os no contexto político-social e eclesial em que vivem, resgatando valores humanos, formando comunidades, administrando costumes, enfim fazendo história.

Priorizam o trabalho constante em prol da liberdade (mesmo que se questione qual liberdade), porque pensam formar pessoas livres e promotoras da liberdade dos outros, questionadoras, atualizadas, atentas e pias. Tudo isso sem se afastarem da sua identidade franciscana-capuchinha.

Atualmente, as escolas capuchinhas no Maranhão funcionam em prédios próprios, com excelentes condições físicas, possuindo adequado número de dependências para facilitar os trabalhos pedagógicos e primam pela organização. Esta é uma tônica das Escolas da CMC, pois, desde o princípio o objetivo é oferecer um trabalho de qualidade e religiosidade.

Desde as últimas décadas do século XX, as escolas da CMC admitem professoras e professores seculares, tanto pela escassez de aspirantes ao noviciado quanto pela falta de vocação para freiras professoras. Muitas religiosas escolheram outras funções nos conventos capuchinhos.

Os professores e professoras que ingressam nas escolas da CMC possuem a qualificação exigida pela LDB 9.394/96 (Art. 62), participam de cursos de atualização, seminários e oficinas pedagógicas promovidos pelas escolas. As freiras passaram a exercer mais as funções de gestão e coordenação pedagógica. Dentre os níveis de ensino que atualmente trabalham, estão: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio da educação Básica. Estas mudanças que se configuram nas práticas da CMC, acompanham as exigências do tempo e suas circunstâncias. Em função disso, foi necessário um projeto político pedagógico definido e identificado com o sistema nacional de ensino, embora elaborado com os seus temas transversais da religiosidade católica, cristã.

No Estado do Maranhão, algumas escolas capuchinhas funcionam os três turnos, mas na sua maioria, inclusive em São Luís, os trabalhos acontecem somente no turno diurno. São instituições religiosas bem equipadas, autorizadas e Reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação do Estado onde funcionam. Possuem seus Currículos adequados aos Programas apresentados pela Secretaria do Estado, obedecendo à Carga Horária exigida pela Lei do Ensino. Desenvolvem atividades religiosas extraclasses frequentes e coletivas.

Quanto às funções do pessoal, existe uma organização criteriosa. Cada setor tem um profissional ou um grupo responsável que desempenha o trabalho. O serviço de Coordenação Pedagógica é composto do Serviço de Supervisão, Orientação Educacional e Orientação Religiosa que trabalham de forma integrada, promovendo articulação entre os demais serviços, em busca da qualidade do processo ensino-aprendizagem. Assim, identificam-se

[...] as exigências de uma Escola que busca, no convívio solidário, o processo

criativo da EDUCAÇÃO; que todos vivam, como pessoas participativas, justas, abertas às mudanças sociais; sejam protagonistas da cultura e do saber, dos valores humanos: da cortesia, amabilidade, simplicidade, gestos fraternos, valores espirituais franciscanos e, sobretudo, realizem a grande utopia humana, abraçando com generosidade e segurança, a conquista de uma educação em favor da Fraternidade, da Justiça, da Paz e do Bem (COLÉGIO SÃO JOSÉ, 2000, p. 13).

Organizam os planejamentos pedagógicos, avaliam frequentemente suas atividades, observando o nível de aprendizagem, as notas, as repetências e retroalimentam os níveis de ensino. No mesmo sentido, valorizam o Esporte e a Arte, pois acreditam que são elementos fundamentais no desenvolvimento físico, intelectual e social da criança e do adolescente, além de pensarem estar educando a alma dos estudantes para a religiosidade.

Enfim, em busca de compreender

Para esta apresentação foi necessário reconstituirmos parte da história da *Missão do Maranhão*, e analisarmos a constituição de sua memória. Nesta oportunidade, buscamos as condições de produção dos documentos, as suas circunstâncias históricas.

Logo compreendemos que, apesar das contestações e questionamentos nos tempos atuais, a educação daquela época tinha seus objetivos de história particular sustentando uma geral – a da Igreja Católica – que se configurou com expressividade e interação na história do Maranhão, desde o final do Século XIX, estendendo-se para o Século XX.

O texto, que ora apresentamos, ainda está por se ampliar mais sobre as centenas de cartas, crônicas, relatórios, para examinarmos em detalhes as estratégias utilizadas por missionários estrangeiros, de uma época, procurando assegurar uma abrangência social e geográfica. Os materiais foram selecionados, do período efetivo do processo de escolarização indígena, no Maranhão (1894 a 1901), por apresentarem dados importantes de compreensão do *acontecimento*, no arquivo do Convento do Carmo, em São Luís-MA, analisados nas suas condições de produção.

A reflexão sobre a “escolarização da alma”, a partir da *Missão Indígena* no Maranhão foi tecida como sinalização ao que está submerso historicamente. Uma sinalização que subjaz a toda a questão política da migração de religiosos, que faz ver por este sinal a educação cristã enquanto processo de dominação, pois os indícios dos documentos apontam para uma possível conclusão: que a migração dos capuchinhos lombardos investiu, embora com uma hecatombe, na evangelização, no Maranhão, apropriando-se do campo educacional feminino, com vista à

formação da família indígena cristã, nas últimas décadas do Século XIX, e primeiras do século XX.

Indica-se que buscar na história eclesiástica uma razão para entender os espaços explorados, territorialidades e fronteiras, por meio de ações institucionais estrangeiras, é compreender a organização de um sistema dinâmico, no Brasil, no qual estiveram em jogo interesses institucionais, e movimentos populacionais, nas trocas culturais dos grupos étnicos n processo de “escolarização da alma”.

Referências Bibliográficas

- ANAIS FRANCISCANOS Maranhenses, 1896, pp16 ss até23. Arquivo Vice Provincial Capuchinho do Maranhão-Pará / Convento do Carmo. São Luís-MA.
- ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Regimento unificado das escolas das Irmãs Missionárias Capuchinhas**. São Luís, 1999.
- CARVALHO, Maria Goretti C. de. **A missão do Maranhão (1894-1922): acontecimento, particularidades e enredamento nos arquivos capuchinhos**. / Maria Goretti Cavalcante de Carvalho. Tese de Doutorado. São Leopoldo: UNISINOS, 2018.
- CUTER, Franco. Esta é a história dos nossos cem anos quando foram criados... In: GIANELLINI, Gentil. **Saíram para semear...** e já faz cem anos que a semente caiu em terra boa. Gorle: VELAR, 1993.
- DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix**. Tradução de Constacia Morel. São Paulo: Unesp, 2013.
- FARIA, Francisco Leite de. **Os primeiros missionários do Maranhão: Achegas para a história dos capuchinhos franceses que aí estiveram de 1612 a 1615**. Portugal: Centro de Estudos Ultramarinos, 1961. 216 p.
- JORNAL DO MARANHÃO. O Maranhão e as irmãs missionárias capuchinhas. São Luís, 8 set. 1962. p. 10.
- LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. 3.ed. São Luís: Edições AML, 2008.
- NEMBRO, Metódio da. **Il cappuccini nel Brasile. Missione e custódia do Maranhão (1892-1956)**. Milano: Centro Studi Cappuccini Lombardi, 1957.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto Histórico**. São Paulo: PUC, 1981.
- ZANNONI, Cláudio, O massacre de Alto Alegre na imprensa maranhense. In: NETO, João Lima Sant’Anna et al. **Geografia, história e sociologia**. São Luis: Imprensa Universitária, 1998. 144 p.

Arquivo

Arquivo Geral e no Arquivo da Província Capuchinha do Maranhão-Pará – Convento do Carmo- São Luís-MA.

Fontes Documentais

Convenção para Barra do Corda entre os capuchinhos lombardos e o Bispo. Maranhão, 17 de abril de 1895. Livro de Tombo 1.º A / I / 1 fl 17v-18-18v. Convento do Carmo. São Luís - MA.

Parte 2 – Migrações, literatura e linguagem

NOVAS PALAVRAS E NOVOS SENTIDOS: A LÍNGUA NO NOVO MUNDO

Claudia Fernanda Pavan⁵¹

Introdução

Ao chegarem ao Brasil, no século XIX, os imigrantes alemães deparam-se com a necessidade de denominar novos elementos com os quais entram em contato no novo meio, o que leva à criação de novas palavras, à ressignificação semântica e à adoção de palavras da língua portuguesa local. Tais ações são motivadas, entre outras, por questões como subsistência, busca pelo fim do isolamento bem como prestígio social e linguístico.

Muitos estudos realizados sob o prisma do purismo linguístico, sobretudo até meados do século XX, caracterizam esses fenômenos de forma negativa. Tal postura se verifica, por exemplo, nos estudos de Oberacker Jr. (1957), que se refere à adoção de certas palavras da língua portuguesa pelos imigrantes alemães como palavras “de depauperamento, aceitas principalmente pela pobreza linguística dos imigrantes oriundos das camadas baixas” (p. 1), e menciona ainda “têrmos adotados em virtude da pobreza vocabular dos imigrantes, e aqueles cuja aceitação se deu sem êsse motivo, unicamente por ignorância ou relaxamento [...]” (p. 19).

Neste artigo, parte-se de uma perspectiva positiva em relação aos fenômenos linguísticos em questão, por isso o foco na noção de apropriação, que remete ao papel ativo que os imigrantes assumem quando se analisa o processo de imigração e suas consequências linguísticas sob essa perspectiva. Além disso, leva-se em conta a função comunicativa da língua (ALTENHOFEN, 1996): de acordo com suas necessidades comunicativas, os falantes fazem escolhas – a partir de seu repertório linguístico – para alcançar determinados objetivos comunicativos em determinadas situações.

O presente artigo se baseia sobretudo nas perspectivas teóricas da sociolinguística e da dialetologia pluridimensional relacional (RADTKE; THUN, 1999). A dialetologia pluridimensional e relacional leva em conta dimensões de análise distintas no espaço, entre as quais, a dimensão diatópico-cinética, própria da experiência migratória, caracterizada pela mobilidade espacial e social dos falantes e que aponta para “falantes plurivarietais e até mesmo plurilíngues que apresentam em seu repertório linguístico competências em mais de uma

⁵¹ Doutoranda em Sociolinguística – UFRGS. Bolsista CAPES. Contato: claudia.pavan@ufrgs.br.

variedade ou língua que se alternam e se interinfluenciam no uso concreto” (ALTENHOFEN; THUN, 2016, p. 373).

A metodologia consiste na pesquisa bibliográfica e na análise de cartas pessoais trocadas entre os imigrantes e seus familiares e amigos. As cartas apresentadas ao longo deste artigo encontram-se em duas publicações: **i.** o livro *Cartas de imigrantes de fala alemã: pontes de papel dos hunsriqueanos no Brasil*, organizado por Cléo Altenhofen, Joachim Steffen e Harald Thun e publicado em 2018⁵² – no qual se encontram cartas privadas, escritas em comunidades de língua alemã em diferentes períodos históricos desde 1824, quando se iniciou a imigração para o sul do Brasil; **ii.** também integra o corpus de análise deste artigo a obra *Von Glauchau nach Brasilien – Auswanderer Briefe von Ida und Ottokar Dörffel (1854-1906)*, organizado por Judith Matzke e publicado em 2018, que se compõe de cartas trocadas entre Ida e Ottokar Dörffel, chegados ao Brasil em 1854, e seus entes queridos na Alemanha.

Além disso, no espírito do simpósio “Migrações, literatura e linguagem” – a partir do qual surgiu este texto – são apresentados excertos da obra literária de Friedrich Gerstäcker, *A colônia – cenas da vida no Brasil*⁵³, destacando como as questões tratadas neste texto estão presentes também na literatura.

A próxima seção trata do contexto histórico, linguístico e social que marcava a vida dos primeiros imigrantes alemães chegados ao Brasil e a conseqüente necessidade de apropriação do novo meio. A terceira seção traz algumas das principais questões terminológicas que guiam esta pesquisa, entre as quais estão o conceito de empréstimo e de neologismo. A quarta seção aborda a inter-relação entre apropriação do novo meio e a criação de novas palavras e novos sentidos linguísticos bem como a adoção de palavras da língua portuguesa local pelos imigrantes alemães, com base em complexos linguísticos, a exemplo do complexo do cavalo (WILLEMS, 1944, 1946), exemplificando essas questões através de excertos de cartas pessoais trocadas entre os imigrantes e seus descendentes com familiares e amigos bem como de excertos da obra literária de Friedrich Gerstäcker, *A colônia – cenas da vida no Brasil*, destacando o diálogo entre língua, literatura e imigração. Na quinta seção, são apresentadas as conclusões finais do artigo.

⁵² Essa obra representa um dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do projeto ALMA-H (Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch), mais precisamente do subprojeto ALMA-Histórico, constituído de dados escritos, entre os quais se encontra um acervo de cerca de 1000 cartas escritas por imigrantes e seus descendentes entre os séculos XIX e XX.

⁵³ Esta publicação, realizada em 2016, corresponde à tradução do livro *Die Colonie. Brasilianisches Lebensbild*, escrito em língua alemã por Friedrich Gerstäcker e publicado em 1862.

Imigração alemã e apropriação do novo meio

Em sua maioria, os imigrantes alemães que chegaram ao Brasil no século XIX haviam deixado para trás um ambiente de grande pobreza e miséria em busca de uma nova vida. Consideravam, portanto, de grande importância apropriar-se do novo meio, transformá-lo em seu novo lar bem como aprender a língua portuguesa local, que representava a língua de prestígio, mas também de acolhimento.

No entanto, tratava-se de um ambiente bastante distinto daquele com o qual estavam acostumados ou daquilo que haviam idealizado:

No lugar de campos tranquilos e bucólicos, como muitos imaginaram, ou mesmo de áreas já domesticadas pela mão humana, com as quais estavam acostumados, os forasteiros encontraram um cenário intimidador. Ali, nos confins do Brasil meridional, imperava a chamada *Urwald* – palavra que se tornaria uma constante nas cartas e diários desses homens e mulheres. Era a “floresta virgem”, feita de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, angicos e canafístulas e de emaranhados de cipós e trepadeiras (BUBLITZ, 2011, p. 243 – grifos da autora).

Com efeito, nas cartas trocadas com familiares e amigos, os principais temas são as novidades e peculiaridades do novo lar, incluindo a viagem, a chegada, a descrição da colônia⁵⁴ de cada um bem como detalhes sobre as plantas e os animais encontrados no novo ambiente, a floresta virgem (*Urwald*), as novas formas de cultivo da terra e de criação de animais, as comidas, a geografia, o clima:

Em 2 de Dezembro de 1825, zarpamos do Elba, em Hamburgo, em direção ao Mar do Norte, no navio “Anna Louisa”, conduzido pelo capitão Knock; neste, sofremos uma tal tempestade que o navio foi obrigado a hastear bandeiras de socorro. Já no dia 14 de Abril de 1826, chegamos ao porto da cidade de Porto Alegre e alcançamos o destino da nossa viagem três dias depois. No dia 17 de Abril, com muita alegria e graças ao Senhor Todo Poderoso, entramos nesta terra abundantemente abençoada com a fertilidade de múltiplas espécies [...]. Demoro 3 horas da minha colônia até Santa Leopoldina. Lá há também uma capela onde se celebra missa todos os domingos, mas não por pastores alemães, mas por pastores portugueses; não há pastores alemães da nossa religião aqui. Após a nossa chegada a este país estrangeiro, tivemos de permanecer durante quatro meses no local de acolhimento de alemães, chamado Feitoria, antes de recebermos a nossa propriedade. Recebi minha terra na floresta virgem, pois não havia mais área de campo aberto [...] O solo

⁵⁴ Enquanto em alemão, a palavra *Kolonie* designa a posse territorial ou a aglomeração de estrangeiros de uma dada nacionalidade no exterior, no Brasil, designa a propriedade ou o lote do colono ou ainda uma região habitada por colonos (OBERACKER JR., 1957). Matzke (2018) também faz referência ao sentido do termo *Kolonie* na época da imigração alemã, observando que se trata de um termo utilizado para designar os assentamentos de imigrantes, cujo sentido está ancorado no uso linguístico do português falado no Brasil.

da floresta é ainda mais produtivo e fértil do que o do campo aberto, não necessita de fertilizantes, nem de melhorias nos primeiros 10 anos. [...] Um clima saudável, ar puro, água límpida e saborosa encontra-se aqui; por volta do Natal é a época mais quente, mas o calor é suportável; tudo é verde e floresce o ano todo, duas safras alegram os habitantes; não há neve nem gelo aqui como na Alemanha, pouco frio, por vezes geada noturna e muita chuva nos meses de inverno locais de maio, junho, julho e agosto. [Den 2. Dez. 1825 segelten wir aus der Elbe bei Hamburg, auf dem Schiffe “Anna Louisa”, geführt vom Capitän Knock, in die Nordsee; in derselben erlitten wir einen solchen Sturm, daß das Schiff genötigt war, Hilfsflaggen auszustecken. [...] schon den 14. April 1826 gelangten wir in den Hafen der Stadt Porto Alegre und erreichten 3 Tage darauf das Ziel der Reise; es war der 17. April, an welchem Tage wir mit freudigem Danke gegen den allgütigen Herr Gott dieses mit Fruchtbarkeit mannigfaltiger Art reichlich gesegnete Land betraten [...]. von meiner Colonie bis an den Ort Sancta Leopoldina habe ich 3 Stunden. Dort ist auch eine Kapelle, in der alle Sonntage Messen gelesen wird, aber nicht von deutschen, sondern von portugiesischen Pastoren; deutsche Pfarrer unserer Religion sind nicht hier. Nach unserer Ankunft in diesem fremden Lande mußten wir uns vier Monate lang in dem Sammelplatz der Deutschen, Feitorin genannt, aufhalten, bevor wir unser Eigentum erhielten. Ich bekam mein Land im Urwalde, weil das freie Land schon längst vergeben war. [...] Des Waldes Boden ist noch ergiebiger und fruchtbarer, als der des freien Landes, bedarf in den ersten 10 Jahren keines Düngers, keiner Besserung. [...] Ein gesundes Klima, reine Luft, klares wohlschmeckendes Wasser befindet sich hier; um Weihnachten aus ist hier die größte Hitze doch ist die Wärme wohl zu ertragen; alles grünnet und blühet durchs ganze Jahr, zwei Ernten erfreuen Einwohner; Schnee und Eis gibt es hier nicht wie in Deutschland, geringe Kälte, zuweilen Nachtreife und viel Regen in den hiesigen Wintermonaten Mai, Juni, Juli und August] (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018, p. 82-86).⁵⁵

Como ilustra o excerto acima, retirado de uma carta escrita em 1832 por Johann F. Friedrich, que já estava vivendo em São Leopoldo há quase 6 anos, os imigrantes se preocupavam em dar detalhes bem informados sobre a nova terra para os conterrâneos que também estavam considerando a emigração para o Brasil. Nessa carta, dirigida ao irmão do autor na Alemanha, ele dá detalhes sobre a viagem que se iniciou em Hamburg, tendo como destino final São Leopoldo, e também sobre a vida diária da família e dos vizinhos no novo país (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018).

Nesse novo contexto, surgem, então, novas palavras e novos sentidos, uma vez que o novo meio “impunha, paralelamente a outras mudanças culturais, a aquisição de uma terminologia que preenchesse as lacunas existentes no equipamento linguístico trazido dos países de língua germânica” (WILLEMS, 1946, p. 277). Ao mesmo tempo, o contato com os

⁵⁵ As cartas em ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN (2018) foram transcritas com base nos princípios da transcrição diplomática, ou seja, respeitando exatamente tanto a grafia quanto os aspectos referentes à forma do texto original. Nos excertos das cartas que aparecem neste artigo, manteve-se a grafia original, a forma, contudo, foi adaptada.

habitantes locais oferece material linguístico, muitas vezes adaptado às regras gramaticais e de pronúncia do alemão, como será discutido na seção 4.

Neologismo ou empréstimo? Algumas questões terminológicas

É importante explorar algumas questões terminológicas indispensáveis no contexto deste artigo, como as noções de neologismo, empréstimo e ressignificação semântica. Inicia-se, porém, com a noção de apropriação, fundamental para a perspectiva adotada neste artigo.

Apropriação

Apropriação significa: “**ato** ou efeito de apropriar(-se); **ação** de apoderar-se de algo [...]; **ato** de tornar algo adaptado ou adequado a um fim ou uso; **ato** de apoderar-se de algo abandonado ou aparentemente sem dono; invasão, ocupação (MICHAELIS, 2009, n.p. – grifos meus). Nas entradas acima percebe-se, portanto, que a apropriação pressupõe agentividade, mesmo quando se trata de um sentido negativo, como o de invasão ou ocupação. É essa agentividade, baseada nas escolhas e nas competências linguísticas do imigrante alemão em sua relação com o novo meio, que se pretende destacar ao longo deste artigo.

Neologismo

A inovação linguística – baseada na capacidade dos falantes de fazerem uso criativo e inovador de seu repertório linguístico para suprir suas necessidades comunicativas – desempenha um importante papel no processo de criação de palavras, ressignificação semântica e adoção de palavras de outras línguas. Nesse sentido, adota-se a seguinte acepção de neologismo:

Um neologismo é uma unidade lexical ou um sentido que emerge em determinada fase do desenvolvimento de uma língua numa comunidade de comunicação, difundindo-se, tornando-se geralmente aceito como norma linguística e visto como novo pela maioria dos falantes durante um certo período dessa fase de desenvolvimento (HERBERG, 2002, p. 195).⁵⁶

⁵⁶ Do alemão: “Ein Neologismus ist eine lexikalische Einheit bzw. eine Bedeutung, die in einem bestimmten Abschnitt der Sprachentwicklung in einer Kommunikationsgemeinschaft aufkommt, sich ausbreitet, als sprachliche Norm allgemein akzeptiert und in diesem Entwicklungsabschnitt von der Mehrheit der Sprachbenutzer über eine gewisse Zeit hin als neu empfunden wird.”

Assim, tanto os empréstimos quanto a resignificação semântica e a criação de novas palavras com material linguístico que constitui o repertório dos falantes são formas de “criação neológica” (ALVES, 2009, p. 1821).

Empréstimo

Como observa Matras (2020), embora se trate de um termo bem estabelecido e disseminado na literatura sobre contatos linguísticos, o termo empréstimo não é preciso: “não só não há intenção de devolver o item tomado 'emprestado' ao seu legítimo 'proprietário', mas para a maioria dos falantes essa 'propriedade' original nem sempre é rastreável” (MATRAS, 2020, p. 158).⁵⁷

Apesar dessa imprecisão, utiliza-se o termo “empréstimo” ao longo deste artigo na acepção que lhe foi conferida por Matras: trata-se da “replicação de uma estrutura linguística, de qualquer natureza, num conjunto novo e estendido de contextos a serem negociados em outra língua” (MATRAS, 2020, p. 158).⁵⁸ Essa acepção implica ainda considerar os empréstimos linguísticos dentro de um contexto, no qual o falante tem um propósito comunicativo, e não se refere, portanto, a “questões de propriedade ou mesmo de imitação ou duplicação direta” (MATRAS, 2020, p. 158).⁵⁹ Além disso, sob essa perspectiva, os empréstimos são considerados como elementos de enriquecimento e revitalização linguística, contrariando a noção de depauperamento sustentada por Oberacker Jr. (1957) e outros.

Resignificação semântica

A resignificação semântica se dá quando uma expressão linguística passa a carregar novos sentidos ou tem seus sentidos ampliados ou restringidos, de acordo com os novos usos – o que normalmente se relaciona à sua inserção em novos contextos, como é o caso do contexto da imigração alemã e a conseqüente apropriação do novo meio que se opera no século XIX, como será ilustrado na próxima seção.

Apropriação do novo meio: novas palavras e novos sentidos

⁵⁷ Do inglês: “Not only there is no intention to return the 'borrowed' item to its rightful 'owner', but for most speakers its original 'ownership' may not always be traceable.”

⁵⁸ Do inglês: “replication of a linguistic structure, of any kind, in a new, extended set of contexts, understood to be negotiated in a different 'language'.”

⁵⁹ Do inglês: “issues of ownership or even direct imitation or duplication.”

A partir das novas experiências no novo meio, surgem os neologismos, criados com material linguístico das variedades linguísticas faladas pelos imigrantes alemães. É o caso, por exemplo, de palavras como: *Bocksbart* (pt. Barba de bode), *Dreckbauer* (pt. João-de-barro), *Keesboom/Keesbaum* (pt. Umbu), *Scheereschliffer* (pt. Tesourinha – pássaro cuja cauda lembra uma tesoura), *Teekuje* (pt. cuia de chimarrão) (OBERACKER JR., 1957; STEFFEN & ALTENHOFEN, 2014; ALTENHOFEN; MORELLO ET AL., 2018).

Na Alemanha, existe uma planta chamada *Bocksbart*, esta, no entanto, pertence à família *Asteraceae*, a qual pertencem também o dente de leão, o girassol e o crisântemo. O capim-barba-de-bode nativo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina pertence à família *Poaceae*, da qual fazem parte também a aveia, o trigo, o arroz e o milho. Não se trata, portanto, da mesma planta, e parece mais provável que os imigrantes alemães tenham realizado a tradução direta da expressão em português para o alemão, caracterizando um empréstimo por tradução.

Dreckbauer, a expressão utilizada pelos teuto-brasileiros para denominar o João-de-barro (*Furnarius rufus*), tem o sentido de ‘aquele que constrói com barro’. Essa expressão aparece em dicionários alemães do século XIX, como o *Südheßisches Wörterbuch* (1965-1968) – dicionário compilado na Universidade de Gießen, que documenta os dialetos Francônio-Renanos do sul do Hesse e do Hesse renano. No entanto, nesse dicionário, *Dreckbauer* aparece com sentido bastante diferente daquele utilizado no Brasil. A expressão é utilizada com sentido pejorativo, como xingamento, fazendo referência à (1) falta de higiene de pessoas da área rural; (2) a. pessoa suja, b. pessoa repugnante. Trata-se, assim, de um neologismo por ressignificação semântica: o sentido da expressão no novo meio é diferente daquele que apresentava na Alemanha – embora se verifique uma correspondência na forma, o conteúdo semântico é outro.

O Umbu (*Phytolacca dioica*)⁶⁰, árvore nativa do Rio Grande do Sul, é uma árvore de porte grande e folhas largas, sua madeira, porém, é muito porosa, “farelenta, quebradiça, de pouca duração, parece feita de uma casca em cima da outra” (JAEKEL, c2021). Essa característica explica, assim, o neologismo criado pelos imigrantes alemães: *Keesboom* [árvore de queijo], uma vez que sua porosidade faz lembrar certos tipos de queijo.

Scheereschliffer (‘afiador de tesouras’), o termo utilizado pelos imigrantes alemães para denominar a Tesourinha (*Tyrannus savana*), aparece em textos e dicionários alemães do século XIX, fazendo referência, porém, a uma espécie de cigarra, comum à região do Rheinland-Pfalz que aparecia frequentemente nos vinhedos da região próxima à fronteira prussiana na época e

⁶⁰ A árvore conhecida como umbu (*Phytolacca dioica*), típica do Rio Grande do Sul, não é a mesma que ocorre no nordeste do Brasil, chamada de umbuzeiro (*Spondias tuberosa L.*), cujo fruto se chama umbu.

cujo canto se assemelhava ao som de um afiador de tesouras (ZIMMERMANN, 1914). É o som e não a aparência do animal que determina a denominação utilizada naquela região. O termo utilizado pelos teuto-brasileiros representa, assim, um neologismo por ressignificação semântica: a expressão utilizada para denominar um inseto na Alemanha passa a denominar um pássaro no Brasil.

Teekuje (pt. “cuia de chimarrão”) ilustra um exemplo de composição híbrida, na qual os falantes combinam as línguas que formam seu repertório linguístico para dar nome ao novo objeto. É interessante notar que, como observam Altenhofen, Steffen & Thun (2018, p. 249), o chimarrão “no hrs. é via de regra chamado de *Tee* (“Trinke’ma en Tee”, diz-se em hunsriqueano, para convidar para um chimarrão).” Tem-se, assim, por um lado, uma ressignificação semântica da palavra *Tee*, que deixa de fazer referência a qualquer tipo de chá, restringindo-se apenas ao chá de erva-mate – o chimarrão; por outro lado, a palavra *Kuje* é uma replicação do português “cuia”, adaptada à escrita e à fonética das variedades de língua alemã no Brasil.

As palavras apresentadas acima são apenas alguns exemplos dos neologismos criados pelos imigrantes alemães e, como se pode perceber, estão sobretudo relacionadas a elementos naturais muito comuns nas regiões nas quais se estabeleceram. Há muitos outros neologismos, mostrando que o “uso plurilíngue e plurivarietal ativa **processos e habilidades extremamente complexos**. Por isso, não dá para dizer “que colono é... menos capaz”, no uso das línguas; pelo contrário!” (ALTENHOFEN, MORELLO ET AL., 2018, p. 77 – grifos meus).

Outra questão intimamente relacionada ao processo de apropriação do novo meio é o prestígio. Os imigrantes alemães no século XIX viam no empréstimo de certos valores culturais do país de acolhida um elemento decisivo no processo de apropriação do novo meio (WILLEMS, 1944), no qual a língua tem papel elementar, como ilustra o complexo do cavalo.

Em cartas trocadas nesse período, a importância e o apreço pelo cavalo são bem documentados:

[...] nossa Lisette vai todos os dias à escola num cavalo branco, apesar da distância de apenas 15 minutos. O cavalo vai a galope, o que deixa a menina muito feliz [unsere Lisette Reitet jeden Tag auf einen weissen Schimmel zur Schule obgleich der Weg nur eine firtelstunde ist im Galop sprengt der Gaul mit dem Kinde daher woran es wirklich seine freude hatt] (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018, p. 121-122).⁶¹

Ganhei, de Natal, uma bela sela lateral, vinda de Santa Catarina. No lugar do estribo, ela tem pequenas pantufas vermelhas, decoradas com lindos bordados.

⁶¹ Carta escrita em Teotônia/RS, em 10 de outubro de 1858, por autor desconhecido a seus parentes na Alemanha.

Montar aqui é mais necessário para as mulheres do que vocês pensam, pois se chove apenas por um dia, fica impossível caminhar pelas estradas. [Einen wunderschönen Damensattel habe ich zu Weihnachten bekommen, er ist aus S[an]t.[a] Chatarina, hat als Steigbügel einen kleinen rothen Pantoffel u[nd] ist mit vielerlei Stickerei verziert. Das Reiten ist hier für Damen nothwendiger als man bei Euch zu denkt, da die Wege, wenn es nur einen Tag geregnet hat fast gar nicht für unsereinem zu passiren sind] (MATZKE, 2018, p. 113).⁶²

No excerto anterior, é interessante notar não apenas a questão do prestígio, mas também da necessidade do cavalo. As condições das estradas, as distâncias entre as colônias e entre estas e os centros urbanos acentuavam essa necessidade, fazendo com que os imigrantes desenvolvessem uma relação muito próxima com o cavalo. Este era usado por “homens, mulheres e crianças, moços e velhos [...] para ir à venda, ao moinho, à cidade, à missa, às reuniões, à escola, etc. Houve quem dissesse ser o cavalo a bicicleta do colono” (OBERACKER JR., 1957, p. 20).

Também na literatura, pode-se verificar o prestígio atribuído ao cavalo, como mostram os seguintes excertos da obra *A Colônia – Cenas da Vida no Brasil*:

O forasteiro montava um vistoso cavalo cinza com arreios muito peculiares, [...] uma quantidade de placas rústicas de prata, [...] uma série de pequenas fivelas de prata, borlas e franjas de couro cru não curtido, mas trançado de forma excepcionalmente artística. [...] Suas esporas eram pequenas e de bronze escuro, e na parte traseira da sela, enrolado e preso com um nó, estava pendurado um laço fino, mas fortemente trançado, de couro cru (GERSTÄCKER, 2016, p. 21).

[...] ele parecia ter se adaptado aos costumes brasileiros mais resolutamente através de um par de grandes esporas brasileiras de prata verdadeira e dos adornos de cabeça e arreios que seu cavalo levava, onde quer que fosse possível colocá-los, além de fechos e fivelas de prata [...]. Via-se que ele deveria estar há um bom tempo na estrada, e as perneiras de couro, que cobriam a parte inferior de suas pernas, mostravam vestígios de espinhos e trepadeiras acumulados na mata (GERSTÄCKER, 2016, p. 21-22).

Nesses excertos da obra de Friedrich Gerstäcker⁶³, percebe-se a questão do prestígio do cavalo combinada à necessidade de usá-lo em um lugar onde as distâncias são consideráveis e os caminhos cortam grandes extensões de mata virgem – como já ilustrado em excertos de cartas anteriores. Além disso, Gerstäcker menciona palavras adotadas pelos imigrantes,

⁶² Carta escrita por Ida Dörffel, em Dona Francisca, 27 de setembro de 1857, para a cunhada, Thekla Kreuzschmar, em Glauchau na Alemanha.

⁶³ Friedrich Gerstäcker escreveu tanto obras de ficção quanto textos sobre a colonização alemã no Brasil. Além disso, era um colaborador frequente de jornais e revistas na Alemanha, como a *Gartenlaube*, na qual publicava artigos abordando questões referentes à emigração para o Novo Mundo (cf. PAVAN; NEUMANN, 2017).

relacionadas à sua subsistência, como *Chagra* [chácara] e *Maniok* [mandioca], explicando seus significados:

Chagra ist in Brasilien das Nämliche, was der Landmann in Nordamerika unter dem Worte Farm versteht – ein kleines »Landgut«, oder eine »Colonie« (GERSTÄCKER, 1862, p. 6). [*chácara, no Brasil, é o que os agricultores na América do Norte entendem por farm (fazenda) – uma “pequena propriedade rural” ou uma “colônia”*] (GERSTÄCKER, 2016, p. 20).

Die **Maniokwurzel** ist eine der Kartoffel nicht unähnliche Knolle, welche mit Bohnen und Schweinefleisch das Hauptnahrungsmittel der Brasilianer bildet. Sie wächst, als Wurzel eines Strauches, aber nicht rund, sondern lang, nur unter der Erde (GERSTÄCKER, 1862, p. 164). [*A raiz de mandioca é um tubérculo não muito diferente da batata e, junto com feijão e porco, constitui o principal alimento dos brasileiros. Ela cresce sob a terra como raiz de um arbusto, mas não é redonda, é comprida*] (GERSTÄCKER, 2016, p. 185).

O excerto de uma carta escrita por Johann Diemer, em 1889 (quando já vivia há mais de 30 anos no sul do Brasil), a um amigo na Alemanha, confirma as informações oferecidas por Gerstäcker a respeito da raiz da mandioca e dos hábitos alimentares da região:

O almoço do agricultor consiste principalmente em feijão preto com farinha, toucinho e carne de porco [...]. Essa farinha, da qual acabei de falar, é obtida da raiz da mandioca e é frequentemente utilizada como pão entre os brasileiros, uma vez que estes não costumam fazer pão. [*Den Mittagstisch des Bauern bilden sodann hauptsächlich schwarze Bohnen mit Farinha, Speck und Schweinefleisch [...]. Dieser Farinha, von dem ist eben sprach, ist ein von der **Mandiokawurzel** gewonnenes Mehl und wird sehr oft, unter den Brasilianern fast durchweg als Brod benützt, da dieselben kein Brod backen*] (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018, p. 165).

Vale notar que, embora o autor da carta procure aproximar a grafia de “Mandioka” à norma escrita do português, “[n]a sua fala, provavelmente utiliza a forma integrada *Maniok*” (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018, p. 165).

De fato, os imigrantes alemães percebem desde cedo que não só o cavalo, mas a criação de animais em geral, ao lado da agricultura, é essencial para a sobrevivência e subsistência nas colônias brasileiras (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018). Por consequência, são adotadas diversas palavras relacionadas ao complexo dos animais domésticos bem como ao complexo da agricultura:

Potreiro [...] é um campo para o gado, em volta dele se faz uma cerca e são colocadas estacas que deixam a cerca firme e robusta para que nenhum animal possa sair. O gado fica nesse potreiro o ano todo, dia e noite, e vem como no estábulo e isso é muito melhor para o gado [...]. Para os porcos, constrói-se

um cercado [...], só que não é chamado de cercado, mas de **curral**. Os porcos ficam nesse **curral** dia e noite. [*Patrer* [...] *ist eine Weide für das Fieh da wird ein Zaun darum gemacht und es werden Pfähle aufgestelt und es kompt den der is durch zuliegen und so wird der Zaun fest und stark das kein Fieh heraus kan in solche Patrer geht das Fieh die das ganze Jahr Tag und Nacht und kommen wie auf den Stall und das ist ja viel beser für das Fieh [...]. Für die Schweine wird ein Hoff gemacht [...] aber man nent ihn nicht Hoff sondern Korahl in diesen Korahl gehen die Schweine Tag und Nacht*] (ALTENHOFEN; STEFFEN; THUN, 2018, p. 120 – grifos nossos).⁶⁴

Nessa carta, escrita em 1858, o autor esclarece as novas palavras adotadas no Brasil aos destinatários na Alemanha. Nesse caso, percebe-se que estas passam por um processo de adaptação ou acomodação gráfica e fonética, uma vez que o falante as submete às regras gráficas e fonéticas da sua própria língua.

Em relação à subsistência no novo meio e sua correlação com a língua, Willems (1946) compila uma lista de 610 palavras, segmentada de acordo “com a sua associação cultural” (WILLEMS, 1946, p. 300), na qual é possível verificar alguns dos complexos de palavras do português adotados pelos imigrantes, como ilustra a seguir a figura 1:

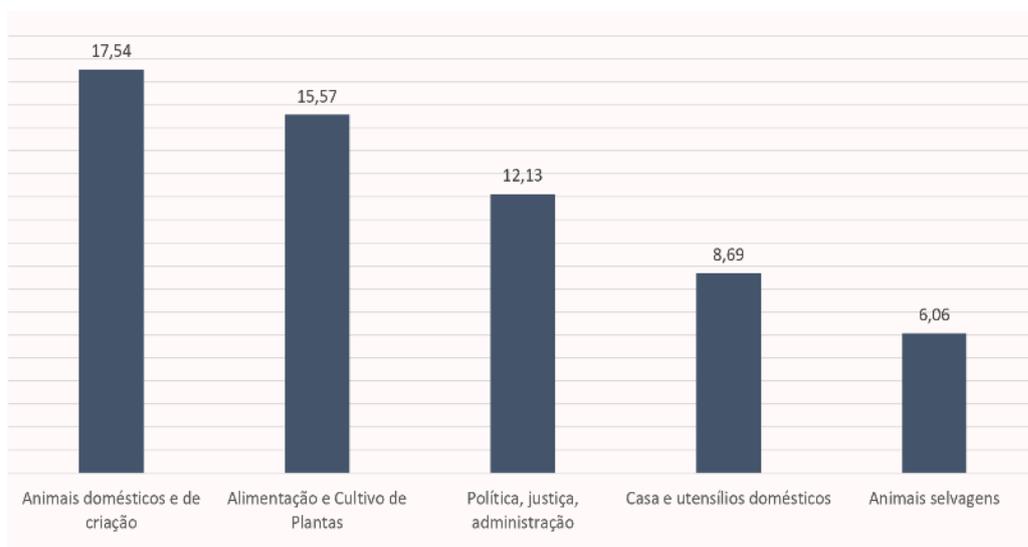


Figura 1: Complexos linguísticos adotados pelos imigrantes alemães.
Fonte: de autoria própria, com base em Willems, 1946.⁶⁵

O complexo de palavras referente a ‘animais domésticos e de criação’ perfaz 17,54%, do qual a maior parte está relacionada ao cavalo e aos equipamentos de montaria. A adoção de palavras associadas ao complexo da alimentação e do cultivo de plantas, 15,57%, deixa-se

⁶⁴ Carta escrita por autor desconhecido em Teotônia/RS, no dia 10 de outubro de 1858, aos parentes na Alemanha.

⁶⁵ A partir da lista de palavras compilada por Willems, na obra *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil* (1946), elaborou-se o gráfico acima, apresentando as porcentagens dos complexos linguísticos adotados com mais frequência pelos imigrantes alemães.

explicar pela relação que essas palavras estabelecem com a subsistência das famílias de imigrantes bem como pelas incontestáveis diferenças e peculiaridades que os imigrantes experimentaram nesse campo, como mostram alguns dos excertos de cartas reproduzidos anteriormente.

As palavras associadas ao complexo da política, da justiça e da administração perfazem 12,13% e também são facilmente explicadas através das profundas diferenças que caracterizavam esse campo em relação ao equivalente na matriz de origem.

Assim, a apropriação do novo meio se entrelaça com questões referentes à subsistência, ao prestígio e à necessidade bem como à busca pelo fim do isolamento – como observa Altenhofen (1996), que, aliadas à agentividade e à criatividade linguística dos falantes podem explicar a adoção de palavras da língua portuguesa local.

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se explorar a relação entre língua e apropriação do Novo Mundo pelos imigrantes alemães no século XIX, a partir de uma perspectiva que considera o papel ativo, inovador e criativo dos falantes e leva em conta a função comunicativa da língua (ALTENHOFEN, 1996). Nesse contexto, dá-se a criação de novas palavras, a ressignificação semântica e a adoção de palavras da língua portuguesa a partir da necessidade de denominar sobretudo elementos naturais desconhecidos, distantes ou inexistentes no ambiente de origem desses imigrantes, mas que passaram a fazer parte da sua vida cotidiana no novo meio: estranho e desconhecido, mas do qual precisavam apropriar-se para poder sobreviver e prosperar.

Além dos neologismos, os imigrantes adotaram palavras da língua portuguesa não apenas para preencher lacunas em seu equipamento linguístico (WILLEMS, 1946) ou “por ignorância ou relaxamento [...]” (OBERACKER, 1957, p. 19), mas por decidirem que acolher certos termos da nova língua lhes era, de alguma forma, vantajosa, como ilustram os complexos linguísticos adotados por eles.

O grande número de neologismos certamente aponta para uma postura ativa e criativa dos imigrantes em relação à língua, uma vez que, sob uma perspectiva conceitual dinâmica, a língua é uma atividade criativa (COSERIU, 1983). O novo meio, repleto de novidades e possibilidades, oportuniza que seus novos habitantes coloquem em prática duas características elementares no processo de apropriação: sua agentividade e sua criatividade. Assim, de acordo com suas necessidades comunicativas, os falantes fazem escolhas – com base em seu repertório linguístico – para alcançar determinados objetivos comunicativos em determinadas situações.

Dessa forma, percebe-se que as adoções, criações e decisões linguísticas feitas pelos imigrantes alemães e motivadas pela vida no novo meio apontam para habilidades linguísticas criativas e complexas, que caracterizam esses falantes como agentes dos processos e fenômenos linguísticos, como os que foram ilustrados neste artigo, e mostram o êxito das comunidades teuto-brasileiras na apropriação do Novo Mundo.

Referências

- ALTENHOFEN, Cléo. **Hunsrückisch in Rio Grande do Sul**. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen. Stuttgart : Steiner, 1996. 444 p. (Mainzer Studien zur Sprach- und Volksforschung; 21).
- ALTENHOFEN, Cléo; MORELLO, Rosângela et al. **Hunsrückisch**: Inventário de uma Língua do Brasil. Florianópolis: Ed. Garapuvu, 2018.
- ALTENHOFEN, Cléo; STEFFEN, Joachim; THUN, Harald. **Cartas de imigrantes de fala alemã**: pontes de papel dos hunsriqueanos no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.
- ALTENHOFEN, Cléo; THUN, Harald. As migrações e os contatos linguísticos na geografia linguística do Sul do Brasil e Bacia do Prata. **A geolinguística no Brasil**: caminhos percorridos, horizontes alcançados. Londrina: Eduel, 2016, p. 371-392.
- ALVES, Ieda Maria. Neologia e implicações textuais. In: **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. 2009. p. 1821-1825.
- BUBLITZ, Juliana. História ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul: o avanço na mata, o significado da floresta e as mudanças no ecossistema. **Tempos Históricos**, v. 15, n. 2, 2011, p. 239-267.
- COSERIU, Eugenio. Linguistic change does not exist. *Linguistica Nuova et Antica*. **Rivista di Linguistica Classica Medioevale e Moderna**. Galatina: Congedo, 1983.
- DRECKBAUER. **Südhessisches Wörterbuch**. Band I. 1965—1968, colunas 1679-1690.
- GERSTÄCKER, Friedrich. **A Colônia**. Cenas da Vida no Brasil. Tradução de Claudia Pavan e Gerson Neumann. Porto Alegre: Gradiva Editorial, 2016.
- GERSTÄCKER, Friedrich. **Die Colonie**. Brasilianisches Lebensbild. Leipzig: Hermann Constanoble, 1862.
- HERBERG, Dieter. Neologismen in der deutschen gegenwartssprache probleme ihrer erfassung und beschreibung: 572. **Deutsch als Fremdsprache**, v. 39, n. 4, 2002, p. 195-201.
- JAEKEL, Roger. Lenda do Umbu. **Portal das missões**, c2021. Disponível em: <https://www.portaldasmissoes.com.br/site/view/id/1757/a-lenda-do-umbu.html>. Acesso em: 30 de abril de 2021.
- MATRAS, Yaron. **Language contact**. Cambridge University Press. Kindle-Version, 2020.
- MATZKE, Judith. Von Glauchau nach Brasilien. **Auswandererbriefe von Ida und Ottokar Dörffel** (1854-1906). Halle/Saale: Mitteldeutscher Verlag, 2018.
- MICHAELIS, **Dicionário da Língua Portuguesa**. Dicionário online Uol. Editora Melhoramentos, 2009.
- OBERACKER JR., Carlos. Transformações da língua alemã no Brasil. **Revista de antropologia**, 1957, p. 1-36.
- PAVAN, Claudia Fernanda; NEUMANN, Gerson Roberto. Réquiem para Gerstäcker, o inquieto solitário. **SOLETRAS**, n. 34, 2017, p. 120-139.
- RADTKE, Edgar; THUN, Harald. Novos caminhos da geolinguística românica: um balanço. **Cadernos de Tradução**. Porto Alegre: Instituto de Letras, n. 5, 1999.

STEFFEN, Joachim; ALTENHOFEN, Cléo. Spracharchipele des Deutschen in Lateinamerika: Dynamik der Sprachvernetzungen im mehrsprachigen Raum. **Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik**, 2014, p. 34-60.

WILLEMS, Emílio. Acculturation and the horse complex among German-Brazilians. **American Anthropologist N. S.**, New York, v. 46, n. 2, 1944, p. 153-161.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos emigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

ZIMMERMANN, Walter. **Tiernamen in badischen Volksmunde**, 1914. Disponível em: https://www.zobodat.at/pdf/Mitt-Bad-Landesver-Natkde-Natschutz-Freiburg_NF_1_0077-0092.pdf. Acesso em: 03 de outubro de 2021.

ZONAS DE TENSÃO: OS CONFRONTOS ENTRE INDÍGENAS E IMIGRANTES ALEMÃES NO RIO GRANDE DO SUL DO SÉCULO XIX ATRAVÉS DA OBRA “AS VÍTIMAS DO BUGRE”

Cristiane Bondan Rampazzo⁶⁶

Introdução

Embora exista uma considerável bibliografia escrita sobre a história do povoamento do estado do Rio Grande do Sul, esse é um tema que ainda possibilitará a escrita de muitos e interessantes trabalhos e pesquisas devido ao grande número de fontes históricas ainda inexploradas, ou mesmo, que merecem ser revisitadas.

Este estudo pretende servir de base no estabelecimento de contato entre o leitor e uma parte do Rio Grande do Sul do século XIX, época em que começam a chegar muitas levas de imigrantes de diversas procedências ao estado sulino. Para tanto, o recorte temporal selecionado compreende o período da Independência do Brasil, no ano de 1822, até a Proclamação da República, em 1889.

Quanto ao processo imigratório ocorrido no século XIX, é considerado neste estudo como consequência da implementação do sistema capitalista na Europa e com relação direta com a economia e a posse da terra, pois se não tivesse ocorrido a grande crise que abalou o continente europeu, não teria havido a necessidade de tantas pessoas buscarem na emigração uma forma mais digna de sobrevivência.

O presente trabalho consta de quatro capítulos. O primeiro deles aborda a questão geográfica da área em questão, assim como um olhar sobre a tribo dos caingangues, povo que ocupava grande parte das áreas onde foram assentados os imigrantes alemães a partir do ano de 1824. No capítulo seguinte, a atenção volta-se aos imigrantes alemães, que atuaram como guardiães da terra em favor do império brasileiro, e também como produtores rurais que contribuíram para o abastecimento da Província e, posteriormente, do país.

O terceiro capítulo apresenta a obra literária “As vítimas do bugre”, publicada em 1946 por Matias José Gansweidt, onde são narrados fatos relativos aos embates entre os indígenas e imigrantes alemães, além de apresentar ao público o personagem de Luís Bugre, um descendente dos caingangues que, a princípio, vive afastado da tribo e entre os imigrantes

⁶⁶ Mestranda em História pela Universidade de Caxias do Sul – UCS.

alemães, mas que teria ligações com os saques e raptos promovidos pelos nativos na região em estudo.

No quarto capítulo por sua vez, são tratados os conflitos entre as duas etnias, a disputa pela terra - onde o nativo via as matas sendo derrubadas e dando lugar às plantações, e com isso diminuindo sua possibilidade de trânsito e obtenção de alimentos -, e os estranhamentos culturais. Seguem-se a este último capítulo, as considerações finais.

O espaço e os indígenas

Com a chegada efetiva do europeu em terras americanas teve início um novo período da história mundial, o qual assinala o começo de uma época muito difícil para as tribos indígenas ali existentes, marcada por muitos conflitos que persistem até a atualidade, bem como uma luta ferrenha pela vida, pela manutenção do território que ocupavam e que, aos poucos, lhes seria subtraído, como será visto adiante.

Devido a importância em situar-se no espaço em que ocorreram os confrontos entre nativos e imigrantes alemães, no século XIX, na parte do estado do Rio Grande do Sul próximas ao rio Caí, este capítulo aborda as características gerais da área conhecida como região do Arroio Forromeco, seu processo de colonização, e sua utilização como espaço de passagem e/ou moradia dos índios caingangues.

A principal via de acesso à região que compreende o Vale do Caí até os Campos de Cima da Serra em meados do século XIX era o rio Caí, sendo o Arroio Forromeco um de seus afluentes. Com nascente localizada no atual município de Farroupilha, o arroio serpenteia o vale e as encostas das montanhas, que são cobertos por floresta densa. Devido ao clima temperado, há uma abundante vegetação, grande diversidade de flora e fauna.

As áreas pela qual passava o Arroio Forromeco eram pertencentes à Colônia Santa Maria da Soledade, local que em dias atuais engloba a região dos municípios de Carlos Barbosa, Farroupilha, São Vendelino, Feliz e Bom Princípio, e que foi palco dos confrontos, entre os imigrantes alemães e os índios caingangues.

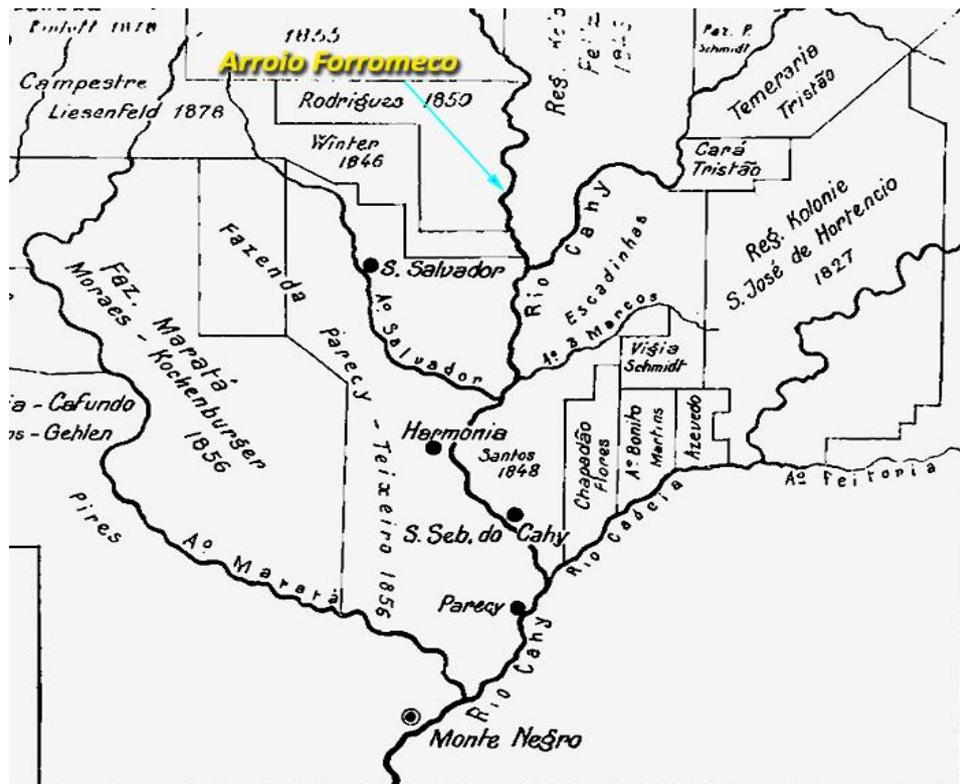


Figura 1: Mapa antigo da região do Arroio Forromeco.
 Fonte: Jacobi (2019).

Conhecer um pouco sobre a tribo dos caingangues e sua trajetória no Sul do Brasil, torna possível compreender as razões que levaram, no século XIX, aos conflitos ocorridos entre esses e os imigrantes alemães. Não se trata de esgotar todas as questões referentes à tribo, mas de fornecer subsídios que favoreçam o entendimento do tema ao qual estão inseridos.

Os caingangues receberam diversas denominações, dentre as quais Guaianás, Pinaré, Xokleng, Coroados – essa denominação seria devido ao fato de os homens da tribo cortarem o cabelo em forma de coroa -, Camés, etc.; pertencem ao grupo linguístico macro-Jê, e habitavam as áreas mais elevadas da região meridional do Brasil, nas quais eram abundantes as araucárias e diversas formas de alimento, incluindo a caça.

De acordo com NASCIMENTO (2001, p. 31), seria possível dizer que “os Caingangues, no Rio Grande do Sul, têm seu território compreendido ao noroeste, norte e nordeste do estado do Rio Grande do Sul, ao correr da margem esquerda do rio Uruguai (...) ocupam a região do planalto riograndense e sua encosta.”

Em decorrência de os indígenas não possuírem um sistema de escrita, tornou mais difícil e menos precisa a reconstituição de sua história, visto esta ser transmitida entre as gerações através da oralidade, o que torna mais frágil sua manutenção e perpetuação. Corroborando com essa descrição, o historiador Bóris Fausto:

é difícil analisar a sociedade e os costumes indígenas porque se lida com povos de cultura muito diferente da nossa e sobre a qual existiram e ainda existem fortes preconceitos. Isso se reflete, em maior ou menor grau, nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres. (...) Há também uma falta de dados que não decorre nem da incompreensão nem do preconceito, mas da dificuldade de sua obtenção. (2000, p.38).

Cabe ressaltar que as informações existentes acerca dos índios foram construídas por e na visão dos imigrantes brancos. Exemplos desses relatos encontram-se nas obras de Auguste Saint-Hilaire, Joseph Hormeyer, Padre Montoya, Cristóvão de Mendonça, Nicolau Dreys, Madame Van Langendonck, entre outros.

Devido ao exposto acima, o imigrante alemão é tido como civilizado, enquanto o indígena, como bárbaro e inculto; corroboram com essa assertiva, Gevehr e Dilly, quando afirmam que “o alemão é tudo que o índio não é: civilizado, trabalhador, organizado, honesto, veio pra trazer o progresso para a região. Já o índio é tido como preguiçoso, ladrão, selvagem, cruel, assassino”. (2016, p. 395).

O viajante francês Saint-Hilarie (2002), que esteve no Brasil de 1816 a 1822, e no Rio Grande do Sul em 1820 e 1821, dizia que “a civilização não foi feita para os índios, pois está inteiramente fundada na ideia de futuro, que lhes é absolutamente estranha” (p. 273). Já Joseph Hormeyer (1986), descrevendo a Província do Rio Grande do Sul de 1850, escreve que “os bugres são muito ariscos, rudes, ignorantes, sem vontade de trabalhar, covardes e, como todos os covardes, muito cruéis”. (p. 80).

A alimentação dos Caingangues era baseada na caça e na coleta, a carne era proveniente de aves – inclusive papagaios – e de animais como a capivara e o bugio. Apreciavam muito o mel, pinhão, palmito, frutos e raízes silvestres. De acordo com Becker (1995, p. 201), eles também apreciavam o milho, a abóbora e a batata-doce, porém, como não eram sedentários, é sabido que nada plantavam, do contrário, atacavam as roças dos colonos para obter esses produtos.

As suas moradias eram geralmente bem simples, sendo compostas de um rancho coberto com folhas de palmeira, não dispunham de mobílias e todos dormiam no chão. Nos acampamentos era comum reinar o silêncio, o que evitava que fossem surpreendidos por alguma tribo inimiga ou mesmo pelos brancos.

Quanto à vestimenta, o hábito era de usar nenhuma. De acordo com a ocasião, podiam fazer uso de algum adorno, confeccionado a partir do uso de penas, ou pinturas no corpo, mas ambas não eram uma prática comum no dia a dia. Quando entram em contato com o branco, é que passam a vestir roupas, porém Becker (1995) afirma que “o vestuário, até recentemente,

parece tolher-lhes os movimentos ao ponto de terem de livrar-se quase ou totalmente do mesmo para poderem agir, chegando essas roupas a constituir causa de moléstias”. (p. 209).

No modo de vida caingangue, diferentemente do imigrante, não havia a preocupação com a acumulação, viviam na dependência da caça e da coleta, e por isso mesmo a terra tinha tanta importância para eles, pois enquanto tinham a seu dispor um vasto território, vivam de maneira nômade, quando se esgotavam os recursos em uma área, migravam para outras. De acordo com Le Goff (2020, p. 46), “um homem selvagem não é um simples hóspede da floresta, mas que é o seu Senhor”.

Com a promulgação da Lei nº 601 de 18/09/1850, mais conhecida como Lei de Terras, é legitimada a propriedade da Terra no Brasil. De acordo com essa lei, a terra deveria ser adquirida através da compra, e não mais pelo ganho ou posse. Assim sendo, os indígenas ficavam impossibilitados de tornarem-se proprietários, visto não terem condições de comprar as terras por onde andavam, pois eram nômades, não tinham paradeiro fixo e não produziam nas terras, que passaram a ser consideradas improdutivas e devolutas, abrindo caminho para o assentamento de imigrantes.

Com a perda de territórios, a população nativa via-se forçada ou a submissão, ou a resistência, não havia outra maneira de conviver com a situação imposta pela entrada em vigor da referida lei. Ao submeter-se o índio estava designado aos aldeamentos e jugo governamentais, ao resistir, tinham de confrontar-se com os colonizadores que começariam a chegar em grande quantidade durante todo o século XIX.

Imigrantes alemães

Com a derrota de Napoleão em 1815, o continente europeu encontrava-se em situação caótica, predominavam a fome, o desemprego e a miséria. Os altos impostos faziam com que os pequenos agricultores, artesãos e os menos favorecidos em geral, se encontrassem numa situação muito difícil, sem perspectivas de melhoras ou mudança da situação a curto prazo. Dessa forma, o camponês aos poucos foi perdendo sua terra ou se endividando para tentar mantê-la, e o desemprego que já era grande, aumentou ainda mais pela liberação da mão de obra em consequência da utilização das novas tecnologias emergentes.

Um bom exemplo e que retrata muito bem a situação do povo alemão na primeira metade do século XIX, pode-se ver nos escritos de Josef Ummann, em seu livro intitulado *Memórias de um imigrante boêmio*. Ao referir-se à sua terra natal, narra que trabalhava desde

criança para ajudar a família conseguir seu sustento, e que “a comida era racionada e o trabalho farto”. (1981, p. 4-9).

A situação no Brasil nessa época era bem diversa, pois como colônia de Portugal se mantinha ainda essencialmente agrícola com sua produção voltada ao fornecimento de matérias-primas para a metrópole, com uma economia baseada na monocultura, no latifúndio e na escravidão.

Tratar do processo imigratório no Brasil como fato isolado é incorreto. Ele foi uma tentativa do governo brasileiro para a solução de diversas questões, como a falta de braços para as lavouras em virtude da proibição do tráfico negreiro, o branqueamento da população brasileira, a povoação de extensas áreas de terras até então desabitadas, a proteção das fronteiras sulinas ameaçadas pelos espanhóis, o abastecimento de produtos agrícolas para as cidades através dos minifúndios e da policultura etc.

O ano de 1824, foi um marco na historiografia do Rio Grande do Sul, pois a chegada da primeira leva de imigrantes alemães serviu de mola propulsora das transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreriam daí em diante. Além de agricultores, também vieram da Alemanha, artesãos, sacerdotes, soldados, detentos etc.

Uma observação importante deve ser feita ao tratar-se desses imigrantes alemães, eles tinham origem, idioma e cultura comuns, porém, não formavam um grupo homogêneo, nem todos eram colonos e nem todos eram católicos, como bem aborda o professor e historiador René Gertz em sua obra *O perigo alemão*:

... pode-se dizer que nem todos os alemães e descendentes no Rio Grande do Sul eram (e são) colonos. Havia colonos, colonos luteranos, colonos católicos, comerciantes, industriais, maçons, proletários que – mesmo pressupondo que possuíssem alguns interesses ideais comuns – possuíam interesses ideais e materiais diferentes. (GERTZ, 1991, p. 09).

Nas colônias que se formavam não havia escolas, igrejas, médicos, e os transportes eram precários. Havia ainda a questão do idioma, cuja manutenção era uma forma de coesão e de preservação da germanidade, mas que foi um entrave à integração ao cenário econômico e político do Estado, devido à necessidade de aprenderem o português -, que era bem diverso do alemão -, mas era a língua oficial e utilizada pelos funcionários públicos do estado. Em tempos de muitas dificuldades, a salvação para muitas famílias nos primeiros tempos da colonização, foi sem dúvida, a ajuda de vizinhos e conterrâneos, que partilhavam as mesmas dificuldades, e tinham o mesmo objetivo: progredir.

O livro “As Vítimas do Bugre”

A edição do livro intitulado “As vítimas do bugre”, de autoria do Monsenhor Matias José Gansweidt, escrito no ano de 1929, mas publicado somente em 1946, narra a história de uma família de imigrantes que foi sequestrada por índios da tribo caingangue, nas proximidades do Arroio Forromeco, na região de colonização alemã no Rio Grande do Sul. A história foi publicada com o consentimento de familiares de um dos envolvidos no rapto, Jacó Versteg, mais precisamente João Petry, genro de Jacó, e a veracidade é confirmada pela assinatura do próprio Jacó, sendo ambas assinaturas devidamente reconhecidas em cartório.

A obra de Matias José Gansweidt⁶⁷ foi reeditada e ampliada no ano de 2000 por Valdomiro Sipp, bisneto de Jacó Versteg, onde foram acrescentadas informações e imagens referentes aos Versteg, dados sobre os encontros familiares realizados pelos descendentes e a árvore genealógica da família.

Nesse ponto faz-se um aparte para reflexão sobre a importância da História e da Literatura, como complementares e interdisciplinares, embora a História possua o compromisso com a verdade e a Literatura, por sua vez, não tenha essa necessidade e possa ser mais criativa, utilizando-se do imaginário, da verossimilhança.

O uso da literatura como fonte histórica, apesar de não fornecer datas e eventos com o rigor científico, pode acrescentar muito sobre as relações sociais em determinado período, e segundo Pesavento (2003), depende do interesse do historiador, e é perfeitamente útil se esse interesse consistir em “resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo” (p. 39).

Na História, como ciência, não se escreve o que se imagina ter acontecido – como pode ser feito na Literatura -, mas projeta-se uma representação mais próxima possível do fato real acontecido, e a partir das fontes históricas disponíveis, busca-se a comprovação para os acontecimentos do passado.

Ferreira (2010), por sua vez, afirma que

Os textos literários são fatos históricos, pois “uma vez que quem os escreveu estava historicamente posicionado e influenciado pelo momento - e, ao mesmo tempo, muitas vezes são representações da História. Por isso, é praticamente impossível

¹ O autor do livro em questão, Matias José Gansweidt, nasceu na Alemanha em 24 de fevereiro de 1874, tendo iniciado a carreira religiosa na Holanda, depois na Bélgica e por fim, formando-se no Seminário Episcopal de Porto Alegre. Foi ordenado sacerdote em 1903, e atuou em diversas localidades no Estado, entre elas Poço das Antas, onde residiu Jacó Wersteg, sobrevivente de um rapto dos índios caingangues. Gansweidt faleceu em 18 de setembro de 1948, quando era capelão do Instituto Champagnat. (Gevehr e Dilly, 2016, p. 394).

pensar em textos literários sem considerar o contexto histórico em que surgiram e a partir do qual ganham seu significado último.

Em concordância com a afirmação de Ferreira, percebe-se a obra do Monsenhor Matias José Gansweidt tanto como um texto literário quanto histórico, pois muitas informações têm como ser confirmadas, ao mesmo tempo que outras, ficam por conta do imaginário, do “é provável” que tenha sido ou corrido como relatado, sem desmerecer seu conteúdo.

Existem várias outras obras literárias que também podem ser incluídas como sendo também históricas, dentre as quais pode-se citar Videiras de Cristal, escrita por Luiz Antonio de Assis Brasil; A Ferro e Fogo, de Josué Guimarães; O Tempo e o Vento, de Érico Veríssimo, entre outras.

Em síntese, em *As Vítimas do bugre* o autor conta a história da família de Lamberto Versteg, formada por ele, a esposa Valfrida e os filhos Jacó e Lucila. Chegaram ao Rio Grande do Sul em 1858, e assentaram-se num lote próximo ao Arroio Forromeco, pertencente à Capela de Santo Antônio do Forromeco, onde havia poucos colonos devido ao temor dos ataques dos índios.

Em 1868, estando Lamberto fora, os índios auxiliados por Luís Bugre (de quem se falará mais adiante), assaltaram e queimaram a casa, raptando a esposa e filhos. Ao retornar e verificar o acontecido pede ajuda aos vizinhos para procurar sua família e uma expedição de busca é feita mas sem resultado. Solicita então ajuda as autoridades, e uma segunda expedição é organizada, e nesta há a presença de Luís Bugre, que participa com o discurso de ajudar por conhecer as matas, mas que toda vez que se aproximavam do local onde estavam os familiares de Lamberto, desvia o grupo para longe.

Enquanto isso, entre os índios, a família tinha que se adaptar à vida na selva e aos costumes indígenas. Jacó foi o mais afortunado dos três, aprendeu a caçar e tinha mais liberdade que a mãe e a irmã, e assim, após a morte de sua mãe e de sua irmã, tentou a fuga definitiva, sendo resgatado na localidade de Pedras Brancas, numa fazenda da família Pacheco. Jacó reencontra o pai, e após a morte desse, casou-se com Carolina Weirich com quem teve treze filhos, vindo a falecer aos 80 anos de idade, em 1935. Ambos estão sepultados no cemitério evangélico na localidade de Desvio Blauth, no município de Farroupilha, RS.

Durante a narrativa, o autor relata os costumes dos índios caingangues, como caçavam, como eram suas casas, as festas, as guerras com outras tribos, e também traz detalhes sobre a fauna e a flora da região. O episódio do rapto da família Versteg é um fato verídico, e não foi o único conflito entre imigrantes e nativos na região. Outros autores como Fidélis Dalcin Barbosa,

Mário Gardelin e Aldo Francisco Migot também escreveram sobre os Versteg, mas sem acrescentar fatos novos, o que leva a considerar a obra de Ganweidt a pioneira e mais completa.

O índio Luís Bugre teria aparecido pela primeira vez para os colonos alemães em 1847, numa tentativa de assalto frustrada às terras do colono Jacó Bohn, de onde saíra ferido e sem conseguir acompanhar a tribo na fuga, ficando entre os colonos e sendo adotado pelo português Matias Rodrigues da Fonseca, onde aprendeu a falar o português e o alemão, e batizado em 1849 em São José do Hortêncio com o nome de Luís Antônio Silva Lima.

De acordo com Ganweidt, Luís Antônio não era obediente, não aceitava castigos, gostava muito de caçar, e fazia várias incursões na mata, onde ficava juntos aos seus, retornando depois para junto dos brancos. Luís Antônio não é bem visto pelo autor, e isto fica explícito na narrativa, pelos termos que usa ao referir-se ao mesmo, sempre de forma pejorativa, classificando-o como selvagem, bugre, desobediente.

É importante atentar para o fato de que os indígenas não gostavam de ser chamados por bugre⁶⁸, muito provavelmente devido ao sentido pejorativo da palavra. O autor cita na obra *As Vítimas do Bugre*, que Luís Antônio, que é citado no livro sempre como Luís Bugre, tinha verdadeiro pavor de ser chamado assim, era um fato que o deixava furioso.

Mário Gardelin, em matéria publicada no jornal *Correio do Povo* de 19 de agosto de 1985, corrobora com Gansweidt quanto ao fato de Luís ser desobediente e se ausentar por longos períodos, afirmando que Matias Rodrigues, que o tinha “adotado” tinha muito trabalho com o mesmo, visto que “não aceitava o jugo da obediência e muito menos um castigo. Preferia correr os matos e caçar, no que empregava longas horas do dia. Às vezes, ausentava-se durante semanas trazendo, porém, sempre algumas peles de animais bravios”.

Consta que teria uma companheira ‘da mesma raça que a sua’, ou como escreve Gardelin na mesma reportagem do jornal *Correio do Povo*, que depois de algum tempo afastado, “Voltou acompanhado por uma consorte que, na matiz da pele e na estatura, bastante se parecia com ele”, e que teria dois filhos, de nome Júlio e Alberto, porém, não há maiores detalhes sobre sua trajetória, nem seu fim, havendo a suposição de que como não sabia nadar, teria morrido afogado, mas sem comprovação.

O que pode-se dizer é que Luís não tinha bom conceito entre os alemães, mas que não há nenhuma acusação quando, mais tarde, no convívio de imigrantes italianos e que não

⁶⁸ Bugre - Nome depreciativo usado pelos europeus para se referirem aos indígenas brasileiros. Pessoa sem cultura, rude, selvagem, inculta e arisca. (DICIO, 2021).

conheciam o seu passado, o tinham como pessoa muito prestativa, principalmente por os haver conduzido pelos desconhecidos caminhos da colônia, até a chegada ao local de assentamento.

Conflitos

Os conflitos existentes à época e região em estudo, tem sua origem nas disputas por territórios entre os nativos e os imigrantes, e são representados através dos saques às roças dos colonos, incêndios, sequestros e mortes. De acordo com PETRY (1964, p. 24), “os primeiros imigrantes alemães aqui chegados viviam em sobressalto contínuo devido às repetidas incursões desses selvagens que perturbavam os seus trabalhos, assassinavam famílias, queimavam suas casas primitivas e raptavam mulheres e filhos”.

O episódio com a família Versteg, raptada em 1868, não foi o primeiro a acontecer na região. Gardelin e Costa, (1993, p. 46), narram uma investida dos índios a um estabelecimento da região:

Em maio de 1830, os coroados ensaiaram um assalto aos estabelecimentos de Ther e Ville, dois franceses que possuíam uma serraria movida à água, na margem direita do Arroio Forromeco. (...). Compreendeu que aí estava escondido um espião. Dispararam alguns tiros, o índio saiu a toda disparada para o mato vizinho.

No ano de 1831, na Picada do Hortêncio, pereceram onze pessoas (PETRY, 1964, p. 24); em 1832 e 1833, na localidade de Escadinhas, às margens do rio Cai, duas tentativas dos indígenas foram frustradas pelos colonos, assim como em 1847, na tentativa de assalto frustrada às terras do colono Jacó Bohn, episódio em que Luís Bugre teria sido ferido.

Já no ano de 1851, na estância de São João, foi atacada a família de João Mariano Pimentel; em 1852, na colônia Mundo Novo, foi a vez do ataque à família de Pedro Wandenpuhl, enquanto em 1857, na Picada Feliz, os ataques foram direcionados à família de Nicolau Rempel, que perdeu a vida com uma flechada, só para citar alguns casos.

Na historiografia não faltam exemplos de tensões ocorridas entre os Caingangues e os imigrantes alemães, e para evitar injustiças, é preciso olhar para os dois lados dessa questão, ou seja, aos alemães chegados a partir de 1824 era inadiável criar uma estrutura de sobrevivência, moradias, escolas, estradas, igrejas, plantações. Com a destruição das suas roças pelos indígenas, esses imigrantes perdiam sua fonte de alimentação e de renda, razão pela qual, tentavam defendê-las a todo custo, e para isso contavam com o apoio governamental.

O outro grupo em questão, os indígenas – que não possuíam nenhuma forma de auxílio governamental -, necessitavam de grandes extensões de terra - de onde retiravam seu alimento através da caça e da coleta - para manterem seu modo de vida, e a chegada dos imigrantes passa a ameaçar toda a ordem por eles instituída, razão pela qual atacam e/ou depredam as propriedades e plantações, na tentativa de afugentar os recém-chegados, dissipando a ameaça que os brancos representavam.

Considerações

Este estudo é apenas uma breve e singela apresentação acerca das conflitivas relações interétnicas ocorridas entre os indígenas e os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, relatadas numa obra de cunho literário/histórico e representadas pelos saques às roças, sequestros, perseguições aos indígenas etc, não se constituindo em um final, mas em um caminho, pois ainda há muito a ser escrito.

O ponto central das discórdias entre índios e imigrantes foi a terra, pois sua posse representava a sobrevivência para ambos. Essa disputa foi também marcada por uma competição desigual, por intolerância e preconceito.

Na situação de conflitos originada entre os grupos, percebe-se que ambos negaram a identidade e cultura do outro, um não reconheceu o outro, prevalecendo a negação da alteridade e a visão etnocêntrica, onde cada grupo julga o outro pelos seus valores e esses eram completamente divergentes entre si.

Os indígenas tinham no imigrante a figura do invasor, que lhes tomaria a terra da qual eram dependentes para a manutenção do seu modo de vida, daquele que não respeitava seu modo de viver, seus costumes, pois, apesar de serem nômades e não se fixarem por muito tempo no mesmo lugar, eram os primitivos habitantes do local.

Os imigrantes por sua vez, também consideravam o indígena como o inimigo a combater, pois não imaginavam que teriam que lutar pela posse da terra prometida pelo governo imperial. Para estes, a terra também significava sobrevivência, pois nela plantariam seu alimento e dela tirariam seu sustento.

Essa situação conflitiva, por sua vez, é o que a obra *As Vítimas do Bugre* escrita por Matias José Gansweidt traz à tona, uma obra de História e de Literatura, que narra a situação vivida pelo imigrante alemão Lamberto Versteg e sua família - que foi apenas um dos embates ocorridos à época -, mas que retrata muito bem a situação da região onde os fatos se desenrolaram.

Nesta obra, o autor é visivelmente favorável ao elemento branco, pois na narrativa os termos com sentido pejorativo são todos utilizados referindo-se aos indígenas. Exemplo disso é quando apresenta o personagem de Luís Antonio, mais conhecido por Luís Bugre, a quem todas as palavras dirigidas eram negativas, como desobediente, selvagem e bugre.

O desfecho dessa história passada a mais de cento e cinquenta anos, é bem conhecido. Os indígenas – que não se entregaram sem lutar - foram aldeados, afastados mais para o norte, onde viveram em algumas pequenas reservas não mais representando risco e colocados à margem da sociedade, o imigrante, por sua vez, o vencedor, prosperou e deu origem às cidades e ao progresso.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Ítala I. B. **O Índio Kaingang no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 1995.
- COSTA, Rovílio; GARDELIN, Mário. **Colônia Caxias: Origens**. Porto Alegre: EST, 1993.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: USP, 2000.
- FERREIRA, Antonio Sérgio. Relações entre Literatura X História. **Revista Diálogos Acadêmicos**, vol. 1, n 1, 2010.
- GARDELIN, Mário. No Tempo dos Pioneiros – Antonio Luiz, o Poliglota. Porto Alegre: **Jornal Correio do Povo**, 19.08.1985. (Consultado no Arquivo Histórico João Spadari Adami, Lata 80, Maço 24).
- GANSWEIDT, Matias J. **As Vítimas do Bugre**. Porto Alegre: Selbach, 1946.
- GEVEHR, Daniel L. DILLY, Gabriela. Os Estranhamentos entre aqueles que estavam e aqueles que chegam: representações sobre o espaço e as relações entre indígenas e imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, Brasil. **História Unicap**, v. 3, n. 6, p. 383-398, 2016.
- GERTZ, Rene E. **O Perigo Alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- HORMEYER, Joseph. **O Rio Grande do Sul de 1850: Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional**. Porto Alegre: Eduni-Sul, 1986.
- LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 2020.
- MAPA antigo dos princípios da colonização da região. In: JACOBI, Pedro. **Piedade do Forromeco** - São Vendelino, 2019. Disponível em: <http://www.jacobi.com.br/forromeco.asp>
- NASCIMENTO, Ernilda S. do. **A vida na história dos outros**. Chapecó: Argos, 2001.
- PESAVENTO, Sandra J. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, ASPHE/Fae/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, 2003.
- PETRY, Leopoldo. **São Leopoldo: berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Rotermond, 1964. (Monografia).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 4 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.
- UMMANN, Josef. **Memórias de um imigrante boêmio**. Porto Alegre: EST, 1981.

Parte 3 – Migrações, patrimônio histórico e cultural

CEMITÉRIOS RURAIS DA COLÔNIA CAXIAS

Everaldo Cescon⁶⁹

Cemitérios como lugar de representação arquitetônica e artística

Para estudar os cemitérios, é fundamental abrir um leque de perspectivas visto que inclui fatores sociais, religiosos, antropológicos, arquitetônicos, artísticos e inclusive econômicos. O cemitérios podem ser analisados a partir das crenças religiosas e atitudes frente à morte, a partir da arte, da arquitetura e urbanismo e suas relações com a cidade dos vivos, a partir da iconologia e seus vínculos com expressões do passado e a partir do aspecto sanitário, a partir de uma visão social.

O objetivo é estudar os cemitérios rurais da Colônia Caxias fundados entre 1875-1930 buscando “conhecer toda a sua realidade”, ou seja, aprofundando a sua análise para além do perceptível.

Uma primeira aproximação leva-nos ao cemitério como lugar sagrado na sua função de dar abrigo aos corpos dos que partiram, de perpetuar a sua memória. As sepulturas conferem ao recinto características que o distinguem dos espaços circundantes, identificam o cemitério como lugar de sepultamentos, desde sempre adotados como atitude de respeito. Com as sepulturas, a memória dos mortos se evidencia, surge a hierofania, quando se destaca o lugar do sepultamento. A sepultura é a prova do desamparo do homem diante da morte, um dos dois mistérios mais importantes de sua vida, junto com o nascimento. São os extremos de seu ciclo vital. De fato, na prática, todos os povos sacralizam o lugar ocupado pelas sepulturas, o lugar da morte e dos mortos. Segundo Ariès (2012), o sagrado se origina no fato das sepulturas, apesar da contradição que se propôs com a mudança, no século XVIII, ao tachar os cemitérios de insanos e inseguros para o homem.

O cemitério sofreu consideráveis mudanças em sua localização e organização. Até o fim do século XVIII, situava-se no centro dos núcleos urbanos, ao redor do espaço sagrado e hierarquizado da igreja. No século XIX inicia-se a sua transferência para a periferia, por considerá-los insalubres, e é nesta época que se populariza e generaliza o culto e a visita. Mas aqui permaneceu próximo, formando um conjunto, à igreja e ao salão comunitário. Surge a “cidade dos mortos”, onde cada indivíduo dispõe de um lugar para a sua última morada.

⁶⁹ Pós-doutor em Filosofia. Doutor em Teologia. Universidade de Caxias do Sul – UCS.

O cemitério, como recinto que acolhe a morte, deve preservar a paz dos que ali descansam, mas também isolá-los do mundo dos vivos. Por isso o seu espaço deve ser claramente definido e isolado, com limites claros, como corresponde, de acordo com Eliade (2008), a todo espaço sagrado: “Por muito diferentes que sejam os espaços sagrados e diferente seja a sua elaboração, todos apresentam um traço comum: há sempre uma área definida que, sob formas muito diversificadas, torna possível a comunhão com a sacralidade” (p. 371). Portanto, o primeiro elemento distintivo é o muro perimetral de delimitação do cemitério. A fronteira abriga um espaço que requer estar “ordenado e cosmizado”, para distingui-lo do restante do mundo não sagrado, caótico. Todos os nossos cemitérios são espaços delimitados dentro dos quais se supõe um comportamento distinto do comportamento fora dele. O muro limita, delimita o lugar sagrado, como manifestação do domínio dos vivos que protegem os seus antepassados. O muro tem o papel simbólico de estabelecer o limite entre dois mundos.



Figura 1: Muro perimetral.



Figura 2: Inscrição no portão de entrada.

Fonte: Autor (2021).

Depois vem a porta, o portão de acesso. É o umbral de delimitação entre o “fora” e o “dentro” como possibilidade de passagem de uma zona à outra (do profano ao sagrado). Está geralmente marcado por sinais e inscrições. (“Nós os ossos que aqui estamos pelos vossos esperamos”). Ao passar por ela, a passagem da vida à morte se torna mais perceptível. Abre-se para acolher ao morto e a seus familiares; fecha-se atrás deles depois de abandonar no seu interior um ente-querido.

O sinal mais evidente de que o cemitério é um espaço sagrado é a grande quantidade de cruzes, de todas as formas e materiais possíveis. A cruz simboliza, desde sempre, a presença de mortos. Além da cruz, há um amplo catálogo de elementos simbólicos - imagens religiosas, epitáfios, retratos, objetos, flores - que são a representação visível do invisível.

A dimensão sagrada se torna visível a partir da visualização da primeira sepultura, a dimensão da ausência daquele que se foi, ou a dimensão do “não me esqueças” dos mortos. Tradicionalmente, revestiu-se o ato de desprender-se do cadáver um caráter ritual a fim de diminuir a angústia e dar sentido à ausência. A etimologia da palavra cadáver provém da primeira sílaba das palavras latinas *Caro Data Vermibus* (“carne dada aos vermes”). A prática de enterrar em túmulos de terra simboliza o retorno à terra e vai perdendo protagonismo a favor do costume da inumação em nichos (“gavetas”), onde se deposita o cadáver em cavidades que nos lembram os blocos de casas populares dos bairros periféricos das nossas cidades. A cremação ganha adeptos lentamente.



Figura 3: Resquícios da primeira sepultura.
Fonte: Autor (2021).

A sepultura é o “umbral entre dois mundos”: em seu interior se oculta o cadáver e, por outro lado, é o primeiro sinal de advertência contra o esquecimento do morto, a prova tangível daquele que falta, que já não está, vestígio daquele que se foi. Ela é provocadora de emoções e sentimentos de medo da própria morte e da solidão. Em todas, subjaz a pretensão de simbolizar a ausência, a memória e o respeito devido ao falecido. Trata-se, também, de um modo de eternizar a passagem do falecido pela vida. Em todos os monumentos funerários manifesta-se o desejo humano de transcendência.

Outra função da sepultura, indicada por Ariès, é cuidar e preservar os vivos da inquietante e atormentadora presença dos mortos.

Cemitério como espaço simbólico e metafórico

Nas sepulturas, mesmo as mais modestas, podemos encontrar um variado catálogo de simbolismos, de linguagens ocultas, de expressividade emocional que transcende as restrições da palavra para constituir uma linguagem de fácil leitura e, portanto, de fácil compreensão pelo simples e pelo intelectual.

Por isso, na hora de manifestar verdades de ordem metafísica, recorreremos sempre ao símbolo. E para analisar estas representações iconográficas, utilizaremos o método de Panofsky (1980, p. 37-40). Parte-se da base de que toda forma ou imagem expressa valores simbólicos que contribuem para o significado intrínseco da mesma, trazendo dados e atitudes culturais ou sociais. Segundo Panofsky, a interpretação deve ser realizada em três planos: 1) o plano descritivo, de pura percepção sensorial, forma e cor entendidos a partir da própria experiência; 2) o plano iconográfico, no qual a forma transcende a percepção sensorial, para ser interpretada em função do próprio marco cultural, seria uma percepção de tipo associativo, tendo em conta significados aceitos de antemão; 3) o plano iconológico trata de buscar conteúdos não percebidos anteriormente que se encontram no inconsciente. O significado intrínseco ou conteúdo é apreendido reconhecendo aqueles princípios subjacentes que revelam a atitude básica de um povo, de um período, uma convicção religiosa ou filosófica.

O design iconográfico dos cemitérios pode ser interpretado como a pegada gráfica de muitas histórias, transmite grande quantidade de informação sem a necessidade de palavras. Trata-se de um mundo sem palavras (EVAMY, 2003). Assim, encontramos imagens com fortes sugestões fúnebres, que associamos imediatamente à morte: cruzeiros, tochas cruzadas, caveiras, ampulhetas, anjos ou livros abertos. Falam-nos de serenidade, memória, brevidade da vida, passagem do tempo e da transcendência do homem.

Durante o século XX, porém, vimos o sagrado perder espaço a favor da lembrança, como sinal evidente de secularização e crescente valorização do indivíduo. Nada mais que nomes e datas estão nas lápides. É um novo conceito de eternidade mais centrado na lembrança.

Tipos de sepulturas

Na arquitetura funerária percebe-se uma certa evolução baseada nas mudanças de mentalidade social. A preocupação já não se centra na própria morte, mas em ressaltar a memória do falecido e, sobretudo, em uma perspectiva pragmática.

a) **Sepulturas por terra**

Sepultamentos horizontais, vinculados à terra. Herdadas dos antigos sepultamentos no interior das igrejas. Partimos dos sepultamentos mais antigos, em covas rasas de terra com uma simples cruz na cabeceira, sem nenhum tipo de perímetro demarcado.



Figura 4: Sepultura por terra.
Fonte: Autor (2021).

b) **Nichos** (carneiras/“gavetas”)

Sepultamentos de disposição vertical. A mais difundida na atualidade por sua lógica funcional e econômica. A sua origem remonta aos ossários que se situavam nos muros das igrejas. Implicam em empobrecimento iconográfico, de formas que se comparam às favelas. Por isso levantam-se vozes contrárias a sua utilização: o subúrbio da cidade dos mortos. Lembrem-nos os columbários romanos. O caráter ornamental se resume a alguma flor, uma placa, uma dedicatória, uma lápide com fotografia e as informações do usuário. Personaliza-se o lugar para que o falecido se sinta confortável apropriando-se do lugar com objetos pessoais, especialmente em nichos de jovens ou crianças. Oferecem uma leitura da classe social ou cultural do falecido e de sua família.



Figura 5: Nichos.
Fonte: Autor (2021)

c) Capelas familiares

Construção que acolhe os restos de uma família ou estirpe. Foi símbolo de distinção social, como antítese das fossas comuns dos mortos anônimos. São expressão diversificada das vaidades humanas. Geralmente estão situadas em áreas principais e visíveis do cemitério, construídas com material nobre (pedra, granito, etc.).



Figura 6: Capela familiar.
Fonte: Autor (2021).

d) Monumentos fúnebres

são praticamente inexistentes, entendidos como obras de especial relevância artística. No entanto, quando presentes, destacam o sepultamento de alguma personagem com grande influência exercida na comunidade: párocos, personalidades grandiloquentes em política, artes, etc.



Figura 7: Monumento fúnebre.
Fonte: Autor (2021)

Iconografia cemiterial

As imagens simbólicas ou iconográficas mais frequentes nos cemitérios podem ser classificadas em três tipologias: imagens de identidade pessoal, imagens religiosas e imagens metafóricas. Por serem imagens moldadas, padronizadas, por sua repetição acabam perdendo parte do seu valor e assumir um caráter puramente decorativo, enunciativo ou informativo.

a) **Imagens de identidade pessoal:** lápides ou placas padronizadas e em material simples, por razões óbvias (vandalismo), limitando-se a identificar o falecido, a data de nascimento e de falecimento. Em alguns casos aparece uma frase de manifestação de saudades ou a menção dos que dedicam a recordação. O réquiem “descansa em paz” (RIP) praticamente desapareceu. Também é comum encontrar imagens do Sagrado Coração de Jesus, de Nossa Senhora e de santos comprados em lojas de rua, muitas das quais sem fineza estética.

- **Fotografias:** A fotografia, como ícone da individualidade, foi definitivamente incorporada recebendo normalmente um lugar destacado.

- **Anjos:** símbolo do invisível, das forças que ascendem e descendem, mediador entre o celestial e o terrenal, anunciador dos desígnios divinos de modo que a sua presença nos espaços cemiteriais é augúrio de bons prêmios. A sua posição é elevada em relação ao restante e está presente sobretudo em sepulturas infantis. Custodiam, acompanham o falecido em sua viagem e, com o seu dedo na boca, pedem silêncio nos cemitérios.

- **Cristo:** A representação mais frequente que remete a Cristo é a cruz. Mas também aparecem abundantes representações de seu rosto e do Sagrado Coração.

- **Cruzes:** é o símbolo cristão por excelência da sacralização cristã do espaço, embora antes da expansão do cristianismo já fosse um signo universal. Sinal da relação entre dois mundos, combina o horizontal da terra com o vertical e espiritual do céu, indicando sempre a proximidade com o sagrado. Junto com o quadrado, participa do simbolismo do número quatro, relacionado com os pontos cardeais.

- **Santos:** as representações de santos se limitam a pequenas figuras colocadas no interior dos mausoléus ou em frente aos nichos.

- **Nossa Senhora:** Proliferam as representações marianas normalmente com o menino no colo, em diferentes invocações.



Figuras 8 e 9: Imagens de identidade pessoal.
Fonte: Autor (2021).



Figura 10 e 11: Imagens de identidade pessoal.
 Fonte: Autor (2021).

b) **Imagens metafóricas:** Ao lado da iconografia religiosa, convivendo com ela, sobrevivem nos cemitérios imagens iconográficas de caráter profano.

- **Alfa e Ômega:** representam o começo e o fim da vida; o alfa se identifica também com o compasso, atributo do Deus criador; o ômega se identifica com o fogo da destruição apocalíptica.

- **Tochas:** Em posição vertical se identificam com o sol, com a purificação pela iluminação. É habitual encontrá-las invertidas ou apagadas como a vida que se extingue.

- **Atributos:** objetos associados a uma personagem, por sua profissão ou cargo, que o identificam: balança, compasso e esquadro, taça e serpente, etc.

- **Correntes/coroas (cordões ou laços):** simbolizam comunicação, vínculo e conexão. Matrimônio, união social ou sentimental. Representação do encadeamento entre todos os elementos do universo.

- **Caveira:** emblema mais característico da fugacidade do material, sobretudo se aparece com as tíbias cruzadas. Recipiente do pensamento ou vaso da vida. Em alguns lugares os crânios são acumulados em igrejas ou criptas com o objetivo de favorecer-se de sua influência (capela dos ossos em Évora).

- **Colunas:** associada ao eixo do mundo, por sua posição vertical, similar à árvore ou à cruz, determina um impulso ascendente e de autoafirmação. Quando aparecem duas, o vazio entre elas representa o acesso à eternidade. Quando aparecem truncadas ou em ruínas, simbolizam a destruição da vida.

- **Gadanhó:** Símbolo por excelência da morte, como elemento que corta a vida. Opostamente, associa-se à colheita e à esperança num renascimento futuro.

- **Palma:** Apesar de estar associada à vitória, na arte funerária associa-se à palma dos mártires que infica fé na ressurreição e na imortalidade da alma.

- **Porta (do cemitério, da capela familiar, do nicho):** Umbral entre dois espaços, entre dois mundos, o real e o desconhecido. Para os primeiros cristãos era símbolo de Cristo: “Eu sou a porta da vida”.

- **Relógio:** Ligado ao movimento perpétuo e ao transcorrer do tempo. O relógio é a máquina de contar o tempo e o símbolo físico de sua existência, como os pintores surrealistas souberam ver.

- **Ampulheta:** símbolo da passagem do tempo e representação dos ciclos vitais e das relações entre o mundo superior e o mundo inferior, já que é necessário invertê-la. Utilizada com frequência como simbolismo da vaidade dos prazeres terrenos, em contraposição aos celestiais.

- **Leme:** Emblema do caminho certo, rumo claro e de segurança.

- **Vegetação:** em todas as suas formas, representa a “realimentação”; aquele que morre se transforma em nova vida.



Figura 12: Figuras metafóricas.
Fonte: Autor (2021).

Referências

- ARIÉS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: da Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.
- ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões**. São Paulo: M. Fontes, 2008.
- EVAMY, M. **Un mundo sin palabras**. Barcelona: Index Book, 2003.
- PANOFSKY, E. **El significado de las artes visuales**. Madrid: Alianza, 1980.

MEMÓRIAS EM TELA E TINTA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ABORDADA COMO MEIO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE TAQUARA E PAROBÉ-RS

Maicon Diego Rodrigues¹

Considerações iniciais

A presente proposta insere-se no campo de análise da História Cultural e está centrada nos conceitos de memória e patrimônio. Seguindo a abordagem da História Cultural tem-se como papel central nesta vereda a questão que envolve a construção da identidade local associada à sua história e aos lugares de memória nos espaços dos municípios e região. Articula-se com essa questão, a noção de que as culturas, taquarense e parobeense estão diretamente associadas aos espaços de preservação da cultura material e imaterial de cada comunidade, que, por consequente, traduz sentimentos e memórias de cada município, permitindo ligar história, cultura e turismo, tomadas como produto de desenvolvimento social, para com os munícipes de hoje.

Na tentativa de responder as inquietudes da proposta, observa-se o que José Newton Coelho Meneses comenta sobre o estudo do passado no qual “existem silêncios sobre o passado que [o historiador] [...] problematiza e tenta preencher com dados informativos que todo tipo de vestígio deixado pelos homens daquele tempo podem informar (MENESES, 2006, p. 46)”. Por isso, para fazer parte de uma comunidade, é necessário colocar-se em relação ao seu passado, seja para aceitá-lo ou para rejeitá-lo. Hobsbawm afirma que “o passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana (HOBSBAWM, 1998, p. 22)”. Pesavento reitera a necessidade de analisar-se “[...] as transformações de caráter econômico, político, social e cultural, para que se torne possível à realização de uma leitura das representações sociais construídas num determinado contexto (PESAVENTO, 2002, p. 162)”.

O projeto “Memórias em tela e tinta” teve como foco as seguintes questões de pesquisa: a) Os patrimônios históricos e arquitetônicos da cidade estão sendo preservados pela comunidade e pelo poder público? b) Qual a importância do patrimônio histórico arquitetônico como lugar de memória da comunidade? c) Há a necessidade de se ter educação

¹ Mestre em História. Faculdade PROMINAS.

patrimonial em Taquara-RS e/ou Parobé-RS? d) A escola pode ser um vetor que age no processo de preservação das mais diversas formas de patrimônio da comunidade local? Para responder estas indagações, buscou-se trabalhar com todas as possibilidades de documentação² e memórias, visando à preservação e a patrimonialização destas histórias e culturas através da fotografia e da pintura em tela. Para entender a importância dos patrimônios abordados nessa atividade, buscou-se fontes documentais para a compreensão da história daquele local, cotejando as mais diversas fontes para esse entendimento. E para isso, recorre-se aos autores que possam embasar o uso destas fontes neste processo. Ferreira (in PINSKY, LUCA, 2011) alega que ao trabalhar com fontes deve-se ter o cuidado de cruzá-las com outras fontes, a fim de entender o contexto histórico no qual a fonte e o que ela revela estão inseridos.

Toda fonte pode ser legítima na medida em que contribua para o entendimento do objeto específico de estudo e se tenha em conta sua natureza: política, econômica, científica, religiosa, artística, técnica ou outra. É preciso, contudo, estar atento aos ambientes socioculturais do período analisado para evitar o tratamento anacrônico da fonte (FERREIRA in PINSKY, LUCA, 2011, p. 81).

Quanto à análise das imagens e de espaços³, cita-se Peter Burke que se refere aos cuidados que se deve ter na análise de imagens e de qual testemunho essas pretendem passar para os estudiosos, pois “[...] deve [se] olhar para estátuas reais ou ‘retratos de estado’ não como imagens ilusionistas de indivíduos como pareciam na época, mas como teatro, como representações públicas de um eu idealizado (BURKE, 2004, p. 85)”. O autor ressalta também que,

O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou oferecer prazer, permitem testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc. Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais nas vidas religiosa e política de culturas passadas (BURKE, 2004, p. 17).

Também Paiva (2006) frisa as possibilidades da interpretação equivocada sobre as imagens, fazendo com que o historiador perceba todos os meandros distorcidos que a imagem pode oferecer.

A iconografia é, certamente, uma fonte histórica das mais ricas, que traz embutidas as escolhas do produtor e todo o contexto no qual foi concebida,

² Entende-se como aborda Jacques Le Goff (1990), o monumento como documento.

³ Praças, ruas, prédios e monumentos que se inserem na história e na cultura local/regional.

idealizada, forjada ou inventada. Nesse aspecto, ela é uma fonte como qualquer outra e, assim como as demais, tem que ser explorada com muito cuidado. Não são raros os casos em que elas passam a ser tomadas como verdade, porque estariam retratando fielmente uma época, um evento, um determinado costume ou certa paisagem (PAIVA, 2006, p. 17).

Ao olhar de Jacques Le Goff: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 2003, p. 419)”. Assim, ao estudar a memória social, o historiador esbarra em duas pontas de interpretação da sua função, uma que está relacionada com a questão do ato de “re-memorar”, ou seja, lembrar de algo que ocorreu no passado, como também na relação que a memória possui com a identidade, o que Le Goff trata como “elemento essencial”, tendo ambas agindo contra uma dos maiores medos da sociedade, o esquecimento. Candau acredita que,

As falhas de memória, os esquecimentos e as lembranças carregadas de emoção são sempre vinculados a uma consciência que age no presente. Porque a memória organiza “os traços do passado em função dos engajamentos do presente e logo por demandas do futuro”, devemos ver nela menos “uma função de conservação automática investida por uma consciência sobreposta” do que um modo essencial da consciência mesma, o que caracteriza a interioridade das condutas. A lembrança não “contém” a consciência, mas evidencia e manifesta, é “a consciência mesma que experimenta no presente a dimensão de seu passado (CANDAU, 2011, p. 63)”.

Exemplificando, pode-se dizer que um dos elementos que aproxima os indivíduos de uma mesma comunidade é a sua origem. Contudo,

“O ponto de origem não é o suficiente para que a memória possa organizar as representações identitárias. É preciso ainda um eixo temporal, uma trajetória marcada por essas referências, que são os acontecimentos, cuja maior ou menor densidade permite distinguir os “períodos” e as “épocas”, é um tempo vazio de lembranças (CANDAU, 2011, p. 98)”.

Em muitos casos, esse momento de origem não é documentado, o que dificulta a definição da história dessa origem. Entretanto, alguns grupos podem modificar, ou melhor, eleger, criar outro momento como sendo o que estabelece a origem deste grupo.

Quando a determinação desse momento de origem puder prescindir de uma historicização dos acontecimentos fundadores, os mesmos serão enraizados em uma antiguidade indeterminada, com o objetivo de naturalizar a “comunidade”, que então não terá “necessidade de outra definição que a autoproclamação de si (CANDAU, 2011, p. 95)”.

Retomando os espaços, objetos e monumentos como documentos de pesquisa, ressalta-se que cada uma destas fontes carrega consigo uma representação, ou seja, uma reestruturação da realidade para permitir uma nova forma de entendê-las. “Uma representação é constituída de informações, de crenças, de opiniões e de atitudes a propósito de um dado objeto social (ABRIC, 1998, p. 30)”. Entrelaçar tais conceitos com documentos permite perceber a importância deste objeto de pesquisa, pensando-o como patrimônio cultural daquela comunidade.

Conforme Choay (2011), o patrimônio seria um bem destinado à comunidade, mas que se ampliou para uma dimensão planetária. Contudo, observa-se que esse patrimônio somente é assim considerado devido ao grau de identificação que proporciona a comunidade. Para De Varine (2012), o patrimônio é o capital que a comunidade dispõe, seja ele memorialístico ou econômico.

O patrimônio é este capital, presente, ao menos implicitamente, em toda iniciativa e em todo programa de desenvolvimento digno deste nome. Um espaço rural ou urbano, uma paisagem agrícola ou industrial, uma flora ou fauna específica, tradições e saberes, monumentos e arquivos, lembranças carregadas de significados, modos de vida, tudo isto pertence ao capital da comunidade em desenvolvimento (VARINE, 2012, p. 36).

Nesse momento, o patrimônio de uma comunidade passa a ter também uma conotação de produto a ser apreendido e, ou, a ser vendido, logo considerado um elemento da indústria do turismo. Hoje, o turismo passa por um momento onde ocorre a ampliação das possibilidades de crescimento, especialmente apresentando uma proposta de inclusão social, que contribui para a valorização da vida e da distribuição mais igualitária de renda, tendo por principal foco de atuação a sustentabilidade do espaço. Se considerar que o turista, ao viajar, quer fugir do cotidiano, e “opta por conhecer uma determinada cultura e entender uma certa identidade cultural, [ele] está [...] sensível a atribuir sentidos, entender simbologias, apreender significados, desde que sinta aderência ao produto da interpretação do planejamento turístico e da história [...] [daquela localidade] (MENESES, 2006, p. 13-14)”. Meneses (2006) continua sua reflexão afirmando que o turismo moderno emerge de um ambiente romântico onde descobertas possuem seu valor, principalmente quando estão vinculados à construção

de valores que buscam memorizar o passado através da ação da lembrança, da compreensão e da co-memorização.

Portuguez (2004) também ressalta que os lugares turísticos apresentam características naturais e sociais compondo seus aspectos visuais, perceptíveis aos sentidos e abstração humana:

Os lugares turísticos apresentam certo número de características naturais e sociais que compõem seus aspectos visuais, perceptíveis tanto pelos sentidos físicos, quanto pela abstração humana. São as formas espaciais, construídas ao longo de períodos históricos. As relações sociais, por sua vez, imprimem funções para cada forma de paisagem (PORTUGUEZ in PORTUGUEZ, 2004, p. 14).

Assim, a atividade turística exige que empresas e órgãos administrativos, sejam eles municipais, estaduais ou federais, conheçam seus patrimônios e suas potencialidades para assim planejar a estrutura para receber estes indivíduos ávidos por conhecimento sobre coisas novas para, a partir disso, promover um desenvolvimento equilibrado de uma região. Entretanto, para isso deve-se levar em conta que a gestão deva privilegiar a proteção e a preservação adequadas dos patrimônios considerados culturais ou naturais.

As atividades turísticas só poderão ser efetivadas, se antes, a comunidade local e as autoridades construídas iniciarem um processo de educação patrimonial e de preservação dos espaços históricos e de sua memória.

Educação patrimonial é um processo de aprendizagem que se realiza mediante a utilização dos bens culturais, de natureza material e imaterial, como recursos educacionais. Tal processo permite aproximar a sociedade do patrimônio cultural que a representa simbolicamente, promovendo a ampliação do entendimento da história passada e presente. Esse processo de aprendizagem pode ocorrer nas estruturas formais e informais de ensino, sendo central em instituições de memória, como os museus. Na vida comunitária, a educação patrimonial é um elemento estratégico da atuação política, da constituição da memória e da sustentabilidade dos saberes tradicionais (MARCHETTE, 2016, p.89).

Machado (2012) vê também a importância da memória como elemento de fortalecimento da identidade da pessoa com suas raízes e sua comunidade sendo ela âncora e ao mesmo plataforma para qualquer ação que vise abordar a ideia de educação patrimonial.

A memória funciona como âncora e plataforma para a identidade social e individual. Enquanto âncora possibilita que, diante das situações incontroláveis de mudança social, a sociedade não se desmanche no ar. Sua função de plataforma permite a esses indivíduos que criem pela memória um laço comum, se sintam estáveis e desenvolvam um espaço de vivência

privilegiado por eles (MACHADO in ZANOTTO; MACHADO, 2012, p. 23).

A educação, como afirma Machado (in ZANOTTO, MACHADO, 2012) é a responsável pela compreensão e as vivências da identidade. Assim, a educação patrimonial é a forma pela qual pode-se trabalhar na escola a história, a memória e a identidade daquela comunidade.

Assim, e só assim, será possível uma educação patrimonial dialógica, que conte com a participação de todos desde a definição de recursos até a concretização de ideias, desde a identificação do patrimônio até como agir para preservá-lo. Será uma educação patrimonial problematizadora e politizadora, que partirá de questões difíceis para propiciar a vinda de sujeitos únicos. Esta educação patrimonial, portanto, está estritamente ligada à nossa concepção de ser humano e do mundo que queremos (DEMARCHI, Revista CPC, n° 22, jul./dez. 2016, p. 268).

Assim, ao abordar o Patrimônio Histórico dos Municípios de Taquara-RS e Parobé-RS como meio didático para as aulas de História procurou-se conhecer a história de cada cidade e seus bens culturais para proporcionar aos estudantes de cada escola, a comunidade escolar e cidadina a oportunidade de olharem novamente para os seus patrimônios e realizarem uma reflexão sobre os mesmos, o que eles significam para eles e para respectivas cidades. Contudo, para olhar esses lugares de memória dentro do contexto específico e correto, é necessário então, conhecer um pouco da história das cidades envolvidas.

“Memórias em tela e tinta”

O projeto “Memórias em tela e tinta” é resultado de uma inquietude frente ao desmanche (ou em determinados casos, demolições) de alguns dos patrimônios históricos e arquitetônicos da cidade de Taquara-RS. Muitos casos foram registrados nos últimos anos, porém o “caso” que foi o estopim do projeto ocorreu nos primeiros meses do ano de 2019. A casa da frente da Clínica do Dr. Rodolfo Matias Czermack foi demolida para que os materiais nela utilizados em sua anterior construção fossem vendidos em empresas especializadas em comercialização de materiais de demolição como tijolos, telhas, madeiras e em alguns casos aberturas e porventura móveis antigos.



Figura 1: Casa da frente Clínica Rodolfo Czermack.

Após ver o resultado do processo de demolição e objetivo pelo qual havia ocorrido, a inquietação e o sentimento de que algo deveria ser realizado tomou conta do professor proponente deste projeto. O assunto foi levado aos estudantes (9º anos do Ensino Fundamental, 2º e 3º anos do Ensino Médio) que concordaram prontamente. Com o aceite da ideia por parte dos estudantes para trabalharem em duplas, o projeto foi redigido e exposto inicialmente ao colega Adilson das Chagas (professor de Artes) na EEEM Dirceu Marílio Martins e depois à direção da instituição. Em um primeiro momento, a direção apoiou totalmente o projeto, o que iria custar aos cofres da instituição, certo “valor”, pois além de comprar os materiais estudantes também iriam custear a “vernissage”⁴. Contudo, com o decorrer do projeto, o custeio da exposição foi negado. O que levou aos professores e estudantes a exporem as telas penduradas nas grades das janelas externas das salas, sem a iluminação adequada, sem o coquetel planejado e os convidados e avaliadores pensados. Por parte dos estudantes foi solicitado que os mesmos comprassem a tela na medida definida. Nesse caso, os professores entraram em contato com uma loja especializada na cidade de Taquara-RS e conseguiram combinar o valor considerável de desconto, bem como a entrega nas datas combinadas, mantendo todos abastecidos para a realização da atividade.

Ao analisar o caso de Parobé-RS notou-se que não havia por parte dos estudantes do Colégio Estadual João Mosmann conhecimento da história e das memórias e consequentemente do patrimônio material e imaterial (histórico e arquitetônico) da cidade. A explicação para isso estava na própria formação da cidade com base no trabalho nas fábricas de sapatos, principalmente, por muitos anos, os Calçados Azaléia que empregava pessoas dos mais diversos lugares que buscavam emprego e moradia no município. Com o intuito de contribuir com o conhecimento da história, memória e patrimônios locais, a fim de que se

⁴ Termo utilizado para designar alguns tipos de exposições de imagens.

possa estabelecer entre os estudantes e a cidade, a construção de uma identidade social, logo de pertencimento. No caso do Colégio João Mosmann realizou-se o mesmo “rito”, a ideia foi repassada aos estudantes (2º e 3º anos) que aceitaram a proposta de trabalharem em dupla. Depois o projeto foi redigido e exposto à direção da escola que prontamente aceitou e apoiou. Nas questões financeiras, os estudantes comparam a tela e a escola comprou as tintas, pinceis e canetas de contorno, além de financiar a “vernissage” ao final do projeto. Ressalta-se que a exposição foi realizada no período da noite, com iluminação especial para a mesma, ou seja, foi investido, mesmo com as condições financeiras de uma escola pública estadual, para que a mesma pudesse valorizar os resultados obtidos pelos estudantes, incentivando-os.

Enquanto os materiais estavam sendo adquiridos pelos estudantes e as escolas, coube para o momento a realização da escolha dos patrimônios, e a pesquisa sobre os mesmos. A pesquisa dos patrimônios era uma das obrigações que cabiam aos estudantes no processo de realização do projeto, pois apresentariam esse histórico no dia da exposição aos visitantes e avaliadores.

Com o material comprado inicia-se o processo de passagem da imagem fotográfica para a tela conforme as imagens 2 e 3 abaixo:



Figura 2: Passagem da foto para a tela - CJM. Figura 3: Passagem da foto para a tela – EEEMDMM.

Após essa etapa realizada, cada dupla iniciou o processo de pintura do patrimônio escolhido nas telas. Na escola Dirceu Martins os estudantes tiveram a ajuda do professor de artes parceiro no projeto. No Colégio João Mosmann o professor de história idealizador no

projeto auxiliou os estudantes no processo de pintura com dicas de cores e texturas. Conforme figuras 4 e 5:



Figura 4: Processo de pintura da tela - EEEMDMM.



Figura 5: Processo de pintura da tela – CJM.

Com as telas finalizadas passou-se a pensar na exposição, - em sua forma, preparação e execução. A etapa do “como fazer” e “quem convidar” foi a mais difícil em ambas as escolas, pois em Taquara, faríamos uma simples exposição, já que a direção negou recursos para financiar uma exposição com iluminação diferenciada; já em Parobé, o problema era justamente quem convidar, pois muitos convidados negaram ao convite, ou simplesmente se ausentaram da exposição. No entanto, os trabalhos dos estudantes em ambas as escolas e em ambos os contextos patrimoniais foram excelentes, conforme figuras 6 e 7:



Figura 6: Obra finalizada – EEEMDMM.



Figura 7: Obra finalizada – CJM.

Com tudo pronto e planejado dentro das condições impostas para a finalização do projeto, as exposições foram montadas, conforme figuras abaixo:



Figura 8: Visita à exposição do homenageado projeto – EEEMDMM sr. Cláudio Correia e seu filho Julho.



Figura 9: Todos os participantes do EEEMDMM.



Figura 10: Avaliação das obras pelos professores – EEEMDMM.



Figura 11: Avaliação das obras pelos professores – EEEMDMM.



Figura 12: Visitação do público à Vernissage – CJM obras pelos convidados - CJM



Figura 13: Avaliação das obras pelos convidados - CJM



Figura 14: Entrada da exposição – CJM Figura 15: Exposição montada com telas fixadas em fios de nylon - CJM

Fica claro com as figuras que as exposições tiveram contextos diferentes como o horário que aconteceram e os investimentos financeiros feitos (como por exemplo, a iluminação). Entretanto, o que acabou por se ressaltar foi a felicidade de todos os estudantes envolvidos. Verem o resultado de suas pesquisas e dedicação na confecção das telas expostos ao colegas de escola, aos convidados e posteriormente à comunidade tornou o momento único para muitos deles, que descobriram um novo talento na qual não sabiam que teriam.

O projeto “Memórias em tela e tinta” saiu dos muros das escolas, no Colégio João Mosmann, a vernissage foi documentada em uma reportagem do Jornal Repercussão – Vale do Paranhana, bem como as 15 obras destacadas participaram do lançamento do livro que conta mais uma parte da história de Parobé, lançado no final do ano de 2019. Já na Escola Dirceu Martins, além da visita dos homenageados que postaram fotos do evento em suas redes sociais, incentivados mais de 30 duplas doaram suas telas ao Museu Municipal Adelmo Trott. E no ano de 2021, essas telas fizeram parte do 3º Dia do Patrimônio Cultural produzido pela SEDAC-RS em parceria com as secretarias ou departamentos municipais de Cultura. No caso de Taquara, o Departamento de Cultura e o Museu Municipal Adelmo Trott expuseram as obras dos estudantes durante o evento, convidando o professor mentor do projeto para apresentá-lo aos convidados e a comunidade taquarense. Foram também gravados vídeos mostrando o projeto em suas diversas fases e com depoimento dos envolvidos.

Considerações finais

O projeto “Memórias em Tela e Tinta” cumpriu sua função de iniciar um trabalho de reflexão e valorização do patrimônio material e imaterial de ambas as cidades, partindo muitas vezes do patrimônio histórico-arquitetônico como meio didático de ensino e

aprendizagem. Procurou abordar as questões de memória e identidade como diretrizes para o incentivo a valorização destes patrimônios locais através do sentimento de pertencimento.

Sabe-se que a empreitada é longa e gigantesca, mas o primeiro passo foi dado, pois acredita-se que cada estudante, professor ou visitante (durante as exposições) carregará consigo a semente da preservação da memória e da história de cada patrimônio abordado no projeto.

Percebeu-se que ambas as cidades naquele momento estavam totalmente aquém do mínimo necessário para se obter a manutenção e proteção destes patrimônios. Verificou-se que a educação patrimonial era, é e ainda será por muito tempo necessária para educar não somente os estudantes, mas as comunidades locais e também alguns entes públicos.

Ficou a semente plantada, procura-se agora alimentar e hidratar a mesma para que ela germine, cresça e floresça bons frutos, quem sabe em um futuro o mais próximo possível.

Referências

- ABRIC, Jean-Claude. **A abordagem estrutural das relações sociais**. In MOREIRA, Antônia S. P.; OLIVEIRA, Denise C. de. Estudos Interdisciplinares de Representação Social. Goiânia: AB Editora, 1998.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: História e Imagens**. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. – Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2011.
- CHOAY, Françoise. **As questões do patrimônio**. Tradução Luís Felipe Sarmento. – Rio de Janeiro: Edições 70, 2011.
- DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial**. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.267-291, jul./dez. 2016.
- FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. IN PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O Historiador e suas fontes**. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011. p. 61-92.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- MACHADO, Ironita Policarpo. Educação Patrimonial. In ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo (Orgs.). **Momento Patrimônio**. Passo Fundo: Berthier, 2012. p. 23-33.
- MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Educação patrimonial e políticas públicas de preservação no Brasil**. - Curitiba: InterSaberes, 2016.
- MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo Cultural**. 1 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. 2 ed., 1 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Coleção História & Reflexões).
- PESAVENTO, Sandra Jatay. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano** – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed., Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Turismo, Planejamento Socioespacial e Patrimônio Histórico-Cultural. In PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo, memória e**

patrimônio cultural. – São Paulo: Roca, 2004. p. 3-32.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro:** o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. – Porto Alegre: Medianiz, 2012.

IMIGRAÇÃO ITALIANA, IDENTIDADE REGIONAL

Roselaine de Oliveira Bisognin⁵

Refletir sobre os vínculos de pertença construídos em um espaço geográfico de imigração, traz consigo diversos aspectos da identidade regional, onde as fronteiras culturais e geopolíticas se apresentam como se fosse uma linha do tempo, tanto no que diz respeito ao cunho econômico quanto ao aspecto cultural

O vínculo da Quarta Colônia, mais precisamente a cidade de São João do Polêsine com a imigração italiana, é muito forte, é uma identidade local carregada de sentido que está ao mesmo tempo, imersa em discursos de mobilidade, alteridade e identidade que se enraízam em um espaço que é delimitado geograficamente. Espaço este, que ao longo do tempo traz linhas imaginárias se modificam, onde ora pertença a uma comunidade, ora a outra, como se a identidade local, a cultura, pudesse ser modificada de acordo com a nomenclatura que é dada para aquele espaço geográfico em um determinado tempo histórico.

Os significados, os sentidos que são compartilhados pela comunidade local, se constroem e reconstroem de forma híbrida e maleável, na interação com a sociedade. Criando assim, um aspecto identitário da cultura local, porque a cultura se alimenta das mais variadas fontes do espaço e tempo, abrindo novas visões de mundo.

A chegada dos imigrantes italianos

Nesse sentido, na segunda metade do século XIX, houve a intensificação das tentativas de povoamento momento em que o Brasil estava substituindo a mão de obra escrava, e por isso, procurava povoar as regiões consideradas até aquele momento como improdutivas ou desabitadas. Sendo assim,

o governo brasileiro comandado pelo Imperador D. Pedro II, resolveu povoá-las com imigrantes, capazes em primeiro lugar, de desenvolver uma cultura familiar, e, posteriormente, construir uma resistência civil em caso de possíveis invasões estrangeiras (GIRON, 2007, p.57).

Nesse sentido, as transformações que estavam acontecendo a partir de 1850 no Brasil, por causa da criação da Lei de Terras de nº 601, promulgada em 18/09/1850, e a proibição do

⁵ Mestranda em Patrimônio Cultural – UFSM. roselaineoliveirabi@hotmail.com.

tráfico de escravos, conexo aos argumentos destacados acima, contribuiu para a entrada dos imigrantes italianos no país devido também as dificuldades enfrentadas na sua Terra Natal.

O abandono da terra natal consistiu na saída para a crise vivida por multidões de camponeses. Partia-se para a América para fugir da fome, do trabalho fatigante, da desnutrição, do salário irrisório, do alto aluguel da terra, do serviço militar. A imigração era a forma de revolta surda e silenciosa contra os grandes proprietários de terras. Ele prometia um futuro risonho, no qual todos seriam Signori (MAESTRI, 2005, p. 103).

Os imigrantes que vieram para essa localidade viajaram muitos dias até chegarem à localidade conhecida atualmente como Val de Buia, onde improvisaram seu estabelecimento, que ficou conhecido como barracão de Val de Buia, no núcleo Silveira Martins, “La Città Bianca”, onde hoje se encontra o Monumento ao Imigrante, que foi construído em comemoração ao centenário da imigração italiana em Silveira Martins(BOLZAN, 2011, p.37).

Núcleos dos Imigrantes Italianos na Quarta Colônia Imperial

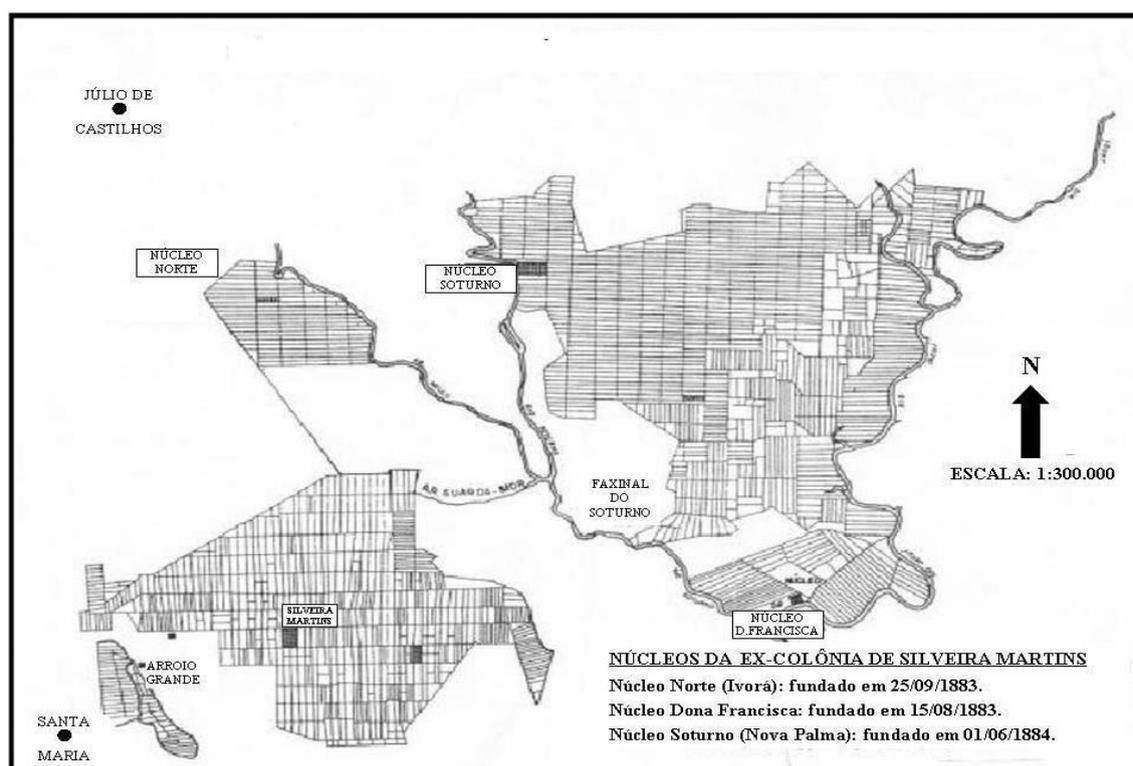


Figura 1: Fonte: SPONCHIADO, 1996, p.52.

Com a chegada dos imigrantes, foi criada a região da Quarta Colônia de Imigração Imperial, foi denominada inicialmente Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, a mesma foi idealizada no período imperial, mais precisamente em 1877 e extinta em 1882,

tinha como propósito abrigar os imigrantes italianos. Em seguida, passou a denominar Colônia Silveira Martins devido ao seu personagem ilustre Gaspar Silveira Martins, e na atualidade, onde era a sede localiza-se a cidade de Silveira Martins.

Gaspar foi um personagem de grande importância para a Imigração Italiana, Gaspar Silveira Martins, nasceu na Serra de Aceguá, pertencente ao município de Cerro Largo, Departamento de Melo, Uruguai, um personagem ilustre, que defendeu a imigração como uma forma de substituir o trabalho escravo pela mão de obra livre. O mesmo, teve no passado uma atuação política, com uma estreita relação com a Quarta Colônia Imperial de Imigração no Rio Grande do Sul, no qual defendia, entre outros, o estado laico e a liberdade de culto (FENALDI, 2011, p.11).

Nesse sentido, é importante mencionar que no processo evolutivo desta comunidade devemos levar em consideração a mutualidade, a fluidez, que pode impor uma identidade ou uma identificação, capaz de construir biografias, que contam e recontam memórias e histórias contribuindo assim, para a construção de uma identidade social, o sentimento de pertença.

Delimitações Geográficas do Rio Grande do Sul

Os mapas abaixo trazem as divisões de terras no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XIX.



Figura 2: Fonte: GIMENO, Alejandro, p. 27, 2014.

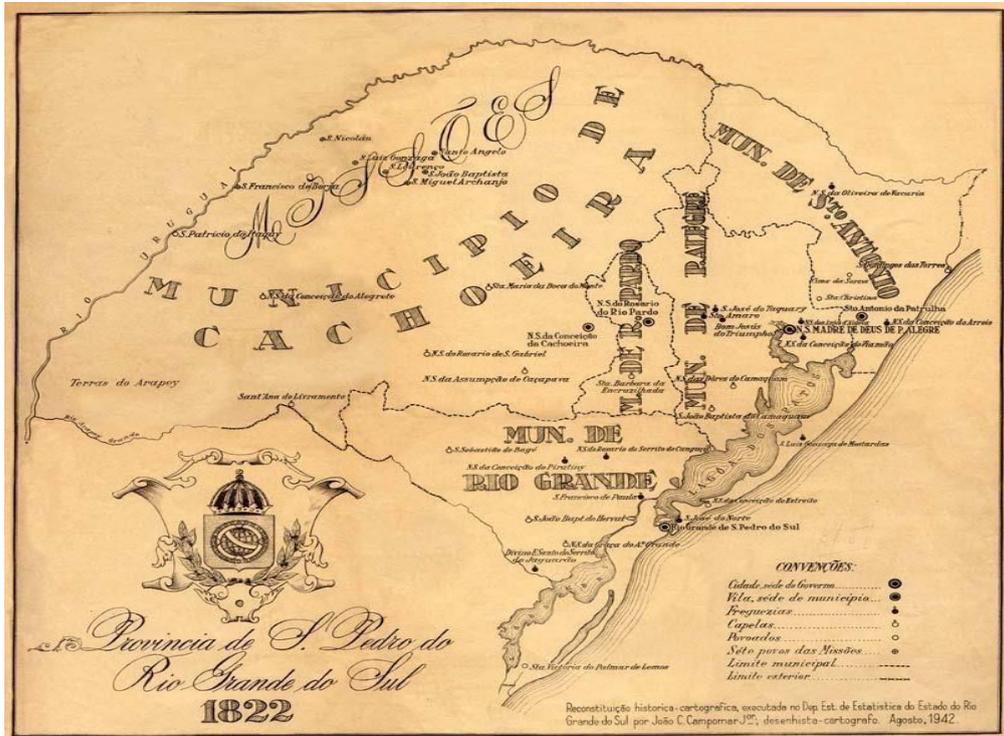


Figura 3: Fonte: GIMENO, Alejandro, p. 27, 2014.

O território de São João do Polêsine fez parte do município de Rio Pardo, após Cachoeira do Sul, em seguida Faxinal do Soturno emancipou-se do Município de Cachoeira do Sul, no qual o novo Município foi criado pela Lei Estadual nº 3.711, de 12 de fevereiro de 1959. E por fim, São João do Polêsine se emancipou do município mãe Faxinal do Soturno em 20 de março de 1992, baseada na Lei Estadual nº 9.601 de 20/03/1992, que foi sancionada pelo então Governador Alceu de Deus Colares.

Mapa da Quarta Colônia

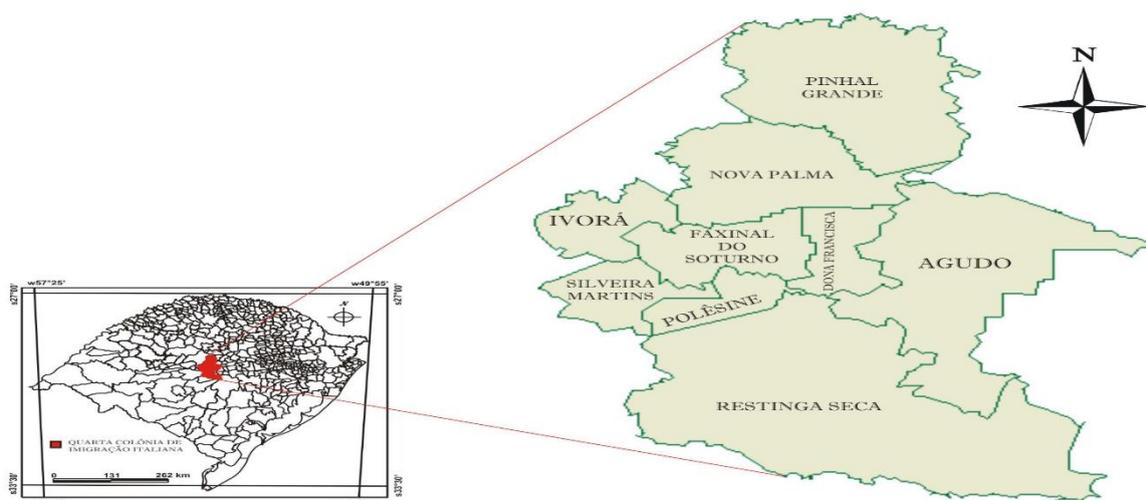


Figura 4: Fonte: STEFANELLO, p.41, 2008.

Nesse sentido, perceber que o território que na atualidade compreende o município de São João do Polêsine, no fez parte de outras localidades, e que se constituíram em espaços diferenciados com diversas administrações. Mas acima de tudo, ter consciência que a cultura é construída um processo contínuo, confirma, o quanto as fronteiras culturais estão presentes. E, ao mesmo tempo, aproximam os sentidos, os sentimentos e as semelhanças que são reconhecidamente partilhados, apesar do tempo, por meio das tradições, dos saberes e fazeres locais e regionais, e que estes conhecimentos foram historicamente construídos de modo compartilhado através de um processo histórico.

Porém, paradoxalmente podemos exercitar o nosso imaginário quando refletimos sobre as construções históricas da nossa região que está geograficamente localizada hoje na região central do Rio Grande do Sul, mas ao mesmo tempo as nossas referências culturais foram construídas ao longo do tempo através das mais variadas construções identitárias.

Ao refletir sobre as fronteiras como um espaço geográfico André Martin diz que

" [...] talvez a melhor resposta se situe num ponto intermédio que inclui, ao invés de excluir, as duas possibilidades. Seja como for, dado que estaremos sempre lidando com dois eixos interligados de relações - um entre os homens e a natureza e outro interno aos próprios homens -, convém assinalar pelos menos três condicionamentos de ordem geral, que conduzem à permanente estrutura e reestruturação das 'fronteiras'. O primeiro diz respeito à contradição entre o carácter relativamente fixo e estável do espaço terrestre, em oposição à natureza dinâmica e à mobilidade das populações [...]. O segundo se refere às discrepâncias em termos de 'densidade de ocupação' observáveis na superfície do planeta. Quer deva a condições naturais mais ou menos favoráveis, ou a níveis de desenvolvimento tecnológico diferenciados [...]. Finalmente, derivada dessa 'diferença de potencial' entre áreas mais ou menos densas, temos uma intrincada rede de fluxos, [...] cujo resultado final tende para um certo equilíbrio entre a rigidez e a flexibilidade das fronteiras". (MARTIN, 1992, p. 12-13).

As modificações das delimitações dos espaços geográficos e políticos, as construções simbólicas que se mantêm hoje, no qual muitos dos agricultores que trabalham na cultura do arroz na região hoje delimitada como fronteira, possui as suas raízes culturais em São João do Polêsine, descendentes de imigrantes italianos que aqui começaram a cultivar esta cultura e o amor pelo trabalho com a terra, e que fixaram residência na região de fronteira principalmente entre Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina.

A constante mudança, tanto na dimensão individual quanto na dimensão coletiva, reforça os significados e o surgimento de novos sentidos, no âmbito das construções coletivas, que tem como referência as práticas sociais, criando novos parâmetros, através de um contato cultural entre povos reforçando o sentimento de pertença (PASAVENTO, 2006, p. 1).

E a medida que, um povo compreende, que nas regiões de fronteira se trabalha e se conceitua, que somos capazes de perceber, que critério de espaço pode avançar para algo bem meio, ou seja, “ [...] para o plano dos significados partilhados [...]” , somos capazes de se perceber e admitir a existência de uma identidade regional para além das representações individuais passando assim para a dimensão coletiva de cultura(PASAVENTO, 2006, p.1-2). O município de São João do Polêsine é protegido por um belo vale, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, iniciou o seu povoamento em 1893 com a chegada dos imigrantes italianos que adquiriram os primeiros lotes de terra, Manuel PY.

E segundo Dalmolin , “a beleza, a fertilidade e a semelhança da terra distante chamaram a atenção dos primeiros moradores que chegavam e todos diziam que a nova terra “ SE SOMEIA A EL POLÊSINE” dada a semelhança” [...] a uma região chamada de Polêsine as margens do rio Pó na Itália (2006, p. 7).

Imagem da Sede do Município de São João do Polêsine



FIGURA 5; FONTE: <https://saojoaodopolesine.rs.gov.br/>

O trabalho e a religiosidade

Este território, urbano e o rural se integram e dão identidade a região, uma região concebida através de um intenso processo histórico e cultural baseado no trabalho e na religiosidade trazida pelos imigrantes e que está refletida nas suas construções, manifestadas nos seus capitéis, santuários, grutas e igrejas.

Este processo migratório trouxe consigo construções identitárias acerca da condição social determinado pelo movimento histórico, seja do ponto de vista político, social, religioso, moral e econômico. E assim, possibilitou ao imigrante italiano, não apenas o cultivo do solo, por meio da confirmação do seu trabalho, mas uma cultura que deu origem para uma nova realidade, no qual a prática religiosa foi vital, contribuindo para o enraizamento daqueles imigrantes que aqui chegaram em solo brasileiro, desempenhando assim, um papel fundamental para a própria italianidade, e o progresso na nova Pátria.

Porém, paradoxalmente podemos exercitar o nosso imaginário quando refletimos sobre as construções históricas da nossa região que está geograficamente localizada hoje na

região central do Rio Grande do Sul, mas ao mesmo tempo as nossas referências culturais foram construídas ao longo do tempo através das mais variadas construções.

Logo, a medida que, um povo compreende, que nas regiões de fronteira se trabalha e se conceitua, que somos capazes de perceber, que o critério do espaço pode avançar para algo bem melhor, ou seja, “[...] para o plano dos significados partilhados [...]”, somos capazes de se perceber e admitir a existência de uma identidade regional para além das representações individuais passando assim para a dimensão coletiva de cultura (PASAVENTO, 2006, p.1-2).

Distrito Turístico de Vale Vêneto

Apartir da sede Silveira Martins, a fundação de Vale Vêneto ocorreu em dois momentos ao longo do ano de 1878, onde nos meses de maio e outubro chegaram as famílias provenientes das regiões do Vêneto, Treviso e Norte da Itália, e o nome se deu em homenagem a região.

Igreja Matriz Corpus Christi



FIGURA 6; FONTE: <https://osepeense.com/vale-veneto-celebra-o-corpus-christi-nesta-quinta-feira>

Os imigrantes que aqui chegaram, eram muito devotos da igreja católica, trouxeram junto consigo uma forte ligação com a religiosidade e a fé, logo construíram as suas igrejas, grutas e capelas. Com isso, a fundação de Vale Vêneto, possui um histórico baseado em sua religiosidade e fé, que são características marcantes que se expressas por meio das suas construções.

“Nono e a Nona”



FIGURA 7; FONTE: https://saojoaodopolesine.rs.gov.br/servicos/turismo_detalhes/607

Este monumento está localizado no centro do Distrito de Vale Vêneto representa os pioneiros da Imigração Italiana, marca ainda, as comemorações dos 130 anos da Imigração Italiana na Quarta Colônia. Sendo assim, este monumento é a materialização da figura do imigrante, personagem muito importante no processo de construção e formação histórica e cultural desta comunidade que tem orgulho em demonstrar a sua herança cultural que tem como base a imigração.

Contudo, refletir sobre as identidades regionais e as fronteiras culturais, nos debruçamos sobre a formação histórica e cultural, onde as fronteiras geopolíticas apresentam um fio que condutor que traz a história de uma comunidade. Com isso, o processo de construção histórico-cultural desta comunidade, tanto no cunho econômico quanto no cultural, traz um espaço-tempo de conexões partilhadas advindas de linhas imaginárias, que ora pertencem a uma mesma delimitação geográfica, ora se apresentam em territórios limitados político e geograficamente.

Nesse sentido, para Bordieu (1980, p.68) , “[...] a força social da representação não é necessariamente proporcional ao seu valor de verdade”, já o mundo social é uma representação do imaginário transformado em ação na realidade com critérios e objetivos colocando em prática no contexto social, e se constitui em um artifice da identidade tanto local quanto regional.

O processo imigratório trouxe consigo construções identitárias acerca da condição social determinado pelo movimento histórico, seja do ponto de vista político, social, religioso, moral e econômico que possibilitou ao imigrante italiano não apenas o cultivo do solo, por

meio da confirmação do seu trabalho, mas uma cultura que deu origem para uma nova realidade no qual a prática religiosa foi vital. Contribuindo assim, para o enraizamento daqueles imigrantes que chegaram em solo brasileiro, desempenhando assim, um papel fundamental para a própria italianidade e o progresso na nova Pátria.

Ao compreender as fronteiras culturais, estamos ao mesmo tempo, fazendo referência, não somente a um marco ou uma linha imaginária, mas principalmente a combinação de ideias, do que é construído simbolicamente, dos saberes e fazeres de uma comunidade, no qual está intrinsecamente permeado pela mediação cultural.

Não podemos imaginar a fronteira como algo estático e fechado, fronteira é mais do que um limite é um percurso paralelo como uma via de mão dupla, podemos assim, dizer que a fronteira pode ser algo aberto, flexível, que permite convergências e divergências. Logo, “fronteiras são janelas e portas que tanto no ponto da literalidade como no da metáfora permitem a passagem, mas também impedem a entrada” (PASAVENTO, 2006, p. 3).

Sendo assim, quando falamos em fronteiras culturais, construímos um imaginário, uma combinação que supera a produção, e que trazem consigo os elementos constitutivos, que apresentam características e colaboram através de uma rede de conexão significados que são produzidos ao longo do tempo, os bens culturais de um povo. Trazendo assim, conforme Pasavento(2006) novos significados da cultura, o hibridismo de consumes, logo, uma reelaboração peculiar, nova de algo que combina traços culturais, de modo genuíno.

Sendo assim, ao questionarmos a história do passado nos traz subsídios para que possamos ir ao mesmo tempo aprendendo e “resgatando a memória, inventando o passado e atribuindo-lhe um significado, historiadores podem se constituir em artífices da construção de uma identidade local e regional”. E assim, atribuir significado ao seu passado histórico buscando compreender como estas representações que são construídas em um campo de disputas e lutas que ocorrem nas práticas sociais permeados por interesses de grupos distintos (PASSAVENTO, 1993, p. 385).

A globalização nos trouxe novas perspectivas sobre os indivíduos e sociedades onde a inovação e criatividade, e precisamos com urgência compreendermos a globalização com a influência da inovação, do conhecimento aliado a criatividade no qual a construção cultural em um mundo globalizado é capaz.

Conclusão

Os historiadores citam que as origens representativas de uma sociedade, da formação da sua identidade regional como uma forma de referenciar a sociedade gaúcha, denominada como sociedade sulina no qual se busca fazer uma leitura das condições que foram vivenciadas pelos habitantes do RS atribuindo desta forma significado as práticas sociais buscando uma história cultural real (PASAVENTO, 2006, p.8-9).

E pelo viés das tradições locais e regionais, é importante mencionar as práticas que ocorrem no âmbito social, implicam um processo seletivo, que ora considera e ora elimina conceitos, ideias e tradições; reforçando assim, a chave do passado representada no presente dando origem ao imaginário local de modo peculiar.

Nesse sentido, a construção da identidade local está interconectada, pois partilhamos a nossa cultura, o nosso conhecimento, os nossos saberes de modo conexo aos espaços e fronteiras, bem como, as relações geopolíticas continuam em constante construção ao longo do tempo.

Nesse sentido, a cultura, a fronteira e a identidade desta comunidade tem uma representatividade nas belas paisagens, nos personagens, os símbolos da nossa cultura, no qual a identificação do homem com a terra, se articula ao espaço/ tempo em que a sociedade lutou bravamente e que tem desde muito cedo “ [...] o caminho de transformar a opção político-ideológica gaúcha em um ato de construção de uma sociedade democrática, sem classes; distinções, elites ou oligarquias”(PASSAVENTO, 1993, p. 390).

Por isso, podemos dizer, que de certo modo, vivemos em um mundo sem fronteiras, pois as fronteiras se redesenharam, e com isso nasce novas formas de construção do pertencimento, surgem novos desenhos de identidades e conseqüentemente novas referências culturais em um mundo globalizado.

Os italianos trouxeram consigo, sua cultura, a sua língua dividida em diversos dialetos: a religião católica, os métodos de cultivo da terra, a culinárias, as canções, os usos e costumes, os valores mentais, espirituais, éticos e morais que formam o caráter e a personalidade de cada ser humano, trouxeram também uma tecnologia mais desenvolvida, o que lhes permitiu assentar as bases da futura industrialização(LORENZONI, 1975, p.64).

Conforme o exposto, a imigração faz parte da construção da herança cultural da comunidade local, de modo que, a identificação do cidadão no reconhecimento da sua própria história e cultura traz referências culturais herdadas dos antepassados, e faz com que o

passado experienciado de geração em geração ainda permaneça na memória da comunidade local.

A imigração contribuiu na construção da identidade local com ênfase na italianidade, religiosidade e no trabalho com a terra a ex-colônia traz consigo a necessidade de fortalecer o patrimônio através da cooperação e interação por meio de estratégias de desenvolvimento social e econômico.

Com isso há uma emergência de novos usos do espaço territorial, um espaço vivido no qual o ambiente é o fio condutor como forma de reconstituir a identidade da comunidade, a fim de reafirmar o trabalho a cultura e a religiosidade encaminhar envolvimento para o desenvolvimento da comunidade.

Logo, as estratégias para o desenvolvimento se constituiu como uma jornada de longa espera de emancipação no qual a afirmação da identidade da Quarta Colônia foi e continua sendo construída de forma articulada com os campos: político, religioso e cultural, e isso demonstra que o passado histórico passa-nos através do convívio com o outros, e possui registros em documentos históricos e perpassa na tradição oral para além das lembranças do que já foi, e ao mesmo tempo, traz no tempo presente, um futuro que se deseja construir hoje.

Referências

- BOURDIEU, Pierre (1980). **L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, n.35, p.67, nov.
- BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**, 2011. Tese(Doutorado em História). UNISINOS, São Leopoldo, 2011. Publicada em livro:
- BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia da fragmentação à integração**. Santa Maria: 2015.
- DALMOLIN, Romoaldo. **Polésine Antigo: História, Causos e poesias** . São João do Polésine, 2006.
- FENALTI, Nainai Machado da Silva. **Gaspar Silveira Martins e o Município “Silveira Martins”: Memória, Identidade e Patrimônio**. Dissertação de Mestrado-UFSM, 2011.
- GIMENO, Alejandro. **Terras na Cidade da Cachoeira no Contexto da Imigração Europeia (1850 1889)**. Dissertação do Mestrado em História, UFSM/PPGH, 2014.)
- GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vânia. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Edições EST, 2007.
- LORENZONI, Júlio. **Memórias do Imigrante Italiano**. Porto Alegre : Sulina, 1975.
- MAESTRI, Mario. **Os senhores da Serra**. A colonização italiana no Rio Grande do Sul. 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2005
- MARTIN, A.R. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.
- MARTINS, Estevão de Rezende Martins. **Identidade e diferença: convergências e divergências na América Latina**. Revista Del Cesla No 8.
- PASAVENTO, Sandra Jatahy. **A invenção da sociedade gaúcha**. Ensaio FEE, Porto Alegre.(14)2 383-396, 1993.

PASAVENTO, Sandra Jatahy .**Fronteiras Culturais em um mundo planetário-paradoxos da(s) Identidade(s)sul-latino-american(s)**,UFRGS, 2006. Revista de I CESLA International Latin American Studies Review.

POZZA ,Débora Flores Dalla .**Representações de identidades pampeanas em programas documentais da região: intersecções entre cultura vivida e cultura registrada**. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Comunicação-UFSM, 2018.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Memória E Patrimônio Cultural: Fundamentos E Sensibilizações Da Comunidade De Nova Palma (CPG e Museu Histórico)**. Dissertação Mestrado Patrimônio Cultural. (PPGPC UFSM), 2010.

MEMÓRIAS DO TREM: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NA CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM URBANA EM SÃO LEOPOLDO

Cinara Lewinski⁶

Introdução

Atualmente, o estudo sobre as urbes tem gerado interesse e a necessidade de pesquisas com uma perspectiva que não tenha somente a ênfase na gestão do planejamento urbano pelos órgãos governamentais. Esse novo olhar, trouxe a possibilidade de analisá-la sob diversos aspectos, sendo que um deles é observar a cidade como um lugar que guarda um conjunto de vestígios: “[...] primeiro marcada nas ruínas que ela por ventura abrigue, depois nas marcas do tempo depositadas em suas construções” (GASTAL,2006, p.66). E com esse ponto de vista, vários autores de diversas áreas se debruçaram sobre os conjuntos de signos estratificados ao longo do tempo para entender os seus significados que a cidade abriga. Pelegrini (2016) utiliza a ideia de que as cidades são territórios do humano e de suas ações, e por isso, as urbes são assumidas como resultado das experiências interativas das pessoas que nelas habitam e lhes atribuem sentidos. Já, Pesavento (2004, p. 1595), sugeriu que a cidade poderia ser deliberada, em termos culturais, como uma unidade de espaço e tempo “[...]pois a dimensão do espaço, seja ele superfície, traçada e ocupada pelo homem, seja ele espaço edificado, como a arquitetura, é referência icônica e emblemática da cidade.” Do mesmo modo, contém um tempo, encerra uma história e uma memória.

Tempo e espaço se apresentam, pois, como dimensões de análise do urbano, como referenciais portadores de sentidos e que se constituem de forma interligada: cada recorte do território, cada forma e cada materialidade encerra temporalidades que remetem a atores, a práticas sociais e a significados, assim como cada momento do passado deixa marcas objetivas. (PESAVENTO,2004, p.1595)

Portanto, refletir sobre a cidade é pensar nela abrangendo diferentes historicidades, o que nos permite vê-la em constante transformação. E, mais do que isso, ela é heterogênea porque na sua materialidade estão inscritas e envolvem “[...] diferentes visões de mundo e de valores das pessoas que a habitam.” (ALFONSO; RIETH,2016, p.132). Desta maneira, a cidade ainda é formada por várias narrativas, pois é também representação, imagem que os habitantes fazem dela ou de seus fragmentos. Assim, “[...] os saberes e o saber fazer, os conhecimentos técnicos e as relações sociais no trabalho, os sistemas de representação e dos

⁶ Historiógrafa do Museu do Trem de São Leopoldo/RS. Graduada do curso de bacharelado em museologia/UFRGS, Mestre e Graduada em História/UNISINOS.

valores que lhe estão articulados, nas práticas cotidianas” (MENESES, 2006, p.38) tem os sentidos estabelecidos por meio das informações empíricas dos atores sociais envolvidos.

Então, partindo dessas ideias o trabalho se propõe a pensar algumas mudanças e permanências na conformação da cidade de São Leopoldo, tendo os espaços ocupados pela ferrovia como os pontos principais. Ainda, esta pesquisa busca apresentar as relações de sociabilidade nos espaços da antiga estação ferroviária de São Leopoldo, o que permite demonstrar como as novas conexões culturais e sociais que se configuraram com a chegada do trem alteraram o modo de viver da comunidade leopoldense. Assim, por meio das representações que estão relacionadas a esses lugares de memória da estrada de ferro no município leopoldense busca-se evidenciar a importância do patrimônio ferroviário. Com esse escopo, a pesquisa buscou como embasamento teórico a história cultural e além disso, utilizou a história oral⁷ para obter subsídios que levassem a entender as transformações dos espaços que décadas anteriores foram ocupadas pela ferrovia e nos quais ficaram alguns vestígios. Embora que, muitas vezes o patrimônio ferroviário não seja apreciado⁸, a cidade de São Leopoldo ainda têm sinais da estrada de ferro preservados, como a Praça John Mac Ginity, a estação e o armazém de São Leopoldo, a ponte ferroviária sobre o Rio dos Sinos e o monumento à ferrovia. São construções da estrada de ferro que foram testemunhos de um conjunto das práticas sociais e culturais de uma outra época e que neste trabalho serão evidenciados dentro do contexto da cidade. Portanto, busca-se desvelar as lacunas sobre a trajetória da ferrovia e, desse modo, contribuir para o entendimento sobre o impacto que ela gerou na aceleração da urbanização da cidade.

Os primórdios da ferrovia na cidade de São Leopoldo

A cidade pode ser vista como um texto de inúmeras referências à memória e ao passado. Algumas alusões são oficializadas, como a história da fundação apreendida pelos leopoldenses de que a Província de São Leopoldo foi estabelecida em 1824 com a chegada de 39 imigrantes alemães, sendo 33 evangélicos e seis católicos. Já, outras referências, como os vestígios da estrada de ferro estão sendo encaminhados para um outro destino, pois faziam parte do projeto imperial materializado em uma área da cidade de São Leopoldo e, que mais tarde, devido a aquisição de novos hábitos de consumo ligados a novos espaços encontravam-se relegados ao esquecimento⁹.

⁷ Foram entrevistados alguns moradores da cidade de São Leopoldo, onde puderam relatar sobre as lembranças que guardam dos espaços que anteriormente eram ocupados pela ferrovia.

⁸ A valorização do patrimônio ferroviário é algo recente, pois surgiu com maior evidência com a privatização da RFFSA, em 2007.

⁹ A estação ferroviária de São Leopoldo é uma exceção. Esta mantém algumas características originais e hoje, abriga o Museu do Trem.

Oficialmente, a estrada de ferro gaúcha foi inaugurada em 1874 pela empresa Porto Alegre and New Hamburg Brazilian Railway Company Limited, e na ocasião também passou a funcionar a primeira estação ferroviária do Estado, a de São Leopoldo. A construção da linha Porto Alegre – São Leopoldo estimulou o desenvolvimento da zona colonial alemã, que foi acompanhada pela multiplicação de núcleos urbanos e pela própria expansão da linha, sendo continuamente ampliada até atingir o município de Canela, em 1922. Durante a existência da estrada de ferro, São Leopoldo sofreu diversas mudanças culturais, sociais e ambientais, o que pode ser evidenciado pelos documentos, fontes testemunhais e bibliografia sobre o assunto. Segundo Flôres (2017), até 1950 muitas cidades gaúchas receberam projeção devido às atividades ferroviárias, como ocorreu entre outras, na linha Capital- Serra, com São Leopoldo. A urbe já era tida como um local de grande desenvolvimento comercial e industrial e com a construção da estrada de ferro a sua vocação se potencializou. São Leopoldo teve uma estrutura ferroviária montada para poder fornecer pedras de construção retiradas no Morro do Paula e, mais tarde, foi construída uma linha que se destinava ao transporte de lenhas retiradas do horto florestal, o que demonstra a importância que a cidade teve como fornecedora de matéria-prima para a construção e manutenção da ferrovia gaúcha e, ainda, para as obras de urbanização das urbes. São locais que foram importantes e, no entanto, atualmente, só restam os registros fotográficos e documentos que rememoram esses espaços.

Documentos históricos e bibliografia que fazem referência a Estrada de Ferro Fazenda São Borja, também conhecida por muitos como Estrada de Ferro para o Morro do Paula, descrevem que passou a funcionar em 1912 e esteve em atividade por 30 anos, aproximadamente. O projeto foi executado por João Corrêa Ferreira da Silva, o qual construiu uma via férrea à Fazenda de São Borja, com o objetivo de explorar e transportar pedras de alvenaria da pedreira que ali havia. Conforme Moehlecke (1998), o construtor também tinha a intenção de arborizar e construir chalés para veranistas com a finalidade de tornar esse local um ponto turístico da cidade, o que acabou não se tornando o foco do empreendimento.

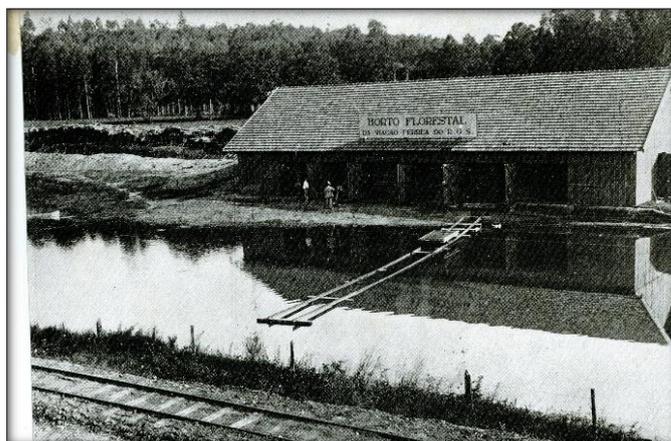


Fotografia 1: Churrasco no Morro da Fazenda de São Borja.

Fonte: Museu do Trem de São Leopoldo ([1874-1990]).

Legenda: Nesta foto, estão sentados João Corrêa, sentado ao centro, junto à sua esposa Bertha Hofmann, entre outros.

Já, o empreendimento que foi executado no Horto Florestal de São Leopoldo a partir de 1933, quando foi adquirido pela VFRGS, até 1959 quando foi entregue ao Estado, levou a cidade a ter importância dentro da empresa de transportes, como aponta Flôres (2017, p.124): “[...] deve ser ressaltado que cidades como São Jerônimo e São Leopoldo passaram a ser importantes no sistema ferroviário gaúcho, tendo em vista as necessidades de matérias-primas para a produção de energia das locomotivas”. Conforme o mesmo autor, isso ocorreu especialmente no período da Segunda Guerra Mundial, pois, anteriormente, o carvão era importado do Reino Unido em forma de briquete. A mudança ocorreu devido a conjuntura daquele momento e o alto custo do produto europeu, o que fez com que a VFRGS preferisse comprar o carvão de fornecedores nacionais e optar pelo uso complementar de lenha (FLÔRES,2017). Assim, a iniciativa envolveu a produção de lenha, “[...] a partir do desbaste de árvores de reflorestamento [...]” (FLÔRES,2017, p.124) em um dos maiores hortos florestais do RS alterou a paisagem da cidade, “essa condição permitiu que muitos trabalhadores ferroviários habitassem nesses municípios até pelo menos 1950.” (FLÔRES,2017, p.124).



Fotografia 2: Horto Florestal da VFRGS, em São Leopoldo.
Fonte: Museu do Trem de São Leopoldo ([1874-1990]).

Além da Estrada de Ferro Fazenda São Borja e do Horto Florestal de São Leopoldo, formou-se uma grande rede formada por estações e paradas, onde haviam entre elas quilômetros de trilhos que percorriam terras de imigrantes, pontes e pontilhões, dos quais ainda existem alguns resquícios. Ao redor, dos trilhos e das edificações da estrada de ferro haviam casas de operários e uma estrutura com oficinas para a manutenção da empresa. Então, as alterações espaciais necessárias para o tráfego dos trens modificaram a localidade. Durante o período que essas iniciativas estavam em atividade houve transformações na cidade que se relacionaram com o crescimento econômico, o acréscimo do contingente populacional e, por conseguinte, com a ampliação da área ocupada. Deste modo, a estrada de ferro foi se estabelecendo de tal maneira a fazer parte do cotidiano das pessoas que, simultaneamente, foram surgindo equipamentos urbanos no entorno dos recintos ferroviários, os quais acarretaram profundas mudanças junto à paisagem ambiental e cultural do município de São Leopoldo.

Sendo assim, as transformações que ocorreram devido inserção da ferrovia em São Leopoldo deixaram marcas de historicidade que se acumularam no tempo; e se estenderam muito além dos vestígios materiais ou registros históricos, pois ainda mantém-se na memória coletiva da urbe. Nesse sentido, a estação é um dos locais mais lembrados, pois era onde as práticas sociais eram mais marcantes para os indivíduos que frequentavam os recintos da estrada de ferro e isso ocorre porque “[...] passa por construções de sentido e de significado que se baseiam não somente na experiência direta e na prática funcional, mas também no valor simbólico conferido ao ambiente, construído pela cultura e pelas relações sociais.” (NÓR, 2013, p.124)

A Estação Ferroviária de São Leopoldo e o seu entorno

Às antigas estações ainda são atribuídas um grande valor histórico, pois ainda hoje são consideradas como referência para muitas comunidades, já que muitas cidades surgiram e tantas outras se desenvolveram com a chegada do trem. Por serem de grande importância na construção da memória individual e coletiva, muitas estações foram preservadas. Dentre várias, a estação de São Leopoldo foi salvaguardada na década de oitenta pelo governo federal, por meio do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes, o Preserve. Esse Programa elegeu as estações dignas de serem preservadas pelo seu valor histórico e arquitetônico e, dessa maneira, a estação de São Leopoldo-RS foi um desses espaços eleitos para abrigar o Centro de Preservação da História Ferroviária do Rio Grande do Sul (LEWINSKI, 2017).

A escolha incidiu sobre esse recinto por ter sido a primeira estação do Estado e de sua construção estar ligada ao período de funcionamento da primeira linha que ligou a Capital da então Província de São Pedro à Colônia de São Leopoldo. (BRASIL, 1985). Além disso, a estação também tinha o predicativo de ter vindo pré-fabricada da Inglaterra e ter um estilo vitoriano, o que possibilitou a salvaguarda do prédio pelo Preserve como patrimônio histórico. No entanto, o acúmulo de marcas de historicidade deixadas no tempo e a sua preservação só fazem sentido se fizerem compreender o contexto nas quais foram construídas e mantidas. Então, é na ressignificação das lembranças dos antigos moradores onde as experiências humanas guardadas são reveladas que mantém a estação de São Leopoldo salvaguardada e é nas recordações dos atores sociais que surge uma rede que interliga vários lugares ao recinto ferroviário que dão maior importância ao local, como as de seu Getúlio dos Santos, que relatou suas vivências a partir da década de 1950:

Bem embaixo daquela árvore [em frente ao Sítio Histórico do Museu do Trem] [...] ali era ponto de táxi. E quem tinha ponto de táxi aqui, o Cherinha morava aqui. Ele tinha carro de táxi Ele morava na esquina ali [em frente ao Sítio Histórico do Museu do Trem ao lado do Barracão]. O filho do Baixinho. [...] Eles tinham ponto de táxi ali.

Ali na esquina era um hotel. Chamava-se de Hotel do Baixinho. O pessoal desembarcava aqui e se hospedavam no hotel. Ou gente que queria pegar o trem noutro dia, então eles viam e se hospedavam ali.” Hoje o barracão e a funilaria.

“Na outra quadra tinha um outro hotel. O hotel Rio–Grandense. Era muito movimentado isso aqui (Getúlio dos Santos, 2018).

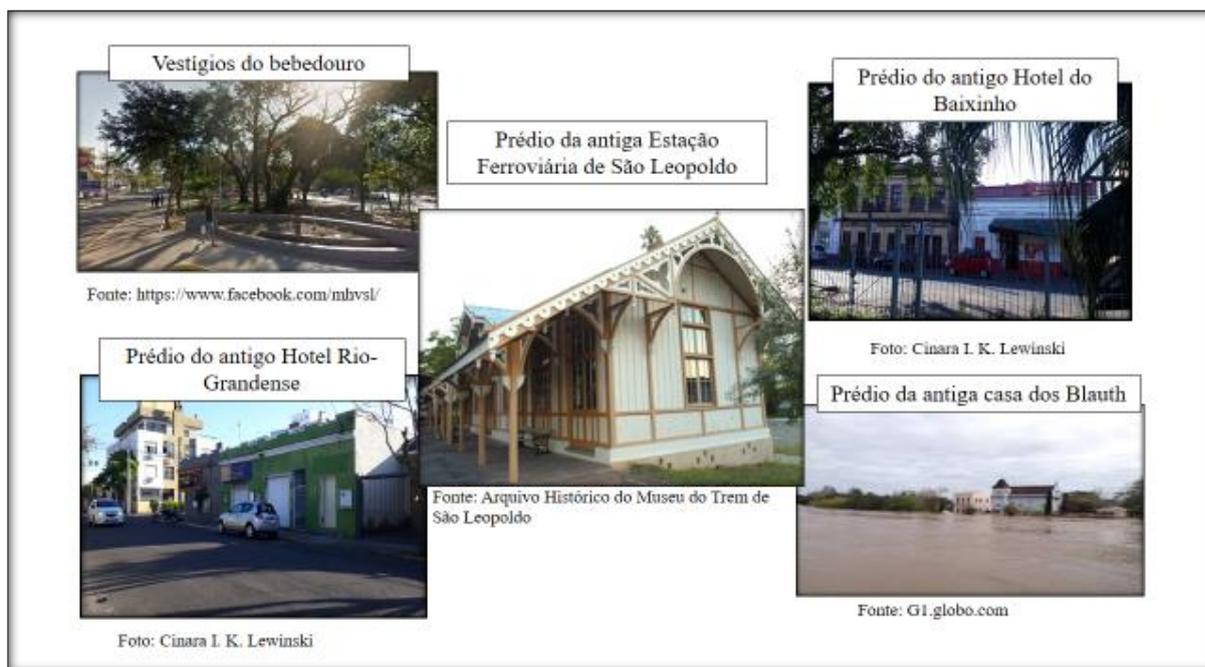


Imagem 1: Lugares interligados à Estação Ferroviária São Leopoldo
 Fonte: A autora.

Assim, as lembranças de Getúlio demonstram como os indivíduos processam suas percepções e suas formas de se apropriar o espaço que, mudam de acordo com diferentes escalas temporais e espaciais e, evidenciam como a “[...] memória é a base para a construção da identidade e da consciência” (GANDARA, 2016, p.187). Assim, observa-se que o contexto narrado pelo entrevistado trouxe a questão do tempo físico e do social que busca no presente, uma cidade do passado: “[...] uma de suas cidades invisíveis, espécie de cidade fantasmática onde o passado apenas se insinua por indícios quase imperceptíveis; [...]” (PESAVENTO, 2004, p. 1598). Nessa busca, surgiram lembranças da movimentação no entorno da gare que iniciavam com o deslocamento dos passageiros do transporte ferroviário e também daqueles vindos de outras localidades do Estado e, que ganhavam as ruas de São Leopoldo na ocupação de hotéis, pousadas e o comércio. Ainda, nessa rede de lugares que se interligavam com a estação ferroviária de São Leopoldo também encontrava-se o antigo logradouro [localizado onde hoje é a Praça Amadeo Rossi] e Rio dos Sinos.

Tinha esse logradouro ali [localizado onde hoje é a Praça Amadeo Rossi]. O pessoal vinha lá da Feitoria. Vinham da Lomba Grande trazendo mercadorias, as vezes pro centro, ou então as vezes até pra deixar aí no próprio trem pra despachar pra outra cidade. Ali na praça, nesse logradouro, onde os cavalos tomavam água, os tropeiros tomavam água, os tropeiros descansavam ali (Getúlio dos Santos, 2018).

O Museu do Trem em especial porque o Museu do Trem [antiga estação ferroviária de São Leopoldo] foi uma peça importante para o desenvolvimento da cidade. Foi a primeira linha de trem do RS, ela ia de

São Leopoldo para a Porto Alegre e não era o inverso. E eu tenho muita ligação com essa parte porque meu avô tinha navegação. Então, as mercadorias vinham da Colônia e vinham do interior e aí onde meu avô morava tinha um galpão grande e eram depositadas ali. Depois levadas em carroça até o trem e lá do trem então, era feita a conexão e eram entregues em vários locais (Lilian Rossi, 2016).

Esta estação serviu para muita gente, por exemplo, eu morei na Rua Lindolfo Color. Segunda-feira de manhã, cinco horas da manhã às vezes me acordava com o barulho de marcha, eram os recrutas que vinham de trem pra voltar pro quartel. Então era muito usado o trem (Lilian Rossi, 2016).

Por meio dessas fontes testemunhais, percebe-se que além das balsas que percorriam o rio dos Sinos, a estação ferroviária de São Leopoldo na década de 1950, também era importante elo de ligação entre Porto Alegre com outros municípios do Estado. Conforme Flôres (2017, p.118) “nessas estações férreas passava anualmente grande parte da população gaúcha. Da mesma forma, as ferrovias e seus parques de serviços atendiam logísticas da Brigada Militar e Exército Brasileiro, para deslocamentos de efetivos e equipamentos”. Além disso, a estação ferroviária de São Leopoldo “pela sua dinâmica, tornou-se ponto de chegada das autoridades que geralmente formavam préstito em direção à Câmara Municipal de Vereadores, Intendência e depois Prefeitura. (MOEHLECKE, 2004, P.103). Mas, também foi pela ferrovia que, conforme Flôres (2017, p.118) “[...] se protagonizavam aportes às campanhas eleitorais ou mesmo os transportes para as refregas políticas, que muitas vezes acabavam em golpes ou revoluções”. Dentre vários eventos como estes, Moraes (1996) relata em uma de suas crônicas o episódio ocorrido em 1923, logo após à assinatura da paz de Ponche Verde, quando alguns convidados maragatos vieram de Porto Alegre e foram recepcionados na estação de São Leopoldo, com banda de música e um piquete de cavalarianos, para comemorar a vitória dos revolucionários.

Então, percebe-se a importância desse lugar quando contextualizado, tanto sua influência na dimensão espacial, como em todo o processo de identificação dos atores sociais com o espaço ambiente. Assim, as experiências humanas nesse espaço geográfico determinado, onde homens consolidavam suas ações sociais no âmbito do cotidiano, também dão sentido a valorização desse lugar. (SILVA,2006). Neste caso, “[...] preservar o patrimônio é preservar a memória, o fio de continuidade que une gerações de uma mesma cultura, dá coesão a um povo, conferindo-lhe identidade. (GANDARA, 2016, p.198). Entretanto, as lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas, ou seja, podem ser criadas representações do passado determinadas pela percepção de outras pessoas, no que concebemos ter ocorrido ou pela internalização de representações de uma memória

histórica. Conseqüentemente, são construções imagéticas e discursivas que se colocam no lugar do acontecido, presentificando uma ausência. (CHARTIER, 1990).

Assim, busca-se “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17), sendo que neste caso, o espólio da ferrovia é ressignificado permanentemente como patrimônio, cuja a relação conflituosa entre lembrança e o esquecimento fez e faz parte desse processo. Isso se explica porque no passado das cidade há muitos os silêncios e lacunas para serem preenchidos pelas representações que podem ser estabelecidas, dando a ver e ler uma temporalidade e um espaço muitas vezes modificado (PESAVENTO,2008).

A ponte ferroviária e a estação Rio dos Sinos

Como foi visto, a estação ferroviária de São Leopoldo foi preservada e hoje é considerada um patrimônio histórico, ou seja, se tornou um fio narrativo da comunidade que salvaguarda a sua identidade e, portanto, se mantém viva como lugar de memória. No entanto, a trajetória da ferrovia em São Leopoldo não é só marcada por lembranças, mas também é caracterizada por esquecimentos. A ponte ferroviária e estação Rio dos Sinos são exemplos do patrimônio ferroviário que na maioria das vezes não é reconhecido pelo seu valor histórico. Primeiramente, porque a maioria da comunidade não conhece a história e as memórias desses espaços e, posteriormente, por remeter a uma dura memória real que foi o desmonte da ferrovia.

A ponte ferroviária sobre o Rio dos Sinos foi construída com a ampliação do trecho da estação São Leopoldo até Novo Hamburgo e foi inaugurada em 1876. A sua edificação teve grande repercussão, pois constituiu-se a primeira travessia ferroviária do Rio Grande do Sul sobre um rio. A princípio, a ponte de madeira era provisória e, conforme o relatório das obras públicas do período entre 1880 e 1881, foi substituída por uma nova superestrutura metálica. (MOEHLECKE, 2004) “Segundo o Núcleo de Preservação e Pesquisas Histórico Ferroviárias, a ponte ferroviária possui três vãos laterais originais e após, possivelmente na década de 20, acrescentados mais dois vãos laterais” (MHVSL, [201-]). Embora, seja extraordinária a estrutura da ponte para a época em que ela foi erigida, não é a engenharia dessa obra de arte que a torna importante, mas a possibilidade que ela trouxe com a expansão da linha de trens até Novo Hamburgo que a tornou significativa, pois, interligou definitivamente o Vale dos Sinos ao centros comerciais, especialmente à Porto Alegre, e também colaborou para o desenvolvimento econômico da região.



Imagem 2: Antiga ponte férrea sobre o Rio dos Sinos.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.phpfbid=10218006527572252&set=a.10200258338158609&type=3&theater>.

Apesar disso, a ponte ferroviária sobre o Rio dos Sinos passou a se tornar vulnerável e condenada a demolição, após a desativação da linha até a estação Rio dos Sinos, e só foi preservada devido ao movimento da comunidade que impediu a demolição junto aos engenheiros do Sistema de Proteção às Cheias e a Prefeitura Municipal de São Leopoldo. Deste modo, a conservação dela só foi possível devido as memórias que reforçam a identidade local que este lugar suscita e, neste caso, foi indispensável na preservação desse patrimônio cultural. No entanto, conservá-la não é somente mantê-la em pé, é preciso saber mais sobre as mudanças que ocorreram no seu entorno. Ainda, se faz necessário mais pesquisas e pensar na valorização pelo uso e garantias de fruição social, pois sem a utilização dessas práticas, não há significados sociais. Além disso, deve-se pensar na ponte ferroviária de São Leopoldo dentro de um contexto e ao fazer este exercício, os antigos moradores leopoldenses lembram da estação ferroviária Rio dos Sinos.

Pegava o trem aqui [seu lugar de fala era no prédio da antiga estação de São Leopoldo]. Seguia sempre esse mesmo trajeto, né. Passávamos por cima do Rio dos Sinos, onde ali existe até hoje. Tem aquela ponte. Passava por ali, passava por Novo Hamburgo, Santo Afonso, aquelas zonas todas lá, Campo Bom, Sapiranga e ia para Taquara. A maior parte que tinha para lá era mato. Não tinha nada. O trem passava por aquele mato (Getúlio dos Santos, 2018).

Sendo que daqui, chegando no Rio dos Sinos tinha um entroncamento, aí na esquerda você ia para Montenegro. E na outra, continuava sempre, ia para Taquara (Getúlio dos Santos, 2018).

Rio dos Sinos era entroncamento. O que ia pra Taquara, Gramado, Canela. Ia pra Montenegro também, Bento, Caxias. Também de Montenegro ia para Barreto. Tinha ligação de Barreto com Santa Maria. [...] Até a década de

1930 todo o tráfego que saía do Estado do Rio Grande do Sul e vinha passava por São Leopoldo (João Antônio Winckler, 2016).

Deste modo, a narrativa fragmentada começa a se organizar e a fazer sentido por meio das lembranças dos atores sociais. Assim, percebe-se a possibilidade de transporte pela ferrovia da produção colonial e das protoindústrias que cresciam na Antiga Colônia Alemã. Mas, também é preciso entender que o uso da ferrovia gerou investimentos na ampliação, estruturação ou construção de estradas carroçáveis que propiciavam o acesso das colônias situadas ao norte até o ponto de embarque das estações ferroviárias, o que leva a supor que a estrada de ferro alavancou o desenvolvimento econômico da região. Ainda, “os espaços urbanos passaram a relacionar-se não mais apenas com a escala local, mas com outros lugares através da nova proximidade proporcionada pelos trens.” (STOCKER, 2019, p.77)

Então, de acordo com o que já foi visto, a ponte e a estação ferroviária do Rio dos Sinos tem um valor histórico para a região, porém, da estação ferroviária Rio dos Sinos ficaram somente as memórias dos antigos passageiros de trens e moradores, algumas fotografias e documentos relativos a sua história, dos quais Moehlecke (2004) descreve algumas informações encontradas em suas pesquisas. Relativo a estação, sabe-se por meio deste autor que ela foi inaugurada em 1876 juntamente com a estação Hamburger-Berg. Nos primeiros anos de seu funcionamento, Rio dos Sinos era conhecida como Neustadt, Novo Mundo, até 15/09/1919. A partir dessa data, segundo Moehlecke (2004, p.119) “[...] teve o nome alterado a pedido da Cia. Auxiliaire. Por influência da Primeira Guerra Mundial, os belgas, invadidos pelos alemães, não queriam na sua empresa no Rio Grande do Sul um nome que lembrasse seus inimigos.” Além da mudança de denominação, o prédio também sofreu alterações com a reconstrução e o aumento do seu prédio, de acordo com o Ofício nº 714 de 21.9.1939 (MOEHLECKE, 2004).



Fotografia 3: Estação Ferroviária Rio dos Sinos.

Fonte: Arquivo Histórico do Museu do Trem de São Leopoldo ([1874-1990]).

Mas, a maior transformação que ocorreu na estação ferroviária Rio dos Sinos e que traçou o seu destino foi o seu abandono pelos órgãos públicos, desde a década de 1980 quando foi desativada, que desencadeou constantes ações de depredações e vandalismos ao prédio e que, a partir daí, se tornou foco de violência que levou a população local a destruí-lo, provavelmente nos primeiros anos de 2000. (CARDOZO; ZAMIN,2002). Sendo assim, apenas permanecem lembranças do que um dia existiu, pois “antigas tecnologias e habilidades desaparecem.” (MONTEIRO; HILBERT; GODINHO,2017) e a memória faz “[...] ressuscitar o implícito e o invisível à superfície, desenterrando aquilo que não mais se vê: o sugerido, o intuído e pressuposto, o transformado, o desaparecido e o lacunar, o ausente. (PESAVENTO,2004, p.27). Neste caso, torna possível a junção das peças fragmentadas da trajetória da ferrovia que foram dispersadas pelo discurso em prol do transporte rodoviário. Nesse processo, a memória histórica significativa torna visível as mudanças que ocorreram nos espaços entorno das antigas estações ferroviárias e as relações de sociabilidade que ali ocorriam e assim, “[...] é capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão do mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social”. (ALBERTI, 2005, p. 163).

Considerações finais

Este trabalho buscou refletir sobre a cidade como um bem cultural, através do estudo de caso sobre o patrimônio ferroviário de São Leopoldo. Com o intuito de perceber o patrimônio ferroviário, buscou-se a ‘cidade do passado’ através de observações das edificações ainda presentes nos dias atuais, por meio da análise de documentos e de fotografias, mas principalmente, na escuta sensível das muitas recordações recuperadas por

antigos moradores leopoldenses, que lembraram de suas experiências como frequentadores das estações e como passageiros dos trens que circulavam pela linha Porto Alegre à Canela. Assim, valores essenciais da ferrovia em São Leopoldo foram sendo recuperados e deste modo, a memória dos processos sociais à materialidade das edificações da estrada de ferro foram sendo reconstruídas e ganhando sentido.

Além disso, a cidade de São Leopoldo como espaço arquitetado passou a ser vista sob outro aspecto, pois ao invés de percorrer a Rua da Independência foi escolhido outro caminho, os trilhos da estrada de ferro. Nesse percurso, buscou-se entender as práticas nos espaços estudados e o sentido construído e fixado pelos homens pautados em suas condutas com os valores de uma outra época. E ao apreender a cidade do passado, passou-se a enxergar as camadas superpostas pelo tempo. A partir daí, surgiu a possibilidade de construir uma rede que interligou vários lugares à estação ferroviária de São Leopoldo, o que demonstra que a patrimonialização de um prédio só faz sentido quando o seu entorno também é analisado e incluído no rol dos bens preservados. Portanto, entender patrimônio cultural de qualquer cidade é conhecer a sua história local e às suas memórias e, conseqüentemente desenvolver uma consciência histórica para a preservação desses vetores materiais.

Enfim, neste caso em específico, alguns remanescentes da ferrovia se perderam e outros continuam se degradando com as transformações que a cidade sempre irá sofrer, apesar da luta de alguns grupos da comunidade na defesa pelo patrimônio histórico. Mas, sabe-se que um dos maiores riscos que permeou e permeia a preservação da cultura material é a quebra da transmissão das memórias geracionais. Portanto, busca-se reconhecimento da história local e a valorização do patrimônio ferroviário no município de São Leopoldo para que as gerações futuras possam conhecer a história e a memória de sua cidade.

Referências

- ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia Maria Silva. In: PELEGRINI, Sandra de Cássia A.; SHIAVON, Carmen G. Burget. **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2016.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: Pinsky, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BRASIL. Ministério dos Transportes/ Rede Ferroviária Federal S.A. – Superintendência Regional de Porto Alegre. Centro de Preservação da História da Ferrovia no Rio Grande do Sul. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Gráfica Metrópole, 1985.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul**. Inventário das estações: 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

SILVA, Erotilde Honório. Guassussê ressurgida: memória e patrimônio histórico como suportes da identidade local. In: MARTINS, Clerton. **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

FLÔRES, João Rodolpho Amaral. **Trens na memória**: num longo tempo, entre trajetórias público-privadas, fatos da história ferroviária brasileira e sul rio-grandense. Santa Maria, RS: E. da UFSM, 2017.

GANDARA, Gercinair Silvério. Ensino de História: patrimônio e educação socioambiental. IN: PELEGRINI, Sandra de Cássia A.; SHIAVON, Carmen G. Burget. **Patrimônios plurais**: iniciativas e desafios. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2016.

GASTAL Susana. **Alegorias urbanas**: o passado como subterfúgio. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

LEWINSKI, Cinara Isolde Koch. **Um lugar de memória da estrada de ferro**: o centro de preservação da história ferroviária do Rio Grande do Sul – 1980-1990. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2018. 311 f.

MUSEU DO TREM DE SÃO LEOPOLDO. [Fotografias históricas]. São Leopoldo [1874-1990]. Imagens de uso interno da instituição.

MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO (MHVSL). [Documentos históricos]. São Leopoldo, [201-]

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A cidade como bem cultural. In: **Patrimônio**: Atualizando o Debate. IPHAN, 2006.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo**: obras e iniciativas públicas / Germano Oscar Moehlecke. São Leopoldo: Rotermund, 1998.

MOEHLECKE, Germano Oscar. **Estrada de ferro**: contribuição para a história da primeira ferrovia do Rio Grande do Sul. São Leopoldo :Rotermund, 2004.

MONTEIRO, Charles; HILBERT, Klaus; GODINHO, Paula. **Memória e patrimônio**: diálogos entre Brasil e Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

MORAES, Carlos de Souza. **Crônicas de minha cidade**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

NÓR, Soraya. O lugar como imaterialidade da paisagem cultural. In: **Paisagem e ambiente**: ensaios - N. 32 - São Paulo - p. 119 - 128, 2013.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PELEGRINI, Sandra de Cássia A.; SHIAVON, Carmen G. Burget. **Patrimônios plurais**: iniciativas e desafios. Rio Grande: Ed. da FURG, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Esboços**: histórias em contextos globais, Santa Catarina: v. 11, n. 11 p.25 - p.30, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. In: **Rev. Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008.

STOCKER, Jorge Luis. **Sob o Königsberg**: paisagem e patrimônio cultural. 2019. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e regional) –UFRGS, Porto Alegre, 2019. 227f.

THEODORO, Janice. Memória e esquecimento: nos limites da narrativa. In: **Revista Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro: out.- dez. 1998, n. 135. p. 61 a 73.

Fontes orais

ROSSI, Lilian. [set.2016]. Entrevistadora: Cinara Isolde Koch Lewinski. São Leopoldo, RS. 06 de set. de 2016

SANTOS, Getúlio dos. [maio de 2018]. Entrevistadora: Cinara Isolde Koch Lewinski. São Leopoldo, RS. 23 de maio de 2018.

WINCKLER, João Antônio [maio de 2016]. Entrevistadora: Cinara Isolde Koch Lewinski. São Leopoldo, RS. 12 de maio de 2016.

A HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL EM VISTA ALEGRE DO PRATA/RS

Valéria Pedron¹⁰

Tendo em vista que “a história da humanidade foi e é o constante contato entre diferentes grupos sociais com conflitos, dominação, assimilação e alianças conforme o poder de cada um” (NASCIMENTO, 2013, p. 151), nas últimas décadas, a história que circunda a presença indígena do Rio Grande do Sul, antes do processo de imigração europeia, tornou-se um tema de constante debate: percebeu-se a importância de conservar um bem de igual valor significativo à história de nossos próprios antepassados.

Nessa linha de investigação, o presente artigo visa apresentar, de forma breve, alguns recortes históricos abordados no Trabalho de Conclusão de Curso em História, que investiga a presença indígena na região atual do município de Vista Alegre do Prata – RS, que se deu no denominado período pré-colonial, objetivando, dessa forma, identificar os grupos étnicos que habitaram o local em análise e seus padrões culturais, habitacionais, políticos e sociais. Essa história foi esquecida e desacreditada por grande parte da sociedade vista-alegrense, assim, este estudo torna-se relevante para se compreender que a terra em que os munícipes vivem hoje não era um local desabitado, da qual os imigrantes foram os pioneiros desbravadores e/ou primeiros habitantes. O fato da persistência de negação/silenciamento da população perante a presença indígena tem um sentido político, além de cultural e histórico – a luta pela terra com os imigrantes ainda acontece, os conflitos são atuais.

O Período Pré-Colonial e as especificidades organizacionais dos povos de Tradição Taquara, Guarani

Hodiernamente, sabemos que a ocupação humana no Estado do Rio Grande do Sul remonta em torno de 12.000 a 13.000 AP, contrariando a ideia que foi difundida durante o período da imigração europeia (ocorrido em meados do século XIX) de que havia áreas vazias e desabitadas, ou seja, todo o território foi explorado e ocupado em diferentes períodos por diferentes grupos humanos.

A Tradição à qual pertence um grupo humano – termo muito utilizado na arqueologia – é identificada com base em características impressas nas cerâmicas e nas suas técnicas de produção,

¹⁰ Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo na Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio. Bolsista FUPF. E-mail 167000@upf.br.

bem como nos processos de fabricação dos artefatos líticos e nos padrões habitacionais, todos elementos que são encontradas nos Sítios Arqueológicos. Todavia, Vicoski afirma que o termo Tradição possui algumas implicações pois, apesar de facilitar o diálogo entre os estudiosos da área, acaba por excluir fatores linguísticos, sociais, econômicos e culturais (2011, p. 64). Dentro das Tradições, o autor ainda afirma que podem ser identificadas variações culturais, “estas variações, por sua vez, são denominadas e Fases, pois apesar de apresentarem algumas diferenças ainda seguem o mesmo padrão cultural” (VICROSKI, 2011, p. 64).

Sobre as Tradições mais antigas, datadas até o momento, as pesquisas arqueológicas apontam que penetraram na região Sul do Brasil em alguma região da Argentina e Uruguai. Pode-se dizer que possuíam características em comum, embora se diferenciavam pelo modo de produção de artefatos líticos e pela tipologia do terreno escolhido para as habitações. Schmitz (2006, p. 17) afirma que a tradição Umbu estava “mais concentrada nos abrigos rochosos e ao longo dos rios da borda do planalto no Nordeste e Centro do Estado, na proximidade dos campos, dos pinheirais e talvez dentro de uma franja de mata subtropical”, abrigavam-se também em locais a céu aberto e cerritos, sendo esse último um “aterro artificial feito em áreas alagadiças, com formato circular e tamanho médio de 3 metros de altura” (RODRIGUES; PIRES, 2017, p. 3. No que se refere aos líticos pertencentes a essa Tradição, pode-se dizer que eram confeccionadas pontas de flechas pequenas, cujo gume era serrilhado, pontas de lança e também por bolas de boleadeira, que facilitavam a apreensão dos animais caçados no ambiente em que viviam, os campos.

Com relação à tradição Humaitá, Schmitz afirma que os remanescentes arqueológicos indicam a ocupação “nas matas do Sul do Brasil e partes da Argentina e do Paraguai” (2006, p. 19). Enquanto a primeira geralmente ocupava os campos abertos, a segunda resguardava-se nas matas e, possivelmente, houve o contato de uma com a outra, trocando e aperfeiçoando técnicas de sobrevivência. A principal diferença relaciona-se à indústria lítica, composta por "artefatos maiores e mais pesados, sendo caracterizada por peças bifaciais e de morfologia variada, como machados alongados, bumerangóides, choppers alongados, plainas, raspadores e lascas retocadas” (KOLLING, 2020, p. 17).

Os sambaquis apresentam um outro modo de vida que marcou fortemente o litoral do Rio Grande do Sul devido à exploração da pesca e coleta de alimentos do mar. Schmitz os descreve como um “acúmulo de conchas, ossos de peixes e outros resíduos de atividade humana, resultantes da ocupação do litoral marítimo por grupos especializados em sua exploração. São os resíduos mais volumosos produzidos por qualquer população pré-histórica brasileira” (2006, p.21).

Ainda segundo o autor, as populações de matriz cultural Tupi e Macro-Jê começaram a penetrar no Rio Grande do Sul por volta de 2.500 anos atrás, originárias da Amazônia e do Centro-

Oeste do Brasil. Essas duas levas possuíam novos modelos organizacionais e detinham uma economia baseada no manejo agroflorestal, importante característica que as diferenciava das populações pré-ceramistas (NOELLI, 2000, p. 227-228).

A cerâmica da Tradição Taquara “é pequena, composta de potes e de tigelas, com decoração impressa variada, onde são facilmente distinguíveis negativos de cestaria, depressões regulares produzidas por pontas de vários formatos, ou das unhas, incisões lineares etc.” (SCHMITZ & BASILE BECKER apud DIAS, 2004, p. 33). Desse grupo, são identificados recipientes pequenos e médios, de coloração marrom e cinza, cujas paredes são mais finas. Assim sendo, pertencentes a Tradição Taquara, seus descendentes atuais são denominados de Kaingang e Xokleng, que migraram do Centro-Oeste brasileiro e ocuparam o Sul em seguida, sendo falantes da língua da família Jê e suas matrizes culturais são Macro-Jê. Maestri afirma que “tinham traços mongoloides, a pele de cor parda, estatura mediana, cabelo preto e liso e mãos e pés pequenos” (2010, p. 51).

Amparo (2014, p. 42) afirma que “desenvolveram amplo domínio territorial e formas próprias de adaptação ao novo ambiente, sendo a principal delas a construção de casas subterrâneas e semissubterrâneas”, que os protegiam contra o frio, animais e inimigos. Elas “são encontradas regularmente nos terrenos altos e frios com uma vegetação também adaptada a baixa temperatura hibernal, que são os campos e as matas mistas com pinheiros” (SCHMITZ, 2006, p. 77)

Optavam por se estabelecer em áreas planas e mais elevadas ao nível dos “pequenos cursos d’água, como arroios ou córregos de águas perenes” (DIAS, 2004, p. 42), com isso, evitavam possíveis inundações devido às chuvas e demais fatores naturais. Suas formas eram circulares, escavadas no solo e telhado geralmente feito de palha. Beber defende que “podemos dividir as casas subterrâneas, quanto ao tamanho, em três grupos: casas pequenas, compreendendo diâmetros de até 5m; casas médias, que apresentavam entre 5,1 e 10m; e casas grandes, a partir de 10m de diâmetro” (2004, p. 203).

Acerca dos padrões de assentamentos, no caso Guarani, Schmitz afirma que “as aldeias eram levantadas em clareiras abertas na mata. Ao redor se faziam as roças para os necessários cultivos” (2006, p. 38), todavia, devido ao material que era utilizado para a construção das habitações, as aldeias não permaneciam no mesmo lugar por muito tempo.

Segundo Sposito, “os guaranis moravam em grandes casas alicerçadas com troncos firmes, vedadas com madeira entrelaçada de cordas e cobertas por palha” (2006, p. 149). As moradias Guarani podiam ser habitadas por um considerável contingente de pessoas, já que podiam possuir dezenas de metros de comprimento. O padrão de implantação espacial Guarani caracteriza-se por ocupações em “elevações de pouca altura, em áreas de vegetação florestal, localizadas em suaves elevações na proximidade do mar, pequenos riachos ou a grandes rios dos vales costeiros” (ZIBEL

COSTA apud CARRINHO, 2010, p. 86-87). Os povos Guarani tinham preferência por cultivar o mato subtropical, que “cresce em pequenas várzeas e na encosta do Planalto; os terrenos das várzeas são férteis, mas de pouca extensão” (SCHMITZ, 2006, p. 45), já as proximidades de rios e arroios cuja vegetação não era recoberta de árvores não prestavam para o padrão de cultivo desses povos, visto que não apresentavam a fertilidade desejada. A agricultura era uma importante atividade entre os Guarani, que tinham como principal finalidade o cultivo de plantas domesticadas para complementar a dieta alimentar da coleta (KERN, 1998, p. 20).

Os povos Guarani também confeccionavam peças de cerâmica. Para Schmitz, as peças de padrão artístico Guarani possuíam a parte externa coberta com impressões regulares da polpa do dedo, da borda da unha, ou eram lisas (2006, p. 41), podendo também ser escovadas e beliscadas. Sendo assim, “são característicos os recipientes de grande porte, além de copos, pratos, painéis pequenos, médios e grandes, tigelas, entre outros” (VICROSKI, 2012, p. 18). Uma das principais técnicas de confecção utilizada pelos Guarani na confecção das cerâmicas era a de sobreposição de roletes, mas havia outras, dependendo do grupo a ser averiguado.

Mas foi devido ao impacto da presença europeia no Sul do Brasil que houve uma drástica mudança na organização dos povos pré-coloniais, devastando as populações com epidemias, escravidão, massacres, etc, que reduziram as populações Jês e Guarani a pequenos e dispersos grupos. Sobre isso, Noelli diz que “as epidemias, paralelamente, contribuíam para desorganizar as estruturas sociais e a organização do trabalho em cada assentamento, bem como desestruturar as redes de alianças regionais, expondo as populações aos ataques militares europeus e de outros povos indígenas” (2000, p. 260).

Os remanescentes indígenas no Município de Vista Alegre do Prata/RS

É impossível descrever a formação do município de Vista Alegre do Prata sem analisar o contexto da Europa, mais especificadamente, os movimentos migratórios dos séculos XIX e XX. Na “primeira metade do século XIX [...] grande quantidade de imigrantes foram para diversas partes do mundo à procura de uma vida melhor, muitos seguiram para as Américas, para países como Brasil, Estados Unidos”, etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 93). Com o incentivo do Governo Brasileiro e com o objetivo de “povoar as ‘áreas vazias’, leia-se, que não estivessem ocupadas por populações que se enquadrassem na classificação de ‘civilização ocidental’” (PASTRE, 2015, p. 6), criou-se colônias de povoamento, como a Colônia Alfredo Chaves, que foi subdividida em pequenos distritos, sendo Vista Alegre do Prata o 6º distrito.

Hoje, a espacialidade onde foram identificados os remanescentes das sociedades indígenas averiguadas é marcada pela presença de córregos e nascentes, que desaguam nos principais cursos de água do município: Rio Carreiro, Rio Negro e Rio Não Sabia. Muitas dessas pequenas nascentes foram secadas, drenadas ou tiveram seus percursos naturais alterados para dar espaço às lavouras de plantio de soja e milho, o mesmo aconteceu com as matas.

Próximo ao perímetro urbano de Vista Alegre do Prata, foram identificadas diversas localidades com a presença de remanescentes dos povos pré-coloniais (mapa 1) na Linha Bento Gonçalves e Linha General Osório



Mapa 1: Aglomerado de remanescentes.
Fonte: Acervo da autora.

Como se pode observar na imagem anterior, em 5 localidades diferentes foram encontrados remanescentes indígenas. Esses locais ficam a cerca de 3km do centro da cidade, sendo que cada um deles possui em torno de 500m até 1km de distância entre si. Com base nesses dados, supõe-se que o território em análise tenha sido ocupado pelo mesmo grupo humano, que circundava pela área de domínio quando os recursos naturais davam sinal de escassez. Em todos os locais onde foram identificados artefatos, denota-se a presença de vertentes ou córregos de água e uma elevação natural em compensação com o restante do terreno.

Embora não tenham sido encontrados fragmentos de cerâmica que possibilitem mapear com precisão o grupo étnico, supõe-se, por fim, que o conjunto de localidades averiguadas encaixa-se nos padrões habitacionais de Tradição Taquara. Além disso, os acervos líticos (figura 1) verificados e os relatos da população acerca das características da cerâmica que eram encontradas há anos atrás, tendem a reforçar as hipóteses levantadas. O que também nos leva a essa conclusão é a presença de casas subterrâneas e particularidades do terreno que são importantes características desta etnia.

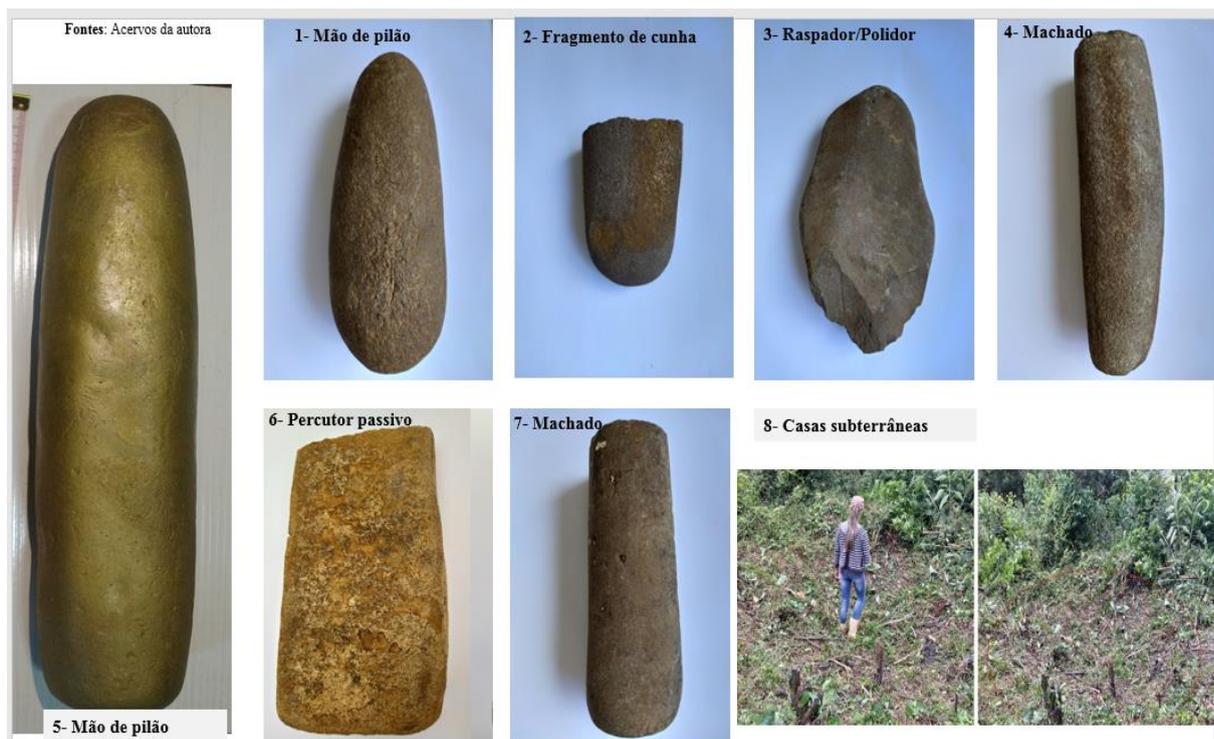
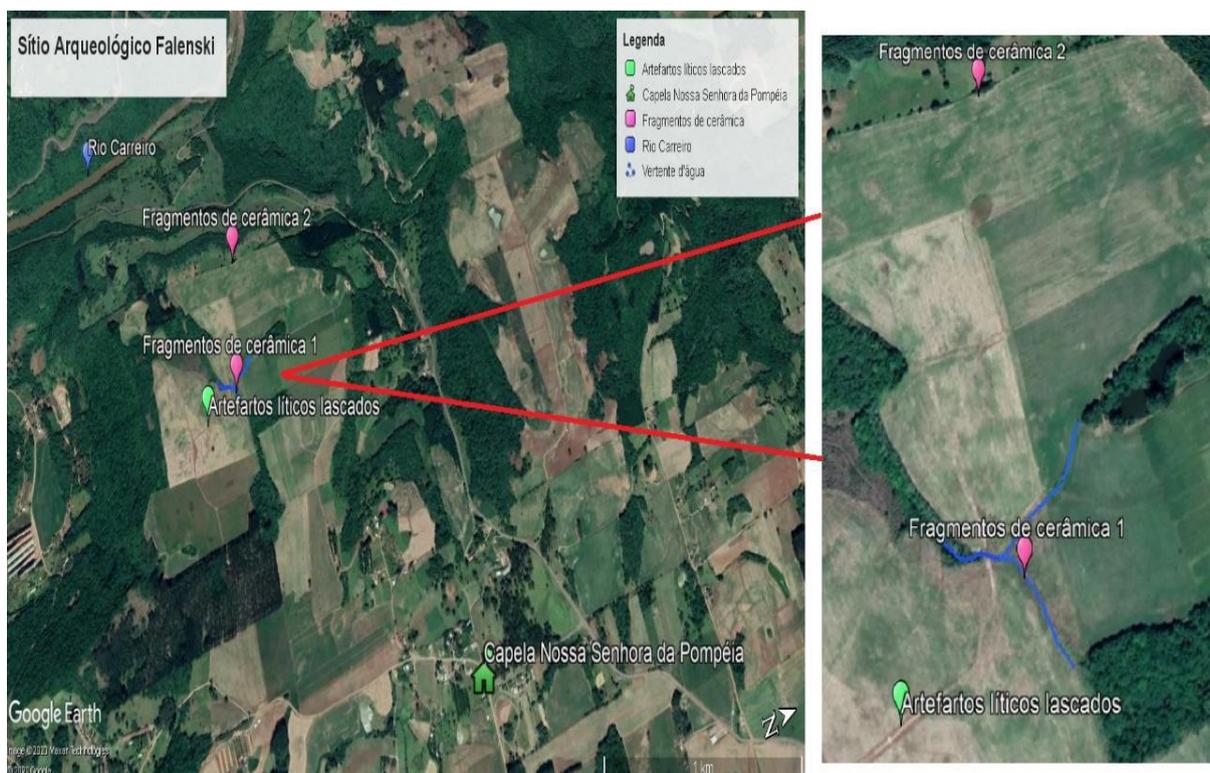


Figura 1: artefatos e casa subterrânea.
Fonte: Acervo da autora.

Já os quatro líticos seguintes foram todos encontrados na mesma localidade (mapa 2), com um conjunto considerável de peças de cerâmicas. As peças em análise estão em posse de Esmael Falenski e Ivanete Ampese, que as encontraram durante as atividades agrícolas em meio à lavoura de plantio de milho e de soja, pois devido ao uso de maquinário pesado, a identificação tornou-se mais fácil. Hoje, as peças são mantidas pelos proprietários na própria residência para que as atividades realizadas na terra não façam com que todas as peças se percam de vez.



Mapa 2: Sítio Arqueológico Falenski.
Fonte: Acervo da autora.

Como pode ser observado no mapa anterior, as peças foram encontradas nas proximidades da Capela Nossa Senhora da Pompéia. Quanto aos líticos, foram achados no declive do terreno, que é marcado pela forte presença de lajedo em quase toda extensão da propriedade mapeada, tendo apenas uma fina camada de terra na superfície. Cabe destacar também que, antes de cultivar milho e soja, a localidade em averiguação possuía uma extensa plantação de erva-mate.

Os artefatos possuem características semelhantes – embora sejam destinados a funções opostas –, já que para a confecção dos mesmos foram utilizadas apenas as técnicas de lascamento e não de polimento. Além dos líticos, foi encontrada uma quantidade considerável de peças de cerâmica (figura 2) na mesma localidade, próximo de uma das vertentes de água.

Acredita-se que, se realizado um trabalho arqueológico, pode-se resgatar ainda mais fragmentos que poderão criar uma base de pesquisa ainda maior e mais concreta, podendo-se até reconstruir algumas das peças. Cabe ressaltar que “um dos problemas contínuos da arqueologia é a reconstrução gráfica das formas das vasilhas a partir de seus fragmentos. Alguns consideram esta tarefa muito difícil, ou mesmo impossível, pelo menos quando se trata de fragmentos pequenos” (BROCHADO; MONTICELLI, 1994, p. 107).

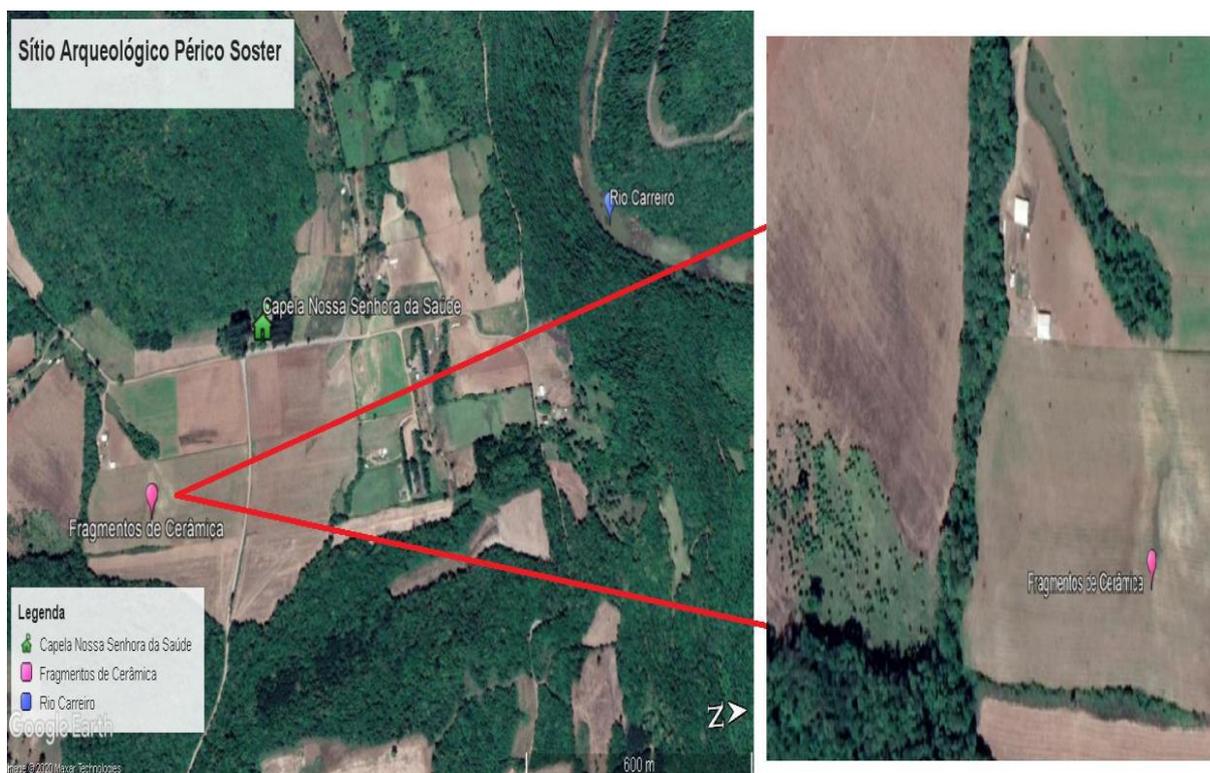


Figura 2: Artefatos líticos e cerâmicos.

Fonte: Acervo da autora

Como pode ser observado, cada um dos fragmentos possui características divergentes, tanto pela coloração variante, quanto pelos métodos utilizados para a decoração externa. Isso nos leva a crer que cada fragmento pertence a um tipo de vasilha. Dentre as técnicas decorativas, temos o corrugado, ungulado, escovado, acabamento simples e lineado, características fortes da ocupação guarani no Sítio Arqueológico.

Já o Sítio Arqueológico identificado na propriedade de Périco Soster possui características semelhantes às da propriedade Falenski, as quais são bem retratadas nas imagens obtidas via satélite (mapa 3).



Mapa 3: Sítio Arqueológico Périco Soster.

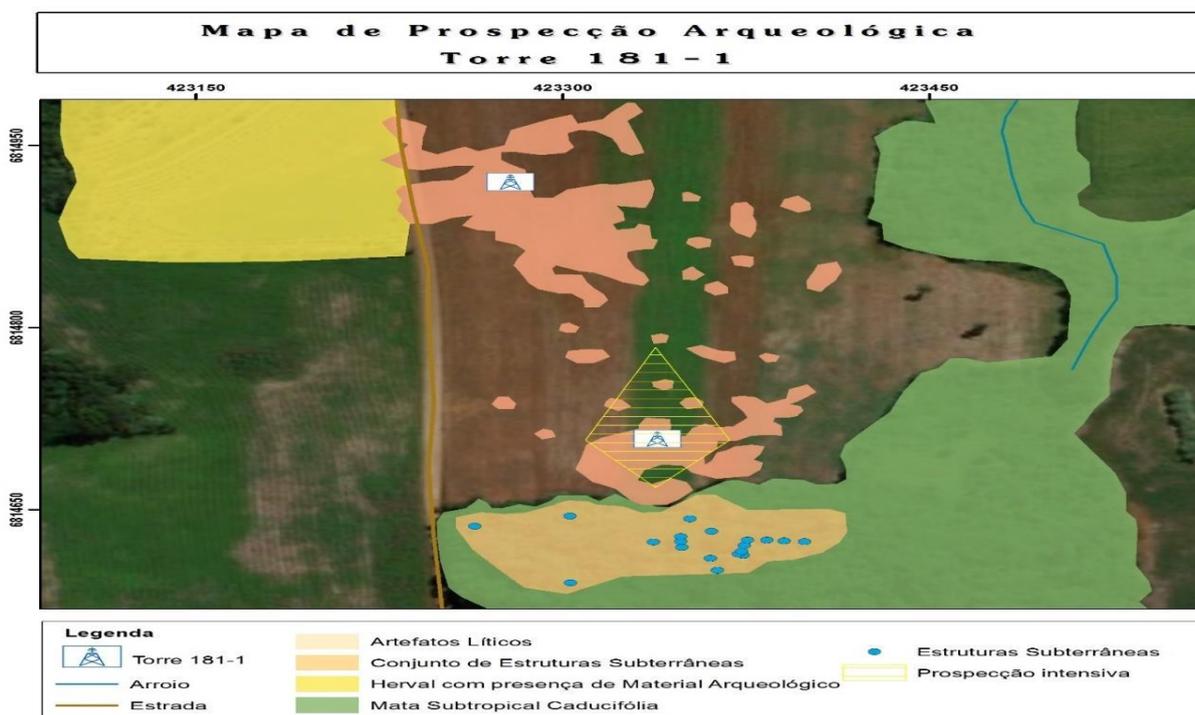
Fonte: Acervo da autora.

Localizado na Comunidade Nossa Senhora da Saúde, foram relatados remanescentes indígenas em uma curta distância do Rio Carreiro. Apresenta um determinado declive no terreno e, a poucos metros na direção Sul do mapa, onde a região é um pouco mais aplanada – o que facilitaria o estabelecimento das construções –, percebe-se uma coloração mais escurecida se comparada às demais áreas próximas, uma característica que pode sugerir a ocupação humana de longa data, que resultou nesta particularidade. Nesse quesito, “a disposição do solo escuro [e] a distribuição de material arqueológico [...] sugerem ter existido uma área central de circulação, que permaneceu em uso durante todo o período de ocupação do sítio” (GUAPINDAIA; FONSECA, 2013, p. 667).

Sobre esses remanescentes, a comunidade afirmou que existia uma panela de barro, que havia sido construída pelos indígenas sobre uma vertente de água, de modo que essa panela ficava sempre presa/enterrada no chão, fazendo com que a água nascesse em seu interior. Ela era redonda e possuía em torno de 40 centímetros, sendo decorada na parte externa com desenhos que lembravam “ondas”. Acredita-se que a decoração variava entre corrugado e unglado. Hoje, a fonte foi drenada e, com isso, a panela ficou entre os escombros da obra e acabou sendo enterrada. Pode-se perceber no mapa anterior, onde fora demarcada a localidade da então “panela de bugre”, que ainda existem sinais perceptíveis do local onde era o pequeno matagal que resguardava a fonte, que foi derrubado para abrir espaço para a plantação de soja e de milho.

Assim sendo e concluindo essa etapa, acredita-se que o grupo indígena que habitou a atual propriedade da família Falenski e da família Soster pertence ao grupo étnico Guarani. Os fatores que nos levam a essa conclusão são as particularidades do terreno; a proximidade de um grande afluente, o Rio Carreiro; e as técnicas decorativas presentes nos fragmentos de cerâmica, que é o fator que mais determina a definição de um grupo humano.

O único registro e resgate de bens arqueológicos de que se tem informação no município de Vista Alegre do Prata, cadastrado no IPHAN, foi realizado durante a obra de transmissão de energia elétrica que percorre os 3 estados do Sul brasileiro: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, perpassando com a linha de transmissão por vários municípios. O trabalho de análise de superfície e subsuperfície foi realizado pela equipe Núcleo de Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por arqueólogos e estudantes de outras instituições. Copé afirma que fora identificado no município de Vista Alegre do Prata “um conjunto de 22 estruturas semissubterrâneas com possibilidade de mais cinco, entre os locais das Torres 181-1 e 181-2. Foram realizadas intervenções em quatro das estruturas e recuperados fragmentos cerâmicos e material lítico da Tradição Taquara-Itararé” (2016, p. 6).



Mapa 4: Prospecção intensiva.

Fonte: IPHAN (2012, p. 4).

A localidade das Torres de transmissão elétrica está, hodiernamente, em meio a uma plantação de milho e de pastagem para o gado. Assim sendo, as atividades agrícolas realizadas durante os anos facilitaram a dispersão e dano dos artefatos, sem contar que cooperaram para a deterioração das formas habitacionais que existiam no período pré-colonial.

Sobre as casas subterrâneas, Copé afirma que “os resultados das diversas intervenções nas estruturas semissubterrâneas do Sítio revelavam material cerâmico e lítico típico da tradição Taquara-Itararé, além das próprias estruturas arquitetônicas” (2016, p. 98). Constam também materiais orgânicos, como bambu, ossos e conchas, que permitem a realização da análise de carbono, objetivando a datação aproximada da ocupação da localidade.

A cerâmica Itararé-Taquara é caracterizada pelo pequeno volume e fina espessura. Beber a define “como pequena, de paredes finas, sem decoração ou restringindo-se a um engobo vermelho ou cinza e preto. Em alguns casos [...] caracterizando-se como unglados, ponteados, incisos, carimbados” (2004, p. 66). Quanto aos artefatos líticos (figura 3) identificados no Sítio Arqueológico, são 311 peças pertencentes à Tradição Taquara-Itararé, cujos objetos mais representativos são “as mãos de pilão, lâminas de machado lascadas ou polidas, geralmente em formato petalóide, talhadores, raspadores e lascas” (PARELLADA, 2008, p. 101), como bem representa a imagem abaixo.

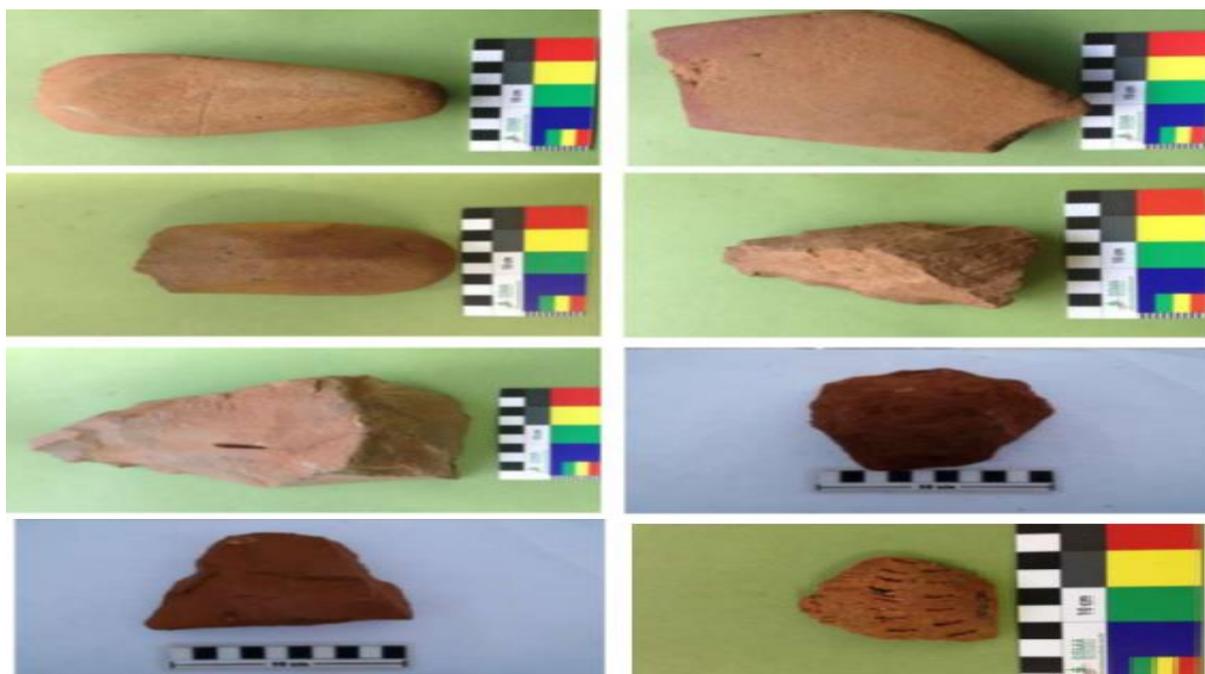


Figura 3: Artefatos identificados entre as Torres.
Fonte: IPHAN (2013, p. 6-7).

Embora a população vista-alegrense, em sua maioria esmagadora, desconheça a presença indígena na localidade, percebe-se a importância de se preservar o patrimônio histórico e cultural pré-colonial através de alternativas educacionais que visem abranger toda a população. A história do imigrante não deve ser entendida como um fator isolado, nem o processo de formação político-administrativa de um município, para que um povo conheça sua história, deve-se resgatá-la ainda nas raízes pré-coloniais.

Conclusão

Averiguar a história de Vista Alegre do Prata significa entender parte do processo de ocupação humana no estado do Rio Grande do Sul no período Pré-Colonial, bem como compreender o funcionamento da política de ocupação do território, os processos migratórios europeus e estabelecimentos das primeiras Colônias e seus tantos distritos, em que cada um possui sua história, que em muito se assemelha à do município em análise.

Por anos buscou-se “passar uma borracha” sobre a história e a cultura dos indígenas, apagá-los como se nunca tivessem existido. Esse fato é caracterizado como uma espécie de “negação da presença indígena, utilizada como forma de legitimar a conquista territorial” (AMPARO, 2014, p. 45). Como consequência, muito do que se tinha dos indígenas foi perdido ou destruído devido aos processos agrícolas enfrentados pelo ambiente em estudo ao longo do tempo. E o que não se perdeu simplesmente não possui valor significativo para a comunidade, visto que muitos desconhecem a história que antecedeu os imigrantes colonizadores.

Vista Alegre do Prata é um município pequeno, porém possui uma bagagem histórica que merece ser reconhecida, não apenas pela comunidade que o forma, mas por toda a região, já que se percebe que os estudos arqueológicos e históricos nem sempre privilegiam locais com as características do município em análise. O dever de preservar o patrimônio histórico e cultural é de competência da sociedade civil, mas, além dela, cabe de igual forma ao poder dirigente de cada Estado e Município a tarefa de zelar pela sua proteção e manutenção.

Referências

- AMPARO, Sandoval dos Santos. **Sobre a organização espacial dos Kaingang**: uma sociedade indígena Jê meridional. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
- BEBER, Marcus Vinicius. **O sistema de assentamentos dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara-Itararé**. Tese de Doutorado em Estudos históricos latino-americanos. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2004.
- BROCHADO; José Proeza; MONTICELI, Gislene. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica guarani a partir dos fragmentos. **Estudos Ibero-Americanos**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 107-118, dez. 1994.
- CARRINHO, Rosana Guedes. **Habitação de interesse social em aldeias indígenas**: uma abordagem sobre o ambiente construído MBYÁ-Guarani no litoral de Santa Catarina. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

COPÉ, Sílvia Moehlecke (coord.). **Relação dos Sítios Arqueológicos na LT 525 kV Salto Santiago – Itá – Nova Santa Rita**. [Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul]. Rio Grande do Sul. Relatório. Porto Alegre, 2017.

COPÉ, Sílvia Moehlecke (coord.). **Relatório da Prospecção Intensiva na ADA – AIA LT 525 Salto Santiago – Itá – Santa Rita Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul**. Relatório. Porto Alegre, 2016.

DETOGNI, Gilmar Antônio. **A travessia: a construção da ponte do Rio das Antas 1942 – 1952**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo fundo, 2006.

DIAS, Jeferson Luciano Zuch. **A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingáng**. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, 2004.

GUAPINDAIA, Vera Lucia Calandrini; FONSECA, João Aires da. Metodologia de delimitação no sítio arqueológico Cipoal do Araticum na região do rio Trombetas, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 8, n. 3, p. 657-673, set.-dez. 2013.

KERN, Arno Alvarez. Antecedentes Indígenas: problemáticas teórico-metodológicas das sínteses sobre a pré-história regional. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 8, p. 15-24, 1998.

KOLLING, Lieli Coelho. **Abrigos subterrâneos e vestígios da história antiga em Novo Barreiro/RS**. 2020. Trabalho de Conclusão de curso (Especialização em História). Curso de Graduação em História, Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2020.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. UPF Editora: Passo Fundo, 2010.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. História e cultura indígena na sala de aula. **Revista Latino- Americana de História**. São Leopoldo, vol. 2, n. 6, p. 150-170, ago. 2013.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872 – 2000. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho: da Revolução Industrial aos nossos dias. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, p. 84-96, fev. de 2004.

PARELLADA, Claudia Inês. Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu paranaense. **Revista de Arqueologia**. Curitiba, v. 21, p. 97-111, 2008.

PASTRE, Natan Ferrari. O contato, o contexto e as representações: o indígena e o imigrante europeu no Rio Grande do Sul do século XIX. **Anais do Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, jul. 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945018_263faba3f8c0ff999be0fee77ffc7f7c.pdf. Acesso em 17 de abril de 2020.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. **Pré-história no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa. 2. ed. 2006.

SOARES, André Luís R. **Organização Sócio-Política Guarani: aportes para a investigação arqueológica**. 1996. dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Área de Concentração em Arqueologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, agosto de 1996.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VICROSKI, Fabrício José Nazzari (org.). Curso de extensão semipresencial. **Técnicas de laboratório em arqueologia procedimentos básicos para conservação de acervos**. Material de apoio. Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2012.

Parte 4 – Migrações, religiões e religiosidades

OS DOCUMENTOS DA IGREJA – CINCO ALTO DA BOA VISTA

Henrique Bondan Rampazzo¹¹

O presente artigo faz parte de uma pesquisa maior, intitulada *A Igreja de São João da Cruz e sua importância na comunidade de Cinco Alto da Boa Vista*, apresentada como trabalho de conclusão do autor para o curso de Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul, em 2019. O tema da pesquisa consistiu na importância da igreja de São João da Cruz para a comunidade do Cinco Alto da Boa Vista, localidade de descendentes de colonos italianos, pertencente ao município de Carlos Barbosa, Rio Grande do Sul. Nela, visando à delimitação da relevância do edifício para a comunidade, e da igreja para as antigas colônias italianas de forma geral, foi utilizada uma metodologia pensada a partir dos pressupostos da História Local e da Micro-História, valendo-se de um método de pesquisa qualitativo e exploratório-descritivo, por meio da consulta a fontes escritas, como as pesquisas já realizadas sobre Carlos Barbosa, os jornais municipais, ou os livros-tombo da paróquia, bem como relatos orais para responder a seus objetivos.

O segundo capítulo da pesquisa, aqui revisitado e atualizado em forma de artigo, “Os Documentos da Igreja – Cinco Alto da Boa Vista”, analisa as informações presentes nos livros tomo das paróquias às quais a comunidade pertenceu, valendo-se dos preceitos da micro-história e da história local, com uma aproximação à história cultural. As informações foram parte fundamental da coleta de informações acerca da história da localidade, mas a abundância de informações nos registros fez necessário um recorte, sendo que o trabalho procurou focar sua atenção apenas em questões onde a igreja de São João da Cruz ou sua paróquia atual, Arcoverde, tivessem destaque. Dentre essas, pode-se citar, por exemplo, os principais eventos laicos e os maiores acontecimentos religiosos até por volta de 1979, as estatísticas acerca do número de fiéis, os nomes relacionados à manutenção da paróquia, a história da criação da capela e da paróquia, e as visitas pastorais e missões ocorridas na região.

A análise realizada partiu de uma coleta básica de informações nas fontes primárias físicas, os livros-tombo, generosamente disponibilizados pela administração da maior parte das paróquias envolvidas, especialmente a de Arcoverde-Nossa Senhora das Graças. A escolha e interpretação de tais fontes, por sua vez, seguiu, como dito acima, os padrões da

¹¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História - Universidade de Caxias do Sul.

história local e da micro-história, ancorando-se em autores como Carlo Ginzburg (2006), e fazendo uma aproximação com a abordagem da história cultural, presente nas obras de autores como Roger Chartier (2007). Para a complementação de algumas lacunas, a pesquisa utilizou obras de historiadores da região, Scaratti (2018) e Migot (1989; 2008), assim como historiadores da religião e da imigração italiana, como Beneduzi (2008), embora suas contribuições não sejam tão prevalentes no que diz respeito ao tema em pauta especificamente.

Ao analisar as informações presentes nos livros-tombo, conclui-se que a comunidade manteve, desde seu primórdio, uma relação estreita com a capela e a religião, estruturando seus principais eventos ao redor dessa, mesmo quando se levando em conta aqueles laicos, visto a presença do padre na inauguração do campo de futebol local; ainda, a importância em outras comunidades figura quando se percebe a vinda de pessoas dos arredores para as missas e festejos na igreja. Apesar do cuidado necessário na análise dos documentos e da parcialidade dos escritores, que geraram discrepâncias quando foram entrevistados os habitantes do Cinco Alto durante a pesquisa original, de forma geral, a trajetória histórica da capela parece alinhar-se com as falas dos locais, reiterando a importância da capela e da paróquia para a comunidade. Para uma análise mais aprofundada das outras fontes, recomenda-se buscar a pesquisa original no repositório da Universidade de Caxias do Sul.

Os Documentos da Igreja

Beneduzi (2008) afirma que a “constituição de uma paróquia e freguesia trazia vantagens fundamentais para o imigrante italiano: a possibilidade de manter um sacário permanente na comunidade transformava a igreja em um lugar especial, como na Itália”.

A capela de São João da Cruz, também grafada como *San Giovanni dela Croce* nos registros mais antigos, foi edificada por volta do ano de 1900, segundo o primeiro livro tomo de Arcoverde¹². Em visita pastoral no ano de 1958, Dom Benedito Zorzi, então bispo de Caxias do Sul, descreve a igreja como bem antiga, feita de material. Apesar disso, Migot (1989) fornece informações acerca do local que precedem a construção da capela. Segundo ele, uma capela de madeira existia na localidade antes da construção da igreja atual, havendo a autorização para benzer uma imagem para a capela, já com o nome de São João da Cruz, procedente da paróquia de Garibaldi. Infelizmente, não foi possível analisar os livros da

¹² O livro referido acima abrange o período da criação da paróquia da comunidade de Arcoverde, por volta de 1958, até 1990; ele está disponível na sede da paróquia de Carlos Barbosa.

paróquia de Garibaldi para maiores informações acerca do tempo em que ela esteve sob o julgo desta paróquia.

Contudo, informações adquiridas com a ajuda da paróquia de São Lourenço Mártir de Coronel Pilar demonstram que a igreja foi, após sua construção, parte integrante da paróquia ao menos no período de 1915 e 1916, sendo que Scaratti (2018) afirma estar desde 1889. No livro tomo¹³ paroquial encontram-se os nomes dos fabriqueiros responsáveis pela festa de Ano Novo de 1915, bem como a autorização diocesana para benzer uma imagem de São Valentim Mártir para a capela, que, ainda hoje, tem sua festa na localidade do Cinco Alto da Boa Vista. Curiosamente, apesar da formação da paróquia de Carlos Barbosa no final da década de 1940, encontra-se no primeiro livro tomo¹⁴ de Nossa Senhora das Graças de Carlos Barbosa, entre as páginas 25 e 27, um relato de Dom Benedito Zorzi em visita pastoral, que realizava com frequência à região, falando sobre a capela de São João, mas indicando sua procedência como sendo da jurisdição de Coronel Pilar.

Com as informações que foram possíveis reunir, pode-se afirmar que a capela foi construída no ano de 1900, no lote número cinco da localidade que, a partir desse momento, adquiriu o nome que guarda até hoje. Scaratti (2018) afirma que sua construção é de pedra basáltica, e traz informações adicionais a respeito dos livros-tomo¹⁵ de Coronel Pilar e dos jornais da época. Segundo suas palavras:

De acordo com notícia publicada no jornal *Il Colono Italiano*, a atual capela do Cinco da Boa Vista foi benta em 29 de julho de 1912, pelo padre Nicola Muotri de Coronel Pilar, que também benzeu a imagem do padroeiro São João da Cruz. (SCARATTI, 2018, p. 169).

Disserta, ainda, sobre a benção do novo altar, em 1920, segundo o jornal “*La Staffetta Riograndense*”. Migot (1989), por sua vez, traz maiores informações acerca do local específico onde a igreja foi construída e de seus habitantes. Não fica exatamente claro se a capela de madeira anterior à atual estava localizada no mesmo lote, porém parece provável, considerando que sua denominação e padroeiros permaneceram inalterados após a construção da capela de material. Segundo o autor:

Lote nº 5 da Ala Norte: “Bortolo Gritti, sua mulher Luigia e os filhos Palmira, Battista, Angelo, José e Maximiana; Vincenzo Felch e família: Paolo Barcella, sua

¹³ O livro referido é aquele da comunidade de Coronel Pilar, presente na sede da paróquia do município de mesmo nome. Infelizmente, não foi possível avaliar sua data de início e de encerramento.

¹⁴ O livro referido trata sobre a paróquia de Nossa Senhora das Graças da comunidade de Carlos Barbosa, com a primeira data sendo de 1948 indo até os anos sessenta.

¹⁵ Primeiro livro tomo de Coronel Pilar.

mulher Marianna e seus filhos João e Francisco; Giuseppe Tressoldi; Iseo Cendron; Adolfo Merlini e Margarida Toldo. Este lote rural é aquele em que está localizada a igreja de São João da Cruz. (MIGOT, 1989, p. 481).

Devido à escassez de informações antes do ano de 1948 e a fundação da paróquia de Nossa Senhora das Graças de Carlos Barbosa, sendo esta desmembrada daquela de São Pedro de Garibaldi, não é possível entrar em detalhes acerca da procedência do material de sua construção por fontes escritas. Igualmente, ficam nebulosos os períodos de administração oficial da paróquia. De acordo com Scaratti (2018), a capela pertencia ao curato, e depois à paróquia de São Lourenço de Coronel Pilar desde 1889, tornando-se o curato de Boa Vista em 1914, mas permanecendo sem padre por um longo tempo, vindo a fazer parte da paróquia de Arcoverde em 1959. Migot (1989) corrobora essa afirmação ao expor um abaixo-assinado feito pela comunidade ao vigário de Coronel Pilar em 1921, onde os moradores requisitavam fazer parte da “Praça de Nossa Senhora das Graças”, embora, na transcrição do documento, conste a denominação Boa Vista de Garibaldi.

O período seguinte é turvo e confuso, mas a localidade volta a aparecer no primeiro livro tomo¹⁶ da paróquia de Nossa Senhora das Graças de Carlos Barbosa, ainda nas primeiras páginas, onde o vigário escreveu acerca do limite da nova paróquia, sendo que aparece dentro dela, em 1948, a localidade de Boa Vista. Aparentemente, tanto em âmbito religioso como jurídico, a localidade pertencia à paróquia de São Pedro de Garibaldi, momento em que se separou para unir-se à nova paróquia, em Carlos Barbosa. Em decorrência da falta de confirmação documental, pode-se apenas supor que a localidade deixou de pertencer a São Lourenço de Coronel Pilar em algum momento entre 1924, quando Migot (1989) faz sua última anotação acerca de Coronel Pilar e o Cinco da Boa Vista, e 1948, quando ela se desmembra de Garibaldi e une-se a Carlos Barbosa. Deve-se, ainda, atentar às tentativas de “independência” anteriores, como aquela de 1921, com o envio do documento requisitando a mudança de centro paroquial.

A partir de 1948, a documentação acerca da Linha Boa Vista, tanto da localidade do Cinco Alto quanto do Cinco Baixo e de Arcoverde, encontra-se no primeiro e segundo livros-tomo¹⁷ de Carlos Barbosa. Apenas em 1958, quando da criação da paróquia de Arcoverde e o termo de abertura do novo livro tomo¹⁸, atualmente também guarnecido na paróquia da Nossa Senhora das Graças por uma medida de facilitação organizacional, é que a

¹⁶ Primeiro livro tomo de Carlos Barbosa.

¹⁷ Ambos referentes à paróquia de Carlos Barbosa, presentes na sede paroquial ao lado da igreja matriz, o segundo abrangendo da década de 1960 até a década de 1990.

¹⁸ Segundo livro tomo de Arcoverde, abrangendo de 1989 até o presente momento, guardado na sede paroquial de Carlos Barbosa.

documentação será transferida à jurisdição da nova paróquia. Felizmente, há ampla informação acerca desse período, e dados, inclusive numéricos, são abundantes. Para fornecer uma melhor compreensão da comunidade local, que está hoje ligada à paróquia de Arcoverde, também serão descritas as informações mais relevantes acerca desta.

Na quarta página do livro toambo¹⁹ da paróquia de Nossa Senhora das Graças de Carlos Barbosa foi feito um registro acerca de santas-missões realizadas por padres franciscanos oriundos de Florianópolis que passaram por Boa Vista entre 18 e 25 de setembro. O relato de missões torna-se frequente e comum na região conforme o tempo discorre. Por exemplo, na página seis, é anotado o verbete “santas-missões católicas entre os pagãos”. Na mesma página, é informado que, entre 10 e 16 de abril, um padre capuchinho atendeu à comunidade, havendo diversas confissões e comunhões. Ainda, no verso dessa página, fala-se sobre a Festa do Corpo de Deus, em 16 de julho, com a participação de membros de toda a paróquia, incluindo membros da sociedade do Apostolado do Coração.

As festas também são bem recordadas, em conjunto com as comunhões. Na nona página do livro toambo²⁰, resguardando a festa de Natal, é descrita uma grande celebração, com o auxílio de um sacerdote passionista que realizou cerca de 300 comunhões. Na missa das sete horas do dia de Natal, especificamente em Boa Vista, houve a primeira comunhão das crianças, com 27 neocomungantes e 36 comunhões solenes. No entanto, apesar do “sucesso” das festas na localidade, na página 10, é demarcada a falta de cooperação e comparecimento na festa de Nossa Senhora Mãe de Deus por parte das capelas de Boa Vista, Arroio Canoas e Linha Müller.

Em relação ao atendimento aos falecidos, pode-se encontrar na página 13 uma anotação acerca do dia de finados; com a ajuda de dois padres visitantes, as capelas de Boa Vista e Arroio Canoas foram atendidas de modo bem-sucedido, o que também evidencia a importância dos padres voluntários e de fora da comunidade nos dias santos e na administração dos sacramentos. Exemplo deste é encontrado na página 15, onde, nas primeiras sextas-feiras de maio de 1950, foram realizadas 346 comunhões em Arcoverde; o largo número de confissões na mesma localidade, no dia de Finados de 1951, foi encontrado no verso da página 17; e na Páscoa de 1952, em 13 de abril, foi necessária a ajuda do cônego Roque, dos lateranenses de Santa Lúcia do Piauí, para a realização das celebrações, informação presente no verso da página 19. Há também um aparte escrito na página 21 sobre a posse de Dom Benedito Zorzi como novo bispo diocesano em 1952.

¹⁹ Primeiro livro toambo de Carlos Barbosa.

²⁰ Primeiro livro toambo de Carlos Barbosa.

Ainda sobre Arcoverde e região, há um relato, na página 22, acerca do dia de finados de 1952, com confissões e comunhões. Estas últimas foram realizadas em 23 de novembro, em Arcoverde, pelo padre Aleixo, com 78 neocomungantes e 38 comunhões solenes. Na mesma página, encontra-se registro sobre a visita do acima mencionado bispo, em 15 de dezembro do mesmo ano. No entanto, a visita do bispo com maior detalhamento é aquela presente no verso da página 25 até a página 27, ocorrida entre 10 e 14 de outubro, precisamente no dia 14. Esta passagem também é a fonte onde o bispo fala acerca do pertencimento da localidade à paróquia de Coronel Pilar, embora essa informação não se repita. Ainda sobre a visita pastoral do bispo, é apresentado um quadro com as crismas da região, cujos dados seguem da seguinte maneira:

Matriz	321 meninos	319 meninas
Linha Müller	64	44
São Silvestre	97	58
Torino	30	30
A. Canoas	113	106
Arcoverde	158	150
Subtotal	783	706
Total	1489	

É provável que os dados relativos a São João da Cruz e, de um modo geral, de toda Linha Boa Vista, estejam inclusos em Arcoverde, como diversas vezes acontece, uma vez que as comunidades estavam intimamente ligadas umas às outras. Na página 28, há o registro acerca da Semana Santa de 1954, com mais de 2000 comunhões entre a sede e Arcoverde, desta vez englobando todas as comunidades ao redor de Arcoverde. A mesma aglutinação é informada no verso da página 29, com a visita de Nossa Senhora de Caravaggio, onde foram registradas mais de 3000 comunhões entre a sede e Arcoverde, muito provavelmente com as localidades limítrofes inclusas.

Na página 31 há outro exemplo das santas-missões, desta vez pregadas por quatro padres passionistas de nomes Eugenio, José, Romualdo e Norberto. Entre 10 e 15 de maio, eles pregaram especialmente em Arcoverde e em Arroio Canoas, com comparecimento de 113 moças, 192 senhoras, 93 moços, 145 homens e 320 crianças em Arcoverde. No verso dessa página também é possível encontrar os dados referentes à primeira comunhão especificamente em Arcoverde, em 23 de outubro, com 77 neocomungantes e 76 comunhões solenes.

Em 1956, informação presente no verso da página 33 do livro tomo²¹ da paróquia de Nossa Senhora da Mãe de Deus de Carlos Barbosa, aparece pela primeira vez a menção de organizar a nova paróquia de Arcoverde, cuja localidade antes pertencia a Carlos Barbosa e, em alguns casos, embora o nome específico de Boa Vista não seja citado, a Coronel Pilar. O padre Pedro Piccoli é destacado para tal tarefa e, em 22 de janeiro, o povo da localidade realizou uma farta festividade em honra à nova paróquia. Como ela estava por ser organizada para se separar e configurar-se na atual paróquia de Arcoverde, foi feito um quadro comparativo das comunhões e das confissões entre 1949 e 1955 na região que se tornaria a nova paróquia.

	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
Confissões	2130	2044	3940	2810	2148	2126	2449
Comunhões	2383	2387	4272	3062	2341	2421	3010

A partir do quadro, pode-se perceber a importância da comunidade de Arcoverde como aglutinadora das igrejas vizinhas, inclusa aqui a Linha Boa Vista e, em específico, o Cinco Alto. Também se pode notar um aumento significativo, em 1951, de confissões e comunhões, mas nenhuma explicação posterior é referida sobre o assunto. De fato, a partir desse momento, os registros cessam e tratam apenas de formalidades. Por exemplo, na página 37, em 1957, o vigário de Nossa Senhora das Graças de Carlos Barbosa anota a participação de cerca de 50 membros da paróquia de Arcoverde na comunhão sediada na igreja matriz de Nossa Senhora das Graças.

Outro exemplo é na página 39, onde é escrito que, em 1958, o padre Pedro Piccoli, de Arcoverde, foi cegado pelo sol e bateu contra um caminhão de forma violenta, embora tenha sido socorrido e levado ao hospital e, em 1959, com a informação deste relato presente na página 45, ele esteve presente na criação do município de Carlos Barbosa. A partir de então, como já mencionado acima, é dado o termo de abertura do livro tomo²² número 1 de Arcoverde, em 1958, e os registros acerca dos acontecimentos religiosos locais passam formalmente para a jurisdição da nova paróquia.

As primeiras páginas do novo livro são pouco elucidativas e não seguem uma ordem cronológica específica. O verso da segunda página fala novamente da visita pastoral, em 1958, de Dom Benedito Zorzi, retomando a descrição da capela de São João da Cruz, e

²¹ Primeiro livro tomo de Carlos Barbosa.

²² Primeiro livro tomo de Arcoverde.

adicionando algumas informações, como a crisma de 250 crianças, a realização de 235 comunhões, a existência de um grupo escolar rural com 70 alunos, a presença do cemitério que, de acordo com Migot (1989), era inicialmente parte do Cinco Baixo da Boa Vista, e o nome do padre que celebrou os sacramentos na localidade, chamado de Eugênio. No entanto, no verso da terceira página, retoma-se a data de 1956 e o envio do padre Piccoli para a organização da nova paróquia de Arcoverde, ainda que explicitando melhor seus limites. Para melhor entendimento dos limites da nova paróquia, foram os seguintes locais mencionados: Arcoverde, São Rafael, Imaculada de Castro, São João da Cruz, Santo Antônio, São Miguel, Nossa Senhora dos Navegantes e Cafundó. Esta última, segundo o livro, estava em estado provisório e viria a ser atendida por Poço das Antas.

Após essas informações, o livro tombo²³ continua com as anotações relativas à história religiosa local. Na página cinco estão presentes relatos sobre a fé das comunidades, com destaque às crianças de São João da Cruz e Santo Antônio que, segundo o pároco, sabiam muito bem o catecismo. No verso da mesma página são dadas informações acerca de outras missões pregadas entre o final de dezembro e o começo de janeiro de 1960. Essas Santas Missões Populares foram realizadas na sede de Arcoverde, em São João da Cruz e em Nossa Senhora dos Navegantes, pregadas pelos padres Pedro Rizzon e João Menegusso, com resultado excelente, havendo três pessoas na sede que não aceitaram as missões: um espiritualista, um ateu e uma “blasfemadora”. Uma quarta pessoa é mencionada em São João da Cruz, porém maiores detalhes não são dados. Na sexta página, por sua vez, é demonstrada a importância da religião à comunidade. Seu lugar central na vida do descendente da imigração italiana, já evidenciada anteriormente no trabalho, é demonstrado pela má impressão que causou um casal de professores que foram à missa e comungaram sem realizar a confissão.

Nesse aspecto, Scarpim (2017, p. 159) elucida que “os imigrantes contribuiriam para a renovação do catolicismo brasileiro, pois espalhariam o modelo romanizado que pregava uma rígida observância dos valores morais, das práticas sacramentais e da ênfase na confissão e no catecismo”, conforme se verifica na observação dos livros-tombo aqui citados.

No verso da mesma página mencionada anteriormente há a ata de instalação da nova paróquia de Arcoverde, com a posse do novo pároco em 06 de março de 1960, na presença do bispo de Caxias do Sul, Dom Benedito Zorzi. Como dito acima, Pedro Faustino Piccoli foi o primeiro pároco da localidade. Nova visita do bispo é relatada nas páginas 17 e 18, entre 21 e 23 de maio de 1963, sendo que visitou, em primeiro lugar, São João da Cruz, onde foi

²³ Primeiro livro tombo de Arcoverde.

recebido festivamente pelo povo e onde foi conferida a crisma de 252 crianças. Ainda em relação à diocese, na página 19, pode-se encontrar o balanço das coletas destinadas às obras diocesanas, com cerca de 3750 cruzeiros em São João da Cruz, 2500 em Arroio Canoas e 7900 em Arcoverde, com marcação do professor religioso nas capelas novas ou reformadas, onde é inclusa a presença de São João da Cruz, com a datação de 23 de maio de 1963.

A reforma acima referida, por sua vez, aconteceu em 1962, segundo Scaratti (2018), que encontra amparo no registro de Egydio André Zamboni, então pároco de Arcoverde. A igreja passou por algumas mudanças ao longo de sua existência, como demonstra o jornal “Correio Riograndense” em reportagem de 30 de novembro de 1949, onde é anunciada a festa para a celebração da bênção da nova torre e de seus três sinos, porém a primeira grande reforma é a de 1962 em que, apesar de o pároco haver usado o termo restauro, na verdade, aconteceu a reforma da Igreja, sendo que ela é pintada e rebocada por dentro e por fora.

Ainda entre 1962 e 1963, de acordo com Scaratti (2018), foi erigido o salão da comunidade ao lado da capela, que passaria por melhorias e reformas. No primeiro livro tomo²⁴ de Arcoverde, na página 26, com datação de 1966, o salão é oficialmente bento, e as dimensões de dezoito metros quadrados por vinte e cinco são mencionadas, assim como o número de famílias representadas na sociedade, contadas em 140, que, segundo os relatos do pároco, realizaram a obra em curto tempo. A saudação “bravos bergamaschi” também aparece, fazendo referência à origem da maior parte dos imigrantes, da cidade de Bérghamo, na Itália.



Figura 1: Capela em 1962.
Fonte: Acervo de Senir Scaratti.

²⁴ Primeiro livro tomo de Arcoverde.

Apesar dos elogios, na página 27, ainda tratando de 1966, o pároco anota que, por conta do ano “magro e pobre” das más colheitas, dos preços de miséria e da demora nos pagamentos da safra, a população encontrava-se desanimada, desesperada, amarga, com tristeza generalizada, e notava uma tendência à falta de vontade de trabalhar e aos hábitos da bebida e da blasfêmia. Mais comentários acerca da comunidade naquele ano não são realizados e a próxima anotação relevante é do verso da página 33, marcando o termo de visita Pastoral de Dom Benedito Zorzi entre 13 e 16 de setembro de 1968, dois anos depois, com a presença do padre Ernesto Sbrissa, de Bento Gonçalves. Em relação a essa visita, na página seguinte, a escrita é direcionada a São João da Cruz, onde houve a recepção dos membros da comitiva, seguida de um almoço e, à tarde, uma celebração reunindo a comunidade da capela, ministrada pelo padre Sbrissa, com 260 comunhões e o encerramento de outra visita pastoral.

Em 1970, na página de número 41, o vigário substituto, padre Guilherme Postal, anotou a realização de missas no interior do município e sua passagem pela capela de São João da Cruz, ao que segue o aposto da localidade, chamada Cinco da Boa Vista, sem distinção entre baixo e alto, ficando a contexto da capela a distinção entre as comunidades. No mesmo ano, anotado na página 44, verifica-se que houve a Bênção dos Ramos, no Domingo de Ramos, na capela do Cinco Alto da Boa Vista, em que o padre Jacó Melz realizou a celebração e compareceram os membros da comunidade de Santo Antônio do Quinze, o que demonstra a importância do evento que precedeu a Páscoa.

Um momento marcante na história paroquial que, embora não seja diretamente ligado a São João da Cruz, merece presença no trabalho por tratar-se de grande celebração na sede paroquial, foi a inauguração da Igreja de Nossa Senhora das Graças, em Arcoverde, com a presença de Dom Benedito Zorzi, outros doze sacerdotes, deputados e o governador do estado à época, Euclides Triches. Igualmente em Arcoverde houve a inauguração do clube regional de futebol, em 1972, anotação encontrada na página 58; e, no mesmo ano, a ordenação do sacerdote Diácono Danilo Bridi, seguida da festa do Menino Jesus e a bênção do primeiro ano da nova igreja de Arcoverde, anotações essas encontradas na página 62.

Outros fatos dignos de nota envolvem as missas do padre Emiliano, capuchinho, que passava esporadicamente em São João (anotação da página 58); o falecimento de Maria Piacentini, com 74 anos de idade, que, enferma há 59 anos, vivia em oração por todos (anotação da página 63); o falecimento de Lúcia Beló Perazzoli, em 1973, com 105 anos de idade, sendo uma das anciãs da comunidade paroquial (anotação da página 65); a visita

pastoral por parte da diocese, em 1974, com acompanhamento do pároco local, Guilherme Postal, do pároco de Carlos Barbosa, Adelino Schneider, e do pároco de Garibaldi, Reinaldo Pasinato; a inauguração do ambulatório em Arcoverde, no andar térreo do salão paroquial, em 1974, que visava ao atendimento da região (anotação da página 72); a instalação de um posto do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, na sede social do clube de Arcoverde, em 1979 (anotação da página 81); o falecimento do padre Pedro Faustino Piccoli, em Caxias do Sul, em 1980, primeiro vigário de Arcoverde (anotação da página 85); o falecimento do padre Guilherme Postal, em 1986, aos 73 anos de idade, também ex-vigário de Arcoverde (anotação da página 93); e duas visitas pastorais, uma de Dom Benedito Zorzi, em 1981, acompanhado da irmã do Imaculado Coração de Maria, Vitalina Lenzi (anotação da página 85); e uma de 1984, após a troca do bispo diocesano e ascensão de Dom Paulo Moretto ao cargo (anotação da página 90).

Quanto a São João da Cruz, poucas anotações são feitas a respeito da localidade até o final do livro tomo²⁵. No verso da página 69, há um atendimento à capela com 115 comunhões realizadas e uma coleta equivalente a 110.90 cruzeiros em 1974; em 1976, na página 77, está registrada a inauguração da Escola Municipal da Linha Cinco Baixa, seguida de bênção do local, com a presença do padre Guilherme Postal, dos prefeito e vice-prefeito e da delegada de Ensino, Leonora Filippin, na comunidade vizinha; na página 78, em 1976, há anotação acerca da visita do padre Jacó Melz a Boa Vista no sábado; e um aparte na página 86, em 1981, sobre o atendimento da capela, com a presença de 212 pessoas e 140 comunhões.

Além disso, o primeiro livro tomo²⁶ paroquial contém apenas dois outros acontecimentos dignos de nota por influenciarem a vida religiosa local; o primeiro sendo a primeira reunião para a construção da Capela de Nossa Senhora de Caravaggio, no Cinco da Boa Vista Baixo, em 1976, anotação no verso da página 78, o que demonstra uma maior independência das comunidades limítrofes em relação a São João. A bênção e a inauguração da capela foram realizadas em 26 de junho de 1977, com 77 crismas de jovens, povo numeroso e celebração realizada por D. Paulo Moretto (anotação da página 79). O segundo acontecimento foi a troca de padres, com a saída do Padre Guilherme Postal.

Na página 79, até o verso da página 82, existem os registros acerca da troca de párocos com a saída de Guilherme Postal em 1979. Por um tempo, a paróquia foi atendida por padres capuchinhos até que Dom Benedito Zorzi nomeasse um pároco permanente. O vigário

²⁵ Primeiro livro tomo de Arcoverde.

²⁶ Primeiro livro tomo de Arcoverde.

ecônomo, padre Artemio Soppelsa, visitou as capelas e tomou conhecimento da realidade paroquial durante a segunda metade do ano de 1979, agindo como interventor local em nome da Igreja até novembro, com a nomeação do padre Oscar Francisco Flach como vigário permanente da paróquia de Arcoverde²⁷.

Considerações

A partir da pesquisa realizada, página a página, dos livros-tombo, pode-se perceber presenças e ausências vitais para o entendimento da mentalidade paroquial e religiosa local. Conforme analisadas as informações, de forma geral em ordem cronológica, é possível observar diversos aspectos da vida local, desde eventos maiores, como a inauguração de um estádio de futebol, as visitas políticas ou as secas ocorridas, até a centralidade do núcleo religioso aos moradores, exemplificado pelas numerosas missões que visitavam o interior, bem como o número de sacerdotes, tanto vindos como advindos, do Cinco Alto, e os números de comunhões, crismas e atendentes de cada celebração religiosa.

Em consenso com os outros relatos coletados na pesquisa original, a capela de São João da Cruz é edifício central da história local e da construção identitária dos moradores, que a reformaram e, embora não seja abordado aqui por conta da restrição de tamanho do artigo em relação à massiva análise e extenso capítulo originalmente confeccionado, a restauraram. Isso contribui e concorda com as análises dos historiadores da imigração italiana acerca da profunda religiosidade do colono italiano e seus descendentes, normalmente centrado em volta do catolicismo.

Contudo, deve-se levar em conta outro aspecto dos livros; escritos pelos religiosos responsáveis pela administração paroquial local, estes já de certa forma parciais na escolha de sua escrita, os livros-tombo irão focar principalmente em Nossa Senhora das Graças, a paróquia sede de Carlos Barbosa, e em Arcoverde, tanto paróquia como sede do distrito onde se encontra a localidade do Cinco Alto da Boa Vista. Assim, percebemos que, apesar de figurar nos registros, ela não será tema central deles, e, apesar de ser de grande importância para os moradores, acabará por estar sujeita ao jugo de igrejas maiores nas redondezas.

Dessa forma, se se pode inferir sobre inúmeros aspectos do cotidiano, e especialmente do cotidiano religioso, apenas pela análise dos livros-tombo com suporte dos historiadores locais, ou seja, das fontes escritas, faz-se precisa a problematização das ausências desse

²⁷ Para maiores informações a respeito do clero de Arcoverde, ler Scaratti (2018, p. 174-175).

material. Ausências essas que podem ser respondidas e verificadas até certo ponto, pela aliança no trabalho com a História Oral.

Referências

BENEDUZI, Luis Fernando. **Imigração italiana e catolicismo**: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EdPUCRS, 2008.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MIGOT, Aldo Francisco. **Carlos Barbosa**: presente, primórdios e pioneiros. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2008.

MIGOT, Aldo Francisco. **História de Carlos Barbosa**. Carlos Barbosa: Prefeitura Municipal; Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EdUCS, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O corpo e a alma do mundo. A micro-história e a construção do passado. **História Unisinos**, v. 8, n. 10, p. 179-189, 2004.

SCARATTI, Senir Antonio. **Arco Verde e a Linha Boa Vista**. Carlos Barbosa: Ed. do Autor, 2018.

SCARPIM, Fábio Augusto. **O mais belo florão da Igreja: família e práticas de religiosidade em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – Paraná, 1937-1965)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **História local**. Sobral: INTA, 2016.

O ATENDIMENTO ITINERANTE METODISTA NA COLÔNIA ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL E A FORMAÇÃO DE NOVAS COMUNIDADES

Vicente Dalla Chiesa²⁸

Introdução

A Igreja Metodista estabelecida na colônia italiana da Serra Gaúcha a partir de 1887 teve que adaptar sua atividade pastoral às condições que encontrou na região. A itinerância no pastorado, instituição tradicional no metodismo americano, encontrou no Rio Grande do Sul novos desafios, em especial as dificuldades de transporte e locomoção em uma área de povoamento recente, e a dispersão da população - e, em consequência, da membresia -, pulverizada em pequenas propriedades rurais ocupadas essencialmente por unidades familiares.

O metodismo, que conhecia as condições espaciais e os grandes espaços do Oeste americano e seus *camp meetings*, necessitou de flexibilização para se amoldar à nova situação. Como resultado, os pastores metodistas, no Rio Grande do Sul, viveram realidades e deixaram relatos muito semelhantes aos que nos foram legados por sacerdotes católicos e pastores luteranos, em particular quanto aos seus deslocamentos pelas zonas rurais das regiões coloniais.

Com o passar do tempo, a mudança do perfil das comunidades de origem italiana também precisou ser assimilada pela Igreja Metodista. Foi necessário estender a atuação para as novas frentes de colonização, ampliando o espectro de atuação de cada circuito pastoral e, em especial, acompanhando e mesmo orientando a formação de novas comunidades. O objetivo do presente texto é analisar esse processo, centrado essencialmente no espectro temporal que vai da década de 1890 à década de 1910. Foi utilizada a metodologia da análise textual qualitativa.

²⁸ Grupo de Pesquisa da História do Metodismo no RS. Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista – IPA.

O atendimento itinerante no âmbito Metodista

Movimento reavivador ocorrido dentro da Igreja Anglicana em solo inglês a partir da primeira metade do século XVIII, o Metodismo centrou-se na figura e na atuação de John Wesley, clérigo da mesma denominação. Influenciado pelo pietismo alemão e, em particular, pela Igreja Morava, Wesley, mesmo sendo um anglicano fiel, estava profundamente incomodado com o imobilismo ritual da Igreja da Inglaterra, e escandalizado com as condições sociais de seu país, onde, segundo um de seus biógrafos clássicos²⁹:

As igrejas eram poucas e muito pouco frequentadas. Não havia escolas dominicais, e raramente se encontravam homens, mulheres e crianças que soubessem ler. [...] Em muitas cidades, grandes e pequenas, havia rinhas de galo, e locais onde o povo podia assistir a lutas, danças e se embriagar. O dia santo do Senhor era o pior dos sete. O povo, especialmente o mais pobre, não se preocupava nem com Deus nem com as suas almas, e todo o tempo era ocupado em divertimentos e orgias. (CURNOCK, 1891, p. 25)

O termo Metodismo deriva de uma das formas pelas quais a doutrina wesleyana entendia que a graça divina penetrava e se manifestava na vida do fiel: uma disciplina metódica em todos os aspectos da vida, em particular no trabalho. John Wesley imprimiu essa característica à sua vida e sua prática pastoral, e procurou multiplicar os meios pelos quais o povo tivesse contato com os pregadores. Isso levou o movimento wesleyano em duas direções que se mostraram determinantes para os rumos que tomaria no futuro. O primeiro foi a pregação ao ar livre, derivada dos entraves que Wesley e seus apoiadores sofreram quanto a pregar em igrejas, e pelo interesse do fundador em levar a palavra divina a quem quer que seja, mesmo em praças públicas, ou aos mineiros ou tecelões em seus locais de trabalho. Tal flexibilidade foi a gênese da atividade itinerante metodista.

O outro eixo fundamental foi o rápido transplante do movimento metodista para as colônias inglesas da América do Norte, ainda durante a vida de Wesley. Após a independência americana, e com a grande expansão territorial do país e os deslocamentos populacionais massivos, a Igreja Metodista cresceu muito, em particular devido à sua forma de pregação:

²⁹ Escolheu-se essa obra da autoria de Nehemiah Curnock, ao invés de qualquer outra das muitas biografias de John Wesley existentes, porque o autor teve acesso, em um arquivo privado, a um exemplar dela em tradução italiana, publicada em Roma em 1891, o que comprova sua circulação na colônia italiana gaúcha no período aqui estudado.

Esses pregadores eram muitos e puderam se espalhar facilmente por todo o território. Eram conhecidos como *circuit riders* e, além de sua montaria, levavam consigo apenas algumas roupas e sacolas cheias de Bíblias e hinários. Os batistas tiveram uma experiência semelhante com seus *farmer-preachers*, fazendeiros leigos que pregavam o Evangelho aos vizinhos e viajavam grandes distâncias, nos fins de semana, para atender pontos de pregação. Mas foram os metodistas que melhor exploraram essa forma de evangelização, que mais cresceram, tornando-se, na época, a maior denominação norte-americana (MENDONÇA e VELÁSQUES, 1990, p. 96).

No território americano, a teologia wesleyana sofreu diversas modificações, e a forma de atuação também foi adaptada aos grandes espaços existentes. As áreas mais amplas foram denominadas “Conferências”, e os pastores e pregadores ligados a elas recebiam a seu cargo um “Circuito”, que compreendia um local sede e uma lista de pontos de pregação, frequentemente bastante extensa:

Outro fator é o sistema itinerante do ministério do metodismo wesleyano e americano no século passado. Basicamente, a itinerância significava que o pregador com plena conexão com uma conferência seria nomeado a um “circuito”, o qual deveria “itinerar”. Um circuito de um mês, por exemplo, era uma área com mais ou menos 25 lugares para pregação (geralmente “casas de reunião” feitas de toras). Claro que o itinerante era também sujeito à remoção de um circuito para outro. O ministério, com pouco preparo formal (porém instruído nas doutrinas metodistas, na Bíblia, e, na prática, na pregação), geralmente solteiro, sem lar fixo, sem posses (alguém já comparou os itinerantes à ordem dos franciscanos - na sua pobreza, caridade e obediência ao Bispo Asbury), eram livres para acompanhar o povo. Há muitas histórias interessantes sobre a quase onipresença dos *circuit riders*. (RILEY, 1981, p. 213-214).

A atuação dos missionários metodistas americanos na América Latina obedeceu a esses mesmos moldes. Estabelecidos em um centro - frequentemente uma cidade de porte um pouco maior - os pastores atendiam, de forma itinerante, a um circuito que compreendia pontos de pregação bastante diferentes: uma congregação de outra cidade, uma comunidade isolada em zona rural, uma família, ou mesmo grupos de curiosos. Esse foi o esquema básico de atuação também em terras gaúchas.

A itinerância no Rio Grande do Sul

A presença metodista no Rio Grande do Sul iniciou em setembro de 1885 em Porto Alegre, com atendimento a uma comunidade que residia exclusivamente em área urbana ou nas suas proximidades. Já em 1887 começou o atendimento na colônia italiana, entre imigrantes que haviam tido contato, na Itália, com a Igreja Valdense (DALLA CHIESA, 2016, p. 1005-1006). No entanto, a configuração da colônia italiana representava uma realidade diferente para a estrutura da missão metodista. A dispersão das comunidades não era nova, pois conhecida nos Estados Unidos, nem o atendimento itinerante. A novidade era a grande dispersão da membresia, que, no período em análise, era essencialmente pulverizada em unidades familiares rurais, sendo a proximidade entre elas a exceção, não a regra.

Além disso, a geografia da região impunha grandes obstáculos à atividade. A área colonial italiana é cortada pelo Rio das Antas, que possui um vale em garganta, cuja travessia era demorada e trabalhosa. Sendo zona de ocupação humana efetiva muito recente - o primeiro pastor metodista chegou somente 12 anos após o início da colonização, em 1875 - as estradas coloniais, tanto principais como secundárias, foram objeto de sistemáticas críticas e reivindicações dos colonos, e muitas marchas e contramarchas em suas relações com as autoridades locais e o poder central. Por vezes, particularmente em períodos chuvosos, se tornavam intransitáveis, impedindo não somente o escoamento da produção agrícola, mas mesmo o trânsito de pessoas. Em relatório datado de 1905, o cônsul italiano em Porto Alegre, Enrico Ciapelli, diz que as estradas coloniais, cheias de buracos e poças d'água, eram ainda piores que as estradas da região da Campanha, que ao menos teriam a vantagem de estar em um terreno plano. Sobre as vias que ligavam as principais cidades da colônia italiana à capital, ele diz o que segue:

Presentemente, as estradas *Buarque de Macedo* e *Rio Branco*, as mais importantes para as colônias habitadas pelos nossos compatriotas, estão reduzidas a tal estado, que não há carreiro que ouse percorrê-las sozinho; assim se unem em três ou quatro com o objetivo de se prestarem assistência mútua, e quando uma carroça atola, se resolve o embaraço atando a ele as mulas das outras carroças. Sobre esse ponto, sobre o qual já falei em relatórios anteriores, acrescento que também as estradas vicinais estão em condições ruins; efetivamente, percorrendo os territórios dos diferentes municípios, raras vezes acontece de encontrar uma estrada na qual possa passar uma carroça. (ROMANATO; HERÉDIA, 2018).

Se nem mesmo os carroceiros, transportadores experimentados, se atreviam a enfrentar tais estradas sozinhos, pode-se imaginar o arrojo de que necessitavam ministros protestantes ao passar pelos mesmos lugares, viajando geralmente sozinhos, e sem segurança de que teriam uma acolhida amistosa em qualquer local ou casa que parassem.

O atendimento metodista, como dito, iniciou em Bento Gonçalves, mas, desde os inícios, a congregação local teve adeptos nas linhas do interior, em Garibaldi, e em Alfredo Chaves, atual Veranópolis. Logo em seguida, foi iniciada uma congregação na Forqueta do Caí, em fins de 1891 (DALLA CHIESA, 2017, p. 550-552), além de visitas esporádicas ao núcleo urbano de Caxias. Cada uma das localidades (Bento Gonçalves e Forqueta), se tornou sede de um circuito, com um pastor residente, que atuava de forma itinerante, visitando outras localidades e núcleos isolados, percorrendo as estradas e trilhas referidas acima utilizando mulas como montaria, mais adaptadas ao relevo do que os cavalos. Além disso, eventualmente eles se deslocavam a Porto Alegre, onde estavam em contato com o responsável pelo trabalho metodista no estado, o pastor João da Costa Corrêa, que os supervisionava. Para que se tenha uma ideia aproximada das distâncias a percorrer, utilizo informações constantes do diagrama das distâncias elaborado por Loraine Slomp Giron (GIRON, 2010, p. 318):

De Bento Gonçalves a Alfredo Chaves: 40km

De Bento Gonçalves a Garibaldi: 14km

De Bento Gonçalves a Caxias: 40km

De Caxias a São Sebastião do Caí: 60km.

A Forqueta do Caí, foco de atividade metodista, fica aproximadamente na metade da distância entre as duas últimas localidades. Tenha-se em conta que as distâncias a percorrer, na época abordada por este estudo, certamente eram maiores, porque as estradas tendiam a ser muito sinuosas, de forma a contornar o máximo possível de obstáculos naturais. Dessa forma, a atividade itinerante ocupava muito tempo e recursos dos pastores, até porque a periodicidade das visitas a cada local não ficava totalmente a critério do ministro, sendo fixadas algumas diretrizes pela administração da Igreja Metodista. O percurso, por si já longo,

não era linear, porque o pastor, no caminho entre uma e outra localidade, se detia em pontos intermediários, onde houvesse alguns fiéis. Há muitos relatos dos pastores que enfatizam as condições de viagem precárias. Aqui, foi selecionado, pelo detalhamento do tempo de viagem, um registro feito em 1907 por John Watkin Price, missionário americano que foi pastor em Bento Gonçalves e Caxias, e atendeu de forma itinerante a colônia italiana durante boa parte de sua permanência em solo gaúcho:

Faz muito tempo que andava com desejo de visitar o trabalho da nossa igreja nas regiões coloniais. Foi com satisfação, portanto, que recebi a ordem do nosso superintendente para embarcar no dia 12 do passado para São Sebastião do Caí. A viagem no bom vapor *Lageado* foi agradável. [...]

Pretendíamos sair de madrugada para evitar o calor do dia, porém uma chuva torrencial nos inibiu e, portanto, fizemos a viagem de dia. [...] De São Sebastião a Forqueta tem umas oito horas a cavalo, e em todo o caminho se vê sinais de progresso. Nesse trajeto encontramos nada menos de setenta e seis carroças trazendo produtos coloniais para S. Sebastião, o porto de embarque para Porto Alegre. [...] Aí mora também o infatigável ancião rev. M. Donati. Quem não conhece dom Matheus, amigo dos pequenos, e soldado fiel de Jesus Cristo? Os dias que passamos juntos eram pequenos para dizer tudo o que desejávamos. [...]

No Domingo, às 9h da manhã, houve reunião da Escola Dominical, às 10, pregação e a Santa Ceia e, em seguida, a conferência trimestral. [...] Às 4 ½ horas da tarde reuniu-se a Liga Epworth. [...]

Na sexta-feira, bem cedo, montado na boa mula da Missão, saí em companhia do irmão Frederico, em demanda da Linha Bonita. O dia era agradável e o caminho tudo, menos monótono. Nunca vi caminho tão tortuoso. *Picucha*, porém, conhecia todas as voltas da estrada e até os buracos das picadas. Depois de algumas dez horas de viagem, chegamos em casa do irmão Antonio Benetti, guia daquele novo grupo de crentes, onde fomos bondosamente recebidos. No sábado, fui ver o novo terreno, há pouco comprado para a edificação duma capela. [...]

No Domingo à tarde, reuniu-se um número de irmãos e amigos que ouviram atenciosamente a bela história do menino de Belém. Na segunda-feira de manhã, acompanhado pelo irmão Benetti, segui caminho para Taquara do Mundo Novo. [...]

Às cinco horas da tarde chegamos à vila de Taquara, donde o irmão Antonio Benetti retornou ao seio de sua família. No dia seguinte embarquei no trem às 7 horas da manhã e às 11:30 cheguei em Porto Alegre, a tempo ainda para ver alguma coisa do *pic nic* das Escolas Dominicais do cargo central. (NOTAS DE VIAGEM, 1907)

Portanto, a Igreja Metodista teve que se adaptar ao ambiente predominantemente rural das colônias dos italianos. A presença eclesial, numericamente, continuou sendo praticamente a mesma do início do trabalho - dois pastores e um ou dois pregadores locais habilitados - independentemente do aumento numérico das famílias. Como resultado, a manutenção do

trabalho dependia muito do esforço pessoal de cada ministro, o que levou a situações extremas. A esposa do pastor John Price, Elizabeth, deixou registrado em seu diário o quanto tais excursões eram extenuantes para o marido:

Essas longas viagens a cavalo, de duas semanas de duração, empreendidas sob todos os tipos de tempo, eram muito difíceis e cansativas para John. Um dia, ele voltou de uma dessas longas viagens durante a estação chuvosa, no inverno, com seu poncho e suas roupas totalmente encharcadas, a água pingava da borda de seu chapéu de abas largas, e ele estava tão cansado, que caiu do seu cavalo e quebrou o pulso. Em 1925, John teve um colapso nervoso, e voltou para os Estados Unidos. (GORSUCH, 1984, p. 37-E).

Passados aproximadamente vinte anos do início da colonização italiana, e menos de dez anos do começo atividade metodista entre os ítalos, iniciou novo fenômeno massivo de deslocamento. A reemigração em busca de novas terras recebeu a denominação já clássica de *enxamagem*, cunhada por Jean Roche, e retirada da vida das abelhas. De um lado, existia a disponibilidade de terras, e mesmo sua oferta; de outro, a busca por novos espaços, motivada por múltiplos fatores, mas em particular pela escassez de terra aproveitável para famílias que se tornavam rapidamente muito numerosas. Esse movimento foi descrito de forma brilhantemente sucinta por Vitalina Frosi e Ciro Mioranza:

As diminutas porções de terra distribuídas aos imigrantes, a densidade populacional [...] a agricultura praticada segundo métodos tradicionais, causaram, desde os inícios, a busca de novas terras por parte dos filhos de italianos. [...]

A primeira região a ser procurada, fugindo aos critérios da precedente divisão de terras, foi Encantado [...].

Em 1884, quando dos inícios do povoamento das terras além-Antas, registra-se um fenômeno de emigração de italianos das Colônias Caxias e Dona Isabel para as Colônias Antônio Prado e Alfredo Chaves. [...]

Na década de 1890, habitantes da Colônia Antônio Prado passaram a ocupar as terras mais ao norte, no Município de Vacaria [...]. Na mesma época, habitantes de Alfredo Chaves e de Dona Isabel ocuparam as terras de Nova Araçá, Paraí, São Jorge e Guabijú. [...]

Em 1892, o Governo fez a divisão das terras da Colônia Guaporé. Ítalo-brasileiros de Caxias, Dona Isabel, Conde D'Eu, Antônio Prado e Alfredo Chaves representaram o elemento predominante na ocupação de novas terras, desde Muçum até Casca e Vila Maria. Habitantes de Vila Maria e de Casca seguiram na ocupação expansionista de quase todo o território do atual Município de Marau e, depois, de partes de Lagoa Vermelha e Passo Fundo [...].

A partir de 1910, irromperam movimentos migratórios em direção ao Alto Uruguai, onde a presença do ítalo-brasileiro atualmente, em certas áreas, varia entre 40 e 60%. (FROSI E MIORANZA, 1975, p. 50-51)

O geógrafo Stuart Clark Rothwell calculou em pelo menos cento e cinquenta mil pessoas o fluxo migratório que, de 1894 até 1950, deixou as colônias mais antigas, situadas à margem esquerda do Rio das Antas, salientando que o ritmo somente diminuiu a partir dos anos 1940, com o incremento da atividade econômica (ROTHWELL, 1959, p. 61). No âmbito metodista, um dos reflexos mais significativos desse deslocamento maciço foi um certo esvaziamento das igrejas de origem, porque cada família que migrava representava um número grande de membros, conforme registrado pelo pastor João Vollmer, em carta datada de 30/01/1905, se referindo a Bento Gonçalves:

Infelizmente a igreja tem sofrido muito com o êxodo que se tem dado entre os residentes deste município. Cinco famílias retiraram-se para pontos diversos. É preciso lembrar que uma família, na região colonial, por si só forma uma *congregação*. Duas famílias unicamente, das que se retiraram, levaram consigo nada menos que trinta (!!) membros. Devido a isto acha-se a igreja um tanto desanimada, mas os irmãos estão esperançosos em vê-la desenvolver-se sob a competente direção do nosso inalcançável P. P. e seu auxiliar, o irmão Ungaretti. (IMPRESSÕES DE VIAGEM, 1905)

Era chegado o tempo de o Metodismo Colonial estender seu raio de atividades para atender a membresia que se deslocava em busca de novas possibilidades.

As novas comunidades: Gramado, Guaporé e Além

O pastor Carlos Lazzarè, em carta datada de 20/08/1896, publicada no jornal metodista *El Estandarte Evangelico*, editado em Buenos Aires, evidencia que já naquele ano, em Bento Gonçalves, se processava reemigração para novas colônias:

Se é verdade que “não há mal que não resulte em bem”, a última revolução obrigou muitos cristãos a emigrar para outros lugares; ao ressurgir a paz, se viu que esses irmãos haviam levantado novos centros de trabalho. Isso, que é auspicioso, nos impõe obrigações que mal podemos atender. Precisamos de um obreiro auxiliar, outro ou outros missionários mais. Precisamos que algum colportor nos visite. Estamos orando ao Senhor, para que nos mande colaboradores, e suplicamos à Missão que não deixe de nos atender! (DESDE EL BRASIL, 1896)

Muitos colonos de Bento Gonçalves, colônia povoada a partir de 1875, se deslocam para as linhas da colônia Guaporé, fundada em 1892. Simultaneamente, colonos estabelecidos

nas áreas de povoamento mais antigo da Colônia Caxias (em especial em suas quatro primeiras léguas, também povoadas em 1875-1876), encontraram frentes de colonização mais próximas, abertas na área norte e central do atual município de Gramado, cruzando o Rio Caí. Esses dois locais foram os primeiros onde se formaram comunidades metodistas originadas a partir da diáspora dos colonos italianos. Nesse primeiro momento, salta aos olhos o peso da iniciativa pessoal de Mateus Donati, italiano que atendia seus patrícios no Rio Grande do Sul desde o ano de 1892. Sua atividade em Guaporé e Gramado pode ser acompanhada pela documentação das igrejas locais e, em particular, por suas constantes contribuições ao jornal metodista *O Testemunho*, que foi publicado em Porto Alegre de 1904 a 1917.

O movimento em direção à colônia Guaporé, povoada a partir de 1892, se intensifica, como mencionado pelo pastor Lazzarè, após o término da Revolução Federalista, em 1895. Muitos colonos estabelecidos em Bento Gonçalves e Alfredo Chaves foram atraídos pelas novas terras, inclusive alguns metodistas. Vencendo a distância a percorrer de cerca de 70km, membros das famílias Sacchet, Fiorentin, Tieppo, Meneghetti, Rostirolla, Galvan e Cappelletto deixaram seus primitivos lares e se estabeleceram em diferentes pontos da colônia Guaporé, sendo visitados pelos pastores em seus domicílios, com a instalação formal de uma nova igreja em 1906. Muitas vezes os fiéis se reuniam para recebê-los, mas era frequente que uma viagem até lá envolvesse mais de um ponto de pregação. Como Guaporé sempre fez parte do circuito de Bento Gonçalves, os pastores se deslocavam de lá, quando não de Porto Alegre, o que mais do que dobrava a distância a percorrer, sem contar o caminho de volta.

Mateus Donati e John Price foram os pastores que mais se deslocaram até Guaporé para atender os migrantes, e pensaram mesmo em estender o trabalho, a partir de lá, para os campos da região de Lagoa Vermelha, área de povoamento luso-brasileiro que já começava a ser ocupada por elementos de origem italiana. Também foram entabuladas conversas com a municipalidade local, no sentido da doação de um terreno na sede urbana, para edificação de uma capela. No entanto, as queixas sobre as distâncias a percorrer e a dificuldade dos caminhos para atender um número reduzido de fiéis se multiplicaram, o que parece ter sido determinante para que a comunidade deixasse de ser uma igreja autônoma em 1920. A partir de então, há registros esporádicos sobre a visita eventual a famílias na zona rural de Guaporé. Em Lagoa Vermelha, uma nova iniciativa pastoral foi tentada somente nos anos 1940.

O outro ponto onde a diáspora metodista iniciou foi no território do atual município de Gramado, ocupado em boa parte por italianos e filhos de italianos, a partir de 1885, mas especialmente a partir da década de 1890. Entre esses migrantes, estavam membros das

famílias Bertolucci e Benetti, oriundos das áreas de povoamento mais antigo dentro da antiga Colônia Caxias. Estabelecidos na Linha Bonita, em 1906 alguns deles solicitaram a presença do pastor Mateus Donati, então residente na Forqueta Baixa, a cerca de 60 km de distância. A presença de Donati fez com que alguns membros da família aderissem à Igreja Metodista. Nos anos subsequentes, membros das famílias Beux, Bridi e Chaullet, metodistas da Forqueta Baixa, também se estabeleceram em terras de Gramado.

Ao contrário do que aconteceu em Guaporé, a comunidade de Gramado permaneceu ativa, sendo atendida pelos pastores da Forqueta até 1916 e, a partir de então, por aqueles sediados em Caxias. Acompanhando a mudança da sede do município para o local atual, a comunidade edificou uma capela em 1913. Mateus Donati passou os últimos anos de sua vida entre os membros da congregação que tanto se empenhou para estabelecer, permanecendo como guia espiritual da comunidade de 1913 até 1919, ano de seu falecimento.

Gramado e Guaporé foram os dois primeiros passos de uma trajetória pouco conhecida da Igreja Metodista, em sua trajetória de acompanhamento pastoral dos italianos e descendentes no Rio Grande do Sul. São muito mais conhecidos e divulgados os relatos dos sacerdotes católicos sobre o fenômeno da enxamagem, que parece ter chamado sua atenção de forma muito aguda. Stuart Clark Rothwell, para embasar seus cálculos do êxodo populacional da colônia italiana no início dos anos 1950, utilizou dados de dezoito paróquias católicas da zona colonial italiana, onde estavam especificados inclusive os destinos dos que migravam, mesmo que se tratasse de áreas urbanas. Elaborada também por esse autor, a distribuição geográfica dos assinantes do jornal católico *Correio Riograndense*, ainda existente, é um espelho claro da disposição da população de origem italiana nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (ROTHWELL, op. cit., p. 64-65). Os luteranos também contavam com uma estrutura de atendimento pastoral itinerante sólida, tanto antes como depois da criação do Sínodo Riograndense, em 1886 (WITT, 1996).

Nos registros metodistas, em especial no rol de membros das igrejas, constam as indicações de transferência de membros para outras igrejas, mas, em regra, esses registros dizem respeito às pessoas que se mudavam para núcleos urbanos. Outros grupos familiares, que possivelmente saíram de uma congregação para residirem em nova frente de colonização, em regra não têm indicação de destino. Quando isso acontece, há descrições mais genéricas, como “Município de Palmeira”, ou “Sarandi”.

Não obstante, há informações acerca desse deslocamento posterior, além de Gramado e Guaporé. Em revista publicada pelo Grupo de Estudos da História do Metodismo no RS, a pastora Namir Griebler Ferreira apresenta dados sobre comunidades metodistas rurais na

metade norte do estado, entre as quais se encontram as seguintes, cuja fundação é ligada a pessoas de sobrenome italiano:

Esquina do Comércio: Em Palmitinho, pertencendo na época a Palmeira das Missões, residia a família Meneghetti, vinda de Iraí, no ano de 1941. Inicialmente instalaram-se em Esquina Boa Vista e, após dois anos, transferiram-se para a Esquina do Comércio, onde foi construída, em 1987, a capela Günter Barth. [...]

Constantina e Novo Xingu: Em 26 de fevereiro de 1924 chegaram [ao], na época município de Sarandi, as famílias de Vitorio Meneghetti, Nazareno Marcon, Severino Tiepo Sacchett, estes vieram de Guaporé. Os cultos eram realizados nas residências dessas famílias. Em 1956 foi construído o templo inaugurado no dia 12 de dezembro de 1956 em Canhada Funda, hoje Linha Santo Antônio, município de Novo Xingu.

São José das Missões: Em 1942 foi construída a primeira Capela e um cemitério nas terras doadas por Antonio Meneghetti, na linha Primeiro de Maio. [...]

Campina das Missões e Porto Lucena: No ano de 1917 chegou, vinda da serra, a família de Antonio Benetti, no antigo Canal Torto, hoje Linha 8 de Maio. Os pastores vinham de Santo Ângelo. Por mais de uma década, [a comunidade] possuiu uma Escola Paroquial em Canal Torto. Mais tarde, muitas famílias mudaram-se para Porto Lucena.

Uma situação comum a todas as comunidades era a ausência de um pastor residente. Algumas vezes recebiam a visita de um dos pastores das cidades mais próximas, Palmeira das Missões, Cruz Alta e Santo Ângelo. A visita do pastor nem sempre podia ser comunicada com antecedência. (FERREIRA, 2017, p. 28-29).

É razoável imaginar que nem todas as famílias e indivíduos metodistas tenham mantido sua fé inicial, em locais distantes de igrejas ou parentes e vizinhos protestantes³⁰. No entanto, as informações contidas acima permitem fazer um mapeamento inicial do que foi a enxameação metodista de língua italiana.

A família Meneghetti, estabelecida inicialmente na Linha Faria Lemos da colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves), mudou-se inicialmente para a Linha Santa Bárbara, no mesmo município. Depois, no começo do século XX, deslocou-se para Guaporé, e dali, seus diferentes ramos migraram para a região de Iraí/Palmeira das Missões, Constantina e São João das Missões. A família Benetti, emigrada da Itália para a Colônia Caxias no final da década de 1870, desloca-se inicialmente para Linha Bonita, então Taquara, hoje parte do

³⁰ Um exemplo conhecido é o do imigrante Ângelo Dall'Acqua e sua família, que deixaram a Linha Palmeiro de Bento Gonçalves em 1903, para se estabelecerem na Linha 18 da Colônia Guaporé, pertencente ao atual município de Casca/RS, e deixaram a Igreja Metodista (ASTOLFI e ASTOLFI, 2021).

município de Gramado, no início do século XX, e dali seus descendentes partem para as proximidades do Rio Uruguai, em Campina das Missões e Porto Lucena. As famílias Sacchet e Marcon, estabelecidas inicialmente nas áreas mais antigas de povoamento de Alfredo Chaves, se mudam, após o final da Revolução Federalista, para Guaporé e, uma geração após, mais adiante, sempre rumo ao oeste, para Constantina e Novo Xingu.

Considerações finais

O próprio fundador do movimento metodista, John Wesley, introduziu grande dinamicidade no pastorado, no sentido de o pregador deslocar-se de encontro aos fiéis. Uma vez nos Estados Unidos, os pastores metodistas passaram a se deslocar periodicamente para pregar, e houve atendimento maciço em zonas rurais, em especial no Oeste.

Atuando no Brasil, na colônia italiana, os metodistas encontraram novamente uma zona rural, mas com uma membresia muito dispersa, e meios de transporte extremamente precários. A atividade metodista na colônia italiana, como consequência, se adaptou: ao contrário de outras denominações cristãs atuantes no Rio Grande do Sul, no âmbito metodista a itinerância foi a regra. Quando houve expansão da frente de trabalho pela enxamagem, isso impôs dificuldades imensas aos pregadores e pastores que atuavam na região colonial italiana. Além de já possuírem circuitos naturalmente extensos, tiveram seu campo de trabalho estendido de forma tão extrema, que o atendimento somente pôde ser mantido à custa de muitos esforços pessoais. Nesse âmbito, se destacaram Mateus Donati e John Price. O italiano Donati devotou a maior parte de sua vida à atividade itinerante como pregador entre seus patrícios, e à sua intensa atividade se deve diretamente a formação de comunidades metodistas em Gramado e Guaporé. O americano Price, conforme demonstrado por seus registros privados e manifestações públicas, sempre deixou clara sua oposição a uma eventual retirada metodista da colônia italiana, insistindo que a área era um campo fértil de atuação. Não por acaso, ambos foram pastores designados, em dois momentos diferentes, para as duas maiores cidades da região, Bento Gonçalves e Caxias.

Não foi possível estabelecer um trabalho metodista que acompanhasse de forma mais linear a marcha dos colonos de origem itálica, que saíam das áreas de ocupação mais antiga, nas colônias mais próximas ao Rio das Antas, para as direções Norte, Nordeste e Noroeste, ou seja, na direção dos Campos de Cima da Serra, do Planalto Médio e do Alto Uruguai e

Missões. A Igreja Católica, em particular a Ordem Capuchinha, devido à grande superioridade de recursos humanos, conseguiu estabelecer essa ligação através da atuação pastoral, do ensino e da imprensa. Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi, os berços da colonização italiana, permaneciam sendo uma referência viva para os colonos italianos católicos estabelecidos em Sarandi, Erechim, ou Ijuí. Entre os italianos metodistas, houve um maior afastamento dos locais originais. O espectro de atuação em localidades territorialmente intermediárias, como Guaporé e Lagoa Vermelha, a partir de sedes na colônia italiana, não se manteve, à exceção da mais próxima delas, Gramado. No entanto, houve comunidades metodistas rurais criadas a partir da emigração de colonos italianos que se mantiveram, muitas vezes com base no culto doméstico, algumas compostas por uma só família³¹, e seus membros passaram a ser atendidos exclusivamente por novos ministros itinerantes, que atuavam a partir de cidades como Passo Fundo, Soledade e Santo Ângelo.

Os metodistas, que na área rural da antiga RCI estavam já bastante dispersos, não se agrupam na migração para novas colônias por critérios confessionais. Seguem o padrão da reemigração dos demais italianos, sem distinção específica por sua confissão religiosa. Isso se explica por serem pouco numerosos, o que inviabilizou a formação de uma colônia ou mesmo de uma “linha” de maioria metodista. Tendo em conta o número de membros da igreja nos municípios da colônia italiana na década de 1910 (cerca de 250 para o ano de 1910, conforme estatísticas da Conferência Anual), seria necessária a concentração de todos os metodistas da região, mesmo os residentes em zona urbana, para a obtenção de um povoamento uniforme em um só local, o que era impossível.³²

Os dados aqui apresentados permitem apresentar um mapeamento inicial do deslocamento dos colonos evangélicos de língua italiana dentro da sistemática da enxamagem, o que contribui para um melhor entendimento da presença italiana no Rio Grande do Sul.

³¹ Embora neste texto seja frequente a referência a “famílias”, é preciso observar que a Igreja Metodista está no âmbito daquilo que se convencionou chamar de protestantismo de missão. A formação e expansão das comunidades metodistas se deve a experiências de conversão individual, muito mais do que a uma tradição familiar herdada. Na colônia italiana da época do estudo, estruturada predominantemente em unidades familiares, as fontes fazem frequentes citações a *grupos* familiares, o que reflete uma mescla dos dois espectros. Contudo, a verificação das situações individuais demonstra que, em regra, as famílias metodistas citadas eram grupos familiares que haviam aderido ao protestantismo, dentro de uma rede maior de relações familiares.

³² Por outro lado, tendo em conta as características fortemente étnico-linguísticas dos povoamentos exclusivamente evangélicos organizados pelos teutos, eles não parecem ter atraído os metodistas italianos, que preferiram se fixar em áreas de povoamento onde se estabeleciam predominantemente colonos da mesma origem.

Referências

- ASTOLFI, Alexandre João; ASTOLFI, Maria. **Diários de um Imigrante**: Os registros de família escritos por Ângelo Sante Dall'Acqua. Novo Hamburgo; Edição dos autores, 2021.
- CURNOCK, Nehemiah. **Il padre del Metodismo**. Roma: Tipografia Metodista, 1891.
- DALLA CHIESA, Vicente. Apontamentos sobre os inícios da comunidade metodista de Bento Gonçalves/RS. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio; SANTOS, Rodrigo Luis dos (orgs.). **Migrações**: religiões e espiritualidades. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- DALLA CHIESA, Vicente. Apontamentos sobre a história da comunidade metodista de Forqueta Baixa (Serra Gaúcha). In: WEIZENMANN, Tiago; SANTOS, Rodrigo Luis dos; VON MÜHLEN, Caroline (Orgs.). **Migrações históricas e recentes**. Lajeado: Univates, 2017.
- FERREIRA, Namir Griebler. Igrejas Rurais. **Revista Contando Nossa História**, Porto Alegre, Volume I, Número 1, 2017, p. 27-29.
- FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.
- GORSUCH, Elizabeth Price. **John Watkin Price and Elizabeth Wittmann Price and Forefathers and their Descendants**. 1984. (Compilação de trechos dos diários do casal John Watkin Price e Elizabeth Price, realizada por sua filha Elizabeth. Depositada na biblioteca do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista - IPA).
- LAZZARÈ, Carlos. **Desde el Brasil**. "El Estandarte Evangelico", 01/09/1896.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELÁSQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- PRICE, John Watkin. **Notas de Viagem**. "O Testemunho", 15/01/1907.
- REILY, Duncan Alexander. **Metodismo Brasileiro e Wesleyano**. São Paulo: Imprensa Metodista, 1981.
- ROMANATO, Gianpaolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. *L'Emigrazione Italiana nel Rio Grande do Sul Brasiliano (1875-1914)*. **Fonti Diplomatiche**. Ravenna: Longo Editore, 2018.
- ROTHWELL, Stuart Clark. **The Old Italian Colonial Zone of Rio Grande do Sul, Brazil**. Porto Alegre: Edições da Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1959.
- VOLLMER, João. **Impressões de Viagem**. "O Testemunho", 01/02/1905.
- WITT, Osmar Luiz. **Igreja na Migração e Colonização** - A Pregação Itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1996.

Parte 5 – Migrações, família e gênero

ATRÁS DE UM HOMEM SEMPRE TEM UMA MULHER? ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER LOCAL NA COLÔNIA PORTO NOVO (1926-1965)

Carlise Schneiders³³

Introdução

Quando observamos as fileiras de fotos de ex-líderes de clubes, hospitais, escolas, prefeituras e demais instâncias coletivas, vemos, via de regra, quadros de figuras masculinas compondo as galerias. É comum aos olhos e à mentalidade política do país, e porque não dizer, do mundo, ver os cargos de poder serem ocupados majoritariamente por homens. Essa realidade, apesar de estar se reajustando com o passar do tempo, a partir das conquistas e a emancipação feminina, ainda está longe de ser aquela idealizada pelos movimentos sufragistas do fim do século XIX e mais tarde, feministas, da década de 1960 e 70.

ANA MARIA COLLING GÊNERO E HISTÓRIA

MULHERES DO SUL – MARIA JOANA PEDRO

Contudo, cabe ressaltar que não apenas a política, mas o funcionamento de todas as instâncias não se faz somente a partir da diretoria de uma associação, em âmbito local, ou do Estado, no âmbito nacional. Os poderes emanam das mais distintas paragens, para Foucault, não existe algo unitário que caracteriza ou é dono do poder, ele resalta que há diversos poderes, heterogêneos, em constante transformação (MACHADO, in FOUCAULT, 2021, p. 12). Por isso, estabelece-se neste trabalho a noção de que os poderes são relações que acontecem no interior das comunidades e das relações humanas, para estudá-los de forma mais íntima, propõe-se aproximar a lupa até a Colônia Porto Novo³⁴ durante o século XX.

A região de Porto Novo foi vastamente habitada por grupos indígenas da tradição Guarani, majoritariamente. Estes, deixaram diversos vestígios, mais comumente encontradas nas barrancas do Rio Uruguai ou nas desembocaduras dos afluentes, segundo Carbonera e Onghero (2016) não há datações muito precisas, mas dentre as pesquisas, acredita-se que os grupos permaneceram na região até meados do século XIX. No início do século XX, o processo de exploração de madeira trouxe para a região famílias de lavradores nacionais,

³³ Mestranda em História UPF. Bolsista UNIEDU/FUMDES.

³⁴ Porto Novo foi o primeiro nome dado ao território que atualmente é composto pelos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, até meados dos anos 90 os três municípios pertenciam apenas a Itapiranga, por isso, pode-se usar tanto Porto Novo (nome histórico), quanto Itapiranga (nome político) para definir o recorte geográfico do presente trabalho.

mão-de-obra das empreitadas de derrubada das grandes árvores. Sua base social e econômica estava alicerçada em trabalhos coletivos, alimentos oriundos da natureza e uma agricultura rudimentar. Muitos destes eram seminômades e migravam de tempos em tempos, motivados pelas ofertas de trabalho temporário. Após o fim da era de exploração de madeira, alguns grupos de caboclos permaneceram na região, no entanto, a maioria das famílias caboclas vem a Porto Novo após a chegada dos colonizadores, pois isso significava oferta de trabalho e remuneração à essas famílias (REICHERT, 2016).

A chegada de colonizadores alemães ou teuto-brasileiros católicos à região, em 1926, provocou uma modificação profunda na paisagem da mata à beira do Uruguai. Os grupos de (i)migrantes vieram do Rio Grande do Sul motivados pela oferta de terras vastas e férteis e a promessa de uma colonização homogênea de idioma e de credo animava aqueles que buscavam a valorização e a manutenção da germanidade (Cem anos de germanidade no R.G. S., 1999).

Essas características delimitam não apenas a fisionomia e a religião, mas também balizam as formas de organização social que, com a ausência inicial do Estado, precisa construir a colônia com a mão de obra dos colonos e caboclos que passaram a habitar a região. Dessa forma, impõe-se um modelo de poder local, baseado na descentralização e na distribuição das instâncias que governam a colônia e constroem a infraestrutura, a educação, as manifestações culturais e religiosas.

A partir disso, objetiva-se analisar os micropoderes da esfera local que não partem necessariamente do Estado. Mais especificamente, busca-se olhar para a distribuição de poderes na esfera pública e privada e como acontecem as relações de gênero nessas disputas de poder. É importante delimitar, nessa dinâmica, que poder local é aquele que se define a partir da “exclusão e oposição a outros níveis (o local se opõe ao global, o local se opõe ao nacional) não há como estudar o tema sem fazê-lo correlativamente, em um duplo movimento: do Estado central ao local, do local ao central.” (FISCHER, 1992, p. 108). E além disso, “ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto.” (idem, p. 106).

Buscando atingir esses objetivos, o presente texto se organiza em duas frentes, a primeira, diz respeito à Colonização alemã e a organização da Colônia Porto Novo. A segunda, trata mais especificamente das relações de poder e do papel feminino da Colônia.

Colonização Alemã e as associações

Em todas as localidades onde a imigração alemã se concentrou, apareceram também inúmeras associações, clubes e sociedades. O objetivo dessas agremiações era, principalmente, conservar a cultura alemã entre os associados. Em *Cem anos de germanidade*, destaca-se “as formas de lazer que se destinam ao espírito e ao coração. São sociedades de canto, orquestra, sociedades de teatro, círculos de leitura, etc.” (1999, p. 302). Mas além das atividades culturais de lazer, haviam associações que se encarregavam de questões financeiras, educacionais e de colonização.

Dentre as associações que tiveram grande importância para a Colônia Porto Novo, destacam-se a Associação de Agricultores (*Bauernverein*) e a Sociedade União Popular para os católicos alemães do Rio Grande do Sul (*Volksverein*). A associação de Agricultores surgiu para defender as demandas, principalmente econômicas, dos colonos alemães, protestantes e católicos. Ela também idealizou e promoveu a colonização de Serro Azul (atual Cerro Largo), essa Colônia contava com a homogeneidade étnica, contudo, possuía confissão mista, ou seja, recebia alemães católicos e protestantes.

A *Volksverein* se diferenciava da *Bauernverein* por defender uma colonização homogênea de credo e etnia, contudo, os preceitos republicanos dos governos do Rio Grande do Sul, no início do século XX não permitiam mais a organização de colônias homogêneas.

Já que a maioria das colônias particulares e das pertencentes a companhias colonizadoras, haviam sido ocupadas, restavam aos colonos à procura de terra para assentamentos, as colônias do governo. O sistema de colonização dos atuais governantes positivistas, consiste em abrir colônias mistas, nas quais são assentadas misturadas pessoas das mais diversas nacionalidades. Esse sistema não agrada nem aos colonos de descendência alemã, nem aos de descendência italiana, nem aos de descendência polonesa. Isto fez que, durante os últimos dez anos, os melhores elementos, possuidores de mais capital, fossem fixar-se fora do nosso Estado em colônias confessionais e etnicamente separadas, em Santa Catarina, Paraná e Argentina (*Cem anos de germanidade...*, 1999, p. 131).

Por esse motivo, a *Volksverein* organiza em solo catarinense uma colônia exclusiva para receber alemães, ou descendentes, católicos e, da mesma forma que a chegada dos colonos germânicos muda a paisagem de Porto Novo, o modo de organização social também acompanha os grupos que vem do Rio Grande do Sul, ou seja, com lideranças exclusivamente masculinas. Mas mais importante que isso são as características dessa organização, ou seja, pautadas quase exclusivamente nos poderes locais, pois, o Estado tinha uma atuação muito limitada na colônia.

Visto o surgimento da Colônia Porto Novo, vale ressaltar que sua curta história, até o momento, pode ser dividida em duas dinâmicas de funcionamento. A primeira, que vai de 1926, ano de fundação, até meados dos anos de 1970 é classificado por Schneider (2016) de modelo comunitário de sociedade. Esse modelo é caracterizado pela organização da sociedade a partir de uma comunidade, nem sempre homogênea, que controla o modo de vida dos colonos. Sua atuação é, sobretudo, religiosa, e é fundamentada, nesse primeiro momento, pelo isolamento geográfico de Porto Novo e a ausência do Estado, além disso, a solidariedade horizontal era fundamental para a sobrevivência dos colonos na mata virgem (SCHNEIDER, 2016). O segundo momento acontece a partir dos anos 70, quando o modelo comunitário entra em decadência, principalmente pela disseminação da modernização agrícola no interior do país. Itapiranga emancipa-se em 1954 e a partir desse episódio, diversas características comunitárias entram em decadência, pois o poder de mercado substitui as relações culturais, religiosas e de subsistência que predominavam até esse instante (EIDT e SILVA JUNIOR, 2011).

É o primeiro momento, entre 1926 e 1965 que é foco deste trabalho. É importante ressaltar que o âmbito local tem uma importância ampla nesse cenário, pois, como já foi colocado, o poder estatal está distante tanto geograficamente quanto em questões práticas de infraestrutura, saúde e educação. Tanto as escolas, quanto as comunidades e o hospital são organizados pela comunidade de Porto Novo, pouco disso tem o auxílio do governo federal ou estadual.

Para que uma população em meio a mata nativa, consiga sobreviver e conviver, foram utilizados mecanismos organizados pelo poder local, ou seja, foi feita a distribuição de tarefas para os moradores das comunidades para que estes sejam os responsáveis diretos pelo planejamento, fiscalização e execução de diversas atividades, tanto de construção de infraestrutura quanto de atividades culturais e educacionais.

Nesse cenário, destaca-se o conceito de poder pleiteado por Foucault, ou melhor, de poderes. Segundo esse autor, não seria possível pensar a estrutura social fundamentada em apenas um poder central, como por exemplo, o poder do Estado, em Itapiranga, especialmente, esse poder não existe, por isso, as organizações paralelas são tão importantes para a fundação de uma comunidade. Para Foucault, os poderes funcionam de forma interdependente, ou seja, não existe alguém (ou algo) que emana o poder e outro que apenas seja receptor passivo do poder emanado. Dessa forma,

o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social (MACHADO, in FOUCAULT, 2021, p. 17).

Assim, pretende-se, a partir de agora, investigar as formas com que se apresentam os poderes locais de Porto Novo.

A Organização Comunitária

A organização geral da Colônia Porto Novo, entre meandros burocráticos e políticos de divisas, era definida por 3 distritos: Itapiranga, Tunas e São João, além desses, a gleba de terra estava dividida em 41 linha coloniais, essas linhas se dividiam em comunidades religiosas, escolares e recreativos (JUNGBLUT, 2000, p. 101). É nesses espaços que o grosso do poder local é exercido, dentro das comunidades com base religiosa acontecem os maiores conflitos de interesses em relação ao local e a vida da população que ali habita.

Característica importante dessa organização foram as escolas comunitárias paroquiais, estas, eram os centros de ensino das crianças e adolescentes, foram arranjadas para que garantissem o desenvolvimento integral, tanto educacional, quanto da moralidade, da religiosidade, da língua e da germanidade. Eidt afirma que

A experiência das escolas paroquiais, embora instituídas com elementos de segregação, constituiu-se um sistema virtuoso. Em uma época em que a grande maioria dos brasileiros era analfabeta, as regiões de migração no sul do Brasil apresentaram taxas de escolarização próximas de 100%. As comunidades desassistidas pelo Estado brasileiro tiveram, por mais de um século, na escola paroquial (particular) elementos identitários suficientemente fortes para a manutenção do sistema escolar herdado culturalmente dos antepassados (EIDT, 2019, p. 132).

Para ilustrar a questão escolar e do poder do professor no âmbito comunitário, utiliza-se trechos retirados de um jornal local que apresentam entrevistas com pioneiros da região. O depoimento a seguir é do casal José e Teresinha, quando questionados sobre o papel da escola em suas vidas, afirmam:

na escola havia um respeito muito grande pelo professor, “ele era temido por todos, não raramente os alunos eram surrados. Se isso acontecesse, além da surra que levavam na escola, outra era aplicada pelos pais em casa, os pais também eram muito severos com os filhos” (Força do Oeste, ed. 1091, 2019, p. 16).

Os professores das escolas paroquiais eram contratados pelas *Volksverein* e passavam sempre pelo crivo da comunidade, “O professor ideal seria aquele com raízes no povo, vivendo com o povo, compromissado com os fundamentos da religião, imbuído de santo respeito por sua missão, entendida como vocação e sacerdócio.” (KREUTZ, 2000). O professor era um elemento fundamental para alcançar os objetivos da germanidade, era através dele que grande parte dos ensinamentos morais chegava às crianças e adolescentes.

Em relação à rigidez na educação, tanto escolar quanto doméstica, Catarina, outra pioneira, complementa

Nossos pais eram muito enérgicos, todos andavam na linha, qualquer deslize, éramos castigados fisicamente. A questão da severidade na educação dos filhos era algo comum entre as famílias, muito diferente dos dias de hoje. Meus filhos também foram criados na linha dura. Era assim, com todos (Jornal Força do Oeste, 1107, 2019, p. 12).

Ambos os relatos, tanto do casal João e Teresinha quanto de Catarina revelam a rigidez de suas criações, é comum, no cenário itapiranguense do século XX a punição física, mas além disso, a rigidez religiosa e a autoridade inquestionável dos pais e professores. É certo que, diversas foram as resistências por parte das crianças e adolescentes, contudo, visto que as fontes aqui apresentadas são de jornais e que os entrevistados sabiam da publicação de seus depoimentos, dificilmente declarariam suas subversões.

Toda a organização do projeto Porto Novo gravitava em torno da família e da vivência comunitária. No lar católico, os pais exprimiram a preocupação moral e educativa da família. A família católica, constituída sobre a rígida moral, quase puritana, deveria estar inspirada na “Sagrada Família”. A família foi um espaço de rastreamento de conduta do poder paternal e da mulher piedosa do ascetismo ao sexo e do culto aos santos. Na privacidade doméstica, a ordem paterna foi vivida na sua máxima potência (EIDT e SOUZA JUNIOR, 2011, p. 21).

Em outro depoimento do casal José e Teresinha, eles revelam os tempos de juventude e de namoro,

A rigidez do namoro era tão grande que só era permitida a visita aos domingos e ainda sob a vigilância dos “Anjos da guarda”. José conta que visitava a namorada Teresinha aos domingos a tarde e na noite do mesmo dia regressava para casa. Aos risos, Teresinha conta que numa noite José ficou entretido com o baralho e assim regressou para a casa um pouco mais tarde do que o habitual. No domingo seguinte o padre já estava sabendo que

o José estava ficando até tarde na casa da namorada (Força do Oeste, 1091, 2019, p. 17).

Victória, quando questionada sobre a religião, relembra,

Os padres ficavam sabendo de tudo o que ocorria na comunidade e nas famílias, por menor e insignificante que tenha sido o fato, o que dá a impressão de que a igreja estava atenta a tudo que acontecia (Jornal Força do Oeste - 1115, 2019, p. 16).

Foucault, quando estuda a teoria do panóptico em *Vigiar e Punir*, ressalta que nessa estrutura, todos vigiam todos e o poder disciplinar resulta, não da proibição das atitudes, mas da exacerbada forma como o saber está vinculado às atitudes da comunidade. Os trechos acima revelam uma profunda preocupação da população com as regras estabelecidas, principalmente as religiosas, pois estas estavam no âmago da organização social e moral. A comunidade era o espaço de julgamento, de rastreamento de conduta, de intolerância para com desvios, por menores que fossem. As famílias cristãs assumiram a tarefa de vigiar-se mutuamente. (EIDT e SILVA JUNIOR, 2011, p. 22-25)

A sociedade formada pelos alemães católicos seguiu, em muitos âmbitos, os rituais e sacramentos impostos pela igreja, desde o nascimento até o dia da morte. Os casais, depois do casamento, tinham uma forte cobrança para com a alta natalidade, o sucesso da colônia e muitas mãos para trabalhar dependiam disso. A cobrança e vigilância dos padres era intensa.

Os casados cometiam pecado toda vez que planejavam evitar filhos. Quem contrariasse as orientações sobre sexualidade tinha que se confessar. Havia muitas confissões. Evidente que ninguém ouvia falar de técnicas de controle de natalidade numa sociedade dominada pelo preconceito. A relação psicótica da Igreja com a sexualidade não foi uma exclusividade e invenção de Porto Novo, apenas reuniram-se as condições para que a questão recrudescesse. (JUNGBLUT, 2000, p. 550)

Quando Foucault fala em *História da Sexualidade, a Vontade de Saber* sobre as confissões, tão valorizadas pela igreja, ele ressalta que, ao contrário daquilo que se acreditava, não é na repressão que mora o controle social, mas no conhecimento sobre a sexualidade. Em Porto Novo, as práticas de confissão são peça chave para o controle das famílias, o saber agregado com os relatos dos cristãos denota ao padre um poder dificilmente alcançável por um leigo. Do mesmo modo, aqueles que confessam tem também, o poder de omitir ou adicionar informações contadas ao padre. É dessa forma que os poderes se intercalam.

As mulheres na comunidade

Para a mulher, o fardo sempre mais pesado, enquanto a sociedade patriarcal a enquadra como pecadora, impura e a enclausura dentro de casa, do hospital ou do hospício, a igreja e os homens que a dominam inventam regras e costumes para se manter no poder (DEL PRIORE, 1990, P. 294). Processos naturais do corpo feminino, como a menstruação e os partos, foram demonizados e usados como motivo para evitar que as mulheres se sentissem limpas, dignas de respeito, ou apenas, normais.

A mulher era mais pecadora ou adúltera do que o homem, no conceito da sociedade cristã, cabendo-lhe a culpa maior se não única dos pecados libidinosos. Nesta visão, ficava a impressão de que o corpo humano foi uma obra de deus e que o sexo foi uma invenção do diabo (JUNGBLUT, 2000, p. 550).

Depois do nascimento de uma criança, durante nove dias a mãe ficava na cama, em repouso. Durante esse tempo, uma empregada – geralmente uma moça – era contratada para fazer os afazeres da casa. Por seis semanas não era permitido lavar a cabeça, exceto passar um pano úmido e por igual período a mãe não saía de casa. Passadas as seis semanas, o primeiro caminho, era o da igreja (98 anos, Jornal Força do Oeste, Edição 1115).

Cabe destacar, nesse cenário de partos e divisões de gênero, o papel das parteiras, algumas delas se dedicavam somente a isso, mas a maioria eram mulheres comuns que serviam também como auxiliares nas horas mais difíceis das mães. Esse cenário regido pela igreja e pela força comunitária, incumbia as funções sanitárias e educacionais à própria população, ou na melhor das hipóteses, à colonizadora se responsabilizava pelos serviços.

A cegonha apareceu certo dia, também em nossa casa e trouxe-nos um irmãozinho, o qual recebeu o nome de Pedro. Nesta manhã, papai pediu que fôssemos à casa da vizinha até que a mesma retornasse da nossa casa. Quando ela chegou, falou: Voltem agora para casa para ver vosso irmãozinho! Dessa forma, a mulher agricultora desempenhou o papel de parteira. Era assim que as coisas aconteciam no meio rural dessa época (Jornal Força do Oeste, edição 1111).

Na sociedade de Porto Novo, a mulher é o apoio central da família, cuida de todos os afazeres domésticos, da limpeza, das roupas, da comida. “deves ater-te estritamente aos três compromissos mais sublimes de uma mulher, que são *Kinder, Kirche, Küche!* (filhos, igreja e cozinha). Pois se veem neles claramente expressas a dignidade da mulher, nada fora disso é agradável a Deus” (EIDT, apud RAMBO, 2016, p. 144). Contudo, as necessidades iniciais da colônia, principalmente nos primeiros anos, exigiam esforços para além da esfera doméstica.

Quantas vezes ao passar de carro ou a cavalo pela colônia, eu via mulheres realizarem trabalhos tão pesados quanto os homens. Principalmente logo no início, quando havia poucos trabalhadores disponíveis, eu vi mulheres derrubar capoeirões ou, até mesmo, grandes árvores, com o machado. Eu as vi ajudando a cortar, com o serrote, tábuas e barrotes para a construção de suas casas, a partir das imensas toras e, mesmo na construção das primeiras moradias, as vi, lado a lado com os homens. E, quando, depois do trabalho pesado do dia, na silenciosa choupana de colonizador, todos os outros já dormiam, a lamparina de banha junto ao fogão permanecia ardendo, ainda por longo tempo, e a mulher, incansável, se debruçava sobre remendos e cerzaduras. Mal o dia começava a clarear, ela novamente era a primeira a estar de pé, já havia realizado inúmeras tarefas, na casa e no pátio, antes mesmo que os demais se reunissem à mesa do café da manhã. Dali, partia de novo, com persistência alegre, para o trabalho na roça. (ROHDE, 1996, p. 221).

Foucault (2018, p. 39) ressalta que os mecanismos que a igreja e a sociedade capitalista utilizavam não funcionavam apenas para reprimir as questões sexuais. Pelo contrário, a igreja se apropriou do discurso sexual e manteve o como o segredo para que fosse possível controlá-lo. Assim, a escola, a religião, os clubes e associações, todos comandadas pelos padres jesuítas, foram centros especializados de micropoderes que organizaram todo o projeto Porto Novo, desde o étnico-religioso, tão romantizado, até o de controle de natalidade e controle de corpos e de massas, principalmente através do controle do corpo da mulher.

A mulher entra nesse cenário colonizador como objeto idealizado, serve como força de trabalho para alcançar os objetivos progressistas e capitalistas da colônia; é regulada enquanto corpo sexuado premeditado para o pecado; mas é, acima de tudo, mãe. A mãe sagrada, fundamentada na Virgem Maria, é um ser realizado em sua maternidade, ela a protege dos males do mundo e a coloca dentro dos preceitos coloniais de povoamento. A mulher/mãe povoadora da colônia, apesar de todas as dificuldades, ainda brada a sua perseverança “Se as mulheres de um povo naufragarem, o povo todo perecerá” (ROHDE, 1996, p. 224).

Contudo, não é apenas no âmbito doméstico, submisso e receptivo que se encontra a mulher de Porto Novo. Não é possível, nem correto, generalizar experiências tão variadas quanto as dos poderes exercidos em uma localidade. Mesmo quando observamos o âmbito político e não vemos mulheres representadas, ou quando observamos os nomes dos líderes das associações, sociedades e comunidades civis e não encontramos nomes femininos, não quer dizer que elas não estiveram presentes. Um exemplo que, talvez, fuja da regra, mas não por isso seja menos relevante, é o das irmãs Wiersch.

Maria Wiersch Rohde, pioneira de Porto Novo e uma das dez primeiras mulheres teuto católicas a colonizar a região, faz uma contribuição importante com o livro *Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados – Como uma mulher viu o desenvolvimento de uma povoação em meio a mata virgem*, na obra, ela relata sobre as mais variadas experiências que viveu em Porto Novo, essa talvez seja a maior obra escrita por um colonizador da região, e pasme, por uma mulher. Sua irmã também teve papel relevante, Antônia Wiersch foi uma das primeiras professoras de Porto Novo. Sua atuação na comunidade de Sede Capela perpassou as questões, inclusive, étnicas, pois foi responsável pela educação também de crianças caboclas (ROHDE, 2011).

Maria Rohde também foi a líder de um grupo de autodefesa, uma das primeiras associações de Porto Novo, que atuava fundamentalmente com adolescentes voluntários. Esse grupo, contudo, correspondia à ideologia integralista (JUNGBLUT, 2000), é, no mínimo, curioso, defender a tese do isolamento profundo da comunidade de Porto Novo, mas, ao mesmo tempo, observar uma mulher comandando um grupo de jovens integralistas, visto que o movimento estava nacionalizado. É nessas nuances que se observa a pluralidade de comunidades que pregam a homogeneidade.

Outro aspecto não negligenciável em todo esse cenário é a atuação da mulher nas decisões comunitárias. Em entrevista realizada com Catarina³⁵, já citada neste trabalho, quando questionada sobre as lideranças femininas na comunidade, comenta que não havia lideranças (formais) femininas, no entanto, “Eu sempre estive com os homens que estavam na liderança, os homens tinham o nome e eu é que tinha que fazer” (Catarina, 2020).

Ela comenta que seu marido, Aloysio, foi líder comunitário por 30 anos, mas a sua atuação perpassava integralmente o envolvimento de Catarina. Novamente, trazemos Foucault para a cena, defendendo que os poderes não se limitam aos protagonistas, à elite das organizações sociais, mas que eles se alastram por toda a sociedade. Não é possível, também, a partir do caso de Catarina, defender que todas as mulheres estavam por trás das cortinas do palco das comunidades, atuando como protagonistas sem receber as honrarias. É importante, novamente, pensar as sociedades enquanto plurais, que apresentam características diversas nas relações de poder que as compõem.

Considerações Finais

³⁵ Entrevista realizada em fevereiro de 2020 pela autora.

Nessa perspectiva, analisa-se Porto Novo como uma célula que exerce o poder local de forma plena, contudo, como afirma Ladislau Dowbor (2001), “o poder local é um instrumento de gestão poderoso, mas insuficiente”, ou seja, os mecanismos de descentralização que acontecem em Itapiranga são fundamentais para a organização da Colônia e da “*liveability*” da comunidade. Contudo, a não atuação estatal mantém a religião como regedora das regras sociais, e por isso, a força clerical acaba por exercer um papel central na formação educacional, religiosa e cultural da população.

É nesse âmbito que os poderes locais atuam, a comunidade acaba por exercer as principais funções materiais e espirituais e esses micropoderes exercem a função de vigiar e regular os corpos sociais. É dentro da comunidade que o público se confunde com o privado, que a ordem religiosa e educacional interfere nas dinâmicas das famílias. Quando questiona-se, na pergunta geral do texto, *se e como* as mulheres atuam nos poderes públicos e privados, é fundamental pontuar que não existe uma generalidade. A atuação da comunidade como núcleo do poder local dá luz a diversos tipos de atuação feminina. Assim como haviam mulheres receptivas às leis externas, existiam também mulheres que atuavam fortemente tanto a esfera pública, quanto privada de poderes. A existência uma realidade não elimina a existência de outra e a suposta homogeneidade cultural, étnica e religiosa da população de Porto Novo não determina o comportamento de todas a sua população.

Referências

CARBONERA, M.; ONGHERO, A. L. O passado pré-colonial de Porto Novo. In: FRANZEN, D. O.; MAYER, L. (org.). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 12-35

Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924. Tradução Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999.

DEL PRIORE, Mary. **Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. 294p.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. São Paulo: Cortez, 2001. Disponível em: http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/Dowbor-_Poder-Local-portal.pdf.

EIDT, Paulino. O caminho virtuoso das escolas paroquiais nas frentes agrícolas no Sul do Brasil: impactos da Lei da Nacionalização de 1938. **Cadernos do CEOM**, Chapecó (SC), v. 32, n. 50, p. 129-139 Jun/2019.

EIDT, Paulino. Porto Novo: modelo jesuítico de comunidade. In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 122-139.

EIDT, Paulino. SILVA JUNIOR, Edinaldo Enoque. **Porto Novo: do reino religioso ao poder de mercado**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2011.

FISCHER, Tânia. Poder local: um tema em análise. **Revista De Administração Pública**, 26(4), 1992, 105 a 113. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8734>.

- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. Roberto Machado. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- JUNGLUT, Roque. **Documentário Histórico de Porto Novo**. São Miguel do Oeste: Arco-Íris Gráfica e Editora, 2000.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Rev. Bras. Educ.** (15) • Dez 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/JYYxCr33QdTvPLpDTBYWXFg/?lang=pt>
- REICHERT, Patrício. Origem e trajetória do caboclo de Porto Novo. In: In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 179-192.
- ROHDE, Maria Wiersch. Espírito Pioneiro: **A Herança dos Antepassados**. Itapiranga: Porto Novo Gráfica e Editora. 1996.
- SCHNEIDER, Maikel. Colonização, comunidade e ausência inicial do Estado: Estudo sobre o modelo comunitário do município de Itapiranga/SC. In: FRANZEN, Douglas O., MAYER, Leandro (org.). **Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 179-192.

A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO ESTRATÉGIA DE CONDUÇÃO NOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS

Claudia Natali Malagari³⁶
Edilaine Vieira Lopes³⁷
Gabriela Martins Schlesner³⁸

“Frases que lhe saíam fáceis e incolores, mas que em mim se cravavam rápidas e agudas, para sempre.”

Clarice Lispector

Introdução

Refletir a respeito de Desenvolvimento Regional é refletir sobre relações interpessoais e processos comunicativos que possam ser aprendidos e cultivados no seio familiar e, também, no ambiente escolar, chamando as comunidades a descobrirem as suas realidades, internas e externas, de violência. Este artigo faz um convite à valorização dos sentidos, da vida e das compreensões acerca da raiz da violência na sala de aula, na escola, na comunidade e em outras esferas espaciais, para que, com sabedoria, possa ser transformada em base de crescimento e desenvolvimento de ações promotoras da compreensão, da empatia, do fomento da paz.

Compreender o significado da violência é imprescindível para a compreensão da paz e o desejo real de alcançá-la. Palavra originada do Latim, *violentia*, significa força ou vigor contra algo, uma coisa ou ente, portanto, com muita simplicidade, entende-se violência como o uso da força através de ações ou palavras que inclusive possam machucar, denegrir ou ferir, causar dor. Segundo Rosenberg (2006), por muitos séculos acreditou-se na concepção de que a essência das pessoas é calcada no egoísmo, na maldade, na violência. Mas existem muitas

³⁶ Pós-Graduada em Gestão Escolar pela Universidade Barão de Mauá. Mestranda em Desenvolvimento Regional e bolsista CAPES PPGDR-FACCAT. claudiamalagri@sou.faccat.br.

³⁷ Pós-Doutora em Indústria Criativa pela Universidade Feevale. edilaine.nh@gmail.com.

³⁸ Pós-Graduada em Docência do Ensino Médio Técnico e Superior na Área da Saúde pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul. Mestranda em Desenvolvimento Regional PPGDR-FACCAT. gabrielaschlesner@sou.faccat.br.

peças que não são assim, peças que precisam e gostam de contribuir com o bem-estar do próximo.

A paz depende de cada um, pensamentos positivos, olhar afetuoso, sorriso no rosto, gestos simples e gentis, palavras respeitadas que promovam a aproximação entre as peças e as relações. Ações simples e importantes para a resolução de problemas locais, afinal, o começo das mudanças deve partir de cada um, conforme Vigotski (1998), o processo de desenvolvimento da criança acontece em duas situações, um na sociedade, nos relacionamentos interpessoais e outro na individualidade, no interior de cada ser, uma verdadeira resiliência que chama os indivíduos a um embate entre o individualismo e a convivência em sociedade.

Os processos comunicativos embasados pelo conceito de comunicação não-violenta - CNV, criado pelo psicólogo Marshall Rosenberg, que valoriza as relações da Cultura e da Paz, percorrem caminhos com a proposição do rompimento de paradigmas violentos, muitas vezes imperceptíveis através da comunicação oral. No ambiente escolar, agora mais do que nunca, principalmente, em tempos de pandemia causada pela doença Covid-19, que obrigou a sociedade ao isolamento social, dificultando as relações interpessoais, faz-se necessária a abertura de espaços que promovam o diálogo, a afetividade e a descoberta da união entre teoria e prática. Piaget (2014) é transparente quando menciona a afetividade desenvolvida no ambiente familiar, ensinando que o respeito entre os seres, o respeito às diferenças e ao controle emocional é uma fonte de energia que move o funcionamento da inteligência.

A construção de novos saberes, principalmente na comunicação oral, é preponderante para a conquista de novos caminhos para a educação do futuro, alicerçada na inteligência emocional, empatia e resiliência, uma educação incluyente capaz de transformar discursos violentos, promovidos por divergências interpessoais, agravados por falhas comunicativas, em práticas que promovam e incentivem a convivência pacífica, respeitosa e de comunicação assertiva, isto é, não violenta, promotora do crescimento interpessoal e conseqüentemente dos processos de aprendizagem.

E no caminho de processos de aprendizagem assertivos, atribui-se à educação o destaque no desenvolvimento das peças e da sociedade. Um caminho que contribui para a redução da pobreza, da exclusão social, das opressões, das guerras, enfim, conforme Sen (2010), defende que a educação faz parte do processo de liberdade e Delors (2018) que deve ocorrer ao longo de toda a vida, mas com principal importância na Educação Básica.

Assim, este artigo está dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte, o conceito de comunicação é apresentado a partir de simples definições teóricas.

Depois dele, o conceito de comunicação não-violenta surge, para que, na quarta seção, sejam apresentadas as estratégias para a utilização da comunicação não-violenta no ambiente escolar e, por fim, as conclusões fundamentadas ao referencial teórico, que propõe o favorecimento da prática comunicativa não-violenta em sala de aula.

A Comunicação

Em uma definição simples, comunicação é o “processo de emissão, transmissão e recepção de mensagens por meio de métodos e/ou sistemas convencionados” (FERREIRA, 2010, p. 183). De acordo com Monteiro et al. (2020), para que uma comunicação ocorra de forma efetiva, é fundamental a existência de seis elementos:

O **emissor**: o indivíduo que inicia a comunicação, ou seja, aquele que envia a mensagem;

O **receptor**: é aquele a quem se dirige a mensagem, ou seja, é quem recebe a informação e a decodifica;

A **mensagem**: é a informação que se quer transmitir, é um conteúdo (palavras com uma definição) enviado para alguém ou algum lugar;

O **canal**: é o meio de distribuição da mensagem;

O **código**: é o conjunto de signos organizados (letras, números, desenhos, etc.) que permitem a transmissão da mensagem;

O **contexto**: conjunto de elementos que ajudam o receptor da mensagem a compreendê-la.

Há, porém, um equívoco na ideia de que a comunicação é um simples instrumento onde um indivíduo entra em contato com o outro, através da fala ou outros signos. A comunicação vai além deste conceito reducionista, pois através dela o indivíduo expressa os seus sonhos, afetos e necessidades, ou seja, a comunicação oferece ao ser humano a oportunidade de exercer a vida e entender o mundo e sua dinâmica (PELIZZOLI, 2012).

Segundo Silva (2003, p. 23), “as finalidades básicas da comunicação são entender o mundo, relacionar-se com os outros e transformar a si mesmo e a realidade”, ou seja, a troca de informações entre os indivíduos têm o potencial de promover profundas transformações na forma de ser e sentir dos envolvidos, a comunicação pode modificar a maneira que o indivíduo percebe e se relaciona com o mundo.

Por sua parte, Mafessoli (2003, p. 13) refere que a comunicação trata-se de uma maneira pós-moderna de fazer referência ao simbolismo, “não no sentido simples do termo,

simbólico, mas na acepção freudiana e lacaniana de simbolismo”. A comunicação pode ser considerada o cimento social, ou seja, é o elemento que nos liga ao outro. Segundo o autor:

A comunicação é a cola do mundo pós-moderno. Dito de outra forma, a comunicação é uma forma de reencarnação desse velho simbolismo, simbolismo arcaico, pelo qual percebemos que não podemos nos compreender individualmente, mas que só podemos existir e compreendermo-nos na relação com o outro. Nesse sentido, a ideia de individualismo não faz muito sentido, pois cada um está ligado a outro pela mediação da comunicação. O importante é o *primum relationis*, ou seja, o princípio de relação que me une ao outro (MAFESSOLI, 2003, p.13).

A comunicação é, portanto, uma ferramenta que possibilita o nosso crescimento como seres humanos, pois somos seres de relações e o processo comunicativo nos oferece a aquisição de habilidades, saberes e princípios. A comunicação possibilita a expressão das individualidades, conecta os indivíduos, torna comum os sentimentos, pensamentos, valores e necessidades, nos tornando aptos a viver em sociedade, pois somos, intrinsecamente, seres sociais.

A comunicação não violenta à luz de Marshall Rosenberg

O indivíduo possui uma natureza compassiva e a linguagem, através do uso das palavras, exerce um importante papel na manutenção do estado de compassividade que é inerente ao ser humano, mesmo em situações adversas. Porém, em algumas situações nos comunicamos com outras pessoas de forma automática e impulsiva, e a impulsividade nos leva a nos expressarmos de forma violenta, causando sentimentos ruins nas pessoas com as quais nos comunicamos, como mágoa, ressentimento, dor e sofrimento (ROSENBERG, 2006).

De acordo com o autor supracitado não são raras as situações onde o indivíduo, ao se comunicar de forma não assertiva, causa prejuízos não somente para o outro, como para si mesmo. Outro problema gerado quando nos comunicamos de forma não assertiva (ou não compassiva) é o fato de negarmos a responsabilidade de nossos atos. Segundo o autor:

O uso corriqueiro da expressão "ter de" (como em "Há algumas coisas que você tem de fazer, quer queira, quer não") ilustra de que modo a responsabilidade pessoal por nossos atos fica obscurecida nesse tipo de linguagem. A expressão "fazer alguém sentir-se" (como em "Você me faz sentir culpado") é outro exemplo da maneira pela qual a linguagem facilita a negação da responsabilidade pessoal por nossos sentimentos e pensamentos.
[...]

- forças vagas e impessoais ("Limpei meu quarto porque tive de fazê-lo");
- nossa condição, diagnóstico, histórico pessoal ou psicológico ("Bebo porque sou alcoólatra");
- ações dos outros ("Bati no meu filho porque ele correu para a rua");
- ordens de autoridades ("Menti para o cliente porque o chefe me mandou fazer isso");
- pressão do grupo ("Comecei a fumar porque todos os meus amigos fumavam");
- políticas, regras e regulamentos institucionais ("Tenho de suspender você por conta dessa infração; é a política da escola");
- papéis determinados pelo sexo, idade e posição social ("Detesto ir trabalhar, mas vou porque sou pai de família");
- impulsos incontroláveis ("Fui tomado por um desejo de comer aquele doce") (ROSENBERG, 2006, p. 42-43).

Rosenberg (2006, p. 83) afirma que, em muitas situações, transferimos a responsabilidade de nossos sentimentos ao outro, este é um padrão de linguagem significativamente comum, podendo ser identificado nas seguintes frases :

- o uso de expressões como algo e isso e pronomes impessoais : “algo que realmente me enfurece é...” ou “isso me aborrece muito!”;
- afirmações que mencionam somente a ação do outro: “quando você não me liga ... “ ou “mamãe fica triste quando você”
- o uso da expressão “sinto-me (uma emoção) porque ...(uma pessoa ou pronome pessoal)”, p. ex. “sinto-me triste porque você não me liga!”.

Já a CNV acontece quando externamos compassivamente nossas necessidades, ou seja, nos comunicamos de forma assertiva, pacífica e empática. E isso não significa que devemos sempre concordar com o outro, e sim respeitar as ideias do próximo, mesmo que elas sejam divergentes às nossas. (ROSENBERG, 2006).

O autor define a CNV como uma abordagem da comunicação, onde são desenvolvidas as habilidades de falar e ouvir, estas duas habilidades levam o indivíduo a se entregar de coração, possibilitando, portanto, a construção de uma eficiente conexão, tanto com si próprio como com os demais. A CNV permite o desenvolvimento da compaixão e apresenta quatro componentes, sendo eles:

A **observação**: Ato de observar sem fazer julgamentos ou avaliações, podemos simplesmente expressar aquilo que nos agrada ou não na atitude das outras pessoas.

O **sentimento**: Devemos identificar como nos sentimos mediante as atitudes das outras pessoas, podendo ser estes sentimentos positivos ou não (ex: medo, tristeza, alegria, mágoa, etc.).

As **necessidades**: O reconhecimento de quais necessidades estão ligadas aos sentimentos que identificamos.

O **pedido**: Após identificarmos os três primeiros componentes (o que observamos, quais sentimentos são aflorados a partir daquilo que observamos e quais as necessidades que advêm destes sentimentos) elaboramos um pedido claro, específico e concreto. Este último componente enfoca o que esperamos da outra pessoa. Porém, quando elaboramos um pedido devemos, além de reconhecer as nossas necessidades, reconhecer e levar em consideração os sentimentos e necessidades do outro.

Quando realizamos um pedido claro, específico e concreto, manifestando nossas necessidades, evitamos a transferência da responsabilidade de nossos sentimentos ao outro, segundo Rosenberg as seguintes frases são exemplos de como esses pedidos podem ser realizados de forma mais assertiva (2006, p. 83) :

- “Sinto-me realmente enfurecido por.... e gostaria que/ quero que...!”
- “Gostaria que.../ quero que você ...!”
- “Sinto-me... porque eu precisava de, contava com ... !”.

Rosenberg (2006) ressalta que a CNV pode ser realizada de forma verbal ou não-verbal e, ao manter nossas atenções nesses quatro componentes, ajudamos o outro a fazer o mesmo, ou seja, estabelecemos um fluxo de comunicação dos dois lados. Vale ressaltar que não é o objetivo da CNV mudar o comportamento e a essência das pessoas para conseguirmos satisfazer nossas vontades, é importante respeitar a maneira de ser de cada indivíduo.

A CNV deve ser construída com foco na empatia, na sinceridade e na honestidade. Para tanto, é fundamental estabelecermos com os demais uma relação de confiança, é importante que o outro perceba que suas necessidades também serão levadas em consideração.

Para usarmos a CNV, não precisamos conhecer a pessoa com a qual estamos nos comunicando, tão pouco é necessário que o outro esteja motivado a se comunicar compassivamente conosco. A pessoa se unirá a nós neste processo, de forma natural, ao perceber a nossa intenção em dar e receber compaixão, ou seja, basta nos atermos aos princípios básicos da CNV que o processo comunicativo florescerá, em algumas situações mais rapidamente, em outras, mais lentamente (ROSENBERG, 2006).

A CNV pode ser aplicada de maneira eficaz em todos os níveis de comunicação e em diversas situações, dentre as quais pode-se destacar:

- relacionamentos íntimos;
- famílias;
- escolas;
- organizações e instituições;

- terapia e aconselhamento;
- negociações diplomáticas e comerciais;
- disputas e conflitos de toda natureza (ROSENBERG, 2006, p. 27).

Portanto, a CNV pode ser considerada um importante recurso que pode ser utilizado nas nossas relações pessoais e profissionais, podendo este nos trazer bons resultados até mesmo em situações onde o processo comunicativo se apresenta de forma violenta, conflitante e tensa. A CNV tem o potencial de transformar os padrões de pensamentos que levam aos sentimentos de raiva, ressentimento, mágoa e tristeza.

À luz de Marshall Rosenberg, Martinot e Fiedler (2016) afirmam que a CNV pode ser considerada uma ferramenta que pode proporcionar ao ser humano a oportunidade de construir relações pautadas na confiança em outros indivíduos, sejam essas relações familiares, profissionais ou sociais.

Quando entendemos a importância de harmonizar as nossas necessidades com a das outras pessoas, deixamos de valorizar os nossos erros e os erros dos outros indivíduos, pois o foco passa a ser as necessidades de todos. Com isso oportunizamos uma comunicação pautada em soluções empáticas, criativas, cooperativas e de confiança. Além disso, os conflitos podem dar lugar à expressão de emoções sem agressões.

Com base no exposto, pode-se afirmar que a CNV facilita o autoconhecimento, pois nos condicionamos a observar, não somente as necessidades das pessoas com as quais nos comunicamos, como as nossas próprias necessidades. Passamos a observar mais atentamente as nossas atitudes e a nossa postura perante a vida, a CNV pode ser considerada uma ação libertadora, transformadora e de aprendizagem.

As estratégias fornecias pela CNV para redução da violência no ambiente escolar e fora dele

A Comunicação Não-Violenta abrange aspectos que ultrapassam os limites de um modelo. A Comunicação Não-Violenta (ROSENBERG, 2019, pág.7) “é um modo de ser, de pensar e de viver.” Tem como propósito o caminho de relações sinceras e verdadeiras de maneira que todas as necessidades dos indivíduos sejam atendidas.

E, a partir do princípio de que a educação deva ocorrer ao longo de toda a vida e para uma educação básica de sucesso, faz-se necessária uma análise mais detalhada na importância dos processos comunicativos e a sua importância no cultivo da paz, promovendo a estabilidade emocional que esta, por sua vez, motiva a aprendizagem sólida e verdadeira.

Além dos conhecimentos básicos, atualmente, diante dos desafios dos novos tempos, espera-se que os sujeitos desenvolvam competências complementares desenvolvidas na escola, como, ética, cultural e social, esta última, contemplando o autodesenvolvimento e o desenvolvimento das relações com o outro, ampliando o universo da cooperação, novas descobertas e aprendizados da vida em comunidade, através de uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos.

Professores e educadores bem formados, com acesso aos meios necessários à educação de qualidade conseguem transformar a aprendizagem contribuindo para a diminuição do insucesso escolar e através da Comunicação Não-Violenta - CNV podem fazer emergir qualidades naturais dos alunos, facilitando melhor orientação nos estudos e nos percursos individuais, promovendo a alegria de aprender na perspectiva de um processo duradouro, eficaz e contínuo para um bem coletivo a que todos possam ter acesso.

Os desafios em Escala Mundial

Atualmente, a vida de cada indivíduo está intimamente ligada a um cenário de escala mundial, imposto pelos processos de globalização, seja econômico, científico, político, financeiro ou cultural, instrumentalizado pelas tecnologias que apesar de serem geradoras de facilidades também são responsáveis pelas incertezas e instabilidades nas relações humanas, quem muitas vezes, tornam-se reféns, inclusive das atividades criminais.

É nesse contexto que os jovens estão inseridos, vivendo todos os conflitos e benefícios da globalização, bem como as inevitáveis mazelas do estreitamento das fronteiras. Para que os jovens possam aprender a lidar com essa amplitude de bombardeios culturais, eles devem ser preparados para o enfrentamento da instabilidade e acessibilidade do novo mundo.

Os jovens precisam fazer parte do processo, devem ter o direito à opinião através da valorização das suas percepções, necessárias para um palpável desenvolvimento da coletividade e ações em equipe, é importante que estejam atentos às vulnerabilidades dos outros, sensíveis a observação do universo da sala de aula e também fora dela, seguindo no propósito de superação das divergências, pois, o mundo vive em “tempos líquidos, com medo, e a vida líquida nesta sociedade líquida significa uma sucessão de reinícios; acredita-se que nem todas as forças são usadas quando se quer permanecer no mesmo lugar”. (BAUMAN, 2007, pág.8).

Envolvido no protagonismo da aprendizagem e em favor da paz, não raro, o professor se questiona em como ajudar os alunos, a escola e a sociedade, qual o primeiro problema a

ser resolvido? Como chegar ao cerne e promover a tão sonhada transformação? Uma vez que a paz pode ser de difícil acesso e pouco viabilizada, inclusive pela mídia, tornando a violência mais atrativa e acessível? Inviável para alguns ou uma mera invenção para outros, a sociedade percebe que o cultivo da paz é fundamental para o sólido desenvolvimento humano e de uma região. A partir de novas atitudes, com atenção especial ao diálogo claro, objetivo e não-violento, é possível a criação de estratégias para a cultura da não-violência que faz alusão novamente a afetividade pois “sem bater fisicamente no educando, o professor pode golpeá-lo, impor-lhe desgostos e prejudicá-lo no processo de sua aprendizagem”. (FREIRE, 1996, pág.138).

A construção de diálogos que despertem a busca pelo saber do que é bom e ruim, certo e errado, se torna o pilar para a compreensão dos indicadores da violência e perigos que cerceiam a juventude, uma vez que a violência é um problema que acompanha a humanidade desde o início dos tempos e atualmente, acessível às mais diversas faixas etárias, tem levado os jovens a exposição extrema, através da Deep Web, dos jogos e desafios eletrônicos como a Baleia Azul, dos conteúdos violentos presentes nas redes sociais, dos conceitos como bullying ou cyberbullying e do fomento de ações violentas, inclusive contra professores.

Educação: processo de sensibilização e emoção

É preciso sensibilizar o jovem dos problemas do mundo, do próximo, do outro. É fato que ações isoladas não resolverão as questões de violência no país, no estado, na cidade, no bairro, na rua, na escola ou, ainda, nas famílias, mas é possível, através da comunicação clara e não violenta iniciar uma mudança individual, interna, e esta se tornar bons exemplos na convivência social, proporcionando pequenas diferenças, bases para grandes mudanças.

A valorização daquilo que é bom para si e para o próximo através da empatia pode se tornar algo revolucionário, um instrumento social do bem, da coragem para novos caminhos, inclusive na linguagem líquida das redes sociais. A promoção da autopercepção, das emoções e frustrações pode abrir o caminho para o aprendizado daquilo que não é tradicional, como o desenvolvimento da inteligência emocional através do trabalho das competências sócio-afetivas em todos os espaços, na escola e fora dela através do envolvimento das famílias, com a valorização das suas histórias, suas lembranças, suas origens, suas culturas, pois tudo o que move algo para frente é o outro. Para Freire (1987) o aprendizado da leitura e da escrita deve também ser de interesse das outras áreas do saber como a Psicologia, a Linguística e a Sociologia.

Os ensaios sociais devem ser proporcionados no ambiente escolar e legitimam o aprendizado, tornando acessível, eficaz, divertido e instigante, assim, as informações são mais facilmente lembradas e assimiladas na contra-mão do senso comum que incita provas individuais ou disputas através de campeonatos e gincanas, sem a promoção da colaboração, reduzindo a aprendizagem a processos de dor e sofrimento, tornando o aluno mero expectador da sua aprendizagem.

A promoção da educação mediada e incentivada pelos professores através de debates, da diversão, do empoderamento, elevam a mecânica da aprendizagem a um poder transformador, pois de mero expectador, o aluno passa a ser autor e protagonista do saber, transcendendo o dialogismo, a coletividade e a tomada cooperativa de decisões.

Considerações finais

A sociedade como um todo está convidada a usufruir da comunicação não - violenta, atenta e responsável às tomadas de decisões do seu próprio futuro e sobre as suas escolhas, legitimando a Filosofia do Ato Responsável (1975), Bakhtin remete à alteridade, pensando no outro, mas contextualizando a criança através da criatividade, do fomento do crescimento pessoal, intelectual e interpessoal.

Processos coletivos são trabalhosos e barulhentos mas preparam os jovens às diversas leituras do mundo, proporcionando a reescrita de suas histórias, de suas vidas e das suas comunidades, sem espaço para a violência somente criatividade, imaginação, proatividade, mesmo em momentos de liquidez das relações.

As mudanças começam por cada um de nós, embasadas em redes de relacionamentos sólidos e bem construídos, vivenciando a cultura da paz e da não violência. Valores que ajudam o mundo e o próximo com aprendizagens intermediadas a partir do lúdico, das brincadeiras, da leveza colaborativa dos jogos e do amor.

Vivemos em tempos pandêmicos e, propositalmente, no início do texto mencionamos a sindemia, como a combinação do caos instaurado pela pandemia COVID-19. Todos estão com medo de abreviar a vida, de perder entes queridos, de conviver, de ser, estar.

O medo nos bloqueia, provoca a mente, enlouquece o corpo, adoce os sentimentos e faz com que tenhamos ações movidas pelas reações. Muito tem se falado na internet, na cultura do cancelamento, na propagação gratuita do ódio.

Bullying e cyberbullying já existiam, assim como os projetos interativos, que promoviam a união, a gentileza, a educação pela paz, pela cooperação, por meio de jogos, da gamificação.

Mas, como já bem dizia Bauman, com o perdão da paráfrase, nunca fomos pós-modernos e falhamos no nosso projeto de paz pós-guerra. Ainda estamos em guerra, guerra e paz. E isso perpassa pelo corpo.

A linguagem nos denuncia, por ser produto do diálogo, dialógica, e incluir necessariamente a relação com o outro. A alteridade não é uma produção pacífica, por ser herança da tensão.

É tenso viver, habitar, existir, cooperar, conviver, comunicar, sem invadir espaços e sem desprezar os limites do outro, sobretudo em meio à essa polifonia de vozes que nos circunda, em meio aos outros que habitam em nós.

Educar em tempos de adoecimento coletivo, em plena era da comunicação instantânea e das aulas remotas, das emoções híbridas, dos relacionamentos líquidos, é investir no amor, na sutileza, na delicadeza, na educação, na polidez, na elegância verbal e, por que não, na economia das palavras.

A linguagem não-violenta tem tudo a ver com o desenvolvimento regional por estar presente no cerne pedagógico, no fazer docente, na gestão. Considerando os conflituosos axiomas valorativos atuais, qualquer amor é um ato de rebeldia contra o sistema e, portanto, pacífico, saudável, em meio à arquitetura espiral dos silenciamentos impostos pela vida.

Referências

- BAKHTIN, Mikail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Pedro Editores, 1924.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2001.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo. Cortês Ed., 2018.
- FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FREIRE. P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE. P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª Ed., 1987.
- MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 20, p. 13-20, abr. 2003. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3198>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- MALAGRI, C .A.; LOPES, E. V. Escola Violenta? Diálogo, Afetividade, Leitura e Escrita para a Cultura da Paz. **Revista de Pastoral**. ANEC. Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, 2. ed., 2019.
- MARTINOT, A. F.; FLEDLER, J. C. A. importância da CNV - Comunicação não violenta na realização do processo de autoconhecimento. **Revista Educação**, v. 11, n. 1, 2016.

Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2174>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MONTEIRO, L. S.; KYOTOKU, J. F.; RIBEIRO, B.; PINTO, C. T.; BRAZ, F. F.; ROCHA, S. B. A importância da comunicação não violenta (CNV) nas organizações públicas. Revista Femass, n. 2, p. 126-146, jul./dez 2020. Disponível em: <https://revistafemass.org/index.php/femass/article/view/23/30>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PELIZZOLI, M. L. **Diálogo, mediação e cultura de paz**. Recife: Editora da UFPE, 2012.

PIAGET, J. **Relações entre a afetividade e a inteligência do desenvolvimento mental da criança**. Tradução e organização: Cláudio J.P. Saltini e Doralice B. Cavenaghi. Rio de Janeiro: Wak, 2014.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

ROSENBERG, M. **Vivendo a Comunicação Não Violenta**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. E-book Kindle. Ministério do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional>. Acesso em: 19 Jul. 2021.

SILVA, M. J. P. **Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

UMA LEITURA DOS MUSEUS A PARTIR DO GÊNERO: MULHERES NA HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO EXTREMO SUL DO BRASIL

Daniel Luciano Gevehr³⁹

Introdução

A pesquisa investiga os museus de história da imigração alemã no Vale dos Sinos (RS) a partir das narrativas produzidas – através de sua expografia – e difundidas nesses espaços públicos de visitação. Nesse caso, atentamos especialmente para o processo que envolve a produção das *narrativas visuais* (BURKE, 2004) sobre as mulheres – compreendendo que cada imagem busca contar uma história sobre elas a partir de seu contexto de produção – presentes nesses *espaços museológicos* que por sua vez, difundem representações sobre a mulher na história da imigração alemã, a partir de recortes e seleções, presentes em seus acervos.

Privilegiamos a leitura crítica dos *museus* (POULOT, 2013), buscando compreender os diferentes mecanismos utilizados na criação das diferentes ambiências (MENESES, 2013), bem como a criação de imagens e representações que procuram retratar uma determinada história sobre as mulheres imigrantes, que chegaram à região a partir de 1824. Nesse sentido, a análise crítica que propomos, se baseia na discussão sobre os elementos simbólicos presentes nesses lugares de memória da imigração, relacionando-os com os conceitos de *representação, de patrimônio cultural e de identidade étnica e de gênero*.

A relação existente entre esses elementos norteia a pesquisa sobre os museus. Ressaltamos que a pesquisa aqui apresentada tem como recorte espacial dois museus localizados nos municípios de *Nova Hartz e Sapiranga*, ambos de origem germânica na região do Vale dos Sinos (RS). A seleção desses espaços se justifica, uma vez que ambos representam parte do acervo que busca representar a presença da imigração alemã na região e que dessa forma, guardam elementos simbólicos que carregam e perpetuam uma determinada memória do grupo étnico.

A preocupação com a exaltação e a afirmação dos elementos culturais associados à identidade étnica germânica é discutida na pesquisa, na medida em que esses traços

³⁹ Doutor com estágio pós-doutoral. Professor titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

identitários se tornam evidentes nas representações construídas e difundidas nos museus, seja através da (re)criação de cenários ou até mesmo através de coleções de diferentes tipos presentes nas exposições permanentes. A pesquisa pretende ainda discutir, em que medida, esses museus da imigração alemã contribuem para a (re) produção da *memória* (LE GOFF, 2003) das mulheres na imigração alemã, uma vez que esses museus são compreendidos como lugares de perpetuação e ressignificação da memória e, também, de afirmação de identidades das comunidades locais (municipais) diretamente ligadas à esses espaços museológicos.

Através da investigação realizada nesses lugares de memória, pretendemos discutir os elementos simbólicos presentes, que buscam materializar, através de sua expografia, uma determinada história das mulheres. Essa, por sua vez, nos revela *escolhas e enquadramentos da memória* (POLLACK, 1989), ao mesmo tempo em que define aquilo que deve ser mostrado e guardado para a exposição pública.

Partimos nossa investigação sobre as representações sobre as mulheres nos museus de imigração alemã da noção de que *as produções simbólicas* – que em nosso caso estão presentes nos espaços museológicos – devem suas propriedades mais específicas às condições sociais em que são produzidas (BOURDIEU, 2001). Nesse caso específico, os museus são compreendidos na pesquisa como manifestações simbólicas, que falam de forma direta sobre o lugar e sobre os grupos sociais responsáveis pela sua produção, num processo de *lutas simbólicas* (CHARTIER, 2002), no qual a imposição de determinadas *representações sobre o passado* (BOURDIEU, 2001) sofrem – necessariamente – *a seleção* daquilo que deve ser preservado e representado nos espaços sociais, e que passam a representar parte do passado.

É bastante válido o fato de que as *representações sociais* (JODELET, 2001) expressam sentimentos e ideologias presentes nos grupos que as forjam e definem ainda os objetos eleitos para representa-los. Por sua vez, estas definições partilhadas – *e que nesse caso se materializam nos espaços museológicos das suas comunidades* – constroem uma visão pretensamente consensual da realidade. Buscando realizar uma leitura crítica desses espaços, atentamos ainda para Chartier (2002), que se refere às inúmeras possibilidades de *leitura de um símbolo*, afirmando que este nunca é “lido” de uma única maneira. Segundo Chartier, existem diferentes formas de interpretação de um símbolo, sendo que sua leitura está diretamente vinculada ao contexto no qual o observador está inserido, bem como ao olhar que este lança sobre o objeto em questão.

Compreendemos os museus de imigração como *lugares de memória*, na acepção de Pierre Nora (1993: 21), para quem “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.” Para Nora, a

“*memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos*” (Ibidem: 25), logo os lugares de memória – como são os museus de imigração alemã – além de serem socialmente construídos, consistem-se em mecanismos de *perpetuação da memória* (HALBWACHS, 2004).

Halbwachs (2004) mostra-nos como os lugares desempenham um papel fundamental na construção da *memória coletiva*. Para ele, os lugares que percorremos nos fazem lembrar de fatos ocorridos no passado e, assim, contribuem para a construção da memória, evocando o passado. Quando uma comunidade elege seus *lugares de memória*, como a construção de um museu e a seleção das peças que o compõe, com forte presença de elementos étnicos – que passam a representá-la – pode-se perceber os condicionantes que estão envolvidos. Já para Pollack (1989), os lugares de memória somente se constituem em espaço de preservação de uma memória se assim a comunidade os reconhece. Soma-se a isso a constatação de que, no caso dos museus de imigração, a criação desses lugares se associa diretamente ao período em que essas comunidades passam por transformações, como a chegada de migrantes de outras regiões do Rio Grande do Sul e o fenômeno da industrialização, impulsionado na região a partir da década de 1970. Esses museus constituíram-se enquanto espaços de salvaguarda de uma memória imigrante que não se queria “perder no tempo.” Nessa relação de forças, *o imaginário* (BACZKO: s/d) tem como um de seus pontos de referência – e de lembrança – *os lugares de memória*, na expressão de Nora, para quem “a memória pendura-se em lugares assim como a história em acontecimentos” (1993: 25).

Já sobre a questão que envolve a *lembrança*, Le Goff (2003: 419) aponta para o fato de que a memória requer um exercício constante de atualização – processo que envolve diretamente a criação e manipulação dos espaços e dos objetos que constituem os museus da imigração na região. As exposições nesses lugares de memória contribuem para a *manutenção e atualização* de uma memória sobre o próprio grupo que a produziu e a preserva.

Atentamos ainda para a relação existente entre esses conceitos – que fundamentam nossa compreensão sobre os museus de imigração – e as discussões sobre *identidade*, compreendida nesse estudo como “uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro” (CANDAU, 2012: 09). Para o antropólogo a memória – *elemento indispensável da construção da identidade de uma comunidade* – é “uma construção continuamente atualizada do passado, mais do que uma construção fiel do mesmo” (Ibidem, p.09). Assim, a criação e organização de um museu de história, são entendidas como um fenômeno social, no qual o passado da comunidade é redefinido, de acordo com os interesses do presente, que nesse caso, nos parece estar

diretamente associado à preocupação com a preservação dos traços identitários, que nesse caso, nos remetem a pensar nas questões da etnicidade – elemento que aparece como traço identitário fundamental nos museus dessas comunidades.

Os museus – vale lembrar – através de suas narrativas, reafirmam os papéis sociais atribuídos às mulheres, no contexto da imigração. Procuram evidenciar “as profissões de mulheres” e que eram consideradas como “boas para um mulher” (PERROT, 2005, p.251). Como também nos ensina PERROT (2005, p.257) “há, de fato, as próprias mulheres, suas aspirações e suas representações, particularmente difíceis de conhecer, pois o discurso ideológico recobre palavras, formata seu ser social e até mesmo suas memórias”. Estes elementos nos fazem refletir criticamente sobre a expografia presente nos museus e sobre os papéis “desenhados” para as mulheres de origem alemã.

Pensando na recriação dos lugares de memória, associados diretamente às funções femininas, a autora lembra que “Era na cozinha que minha avó [...] se sentia totalmente à vontade, dona da casa e das coisas” (PERROT, 2011, p.131). Diz ainda que “O quarto seria por excelência o lugar das mulheres, seu tabernáculo. Tudo concorre para encerrá-las aí: a religião, a ordem doméstica, a moral, a decência, o pudor, mas também o imaginário erótico [...] (Ibidem, p. 131).

Neste contexto, *etnia e gênero* assumem uma dimensão de destaque, na medida em que os papéis – socialmente construídos e atribuídos às mulheres de origem alemã – são trabalhados e manipulados de tal forma, que as ambiências materializam formas de pensar e representar as mulheres da zona de imigração alemã, que passam a ser patrimonializadas, no espaço museológico.

Percebemos, ainda, que o patrimônio – e em nosso caso mais particular, o museu – funciona como um “aparelho ideológico da memória” (CANDAU, 2012: 158). Isso se explica em virtude do patrimônio da comunidade ser compreendido como um verdadeiro *transmissor da memória* do grupo, agregando valores, ideologias e formas de pensar, além é claro, de representar o passado dessa comunidade, que agora se encontra patrimonializado através das exposições produzidas nos museus. Sobre essa questão que envolve o patrimônio e sua produção, Candau afirma ainda que “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e, mais particularmente, aquela dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais” (Ibidem: 159). A lembrança dos tempos da Colônia e dos primeiros imigrantes alemães parece servir, nesse contexto, de *suporte da memória*, para se mostrar o quanto se prosperou e o quanto as comunidades de origem germânica prosperaram. Nelas, o *trabalho da mulher* ganha visibilidade.

Buscando melhor fundamentar nossa análise, buscamos discutir os sistemas classificatórios que envolvem a produção dessas identidades, que em nosso caso apontam para necessidade de reafirmação da *germanidade* – compreendida como uma categoria que remete a identidade étnica compartilhada pela comunidade, que os remete a “lembrar e perpetuar” o passado imigrante. Sobre essa questão Giralda Seyferth (2011) se refere ao *Deutschtum*, que para ela expressa a *germanidade*, que seria uma espécie de laço identitário, que une os imigrantes e seus descendentes através da *etnicidade*.

O *museu* – compreendido como expressão do patrimônio – engloba, ainda, *saberes, lugares e modos de fazer*, que comunicam algo sobre a identidade de quem as produz, e que por sua vez, são transmitidos através das gerações. Decorre daí que os hábitos e as tradições de uma comunidade nos dizem e revelam parte da sua cultura. Ainda, para Veloso (2006), o conceito de referência cultural ressalta o processo de produção e reprodução de um determinado grupo social e aponta para a existência de um *universo simbólico* compartilhado.

Esses elementos podem ser percebidos na medida em que encontramos uma forte preocupação em manter viva a fala da língua alemã, através do *Hunsrik*, que é praticado cotidianamente e da preservação de diferentes *usos e costumes* (THOMPSON, 2013), como as comidas, as músicas, a religiosidade e as festas, deixados pelos alemães que fundaram as comunidades no século XIX. A preocupação com a manutenção dos elementos étnicos, ligados à herança germânica na região, aparece como um elemento identitário que dá sentido e perpetua, através das gerações, o sentimento de pertencimento ao grupo étnico que deu origem às comunidades. Os museus, que acabam muitas vezes, *espetacularizando* (LLOSA, 2013), através de sua expografia, uma narrativa sobre a imigração alemã no sul do Brasil, atuam como difusores de uma representação/imagem sobre esse imigrante, que permite a (re)atualização da memória através da manipulação do imaginário, que por sua vez, contribui de forma decisiva na manutenção dos traços identitários atribuídos aos imigrantes alemães e seus descendentes.

As narrativas visuais dos museus de Nova Hartz e Sapiranga

Selecionamos para análise dois museus. Decidimos por tal recorte, considerando as especificidades de cada espaço. Partimos da definição proposta por Gonçalves (2009), para quem o *museu-narrativa* se constitui em um espaço de exposição, inserido em um espaço urbano, mas no qual a relação com o público ainda guarda marcas bastante pessoais. Esse é precisamente o caso dos museus de imigração que estamos analisando e nos quais

observamos, de forma bastante evidente, uma relação muito próxima entre esses lugares de memória e a comunidade que o produz e o mantém vivo. Nessa relação interpessoal, “por meio da qual se dá o fluxo de trocas entre doadores e diretores de museus” (GONÇALVES, 2009: 178) é que ocorre a definição daquilo que será exposto e que, constituirá parte do material de expografia presente no museu.

É nesse contexto que iremos acompanhar o processo que o autor denomina como “invenção do patrimônio” (Ibidem: 179). De acordo com ele essa “invenção” – que consiste na seleção e organização – das exposições do museu, “vem acompanhada de valores, como autonomia e liberdade, assumidos por sujeitos individuais ou coletivos” (Ibidem, p.179). A partir disso é que analisamos dois museus que, apresentam características semelhantes quanto aos seus objetivos e forma de organização e seleção de sua expografia.

O primeiro é o Museu Municipal de Nova Hartz, criado pela Prefeitura Municipal em 1999, e que está localizado na área central do município e ocupa uma antiga residência, localizada na atual praça central da área urbana. Organizado a partir de diferentes ambientes, que respeitam a divisão original da casa, o museu apresenta um rico acervo, constituído de móveis, objetos e fotografias, que procuram evidenciar a presença dos imigrantes alemães na localidade. Dessa forma, o museu se apresenta como um espaço de memória da imigração e tem como tema principal do seu acervo a imigração e a colonização alemã em Nova Hartz.

Na parte central do museu encontramos objetos que evidenciam o estilo de vida dos primeiros moradores, através dos móveis e utensílios domésticos que eram utilizados desde o século XIX até meados do século XX, quando o desenvolvimento da indústria calçadista no município transformou radicalmente o estilo de vida de seus moradores. Podemos observar – como no exemplo na imagem abaixo – a mistura de elementos de diferentes épocas na expografia, que contam a trajetória de transformação da comunidade, através dos objetos.

Notamos na constituição desse ambiente a preocupação em mostrar o ambiente da casa, que é constituído basicamente da cozinha – lugar de preparação dos alimentos, principal espaço social da casa e *lugar da mulher, por excelência* – no qual as pessoas se reuniam para realizar as mais diferentes atividades e celebrar seus usos e costumes cotidianos, que não se revela apenas através dos móveis e objetos, mas também da produção de bordados, feitos à mão e que contém dizeres, que revelam valores familiares compartilhados. Estes objetos revelam parte dos saberes e afazeres das mulheres, tidos como “coisas de mulheres”.

A associação de diversos elementos culturais aparece na imagem acima, na qual utensílios domésticos – *utilizados no cotidiano das mulheres* – aparecem em associação com uma cuia de chimarrão – um elemento típico da cultura gaúcha que foi assimilado pelos

imigrantes alemães no Rio Grande do Sul – e outros objetos do uso cotidiano da comunidade nos tempos que antecederam a chegada da energia elétrica e a modernização imposta pelo espaço urbano que se organizava a partir da década de 1950 em Nova Hartz.

Neste contexto, o pano de parede bordado à mão pelas mulheres, aparece como um artefato que demonstra o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres, que além das atividades cotidianas, encontravam tempo para bordar e cuidar da ornamentação da casa. Aliás, o cuidado com a limpeza e a organização da casa é um dos aspectos bastante evidenciado através do museu, que procura imprimir a ideia de organização e cuidado com a casa como atividades diretamente ligadas ao gênero feminino. A mulher aparece, portanto, como elemento de destaque em ambientes que revelam suas atividades no espaço privado do lar.

O espaço da cozinha e da quarto, são os espaços de maior visibilidade no museu, uma vez que ocupam a maior parte física e concentram um expressivo conjunto de objetos, que se associam a vida das mulheres. O cuidado com os detalhes destes ambientes evidencia o trabalho desempenhado pelas mulheres, no espaço interno da casa. Nestes espaços, a mulher é representada como uma espécie de “rainha do lar”. Se no espaço público era seu marido quem comandava e tomava a maior parte das decisões, em casa – no lar – era ela, a mulher, a mãe, dona de casa, quem ocupava o lugar de centralidade.

Outro elemento de destaque no museu é a exposição de fotografias e documentos ligados às atividades educacionais, festivas e religiosas da comunidade. Na imagem apresentada acima, observamos parte da história da comunidade, que se revela aos visitantes através de poses em atos cívicos, em atividades nas escolas e até mesmo na exposição do certificado de Ensino Confirmatório de um membro da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB). Neste espaço, a mulher também é representada através de sua religiosidade.

Este aspecto, de caráter religioso, associado ao luteranismo – que naturalmente coexistia com o catolicismo romano – é um elemento de forte vinculação à etnicidade que constitui a comunidade, visto que a prática religiosa ligada à igreja luterana alemã é um traço identitário que distingue essa comunidade, nas quais a germanidade não se fazia presente. O museu, a partir de sua organização, procura demonstrar a preocupação dos imigrantes alemães e seus descendentes quanto à preservação dos valores identitários, que têm a *família, o trabalho e a religiosidade* como fundamentos que orientam as condutas e as ações coletivas da comunidade.

O *trabalho*, representado através dos instrumentos, cuidadosamente organizados na exposição, busca valorizar as atividades desempenhadas na comunidade e que dessa forma dão destaque para a evolução do trabalho ao longo do tempo. Exemplo disso são as ferramentas utilizadas nas atividades agropastoris, que associam o passado desses imigrantes ao espaço rural. No mesmo ambiente, são apresentadas as novas tecnologias que surgiram ao longo do século XX, como as máquinas de calçado, as balanças e o primeiro computador que chegou ao município, na década de 1980. Neste espaço, o homem é quem ocupa lugar de destaque, estando os “ofícios de mulher” praticamente ausentes.

A mistura de objetos que representam as atividades econômicas desenvolvidas, em diferentes épocas e contextos, pode ser compreendida como uma tentativa de mostrar aos visitantes o progresso alcançado pelos seus moradores. As diferenças evidenciadas entre a chegada dos primeiros imigrantes e o tempo mais recente se apresentam como um forte elemento de valorização da coletividade, que através do trabalho e da preservação da cultura trazida pelos imigrantes alcançaram o desenvolvimento do município.

O segundo lugar de memória que investigamos é o Museu Municipal Adolfo Evaldo Lindenmeyer – que presta homenagem ao ex-vereador da cidade e também descendente de alemães – que está localizado na área central de Sapiranga, no prédio da antiga estação férrea, conhecida como “Estação Sapyranga”, desativada em 1964. O museu foi criado pela Prefeitura Municipal em 1996 e tem como tema principal de seu acervo a imigração e a colonização alemã no município.

Os ambientes do museu são constituídos por diferentes temáticas, que se dividem entre a casa do imigrante, a venda colonial e a evolução da economia no município. Além disso, o museu conta com uma pequena exposição de obras que retratam o episódio dos Mucker – único movimento messiânico ocorrido no Brasil em ambiente protestante e que foi liderado por uma mulher, Jacobina Mentz Maurer. Neste espaço, a mulher – Jacobina – é quem ganha relevo na história da imigração alemã.

Assim, logo na entrada do museu, nos deparamos com a venda colonial que existiu na localidade, desde o século XIX e funcionava em uma edificação em estilo enxaimel. A venda, cuja imagem podemos observar acima, conta com diferentes objetos, que procuram contar parte da história da comunidade, em especial a economia de trocas de produtos, amplamente conhecida em toda região colonial alemã do Rio Grande do Sul. O espaço da venda representa – vale lembrar – parte do universo essencialmente masculino e público, no qual as mulheres praticamente não são representadas.

Já a casa do imigrante é representada pela cozinha e pelo quarto do casal, que mostram parte do mobiliário e dos objetos de uso cotidiano desses imigrantes – retratando a evolução dos objetos ao longo do tempo – constituindo um conjunto de artefatos de diferentes épocas e contextos da história de Sapiranga. Neles as “coisas de mulheres” ganham, mais uma vez relevo, na perspectiva de contar a história das mulheres na zona de imigração alemã.

A mesa da cozinha e o banco onde todos se sentavam para fazer as refeições coletivamente, os utensílios domésticos, os panos de parede com dizeres em alemão – e de grande apelo religioso – e o mobiliário que constituía o quarto do casal são exemplos do patrimônio cultural da comunidade. Esses, por sua vez, remetem os visitantes, a lembrarem do tempo dos imigrantes alemães e de suas dificuldades frente ao novo ambiente da América.

Objetos como formas para confecção de bolachas, doces em compotas, moedor de café e outros vários utensílios do cotidiano são colocados em relevo na exposição da casa, que demonstra também a preocupação com a organização das tarefas e a limpeza com o espaço da casa, que cabia principalmente à mulher. Percebe-se a vinculação do espaço doméstico da casa a presença da mulher, que além de cuidar da família, de ajudar seu marido nas atividades do campo, cuidava muito bem da casa – como uma forma de representação dos *usos e costumes* dessa germanidade. A cozinha e o quarto, nesse contexto, reproduzem formas de pensar e sentir as questões de gênero.

Em Sapiranga aparece a preocupação com a representação do trabalho, que é apresentado ao visitante através da exposição que mostra a evolução do trabalho, desde os tempos da Colônia até o apogeu do calçado – elemento de destaque na evolução econômica do município e que se constitui a principal atividade econômica desenvolvida atualmente.

Na área externa do museu, encontramos uma réplica da estrada de ferro, inaugurada em 1903 e que ligava Sapiranga a Porto Alegre. A presença da estrada de ferro é uma compreendida pela comunidade como uma forma de representar o desenvolvimento econômico da localidade no final do século XIX, logo após o desfecho do conflito do Mucker, que encerrou em 1868, com a vitória das forças imperiais sobre o grupo liderado por Jacobina nas imediações do morro Ferrabraz. Os trilhos do trem procuram simbolizar o progresso alcançado pelos alemães.

Aproximando os contextos da pesquisa

Percorrer os caminhos que compõe a produção das narrativas visuais sobre as mulheres nos museus da imigração alemã nos faz pensar sobre a complexidade que envolve a manipulação da memória e sobre os diferentes elementos que estão envolvidos nesse jogo de poder, que procura estabelecer uma representação sobre o passado – em especial sobre as questões de étnicas e de gênero. A análise desses lugares de memória da imigração no Vale dos Sinos nos permitiu melhor compreender sobre os processos que operam nessa tentativa de registro do passado.

Torna-se clara a intenção, por parte daqueles que produziram esses lugares de memória, de imprimir, através do tempo, uma memória, que faz lembrar *a rusticidade desse passado imigrante* em suas comunidades, ao mesmo tempo em que acabaram dando certa visibilidade às mulheres, muitas vezes negligenciada pela historiografia considerada tradicional e que exalta apenas o trabalho masculino na zona de imigração.

Os museus, enquanto lugares que suportam lembranças e difundem imagens são, sem dúvida, um espaço de discussão acerca dos interesses e motivações que levam essas comunidades a buscarem, incessantemente, *(re)enquadramentos de suas memórias*. Nesses enquadramentos, as mulheres, acabam sendo, inevitavelmente, enquadradas dentro de certos padrões culturais, que as colocam, essencialmente no espaço doméstico do lar, condicionadas ao espaço privado e controladas, na maioria das vezes, pelo poder da dominação masculina.

Referências

- BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopedia Einaudi** (Anthropos-Homem). Portugal: Imprensa nacional/Casa da Moeda, s/d. v.5. p. 309-310.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand. 2001.
- BURKE, P. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia**. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2006.
- GONÇALVES, J. Os museus e a cidade. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio**. Ensaios Contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-186.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBSBAWN, E. “Introdução: a invenção das tradições” in: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 09-23.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- Le GOFF, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LLOSA, M. V. **A civilização do espetáculo**. Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

- MENESES, U. T. B. de. A Exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. **Museus**. Dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.15-88.
- MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo, n. 10, dez. 1993. [Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História PUCSP].
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. **A história dos quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- POLLACK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POULOT, D. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- POUTIGNAT, P; STREITFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- SEYFERTH, G. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 26, n. 77. p. 47-62, 2011.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre cultura popular e tradicional. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.
- VARINE, H. de. **As raízes do futuro**. O patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.
- VELOSO, M. O Fetiche do Patrimônio. **Habitus**. Goiânia, v.4, n.1, jan./jun. p.437-454, 2006.
- WOODWAR, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 07-72.

A EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA DAS FAMÍLIAS PIPPI E PIGATTO NA QUARTA COLÔNIA IMPERIAL DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE O SÉCULO XIX⁴⁰

Liriana Zanon Stefanello⁴¹

Introdução

As memórias familiares dos imigrantes e descendentes de italianos, “guardadas” no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma⁴²(CPG), por Padre Luiz Sponchiado nos instigaram a desenvolver esta pesquisa. Observou-se que suas relações com as famílias de Nova Palma se davam de diferentes maneiras, com maior ou menor afinidade, tanto politicamente quanto socialmente. Isto nos intrigou, pois conhecendo sua história, não percebíamos com clareza até onde ia o papel que o Pe. Luiz Sponchiado desempenhava nesse contexto. Assim sendo, ficamos cada vez mais estimulados a entender como se dava a construção desta memória tanto a elaborada e “guardada” no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, quanto a memória de si e sobre si elaborada pelos imigrantes, por e para seus descendentes, ao longo do tempo. Na busca desta e de outras respostas correlatas construímos a tese de doutorado que ora sintetizamos e que se propôs a analisar a construção das memórias familiares de imigrantes na região da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul - Brasil, a partir da análise da documentação organizada no CPG e da documentação particular e inédita da família Pippi.

Para fazer a escrita da história usamos os dois arquivos, o do CPG, com cerca de 600 documentos arquivados nas referidas caixas destas duas famílias, e os 2000 documentos arquivados no acervo privado da família Pippi. A documentação arquivada nos dois lugares e utilizada é muito ampla. Compõem-se de: fotografias, lembranças (óbito, aniversário,

⁴⁰ Este artigo é uma síntese da tese de doutorado em História e em “Lingue, Culture e Società Moderne”, na modalidade Cotutela, da autora, intitulada: Memórias Familiares: Um Estudo Da Imigração Italiana Na Quarta Colônia Imperial (Rio Grande Do Sul, Brasil), defendida na Universidade do Vale do Rio dos Sinos(UNISINOS/RS) e na Università Ca`Foscari di Venezia/ Itália em 2015, sob a orientação da Profª Drª Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e do Profº Drº Luis Fernando Beneduzi. No período da cotutela a pesquisa foi desenvolvida na Itália, na Universidade acima mencionada, com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior. Pesquisa esta realizada em diversos acervos da Região da Toscana e do Vêneto.

⁴¹ Doutora em História pela Unisinos e Doutora em Língua, Cultura e Sociedade Moderna pela Università Ca` Foscari Venezia. Professora no Colégio Riachuelo-Santa Maria/RS da rede Estadual do RS. Pesquisadora no grupo de pesquisa História Platina: poder, sociedade e instituições do CNPQ/UFSM.

⁴² O Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG) foi criado por Padre Luiz Sponchiado, e inaugurado para visita ao público no Centenário da Colonização Italiana do Núcleo Soturno, hoje município da Nova Palma, em 1984. Este padre preocupou-se em pesquisar a genealogia e a documentação dos imigrantes italianos e, de seus descendentes, estabelecidos na Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

primeira eucaristia e missas), convites (formatura, casamento), recortes de jornais, entrevistas, depoimentos orais, coletâneas de imposto territoriais e sobre empréstimos; certidões civis e religiosas (nascimento, casamento e óbito), notas (promissórias, fiscais e recibos), correspondências, escrituras de terras, contrato de Compra e Venda (C/V) de terras, transmissão de propriedade, convocações, procurações, nomeações, propagandas eleitorais, transações comerciais, etc. Nesta análise, portanto, utilizamo-nos desta vasta documentação sobre as famílias e bibliografias concernentes aos temas, especialmente as que se vinculam aos estudos micro-históricos sobre o processo imigratório.

Questões teóricas

Ao optarmos por analisar as duas famílias, verificamos que suas trajetórias nos permitiriam analisar a influência das mesmas do passado até o presente em todos os aspectos da vida colonial, sejam econômicos, políticos ou socioculturais. A observação nos mostrou serem ambas influentes na comunidade, terem poder econômico e também, possuírem capital simbólico. Por isso, as consideramos representantes de muitas outras famílias estabelecidas na região. Estudá-las significou, portanto, partir de uma história particular (privada) para perceber o todo. Dito de outra forma, a redução da escala de análise⁴³ neste caso, a trajetória destas duas famílias nos permitiu, em última instância, perceber, observar, identificar aspectos que de outro modo passariam despercebidos na construção das redes econômicas, políticas e sociais da Quarta Colônia, ou seja, queríamos identificar a influência destas redes nas reelaborações memoriais feitas pelo Padre Luiz.

As trajetórias que nos propusemos cruzar na análise foram a trajetória do Padre e a trajetória das famílias Pippi e Pigatto que colaboraram no processo de escolha da preservação da memória e, neste sentido, trajetória serve para compreender pontos de contato entre as famílias e o Padre.

Para alcançar este objetivo, partimos da noção de trajetória definida por Bourdieu (2008, p.74-82) como “uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou mesmo grupo), em um espaço, ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”, mas consideramos muito relevante a reflexão feita por Kofes (2001, p.19-28),

⁴³ Ao se referir a este aspecto Levi diz que “para a micro-história, a redução da escala de análise é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado”- Giovanni LEVI. Sobre a micro-história. IN: Burke, Peter. A escrita da história: novas perspectivas, São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p.137 e mais que esta “observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (p.139).

a qual parte do mesmo princípio de Bourdieu, mas leva em conta a temporalidade. A autora, ao estudar a trajetória de sua personagem procurando verificar a imagem que os testemunhos escritos oferecem da mulher analisada, considera a importância das narrativas tecidas por ela própria, numa “tentativa de congelar uma temporalidade precisa” (KOFES, 2001, p.27) e assim, uma imagem de si. Sendo assim, para a autora, trajetória seria “o processo de configuração de uma experiência social singular” (KOFES, 2001, p.27). Compreensão esta fundamental para averiguar que, memória/história de si, os distintos atores sociais procuram construir através de suas narrativas, levando em consideração que o processo de narrar e registrar implica em uma seleção, princípio de todo e qualquer processo memorável.

A trajetória do Pe. Luiz Sponchiado iniciou em 1956 quando recebeu a Paróquia de Nova Palma e se deu concomitantemente à ampliação de seu prestígio e confirmação de sua política⁴⁴. Sua trajetória se cruzou mais particularmente com uma das duas famílias enfocadas (assim como com centenas de outras) através do uso de alguns instrumentos importantes entre os quais o púlpito, pelo exercício de sua atividade religiosa, a organização do Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), instituição cuja finalidade é a preservação da memória da imigração italiana na localidade e a atuação frente ao movimento emancipacionista dos municípios da Quarta Colônia.

É no CPG que o Pe. Luiz organizou as “caixas de família” com a documentação relativa aos grupos familiares imigrantes e é onde ele construiu, com documentos de diversos tipos, uma memória oficial da imigração na região. Exemplificando a parceria com o prelado, analisamos a família PIGATTO. Família de expressão na comunidade, os Pigatto sistematicamente estiveram ligados ao Pe. Luiz Sponchiado, acompanharam-no em campanhas e o apoiaram em ações por ele desenvolvidas. Verificamos, porém, que por diferentes motivos nem todas as famílias tiveram o mesmo tipo de relação com o Padre, como o caso da família Pippi.

Numa região de origem imigrante, nem todos os grupos familiares tiveram sua “caixa de família” no CPG que refletisse a história e a trajetória completa do grupo. No desdobramento do processo de formação do acervo feito pelo Pe. Luiz, percebemos que outras mediações poderiam ter interferido na composição destas caixas de família, entre as

⁴⁴ Sobre este aspecto da vida do Pe. Luiz Sponchiado e sua atuação no processo de emancipação da Quarta Colônia, consultar Moacir BOLZAN. Quarta Colônia: da Fragmentação à Integração. São Leopoldo: UNISINOS, 2011. (Tese de Doutorado); Jucemara ROSSATO. Padre Luiz Sponchiado: um empreendedor em Nova Palma, (município da Quarta Colônia de Imigração Italiana). Santa Maria, 1996. (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de História); Juliana Maria MANFIO. Entre o Sacerdócio e a Pesquisa Histórica: a trajetória de Padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia de Imigração Italiana –RS. Santa Maria: UFSM, 2015. (Dissertação de Mestrado).

quais a filiação política do grupo familiar e/ou do padre e/ou a concordância com a liderança do pároco.

Na outra ponta dessa rede local estão, portanto, os opositores do Pe. Luiz do ponto de vista político, os que disputaram com o sacerdote o protagonismo político local. Neste lugar de oposição ao Padre, estudou-se a família PIPPI. Tal como a família Pigatto, os Pippi são uma família de posses, tradicional e de prestígio na comunidade. Esse grupo familiar, do ponto de vista de sua história, agiu de forma distinta também com relação aos seus papéis, pois não os depositou no CPG, como fazia a maioria, mas guardou parte de sua história documental em casa, dando a eles um outro arranjo, o que os levou a contar de uma outra forma o seu passado, a decidir eles mesmos a política de memória da família.

Para compreender estes distintos contextos da colônia nos valem das seguintes constatações desenvolvidas ao longo da tese: Há uma memória oficial e pública, organizada e reconhecida como tal, no CPG, feita pelo Pe. Luiz Sponchiado. Em paralelo a esta memória que chamamos de oficial, existe uma outra memória histórica particular, mantida em casa e organizada pelos descendentes da família Pippi. Percebemos, neste embate memorial, uma das características da formação da Quarta Colônia de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

Valemo-nos dos estudos da história cultural a partir de autores como Chartier (2002) e Guinsburg (2001, p.85-103), com os quais dialogamos sobre as questões da representação. Sobre as questões da memória, central neste trabalho, valemo-nos especialmente dos trabalhos de Candau (2011) e Pollak (1992; 1989). Nesta análise, a memória foi o fio condutor das ações individuais e coletivas. Ou seja, procuramos sempre analisar estas ações nas dinâmicas da preservação da memória.

Para isso, partimos da compreensão de que “os homens elaboram ideias sobre o real, as quais se traduzem em imagens, discursos e práticas sociais que não somente qualificam o mundo como também orientam o olhar e a percepção sobre essa realidade” (PESAVENTO, 2008, p.11-18). Destas práticas sociais suscitadas do olhar e da percepção da realidade é que abordamos a representação. Este termo foi trabalhado por autores como Chartier (2002, p.165) e Ginzburg (2001, p.85) e ambos identificam que, por vezes, ele é tratado como a presentificação de uma ausência e por vezes torna visível a realidade representada (exibe a própria presença). É nesta segunda perspectiva que orientaremos nossas reflexões.

Compreendemos que pertencer a um grupo, a uma comunidade, é definir seu lugar social, estabelecendo fronteiras, permitindo a continuidade no tempo. Assim, “a definição de uma identidade própria forma, por assim dizer, uma base de coesão social, uma corrente de

identificações e significados de compreensão mútua” (PESAVENTO, 1993, p.384). Quando a sociedade define e elabora uma imagem de si e do mundo se atribui uma identidade e se constitui como tal, por isso, é importante compreender e reconhecer que a identificação e a diferenciação são faces da mesma moeda, pois a identificação com um determinado grupo só é possível quando há grupos considerados diferentes, ou seja, criam-se limites entre eles e nós, que se expressam na diferença cultural, em que os usos de certos traços marcam uma identidade específica.

Neste sentido, a memória é um elemento constituinte da identidade. A elaboração da memória é uma construção social, ou seja, é permitida através deste entrecruzamento entre o individual e o coletivo. Assim, selecionar o que deve ser lembrado e o que se relega ao esquecimento é parte de todo e qualquer processo de construção de memória e identidade. Então, “a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades” (POLLAK, 1989, p.9).

Utilizar-nos-emos também dos enfoques da microanálise que, nos estudos sobre as migrações (especialmente aos estudos desenvolvidos nas últimas décadas do século XX), partem da compreensão do indivíduo como um sujeito ativo, que toma decisões e onde a família adquire um papel importante, pois é nela que as decisões são tomadas e onde as estratégias para a sobrevivência são traçadas (RAMELLA, 1995, p.14). É no âmbito das relações pessoais, portanto, que as informações são passadas.

A história da família teve múltiplas leituras de acordo com o tempo e o lugar. Neste trabalho, as famílias estudadas procuram afirmar o parentesco e o pertencimento na memória sobre a ancestralidade italiana e é procurando compreender as construções sobre esta memória familiar e coletiva que refletiremos sobre o que é ou pode ser a família.

Retomamos a história numa perspectiva social na qual o fio condutor desta investigação recai sobre o grupo familiar, suas estratégias e relações, o que nos possibilitará perceber, nos pormenores e nas peculiaridades, o que o particular tem de coletivo. Procurar-se-á apreender as redes mais complexas de sustentação cultural, afetiva e de poder construídas pelos imigrantes. No emprego deste método, o que estamos fazendo é a construção das categorias de análise a partir da observação das fontes que não estão dadas *a priori*.

Neste sentido, verificamos que uma versão da preservação da memória familiar com a preocupação de ressaltar suas distintas temporalidades, seu lugar na sociedade, seus personagens e sentimentalidades foi levado a cabo pelo Padre Luiz Sponchiado quando

iniciou seus trabalhos de pesquisa sobre os imigrantes italianos e descendentes na Quarta Colônia. Com tal ação, ele se propunha não só a descobrir a sua história pessoal, mas também a ser o “guardião” da memória da Quarta Colônia. Ou seja, os “guardiões da memória”⁴⁵ são pessoas que, por algum motivo, são indicados a falar/escrever sobre as histórias locais. Por isso, empenham-se em não esquecer o passado, dedicando-se “permanentemente a (re)construção da memória, seja colecionando fotografias e pequenos objetos em suas caixinhas de lembranças, ou narrando a seus membros mais novos casos e histórias” (PEREIRA, 2008, p. 186). Então

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente e se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (CANDAU, 2011, p.16).

Através de suas pesquisas nos arquivos paroquiais de várias dioceses do Estado do Rio Grande do Sul, no Arquivo Histórico Nacional, no Arquivo Público em Porto Alegre, das entrevistas e visitas às famílias coletando documentos antigos, fotografias, objetos, além da colaboração das próprias famílias que iam até a casa paroquial, quando este ainda era pároco em Nova Palma, e posteriormente até seu escritório no Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG), ele foi construindo, a partir de 1973, um acervo que atualmente conta com 1850 sobrenomes italianos. No entanto, lembrando as ideias de Farge (2009, p.11), o arquivista coleciona, classifica, e o arquivo é o resultado desse trabalho. Por isso, para arranjar tais documentos, é necessário ter presente que toda e qualquer coleção familiar passa, antes de ser entregue para o organizador dos acervos, por um processo de seleção interna, no caso específico do CPG de Nova Palma, este acervo passou, no mínimo, por uma dupla seleção realizada, em primeiro lugar pela família, que disponibiliza ao padre o que considera importante sobre si, de acordo com a afinidade e confiança que nutre pelo mesmo. E a segunda, feita pelo padre, que diante da documentação disponibilizada, seleciona o que julga representativo da memória e história familiar. Neste caso, não se deve negligenciar a autoridade do Pe. Luiz como pároco porque esta facilita o acesso à documentação familiar uma vez que o prestígio do padre nas áreas de imigração italiana vai muito além da liderança espiritual⁴⁶ já que “ele era um elemento indispensável ao mundo social e cultural dos italianos na colônia” (BOLZAN, 2011, p.124).

⁴⁵ Pollak (1989, p.8) trabalha com a ideia de “guardião de memória”, ao referir-se às lembranças, zelosamente guardadas e, que são transmitidas seja na família, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política.

⁴⁶ Sobre este aspecto pode-se verificar os seguintes trabalhos: Maria Catarina ZANINI. Italianidades no Brasil

Apesar destas mediações, é importante considerar que os acervos familiares são organizados segundo as expectativas de quem os pensou, com um objetivo determinado e uma visão do passado que é filtrada pelo presente. Ao fazer este movimento, os titulares destes arquivos são, ao mesmo tempo, sujeitos que fazem uma escrita de si e uma escrita da história. É o caso do Pe. Luiz Sponchiado, mas é do ofício do historiador, nestes casos, descortinar o discurso construído sobre estas famílias de imigrantes italianos estabelecidos na região colonial em estudo, assim como de suas memórias. Ou seja, cabe ao historiador perguntar como o padre construiu o discurso e no que se baseou para construí-lo.

A construção das memórias

Para buscar as respostas aos questionamentos, dividimos o trabalho em cinco capítulos que se apresentam da seguinte forma: o primeiro que dá o panorama do trabalho, que diz o que ele é; o segundo que coloca o Pe. Luiz em cena; o terceiro trata das duas famílias de imigrantes, sua origem, a sociedade onde viviam na Itália no período em que emigraram; o quarto capítulo discorre sobre a organização social dos imigrantes citados e suas relações a partir das casas comerciais e de outras atividades; o quinto capítulo, finalmente, analisa a organização e as reelaborações memoriais feitas a partir do CPG e nele, a organização das caixas de família e seu conteúdo e as diferenças aí estabelecidas.

No segundo capítulo, partimos do pressuposto que o Centro de Pesquisas Genealógicas (CPG) de Nova Palma é um lugar de memória – a memória e a história oficial e pública da Imigração Italiana na Quarta Colônia - e, como tal, consagra uma representação do passado e elabora um discurso sobre a história. Analisamos, nesta primeira parte do trabalho, como se dá esta construção e, neste sentido, colocar o PE. LUIZ SPONCHIADO como figura central. Para tanto, percorreremos a sua trajetória, ele também descendente de imigrantes italianos oriundos da Comuna de Carbonera, na Província de Treviso, vindos para a região colonial em 1885. Consideramos importante refletir sobre este protagonista para compreender quem é o agente social autorizado a construir a memória oficial da imigração italiana desta região e em que contexto se desenvolverá esta construção.

Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria. Santa Maria: UFSM, 2006; VENDRAME, Maíra Ines. “Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: UFSM, 2007; VENDRAME, Maíra Ines. Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Porto Alegre: PUC, 2013. (Tese de Doutorado).

Neste contexto, procuramos percorrer a trajetória deste padre a fim de compreender o momento de sua inserção na sociedade novapalmense, onde além da atividade de pároco, ele construirá uma imagem em torno de si, que lhe permitirá ser o mediador⁴⁷ para a resolução das questões em distintas áreas sociais. Neste ponto, identificaríamos que sua autoridade é respeitada para além da comunidade. E, por conta disso, ele terá a autorização, na década de 1970, para coordenar as comemorações do Centenário da Imigração Italiana nesta região colonial, concedida pelo Bispo Diocesano de Santa Maria Dom Ivo Lorscheiter. Como o CPG é o resultado deste trabalho, poderíamos dizer que existe uma memória oficializada pela mão da Igreja e reconhecida pela comunidade.

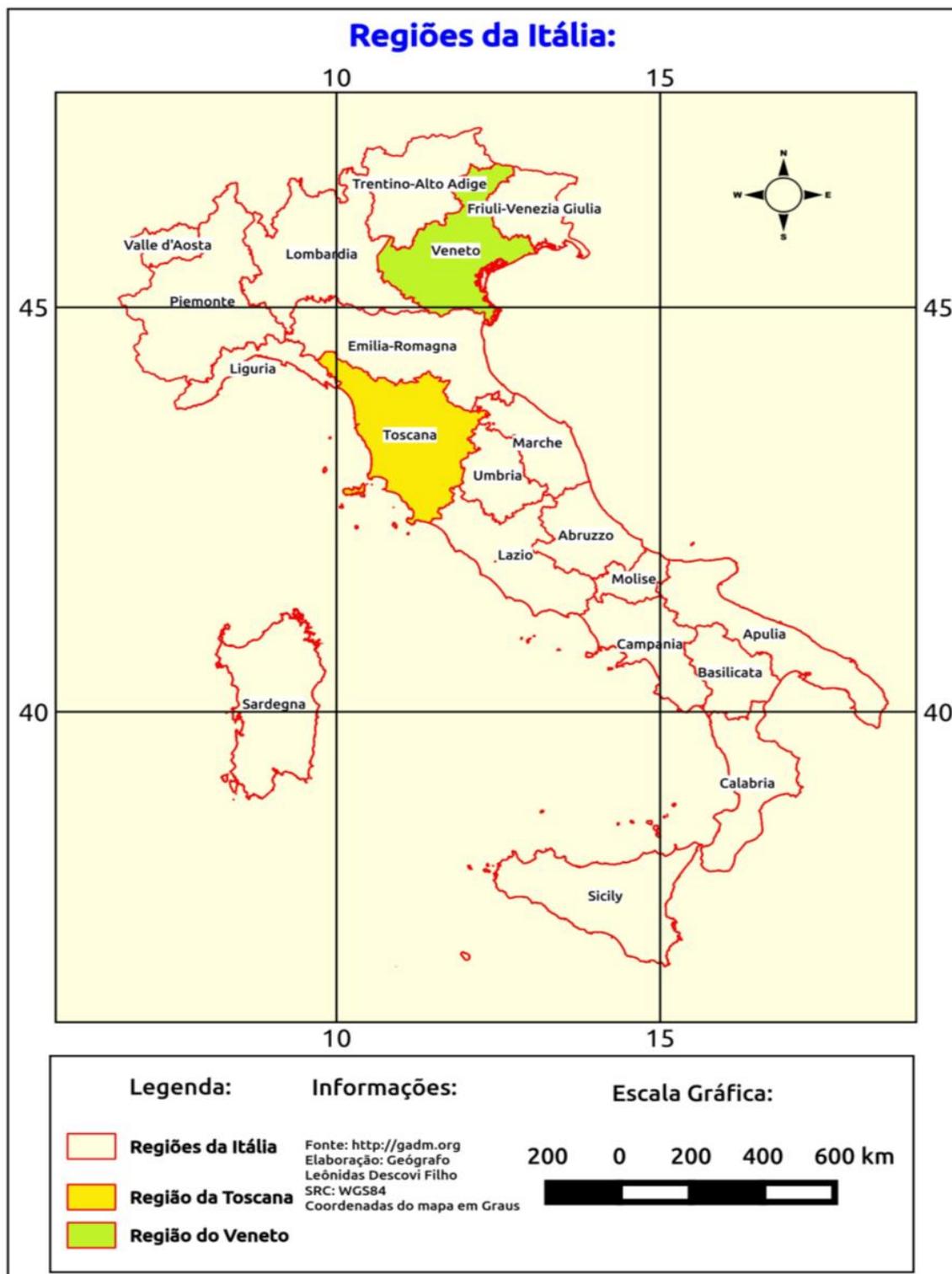
No entanto, a apropriação desta memória não se daria de forma igualitária. Procurando entender quem são estes agentes sociais da família Pippi e Pigatto, e como se dariam estas reelaborações memoriais, julgamos importante percorrer a trajetória destes dois grupos familiares. Este foi o trabalho desenvolvido na terceira parte da análise (capítulo 3).

Neste sentido

Perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o habitus primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida (MONTAGNER, 2007, p.18).

Estas duas famílias de imigrantes italianos são originárias de distintas regiões da Itália, que imigrariam para o Brasil. Assim, investigamos a história local e os processos imigratórios desenvolvidos na região da Toscana e do Vêneto (veja o mapa 1 abaixo), objetivando entender a sociedade em que viviam nossos protagonistas, para compreender as motivações e aspirações que os levaram a emigrar. Como já dissemos, partimos do pressuposto de que estes sujeitos foram responsáveis por traçar suas estratégias de superação social e valeram-se de todos os meios para isso. Nesta perspectiva, identificaríamos as redes relacionais estabelecidas neste processo, responsáveis por fundamentarem os fluxos destas emigrações.

⁴⁷ Este termo foi originalmente utilizado na Antropologia, por Fredrik Barth (1993). Na história foi trabalhado por Edoardo Grendi e Giovanni Levi que, analisando a relação entre família, comunidade e o mundo exterior, identificaram que alguns indivíduos poderiam ser “pontes” entre tais unidades, agindo como “mediadores” políticos, sociais ou econômicos - LIMA, 2006 apud Maira Ines VENDRAME. Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878- 1910). Porto Alegre: PUC, 2013. (Tese de Doutorado), p.25.



Mapa 1: Localização das Regiões Administrativas da Itália.
 Fonte: Mapa elaborado especialmente para este trabalho por: DESCОВI FILHO, Leônidas.
 Florianópolis, 2015. 1 mapa. Escala: 1:200.000.00.

A família Pippi é oriunda da comuna de Fabbriche di Vallico, uma região localizada entre as montanhas, na Província de Lucca, região da Toscana. Localizamos ali, na década de 1850, a família de Giuseppe Luigi Pippi e Elena Gianni, e seus sete filhos: Giuliano Pippi,

Próspero Pippi, Luisa Aldegonda Pippi, Maria Dionizia Isabella Pippi, Flávio Bruno Pippi, Gotardo Dionizio Adolfo Pippi, e Vittorio Oreste Pippi.

Após o falecimento do chefe familiar em 1870, a imigração passa a ser o horizonte para a família Pippi. É neste contexto (não se sabe como e nem o porquê) que o segundogênito do casal, Próspero Pippi, resolveu emigrar, sozinho, aos 12 anos de idade, no ano de 1865. Assim, num período anterior à grande imigração, mas seguindo um caminho já feito por muitos toscanos, Próspero Pippi partiu para a América.

O que, ao se inserir na sociedade colonial e ampliar seus negócios, alimentou o fluxo migratório familiar, proporcionando a vinda de seus irmãos (homens). A atividade comercial será a opção utilizada pela família para a inserção na sociedade sul-rio-grandense. Ao longo deste processo, identificaremos o estabelecimento de outras redes que seriam igualmente importantes na expansão e no êxito desta atividade comercial.

Quanto à família Pigatto, imigrantes originários de Pozzoleone, Comuna de Vicenza, na região do Vêneto, tendo familiares já estabelecidos na América, sua inserção foi facilitada. Assim, Luigi Pigatto e sua esposa Lucia Catterina Mazzardo, ao receberem notícias de Maria Madalena Mazzardo, irmã de Lucia, casada com Giacomino Turra, imigrantes estabelecidos na Colônia Silveira Martins, no estado do Rio Grande do Sul-Brasil, desde 1884, pensam na possibilidade de mudar a situação vivida e também emigrarem. Assim o fizeram juntamente com Vincenzo Pigatto, seu irmão, em 1888.

Na sociedade colonial, os dois irmãos dedicaram-se a atividades diversificadas, como por exemplo, em muitas ocasiões em que são contratados para os serviços de abertura de estradas, o que possibilitou uma renda extra, além do cultivo do lote (s) colonial, que vai sendo reinvestido em outras áreas como a casa de negócios e na aquisição de terras.

Ao identificar as redes relacionais estabelecidas por ambos núcleos familiares, percebemos que o espaço da casa comercial foi, por excelência, o lugar onde estas alianças foram construídas. Este foi o objeto de estudo do capítulo 4. Neste momento, estudamos a expansão desta atividade comercial nestes dois núcleos familiares e a consolidação do poder familiar. Há a criação de uma rede de casas comerciais, que seriam diretamente administradas pelos familiares. A “venda”, espaço por excelência de sociabilidade, seria, também, o espaço onde alianças e compadrios seriam firmados. “O espaço de intermediação mercantil, financeira e de sociabilidade na colônia era a venda, a casa comercial; referência territorial de negócios, conchavos políticos, discussões e informações; de presença masculina por excelência, de barganhas e de poder do comerciante” (TEDESCO, 2010, p.283). É nesta perspectiva que vão entrar as casas comerciais dos sujeitos aqui estudados, assim como as

atividades envolvidas em torno delas, longe de serem compreendidos como sujeitos passivos, são processos.

O capital econômico oriundo desta atividade possibilitaria a diversificação das atividades. Percebemos que ambas famílias reinvestiram seu lucro na aquisição de áreas territoriais e no desenvolvimento de outras atividades.

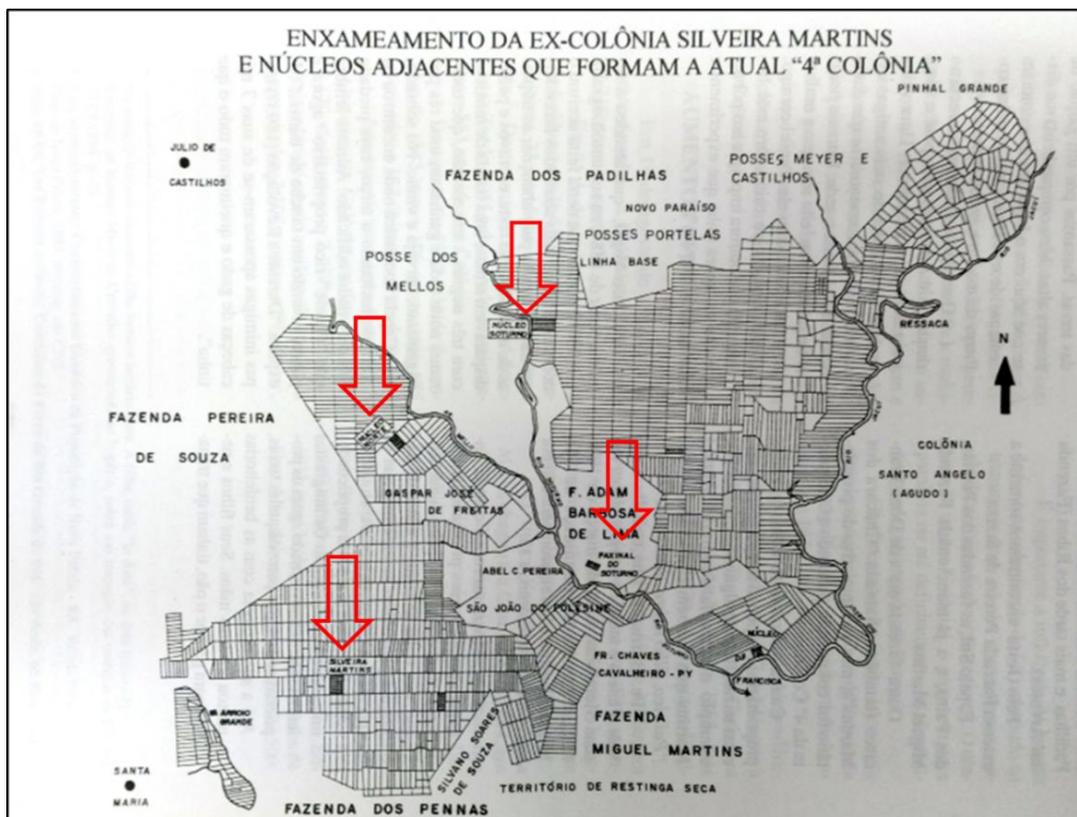


Figura 1: Localização dos locais onde os integrantes das famílias Pippi e Pigatto se estabeleceram na região colonial.

Fonte: adaptado pela autora da obra de Sponchiado (1996, p.71).

A influência destas famílias seria alargada pelos reinvestimentos destes recursos e igualmente pela manutenção desta atividade comercial, por gerações na família. A partir deste prestígio econômico e social aliado às redes estabelecidas, estas famílias alcançariam o poder político. Procuramos identificar, também, a partir da segunda metade da década de 1950, as relações estabelecidas pelos integrantes destes dois núcleos familiares com o Padre Luiz Sponchiado, quando este se tornou o pároco de Nova Palma, pois as relações estabelecidas tanto no exercício da atividade de pároco, como em função do processo emancipatório desencadeado neste momento, teriam influência na construção da memória familiar por ele elaborada.

As memórias familiares construídas foram o objeto de estudo da última parte da tese, o capítulo 5. Neste momento, dedicamo-nos a analisar as representações memoriais elaboradas a partir do acervo do CPG e do acervo privado da família Pippi. Procuramos discutir o enquadramento memorial elaborado no CPG, lugar de memória e história oficial e pública da imigração italiana da Quarta Colônia imperial, pelo Padre Luiz. Memória que seria reconhecida como oficial pela comunidade e apropriada, neste estudo de caso, pela família Pigatto.

Mas, como todo o processo de reelaboração memorial é uma representação, nem todas as famílias se apropriariam da sua memória “guardada” no CPG. Este foi o caso, neste estudo, da família Pippi, através de Maria Neli Donato Pippi, que organizou uma outra memória do seu grupo familiar. Os Pippi assim constroem a sua história e o seu prestígio. Desta forma, observamos que havia uma memória reclamada e que não estaria sendo representada no acervo do CPG. Identificamos que neste embate memorial, a sociabilidade teria tido um peso decisivo na construção de memória. Neste contexto, o patrimônio documental familiar materializaria a identidade destes indivíduos, destas famílias. Identidade esta constituída primeiramente no imaterial, ou seja, na memória de cada indivíduo.

Considerações finais

Nossa reflexão nos apontou, ao longo do trabalho, que os responsáveis pela criação de acervos são sujeitos históricos que olharam o passado a partir de suas relações e aspirações do presente. Este olhar determina a seleção dos documentos e a sua disponibilização, por parte das famílias, ao padre Sponchiado, o representante autorizado a guardar e construir uma memória das famílias e da imigração que será “guardada” no CPG. A senhora Maria Neli Pippi, por seu turno, fará o mesmo com a documentação de sua família, dividindo com o Padre Luiz Sponchiado a guarda deste acervo documental. Trata-se de documentos particulares, o que nos permitiu concluir que ela não reconhecia no sacerdote alguém autorizado a fazer a história de sua família. Possivelmente, seja ela a representante autorizada a falar pelos seus. Ou a quem ela delegar esta função.

Independente destas tensões e desencontros, percebemos, por fim, que a documentação familiar arquivada nestes dois acervos se tornou patrimônio documental familiar dos descendentes de imigrantes italianos da Quarta Colônia.

Referências

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da Fragmentação à Integração**. São Leopoldo: UNISINOS, 2011. (Tese de Doutorado). p.124.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2008. p.74-82.

CANDAU, Joel. **Antropologia da Memória**. Trad. Miriam Lopes. Lisboa: Instituto Piaget. 2003;

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: CONTEXTO, 2011.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

FARGE, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GINSBURG, Carlos. Representação: a palavra, a ideia, a coisa. In: GINSBURG, Carlos. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.85-103.

KOFES, Suely. **Uma Trajetória em Narrativas**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2001.p.19-28.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: Burke, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas, São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

MANFIO, Juliana Maria. **Entre o Sacerdócio e a Pesquisa Histórica**: a trajetória de Padre Luiz Sponchiado na Quarta Colônia de Imigração Italiana –RS. Santa Maria: UFSM, 2015. (Dissertação de Mestrado).

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In: **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS. 2007, v. 9, n. 17, p. 204-264.

PEREIRA, Syrléa. **Entre Histórias, Fotografias e Objetos**: imigração italiana e memórias de mulheres. Tese de Doutorado. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói.2008, 279 f.

PESAVENTO, Sandra. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, V.14, nº2. 1993. p. p. 383-396.

PESAVENTO, Sandra. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, Sandra; SANTOS, Nádia; ROSSINI, Miriam. **Narrativas, imagens e práticas sociais**: percursos em história cultural. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2008, p. 11-18.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1992. p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989, p.3-15.

RAMELLA, Franco. **Por um uso fuerte del concepto de red em los estudios migratórios**. Inimigración y redes sociales em La Argentina Moderna. M.Bjergand H. Otero. Tandil (Argentina), Centro de Estudios Migratorios Latino americanos (CEMLA), 1995. p.9-21.

ROSSATO, Jucemara. **Padre Luiz Sponchiado**: um empreendedor em Nova Palma. Santa Maria:UNIFRA, 1996. (Trabalho de Conclusão de Curso).

TEDESCO, João Carlos. O Comércio e o comerciante colonial nas narrativas de romancistas gaúchos. In: TEDESCO, João; ZANINI, Maria Catarina. **Migrantes ao Sul do Brasil**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010. p.277-310.

VENDRAME, Maira. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: UFSM, 2007;

VENDRAME, Maira. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878- 1910). Porto Alegre: PUC, 2013. (Tese de Doutorado).

TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS OPERÁRIAS NA CIDADE DE GARIBALDI (1900-1960)

Samanta Trivilin Comiotto⁴⁸

Doutoranda em História (IFRS/Unisinos)

Com o objetivo que o leitor compreenda melhor a trajetória das famílias operárias que iremos descrever neste texto, iniciamos com uma breve contextualização temporal e espacial acerca da localidade de habitação destes grupos parentais.

Regressamos ao final do século XIX. Neste período, a colônia Conde D'Eu, posterior cidade de Garibaldi, foi fundada para ser uma das colônias receptoras de famílias de imigrantes italianas vindas para a região a partir do ano de 1875. Por meio da instituição de lotes de terras concedidos pelo governo imperial na região nordeste do Rio Grande do Sul⁴⁹.

No ano de 1848, o Governo Geral doou 36 léguas quadradas de terras para a colonização de imigrantes europeus na região da planície dos Vales do Rio Caí e do Rio dos Sinos. O governo provincial rio-grandense solicitou ainda mais terras devolutas na área do planalto, cobertas de mata virgem também para a colonização europeia. Segundo Azevedo,

o Rio Grande legisla pela primeira vez em 1851 sobre a concessão dos lotes aos colonos, dando a estes gratuitamente a terra, alguns instrumentos agrícolas e sementes. Somente em 1854 é promulgada uma legislação provincial que regula a colonização até o fim do século e supera os inconvenientes da cessão gratuita de terras. As normas então estabelecidas são as que se adotarão para a colonização italiana, de 1875 em diante. (AZEVEDO, 1975, p.78)

Essa concessão de terras destinadas para a fundação de duas colônias fora realizada pelo Ato de 09 de fevereiro de 1870 pelo Ministério da Agricultura, pelo preço de um real por braça quadrada, medida que seria paga ao governo imperial. O presidente da província Dr. João Sertório tomou as medidas necessárias para o loteamento imediato desses territórios e, pelo Ato de 24 de maio de 1870, decidiu que essas terras seriam chamadas de *Colônia Conde D'Eu* (posterior município de Garibaldi), em homenagem ao genro do imperador D. Pedro II, e de *Colônia Dona Isabel* (posterior município de Bento Gonçalves) em homenagem à princesa imperial.

⁴⁸ Doutoranda em História (IFRS/Unisinos)

⁴⁹ Foram fundadas a partir de 1870, inicialmente, nesta região do Estado, três colônias para receber os imigrantes italianos: Conde d'Eu (atual cidade de Garibaldi), Dona Isabel (atual cidade de Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (atual Caxias do Sul).

O plano do governo provincial, nesse momento, era de integração desses colonos italianos, para a colonização do território por agricultores e pequenos proprietários de terras que se mantivessem nos lotes com suas famílias, evitando seu possível retorno para o país de origem.

Contudo, essas primeiras colônias apresentaram uma série de dificuldades para serem povoadas. Segundo Herédia, “em 1871, os sintomas do fracasso da ocupação dessas terras era visível, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde D’Eu e nenhum em Dona Isabel” (HERÉDIA, 1997, p.35). Diante dessa situação de paralisia da imigração, o governo provincial, através do presidente Francisco Xavier Pinto Lima, assinou um contrato em 28 de abril de 1871, pela Lei nº 749, com a Companhia Caetano Pinto & Irmãos, e também com Holtzweissig & Cia, para a introdução de 40.000 colonos europeus no prazo de dez anos. As condições estabelecidas entre o governo provincial e essas companhias são apresentadas por Manfroi:

com efeito, pelo contrato, Caetano Pinto se comprometia introduzir, cada ano, ao mínimo 2.000 imigrantes e ao máximo 6.000, dos quais o número de não-agricultores não poderia exceder o 10%. Caetano Pinto receberia por imigrante adulto recrutado 60\$000 réis e 25\$000 pelos imigrantes de 1 a 10 anos. A Província encarregar-se-ia da hospedagem e do transporte até as colônias (MANFROI, 2001, p.54).

Com o fechamento desse contrato, o presidente da província esperava um grande número de imigrantes e, em 1872, ordenou a delimitação de 500 lotes de terras na colônia Conde d’Eu.⁵⁰ Mas, dois anos depois, o agente Luiz Kraemer Walter descreve a situação da colônia: “não fez progressos a colônia Conde d’Eu, apesar da uberdade de seu solo e da excelente posição em que se acha colocada...”⁵¹

O fracasso da iniciativa e o não-cumprimento das cláusulas do contrato levaram o governo provincial a devolver esse projeto para o governo imperial nos anos de 1875 e 1876. As colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel foram entregues para o império, pois a província se mostrava incapaz de povoá-las. Em 1878, o contrato estabelecido com Caetano Pinto foi anulado. A partir dessa anulação, a corrente imigratória italiana se intensificou, passando a ser subsidiada pelo governo imperial.

⁵⁰ Dados trazidos pelo Relatório do Presidente da Província de 1872 e trazidos por MANFROI, Olívio. A colonização italiana no Rio Grande do Sul - implicações econômicas, políticas e culturais.p.54

⁵¹ Relatório do Presidente da Província de 1874.

A partir do ano de 1882 até o ano de 1914, tem-se a entrada de 154.682 imigrantes no Rio Grande do Sul, 66.901 dos quais - ou 43,25% desse total - constituídos de imigrantes italianos, encaminhados especialmente para as colônias a nordeste do Estado. Essas cifras⁵² evidenciam a conquista dos objetivos do governo provincial e imperial para o povoamento da região.

Como consequência do estabelecimento dos italianos nestas colônias, distantes das outras populações de origem lusa e alemã, que residiam na região do Vale dos Sinos, uma das estratégias adotadas por eles para que o isolamento geográfico pudesse ser amenizado foi a sua organização em núcleos familiares, que possuísem entre seus integrantes uma certa homogeneidade étnica. Segundo Azevedo,

as colônias vieram a ser agrupamentos de famílias e indivíduos procedentes de diferentes nações da península itálica, aglutinados em núcleos mais ou menos homogêneos e caracterizados pela origem étnica de seus componentes, mas todos englobados na mente dos administradores brasileiros e dos demais rio-grandenses como 'italianos'. (AZEVEDO, 1975, p.82)

Essa homogeneidade cultural que ocorreu no período inicial da colonização, tanto nas colônias alemãs como nas italianas, possibilitou aos imigrantes e seus descendentes organizarem-se segundo suas tradições e costumes. Como afirma Valduga, "...instituições como a Igreja, a escola e a família tinham a função de manter vivos os laços de origem através da religião, da língua e da ancestralidade comum" (VALDUGA, 2007, p.12). Assim, para o imigrante, se tornaria mais fácil, sua inserção cultural na sociedade gaúcha e brasileira.

O conhecimento em outras áreas de trabalho facilitou ao imigrante organizar-se em seu lote de terra e possibilitou a alguns abrir seus próprios negócios. Como destaca Herédia,

o fato dos colonos fabricarem os produtos necessários para a produção agrícola criou inicialmente um mercado que foi se ampliando em toda a zona colonial, principalmente porque eram produtos fabricados artesanalmente, necessários para o desenrolar das atividades agrícolas. (HERÉDIA, 1997, p.68).

⁵² Dados trazidos por Ângelo Trento em sua obra *Do outro lado do Atlântico- um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

A partir da década de 1880, o cenário econômico das colônias já se mostrava diversificado, por conta da variedade de casas de negócios e comércio existentes. Na análise de Caprara e Luchese; “a diversidade de negócios, profissões e mesmo de conhecimentos acerca das possibilidades de produção, inicialmente para satisfazer as necessidades, após para melhorar a renda familiar e, quem sabe, ‘fazer fortuna’, são os diferenciais das regiões de colonização” (CAPRARA e LUCHESE, 2005, p.191). Esse diferencial, explicitado pelas autoras, tem suas raízes fundamentadas na presença de uma colonização basicamente realizada por famílias de imigrantes. Ou seja, essas famílias trazem, como alicerce para o trabalho na pequena propriedade e/ou na casa de negócios e comércio, a mão-de-obra disponibilizada por seus integrantes, o que se constitui em princípio gerador da economia familiar e de cada colônia receptora. Como evidenciam Scott e Bassanezi, “para o Brasil emigraram, principalmente, indivíduos e famílias originários do norte da península e, em menor volume, os provenientes da região sul. A maioria era formada por camponeses, mas havia também artesãos, profissionais liberais e membros do clero” (SCOTT e BASSANEZI, 2020, p. 251). Esta diversidade profissional, pode ser percebida, posteriormente, na caracterização do comércio e da indústria implementados na região na primeira metade do século passado.

Mesmo com o crescimento das atividades de comércio e o aparecimento de pequenas indústrias artesanais, a economia dessa região ainda girava em torno da produção agrícola. Como destacam Caprara e Luchese,

o desenvolvimento econômico na Região de Colonização Italiana ocorreu lenta e gradativamente primeiro o colono cuidou de prover, fazendo uma agricultura de subsistência, com o tempo e melhor estruturado, apesar das dificuldades de escoamento, pela falta de boas estradas e das condições precárias dos meios usados para transportar os produtos a serem comercializados em São Sebastião do Caí ou em São João de Montenegro. (CAPRARA e LUCHESE, 2005, p.178)

Dentre os principais produtos cultivados pelos agricultores das duas colônias estavam o milho, o trigo e a uva. Esse último, com o passar do tempo, tornou-se uma das mais importantes atividades econômicas desenvolvidas pela indústria local e também, será um dos elementos motivadores para a decisão de empreender tomada pela família Peterlongo, fundadora da vinícola A.P., que iremos conhecer na sequência de nosso estudo.

Concomitantemente ao uso da produção agrícola das famílias dos colonos para o sustento da casa, havia o encaminhamento de seu pequeno excedente para a comercialização. No início, os colonos vendiam seus produtos para áreas próximas e os transportavam por

meio de carretas e carroças, que funcionavam por meio de tração animal. Pode-se dizer que os comerciantes - italianos e suas famílias - por meio do exercício de suas atividades, puderam acumular capitais e investir em novas atividades, uma das quais, a indústria.

Neste sentido, a produção de uvas e a consequente elaboração de vinhos é sem dúvida o principal produto regional, diferenciando-se da realidade do final do século XIX, que mostrava que o vinho não era o produto de maior interesse dos agricultores, tendo uma produção voltada apenas para o consumo das famílias. Esse crescimento na produção de uvas e vinho ocorre devido a grande presença de cantinas familiares, que eram construídas, anteriormente, com o objetivo de armazenar uma pequena produção para o consumo das mesmas. Já no início do século XX e nos anos seguintes, o número de cantinas foi aumentando e, os agricultores começaram a realizar vendas de seus excedentes produtivos para outras regiões do Estado e do país. Segundo Luiz Fernando Fontoura,

já o cultivo de uva à produção de vinho vai acompanhar a colonização italiana nas encostas dos vales da escarpa na região de Caxias do Sul e entorno, onde no fim do século XIX visava apenas ao abastecimento local. É a partir dos anos 30 que o vinho produzido começa a ser transportado em barris para Santa Catarina, São Paulo e Porto Alegre, desenhando uma produção em escala comercial (FONTOURA, 2007, p. 135).

Uma das possíveis hipóteses para explicar essa posição de destaque das vinícolas pode estar ligada ao conhecimento dos imigrantes italianos quanto ao processo funcional para a elaboração da bebida. Outra hipótese para o sucesso dos empreendimentos no setor pode estar vinculada às características geográficas da região, cujo relevo e cujo clima assemelham-se aos da Itália, o que, para os colonos, representava, na época, uma garantia para o investimento em suas lavouras de videiras. Segundo Fontoura, “de uma maneira geral, o processo de colonização através de imigrantes europeus trouxe ao Rio Grande do Sul a diversidade de plantio adaptado ao clima temperado” (FONTOURA, 2007, p. 127). Podendo-se afirmar que o desenvolvimento da indústria vinícola na região ocorreu pela junção desses dois fatores preponderantes.

A partir do final do século XIX e início dos anos de 1900, que o município de Garibaldi começou a participar, de forma mais significativa, das atividades de comercialização do produto para regiões próximas e para outros Estados brasileiros. Com o surgimento das cooperativas vinícolas, a produção do vinho teve condições de enfrentar o mercado regional e solidificar a sua participação no mercado nacional. Segundo estudo de

autores locais, apesar das dificuldades encontradas para a distribuição, circulação do produto, seu transporte e comercialização, além das enfrentadas pela falsificação que ocorria, em geral, no centro do país, o vinho sempre ocupou posição de destaque na economia rio-grandense e, especialmente, na desses municípios. Segundo Herédia, “a formação de cooperativas fortaleceu esta atividade econômica seja pela defesa dos interesses do pequeno produtor, seja na conquista de mercados feita pela concorrência e pelo monopólio exercido na sua comercialização” (HERÉDIA, 1997, p. 75). Contudo, o movimento cooperativista das indústrias vinícolas foi atingido pela crise econômica que afetou todo o país devido à declaração da Primeira Guerra Mundial e também, devido à má administração das cooperativas e à total falta de recursos para investimento.

A atividade vinícola teve sua origem como indústria doméstica, desenvolvida em cantinas, onde o processo de elaboração era realizado de forma manual e a uva era amassada com os pés. Com o decorrer do tempo, o processo de modernização foi acontecendo, de forma lenta, com a fundação dos estabelecimentos vinícolas. As grandes cantinas assumiram maiores proporções pelos investimentos feitos em maquinários modernos, que garantiram uma elevação da tecnificação da produção. Podem-se destacar alguns exemplos de indústrias do vinho que começaram como pequenas cantinas e que, gradativamente, passaram a ser empresas manufatureiras, que se baseavam na subordinação do trabalho camponês ao capital. São elas: a de Lorenzo e Orazio Mônaco, fundada em 1916; a de Paolo Salton Irmãos, em 1910; a de Augusto Pasquali e Irmãos, uma das mais antigas da cidade de Bento Gonçalves – vizinha a cidade de Garibaldi -, fundada em 1885; e, em Garibaldi, a de por Manoel Peterlongo Filho, destinada à produção de champanhas, fundada em 1913.

Com a industrialização na região, a caracterização econômica da produção agrícola em pequenos lotes de terra familiar, começou a sofrer mudanças. Isto porque devido ao fato de a base da economia familiar estar voltada para a produção na pequena propriedade de terra, com o passar do tempo, ocorreu o esgotamento do solo e a decorrente escassez de produção e de mantimentos para o sustento dos membros da família. Essa situação da diminuição produtiva do solo no lote familiar foi agravada pela pulverização das propriedades, após a segunda ou terceira geração, com o seu fracionamento entre os filhos. Devido ao sério problema da falta de terras para as novas gerações, desencadeou-se a migração para regiões urbanas bem como, a opção de inserção no trabalho industrial assalariado. Segundo a análise de Herédia, “os operários eram colonos imigrantes ou filhos de colonos imigrantes, compelidos a procurar emprego fora da agricultura”. (HERÉDIA, 1997, p. 165). A procura de emprego fora da propriedade doméstica e familiar tornou-se, para esses colonos, uma

solução econômica viável para que as dificuldades e os problemas enfrentados para a produção do sustento fossem amenizados. Decorrente dessa realidade, os trabalhadores rurais foram motivados a se integrar às atividades assalariadas oferecidas pelas fábricas ou a migrar para as cidades, como garantia diante das oscilações do trabalho agrícola, por perdas das safras, devido a variações climáticas e a intempéries.

Esse período de transição do trabalho agrícola na pequena propriedade de terra familiar para a inserção no espaço industrial não modifica apenas o setor econômico, mas a sociedade como um todo. Pois os agricultores, acostumados a serem os proprietários de seu lote de terra e a gerenciarem o sustento de sua família, por meio de sua efetiva participação nas etapas da produção, viram-se, com a indústria, em uma situação que os obrigava a se desligarem, mesmo que aos poucos, de toda essa realidade que o cercava. Ao perderem o controle de sua produção e ao se desligarem do papel de proprietário para assumirem o de operário de uma indústria, os trabalhadores assumem também um novo modo de vida. Como analisa Machado,

viram-se obrigados ao cumprimento de regras e normas disciplinares muito rígidas, impostas pelo dono da fábrica, que passou a ser o dono dos meios de produção. As fábricas transformaram-se em territórios fechados, com seus regulamentos e seus guardiães. (MACHADO, 1998, p. 94).

Essa mudança, dentre todas as que ocorreram, parece ser a que mais afetou o trabalhador em sua estrutura de vida familiar. Pois, a tomada de decisão de deixar o trabalho em sua propriedade de terra tocou não apenas ao pai, entendido como chefe da família, mas também nos demais membros que viviam sob uma posição de submissão ao relacionamento paternalista que caracterizava estas famílias camponesas neste momento. Especialmente, no que se refere aos papéis e funções que cada um exercia nesta família. Como por exemplo, o das mulheres que estavam acostumadas a função de auxiliadora no espaço doméstico e que viram suas trajetórias sendo, paulatinamente, readaptadas em função das novas estratégias adotadas por suas famílias para a garantia do sustento e de uma possível melhoria em suas condições de vida.

* * * * *

Por meio dos estudos realizados por Claudia Born (2001), quanto às transformações sociais ocorridas nas trajetórias de vida, marcadas, especificadamente, pela questão do gênero, no contexto da Alemanha no decorrer do século XX, é possível compreender as

características que definem o conceito de trajetórias de vida. Segundo a pesquisadora, “a trajetória de vida pode ser descrita como um conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa” (BORN, 2001, p. 4). Dessa forma, ela normalmente é determinada pela frequência dos acontecimentos e pela duração e localização dessas existências ao longo da vida de um indivíduo. É no decorrer do tempo que o curso de vida adquire sua estrutura pela localização desses acontecimentos e pelos estágios do tempo biográfico.

A partir da localização dos acontecimentos, da duração da existência e de sua situação no transcurso de uma vida, normalmente, podem-se ter como resultado informações que perpassam a população, a idade média para casar e para ter o primeiro filho, a faixa etária de ingresso na escola, a idade média para buscar o primeiro emprego, a idade para a aposentadoria e assim por diante. O curso de vida de uma pessoa, formada por essas informações sociodemográficas, pode ser considerado como socialmente estruturado, em um maior ou menor grau de abrangência em uma determinada sociedade, guardando as diferenças e as peculiaridades culturais e históricas.

Por isso, a trajetória de vida não se forma apenas por meio desses agentes reguladores- como o sistema escolar, o mercado de trabalho, entre outros- mas também é definida pela sua padronização que, ao mesmo tempo, produz suas próprias normas. É seguindo essas normas - e devido a elas - que a sociedade determina certa idade como a mais aconselhável para tomar decisões que possam modificar a vida de cada indivíduo. Esse conhecimento quanto à cronologia dos fatos que ocorrem na vida de uma pessoa, em uma determinada sociedade, faz que as pessoas acreditem que a trajetória de vida seja algo previsível. Porém, como destaca Born, “não se trata, absolutamente, de um fenômeno natural; isso surgiu apenas ao longo do processo de modernização e está ligado a uma mudança estrutural no curso de vida.” (BORN, 2001, p.4).

Outro trabalho relevante quanto à conceitualização de trajetórias e sua caracterização nos grupos familiares pertencentes ao século passado é estudo de Chiara Saraceno. Segundo a análise da autora,

o conceito de ciclo de vida, refere-se à história de cada família, à sua evolução e transformação no tempo. Tem a ver tanto com o tempo cronológico da duração, do período de vida de uma família (ou de um indivíduo), como com o do seu ‘calendário’: isto é, com as escansões e eventos que demarcam um período, ou fase, de outra. (SARACENO, 1997, p. 221).

Dessa maneira, ao tratar do tema ciclo de vida familiar, segundo os estudos de Saraceno, ao pesquisador implica adotar uma visão processual da família. Esta parte do ponto

de vista de sua estrutura, de quem vive com quem, do ponto de vista das posições que, por vezes, nela são assumidas pelos seus membros, e também do ponto de vista do conteúdo das relações familiares. Isso ocorre porque ciclos de vida individuais e ciclo de vida familiar estão entrelaçados e são interdependentes em sua constituição.

Por exemplo, ao analisarmos a trajetória de vida das famílias de agricultores que viviam na região de recebimento dos imigrantes italianos chegados no final do século XIX, percebemos que seus ciclos de vida estavam estruturados e envoltos nas questões familiares. Isso porque era a família a responsável pelo provimento de todas as necessidades básicas de seus membros. Assim, nenhum de seus indivíduos obtinha pagamento ou remuneração financeira no final de sua jornada de trabalho, porém todos se alicerçavam na busca pelo sustento de seu grupo parental.

Foi a partir das transformações sociais e culturais ocorridas no século passado, com as alterações crescentes introduzidas tanto nas experiências das diversas gerações, como no interior da experiência de cada um no curso da trajetória de sua vida, que os estudiosos da área das Ciências Humanas passaram a dar uma atenção maior e mais articulada para o ciclo de vida individual e familiar. Pode-se verificar que, cada vez mais, as próprias relações familiares se entrecruzam com os ciclos de vida individual dos vários elementos do grupo familiar, como o que se observa, por exemplo, com o nascimento e o crescimento dos filhos em primeiro lugar, mas também com os tempos da carreira laboral dos adultos, na medida em que estes podem interferir em decisões familiares e, em geral, com os inúmeros eventos e acontecimentos que ocorrem no conjunto das dimensões e atividades realizadas durante o período temporal de vida individual e familiar.

De fato, torna-se cada vez menos possível identificar e definir os próprios acontecimentos ou a trajetória de vida individual, como se estivessem ligados a uma única ou principal dimensão. Como destaca Saraceno,

eventos laborais, de relações afectivas, de casal, de geração, outros eventos que entram de modo significativo na vida de uma pessoa e de uma família, intersectam-se para traçar tanto o ciclo de vida individual como o ciclo de vida familiar. (SARACENO, 1997, p.222).

Nascem a partir desses conhecimentos, os conceitos de ‘dupla presença’, como é determinado, por exemplo, o da trajetória de vida da mulher adulta contemporânea, em que ela realiza suas funções profissionais por meio de sua carreira e as funções domésticas através do cuidado com os afazeres da casa.

Dessa forma, todo e qualquer acontecimento familiar, contextualizado em uma trajetória de vida familiar e/ou individual, tal como um dos vários indivíduos que juntamente o constroem e nela são construídos, pode e deve ser compreendido em uma perspectiva multidimensional no decorrer do tempo. Ou seja, através do seu tempo histórico, da sua relativa colocação nos vários cenários sociais, em relação ao tempo de vida de cada um de seus membros e ao das relações entre as gerações de um mesmo grupo familiar, é possível constatar que uma família se distingue da outra e se torna parte integrante dos que a constituem e nela vivem.

As trajetórias de vida de famílias operárias

Por meio do estudo do caso de algumas das famílias que trabalharam na vinícola A.P.⁵³ a partir da década 1930, é possível estabelecer relações semelhantes quanto às estratégias adotadas por elas, para suprir suas necessidades internas. Devido as dificuldades encontradas por elas para gerar o sustento familiar apenas do trabalho agrícola, essas famílias viram no trabalho industrial, uma forma concreta e possível de amenizar os seus problemas financeiros. Por meio da renda que obtinham na vinícola, a partir desse momento, os filhos passam a contribuir para aumentar a renda de sua família.

É a partir da entrada de famílias de colonos e agricultores que ocorre uma das mais importantes transformações advindas com a industrialização: a família deixa de se constituir como a célula de produção da riqueza e passa a ser gerenciada por variáveis exteriores, no caso, os proprietários industriais, em uma relação de dependência econômica, aspecto que traz a saída dos integrantes da família da convivência exclusiva do espaço doméstico para buscar seu sustento fora de seus limites.

No início desse processo de mudanças no seio da família, os primeiros a deixarem o trabalho agrícola ou a dividirem suas tarefas nos dois espaços produtivos são os pais e os filhos homens. Com o decorrer do tempo, as mães e as filhas mulheres também se inserem no espaço industrial. Apesar dessa mudança quanto a sua estratégia de trabalho e produção de riqueza, a família se mantém com a mesma estrutura interna, isto é, permanece a hierarquia entre seus membros, explicitada por meio das relações paternalistas.

A partir da genealogia das famílias dos operários da vinícola, poderemos exemplificar mais detalhadamente essa estrutura interna que se fazia presente nessas famílias, vinculadas ao trabalho de pais e filhos, que se inseriram no espaço industrial da vinícola A.P.

⁵³ A sigla utilizada se refere a Vinícola Armando Peterlongo, localizada na cidade de Garibaldi. Foi fundada por um imigrante italiano em 1913 e ao longo da primeira metade do século XX empregou muitas famílias camponesas. Seus arquivos particulares foram utilizados como fonte principal de pesquisa deste trabalho e nos permitiram identificar e compreender as trajetórias de vida das famílias operárias referidas no texto.

Genealogia da família operária A



No caso da família A, por exemplo, devido ao fato de as filhas serem mais velhas do que os filhos, o patriarca R.E⁵⁴, optou por deixá-las trabalhar na vinícola antes do que seus filhos homens. Mas, nessa família em especial, essa estratégia esteve unida à presença constante que o pai tinha no cotidiano de trabalho, como fala sua própria filha I. “...então meu pai foi o capataz geral. Meu pai que fez todos os parreirais, porque ele era, ele conhecia todos esses empregados, ele comandava (...). Nós só trabalhamos dentro da firma...”. Talvez, em virtude da vigilância e cuidado que o pai poderia manter sobre suas filhas, é que a possibilidade de sua entrada para a indústria pôde ser concretizada. Alguns anos depois, os filhos A. e V., entram na vinícola e, nesse momento, é possível constatar que duas de suas três filhas- O e H- já haviam saído da indústria, em virtude de terem se casado.

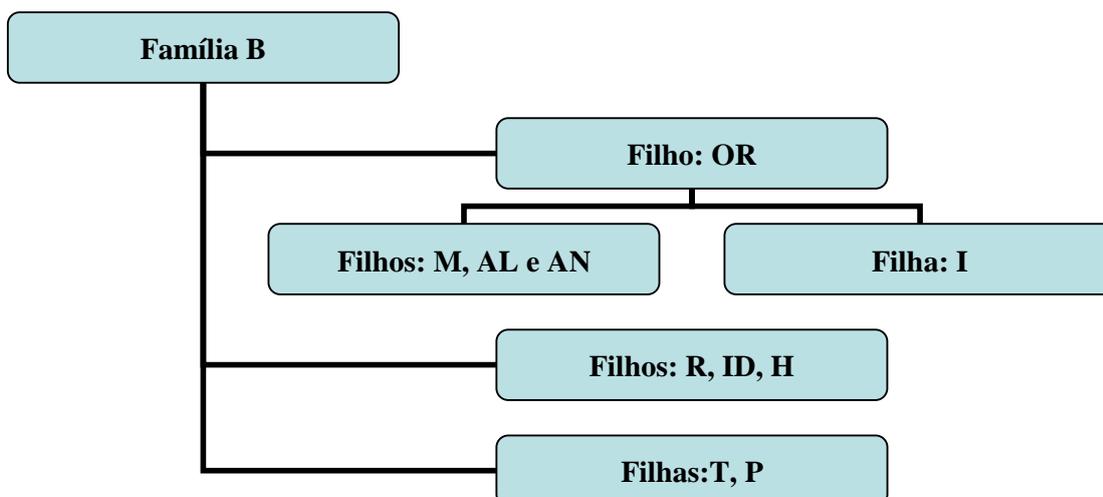
De acordo com as informações relatadas pelos depoentes nas entrevistas realizadas, o casamento trazia consequências diretas para as moças que trabalhavam na vinícola A.P., pois a partir de sua realização, elas teriam que se afastar de suas funções para cumprir a norma interna da indústria, que era a de não manter mulheres que houvessem se casado e que tivessem filhos pequenos. A partir daí, temos a explicação do motivo pelo qual as filhas de R.E não permaneceram por muito tempo na vinícola e por que optaram por se desligar de suas atividades industriais.

Outra particularidade importante nesta família se refere a filha I. Ela permaneceu trabalhando na vinícola até sua aposentadoria, pois não se casou. Em decorrência disto, foi protagonista de uma inversão de papéis em sua família, pois tornou-se a responsável pelo sustento da casa e cuidado dos pais idosos. Esta situação não era muito comum no cotidiano familiar na primeira metade do século XX na região. Isto porque a grande maioria das moças

⁵⁴ R.E é o primeiro funcionário a ser contratado pela vinícola Armando Peterlongo, ainda na década de 1920.

jovens se casavam e saíam da casa dos pais, ficando para os filhos homens e suas famílias, formadas após o matrimônio, o cuidado dos pais. Mas, como I. se manteve solteira e trabalhando na vinícola, seu salário e a moradia compartilhada com os pais possibilitaram a inversão dos papéis antes exercidos pelas filhas mulheres e pelo pai - figura masculina, entendido como o chefe do núcleo familiar. Como ela mesma nos relatou em entrevista concedida “...porque meu pai começou a ficar doente também e, minha mãe idem. E eu trabalhava quase sozinha. Porque meus irmãos, todos casaram. Foram embora e eu fiquei quase a maior parte sozinha. Então era eu que cuidava dos meus pais e trabalhava pra sustentar a casa...”. A renda que obtinha com seu trabalho na indústria, destinava-se à manutenção das necessidades da casa e não apenas para o seu próprio sustento já que, por ter sido a única filha que não se casou, a ela coube a responsabilidade de se manter morando junto com os pais, tomando para si o papel de cuidadora da família.

Genealogia da família operária B



Um segundo exemplo pode ser representado por meio dos registros da família B. Esse caso difere, em alguns aspectos, do caso citado anteriormente, o da família A, porque sua opção de inserção no trabalho industrial ficou a cargo dos filhos e não do patriarca da família. No primeiro caso, foi o patriarca R.E que se integrou inicialmente na vinícola, trazendo depois seus filhos. Já, na família B, o que se pode perceber é que foram os filhos homens que tomaram a iniciativa de buscar o trabalho na vinícola, deixando os pais nas funções do cuidado da propriedade de terra, aspecto que pode ser comprovado por meio da presença do

registro de admissão na vinícola de todos os quatro filhos homens da família e de duas filhas mulheres.

O que chama a atenção, nesse mesmo caso da família B, é a presença de duas ramificações de duas gerações oriundas do mesmo grupo parental que participaram desse espaço industrial. A primeira, iniciada por seus filhos, a partir da contratação de OR., na data de 01 de janeiro de 1938, seguida pela admissão de seus irmãos, P., em 03 de maio de 1939; ID., em 05 de julho de 1943; T., em 09 de novembro de 1948; H., em 01 de setembro de 1949 e R., em 06 de março de 1950, completando a sucessiva entrada dos filhos do casal F. e Z. na vinícola. Já o segundo momento, constitui-se pela presença de membros da família formada por OR. O primogênito dos filhos do casal F. e Z., agora adulto e patriarca de sua própria família, construída, após seu casamento, com a também operária da vinícola E.C., adota a mesma estratégia de seu pai quanto à abertura da possibilidade de seus filhos também se inserirem no trabalho industrial ligado à vinícola A.P. É a partir dessa união matrimonial, que temos a inserção de mais uma família de operários nessa indústria. Participantes dessa segunda geração de trabalhadores, é possível localizar os filhos M., admitido em 31 de agosto de 1952; AN., em 21 de outubro de 1963 e, com entrada na mesma data, I. e AL., em 31 de agosto de 1964.

A partir desse olhar um pouco mais detalhado sobre a família B, tem-se a compreensão de outro aspecto de grande relevância no processo de formação dessas famílias, que é a união matrimonial entre os operários. Diversos são os casos em que ocorre o casamento de jovens trabalhadores da vinícola, a partir de sua convivência diária nesse mesmo ambiente de trabalho, onde dividiam espaços comuns de sociabilidade- provavelmente nas atividades sociais e de lazer e no espaço da fábrica- o que pode ser explicado em virtude da grande concentração de jovens nas atividades dessa indústria, que se constituía como o maior e mais importante estabelecimento industrial da cidade de Garibaldi, até meados do século passado. Segundo a depoente, “...era a principal...depois que começou o Carrare Brusina, a Cooperativa, e depois veio a George Aubert e aí veio, veio indo as outras firmas”. Dessa forma, a inserção maior de trabalhadores acontecia na vinícola devido a, nesse período, ela estar passando por momentos de crescimento de sua produção e de seu desenvolvimento econômico.

Apesar de a família se manter estruturada pelas relações hierárquicas estabelecidas pelos fundamentos do patriarcalismo, em que a figura masculina representa a autoridade e o poder maior dentro da família, com o passar do tempo, com o crescimento dos filhos e com o acontecimento de situações que fogem do alcance das decisões de seus membros, os

indivíduos pertencentes ao núcleo parental têm que assumir uma posição de adequação diante das novas situações que a eles se apresentam. Demonstrando que a família tem a capacidade de se remodelar e de se reestruturar em suas relações internas, de acordo com o acontecimento de situações tanto internas como externas a seu ambiente de convivência e pode influenciar, de algum modo, na estrutura que a fundamenta.

Referências

- AZEVEDO, Thales. **Italianos e Gaúchos**. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, nº 5. Porto Alegre. Jan./Jun 2001.
- CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane A. **Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves - 1875 a 1930**. Porto Alegre: CORAG, 2005.
- FONTOURA, Luiz F. Mazzini. Agricultura: da associação à modernização. In: GERTZ, René; GOLIN, Nelson B. T. **República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Porto Alegre: Méritos, vol. 3, tomo II, 2007.
- HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de Industrialização da zona colonial italiana**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.
- MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto**. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 1998.
- MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul - implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Est Edições, 2ed. 2001.
- SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi; BASSANEZI; Maria Silvia C.B. “Molliamo tutto e ce ne andaimo a vivere in Brasile!”: Trajetórias de imigrantes italianos em São Paulo. In: VENDRAME, Máira Ines; KARSBURG, Alexandre de Oliveira (orgs.). **Micro-história, um método em transformação**. São Paulo: Letra&Voz, 2020, p. 249-282.
- VALDUGA, Gustavo. **“Paz, Itália, Jesus”**. Uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do Jornal Correio Riograndense (1930-1945). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

“QUERIA SEMPRE VOLTAR!” A MIGRAÇÃO DE RETORNO DE BRASILEIRAS DO PARAGUAI ENTRE 1970-2018

Vanucia Gnoatto⁵⁵

Considerações iniciais

Os deslocamentos migratórios são atravessados pelos movimentos de retorno, geralmente obscurecidos pela epopeia da imigração. Nesse contexto, trabalha-se a categoria de retorno nos movimentos de emigração do Brasil ao Paraguai⁵⁶, no período de 1970 a 2018⁵⁷, objetivando-se acompanhar as narrativas das mulheres migrantes quanto às suas motivações, pontos de origem e destino, entendendo-as como protagonistas nesses deslocamentos transfronteiriços.

Trata-se de um estudo de história oral pautado na coleta e análise de histórias de vida de migrantes relatadas a partir de questões-chaves que abordavam a origem, os motivos que levaram a migração ao Paraguai, a vivência no Paraguai, ligação com o lugar e país de origem. E para aquelas que retornaram também realizaram-se as mesmas questões, acrescentando ao roteiro o que motivou o retorno, ligação com o Paraguai e como foi a reinserção no país de origem, com o propósito de compreender como a e/imigração ao Paraguai e o retorno ao Brasil é vivenciado por essas imigrantes.

Nesse sentido, faz-se necessário aprofundar o entendimento sobre a história oral de vida. Para Meihy e Holanda, “A história oral de vida se espraia nas construções narrativas não que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções” Conforme o autor, “Por que as histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala. Isso talha a essência subjetiva da história oral de vida” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 34 -35). Já para Portelli, “una historia de vida es algo vivo. Es siempre una obra en proceso, en la cual el narrador revisa la imagen de su propio pasado a medida que avanza” (PORTELLI, 1981, p.1-3). Assim, cada história que escutamos é única, nenhuma história se repete duas vezes da mesma forma.

⁵⁵ Doutoranda do PPGH/UPF.

⁵⁶ O artigo é parte da dissertação de Mestrado em História, cujo título é: “Migrações, trajetórias e retornos: imigrantes brasileiros no Paraguai”, defendida no PPGH da Universidade de Passo Fundo, UPF. As histórias de vida foram coletadas em pesquisa de campo na zona fronteira dos dois países.

⁵⁷ A referida delimitação temporal considera o período em que as nossas entrevistadas emigraram para o Paraguai e retornaram para o Brasil.

Para Thompson, as histórias de vida de imigrantes são versões de narrativas criadas depois de eventos, que foram utilizadas e reelaboradas pelos sujeitos, famílias e comunidades. As narrativas trazem elementos importantes da experiência migratória, lidando com a expectativa de possíveis futuros, mostrando como os migrantes souberam lidar com as implicações de seu deslocamento, buscando sentido nessas. Em cada fase, “as histórias de vida articulam os significados da experiência e sugerem maneiras de enfrentar a vida”. Quando registradas, não se percebem somente evidências importantes das vivências passadas, mas a constante evolução dos modos de construção de suas vidas. Vistas desta forma, as histórias orais dos migrantes possibilitam evidências sobre experiências passadas e sobre histórias de vida, que por sua vez são parte importante e material da vivência dos migrantes (THOMPSON, 2002, p. 358-359).

Nesse sentido, abordar-se-á como o retorno é visto por algumas imigrantes brasileiras que moram no Paraguai e emigrantes brasileiras que retornaram. Para fins de estudo, delimitou-se como espaço o departamento de Alto Paraná, localizado na região leste do Paraguai, particularmente os distritos de San Alberto e Santa Rita. Já as retornadas encontram-se no oeste do estado do Paraná, nos municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Missal. Parte-se da premissa inicial de que o retorno não se dá, necessariamente, ao local de origem nem é o fim do processo migratório e ao mesmo tempo torna essas entrevistadas protagonistas de suas histórias. Em um primeiro momento, se fará uma breve contextualização da emigração de brasileiros para o Paraguai, após uma breve teorização sobre o conceito do retorno e no terceiro momento se trabalhará fragmentos das histórias de vidas de nossas entrevistadas sobre as suas percepções sobre o retorno.

O retorno: elemento constitutivo do migrante

A migração de retorno pode acontecer fisicamente ou pode ser desejada, entretanto, não realizada. A possibilidade do retorno é vista como positiva quando resultado do sucesso econômico. Todavia, o desejo do retorno, consciente ou inconscientemente, acompanha os deslocamentos migratórios. O mesmo também não precisa necessariamente ser realizado pelo imigrante, mas pode ser concretizado pelos seus descendentes. Para as mulheres aqui entrevistadas o retorno ganha um sentido positivo na medida em que lhes concede uma maior autonomia e independência dos maridos ou dos pais.

Para Romeu, defender a ideia de que reconhece o migrante como sujeito leva a concluir que isso também acontece com quem retorna à terra de origem, somando-se ao caso

de que agora, impregnado com as vivências do lugar de procedência, surge como uma totalidade: “uma vida construída pela mobilidade entre dois ou mais espaços, entre idas e vindas. Uma vida marcada por lugares de memória e do cotidiano presente, realidades que constituem personalidades e projetam devires” (ROMEY, 2018, p. 88).

Os movimentos migratórios aqui estudados situam-se na segunda metade do século XX e início do século XXI. Logo, podem ser considerados como história do tempo presente. Soma-se a isso o fato de tratarem-se de movimentos transfronteiriços, cuja travessia da fronteira é fluída. Ao analisar-se o deslocamento migratório Brasil-Paraguai, percebem-se de imediato alguns pontos de contato e particularidades. Primeiramente, esses migrantes realizaram, de modo geral, múltiplas migrações movidas pela busca de trabalhos como arrendatários, diaristas e de serem proprietários de terras tanto no interior do Brasil como no Paraguai; são de classes econômicas e étnicas diversas.

Segundo o estudo organizado por Zamberlam e Corso (2010), o processo migratório iniciou no final da década de 1950 e acentuou-se no final da década de 1960. O presidente paraguaio, Alfredo Stroessner, ao assumir o governo em 1954, manteve estreitas relações com o Brasil, dando passe livre para brasileiros explorarem as matas daquele país (EBERT, 2005). O seu projeto de governo desenvolvimentista formulou o Programa de “*Crescimento para Fora*”, com a finalidade de modernizar a economia local e estimular o povoamento das áreas de fronteira com o Brasil. Naquele contexto, o Brasil também passava por um rápido processo de modernização agrícola e, como consequência, de êxodo rural, em parte, amenizado por essa aproximação (ZAMBERLAM e CORSO, 2010, p.17).

A emigração de brasileiros para o país vizinho acontece em um contexto onde passa a existir essa aproximação geopolítica entre os dois países da qual surgirá acordos e obras, como a Usina hidrelétrica de Itapu e onde o processo de modernização agrícola, que acontece principalmente nos estados do sul do Brasil, juntamente com o fracionamento e altos cultos das terras, torna difícil a permanência na agricultura dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais.

Quanto à migração, Sayad (1998) a compreende como a dualidade do sujeito, que ao mesmo tempo é emigrante, quando sai de sua pátria, e imigrante, quando chega a novas terras. A origem da imigração é o emigrante. Assim, a migração é entendida como um “fato social completo”, pois o indivíduo é denominado imigrante pela sociedade a partir do momento em que chega a um novo território (SAYAD, 1998, p.16). A discussão aqui é mais ampla. O imigrante pensa e pressupõe o retorno. O autor salienta ainda que existe uma dupla contradição na imigração: “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta

de prolongar indefinitivamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”. Porém, “insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se ‘instalar’ de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes”, (SAYAD, 1998, p. 45) a qual passa de provisória a definitiva.

Bárbara (2005) classifica o processo migratório de brasileiros para o Paraguai em três períodos históricos. O primeiro, na década de 1960, constituído por imigrantes originários do norte e nordeste do Brasil. Posseiros, que passaram pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, prepararam o terreno para a expansão da fronteira agrícola capitalista. O segundo ocorreu na década de 1970, onde o Paraguai recebeu um grande número de camponeses que migraram do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foram atraídos pelo preço da terra, que chegava a ser cinco vezes mais em conta que no Brasil e pela existência de terras férteis. Já o terceiro movimento migratório intensifica-se na década de 80 com o retorno de milhares de famílias brasileiras.

As migrações de retorno que acontecem na década de 1980 têm como causas principais questões ligadas a documentações pessoais e de titulação das terras desses brasileiros, escassez de trabalho braçal e, principalmente, conflitos agrários com camponeses paraguaios. Com o tempo, devido à política adotada pelo país que visava a modernização do campo e que, com isso, levou à expansão da fronteira agrícola que existia no Paraná e com ele o avanço do agronegócio, muitos pequenos agricultores foram forçados a retornar para o Brasil, buscando trabalho na cidade ou no campo.

Somando-se a essa questão, a busca por serviços públicos como educação, previdência social e, principalmente, na área da saúde fez com que muitos retornassem. Em um Estado que adota a política neoliberal e que os serviços públicos estão precários, em que todos os serviços são pagos, ser trabalhador e/imigrante adquire uma vulnerabilidade ainda maior, principalmente quando estiverem idosos, em que o corpo e a força para trabalhar não responderem as expectativas de trabalho na migração, além disso, as garantias em ter direito à aposentadoria foram totalmente minadas no Paraguai.

Esse retorno se dá, na grande maioria, para os municípios fronteiriços com o país vizinho do estado do Paraná. Supõe-se que essa opção é escolhida pelo fato de quererem ou possuírem um vínculo com o país onde residiram, vínculo que pode ser econômico, como terras arrendadas ou trabalho, ou afetivo, como familiares que residem em distritos paraguaios. Para muitos o retorno também é uma forma de buscar a estabilidade na velhice e

com ela o acesso mais próximo aos serviços ligados à saúde, locomoção e proximidade com os filhos.

Quanto ao retorno, Sayad afirma que este implica em

uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de uma projeção do outro, sendo estritamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente, isto é, do tempo cotidiano da migração; uma relação com a terra em todas as suas formas e valores, inicialmente em suas dimensões físicas e geográficas e, em seguida, em suma apenas metáfora do espaço social; uma relação com o grupo, aquele que se deixou fisicamente, mas que continua a carregar de uma maneira ou outra, e aquele no qual é preciso se impor, aprender a conhecer e dominar (SAYAD, 2000, p. 12).

A mudança do espaço e dos sujeitos está implicada nessa mobilidade. O retorno permite a volta ao mesmo lugar, mas não ao que se deixou para trás, pois quem saiu “volta diferente” – e quem permaneceu também muda. São mundos diferentes em contato. Para Fazito, quando o emigrante parte a determinado lugar, acredita absolutamente que um dia voltará para o mesmo “espaço” original, como se a decisão de emigrar somente fosse individual e pontual, presente em um espaço e tempo manipulável racionalmente. Porém, frente à impossibilidade do retorno, vivida muitas vezes de forma inconsciente pelos imigrantes, parece restar a possibilidade socialmente estruturada de uma forma de dissimulação. O imigrante modifica de forma simbólica suas próprias vivências do cotidiano quando cria ilusões sobre o retorno às suas origens, visando justificar sua condição muitas vezes nada cômoda de deslocado e inclassificável. Ao se tornar migrante se aprende a dissimular para si, para os que ficaram na terra natal e para os da terra de destino “como forma de consagrar um novo contrato social que precisa estabelecer os limites da crença social nesse triplo sentido de relações” (FAZITO, 2010, p. 91).

Segundo o mesmo autor, o retorno desejado, mesmo que seja impossível, produz uma força “capaz de se materializar em normas, valores e comportamentos de indivíduos e grupos”. Segundo ele, partindo da realização de um acontecimento particular, no caso a migração, “no ciclo de vida de uma pessoa ou grupo, os significados, as relações e a inserção do imigrante na estrutura social (tanto da sociedade de origem como na de destino) são modificados, proporcionando dinâmica e complexidade a todo o sistema” (FAZITO, 2010, p. 92).

Para Sayad, a nostalgia ou a saudade não é o seu mal, pois, quando acontece, o imigrante descobre que não é a solução porque não existe um retorno ao idêntico. Pode-se voltar sempre ao ponto de partida, uma vez que o espaço possibilita ir e vir, porém é

impossível voltar ao tempo da partida, voltar a ser aquele que se era naquele momento e muito menos reencontrar os mesmos lugares e pessoas, a mesma situação tal como se deixou. Para o autor, o sentimento de nostalgia por um lugar tem força de transfigurar tudo o que toca, como o amor tem efeito de encantamento evidente e, em maior proporção, efeitos de santificação e sacralização. Onde a casa natal, o solo natal, a casa dos antepassados, o país são lugares privilegiados pela nostalgia. Assim sendo, tem-se “o retorno profano a estes lugares da natureza e da história tornados santos pela graça da nostalgia” (SAYAD, 2000, p.12).

O autor ainda acrescenta que “emigrar e imigrar é antes de mais nada mudar de espaço, de território”. Mesmo que esse processo aconteça sem muitos problemas ou se conforme com as dificuldades tanto pequenas como grandes, “mudar de espaço – deslocar-se de espaço, que é sempre um espaço qualificado – é descobrir e aprender simultaneamente que o espaço é, por definição, um “espaço nostálgico””, um lugar aberto a todas as nostalgias, isto é, carregado de afetividade’. O mesmo não é um espaço abstrato, mas “se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto” (SAYAD, 2000, p. 12).

O relato de Carmem Furlan, natural de Vera Cruz, Paraná, residente em San Alberto, mostra este desejo do retorno ao “espaço nostálgico” e o apego ao Paraguai:

Entrevistadora: Relação com a terra natal? Carmem: Ah, eu tenho muita vontade de voltar. Entrevistadora: Tem saudades? Carmem: Tenho, porque eu nasci e me criei no mesmo lugar, né? Desde que eu nasci até os 24 anos vivi no mesmo lugar, nunca mudei, sempre no mesmo lugar. Então que nem eu digo a minha raiz ficou lá. Eu sempre falo, eu passei da ponte pra lá [...] e ele [esposo] já não e nem os meus filhos, chegam do outro lado da ponte e eles não vê a hora de voltar. E eu chego do lado de lá tô no meu mundo. E o Nadir também não gosta de lá. Eu por mim já tinha voltado há muito tempo. Nos primeiros anos só pensava em ir embora, embora, embora (Carmem Furlan, San Alberto, 28 jul. 2018).

Na fala de Carmem, percebe-se o sentimento de nostalgia para com a terra natal que ainda se mantém vivo, não na mesma intensidade dos primeiros anos, mas que ainda se faz presente, pois a mesma se sente ligada ao seu local de origem, narrado por ela como “meu mundo” por possuir vivências, aspectos e ligações afetivas próprias e, como a mesma diz: “minha raiz ficou lá”. O desejo de retornar também é compreensível pelas dificuldades encontradas por ela e pelo seu esposo logo que se estabeleceram em suas terras. Esse sentimento é comum entre os imigrantes ao depararem-se com as dificuldades de inserção no local de destino, pois tendem a pensar no retorno com mais intensidade e a permanecer

somente para poder, através do seu trabalho, conseguir recursos para retornar. O retorno aqui, como defendem Goettert e Mondardo (2009), não é regressar fisicamente “a um lugar “perdido para sempre”, mas no qual a aceleração do tempo presente e futuro é freada pelo passado (como se, na mobilidade do Capital e do Trabalho, também se produzisse a “imobilidade” “subjetivo-identitária”)” (GOETTERT; MONDARDO, 2009, p. 127).

Ao longo da entrevista, Carmem Furlan afirmou que a migração, apesar das dificuldades, possibilitou que a família tivesse uma vida melhor economicamente, adquirisse terras tanto no país de destino como de origem; algo que, como ela defende, não teria acontecido se tivesse morando no Brasil. Porém, em sua fala, a mesma deixa transparecer que o retorno não se deu porque não pensou na sua vontade, mas a da família que quer permanecer, pois, se fosse pela mesma, retornaria.

Em seus estudos, Romeu (2018) percebe que o sujeito que vivencia situações precárias ao longo da migração tende a desejar o retorno imediato com mais força dos que estão em condições econômicas melhores. Porém, o retorno não é somente determinado pela questão econômica, sendo que existem outros aspectos decisivos como as discriminações enfrentadas, a violência diária física e simbólica das cidades, saudades dos amigos e parentes. Elementos que não têm como serem medidos, mas da mesma forma decisivos em muitas situações na escolha pelo retorno ou permanência.

Ao analisar-se a condição do migrante, em especial a do imigrante brasileiro no Paraguai, percebe-se que é um sujeito dividido em seus sentimentos entre dois países. Por vezes, deseja o retorno, mas por outras já não se sente em casa na terra natal. Neiva Fridrichs, natural de Tunápolis, SC, após outras migrações realizadas no Paraguai, hoje residindo em Santa Rita, PY, ao se referir a esse sentimento próprio do migrante, assim se expressa:

A gente tem saudade do Brasil, tem né! A gente vai lá, mas a gente já não vê de novo a vontade de voltar, porque aqui[Paraguai] a gente se sente mais em casa ainda. Vontade enorme de morar no Brasil a gente tem, mas quando a gente vai passear lá, a gente já sente saudade de novo de voltar pra casa. Quando a gente pisa em solo nacional paraguaio de novo a gente se sente em casa, porque a gente construiu toda a nossa vida aqui (Neiva Fridrichs, Santa Rita, 26 de jul. 2018).

A mesma expressa que tem saudades e uma vontade enorme de voltar ao Brasil, mas se sente “mais em casa” onde reside no Paraguai. Sentimento que, segundo ela, é mais forte quando retorna para passeio ao país de origem. Essa realidade conduz a um processo de transformação desse sujeito que ainda nutre, em muitos casos, um sentimento forte pela pátria mãe, mas, ao estar em presença desta, não se sente em “casa” como no local de destino, pois

já não se encontra mais, porque ambos mudaram. Para Vangelista (2010), ao sair do país e migrar para outro, muitas vezes os imigrantes vivenciam a transnacionalidade, pois existe ali uma situação de bilocalidade em que muitos emigrantes ficam ligados a dois lugares distintos: o de origem e o de acolhida.

Nesse sentido, o migrante, para Goettert (2008), é visto como “um ser em *trânsito*”, ao mesmo tempo em que pertence a dois lugares não pertence a nenhum deles. “Um ser em trânsito que também é um ser cambiante entre o lugar onde está e o lugar deixado”. Para o autor,

A transitoriedade migratória que apresenta, fundamentalmente, uma “temporiedade” (e não apenas uma temporalidade), pois se inscreve em um tempo determinado. É temporária. É definida por um *espaço temporal*. Esse tempo é variante de migrante para migrante. Pode durar toda a parte da vida no novo lugar vivido. Ou pode durar até o momento exato da chegada no lugar de destino. As *situações e condições* de cada migrante – econômicas, sociais, psicológicas... – é que definem essa “temporiedade”. Uma “temporiedade” que se define pela subjetividade, que por sua vez inscreve-se sobre um conjunto de relações tanto com o novo lugar, como com o lugar de origem (GOETTERT, 2008, p. 42).

Através deste estudo, é percebido que o sentimento é vivenciado pelos imigrantes brasileiros no Paraguai de diferentes formas. Há aqueles que não se sentem mais imigrantes, que se encontram inseridos no Paraguai, se sentindo pertencente a este país. Como há aqueles que se sentem divididos, que alimentam, por mais que estejam há décadas naquele país, o desejo do retorno ao Brasil devido às várias situações. Transpareceu, nas duas falas dessas mulheres, um desejo pelo retorno, o qual poderá ser concretizado ou não, pois o fato de retornar para elas está ligado principalmente a vontades que não são só suas, mas que envolvem questões familiares.

“Queria sempre voltar, o meu sonho era vir embora para o Brasil”

Os estudos sobre a agência ou protagonismo das mulheres nos processos migratórios é recente. Como Osman afirma, “Historicamente, as migrações foram tratadas como processo masculino, uma vez que aos homens se atribuiu a responsabilidade e a decisão pelo ato migratório”. A autora acrescenta que

Às mulheres (mães, esposas, filhas, irmãs), atribuiu-se o papel de acompanhantes dessa trajetória, cabendo-lhes unicamente a responsabilidade pela construção e manutenção de uma estrutura familiar em novas regiões e condições, pela preservação de valores culturais e pela negociação de identidades étnicas e nacionais. Dessa forma, o papel das mulheres no processo migratório tem sido tratado de duas maneiras possíveis: ou são negligenciadas ou vistas como meras

acompanhantes. De uma forma ou de outra, isso significa conferir-lhe pouca ou nenhuma importância acerca desse fenômeno (OSMAN, 2011, p.116).

As ações das mulheres nos processos migratórios para o Paraguai são diversas; umas têm voz outras não. No caso das narrativas das retornadas que se analisará, percebe-se que nem sempre a emigração ao Paraguai era algo de consenso do casal ou que as filhas já na adolescência poderiam opinar. A decisão de emigrar era mais do marido ou do pai. Com isso, o desejo de prosseguir com os estudos também era interrompido para que estas aderissem ao projeto dos pais. Algo que, com o retorno, se apresenta de outra forma, pois nessa emigração, dentro das histórias de vidas analisadas, a escolha pelo Brasil é delas.

A narrativa de Ilei mostra esse desejo concretizado de retornar ao Brasil, do qual afirma que não queria ter saído e as expectativas que a mesma criava sobre a migração de retorno. No começo da entrevista sobre o Brasil, ela assim se expressa: “Eu me senti em casa, sempre mais melhor no Brasil. É o Brasil e pronto!” (Ilei Terezinha Bottegel, Missal, 15 jan. 2019). Interessante perceber em sua fala que os anos vividos por ela no país vizinho, a constituição de uma família com a vinda dos filhos e entre outras vivências não fizeram com que a mesma se sentisse em “casa” no Paraguai; sensação que somente o retorno trouxe para esta. A mesma segue seu relato, afirmando:

Eu, na verdade, se é pra ir hoje de novo eu não vou mais, nem fui mais passear lá nada, eu não gosto, na realidade nunca gostei de lá [...]. Queria sempre volta, o meu sonho era vir embora para o Brasil [...]. Todo ano que terminava o ano, por ano a ano a gente estava pensando em vir embora, sempre pensava de voltar, e daí um dia deu certo, daí viemos embora (Ilei Terezinha Bottegel, Missal, 15 jan. 2019).

Na fala, a mesma afirma ter se desligado do Paraguai e que o retorno era algo pensado já há algum tempo pela família, um sonho pessoal que, segundo ela, “um dia deu certo”. Ao retornar, a família adquiriu terras no interior de Missal e passou a fixar residência nas mesmas. Já, no ano de 2018, a família migrou para a zona urbana da cidade. Essa migração levou Ilei a se dedicar a outra atividade, no caso à venda de cosméticos, podendo assim ter maior autonomia, pois possuía a sua própria renda não dependendo somente da advinda da agricultura que, na grande maioria das vezes, entre as famílias do campo era administrada e permanecia somente com o esposo.

O retorno para o Brasil, mais especificamente para os municípios analisados, era visto como algo positivo, pois possibilitava com que estas, agora vivendo nas cidades e não mais no interior, pudessem refazer as suas vidas, através de um trabalho informal ou de carteira assinada. Dessa forma, adquirindo liberdade e autonomia, não sendo mais

dependentes dos pais ou dos maridos. Além disso, para elas, o acesso à saúde pública, no caso SUS, aos benefícios da previdência social e a possibilidade dos filhos poderem estudar também tiveram um peso enorme na decisão de retornar.

É o caso de Maria Gessi Soledade dos Santos, natural de Francisco Beltrão, PR, que, quando criança, emigrou com sua família para o distrito de Hernandaria, no Paraguai. Na juventude se casou e juntamente com o esposo retornaram para o Brasil e buscaram trabalho em Brusque, Santa Catarina. Após sua separação, Maria e as duas filhas migraram novamente, agora para Foz do Iguaçu onde residia a sua família já retornada do Paraguai. Por ter estudado somente um ano ainda no Brasil a nossa entrevistada encontrou muitas dificuldades para conseguir um emprego que lhe assinasse a carteira, o que está dificultando a mesma no seu processo para conseguir a aposentadoria. Porém, essa situação não impediu Maria de buscar os seus sonhos.

Através do retorno encontrou possibilidades de ter uma vida melhor e outra profissão. Em um sábado à tarde, em sua casa em Foz do Iguaçu, a mesma relatou algumas conquistas pessoais que se deram devido ao retorno:

Fiz a minha carteira de motorista sem estudo. O meu filho falou: “Se não vai conseguir, você não tem estudo” [...]. “Graças a Deus!”, eu falei: “Eu vou confiar naquele que é professor dos professores, médico dos médicos”, e é ele quem bem me ensinou, e deu tudo certo [...]. Eu vim embora pra cá, Foz [do Iguaçu], fui trabalhar de diarista, não sabia ler nem escrever, fui limpar casa. Aí fui trabalhar de diarista, depois que aprendi a ler que eu fui trabalhar no comércio, daí eu virei cozinheira. Deus me deu essa profissão também, que na minha carteira está cozinheira (Maria Gessi Soledade dos Santos, Foz do Iguaçu, 19 jan. 2019).

Assim como Maria, muitas mulheres migraram para o Paraguai não por vontade própria, mas por acatarem a escolha de seus pais ou esposos. Pouco tinham ou não havia uma negociação familiar para a migração, uma vez que tratava-se de uma decisão masculina. Porém, diante das dificuldades para se manterem no campo com poucas terras ou não encontrando mais trabalho braçal na agricultura, são desafiadas a buscar trabalhos nos centros urbanos ou a retornar para o Brasil, onde conseguem uma profissão, voltam a estudar ou a conseguir a carteira de motorista, algo que para a nossa informante seria muito difícil no país de destino. As mesmas passam agora a ser pró ativas, a fazer as suas próprias escolhas.

Para Nelci Barcellos, natural de Saltinho, RS, que em 1984 migrou para o Paraguai, o retorno ao Brasil possibilitou um novo recomeço. A narrativa de Nelci permite entender a migração da família para a colônia Santa Rosa de Monday, como o núcleo familiar foi se desfazendo diante das dificuldades encontradas em novas terras e se reagrupando quase todo no distrito de Santa Rita, no Paraguai, após dez anos que haviam migrado para aquele país.

Segundo a informante, como a migração não teve o consenso entre a família, sendo somente uma decisão individual de seu pai, após terem enfrentado as dificuldades iniciais, os filhos começaram a procurar trabalho e sair de casa. Nelci também foi uma que saiu ainda nova de casa para trabalhar no comércio em Santa Rosa del Monday.

A mesma afirma que sentiu muito a partida para o Paraguai, pois, quando chegou ao novo destino, teve que trabalhar na roça e não pode continuar os estudos. No caso dela, após casar, migrou para Santa Rita. Passam-se alguns anos, Nelci acaba se separando e no ano de 2002 retornando para o Brasil para morar com a sua filha, que já havia migrado, exercendo a profissão de cuidadora de idosos. A mesma, assim, descreve a sua experiência de retorno:

Eu senti assim, que eu me libertei, que eu me libertei, porque lá eu me sentia assim sem segurança, sem segurança. Não [es]tava garantida pra nada, não tinha segurança. Aqui tem médico, tem tudo, lá é só particular, se não tinha dinheiro, não tinha médico. Então, o meu pai quando teve derrame não teve assistência nenhuma, ele veio pra Ciudad Del Leste e era tudo pago. Eu me senti liberta vindo para o Brasil, me libertei, tem garantia, tem médico, tem segurança. Brasil é o nosso país! (Nelci Barcelos, Foz do Iguaçu, 16 jan. 2019).

Atualmente, a mesma cuida da mãe, que está doente e cadeirante. Durante a entrevista questionou-se a sua mãe sobre a migração ao Paraguai, mas a mesma logo desviava o assunto e falava de quando vivia no Rio Grande do Sul, dava detalhes do lugar onde ela morava, sobre a sua família e, por fim, até declamou dois versinhos lindos sobre o Brasil. Tentou-se insistir para que ela falasse algo sobre a sua migração, mas trazia com esforço alguns fatos vagos e isolados da família quando migrou. O que fez concluir, com base nos relatos da filha, que, para essa senhora, a migração ao Paraguai foi algo tão sofrido que nem fazia questão de falar, preferia esquecer-se daquelas lembranças. Percebeu-se o quanto a memória é uma construção mesmo inconsciente.

Grande parte dos retornados do Paraguai, por não possuírem qualificação ou por terem estudado apenas alguns anos, estão inseridos no mercado de trabalho em funções onde se exige pouca qualificação, como no caso das mulheres nas atividades de diaristas ou de cuidadoras de idosos.

Ainda sobre o retorno, existem aquelas que tomam iniciativa; as mais jovens buscam trabalho fora, acolhem em sua casa os pais doentes e encaminham para tratamento, por fim buscam os seus direitos. Entre as famílias divididas entre os dois países formam-se redes transfronteiriças, como no caso do pai de Ivete Camargo, natural de Cerro Largo, Rio Grande do Sul, que migrou para Dom Armando, Paraná, por volta do ano de 1975 e para Santa Rosa del Monday, Paraguai, em 1980 e que, por fim, retorna para o Brasil no ano de 2002, que sem

muitos recursos no hospital do Paraguai foi conduzido pela filha para tratamento pelo SUS, no Brasil.

O pai teve problemas sérios de saúde. Daí ele não tinha condições de pagar o médico em Santa Rita [Paraguai], porque era tudo particular e ele foi internado no hospital Cristo Rei [...], daí tinha que pagar tudo, tudo. Daí parece que tu nunca chegavas à vez e não se descobria o que era, e o pai cada vez mais fraco. Daí eu falei pra eles que ia conseguir por ele pelo SUS, que era pra eles vir morar com nós, daí o pai e a mãe vieram morar com nós. Mais tarde eles venderam a terra deles lá e compraram um terreno e fizeram uma casa por aqui (Ivete Camargo, Santa Terezinha de Itaipu, 14 jan. 2019).

A fala de Ivete aponta uma das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes brasileiros no Paraguai que acaba motivando o retorno, que é a questão da saúde. A falta de um serviço público e de qualidade para levar o retorno de brasileiros que possuem problemas de saúde ou a busca desse serviço pela parte dos residentes no Paraguai que possuem um contato de referência nos municípios fronteiriços.

Outro aspecto da fala de Ivete é o de que, dentre todos os seus irmãos, esta chama para si a responsabilidade de dar assistência ao pai que, para isso, teria que retornar para o Brasil. É esse retornado que toma a iniciativa de buscar auxílio para o que está no Paraguai e deseja vir para o Brasil por ter mais acesso a informações e serviços. Aqui, além disso, permanecer na casa de um familiar dá ao que busca auxílio a possibilidade de ter um endereço no município, o que torna mais fácil o acesso aos serviços públicos. O retorno de um familiar favorece a migração dos demais e auxilia na reinserção destes, geralmente nos casos analisados em centros urbanos.

Nesse sentido, é importante destacar o papel dessas redes presentes de diversas formas nas trajetórias migratórias desses sujeitos ainda no interior do Brasil e no Paraguai e que também se fazem aparecer na migração de retorno. Na migração de retorno percebe-se a influência das redes familiares e sociais, além de outras redes. Os contatos com imigrantes que já haviam retornado ao Brasil facilitam a imigração e a reinserção. Muitos destes vão se estabelecendo em espaços onde já residem familiares ou pessoas conhecidas das comunidades onde trabalhavam no Paraguai. Quanto ao contato entre parentes, para Marques, a “complexidade dos arranjos familiares que constituem a migração de retorno de brasileiros oriundos do Paraguai pode ser apontada como mais um elemento que contribui para a formação de uma comunidade transnacional “brasiguiaia””. A constituição dessa comunidade é determinante da circularidade que diferencia o deslocamento da população na fronteira entre os dois países (MARQUES, 2009, p. 70).

Nesse sentido, nas narrativas das mulheres imigrantes, denota-se que estas veem no retorno para o Brasil uma nova oportunidade de vida para si e para os seus, que estes ainda se encontram no país de destino. Isso não quer dizer que não tenham encontrado dificuldades para se reinserirem no Brasil, em locais em que nunca haviam residido antes. Elas encontraram dificuldades, umas mais outras menos, mas o fato de não terem feito menção destas mostra que as mesmas acreditam terem tomado a melhor decisão ao retornarem para o país de origem.

Considerações finais

Portanto, observa-se que o retorno é como afirma Sayad: “elemento constitutivo da condição do imigrante” (SAYAD, 2000, p. 7). Quem migra carrega consigo o desejo ou o sonho do retorno, sendo que para alguns esse é intenso, para outros não tem tanta força, para outros, ainda, na medida em que foram assimilando o novo espaço encontrado e se encontrando no mesmo, esse desejo foi sendo desfeito. Para as entrevistadas que ainda permanecem no Paraguai o retorno ainda é um desejo, mas os vínculos afetivos e familiares tornam essa decisão ainda mais difícil na atualidade.

Já quanto às retornadas é importante enfatizar a agência das mulheres ao retornar. O retorno faz delas protagonistas de suas vidas. Vidas que, de certo modo, foram barradas com a migração ao Paraguai, pois houve os “silenciamentos” e até mesmo o apagamento dos projetos pessoais (estudar e trabalhar) para assumirem os projetos familiares na migração. Além disso, pode se constatar que fica aos encargos das mulheres o trabalho do cuidado de idosos ou o trabalho doméstico em casa ou fora. São elas que também articulam a emigração de volta dos familiares que estão doentes ou que são o ponto de referência no Brasil para familiares que residem no Paraguai.

Fontes

Carmem Furlan, natural de Vera Cruz, PR, residente em San Alberto, Paraguai, entrevista concedida em 28/07/2018.

Ilei Terezinha Bottegel, natural de Concórdia, SC, residente em Missal, PR, entrevista concedida em 15/01/2019.

Ivete Camargo, natural de Cerro Largo, residente em Santa Terezinha de Itaipu, PR, entrevista concedida em 14/01/2019.

Maria Gessi Soledade dos Santos, cozinheira, residente em Foz do Iguaçu, natural de Francisco Beltrão, PR, entrevista concedida em 19/01/2019.

Neiva Fridrichs, comerciante, natural de Tunápolis, SC, residente em Santa Rita, entrevista concedida em 26/07/2018.

Nelci Barcelos, cuidadora de idosos, natural de Saltinho, RS, residente em Foz do Iguaçu, entrevista concedida em 16/01/2019.

Referências

- BÁRBARA, Marcelo Santa. Brasiguaios: território e jogo de identidades. In: NETO, Helion Póvoa; FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). **Cruzando fronteiras disciplinares**. Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 333-346.
- EBERT, Mônica Grillo. **A história dos brasiguaios** (monografia). Foz do Iguaçu, 2005.
- FAZITO, Dimitri. **Análise de Redes Sociais e Migração. Dois aspectos fundamentais do “retorno”**. RBCS - vol. 25 n° 72, 2010.
- GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento: olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2008.
- GOETTERT, Jones Dari; MONDARDO, Marcos Leandro. **Brasil migrante: Gentes, lugares e transterritorialidades**. GEOgraphia (UFF), v.11, p.101 -136, 2009.
- MARQUES, Denise Helena França. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos “brasiguaios”**. 2009. 172f. Tese (Doutorado em Demografia), Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2009.
- MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabiola (Orgs.). **História Oral: como fazer e como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- OSMAN, Samira adel. Mulheres árabes e a participação econômica no processo migratório entre Brasil e Líbano. **Mandrágora**, v.17. n. 17, 2011, p. 115-133.
- PORTELLI, Alessandro. “El tiempo de mi vida”: Las funciones del tiempo en la historia oral” **Rev.Internacional Journal of Oral History**, vol. 2, n.3, p. 162-180, noviembre, 1981 (traducción de Victoria Schussheim).
- ROMEU, Thiago. Reflexões sobre a subalternização dos migrantes e sua emergência como sujeitos geográficos na contemporaneidade. In: MARTINS, Isis do Mar Marques; MONDARDO, Marcos Leandro (Orgs.). **Migrações no mundo da fluidez e dos muros: movimentos, práticas e resistência na América Latina**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 82-110.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SAYAD, Abdelmalek. **O retorno, elemento constitutivo do migrante**. TRAVESSIA - Revista do Migrante, São Paulo, jan. 2000 (número especial).
- THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, FapUNIFESP (SciELO), v. 22, n. 44, p.341-364, 2002.
- VANGELISTA, Chiara. **Mobilidade social e espacial como objetos da história**. In: Simpósio de História da Imigração e Colonização. Migrações: Mobilidade social e espacial. 19º Simpósio de História da Imigração e Colonização. Organizador Martin N. Dreher. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni. **Emigrantes brasileiros no Paraguai Presença Scalabriniana** (Orgs). Porto Alegre: Solidus, 2010.

Parte 6 – Diásporas africanas e presença negra na América Latina

A MOBILIDADE DE ESCRAVOS FUGITIVOS NA CIDADE DE VASSOURAS NOS FINS DO OITOCENTOS A PARTIR DE ANÚNCIOS DE JORNAIS

Marcos Antonio Dias Ramos⁵⁸
Angelo Ferreira Monteiro⁵⁹

Introdução

Esta pesquisa busca dar visibilidade a indivíduos fugitivos que circulavam em Vassouras, região central do Vale do Paraíba Fluminense. Esta mobilidade espacial gerada pela fuga proporcionava momentos de uma possível liberdade e de possibilidade de comunicação entre os membros de outros grupos de cativos rurais, como também urbanos.

A existência de um número considerável de cativos no município de Vassouras, nos faz levantar a hipótese desta mobilidade espacial gerada pela fuga, como também naqueles que prestam serviços como escravos ao ganho ou de aluguel. No entanto, nas fontes levantadas, não temos como identificar, num primeiro momento, se estes escravos fugidos eram de aluguel ou ao ganho, percebe-se nos anúncios dos jornais sobre a fuga, a extensão geográfica que o mesmo tinha possibilidade de alcançar e ter contatos.

Verifica-se que já existe um número considerado de trabalhos sobre a escravidão rural em Vassouras e no Vale do Paraíba Fluminense⁶⁰; poucos, porém, sobre a escravidão urbana ou sobre a circulação destes indivíduos para a prestação de serviços para seus senhores ou para terceiros, ou mesmo as ações destes fugitivos.

A presença de escravos nas áreas urbanas das vilas e cidades já foi analisada por Mary Karasch, Sylvia Lara, entre outros. Para esta pesquisa, encontraram-se anúncios em dois jornais de Vassouras – O Município e O Vassourense – que compreendem o período de 1873-1888, relativos a escravos fugidos e praticantes de ofícios, com evidências de sua mobilidade e provável capacidade de fomentar rumores de rebelião à escravaria da região.

Como metodologia, utiliza-se o método histórico de análise qualitativa com a abordagem da micro-história, a partir da análise microscópica da fonte na busca de indícios

⁵⁸ Universidade de Vassouras. Secretaria Municipal de Educação do Estado do Rio de Janeiro – SMERJ.

⁵⁹ Universidade de Vassouras. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Academia de letras de Vassouras – ALV. Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras – IHGV

⁶⁰ Sobre esta temática ver: STEIN, Stanley. **Vassouras, um município Brasileiro do café 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; LARA, Sylvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 2007; SALLES, Ricardo. **E o Vale era o Escravo – Vassouras, século XIX**. Senhores e Escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; SOUZA, Alan de Carvalho. **Terras e Escravos: A desordem senhorial no Vale do Paraíba**. Jundiá: Paco Editorial, 2012.

e mecanismos de mobilidade destes indivíduos nos anúncios dos jornais. Apesar da fonte ser escassa, salienta-se que este tema, ainda está em levantamento, o que proporcionará novos olhares para o desenvolvimento de outras análises e pesquisas sobre a presença e atuação escrava nesta região, como também a revisão de perspectivas de obras já publicadas.

Este artigo está dividido em quatro partes, na primeira parte, a metodologia utilizada para esta pesquisa. Em seguida, uma reflexão sobre a questão da mobilidade espacial dos escravos no Oitocentos. Na terceira parte, a discussão sobre características da escravidão urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. E por fim, um histórico sobre a cidade de Vassouras, localizada no Vale do Paraíba Fluminense e a análise dos anúncios de jornais e matérias referentes às fugas dos escravos ou violência contra libertos nesta cidade do interior do Rio de Janeiro e a mobilidade destes que aproveitavam a possibilidade de serem “de aluguel” ou “ao ganho” para fuga, como forma de alcançar a liberdade, esta ação propiciava o desenvolvimento de redes de solidariedade e poderia ocasionar inclusive a comunicação entre grupos cativos para a realização de insurreições e levantes nesta região do Oitocentos brasileiro.

A Micro-História como Abordagem

Neste artigo optou-se pelo Método histórico com análise qualitativa da fonte através da abordagem da micro-história⁶¹, esta por sua vez, conforme exposto por Barros, “pretende uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos” (BARROS, 2009, p. 99) e “que revelam situações anômalas em relação à normalidade comportamental de dada sociedade” e que, segundo Giovanni Levi, propicia um estudo acentuado do material documental (LEVI, 1992, p. 136) e como nas palavras de Carlo Ginzburg, apresentam certas nuances históricas que não é possível se revelar numa visão macro (GINZBURG, 1991).

Assim, buscou-se perceber a mobilidade espacial dos escravos fugidos, que poderiam ser “de ganho” ou “de aluguel” no espaço urbano da cidade de Vassouras na Região do Vale do Paraíba Fluminense nos fins do Oitocentos. Lembrando que a esta pesquisa não se baseia somente no estudo de um espaço físico reduzido por si só, como pontua Barros,

[...] Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda através da pequena

61 A micro-história é um gênero historiográfico que surgiu na Itália na década de 1980 e cujos atuais representantes são os historiadores Carlo Ginzburg e Giovanni Levi (LEVI, 1992, p. 133-161).

comunidade. A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla. [...] O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser desta forma o espaço micro-recortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar (BARROS, 2008, p. 153).

E associado à História Cultural, Peter Burke afirma que

nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. “Tudo tem uma história”, como escreveu certa ocasião o cientista J.B.S. Haldane; ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado (BURKE, 1992, p. 11).

Robert Darnton salienta o cuidado que se deve ter com a fonte jornalística “(...) a notícia não é o que aconteceu no passado imediato, e sim o relato de alguém sobre o que aconteceu.” (DARNTON, 1990, p.173). Esta afirmação impõe uma atenção redobrada na análise do jornal, para se evitar equívocos interpretativos, como também esconder evidências ou intenções da notícia veiculada. Para isto, o historiador deve tentar esgotar as possíveis possibilidades de seu uso e intenções do narrador da notícia indagando se este foi testemunha ocular do fato ou se “soube por ouvir dizer”.

Mobilidade Espacial dos Escravos nos fins do Oitocentos

Durante a coleta de dados nas fontes impressas, neste caso, os Jornais “O Município” e “O Vassourense”, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, principalmente na seção dos anúncios deparou-se com algumas notícias relativas às fugas de escravizados com suas correspondentes recompensas a serem pagas a quem desse o paradeiro daqueles para captura. Apesar de ser um pequeno anúncio, conta com uma riqueza de informações que foi a base para a reflexão sobre uma certa mobilidade e circulação espacial, não só em Vassouras (áreas urbana e rural) como em municípios do entorno do Vale do Paraíba Fluminense.

Tal evidência além de constituir-se num fato singular também vem contrapor-se à visão ainda vigente de interpretar-se a escravidão rural como uma estrutura capaz de um controle muito rígido e que confinava permanentemente os escravos nas fazendas de seus proprietários. Como pontua Castellucci Junior

o imaginário que permeou o axioma coletivo de uma geração de estudiosos delineou um regime escravista regido por absoluto confinamento. Esta tese, de máximo controle sobre os subjugados (...) vem sendo objeto de contraposição ante as novas evidências apresentadas por historiadores, cujo foco de estudos são áreas onde predominaram as pequenas propriedades e a agricultura de gêneros alimentícios (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p.192).

Fragoso (2002, p. 48-49) complementa esta visão ao indicar que os “grupos subalternos” possuíam “estratégias de vida” nesta “sociedade estamental” e “sendo mais incisivo e sem menosprezar a chamada circularidade cultural: os cativos e os pequenos lavradores possuíam mais de dois neurônios”. Deste modo, não eram criaturas das elites. Se, para estas, suas estratégias sociais significavam a manutenção do poder, para os grupos subalternos, tê-las podia representar a própria sobrevivência física.

Existem outros estudos sobre a escravidão brasileira que incluem a questão da mobilidade espacial dos escravos⁶² e buscando esclarecer citamos como exemplo, a tese de Marco Aurélio dos Santos, intitulada “Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro: Bananal, 1850-1888” que utiliza o termo “redes de relacionamentos” e justifica que este se diferencia de outros, como “redes de solidariedade”, “solidariedade” e que “são categorias que estão associadas com as agências dos escravos e que procuram enfatizar as diversas formas de sobrevivência dos cativos na dura realidade da escravidão” (SANTOS, 2014, p. 26)

Santos (2014, p. 144) ao analisar os processos de escravos em situação de fuga

mostrou que a dimensão geográfica foi fundamental para determinar as possibilidades de êxito da fuga. Nesse ponto, é possível pensar essas ações dos

62 E que se encontram em obras como: SANTOS, Marco Aurélio dos. Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888. 2014, 281f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29092014-165602/publico/2014_MarcoAurelioDosSantos_VCorr.pdf. Acesso: 23 set. 2021 publicado em formato de livro SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro**: Bananal, 1850-1888. São Paulo: Alameda Editorial, 2016; SANTOS, L. F dos. Africanos e crioulos libertos no Rio de Janeiro: legislação, percepções políticas e mobilidade social de ex-escravos (1870-1890). **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 25, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/14008>. Acesso em: 26 set. 2021; GOMES, Marco Aurélio Andrade de Filgueiras. Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. 1990. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, 1990, p. 9-19. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1352/1/3102-7255-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021; SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Mobilidade dos trabalhadores dos engenhos na abolição e no pós-abolição: trajetórias e autonomia (Zona da Mata Sul, 1884-1893). **Anais XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios**, Florianópolis – SC, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433784884_ARQUIVO_textoanpuh2015.pdf. Acesso: 26 set. 2021.

escravos a partir do conceito de “campo negro” desenvolvido por Flávio dos Santos Gomes. Se se considerar as possibilidades geográficas contidas na definição proposta por Gomes, é possível entender que diversos escravos construíram, de diferentes maneiras, o seu próprio “campo negro” ou, talvez, os seus “campos negros”. Esse conceito sintetiza as amplas relações que os quilombolas – escravos fugitivos, deve-se lembrar – construíram com taberneiros, mascates, lavradores, arrendatários, fazendeiros, escravos de senzalas e escravos de ganho. (SANTOS, 2014, p. 144)

Diante do exposto infere-se que os escravizados como agentes históricos, não eram passivos e tinham a capacidade de mover-se pelo espaço geográfico a pé ou por algum meio de transporte e de fazer movimentar não só bens como também informações e proporcionou a diversificação de suas atividades para além do espaço rural da fazenda, como é o caso dos escravos de “ganho” e de “aluguel” que não só se transformaram na principal força de trabalho então existente como caracterizaram a Escravidão Urbana.

Características da Escravidão Urbana na Cidade do Rio de Janeiro no Século XIX

O trabalho escravo foi utilizado como sinal de riqueza e status também nas áreas urbanas do Brasil. Essa mão-de-obra utilizada em todos os âmbitos do trabalho cidadão, ocorreu em todo o território brasileiro e as principais pesquisas, sobre esta temática, se dedicam, num primeiro momento a algumas capitais brasileiras, como por exemplo, Salvador e Rio de Janeiro, possivelmente pela possibilidade de acesso às fontes de pesquisa.

Em cada uma dessas cidades escravistas verificou-se o fenômeno da Escravidão Urbana e como indica Carvalho “no passado era interpretada como uma extensão quase um apêndice, da escravidão rural. Estudos recentes mostram, porém, que a urbanização brasileira é indissociável da escravidão e do trabalho compulsório em geral” (CARVALHO, 2018, p. 156).

Para um maior conhecimento e reflexão acerca deste elemento histórico peculiar, faz-se necessário, apresentarmos algumas obras disponíveis e seus autores que tratam do assunto Escravidão Urbana e suas principais características (MATTOSO, 1982; CHALHOUB, 1990; GOMES, 1995; SOARES, 2007; SANTOS, 2010; SCHWARCZ, 2018; REIS, 2019).

Desta forma, a escravidão nas cidades pode ser entendida como um fenômeno pertencente a escravidão brasileira e que se constituiu numa “pequena” rachadura no arcabouço da então sociedade escravista tradicional, que se desdobra em duas novas categorias, o escravo ao ganho e o escravo de aluguel. Em relação ao primeiro, a historiadora

Marilene Rosa Nogueira da Silva, em sua obra “*Negro na Rua – A nova face da escravidão*”, o define numa “linguagem atual” como

[...] um “autônomo”, pois esse escravo deveria com seu trabalho prover o próprio sustento e ainda levar para o proprietário parte do rendimento de sua jornada. Alugando o seu serviço a outrem, esse escravo deveria retornar ao fim do dia ou da semana levando uma quantia predeterminada. Ao senhor não importava como o escravo conseguia aquele dinheiro, nem se havia ultrapassado o limite determinado. Esta atitude estimulava atos ilegais, pois os escravos ao ganho, quando não conseguiam completar o valor da jornada, apelavam para os furtos ou para a prostituição. Todo o excedente pertencia ao escravo e o senhor respeitava essa regra, embora não existisse nenhuma lei que a garantisse. (SILVA, 1988, p. 87)

Silva (1988) deixa transparecer indelevelmente que os africanos e seus descendentes escravizados gozavam de uma certa mobilidade na cidade que é, diga-se de passagem, uma característica e condição, própria da Escravidão Urbana, onde os cativos andavam pelos espaços públicos de forma mais livre em contraste aos dos escravos que trabalhavam no eito ligados às inúmeras fazendas de café existentes no interior do Rio de Janeiro e em outras do Brasil Império.

Em relação à segunda categoria da Escravidão Urbana, tem-se o escravo de aluguel⁶³ e diferenciada da categoria anterior por Leila Mezan Algranti na obra “*O Feitor Ausente: Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro: 1808-1822*”

[...] o escravo ao ganho tem sido geralmente confundido com o escravo de aluguel, e aparece na historiografia no mais das vezes como sinônimo deste. No sistema de aluguel de escravos, o cativo não recebe dinheiro em troca de seu trabalho. O contrato é feito entre o proprietário do escravo e aquele que quer alugá-lo. Outras vezes a transação se dá através de uma casa especializada. Em nenhuma das duas situações o escravo intervém, quer como elemento de decisão – como ocorre quando ele trabalha ao ganho – quer como receptor de um valor que se destina ao seu senhor. (ALGRANTI, 1988, p. 69-70).

63 Acerca dos escravos ao ganho e de aluguel na cidade do Rio de Janeiro e em outras regiões do Brasil no século XIX, ver também as obras: CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade:** Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SOARES, Luiz Carlos. **O povo de Cam na capital do Brasil:** A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007; SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da Senzala:** Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Hucitec, 2010; MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil - séculos XVI-XIX.** Rio de Janeiro, Vozes, 2016; GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018; REIS, João José. **Ganhadores:** A Greve Negra de 1857 na Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Tanto Silva (1988) quanto Algranti (1988), enfocam a reconstrução da escravidão na cidade do Rio de Janeiro, onde se percebeu a escravidão urbana e os envolvidos nesta atividade, identificando os elementos característicos e pertencentes ao fenômeno de expansão desta *urbs* em consequência da chegada da família real portuguesa em 1808, que facilitou o aumento da população cativa africana através do incremento do tráfico internacional de escravos e da sua subsequente expansão territorial, havendo a necessidade, então, da criação de novas freguesias, o que a transformou na maior cidade escravista das Américas.

Acrescenta-se a estes, a obra de Karasch (2000) intitulada “*A vida dos escravos no Rio de Janeiro:1808-1850*” e considerada o primeiro estudo sobre a escravidão urbana no Brasil (SANTOS, 2010, p. 32). Karasch declara que “[...] na primeira metade do século XIX, a escravidão no Rio estava em seu auge. Nem antes de 1808, nem depois de 1850, os escravos dominaram de tal forma a vida da cidade” (KARASCH, 2000, p. 28), o que foi confirmado pelo número da população cativa existente no Rio “[...] quando o razoavelmente preciso censo de 1849 foi finalmente executado, os pesquisadores ficaram surpresos ao saber que havia 78.855 escravos numa população total de 205.906” (KARASCH, 2000, p. 107).

Entretanto, sublinhamos que Karasch (2000) obedecendo ao recorte temporal de sua pesquisa, 1808-1850, não pôde utilizar o censo de 1872, considerado o mais exato na referência à população escrava (STEIN, 1990, p. 151).

Partindo a análise para o recorte espacial no interior da província fluminense, especificamente, o município de Vassouras, Stein (1990) e Salles (2008) utilizaram o censo de 1872, indicando o número de escravizados dessa cidade. Enquanto Stein (1990, p. 151) registra que

Cerca de 35 a 40 mil escravos e pessoas livres habitavam o município na segunda metade do século XIX. O primeiro e mais confiável censo daqueles 50 anos, o de 1872, demonstrou um total de 39.253 habitantes, incluindo 20.158 escravos e 19.085 pessoas livres, de todas as raças e origens (STEIN, 1990, p.151).

Salles (2008, p. 160) ressalta, ao comparar os períodos entre 1840 e 1872 que

a população livre de Vassouras passou de 6.285 para 18.608 indivíduos. Isto é, ela praticamente triplicou, enquanto, no mesmo período, a população escrava cresceu, 1,41 vez, passando de 14.333 para 20.168 indivíduos. Ou seja, ao mesmo tempo que grandes e megaproprietários aumentavam sua participação na posse de escravos, a população livre crescia em termos absolutos, o que significou que, certamente, aumentou o número de pessoas livres sem escravos (SALLES, 2008, p. 160).

No que concerne particularmente à cidade do Rio de Janeiro, a obra de Karash (2000) destaca, a grande população escrava e a sua pluralidade de ofícios como escravos ao ganho e de aluguel, a vigência de circulação livre que aumentou consideravelmente a necessidade dos serviços urbanos e ao mesmo tempo o controle da ordem social para evitar crimes e outras possíveis ações dos cativos.

Lembrando que tal controle por parte das elites urbanas não se verificou apenas na sede da Corte, encontrando-o também em outras cidades do Brasil, como por exemplo, na região da Comarca de Nazeré, próxima a Salvador, ainda na primeira metade do século XIX que

foi sacudida por crimes e fugas cometidos por escravos, articulações entre eles e os forros que os acoitavam prometendo libertá-los, enquanto os exploravam no trabalho de ganho, e mais uma série de delitos empreendidos por eles. O pavor das autoridades se manifestou através das leis municipais que visaram punir os delituosos, evitar a circulação de gente desconhecida e fiscalizar, com rigor, as imediações portuárias para não serem surpreendidas por crimes contra à ordem (CASTELLUCCI JUNIOR, 2009, p.195).

A breve exposição sobre a Escravidão Urbana e suas características básicas na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, articulada à prática “ao ganho” e “de aluguel”, demonstra claramente que estas atuações eram inteiramente diversificadas⁶⁴, possibilitando desta forma certas especializações a alguns escravizados, refutando assim a ideia de que os cativos fossem incapazes de realizar atividades mais complexas; e, evidenciando também que eles gozavam de uma certa autonomia no meio urbano que lhes proporcionavam contatos com outras categorias sociais como os livres e libertos, criando inclusive laços de sociabilidade e formas de solidariedade, no mundo do trabalho, com objetivos de alcançarem a liberdade, através da alforria pela compra da sua liberdade ou mesmo para organizar fugas e levantes.

Em período anterior a 1850, a então Vila de Vassouras passou por dois momentos relativos à resistência escrava: o primeiro, a insurreição no distrito de Paty do Alferes, liderada pelo escravo ferreiro Manoel Congo em 1838 (RAPOSO, 1978; PINAUD, 1987; STEIN, 1990; SALLES, 2008; SOUZA, 2012) e dez anos mais tarde, outra tentativa de levante que foi desarticulada, por ter sido descoberta, liderada pelo pardo livre e ferreiro Estevão Pimenta, que fazia parte de uma sociedade mística denominada Elbanda, com um culto supersticioso à Santo Antonio, os chefes inferiores eram denominados de Tates-Corongos (RAPOSO, 1978). O Barão de Paty do Alferes em suas orientações afirmava que

64 No que se refere às atividades exercidas pelo(a)s escravizado(a)s ao ganho e de aluguel podemos citar, conforme Soares (1988, p.107-142): os carregadores, condutores, barqueiros, marinheiros, pescadores, ofícios industriais, artesãos, cocheiros, barbeiros, sangradores, ferreiros, carpinteiros, costureiras, engomadeiras, lavadeiras, cozinheiras, doceiras, vendedores ambulantes e até mesmo na prostituição e mendicância.

a escravidão era o “cancro do império” e indicava a forma como os mesmos deveriam ser tratados para se evitar o descontrole da ordem social (WERNECK, 1878).

Escravos fugitivos, libertos e livres na prestação de serviços nos Jornais “O Município e “O Vassourense” em Vassouras-RJ do Século XIX

A cidade de Vassouras localiza-se na porção geográfica do Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro e que já foi considerada a maior produtora de café do Vale do Paraíba Fluminense, como bem confirma Salles (2008, p. 149) quando afirma que “o Império era o café, o café era o Vale e em nenhum outro lugar o Vale era mais Vale do que em Vassouras”.

Machado (2000) defende que o nome Vassouras refere-se ao arbusto utilizado para confecção de vassouras, comum na região, da família das escrofluraníneas, também conhecido como ‘tupeizaba’ ou ‘guaxima’” (MACHADO, 2000).

A gênese desta cidade se verifica dentro de um contexto histórico onde o ouro era extraído na região das Minas Gerais; e, com o passar do tempo como enfatiza Novaes (2008, p. 2) pequenas fazendas foram se formando ao longo dos caminhos que levavam as Gerais e que se especializaram na produção de gêneros alimentícios que visavam abastecer de víveres aquela região densamente povoada.

As mudanças culturais e sociais proporcionadas pelo Iluminismo, no século anterior, e as referentes à economia mundial no início do século XIX acarretaram uma guinada de rumo no contexto econômico daquelas fazendas existentes à beira dos caminhos das Gerais como registra Veríssimo que as considera construções simples

estas localidades à beira dos caminhos para as minas trocam a cultura de gêneros alimentícios pela monocultura do café. Pouco a pouco o plantio do café, empreendimento malsucedido nas terras da Corte, espalhou-se pelas margens do Vale do Paraíba do Sul, transformando o sertão fluminense antes ocupado por modestos povoados, homens rudes cansados de rasgar a terra em busca do ouro, cada vez mais escasso. Foram esses homens com suas casas simples de taipa, frente de rua, surgidas da imediata necessidade de habitar, que ergueram a Vila de Vassouras (VERÍSSIMO, 2013, p. 87).

Lamego (1963, p. 136-137) corrobora com esta impressão ao afirmar que Vassouras, “era o milagre de um erro geográfico” onde “a pequena vila mirrou a beira de uma estrada, vendo passar os milhares de burros a levarem nos surrões toda a riqueza da terra para os portos marítimos.”

Lamego (1963) além de asseverar que Vassouras nasceu de um erro geográfico também garante que a Vila apareceu em virtude de um forte impulso dos próprios latifundiários detentores de escravos. Sendo alcançada esta condição administrativa no dia 15 de janeiro de 1833 e elevada à condição de Cidade no dia 29 de setembro de 1857 quando se encontrava em pleno auge político, econômico, social e cultural.

Salles (2008, p. 147) destaca que

Uma das características de Vassouras foi o fato de que, apesar de ser um município de forte base rural, onde predominava socialmente uma classe de proprietários de terras e de escravos, a cidade floresceu como centro de uma vigorosa vida urbana, social e cultural, que repercutia inclusive na Corte. Esse fato e o evidente empenho que os potentados locais tiveram em promover um processo de urbanização que acentuava o componente estético-urbanístico da cidade, numa perspectiva civilizacional, podem indicar um “projeto” de classe específico, que transcendia os interesses particulares de seus membros, bem como aqueles interesses meramente corporativos comuns a todos.

Como pontua Monteiro (2012), acerca da evolução histórica da Cidade de Vassouras, como o principal centro urbano do Vale do Paraíba Fluminense onde o comércio, as atividades e serviços progrediam rapidamente com a construção de residências entre 1849-1860⁶⁵, o que contribuiu e esteve vinculado ao desenvolvimento urbano que se vinha manifestando na então vila e posterior município.

O Jornal O Vassourense em sua 1ª edição de 1882 registrava o número da sua população escrava,

A população escrava deste município, no dia 31 de Dezembro de 1881 era de 18.790 pessoas, das quais 10.393 homens, e 8.397 mulheres.(...) O numero de ingênuos que existem neste município é de 4.553, dos quaes 2.256 homens, e 2.297 mulheres (O VASSOURENSE, 1ª edição, Anno I, Nº 1, 19/02/1882, p. 3).

O número de escravizados apresentados pelo Jornal demonstrava que Vassouras se encontrava em 5º lugar em relação às outras cidades fluminenses como Campos, Valença,

65 Entre eles destacamos: boticas, hospedarias, bilhar, padarias, oficinas diversas, canos de aluguel, açougues, olarias e advogados, médicos e cirurgiões, barbeiros, diretores de música, capitalistas, ourives, relojoeiros, agrimensores, mestres de obras, modistas, alfaiates, sapateiros, armadores, marceneiros, funileiros, ferreiros, ferradores, seleiros e correeiro, serralheiros, fabricantes de carroças, charuteiro, fogueteiro, sem contar as atividades rurais, propulsoras de todas as demais atividades. (MONTEIRO, 2012, p. 6).

Cantagalo e São Fidelis conforme a estatística encerrada em 30 de junho de 1881 (O Vassourense, 1882, p. 3).

A partir do exposto pelo Jornal O Vassourense de 1882 e Monteiro (2012), pode-se conjecturar que nesta região do Vale do Paraíba Fluminense existiram não só as já recorrentes relações sociais de trabalho entre os senhores e escravizados no mundo rural, mas que devido aos serviços disponíveis e o número populacional, ocorreu simultaneamente a escravidão urbana em atividades “ao ganho” ou “de aluguel” na cidade de Vassouras e nos municípios do entorno, percebida nos anúncios de fugas e demais notícias também do jornal O Município na segunda metade do Oitocentos, o que demonstrava uma certa circulação espacial por parte destes escravos e que se passa analisar.

No primeiro encontra-se um anúncio de fuga no Jornal O Município, primeiro jornal publicado em Vassouras, na sua edição de 08 de Junho de 1877, relatando

50U000. Fugirão no dia 29 de Junho próximo passado, do Paty do Alferes, sitio do Tatuhy, o escravo de nome Antonio *carpinteiro*, de nação Benguella, bexigoso, alto, pés grandes, beiços grossos, cheio de corpo, barba brancas: e a escrava Damiana, Benguella, mulher do dito escravo, bem retinta, baixa, bastante grossa de corpo, com falta de tres dedos na mão direita, é bem fallante; *estes escravos são conhecidos na Parahyba do Sul, Bemposta e Piabanha onde tem trabalhado e no municipio de Vassouras*; proceder-se-ha com todo o rigor da lei contra quem estiver acoutado, e gratifica-se com aquantia acima a quem os levar a sua senhora D. Luiza Rosa Sampaio, no sitio do Tatuhy, ou delles der noticias certas (O MUNICIPIO, 1877, p. 4, grifo nosso).

O anúncio da fuga destes dois escravos casados além de indicar as suas características físicas e a nação africana a qual pertenciam nos permitiu enxergar alguns pontos importantes: Antonio pode ter sido um escravizado de aluguel onde sua proprietária deve tê-lo alugado para que o mesmo exercesse o seu ofício de carpintaria fora de Paty de Alferes e junto de sua esposa Damiana, gozavam de certa autonomia de transitarem em Parahyba do Sul, Bemposta, Piabanha e Vassouras já que o documento acima registrou que ambos eram bastante conhecidos de muitas pessoas nestas localidades, demonstrando ainda a mobilidade espacial numa região considerável do Vale do Paraíba Fluminense.

Lembramos que este primeiro anúncio foi examinado e citado por Stein (1990, p. 179-180) e ao utilizá-lo como fonte para seu livro, dentre uma infinidade de fontes primárias (cartorárias, eclesiásticas e do Arquivo Público Municipal) de forma seriada, metodologia

muito comum na época de sua pesquisa⁶⁶ que buscava descrever as práticas e comportamentos a partir da quantidade de repetições evidenciadas pelas fontes.

Ao selecionar a Micro-história como abordagem para esta pesquisa, foi possível vislumbrar nos anúncios de fugas de escravizados nestas fontes impressas do século XIX em Vassouras, algumas nuances significativas que sinalizam para possibilidade de outras formas de atuação social dos escravos em relação à sociedade da época, para a descrição de alguns ofícios significativos dos cativos, para a existência de uma certa mobilidade espacial, além de suas características físicas e possíveis colaboradores para a fuga. O que, por sua vez, não foram percebidas pelo historiador Stanley Stein, quando analisou a mesma fonte impressa.

O segundo refere-se ao anúncio de fuga no Jornal O Município em sua edição de 16 de Maio de 1878, informando

100:000.

Será gratificado com a quantia acima quem aprehender e levar ao abaixo assignado, ou entregar nesta cidade ao Sr. Antonio José de Abreu Cesar, a escrava Noemia, côr bem preta, idade 25 annos, estatura e corpo regulares, bons dentes, pés pequenos, é *engommadeira*, e levou consigo, quando fugiu, uma trouxa de roupa. Ha suspeitas que esta escrava está acoutada nesta cidade ou immediações; por isso protesta-se contra o *seductor* ou acoutador da mesma, por prejuizos, perdas e damnos e pela acção criminal competente. José Ignácio de Avellar Werneck. (O MUNICÍPIO, 1878, p. 4, grifo nosso)

A situação acima destaca que Noemia era jovem, tinha boa aparência e o ofício de engomadeira o que possibilita o aproveitamento desta atividade para se manter distante do cativo. Outro ponto importante refere-se à gratificação considerável veiculada pelo periódico com a quantia de 100 mil réis. Porém, um elemento que suscita reflexões é o termo “seductor” que abriu-nos espaço para possibilidades se a escrava Noemia teria sido induzida a fugir por alguém próximo a ela prometendo-lhe melhores condições de vida em Vassouras ou arredores e permitindo-lhe desta feita uma certa mobilidade nestes locais. E as lacunas encontradas podem levantar a imaginação histórica, conceito defendido por Natalie Davis (1987), que suscita à hipóteses e indagações sobre a fonte, e a indicação de mais uma fonte a ser pesquisada referente aos crimes deste período, para sanar as brechas da fonte inicial, como também indicar possíveis redes de solidariedade na comunidade escrava desta região

66 A pesquisa realizada pelo americano Stanley Stein em Vassouras, interior do Rio de Janeiro, Brasil foi realizada na década de 1940. Seu livro foi publicado em duas edições no Brasil, a primeira em 1985 e a segunda, utilizada neste trabalho, em 1990.

fluminense ou ainda nos remeter para outras situações, proporcionadas pelo cruzamento de informações das fontes primárias de forma qualitativa.

Outras duas matérias que fazem parte do periódico O Vassourense que não expõe, agora, anúncios de fugas de escravos, porém notícias sobre o exercício de ofícios por parte de cativos na área central urbana da cidade de Vassouras. A primeira delas pertence a edição de 19 de fevereiro de 1882

O estado sanitário desta cidade é excelente; não ha receio mais de que reapareça a epidemia de febre amarella. Contudo chamamos a atenção da autoridade competente para **os vendedôres de fructas verdes, que de vez em quando se veem pelas ruas** (O Vassourense, 1882, p.3, grifo nosso).

Esta notícia permitiu divisar alguns aspectos históricos importantes quando o articulista do Jornal O Vassourense, preocupando-se em registrar sua denúncia em relação à presença de vendedores de frutas, que poderiam ser livres ou libertos, mas também de escravizados ao ganho, de aluguel, que possuíam uma certa mobilidade de ir e vir, circulavam pelas ruas centrais da cidade de Vassouras nos fins dos Oitocentos, insinuando até que esses produtos vendidos pudessem vir a ser possíveis transmissores da febre amarela⁶⁷ já debelada.

Na edição de 20 de Junho de 1886 do jornal O Vassourense, relatou o seguinte caso

Um dos praças dirigiu-se a **um escravo do exm. Barão d'Avellar e Almeida, e arrancou-lhe do paletot uns botões dourados sob o disparatado fundamento de que não é permitido o uso desses botões aos paisanos. Esse escravo vem sempre a Estação do Commercio vender leite**, e como não quisesse vendel-o fiado ao praça, este julgou-se no direito de prendel-o. Tratava-se de fazer effectiva a prisão, quando interveio o agente, sr. Bento Felix, e observou ao valente policial, que estava invadindo attribuição alem de ser a prisão manifestamente injusta, e que, competindo ao agente a policia da estação e suas dependencias, ordenava que se respeitasse sua autoridade (O VASSOURENSE, 1886, p.1, grifo nosso).

Através da denúncia do periódico O Vassourense, o povo da Estação do Comércio pedia veementemente providências por parte do sr. delegado contra a série de arbitrariedades cometidas pelo destacamento policial. Devido a importância do fato, envolvendo choques entre o praça, o escravo, o agente da Estação e o cabo da polícia naquele local, a narração segue com descrição pormenorizada do que ocorrera.

67 Por não conhecer o transmissor da febre amarela neste período, todas as questões referentes às doenças estavam ligadas às teorias miasmáticas ou bacterianas, o que envolvia a higiene dos espaços públicos e privados. Ver: UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias**. São Paulo: Contexto, 2020.

Contudo, o que nos chamou muita a atenção e que vem grifado no excerto foi o fato do escravizado, mencionado pelo articulista do O Vassourense, estar portando um paletó com botões dourados e estar vendendo leite na Estação. Como não tivemos acesso, infelizmente, ao inventário do barão d'Avellar e Almeida, só podemos apenas conjecturar da possibilidade de classificarmos esse cativo como “ao ganho” ou de “aluguel” e da sua mobilidade geográfica tanto na área central como nos arrabaldes da cidade de Vassouras nos fins do Oitocentos, como é o caso da Estação de Comércio, distante 28 km da área urbana.

Paralelamente, em relação ao paletó com botões dourados usados pelo escravo na Estação do Comércio, podemos considerar três ilações ou seja, que essa indumentária foi comprada pelo próprio cativo no intuito de chamar à atenção de seus compradores para com o seu produto e assim vender mais. Ou o próprio barão teria dado o paletó ao seu escravo como demonstração de afeição e confiança ou como forma do barão conseguir maior visibilidade e demonstração de poder entre as elites residentes na cidade de Vassouras.

No momento em que se tiver a oportunidade de cruzar mais fontes sobre as personagens destes casos, levanta-se a possibilidade de diminuir as lacunas presentes neste trabalho. Tal proposta inicial não pôde ser realizada devido ao isolamento social pela Covid-19 que fechou os arquivos que possuem estas fontes históricas sob sua guarda.

Considerações Finais

A grande maioria dos trabalhos que pesquisam sobre escravidão, se apoiam em fontes relativas à atuação dos escravizados na área rural. A pesquisa de Mary Karash oportunizou o olhar sobre uma outra vertente da escravidão, que se refere àqueles que se dedicavam às atividades na área urbana, mais especificamente, o Rio de Janeiro do século XIX. Esta pesquisa também propiciou o uso do jornal como fonte que apresenta o cotidiano das cidades em suas páginas.

Nesta pesquisa, o olhar voltou-se para Vassouras, município do interior do Estado do Rio de Janeiro, que possuía a quinta posição na antiga província, em número de escravizados na sua população total.

A partir dos anúncios de fugas de cativos e de notícias sobre a presença de escravizados no espaço externo à área rural, percebeu-se uma certa mobilidade geográfica por parte dos escravizados dentro da Região do Vale do Paraíba Fluminense que proporcionava a construção de redes de solidariedade, organizar rebeliões ao se comunicarem com os cativos que labutavam no eito nas inúmeras fazendas existentes naquele município e

região, o que levava ao Império a construção de mecanismos legais para controle desta mobilidade, no combate às práticas consideradas como criminosas, como as fugas por acoitamento, sedução, entre outras; e, também, o exercício de ofícios, que em algumas situações, oportunizava angariar um pecúlio para a compra da liberdade ou no caso dos libertos, para sua sobrevivência.

Fontes impressas

Hemeroteca Digital Brasileira

- Jornal “O Município” – Periodicidade: 1877-1878
- Jornal “O Vassourense” – Periodicidade: 1882-1886

Referências

- ALGRANTI, Leila Mezan. **O Feitor Ausente - Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro 1808-1822**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
- BARROS, José D’Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História – Da escolha do Tema ao quadro teórico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BASTOS, José D’Assunção. **O Campo da História – Especialidades e Abordagens**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BATISTA, Caio da Silva. Aspectos da escravidão urbana: escravos ao ganho e de aluguel, comércio de cativos e demografia. *In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*. Minas Gerais: UFJF, volume 7, número 12, Jan-Jun 2012. Disponível em:
http://www.abphe.org.br/uploads/Textos%20Encontro%20P%C3%B3s%20ABPHE%202016/Caio_Batista.pdf. Acesso: 24 abr. 2021.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita a história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Cidades Escravistas. *In: GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lília M. (orgs). Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CASTELLUCCI JUNIOR, Wellington. Resistência Escrava, Quotidiano de Libertos e Vida Material no Recôncavo (Bahia, 1830-1850). **Sinais Revista Eletrônica Ciências Sociais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n. 05, v. 1, Set- 2009, p. 192-214. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2742/2210>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. Editora Companhia das Letras, 1990.
- DAVIS, Natalie. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 3, p. 41-70, 2002. Disponível: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/gd7JDsNPXbtMMkqKyd7MbDF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 22 jun. 2021.
- GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.
- GOMES, Flávio dos Santos. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro: século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia M. (orgs). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Marco Aurélio Andrade de Filgueiras. Escravidão e cidade: notas sobre a ocupação da periferia de Salvador no século XIX. 1990. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, 1990, p. 9-19. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1352/1/3102-7255-1-PB.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021

KARASCH, Mary. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro - 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O Homem e a Serra**. Edição da Divisão Cultural, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1963.

LARA, Sylvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 133-161.

MACHADO, Lielza Lemos. **Vassouras, Recanto Histórico do Brasil**. 3. ed. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2000.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil - séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro, Vozes, 2016.

MONTEIRO, Angelo Ferreira. Vassouras – Origens do Povoado até o Centenário de Elevação a Cidade. **Revista Mosaico**, v. 3, n. 2, p. 29-46, 2012. Disponível em <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/176>. Acesso em: 20 Maio 2020.

NOVAES, Adriano. Os Caminhos antigos no território fluminense. In: **Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense**. p. 1-20, 2008. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br>. Acesso em 22 Jun. 2021.

PINAUD, João Luiz Duboc. **Insurreição Negra e Justiça**. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura – Exped Ltda., 1987.

RAPOSO, Ignácio. **História de Vassouras**. Niterói: Seec, 1978.

REIS, João José. **Ganhadores: A Greve Negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o Escravo – Vassouras, século XIX**. Senhores e Escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, L. F dos. Africanos e crioulos libertos no Rio de Janeiro: legislação, percepções políticas e mobilidade social de ex-escravos (1870-1890). **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 25, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/14008>. Acesso em: 26 set. 2021.

SANTOS, Marco Aurélio dos. Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888. 2014, 281f. **Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014**. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-29092014-165602/publico/2014_MarcoAurelioDosSantos_VCorr.pdf. Acesso: 23 set. 2021.

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Geografia da escravidão no Vale do Paraíba cafeeiro: Bananal, 1850-1888**. São Paulo: Alameda Editorial, 2016.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Mobilidade dos trabalhadores dos engenhos na abolição e no pós-abolição: trajetórias e autonomia (Zona da Mata Sul, 1884-1893). **Anais XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios**, Florianópolis – SC, 27 a 31 de julho de 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433784884_ARQUIVO_textoanpuh2015.pdf. Acesso: 26 set. 2021.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. Além da Senzala- arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). **Dissertação (Dissertação de Mestrado em História)**. USP. São Paulo, 2006.

- SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Além da Senzala: Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na Rua - A nova face da Escravidão**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SOARES, Luiz Carlos. Os Escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *In: Escravidão. Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero, volume 8, número 16, pp.107-142, mar.1988.
- SOARES, Luiz Carlos. **O povo de Cam na capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- SOUZA, Alan de Carvalho. **Terras e Escravos: A desordem senhorial no Vale do Paraíba**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.
- STEIN, Stanley. **Vassouras - Um município brasileiro do Café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- VERÍSSIMO, Francisco Salvador. Vassouras: os primórdios da evolução urbana. *In: COELHO, Olinio Gomes P.; FERNANDES, Neusa. (orgs). História e Geografia do Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2013. p. 87 - 88
- WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. **Memória sobre a Fundação e Costeio de uma Fazenda....** 3. ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/1959>. Acesso em: 24 set. 2021.
- UJVARI, Stefan Cunha. **História das epidemias**. São Paulo: Contexto, 2020.

PROFESSORAS NEGRAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PROMOVEDO A IGUALDADE RACIAL

Carolina Barcelos Duarte⁶⁸
Mara Beatriz Nunes Gomes⁶⁹

Introdução

A discriminação faz parte da constituição da sociedade brasileira, por isso as relações pessoais são organizadas de maneira a exaltar determinados sujeitos e inferiorizar outros, por sua raça, classe, gênero e demais demarcadores de diferença (sexualidade, deficiência, envelhecimento e outros). Essa estrutura se reflete em todos os espaços, e assume contornos específicos frente ao elemento cor/raça, pois o mito da democracia racial³ ao mesmo tempo em que encoberta as práticas discriminatórias atribui a existência das mesmas ao sujeito negro como “[...] fraqueza moral das populações negras” (GUIMARÃES, 2001, p.4).

Mesmo o Brasil sendo o país com a maior população negra fora do continente africano (PEREIRA, 2001), não impede que as relações de poder, inclusive sobre os conhecimentos válidos, sejam pautadas em um único jeito de ser, a ideologia branca hegemônica (GONÇALVES E SILVA, 2007). No espaço educacional esse sistema eurocêntrico desvaloriza, não reconhece e não representa todos (as) os (as) alunos (as), e mais do que isso, prolifera e reforça a noção de inferioridade por conta da diferença racial.

Acreditamos que para alcançarmos a superação dessa forma eurocêntrica de ditar as regras seja a luta antirracista deve se estender para os espaços educacionais, principalmente na Educação Infantil, onde os sujeitos das várias identidades étnico-raciais estão em contato em tenra idade. Assim, enfrentando o racismo desde a base, a sociedade brasileira possui a potencialidade para se tornar um lugar de todos com suas diferenças raciais e que valoriza as distintas formas de saber.

Nesse contexto, as Professoras Negras da educação infantil se tornam sujeitos fundamentais na luta pela promoção da igualdade racial. A partir do momento que chegam a esse lugar, elas travam lutas diárias e as marcas corporais que muito dizem sobre quem são, quebram os padrões de ocupação dessa profissão, evidenciando que sua experiência muito tem a contribuir e ensinar para os (as) alunos (as).

⁶⁸ Pedagoga. Aluna do Mestrado em Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

⁶⁹ Advogada. Aluna do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Inferiorização de uns em prol da ascensão de outros: compreender para mudar

Dentro da construção da ideologia racista, a inferiorização dos sujeitos negros foi fundamental para a dominação e o exercício do poder, pois fez “[...] do colonizado uma espécie de quintessência do mal” (FANON, 2005, p. 58). Em um primeiro momento a expansão colonial estruturava-se na dominação de ordem religiosa contra muçulmanos e judeus na Península Ibérica - racismo religioso (GROSFOGUEL, 2016).

Porém, a partir do processo de escravização dos povos africanos com vistas à colonização da América (GROSFOGUEL, 2016), o racismo assume outra faceta, e passa a agir sobre os corpos dos colonizados, animalizando-os e usurpando não só os bens materiais, mas também a humanidade dos indivíduos. Em procedimento de análise crítica a esse fenômeno, Césaire refere que a colonização constituiu-se a partir de:

“[...] sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espizinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas” (CÉSAIRE, 1978,p. 25).

Esse processo de usurpação e desumanização se faz presente até hoje com a colonialidade, que nada mais é que a manutenção da colonização, agora sob a forma de dominação do pensamento, permitindo que o poder permaneça centrado apenas na perspectiva branca e eurocêntrica (QUIJANO, 2009). Que acaba por retirar os demais povos (indígenas, negros e etc.) da possibilidade de participação na produção válida de conhecimento e se apropria dos conhecimentos produzido por eles quando se esgotam seus recursos os tornando “[...] objetos ou matéria-prima para inquirição científica” (BOAVENTURA, 2010, p. 5).

Sabemos que nós sujeitos negros (as) estamos imersos em um violento processo, que muitas vezes não leva em consideração, despreza e coloca como inferior os saberes culturais, sociais e cognitivos por conta da cor/raça, etnia, classe social e gênero. Desta maneira a raça é fator fundamental que marca os sujeitos e determina umacriação de superioridade e inferioridade nas relações sociais e pessoais, tornando determinante a cor da pele para a ocupação e aceitação de certos espaços de poder que passam desde o saber até o ser. Nesse contexto, dentro do quadro societário brasileiro. Souza (1983, p.02) refere que ser Negro:

“É ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular presença do corpo negro”.

Portanto, vários obstáculos levam a população negra a negar a sua identidade, de tal modo que, ao nosso sentir, as práticas e estratégias de combate ao racismo necessitam ser desenvolvidas desde a educação Infantil, porém, não de modo isolado ou de forma que passem despercebidas durante o ano, ganhando visibilidade apenas no dia da consciência negra - celebrado a cada 20 de novembro em homenagem ao aniversário de morte de Zumbi dos Palmares.

O racismo presente na escola não é admitido por todos (as), e a maioria dos (as) professores (as) opta por não trazer esse tema para dentro da sala de aula a não ser na semana da consciência negra, já que o trabalho nesse dia deve ser voltado para as questões raciais em prol da valorização do povo negro, não é visto pelos colegas de trabalho como vitimização de si, discurso que rodeia as relações ultimamente. Quanto a esse cenário de não confronto, Pinto (1999, p.207, apud SANTANA, 2000, p.2010) refere que “posicionar-se perante as diferenças étnico-raciais ou abordá-las na escola não é uma tarefa fácil dada à carga ideológica de que reveste essa questão e à multiplicidade de crenças arraigadas subjacentes à sua percepção”. A esse complexo quadro de tensões sociorraciais veladas dentro do ambiente escolar, soma-se o mito da democracia racial, o qual ainda é hegemônico em nossa sociedade, criando óbices para discussão das práticas racistas existentes.

Esse sistema racista também atinge as Professoras Negras da educação infantil, que também correm o risco de ser diminuídas nesse lugar que ocupam, sem compreender como se estruturam as relações de poder-saber, que muitas vezes acabam sendo reproduzido por elas no ambiente escolar (ou fora dele), favorecendo a manutenção de uma forma única de produzir conhecimentos e também de ser/existir.

A inferiorização dos conhecimentos produzidos por homens e mulheres de todo o planeta (incluindo as mulheres ocidentais) tem dotado os homens ocidentais do privilégio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais. Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos

projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo.
(GROSFOGUEL, 2016, p.25)

O reconhecimento de atitudes e práticas racistas nas escolas de Educação Infantil é fundamental para a conscientização e criação de alternativas a esta ideologia da democracia racial, que “representa uma falácia que serve para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional [...]” (CAVALLEIRO, 2000, p.29). E a partir desse reconhecimento podemos começar em estratégias antirracistas, contribuindo para a formação da identidade dos alunos (as) negros (as), favorecendo a autoestima e a valorização destes sujeitos como produtores de história e conhecimentos.

Considerando que tais práticas devem ser abordadas desde sempre com os (as) alunos (as), nada melhor que pensar o espaço da Educação Infantil. Ele pode colaborar com o desenvolvimento social das crianças que ingressam na escola, mesmo a escola organizada em uma visão de mundo eurocêntrica não deixa de ser um “[...] espaço privilegiado de luta contra a discriminação racial e social [...]” (SILVA; PENNA, 2015, p. 95).

Educação Infantil: para valorização da diversidade étnico-racial

Sabendo que é na Educação Infantil que a criança deve ter todos os subsídios para o seu desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, a educação básica torna-se um lugar para assegurar a interação positivamente de respeito com a diferença e transformação social. O que “[...] supõe considerar a educação recebida pela criança como significativa para o desenvolvimento futuro do sujeito social” (CAVALEIRO, 2000, p. 15) com o intuito de algum dia eliminar o preconceito e a discriminação.

O sistema de ensino deve ser capaz de dialogar, valorizar e proteger as diferentes culturas que constituem a nossa sociedade, não sendo apenas evidenciado “[...] o interesse de um ou outro grupo particular, mas a própria qualidade da educação democrática” (JUNIOR; BENTO, 2011, p. 9). A partir dessa perspectiva deve ser repensada a educação infantil para as relações raciais “[...] como território em que deveser assegurada a interação respeitosa e positiva com a diferença” e “[...] como instrumento de transformação social no sentido em que forma a primeira infância para valorizar

positivamente a diferença, dissociando diferença de inferioridade [...]” (JUNIOR; BENTO, 2011, p. 10).

As crianças quando pequenas têm maior capacidade de aprenderem e se constituírem sujeitos que saibam o valor de cada pessoa, dos grupos culturais, da necessidade de igualdade de direitos de homens e mulheres, e o reconhecimento da diversidade étnico-racial. Elas de certa forma não estão ainda arraigadas sobre as maneiras como se estrutura socialmente o racismo e a discriminação em nossa sociedade, sendo possível a educação infantil colaborar para a quebra de estereótipos e paradigmas ideológicos, e a partir dessas crianças e as modificações que elas já provocam, almejar uma sociedade mais justa para as diferentes raças, etnias, classes e gênero.

De acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003:

O papel da educação Infantil é significativo para o desenvolvimento humano, para a formação da personalidade e aprendizagem. Nos primeiros anos de vida, os espaços coletivos educacionais os quais a criança pequena frequenta são privilegiados para promover a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação e racismo. As crianças deverão ser estimuladas desde muito pequenas a se desenvolverem em atividades que conheçam, reconheçam, valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais na construção da história e cultura brasileiras (BRASIL. MEC, 2003).

Ainda que não seja só na instituição escolar o desenvolvimento da criança, mas também no convívio familiar, grupos religiosos e outros locais de socialização, a escola ainda assim é um espaço para a educação não só dos conteúdos, mas também para o desenvolvimento humano. Por esse motivo a luta do Movimento Negro Brasileiro vem desde meados do século passado e tem como uma de suas preocupações o papel desempenhado pela educação na reprodução de estereótipos e preconceitos (JUNIOR; BENTO, 2011), “[...] na busca de instituir mecanismos jurídicos de promoção da igualdade racial” (JUNIOR; BENTO, 2011). Assim na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, arts. 26 – A e 79 – B relatam as seguintes conquistas:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3o (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

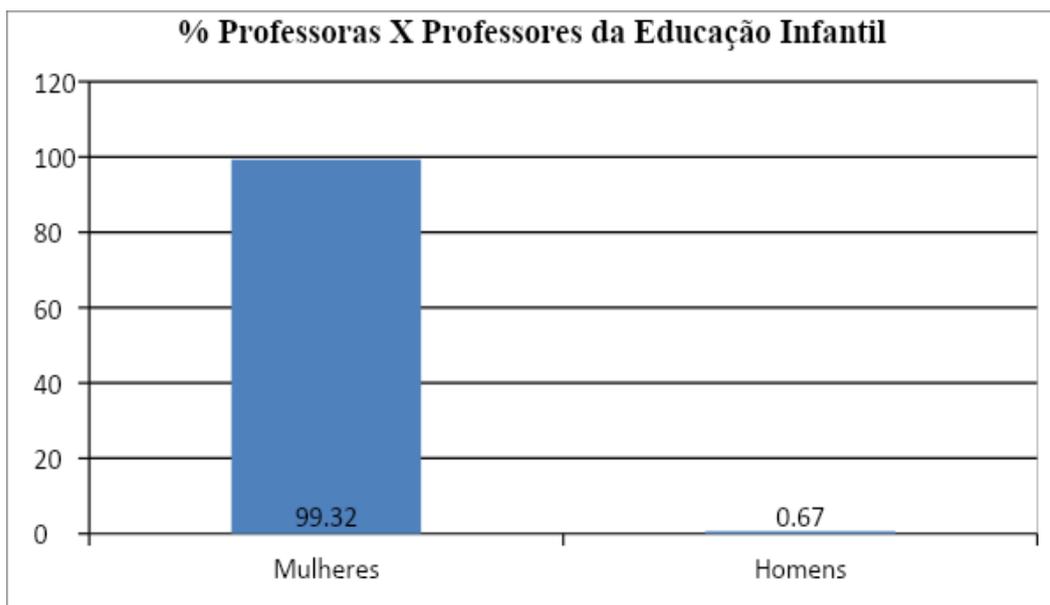
Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.(Lei 10639/2003)

Nossas escolas precisam se reorganizar possibilitando aos alunos (as) formas diversas de construção da identidade, também a valorização e evidenciação da cultura negra, trazendo para as crianças novas experiências, para que se identifiquem e se façam pertencer. O trabalho na Educação Infantil deve ser árduo, comprometido e levado a sério, não basta se apegar apenas a dar conta dos conteúdos do currículo, pois a discriminação e preconceito racial acabam por causar marcas na vida desses grupos sendo-lhes negado muitas vezes o direito a humanidade (FANON, 2008).

Professoras negras: importante representação na escola de Educação Infantil

Conforme aponta Zibetti, (2007), as mulheres são maioria no espaço da Educação Infantil, até mesmo porque durante muito tempo essa tarefa foi vista como extensão do lar, extensão das atividades maternas.

Em pesquisa exploratória realizada no Município de Pelotas - Rio Grande do Sul (RS) foi identificado o perfil do (as) professores (as) da Educação Infantil em atuação nas escolas de turno integral, responsáveis pelo atendimento de crianças da creche à pré-escola. A investigação retratou que as mulheres ocupam 99,33% dos cargos, enquanto os homens correspondem a apenas 0,67% desse grupo (DUARTE, 2019), conforme registrado no gráfico abaixo.



% Professoras x Professores da Educação Infantil
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Pelotas/RS

A pesquisa focalizou também, e principalmente, no recorte étnico-racial, demarcador de maior interesse neste trabalho. Os dados disponibilizados pela Secretaria de Educação e Desporto (SMED) de Pelotas/RS revelaram que as Professoras Negras (pretas e pardas)⁴ representam somente 13,37% do corpo docente da Educação Infantil na rede pelotense (Tabela abaixo), predominando a etnia-raça branca com 83,61% de representatividade nesse cargo.

Declaração étnico-racial dos (as) Professores (as) da Educação Infantil do Município de Pelotas	
Preto (a)	13,04%
Pardo (a)	0,33%
Branco (a)	83,61%
Não declarada	3,02%

Declaração étnico-racial dos (as) Professores da Educação Infantil do Município de Pelotas.
 Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Pelotas/RS.

Tais dados referem que existe uma sub-representação das Professoras Negras dentro desse grupo, pois de acordo do último censo demográfico realizado pelo Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 a população negra correspondia a 19,28% da população do município de Pelotas/RS.

Contudo, mesmo diante dessa realidade acreditamos que esses corpos negros possuem potencialidade para modificar a maneira como institucionalmente se organizam as escolas e o espaço da Educação Infantil, pois a representatividade pode ser vista como um importante elemento da luta antirracista.

A partir do seu corpo, as Professoras Negras tornam-se sujeitos que questionam (FANON, 2008) quando ocupam esse lugar de professora, que mesmo com toda a desvalorização do magistério ainda possui um status, assim saem do lugar que sempre foi predestinado, faxineiras, lavadeiras, merendeiras e etc. Ao adentrarem a Educação Infantil esse espaço pode ser propício para uma mudança na forma racista e desigual que é organizada e regulamentada a sociedade brasileira.

Ocorre que não raro essas mesmas Professoras Negras acabam aprisionadas na narrativa da democracia racial, de tal modo que o seu fazer pedagógico pode estar imerso em uma estrutura ideológica eurocêntrica hegemônica “[...] que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, consequentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas” (QUIJANO, 2009, p. 75), reproduzindo as desigualdades e o racismo. Contudo, a partir do momento em que tornam-se conscientes das amarras e armadilhas desse processo de dominação racial, elas adquirem a potencialidade de se colocar perante as desigualdades e buscar alternativas de fuga desse modelo único de construção de saber.

As experiências de vida, acadêmica e política das Professoras Negras da Educação Infantil em conjunto com o seu fazer docente é extremamente importante para a construção de um sujeito histórico, crítico e que se reconheça como pessoa potente em todos os âmbitos da vida, não repactuando com naturalização as desigualdades e discriminações raciais. Portanto, elas podem levar os (as) alunos (as) a refletir sobre o que representa o racismo em nossa sociedade para que não aceitem como natural e sejam sujeitos que questionem e tenham atitudes para modificar as estruturas.

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história (FREIRE, 2017, p. 53).

A partir do que está posto é necessário que se faça uma modificação nessas maneiras de pensar, uma mudança nas bases. Essa modificação necessita estar ancorada em um ponto de partida que dê visibilidade e reconhecimento aos povos até então vistos como subalternos, os quais, apesar de tudo, sempre foram resistentes, como ainda são nos dias de hoje.

Então, a despeito de todas as maneiras engendradas para o controle do trabalho docente, neste momento os professores ainda possuem a liberdade de preparar a sua metodologia para trabalhar com os pequenos, o que lhes permite proporcionar conhecimento sobre a riqueza, as diferenças e a diversidade da história e da cultura africana e suas influências na história e na cultura que compõem o povo brasileiro.

Pensar as Professoras Negras no espaço da Educação Infantil é abordar as questões étnico-raciais de outro ângulo, visto que seus corpos são expressivos e válidos para os (as) alunos (as) de onde estão falando, a partir das suas próprias vivências, que em muitos momentos pode ter sido com barreiras raciais e sociais. E agora seus saberes são tão importantes quanto os outros, e seus conhecimentos sim são válidos para modificar processos que reproduzem a legitimidade de sujeitos, saberes e modos de ser de alguns sujeitos em detrimento de outros. Ou seja, o saber-fazer das Professoras Negras Educação Infantil pode funcionar como um lugar de promoção da igualdade racial.

Conclusão

Ainda vivemos em meio a colonialidade, um sistema de dominação mundial (QUIJANO, 2010) que a todo o momento se estrutura para monopolizar o poder, o saber e o ser, conjuntura esta que imbrica diretamente na vida das Professoras Negras, definindo muitas vezes a direção da sua constituição como sujeitos e de seu fazer docente. Contudo, acreditamos que o agir racialmente consciente das Professoras Negras da Educação Infantil pode criar estratégias pedagógicas auxiliares na desconstrução de visões estereotipadas, contribuindo para a eliminação do preconceito e da discriminação racial.

Aproveitando da sua inserção no espaço da Educação Infantil, as Professoras Negras podem encontrar formas e tentativas de decolonização, principalmente dos saberes um pensamento pós-abissal (BOAVENTURA, 2010), diretamente ligado ao modo de construção de como os sujeitos outros se colocam no mundo, sendo autores (as) de seus fazeres representados no cotidiano, valorizando quem realmente são.

Então recuperando as diversas possibilidades de existência e produção, que Boaventura (2010) define como uma copresença radical, contribuindo uns com os outros com seus diversos saberes. Essa copresença coloca os sujeitos no mesmo patamar valorizando os diferentes modos de pensar e possibilitando que os saberes outros se deem de forma autônoma e valorizada.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.394 (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília/DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 1º nov. 2018.
- BRASIL. Lei nº 10639 (2003). **História e Cultura Afro Brasileira**- Arts. 26-A 79-Ae 79-B. Brasília/DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 1º nov. 2018.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Ed. Livraria Sá da Costa, 1978.
- DUARTE, Carolina Barcelos. Professoras Negras da Educação Infantil: Sujeitos potentes para a luta antirracista. *In: VI Jornada Brasileira de Sociologia*, 4. 2019, Pelotas, Rio Grande do Sul (RS). Anais Pelotas, 2019. 12 p.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2005.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador. Ed. EDUFBA, 2008
- FREIRE, Paulo. (2017). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55ª ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra.
- GOMES, M. B. N.; SPOLLE, M. V. (2018). Cotas e controvérsias: as assimetrias de uma discussão racial. *In: Anais do XX Encontro da Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)*, Pelotas, Brasil.
- GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez, 2007.
- GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicos do longo do século XVI. Decolonialidade e Perspectiva Negra. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31. Número 1. Janeiro/Abril 2016, p. 25 a 50.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito**. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 25. 2001 São Paulo, SP. Anais São Paulo, 2001. 22 p.
- JUNIOR, H. S; Bento, M. A. (2011). **Práticas Pedagógicas para a Igualdade Racial na Educação Infantil**. São Paulo- SP. CEERT, 2011.
- OSÓRIO, Rafaela Guerreiro. **A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada**. *In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. Características Étnico-Raciais da*

População Classificações e Identidades Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE, 2013.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. S. Paulo: Cortez Ed. Epistemologias do Sul, 2010.

PEREIRA, Dulce Maria. **A Face Negra do Brasil Multicultural**. Brasília-DF. Editora Central, 2001. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/mre000073.pdf> Acesso em 30 de novembro de 2019.

RIBEIRO, SANTOS, Patrícia Batista; Roseli Albino dos. **Diversidade étnico-racial e as interações sociais na Educação Infantil**. Taubaté-SP: Revista Eletrônica de Educação, v.11, n.3, p.985-1000, set./dez., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14244/198271991898>. Acesso em 05 de maio de 2019.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza. **Os professores negros como Atores sociais em escolas da Rede municipal de ensino de Belo Horizonte**. Belo Horizonte- MG: Educação em Revista, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982000000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 04 de junho de 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. S. Paulo: Cortez Ed. Epistemologias do Sul, 2010.

SANTOS, Gláucia Romualdo dos. **Mulher negra e magistério primário: a construção da Identidade Racial pela Representação do "outro"**. Belo Horizonte- MG. Educação em Revista, 2000 Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982000000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 de abril de 2018

SILVA; PENNA, Gilberto Ferreira da; Rejane. **Políticas e práticas de inserção da história e cultura afro-brasileira na educação básica: A lei 10639/03**. In: NUNES, Georgina Helena L; GOMES, Arilson dos Santos; BAPTISTA, Jean Tiago. Pelotas: Ed. UFPel. I COPENE SUL: Congresso Regional de Pesquisadores Negros e Negras da Região Sul, 2015.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da história do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, coleção tendências,1983.

TIRADENTES, J.A; SILVA, R. Denise. **Sociedade em construção: história e cultura afro-brasileira: o negro na formação da sociedade brasileira**. São Paulo: Gráfica e Editora Direção, 2008.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. O que pensam professoras de educação infantil sobre a Feminização da profissão docente? Brasil: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação- ANPED, 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23-3041-int.pdf>. Acesso em 17 set. 2019.

Parte 7 – Migrações, política e economia

A FIAÇÃO RHEINGANTZ: O PAPEL DAS ELITES IMIGRANTES NA INDUSTRIALIZAÇÃO DO SUL DO RIO GRANDE DO SUL⁷⁰

Patrícia Bosenbecker⁷¹

Tecelagem, fiação, companhia ou união fabril são apenas alguns nomes usados para designar uma das primeiras e maiores empresas especializadas na confecção de tecidos que se desenvolveu no Rio Grande do Sul: a Rheingantz. Cada troca de nome era, evidentemente, acompanhada da troca da razão social e, por vezes, da composição e dos capitais da empresa, mas a Rheingantz parecia continuar no tempo, distante das alterações administrativas, apenas persistindo como Rheingantz. Mesmo após a saída da família Rheingantz da direção da empresa e da venda das fábricas, a marca Rheingantz (que também foi vendida) continuou a estampar as etiquetas dos produtos, haja visto o nome construído em um século de história.

Um dos primeiros pontos de reflexão em nosso trabalho perpassa as configurações dessa empresa. A fiação foi construída numa das mais importantes cidades do estado em termos econômicos, a cidade portuária de Rio Grande. A família Rheingantz chegou ao Brasil com seu patriarca, Jacob, que, aos poucos, buscou seus irmãos e demais familiares, mas esta família permanece em sua chegada em um ambiente urbano, em atividades comerciais. Pouco a pouca, a primeira geração vai se interconectando com a colônia, onde passam a residir, mas sem abandonar as ligações com Rio Grande. A relação com a colonização é muito diferente, pois os Rheingantz são proprietários de uma colônia, pioneiros da colonização no extremo sul, mas não são “da colônia”. Assim, embora os Rheingantz tenham papel fundamental para a colonização no sul do Rio Grande do Sul, a família é um grupo de elite imigrante, com marcantes características urbanas, com longos períodos de estudo na Alemanha para os filhos, e viagens entre origem e destino. Tanto é que a relação da família com a indústria têxtil marcou profundamente a memória

⁷⁰ O texto aqui apresentado é um resumo de alguns aspectos que envolveram a família Rheingantz e o complexo fabril em Rio Grande e integram a tese *Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz*, defendida no PPG-Sociologia/UFRGS, em 2017, em pesquisa que contou com apoio da CAPES. Ao trabalho original da tese, acrescenta-se uma ampliação, incluindo mais uma geração da família.

⁷¹ Doutora em Sociologia. Pós-doutoranda UFRGS/CNPq.

da população local e a cidade de Rio Grande, como mostra o depoimento de uma antiga funcionária:

E, por exemplo, lá no galpão da lã, as mulher que trabalho com essa lã, quer dizer que isso elas sabe eu não sei, isso é qualidade delas lá. Tem a ponta A, ponta B. As lã são tudo classificada, por exemplo, os fios que nós trabalhamos mesmo tem o fio trinta e oito, tem o fio trinta e seis, tem o fio vinte e quatro, tem o fio seis, tudo é com numeração, tudo é classificado. Por exemplo essa última máquina mesmo que eu trabalhei era era juntava o fio era ajuntadera né o nome dela era ajuntadera, então ela trabalhava com dois fio, inclusive um dia chegou uma visita e eu tava com o fio trinta e seis e com o fio vinte e quatro... a diferença dele era mínima, quer dizer eu conhecia o fio, até me rí, porque o doutor Paulo [gerente da fábrica na década de 1970, quando os Rheingantz já haviam deixado a empresa] chegou na ponta da máquina com uma visita. Recebeu visita né que (...) que era fio penteado. E ele, eu não sei, não me lembro qual foi a coisa que disse prá visita, que um [fio] era mais escurinho que o outro... eu sei que eu achei graça porque ele não soube defender a qualidade do fio. E naquele tempo não, por exemplo, os Rheingantz antigo mesmo [...] [eles] conheciam.⁷²

Mas quem foram “os Rheingantz antigos”? E quais os principais aspectos que interconectam o nome dessa família com a indústria e a cidade de Rio Grande? Trataremos de alguns nomes importantes para a construção e o desenvolvimento das fábricas, bem como de algumas características, ressaltando o início do empreendimento, no qual se sobressaltam os grandes investimentos, empréstimos e compras de maquinário e da sede da fábrica, passando pelos sucessivos e contínuos investimentos num dos maiores complexos fabris do estado. Ressaltamos ainda a formação, técnica ou superior, dos membros da família para atuarem na empresa, e formas de sucessão não tradicionais entre as gerações na administração da companhia. Por fim, pretendemos observar alguns desses aspectos na última geração da família que esteve no comando das fábricas.

A construção da fábrica: o início de uma grande empresa

A fiação começou a ser construída em 1873, pelas mãos de Carlos Guilherme Rheingantz, que havia nascido no Brasil, filho de imigrantes. O primogênito de Jacob Rheingantz, proprietário da Colônia de São Lourenço, no interior do município de

⁷² Centro de Documentação Histórica, Universidade Federal do Rio Grande, doravante CDH-FURG. Acervo de História Oral. Assunto: A importância e o funcionamento da Rheingantz na sociedade rio-grandina. Rio Grande, 23 de novembro de 1983. HO010.

Pelotas, viveu poucos de seus primeiros anos no Brasil, pois logo foi enviado para Hamburgo, onde começou e ampliou seus estudos, regressando para Rio Grande, provavelmente, no final da década de 1860. Com conhecimento garantido, recursos financeiros da família e um capital social ampliado, Carlos Guilherme começou a organizar a fábrica. Seu casamento com Maria Francisca de Sá, deu a ele outra característica essencial ao desenvolvimento da empresa: o apoio incondicional do sogro, Miguel Tito de Sá, um destacado rio-grandino, seu elo com as elites locais.

A indústria começou com uma sociedade entre Rheingantz e Vater, e estava estabelecida em um prédio construído especialmente para abrigar a fábrica de tecidos de lã, na Rua Conde de Porto Alegre.⁷³ Logo em 1876, Vater e Rheingantz rompem o contrato, e Vater afasta-se da sociedade. A fábrica de Carlos Guilherme foi um grande investimento, configurando-se como uma fábrica de grande porte. Carlos Guilherme levou apenas alguns anos para integralizar o capital de quarenta contos de réis (40:000\$000) na empresa, somado ainda com os valores de Vater e Miguel Tito e, possivelmente, chegando perto do capital social total da firma, que era de noventa contos de réis (90:000\$000). Essa situação é muito diferente da conjuntura que descreve o começo das fábricas têxteis de Santa Catarina, por exemplo. Maria Luiza Hering (1987) traça o perfil de alguns pioneiros, entre os quais estão os irmãos Hermann e Bruno Hering. Conforme a autora, os irmãos começaram com apenas um tear para produção de meias. O tear e os fios ficaram submersos em uma grande enchente em 1880, sendo preciso um empréstimo junto ao Dr. Hermann Blumenau para recuperar o negócio. Esse teria sido o único empréstimo da empresa (HERING, 1987, p. 91-94).

Em janeiro de 1884, contando então dez anos da criação da fábrica, Carlos Guilherme alterou a firma de uma sociedade comanditária simples para uma sociedade comanditária em ações, e criou a *Sociedade Comanditária em ações Rheingantz & Cia*, com duas fábricas: a Fábrica Nacional de Tecidos de Lã, que já existia desde 1873, e a Fábrica de Algodões Rio-Grandense, criada em 1884, mas que iria começar a operar efetivamente dois anos depois, quando chegou o mestre-tecelão enviado pelo fabricante dos teares. Com a abertura da empresa para o formato de ações, Carlos Guilherme aumentou o capital social da firma, que era de noventa contos (90:000\$000) para seiscentos contos de réis (600:000\$000), ficando ele como sócio solidário, ou seja, como aquele que efetivamente respondia por todas as obrigações legais e sociais da empresa. O

⁷³ BRG. *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, ano XXVI, n. 5463, p. 1, 7 dez. 1873.

industrial também era o gerente da empresa, responsável pela administração das fábricas.⁷⁴

Neste período, de 1884 a 1890, Carlos Guilherme trabalhou incessantemente no próprio complexo fabril, com a ajuda de seu irmão, Alfredo Jacob, real gerente da empresa, tendo o lucro líquido das fábricas passado de vinte e sete contos de réis (27:961\$500), em 1884, para duzentos e setenta e cinco (275:818\$130), em 1890. Sem diretoria, apenas um conselho fiscal trabalhava administrativamente. Os conselheiros fiscais eram os principais acionistas da companhia, e, na maior parte das vezes, revezavam-se no conselho sempre os mesmos acionistas, um importante grupo de *capitalistas* da cidade e homens de confiança de Carlos Guilherme, embora não tivessem poder ativo de decisão no interior da firma.

Além da ligação com a Alemanha e com as elites brasileiras locais, a Rheingantz também possui uma ligação com a Inglaterra. Todo o material para a construção da fábrica de algodão veio da Inglaterra, incluindo a cobertura da fábrica, o motor, o sistema de transmissão e a caldeira, que usava carvão inglês do tipo *Cardiff*. Já as máquinas de fiação e tecelagem foram adquiridas na renomada *Platt Brothers*, em Oldham, Inglaterra, que também contratou e enviou ao Brasil um mestre-tecelão.

Em 1885, a fábrica de tecidos de lã foi transferida para novas dependências, construídas no terreno adquirido paralelo à estação da estrada de ferro, sendo que, além do prédio principal, havia inúmeros galpões auxiliares. A inauguração das novas dependências, em 1º de março de 1885, contou com a presença do Imperador D. Pedro II, e uma placa comemorativa foi colocada no motor principal pelo Príncipe do Grão-Pará.

Ampliações e aumento do capital social da empresa eram constantes de um crescimento avassalador, como ocorreu em 1887, quando 13 novos teares, duas máquinas de fiação e quatro de cardar, entre outras três máquinas para tratar o fio de lã, foram acrescentadas na nova fábrica de tecidos de lã. Além disso, foi realizada a troca do motor de força do prédio, que passou a 150 cavalos, e a construção de uma chaminé de mais de 30 metros de altura. No ano seguinte, foram construídos uma tinturaria e tanques internos,

⁷⁴ Todas as informações apresentadas são originadas dos relatórios da Rheingantz, conforme duas coleções: a primeira do *Núcleo de Pesquisa em História*, NPH/UFRGS, que mantém cópias incompletas, pois faltam as páginas que listam os acionistas na maior parte das fotocópias dos relatórios de 1884 a 1937, no acervo: *Indústria e trabalho no Rio Grande do Sul – Industrialização e movimento operário entre 1889 e 1945*, por meio do banco de dados *O processo de Industrialização no RS entre 1889-1945*, catalogados sob nº NPH/156-E até NPH/167-E. E uma segunda coleção, praticamente completa (1884-1955), formada pelos originais, na Biblioteca Rio-Grandense, sob catálogo: Sala Silva Paes. Caixa 1, NR.33.942 – E.16 P.1 (1884-1916) e Caixa 2, NR.33.942 – E.16 P.1 (1917-1955).

além de terem sido realizadas demais melhorias nos prédios auxiliares. Finalmente, a empresa ganhava o privilégio de fornecimento de panos azuis para as forças militares sediadas na província, contrato que Carlos Guilherme perseguiu durante anos.

Com o crescimento da empresa, os valores dos estabelecimentos passaram de trezentos e trinta e quatro contos de réis (334:995\$030), em 1884, para oitocentos e dez contos de réis (810:603\$660), em 1890. Assim, uma nova fase de ampliação deu origem a terceira fábrica: de aniagens. Contudo, uma empresa deste porte e com desenvolvimento constante enfrentava problemas cotidianos, especialmente, relativos ao fluxo de caixa. Em 1884, a firma ainda não possuía grandes valores nos itens relacionados a empréstimos ou credores, constando apenas uma dívida com a *H. Fraeb* (18:338\$810), casa comercial da família Fraeb, mas em 1885, surgiram duas dívidas: a primeira com *Emílio de Barros* (786\$010), um dos principais comerciantes do Rio de Janeiro, e a segunda com a *Thonsen & Cia* (4: 863\$520), empresa especializada em importação e exportação de produtos, sediada em Rio Grande.

Os bancos parceiros de então eram o *English Bank of Rio de Janeiro* e o *New London & Brazilian Bank*, que eram as maiores organizações financeiras do país, com capital inglês. Ambos ofereceram à companhia uma conta bancária com crédito, para serem realizadas as operações da empresa. O *English Bank* também oferecia empréstimos vantajosos. Portanto, a *Rheingantz & Cia*, sob administração direta de Carlos Guilherme, desenvolveu-se com um grande volume de capitais inseridos na empresa por capitalistas locais, mediante as ações, ao mesmo tempo em que a empresa era gerida por meio de empréstimos de altos valores e transações monetárias, com todos os juros e as condições que o mercado podia oferecer na época, e com a participação dos maiores bancos do país, que tinham capital estrangeiro. Assim, não tratamos aqui da perspectiva da “*poupança dos imigrantes alemães*”, constituída pelo acúmulo de capital dos imigrantes que foi depositado nas mãos dos empresários do setor têxtil, conforme o estudo de Hering (1987).⁷⁵

Os empréstimos tomados pela companhia Rheingantz somavam grandes valores, e passariam a afetar o gerenciamento da empresa, pois seu valor passaria dos quatrocentos e cinquenta contos de réis (450:000\$000), em 1889. Tendo isso em vista, era preciso

⁷⁵ Mesmo quando considerarmos Jacob Rheingantz como agente acumulador do capital comercial para a segunda geração da família investir na indústria, como mostrei anteriormente (BOSENBECKER, 2017). Jacob Rheingantz como proprietário da colônia é um empresário, tal como ele mesmo se apresentava e se dirigia a autoridades e outros comerciantes.

encontrar uma nova forma de gerir os empréstimos. Dessa maneira, Carlos Guilherme, já pensando em grandes ampliações para a firma, propôs aos acionistas um empréstimo por meio de *debêntures*, que foi autorizado pelo governo imperial. Por dificuldades burocráticas, uma vez que tal tipo de empréstimo apresentava dificuldades de amortização para uma empresa em formato de sociedade comanditária em ações, inclusive porque o empréstimo planejado era vultuoso (cerca de 750:000\$000 contos de réis), foi necessário alterar novamente a estrutura corporativa e, assim, a *Rheingantz & Cia* transformou-se em sociedade anônima, resultando na *Companhia União Fabril e Pastoril Sucessora da Rheingantz & Cia*, em 1891.

A empresa na República Velha

Ainda no início da República, a família manteve a estrutura de então, ao manter grande parte dos acionistas oriunda dos investidores locais e um pequeno grupo de grandes acionistas entre grandes bancos ou empresários nacionais, mas ao longo das décadas seguintes, e com o falecimento de Carlos Guilherme, em 1909, essa característica sofreria transformações, e a família Rheingantz iria se tornar o único grupo de grandes acionistas em meados da década de 1910, quando outros capitalistas brasileiros ou alemães e bancos deixariam de figurar entre os grandes acionistas. Assim, é possível concluir que os capitalistas locais foram extremamente importantes para o desenvolvimento das empresas Rheingantz, em seu princípio e desenvolvimento. Esses capitalistas locais eram todos homens de relativa confiança entre si, acostumados a dividirem ações e investirem seus capitais financeiros em praticamente todas as grandes empresas existentes na região.

ANO	Número de acionistas com mais de 100 ações	Membros da família com mais de 100 ações
1907	36	3
1918	45	19
1928	31	22

Tabela 1: Grandes acionistas.
Fonte: Relatórios da Cia. União Fabril (1897-1928).

Os capitalistas locais acabavam mantendo e expandindo seus negócios, não apenas com recursos financeiros, mas também com laços de reciprocidade e confiança, como é visto no período de que tratamos, de 1891 até a morte do comendador Carlos

Guilherme. Nesta época, a importância dos capitalistas locais para a empresa parece ter sido muito maior que em outros períodos. Em 1907, os acionistas que se destacavam eram capitalistas da cidade ou grandes bancos. Depois da morte do comendador, em 1909, a situação parece ter mudado, com membros da família aumentando a posse de ações, até que a família se tornasse o principal grupo de acionistas, já na década de 1920. Em 1928, a empresa possuía 8 grandes acionistas, com mais de 300 ações, todos eram da família.

Outro destaque da empresa é o investimento constante em manutenção e ampliações. Durante a República Velha, a Rheingantz passaria por grandes ampliações, especialmente pelos valores votados pelos acionistas, que chegaram, no total, a seiscentos contos de réis (600:000\$000) para a substituição das máquinas antigas por novas e mais modernas. Em 1912, a usina elétrica da fábrica começaria a funcionar, atendendo como nova força motriz da companhia. O projeto da usina e os estudos para sua implantação foram o último grande trabalho de Carlos Guilherme, que acertou, em Berlim, a aquisição de modernos instrumentos oferecidos pela *Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft*, num investimento de duzentos e oitenta contos de réis (280:000\$000). No ano seguinte, com ajustes e aquisição de uma turbina e uma torre de condensação, as fábricas ganhariam iluminação também elétrica.

Assim, grandes investimentos foram feitos para modernizar os teares, os implementos em geral e a força motriz das fábricas de Carlos Guilherme, inclusive na fábrica de chapéus, em Pelotas, a quarta fábrica do complexo, que já havia adquirido força elétrica pouco tempo antes que a Cia União Fabril. Tal atitude legou à terceira geração da família, e segunda a comandar as fábricas, um começo tranquilo e próspero em suas atividades administrativas. Mesmo em períodos mais difíceis, como no início da Primeira Guerra Mundial, as vendas foram satisfatórias, muito embora seguidas de alguns anos ruins. A partir de 1919, os bons resultados voltaram. Com os três irmãos, Eduardo, Alberto e Paulo, dividindo a administração da companhia na década de 1920, a empresa dinamizou seus setores: além da fábrica de lãs e algodões, foram criadas ainda a seção de tapetes e lãs para bordar e, em 1927, uma seção bancária, além de uma de acolchoados e uma de curtume.

Dois aspectos são importantes para nossa reflexão quando tratamos da sucessão da geração na fábrica. O primeiro aspecto é que os filhos de Carlos Guilherme assumem paulatinamente suas funções na fábrica, e apenas quando os tios já não fazem mais parte dos quadros administrativos, e o segundo diz respeito à formação dos irmãos da nova geração para atuarem na empresa. Portanto, a sucessão na administração da empresa não

foi automática entre uma geração e outra. O período que compreende os últimos anos do século XIX e os primeiros anos do século XX não foi marcado por um momento de transição entre os membros da segunda e da terceira geração, pois os irmãos de Carlos Guilherme mantiveram-se à frente da companhia, enquanto a família do mesmo se mantinha na Europa. Mesmo assim, ocorre uma preparação dos filhos de Carlos Guilherme para assumirem a gerência e os cargos de diretoria da Companhia União Fabril, como pode ser visualizado no quadro 1, logo a seguir.

Nome	Cargo	Período
Carlos Guilherme Rheingantz	Sócio-solidário ou Sócio-gerente da Rheingantz e Cia.	De 1884 a 1891
	Diretor Superintendente	De 1891 a 1895
	Diretor Cia. União Fabril	De 1896 a 1909
Alfredo Jacob Rheingantz	Gerente	De 1891 até 1903 Já atuava desde 1877
Oscar Rheingantz	Subgerente	De 1896 a 1900
	Encarregado da Agência em Porto Alegre	De 1900 até 1903
	Gerente	De 1903 até 1907
Ernesto Alves de Castro (não é membro da família).	Auxiliar da gerência	De 1900 até 1905
Eduardo de Miranda Rheingantz	Auxiliar da gerência	1905 até 1907
	Gerente	A partir de 1907
Alberto Luiz de Sá Rheingantz	Ajudante do encarregado da Agência do Rio de Janeiro	A partir de 1907
	Subgerente	A partir de outubro de 1911
Paulo Affonso de Sá Rheingantz	Auxiliar da gerência	A partir de 1922

Quadro 1: Sucessão na administração da empresa.

Fonte: Adaptado de Bosenbecker (2017, p. 193).

Nota: Excetuando-se cargos de representantes comerciais.

Foi durante a gerência de Oscar que a terceira geração dos Rheingantz começou a participar dos negócios da família. O primeiro filho de Carlos Guilherme a ingressar nas fileiras das fábricas em Rio Grande seria Eduardo de Miranda Rheingantz, que retornou ao Brasil em 1905, após concluir seus estudos na Alemanha e Inglaterra, passando por estudos de técnica fabril e engenharia mecânica. Já Alberto Luiz de Sá Rheingantz formou-se em engenharia civil e administração de empresas também na Europa, e, por fim, Paulo Afonso de Sá Rheingantz tinha formação em química industrial. Eduardo,

contudo, afastou-se aos poucos da empresa, devido a uma grave doença. O mesmo ocorreu com Alberto Luiz, que também se afastou da companhia por problemas de saúde. Eduardo, Alberto e Paulo administrariam as fábricas em Rio Grande. Já Gustavo, que era médico, e Adolfo, que se formou em agronomia nos Estados Unidos, seriam correspondentes da empresa no eixo Rio-São Paulo. Outro filho de Carlos Guilherme, Francisco Alberto Rheingantz assumiu, em 1905, o comando da *Fábrica de Chapéus Pelotense*, primeiramente gerenciada por outra empresa criada por Carlos Guilherme, denominada *C. G. Rheingantz, Cordeiro & Wiener Successor*, que ainda antes do falecimento do comendador, salvo engano, iria se tornar *F. Rheingantz & Cia*. Francisco também havia se formado na Europa.

Como mostrou Dietrich von Delhaes-Guenther (1973), a segunda e terceira geração de empreendedores industriais no Rio Grande do Sul, especialmente aqueles de origem estrangeira, usufruíram de educação e conhecimento industrial na Europa, especialmente na Alemanha, e nos Estados Unidos. Segundo este autor, quase todos os filhos de industriais do Rio Grande do Sul aprenderam, nesses países, a lidar com equipamentos, ganhando experiência técnica e organizacional, além de encontrar mão de obra especializada para levar ao Brasil, quando os estudos acabassem. O mesmo autor acrescentou que todos os sete filhos de Rheingantz tiveram formação na Alemanha, sendo que três deles se formaram nas áreas de química e tecelagem, em Aachen, e os outros, na Saxônia (DELHAES-GUENTHER, 1973, p. 155).

O estudo e a formação na área garantiam à segunda geração na fábrica, terceira dos Rheingantz no Brasil, uma posição respeitosa na indústria gaúcha, mas também uma visão entre os funcionários, que se perpetuaria na memória da cidade, como mostra o depoimento de um antigo funcionário:

[Paulo Rheingantz era o] mais dinâmico. Pegou um período mais difícil. Era, era administrador operário, porque todos os três Rheingantz, o pai teve o cuidado de não entregar a fábrica pra eles sem eles estarem preparados para isto. Então o Eduardo Rheingantz foi para a Inglaterra e foi trabalhar, gratuitamente, numa tecelagem para aprender. E Alberto e o Paulo foram para Alemanha. O Alberto Rheingantz formou-se em administração de empresa, coisa muito comum aqui agora, agora. E o Paulo Rheingantz em química industrial. De formas que eles eram os operários... e esses técnicos alemães respeitavam porque sabiam que eles estavam conhecendo o que eles estavam fazendo. Eles jamais diziam não é possível fazer isto, porque eles diziam é e

[...] eram técnicos, eram técnicos. Isto contribuiu muito para essa da produção e da administração fabril. Era dirigido por homens que conheciam o *metier*.⁷⁶

A quarta geração da família Rheingantz no Brasil

A família Rheingantz dominou o cenário econômico e social do sul do Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil, por décadas, perpetuando o nome da família na memória regional. As fábricas permaneceram nas mãos dos Rheingantz por três gerações, até a venda da companhia, no final da década de 1950.⁷⁷ Contudo, a vida da família Rheingantz havia se alterado profundamente, fato que parece ter influenciado nos negócios. Antigos laços e velhas redes, seja de amizade ou de comércio, tinham sido desfeitas. Embora, em meados do século XX, os administradores da companhia tivessem formação superior, nenhum deles foi efetivamente preparado e educado, como as gerações anteriores haviam sido, para gerir os negócios. Após o grande e espantoso movimento de produção e vendas das fábricas Rheingantz durante a Segunda Guerra Mundial, no qual elas chegaram a funcionar vinte e quatro horas por dia, com mais de mil funcionários trabalhando, a companhia começou a decair. Sem investimentos e renovação do maquinário e da tecnologia, sem expansão para aproveitar melhoramentos e capitais da região central brasileira, que crescia substancialmente no período pós-guerra, com a doença de Paulo Afonso Rheingantz, gerente da fiação, que já havia feito o mesmo se afastar da empresa em outros momentos, e com as disputas na quarta geração da família empreendedora, terceira que estava na fábrica, as fábricas Rheingantz chegariam ao fim.

De um lado da família, estava João de Miranda Rheingantz, que era filho de Alberto, um dos gerentes da fábrica na geração anterior, e neto de Carlos Guilherme. João foi o último membro da família a administrar a fábrica, antes da venda da companhia. Do outro lado da família, estava Oscar Luiz, filho de Paulo, com formação em engenharia

⁷⁶ Depoimento de antigo funcionário aqui identificado apenas por código da entrevista, cf. CDH-FURG. Acervo de História Oral. Entrevistador Professora Maria Regina da Silva Freitas. Assunto: Pioneirismo na firma União Fabril. Rio Grande, 24 de outubro de 1984. HO015.

⁷⁷ As informações aqui proferidas foram retiradas de entrevistas dos antigos funcionários que trabalharam nas fábricas no período de transição entre proprietários, incluindo o contador da empresa e o síndico nomeado para tomar conta da massa falida, em 1968. CDH-FURG. Acervo de História Oral. Entrevistador Professora Maria Regina da Silva Freitas. Rio Grande, 23 de novembro de 1983. HO010. Assunto: A importância e o funcionamento da Rheingantz na sociedade rio-grandina. Rio Grande, 14 de outubro de 1987. HO0024. Assunto: Orientação alemã. O trabalho na fábrica. Rio Grande, 9 de maio de 1988. HO 0027. Assunto: Funções exercidas na fábrica. O período Loréa. Aspectos atuais da fábrica. Rio Grande, 9 de maio de 1988. HO0028. Assunto: Funções exercidas na fábrica. O período Loréa. Aspectos atuais da fábrica. Rio Grande, 24 de outubro de 1984. HO0015. Assunto: Pioneirismo na firma União Fabril.

agrícola, que também passou a trabalhar na parte interna da companhia, atividades que efetuou entre 1948 e 1952, quando rompeu com João, e se afastou da fábrica. Por seu turno, Oscar mantinha influência entre os acionistas, mas ao entrar nas fileiras da empresa, procurou proporcionar melhorias e incentivar modernizações, batendo de frente com João, que controlava a empresa. Um exemplo desses problemas internos pode ser observado nessa narrativa do próprio Oscar Luiz sobre a situação da fábrica no pós-guerra:

E eu via, que a guerra tava terminada, que a competição internacional começava, que os outros países eram muito mais adiantados tecnologicamente do que nós, a nossa tecnologia era importada, inclusive todos os técnicos da fábrica eram alemães, que ... técnicos que vinham da Alemanha, e nós tínhamos alguns já nacionais feitos, mas por eles, pelos técnicos alemães e muitos técnicos alemães do tempo do meu avô tinham sido substituídos por outros técnicos alemães. Eu mesmo, eu mesmo fui aaa,.. agente, quando estive lá, na importação de um técnico alemão. Um que veio, te lembra? Um que veio lá e que não suportou a nossa estrutura e ficou 2 a 3 anos e foi embora, não é? Porque era um homem moderno, já, era um alemão moderno, dentro já... Então quando ele viu aquela estrutura superada nossa ele não, ele não, ele não pôde aguentar, foi bem ... voltou pra Alemanha.⁷⁸

João era natural de Porto Alegre, era advogado e havia se casado com uma prima, também Rheingantz. Por pressão dos familiares, para produzir modernizações na fábrica, ele acabou contratando uma empresa norte-americana para conduzir uma reestruturação na companhia. Com carta branca da direção, ou seja, de João, e sem a fiscalização necessária do trabalho, engenheiros norte-americanos e os técnicos alemães das sessões, empregados por várias décadas, entraram em conflito. Além disso, os engenheiros produziram uma série de trapalhadas no chão da fábrica, como por exemplo:

Eles [os americanos] chegaram na tecelagem e se; viram que os teares estavam muito espaçados; naquele galpão poderia caber mais tantos teares. Então, fizeram estudos [...]; desmontaram o primeiro tear; recolocaram na sua posição; desmontaram o segundo tear; fizeram as fundições necessárias, que é um trabalho bastante grande, demorado, de concreto; pra fixar uma máquina pesada dessas; [...], assim fizeram com o terceiro, com o quarto e sucessivamente até o último do cantinho do fundo do galpão, aí tava [...] a medida que iam sendo recolocados iam trabalhando, tudo bem; mas, o último tear não podia trabalhar, por quê? Não havia espaço pra colocar aquele enorme rolo de urdume do tear, aí então, veio a única solução genial; fizeram

⁷⁸ Entrevista de Oscar Luiz Osório Rheingantz, concedida em 29 de janeiro de 1982. HO0013. CDH-FURG. Acervo de História Oral. Entrevistador Professora Maria Regina da Silva Freitas. Assunto: Rheingantz: dados biográficos.

um buraco na parede de fora do galpão e enfiavam o rolo do urdume pelo lado de fora, pela rua, pra dentro do, do galpão e cada vez que tiravam a peça feita do outro lado precisou um outro buraco (risada) pra tirar a peça pela rua; se tivesse chovendo, azar né...⁷⁹

Mas esses foram apenas alguns dos problemas enfrentados. Em 1955, a empresa passou a enfrentar sérios problemas financeiros e uma avultada quantidade de dívidas. Em 1958, começou a se falar em vender a Rheingantz, o que ocorreu dois anos depois. Foi vendido o domínio acionário por cento e cinquenta mil cruzeiros e uma fazenda no estado do Mato Grosso. Segundo funcionários que trabalhavam na fábrica na época, havia um milhão e meio de cruzeiros em mercadorias. O Grupo Abdala, comprador da companhia, era um importante grupo empresarial de São Paulo, comandado pelo deputado federal João Abdala, que teria seu mandato caçado pelos militares, após o golpe de 1964. Entre 1960 e 1968 a empresa não pagou os direitos trabalhistas, e a produção foi muito inferior a outros períodos. Quando a firma faliu, em 1968, os funcionários não recebiam salário há mais de seis meses. Havia setecentos e vinte e três (723) funcionários na fábrica, quando ocorreu a falência. Segundo registros, cerca de treze mil (13.000) cobertores estavam nos depósitos, e parte desses estoques teriam sido retirados, ou ocorreu uma tentativa de retirar os estoques, por integrantes do grupo Abdala.

Em agosto de 1970, a fábrica voltaria a funcionar com o nome de *Inca Têxtil*, gerida pela família Loréa, importantes empreendedores locais, que investiram na massa falida, para tentar lucrar com a venda dos hectares que a fábrica mantinha praticamente no centro da cidade. Todo o patrimônio foi, contudo, hipotecado para o pagamento das dívidas existentes. Os produtos que eram fabricados nesta época, mesmo com as alterações no nome social e na própria empresa, ainda tinham nas etiquetas o nome *Rheingantz*, perpetuando o nome da família no tempo e na história da cidade de Rio Grande.

Considerações Finais

Neste trabalho, apresentamos alguns pontos centrais da relação entre a família Rheingantz e o complexo fabril na cidade de Rio Grande, ao longo do tempo.

⁷⁹ Depoimento de antigo funcionário da fábrica aqui identificado com o código da entrevista. CDH-FURG. Acervo de História Oral. Entrevistador Professora Maria Regina da Silva Freitas. Assunto: Orientação alemã. O trabalho na fábrica; 14 de outubro de 1987. HO 0024.

Ressaltamos, entre outros aspectos, o surgimento das fábricas como grande indústria, com manutenção e atualização constantes, grandes investimentos, incluindo empréstimos vultuosos, alterações sociais para ampliar as fábricas e todo um conjunto de decisões administrativas que construíram um complexo fabril com três diferentes fábricas (lã, algodão, aniagens) na cidade portuária de Rio Grande, ainda no século XIX. Salientamos também o papel de investidores locais e das relações de confiança construídas pelos Rheingantz na cidade. Além dos investimentos e das atualizações constantes, que se mantiveram durante a República Velha, os membros da família tiveram formação específica e necessários para os negócios, tanto na primeira, quanto na segunda geração que atuou na fábrica, para gerir os empreendimentos, entretanto, a sucessão respeitava, ao que parece, mais a experiência e o papel dos membros familiares na própria empresa e nem tanto a ordem sucessória geracional, uma vez que os tios mantêm a fábrica funcionando, antes que os filhos do fundador passassem a ocupar cargos principais.

Como é sabido, o período entre guerras foi de dificuldades financeiras, contudo, grandes sucessos haviam sido conquistados durante o período da Segunda Guerra Mundial, que, ao que tudo indica, não foram revertidos em atualizações e modernizações na empresa, fato que incluiu renovações administrativas. Junta-se aos problemas financeiros e à diminuição de atualizações, o fato de que a terceira geração na fábrica, quarta no Brasil, não recebeu os estudos necessários para administrar os negócios, e os conflitos na família acabaram por contribuir para a venda da empresa. Mesmo com a saída da família da fábrica, a marca Rheingantz se manteve como símbolo da produção industrial, perpetuando-se na memória local.

Referências

- BOSENBECKER, Patrícia. **Três gerações de empreendedorismo: capital e laços sociais entre Brasil e Alemanha a partir do estudo de caso da família Rheingantz**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2017.
- DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- DELHAES-Guenther, Dietrich von. **Industrialisierung in Südbrasilien**. Die deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul. Köln/Wien: Böhlau Verlag, 1973.
- GANS, Magda Roswita. **Presença teuta em Porto Alegre no século no XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH-RS, 2004.
- HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: o Modelo Catarinense de Desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

- LAGEMANN, Eugênio. Imigração e industrialização. In: LANDO, Aldair Marli et al. (Orgs.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1880. p. 114-134.
- LEVITT, Peggy. Transnational migration: taking stock and future directions. *Global Networks*, v. 1, n. 3, p. 195-216, 2001.
- LEVITT, Peggy; DEWIND, Josh; VERTOVEC, Steven. International Perspectives on Transnational Migration: An Introduction. **International Migration Review**, v. 37, n. 3, Transnational Migration: International Perspectives, p. 565-575, 2003.
- LONER, Beatriz Ana. **Construção da classe**. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora Universitária/UFPel/Unitrabalho, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio-grandense. In: LANDO, Aldair Marli et al. (orgs.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1880. p. 156-194.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da Indústria sul rio-grandense**. Guaíba: Riocell, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Burguesia Gaúcha**. Dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PRIES, Ludger. **Internationale Migration**. Bielefeld: transcript, 2001.
- PRIES, Ludger. **Transnationalisierung**. Theorie und Empirie grenzüberschreitender Vergesellschaftung. Wiesbaden: VS Verlag, 2010.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- ZHOU, Min. Revisiting Ethnic Entrepreneurship: Convergences, Controversies, and Conceptual Advancements. **International Migration Review**, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004.

INTERFACES DA HISTÓRIA DA FÁBRICA CYRILLA DE SANTA MARIA/RS DURANTE O ESTADO NOVO NO BRASIL

Bruna Lima⁸⁰

Introdução

Este trabalho apresenta parte da história de Fábrica Cyrilla de Bebidas, de Santa Maria/RS, especialmente aquela que corresponde ao período do Estado Novo no Brasil (1937-1945). A escolha por este período foi feita no intuito de demonstrar como podemos encontrar conexões entre determinados acontecimentos em uma fábrica de abrangência local/regional e determinadas práticas políticas de governo, na época que estamos analisando.

Neste sentido, devem estar em destaque os episódios de destruição de estabelecimentos industriais e comerciais de propriedade de imigrantes oriundos de países do Eixo, em 1942, durante a Segunda Guerra Mundial, bem com uma discussão acerca de aspectos que levam em consideração decretos que regulamentavam a produção de bebidas no Brasil, especialmente as que utilizavam o guaraná. Além disso, questões que envolveram a tomada de decisões do Brasil em apoio aos Aliados, durante a Segunda Guerra Mundial, também aparecem neste trabalho, pois ajudam a perceber como questões de caráter econômico estavam presentes nestas práticas de governo, além, é claro, dos interesses políticos.

Ou seja, a análise de parte da história da Fábrica Cyrilla, aqui proposta, nos ajuda a perceber como interesses políticos e econômicos, que, em muitos momentos, estavam para além da nacionalidade, impulsionaram estes acontecimentos de destruição, nos quais a fábrica se insere, bem como tais interesses também contribuíram com práticas intervencionistas, tendo em vista que a ideia de desenvolvimento ajudava a legitimar o caráter autoritário assumido pelo governo da época. A estas ideias, somam-se questões que envolveram a entrada de empresas transnacionais de bebidas no Brasil, por isso um esboço sobre a presença destas indústrias no país também deve ser apresentado, sobretudo

⁸⁰ Doutora em História (UFMS). Professora de História. Prefeitura Municipal de Marcelino Ramos/RS.

com o intuito de refletir sobre a relação que as mesmas assumiram em determinado contexto.

Em relação à metodologia, optamos por um estudo de caso, que tem como principais fontes a documentação da fábrica, a legislação que regulamentava a produção de bebidas no Brasil, além de uma análise historiográfica que envolve os temas estudados. Por fim, ressalta-se que esta análise compreende uma pequena parte dos debates que estão presentes e foram defendidos em tese de doutorado em História, defendida na Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação da Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin.⁸¹

A Fábrica Cyrilla de Santa Maria durante o Estado Novo: o quebra-quebra e os impasses sobre a produção do guaraná

Ao estudarmos a indústria, ou a produção industrial santa-mariense, é importante ressaltar a influência da inserção da ferrovia, e, também, a contribuição dos imigrantes alemães e italianos, como demonstraram Maria Medianeira Padoin (1992) e Cirilo Costa Beber (1998). Historicamente, a cidade de Santa Maria teve a maior parte de seu capital econômico oriundo da agropecuária e do setor de serviços, com destaque para o comércio. Estes teriam sido possibilitados, principalmente, porque Santa Maria foi um dos principais centros da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS)⁸², de modo que possuía, e ainda mantém, um grande contingente militar, além de estar posicionada geograficamente no centro do estado do extremo sul do Brasil.

Posteriormente, mesmo com a crise do sistema ferroviário, o setor de serviços conseguiu se sustentar, pois a cidade foi se delineando como um importante centro universitário, inclusive possuindo a primeira Universidade Federal do interior do Brasil, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fundada em 1960, uma referência não somente na região, mas também nacionalmente. Além disso, o contingente militar da cidade também permaneceu em constante ascendência. Como exemplo desta ascensão, registramos a inauguração da Base Aérea de Santa Maria, em 1971.

⁸¹ LIMA (2019).

⁸² De acordo com Maria Medianeira Padoin, a cidade de Santa Maria recebeu os trilhos da ferrovia em 1885, juntamente com a inauguração da linha Porto Alegre-Cachoeira-Santa Maria, na sequência, “em 1898, a diretoria do ‘Compagnie Auxiliare des Chemis de Fér du Brèsil’ da Bélgica, encampa a Rede Ferroviária Riograndense até 1920”. A partir de 1920, “devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela ‘Compagnie’ é encampada pelo Governo Federal, e logo arrendada ao Governo Estadual (Viação Férrea Riograndense). Em 1959, passou a ser Rede Ferroviária Federal S. A.” (PADOIN, 1992, p. 26).

Durante o período compreendido pelo Estado Novo, Santa Maria se caracterizava “por ser uma cidade interiorana, desenvolvendo agricultura, produzindo, sobretudo, feijão, milho, arroz, tomate, fumo, mandioca, cana-de-açúcar, uma forte pecuária e a atuação de duas importantes charqueadas” (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 8), que se mantiveram em funcionamento até 1940. Além da agricultura, Santa Maria também mantinha destaque pelo “transporte ferroviário, que, ao lado de uma agropecuária forte e um significativo contingente de militares, construía um cenário comercial” (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 9).⁸³

A este cenário próspero de desenvolvimento urbano, motivado pelas atividades comerciais, favorecidas por conta da ferrovia, que envolvia Santa Maria, soma-se a “instalação de sistema telefônico e a ligação rodoviária com outras cidades do interior do estado” (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 11). Todavia, apesar da prosperidade deste cenário, o mesmo não se refletia em outros setores sociais, de modo que

o clima político municipal era tenso, existindo perseguições e infiltrações de agentes secretos do governo de Getúlio Vargas em amplos setores, como quartéis, escolas, sindicatos, na Cooperativa dos Ferroviários, agremiações literárias e sociedades esportivas. O objetivo destes agentes de Vargas era reconhecer e prender comunistas que poderiam rebelar-se contra o governo (RUSSINI; AGOSTINI, 2004, p. 11).

A Fábrica Cyrilla de Bebidas Ltda. de Santa Maria, apesar de estar em funcionamento desde 1906, somente foi inaugurada oficialmente em 20 de setembro de 1910, pelo caixeiro viajante Frederico Adolfo Diefenthäler, em sociedade com o químico Ernesto Guilherme Geys, ambos imigrantes alemães, com a finalidade de produzir e comercializar águas minerais, águas refrigerantes, licores e aperitivos, sendo a pioneira na cidade de Santa Maria no tocante à industrialização de bebidas, e uma das mais importantes e representativas da região central do Rio Grande do Sul.

Segundo consta em material de divulgação da empresa, entre os sócios-fundadores da mesma, o químico Ernesto Guilherme Geys teria sido o responsável pela criação das fórmulas dos produtos elaborados e comercializados pela empresa, enquanto Frederico Adolfo Diefenthäler teria assumido as funções burocráticas, relacionadas à administração

⁸³ Detalhes sobre tipo e nome de empresas que estavam presentes na cidade neste período podem ser verificados em BEBER (1998) e PADOIN (1992).

e direção da empresa. Em seguida, destacamos uma imagem da fachada da Fábrica Cyrilla (Figura 1) e a imagem de seus sócios-fundadores (Figura 2).



Figura 1: Fábrica Cyrilla.
Fonte: acervo da Fábrica Cyrilla (sem data).



Figura 2: Sócios fundadores da Fábrica Cyrilla Frederico Diefenthäler e Ernesto Guilherme Geys respectivamente.
Fonte: acervo da Fábrica Cyrilla (sem data).

Apenas um ano após a sua fundação oficial, a Fábrica Cyrilla já apresentava indicativos de que teria potencial para prosperar. Isso porque a mesma “destacou-se

enquanto indústria sul-rio-grandense, sendo convidada a participar de uma feira internacional [...], a Esposizione Internazionale Dell'Industria del Lavoro, que aconteceu na cidade italiana de Turim, no ano de 1911” (ANTUNES, 2014, p. 24-25). Destacamos que a mesma recebeu premiação pela qualidade do licor “Ouro Potável”, já demonstrando que a Fábrica Cyrilla estava produzindo bebidas de qualidade, possuindo reconhecimento internacional.

Somado a isso, Jovanele Raquel Antunes (2014) destacou a ocorrência de um período de consolidação da fábrica, enquanto indústria local, passando a expandir a comercialização de seus produtos para todo o Rio Grande do Sul. Isso, segundo ela, teria ocorrido por diversos fatores, entre eles o fim da Primeira Guerra Mundial, que teria estimulado a produção de bens de consumo, e a própria posição geográfica de Santa Maria. Esta consolidação também veio através de uma segunda premiação internacional, conquistada pela Fábrica Cyrilla na Feira Internacional em Comemoração ao Primeiro Centenário da Independência do Brasil, ocorrida no Rio de Janeiro, nos anos de 1922 e 1923, na qual “foi conferido à ‘Fábrica Cyrilla’ o ‘Voto de Louvor’ e ‘O Grande Prêmio’, como melhor marca produtora de licores” (ANTUNES, 2014, p. 31).

Depois deste período de afirmação e reconhecimento através de premiações, a fábrica entrou em uma fase mais delicada, em virtude dos acontecimentos que envolveram o contexto da Segunda Guerra Mundial, e questões relacionadas não só à nacionalidade de seus proprietários, mas também as práticas políticas adotadas no período. Isso ocorreu, pois, em 1942, ocorreram diversos episódios de quebra-quebra no Brasil. Foram movimentos que destruíram estabelecimentos comerciais e industriais, bem como residências privadas, cujos proprietários eram oriundos de países do Eixo, Alemanha, Itália e Japão. Em Santa Maria, também ocorreu esta manifestação, e, assim como outros estabelecimentos, a Fábrica Cyrilla teve boa parte de sua estrutura destruída. Para além disso, a fábrica passou por momentos de incerteza, ocasionados por ações intervencionistas, que influenciaram na produção de bebidas que utilizavam o guaraná.

Em relação a este movimento de quebra-quebra que atingiu a Fábrica Cyrilla, em 1942, não foi tão aprofundado pelos estudos. Isso pode ter ocorrido devido a diversos fatores, entre eles, a pouca quantidade de fontes que registraram o ocorrido. O jornal *A Razão*, por exemplo, registrou o ocorrido, mas não de forma muito enfática, sendo que a principal fonte de estudo acabaram sendo depoimentos orais. Uma justificativa para este pequeno arsenal documental, ou essa divulgação restrita, também pode ser pensada a partir das relações entre governo e seus interventores estaduais, e, conseqüentemente, a forma

como a imprensa se relacionava com ambos, neste período, tendo em vista a existência e atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que regulava e censurava as informações que não estivessem de acordo com os propósitos ou que fizessem algum tipo de crítica ao governo.

Somado às publicações encontradas em jornais locais e regionais, que abordam o episódio do quebra-quebra em Santa Maria, e aos depoimentos orais, encontram-se, no acervo da fábrica, alguns documentos que remetem a este episódio, e que contribuem para precisar um pouco melhor os fatos que envolveram este movimento. Entre estes documentos, destacamos a existência de um laudo pericial, que identificou e avaliou os estragos causados pelo quebra-quebra, e que nos ajudou a dimensionar o tamanho dos estragos, e o quão violentas se configuraram todas estas manifestações.⁸⁴

Este episódio ocorrido na Fábrica Cyrilla estava relacionado a um conjunto de outros que denotam como o governo, durante Estado Novo, conseguiu provocar certa identificação com parte da população brasileira, capaz de mobilizar a organização dos atentados. Ou seja, foram sendo, ao longo do período, gestadas pelo governo diversas propagandas contrárias, de repúdio ao estrangeiro, através dos processos de nacionalização, nos mais diversos campos. Tais questões, somadas à falta ou à demora para conter a violência ou amenizar os episódios de quebra-quebra, nos induzem a acreditar que a população brasileira foi influenciada a pensar e agir de tal forma. Mesmo que os movimentos de quebra-quebra tenham sido considerados “espontâneos”, não é difícil imaginar, a partir da confluência de fatores e elementos apontados até então, que o governo nutria interesses por tais episódios, fossem eles políticos, simbólicos, ou mesmo econômicos.

Afirmar algo que remeta à intencionalidade dos atos conhecidos como quebra-quebra por parte do governo brasileiro é muito difícil, tendo em vista que, mesmo isso tendo ocorrido de fato, não estaria explícito em qualquer tipo de fonte. Em se tratando de períodos de repressão, muitas vezes o silêncio e o não explícito de forma “oficial” apresentam-se como evidências. Em relação a isso, por exemplo, Cátia Dalmolin (2005) nos trouxe inúmeros depoimentos de imigrantes italianos que foram presos durante o Estado Novo, na região compreendida como Quarta Colônia de Imigração Italiana, por motivos como: falar em italiano na rua ou em estabelecimentos públicos ou privados, declarar-se como não-brasileiro, injúria à bandeira e ao governo brasileiro, proferir

⁸⁴ Fonte: Laudo técnico produzido pelo perito Luiz Bollich, em 31 de agosto de 1942. Acervo da Fábrica Cyrilla.

canções folclóricas típicas italianas, entre outros. Muitos destes depoimentos fazem parte do acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Franciscana, em Santa Maria, e do acervo pessoal de Cátia Dalmolin.

Além disso, em outro trabalho de Cátia Dalmolin (2006), encontramos uma passagem de um texto de René Gertz, que, ao estudar o período de Estado Novo no Rio Grande do Sul, e, neste caso, de forma mais específica, alguns episódios de quebra-quebra, destacou que:

O maior número de violência física simultânea ocorreu nos dias 18 e 19 de agosto de 1942, após o afundamento do quarto [sic] navio brasileiro por submarinos alemães. As violências desse momento foram praticadas em grande parte por ‘populares’, isto é, por manifestações de rua, não diretamente por instâncias estatais. Mas não se pode esquecer que o interventor, Cordeiro de Farias, se juntou aos manifestantes no início dos protestos [...] como a dar o seu aval [e] as forças policiais não tomaram nenhuma medida para coibir as depredações. Somente no final do segundo dia, o Exército interveio, para pôr fim os atos de destruição (GERTZ, 2005, p. 174, apud DALMOLIN, 2006, p. 130-131).

Esta passagem do autor encontra referência e pode ser reforçada pelos depoimentos de pessoas que vivenciaram tal momento. Estes depoimentos foram publicados por Cátia Dalmolin (2005), e, também, ressaltam o não envolvimento da polícia para conter as manifestações. Tal atitude do poder público também encontra correspondência em documentação da Fábrica Cyrilla, mais especificamente quando a mesma solicitou uma vistoria, com a finalidade de iniciar um processo indenizatório para recuperar parte do prejuízo que onerou com as destruições, que, segundo consta no referido documento, teriam sido provocadas por “um grupo amotinado, que a varejou [fábrica] e saqueou, como igualmente fizera noutras casas comerciais da cidade [...], sem que as autoridades policiais usassem das medidas necessárias para a manutenção da ordem e defesa dos direitos individuais, de toda a natureza”.⁸⁵

Além do quebra-quebra que ocorreu na Fábrica Cyrilla, em dezembro de 1942, registramos a ocorrência de outro episódio que deixa mais evidente o intervencionismo econômico do governo. Este, ocorreu por conta da incidência dos decretos nº 6425, de 14 de abril de 1944 e nº 7.669, de 22 de junho de 1945. Por meio destes decretos, o governo

⁸⁵ Fonte: Requerimento de nomeação de perito para proceder o exame de avaliação de danos e prejuízos, remetido ao Juiz de Direito pelo escrivão Edmundo Cardoso, em 25 de agosto de 1942, no II Cartório de Santa Maria. Acervo da Fábrica Cyrilla.

passou a impor uma tentativa de regulamentação da produção das bebidas produzidas à base do guaraná, tornando obrigatório o uso de uma determinada proporção do fruto guaraná em todos os produtos cuja propaganda comercial usasse no nome tal produto, exigindo a adequação das empresas.

Devido às reivindicações, fundamentadas em análises das propriedades e características do produto, o governo revogou o primeiro decreto, e depois de adequações o segundo decreto, de 1945, foi regulamentado pelo Decreto nº 1.970, de 28 de dezembro de 1962. Porém, é interessante observar que a primeira tentativa de regulamentação causou, na época, uma mobilização entre os produtores de refrigerantes, que produziam bebidas que utilizavam o guaraná como base. Este cenário, que envolvia a tentativa de regulamentação, e, principalmente de incorporação de mais guaraná nos produtos que o utilizavam como base, também gerou preocupação entre os produtores:

Com o propósito de aumentar o consumo do vegetal amazônico, cuja produção, ainda pequena, não se encontra em condições de satisfazer a alta procura que se lhe acena, cria-se involuntariamente nova indústria de açambarcamento, que retendo os estoques, forçará a elevação dos preços. Basta citar-se que o consumo atual do guaraná pouco excede de 100 toneladas anuais, enquanto o consumo previsto para as fábricas do refrigerante que leva seu nome se aproxima de 600 toneladas. A presença de 0,3 de semente de guaraná em cada 100 cc. de bebida é por demais exagerada, não só atendendo à quantidade de cafeína de que será sobrecarregada como também a sensível modificação que emprestará a seu paladar, graças a seu típico sabor de amargo saponáceo.⁸⁶

Neste sentido, acreditamos, que esta questão que envolveu a produção e comercialização de guaraná e seus derivados também teve relação com uma tentativa de modificar a forma como o fruto era cultivado e comercializado, deixando de ser de forma extrativista. Por isso, destacamos a existência do “Consórcio do Guaraná”, no qual encontramos referência junto ao acervo da Fábrica Cyrilla. Este, por sua vez, seria um contrato entre este Consórcio e o Governo do Estado do Amazonas, com data de 14 de junho de 1934. De acordo com este documento, o Consórcio foi reconhecido pelo Governo do Estado do Amazonas, nesta data, como pessoa jurídica de direito privado e considerado como de utilidade pública, o mesmo era constituído exclusivamente por

⁸⁶ Fonte: Recorte de jornal disponível no acervo da Fábrica Cyrilla, porém não há identificação de data, página e, tampouco, título do periódico.

produtores, comerciantes ou manipuladores de guaraná, estabelecidos nas cidades de Maués e Brarreinhas, porém, tendo como centro de operações a cidade de Maués.⁸⁷

Entre os principais objetivos deste consórcio, estavam promover o desenvolvimento da produção e a padronização do produto e suas indústrias, uniformizar os preços de aquisição local e de compra e venda no Estado e fora dele, além de controlar o plantio do guaranazeiro, para evitar a superprodução. Neste documento, constam também as taxas que deveriam ser pagas ao governo, as especificações em relação à exportação do produto, além de quais produtores, comerciantes e manipuladores poderiam fazer parte do consórcio, considerando uma quantidade mínima de produção e manipulação. Com isso, comprovamos a nossa hipótese anterior, tendo em vista que a criação deste consórcio viria beneficiar aqueles produtores que produziam em maior quantidade, e, ao mesmo tempo, apresentava-se como uma alternativa para garantir a produção e comercialização do guaraná, que passava, cada vez mais, a ser utilizado não somente na indústria alimentícia, mas também na farmacêutica, devido às propriedades e características contidas no fruto do guaraná.

Além disso, podemos dizer que estes acontecimentos beneficiaram algumas empresas transnacionais, como, no caso, a Coca-Cola e a Pepsi-Cola, por exemplo. Isso teria ocorrido por diversos motivos, entre eles, a própria produção do guaraná, que ameaçava a produção dos refrigerantes à base de cola, que ainda neste período não eram da preferência dos consumidores brasileiros.

No intuito de compreender a relação existente entre a legislação e o favorecimento empresarial de certos grupos, podemos recorrer à Teoria do Desenvolvimento, proposta por Joseph Alois Schumpeter (1985), principalmente em relação àquilo que ele denominou como “destruição criadora”, ou seja, a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos, como sendo uma parte essencial do desenvolvimento econômico. Apesar de não estarmos tratando de um fato puramente econômico, conforme as definições do autor, esta ideia talvez seja interessante para compreender o fato em questão.

Novas empresas de bebidas no Brasil: consolidação de uma política intervencionista e autoritária do governo brasileiro durante o Estado Novo?

⁸⁷ Fonte: Cópia do contrato lavrado entre o “Consórcio do Guaraná” e o Governo do Estado do Amazonas, em 14 de junho de 1934. Acervo da Fábrica Cyrilla.

Em relação ao setor de bebidas propriamente dito, não podemos deixar de mencionar um pouco da trajetória oficial da Coca-Cola no Brasil, que iniciou sua atuação no mercado nacional em 1942, quando teve sua marca registrada, passando a ser produzida e comercializada no país, isso tendo em vista a sua relação direta com as questões que desenvolvemos até aqui.

No entanto, falar sobre este tema é um tanto complicado, devido à proteção que existe em relação à marca. Apesar disso, a partir das fontes que foram possíveis de serem acessadas e dos indícios, que no ato da pesquisa nos foram sendo apresentados, traçamos um pouco da trajetória desta empresa no Brasil, de forma a compreender quais as vinculações que a mesma poderia manter com o governo brasileiro. Somado a isso, a história desta empresa também esteve vinculada ao caminho percorrido pelas empresas multinacionais e transnacionais no Brasil, estando também presente neste momento, no qual prevaleceu o intervencionismo e também uma política de aproximação aos Estados Unidos, pelo viés do pan-americanismo, no contexto analisado.

De acordo com a versão oficial da empresa, a entrada da Coca-Cola no Brasil esteve relacionada ao contexto da Segunda Guerra Mundial e a uma promessa feita pelo presidente da empresa. No site da empresa, consta que, em 1941,

durante a Segunda Guerra Mundial, o então presidente da *The Coca-Cola Company*, Robert Woodruff, fez uma promessa às Forças Armadas dos Estados Unidos: os soldados americanos teriam sempre uma Coca-Cola gelada por perto para matar a sede e ao preço de 5 cents – independentemente do custo para a empresa. Assim, em 1941, a Coca-Cola fabricou em Recife o seu primeiro refrigerante em solo brasileiro. A capital de Pernambuco formava, junto com Natal, o chamado ‘Corredor da Vitória’, parada obrigatória das embarcações e outros veículos militares que rumavam para a Europa em guerra. A Coca-Cola usou as instalações da fábrica de água mineral Santa Clara, que existe até hoje. Depois, foram instaladas mini fábricas (kits com equipamentos básicos para produção de refrigerante) em Recife e Natal (COCA-COLA BRASIL, 2016).

Já em 1942, segundo o mesmo site,

A primeira fábrica constituída no país pela Coca-Cola Brasil foi inaugurada em São Cristóvão, à época um importante polo industrial do Rio de Janeiro. Em 18 de abril de 1942, foram produzidas as primeiras unidades – garrafinhas de 185 ml, as únicas disponíveis. O concentrado e o gás vinham dos EUA. No ano seguinte, em 1943, a Coca-Cola Brasil inaugurou sua primeira filial no país, em São Paulo. Os brasileiros ainda se acostumariam com o sabor único da Coca-Cola (COCA-COLA BRASIL, 2016).

E, finalmente, a partir de 1945:

O ano de 1945 foi fundamental para a Coca-Cola no Brasil: foi estabelecido o sistema de franquia, que já era um grande sucesso nos Estados Unidos desde o início do século. A primeira autorização para a fabricação do produto foi concedida à Industrial de Refrescos, do Rio Grande do Sul, seguida pela Spal Indústria Brasileira de Bebidas, de São Paulo. Com o fim da Segunda Guerra no mesmo ano, estava aberto o caminho para a expansão da marca no Brasil. Publicitário da McCann Erickson na época, o escritor Guilherme Figueiredo criou um dos primeiros *slogans* brasileiros da marca: ‘Coca-Cola borbulhante, refrescante, 10 tostões’. Figueiredo também procurava exibir famosos da época bebendo o refrigerante diretamente do gargalo, uma inovação nos hábitos brasileiros (COCA-COLA BRASIL, 2016).

Neste caso, podemos observar que a Coca-Cola se beneficiou com o desenrolar de uma política pan-americanista, e de um momento histórico crucial, para adentrar em países latino-americanos. Isso ocorreu devido ao fato de a Coca-Cola, dentro deste contexto, ter se envolvido na destruição e na vigilância de empresas nacionais, que tinham alguma vinculação com o Eixo, através da origem étnica de seus proprietários, aproveitando-se de um discurso que exaltava o nacionalismo continental, ou além do nacional.⁸⁸

Este é um tema complexo, pois, no mesmo período, além do Brasil, esta empresa estava investindo diretamente na entrada em outros países latino-americanos, fato que, pelo período e por todas as evidências, nos leva a acreditar que sua história e sua expansão se entrelaçou com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, com os valores pan-americanistas que os Estados Unidos disseminavam neste período.

Ao pensarmos em Coca-Cola, certamente uma ideia de liberdade aparece atrelada a ela. Com este valor dentro de cada garrafa, a empresa procurou se beneficiar do contexto político e ideológico que a Segunda Guerra Mundial, e o universo criado em torno do pan-americanismo, lhe proporcionaram. Esta ideia apresenta relação se observarmos algumas questões. A primeira delas chegou a ser assinalada por José Plínio Guimarães Fachel (2002, p. 45), que seria “estratégico para os interesses comerciais e políticos dos Estados Unidos estimular a identificação de tudo que fosse alemão com o nazismo”. Esta ideia, além disso, corrobora aquilo que foi exposto em relação às ações em prol da nacionalização e, também, aos episódios de quebra-quebra.

⁸⁸ Os elementos relacionados ao nacionalismo além do nacional podem ser melhor compreendidos em LIMA (2019).

Somado a isso, a ideia de a Coca-Cola disponibilizar o refrigerante durante o período da Segunda Guerra Mundial para todos os soldados, independente de onde eles estivessem, nos parece também uma estratégia de disseminar o produto ali onde, até então, ele não era produzido ou comercializado. Neste caso, podemos dizer que um ambiente favorável para produção, venda e consumo de Coca-Cola foi se gestando, ao passo que as pequenas fábricas, especialmente aquelas destruídas com os episódios de quebra-quebra, passavam por um processo de reconstrução.

Por fim, destacamos que a presença da Coca-Cola no Brasil veio demonstrar, para além do alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, o quanto o governo perseguia ideias vinculadas ao crescimento e à dinamização econômica do Brasil, algo muito recorrente em governos de caráter autoritário. Além disso, destacamos que a presença da Coca-Cola no Brasil apresenta um novo cenário para as demais indústrias do setor no Brasil, elemento que pode ser debatido em trabalhos futuros.⁸⁹

Conclusão

Com base no exposto neste trabalho, podemos, primeiramente, perceber que existem inúmeras lacunas naquilo que se refere a publicações sobre indústrias de bebidas no Brasil. Além do que, percebemos também o quanto estudos deste tipo podem nos levar a complexificar determinados capítulos de nossa história. Ou seja, é possível verificar a importância atribuída à fábrica Cyrilla, não somente no contexto santa-mariense, mas na possibilidade que ela nos traz de ampliar o nosso olhar para questões não suficientemente exploradas pela historiografia.

Imprecisões relacionadas a determinados acontecimentos, principalmente os de quebra-quebra, que foram apontados neste trabalho também podem ser percebidas devido aos inúmeros interesses que tais acontecimentos despertavam, não somente em nível nacional, mas também internacionalmente, tendo em vista o cenário da Segunda Guerra Mundial e as disputas que ocorreram em torno de alianças.

O desafio de estudar estes acontecimentos nos permitiu repensar e ir além de explicações que estavam essencialmente relacionadas à etnicidade e ao revanchismo, para explicar a ocorrência destes movimentos. Com isso, passamos a relacioná-los às possibilidades que o governo encontrou para angariar financiamentos externos, com a

⁸⁹ Sobre a presença da Coca-Cola na América Latina e em especial no México, ver MORENO (2003). Em PENDERGRAST (1993), também podemos observar algumas questões sobre a história da mesma.

finalidade de fortalecer e dinamizar o setor industrial brasileiro, que se configurou como elemento fundamental para o crescimento econômico do país, através de uma relação e associação quase automática.

Esta ideia pôde ser observada através da entrada de empresas transnacionais de bebidas no país, principalmente a partir do momento em que muitas das pequenas indústrias locais estavam fragilizadas, em virtude das destruições ocorridas em 1942, ou de uma legislação que as colocava em dificuldade. Somado a isso, a entrada de algumas empresas, entre elas, e, em nosso caso específico de análise, a Coca-Cola, representava uma espécie de vitória dos Estados Unidos, seja pela dificuldade que encontrou para estabelecer a marca no Brasil, país com grande e próspero mercado consumidor, ou mesmo pela referência que a mesma elucidava em prol de valores capitalistas e pan-americanistas associados aos Estados Unidos, em um determinado momento histórico.

Referências

- ANTUNES, Jovanele Raquel. A “**antiga Fábrica Cyrilla**”: patrimônio cultural de Santa Maria. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.
- BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos**: história da economia do município. Santa Maria, RS: Pallotti, 1998.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto Lei nº 6.425, de 14 de abril de 1944. Brasília: Diário Oficial da União, 1944. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6425-14-abril-1944-416250-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 ago. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto do Conselho de Ministros nº 1970, de 28 de dezembro de 1962. Brasília: Diário Oficial da União, 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1970-28-dezembro-1962-352380-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto Lei nº 7.669, de 22 de junho de 1945. Brasília: Diário Oficial da União, 1945a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7669-22-junho-1945-416503-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.
- COCA-COLA BRASIL. Linha do tempo: conheça a história da Coca-Cola Brasil. São Paulo, 24 maio 2016. Disponível em: <<https://www.cocacolabrasil.com.br/sobre-a-coca-cola-brasil/a-historia-da-coca-cola-brasil>>. Acesso em: 08 jun. 2018.
- DALMOLIN, Cátia. **Em nome da Pátria**: as manifestações contra o Eixo em Santa Maria, no dia 18 de agosto de 1942. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2006. Disponível em: <<http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/126>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- DALMOLIN, Cátia. Mordaça verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo em Santa Maria e região. In: DALMOLIN, Cátia (Org.). **Mordaça verde e**

- amarela:** imigrantes e descendentes no Estado Novo em Santa Maria e região. Santa Maria: Pallotti, 2005. p. 81-112.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul.** Pelotas: Editora da UFPEL, 2002.
- LIMA, Bruna. **Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da Fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, 2019.
- MORENO, Julio. **Yankee don't go home!:** Mexican nationalism, American business culture, and the shaping of modern Mexico, 1920-1950. California: UNC Press, 2003.
- PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria/RS: uma análise histórica sobre a CACISM.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1992.
- PENDERGRAST, Mark. **Por Deus, pela pátria e pela Coca-Cola:** a história não-autorizada do maior dos refrigerantes e da companhia que o produz. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Ediouro, 1993.
- RUSSINI, Augusto; AGOSTINI, Lenir Cassel. Santa Maria e a Política Estadonovista (1937- 1945). **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria: UNIFRA, v. 5, n. 1, p. 27-44, 2004.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Coleção Os Economistas. Tradução de Maria Sílvia Possas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PERCEPÇÕES SOBRE AS COLÔNIAS ERECHIM (1908) E SANTA ROSA (1914)

Kalinka de Oliveira Schmitz⁹⁰

Introdução

O início de um novo regime político no Brasil coincidiu com o avanço da colonização para a região Norte do Rio Grande do Sul. Desta forma, pessoas com novos entendimentos concernentes ao uso e à ocupação da terra passaram a acompanhar e organizar essa nova fase colonizatória. Ao mesmo tempo em que deveriam seguir acompanhando projetos coloniais criados durante o Império, tiveram a oportunidade de trabalhar a questão de terras e colonização da maneira como entendiam ser o melhor para atingir seus objetivos, e, no caso do Rio Grande do Sul, sob influência do pensamento positivista, com forte apelo no discurso pela busca da ordem, para alcançar o progresso ideal.

O processo de imigração e colonização iniciado em 1824 teve bom desenvolvimento, principalmente se considerarmos o aumento exponencial da população colonial, para além da chegada de novos estrangeiros. A disponibilidade de terras nas regiões próximas aos núcleos coloniais existentes se tornava escassa, e, num movimento denominado por Jean Roche (1969) de “enxamagem”, iniciou-se uma migração interna, para regiões mais distantes do núcleo original, em busca de novas terras para colonização, principalmente com um preço não tão alto quanto o encontrado nos locais de origem.

Como acontecera na colonização do período imperial, no período republicano havia projetos públicos e projetos particulares, e, por mais que os projetos particulares se sobressaíssem em número de núcleos, a colonização pública contava com projetos coloniais mais extensos (NEUMANN, 2016). A atenção do governo perrepista em relação ao assunto foi grande, desde que chegara ao poder, preocupado com as questões agrárias pendentes, que herdara do regime anterior, bem como a necessidade de trabalhar com a população colonial crescente e a chegada de novos imigrantes.

⁹⁰ Doutoranda em História UNISINOS (Bolsista CAPES).

Com o sistema federativo adotado pela jovem República, os estados passam a ter maior autonomia sobre si, além disso, o Rio Grande do Sul herdara os projetos de colonização pública iniciados pelo governo provincial, e a responsabilidade de gerir as terras que ainda se encontravam devolutas. Assim, foi necessária a criação de órgãos públicos para atuar junto aos núcleos públicos já existentes, bem como para projetar e administrar novos núcleos, para atender à demanda crescente por novos espaços coloniais.

Para Roche (1969), essa transferência de esfera administrativa sobre a colonização, passando para a esfera estadual, fez com que, enfim, os governos estaduais pudessem dispor das terras de seu domínio da maneira como bem entendessem. Diante das perspectivas possíveis, “o governo republicano estadual passou a encarar a região colonial como uma fonte de renda, o que não ocorrera com a administração imperial” (IOTTI, 2001, p. 33). Partindo dessa perspectiva governamental, é possível compreender boa parte da motivação para tamanha atenção dispendida sobre esses assuntos. Melhores teriam sido os resultados se a pauta tivesse sido tratada de forma mais adequada; a influência positivista, perceptível em vários aspectos, além de presente no próprio discurso em relatórios e demais documentos, seria apenas mais um ponto que reforçaria a maneira com que o governo trabalhava, sempre levando em consideração seus interesses.

Essa importância toda dada à questão de terras e colonização, como meio pelo qual mais rapidamente o estado poderia alcançar o desenvolvimento planejado, desde que bem aplicado, é resumida por Antonio Marinho Loureiro Machado, secretário da Secretaria de Obras Públicas, no ano de 1925, quando destaca que “se os trabalhos da Seção de Terras, que acabamos de relatar, interessam principalmente à **ordem**, os da Seção de Colonização atendem ao **progresso**. [...]. Onde se estimula a ordem, estimula-se o progresso, e onde se leva o progresso, consolida-se a ordem” (RELATÓRIO, 1925, p. 355). Os republicanos encontraram a situação fundiária não totalmente resolvida, considerando que a Lei de Terras de 1850, abstraindo de sua importância, não alcançou todos os objetivos desejados, considerando o espaço temporal relativamente pequeno para sua aplicação, diante de um cenário conturbado, onde havia várias compreensões de propriedade em todo o território nacional, e a legislação discutida na Capital tardava a adentrar os sertões longínquos, que possuíam seu próprio tempo e costumes ditando as relações.

Dispositivos como a Lei de Terras de 1850 e a criação do Registro Torrens, pensados para sanar a lacuna legislativa sobre a propriedade da terra existente desde que a lei sesmarial deixou de possuir validade no Brasil, não obtiveram, então, o resultado esperado. Essa situação foi resultado dos variados cenários e interesses envolvidos na questão de terras, bem como o tempo restrito para sua execução, considerando o grande período anterior, quando a própria lei sesmarial não era fiscalizada, de maneira que todos os concessionários atenderem aos requisitos constantes no regimento dessa legislação.

Ainda, existe o hiato de legislação específica, quando as leis portuguesas deixaram de possuir validade, no jovem império brasileiro, ou mesmo que a propriedade da terra não se restringia a sesmarias, compondo um universo amplo de possibilidades de propriedade, calcados nos costumes e entendimentos de cada região do Brasil.

Perpassando o trabalho com os núcleos coloniais já existentes, e que estavam agora sob sua alçada, bem como atentando para a pretensão de criação de futuros núcleos coloniais em terras devolutas, era premente a necessidade de organização do espaço agrário, das populações que já ocupavam o espaço e as propriedades já existentes (regularizadas e não regularizadas), de maneira a discriminar a extensão de terras que estariam disponíveis para indenização e para a criação de novos projetos públicos. Realizado o trabalho de discriminação do status das terras da região para onde a colonização se desenvolveria, o passo seguinte seria a demarcação de lotes, de maneira que os colonos e imigrantes que chegassem à região norte rio-grandense, fossem direcionados para lotes já demarcados.

Ainda que esse projeto fosse considerado importante para o trabalho, a sua aplicação não ocorreu da maneira pretendida. A falta de pessoal, de recursos e os conflitos que ocorreram no Rio Grande do Sul durante o período da Primeira República acabaram por prejudicar o andamento desses trabalhos. Atribuía-se o atraso nos trabalhos de discriminação de terras no estado, primeiro, ao cenário que teria sido herdado do governo provincial, mas também à necessidade de realizar o trabalho de discriminação e colonização em separado, sendo que ambos ocupavam muito tempo; esses atrasos estavam sendo combatidos através dos trabalhos conjuntos de colonização e discriminação.

Não haveria motivos para que não fossem realizados de forma concomitante esses serviços; Protásio Alves destacou, sobre esses trabalhos, em relatório de 1916, que, “não só é possível, mas mesmo indispensável, em virtude da enorme população colonial agrícola do estado, e particularmente da intrusão avultada, proveniente do excesso de

população” (RELATÓRIO, 1916, p. 117). Pretendia-se então buscar melhores formas de desenvolver esses serviços, dada a urgência do assunto, organizar e orientar a fixação na terra do excedente populacional, a fim de evitar possíveis problemas sociais decorrentes da falta de direcionamento para novas zonas de colonização.

Logo, mesmo com a preocupação de reunir ambos os serviços, a região norte não contava com toda a sua área discriminada, e com a demarcação prévia de lotes; não se tinha total conhecimento da presença de nacionais, que ainda viviam em suas posses não reconhecidas como propriedade pelo governo. Essa situação tornou mais complexo o serviço de órgãos, como as Comissões de Terras e Colonização (CTC), o braço de ação da Diretoria de Terras e Colonização (DTC). A presença desse grupo e a sua situação ilegal será algo levado a sério na concepção dos núcleos coloniais de Erechim e Santa Rosa, notadamente nesta última, como veremos ao longo deste texto.

O governo, através de seus órgãos responsáveis por acompanhar a questão de terras e colonização, fiscalizava também os empreendimentos particulares, pois criticava fortemente a maneira como os colonos eram tratados, já que não recebiam a atenção necessária, visto o objetivo maior dos colonizadores particulares ser o lucro decorrente da venda das terras. A necessidade de um maior controle do uso das terras públicas que ainda havia, bem como a forte crítica para a atuação particular no processo colonizatório, fez com que o estado considerasse mais vantajoso ele próprio criar núcleos coloniais nas terras públicas, ao invés de delegar esse serviço a indivíduos ou companhias colonizadoras.

Para além dos trabalhos diretos envolvendo núcleos coloniais e o trato com a população colonial, e aquela que ainda chegava, tanto com subsídios públicos quanto de maneira espontânea, o governo ainda dispndia grande atenção aos trabalhos de infraestrutura, marcadamente a expansão e manutenção da malha rodoviária. Possuir uma boa rede de estradas de rodagem, além da existência da malha ferroviária, igualmente importante, era fundamental para que os projetos coloniais pudessem ter um desenvolvimento satisfatório, tanto naquilo que se refere à circulação de pessoas e notícias, mas principalmente pensando na circulação de mercadorias, e o impacto que a proximidade com estradas de rodagem e de ferro poderiam ter no preço pago por frete, e que se refletiria no preço final do produto no mercado.

A expansão da colonização pela região norte rio-grandense deve ser entendida também como trabalho para a ocupação da fronteira com a Argentina, para reafirmar definitivamente os limites de então. Para isso, as comissões de terras e colonização

ficaram incumbidas de realizar a demarcação e a concessão de lotes coloniais na faixa fronteiriça; e para a ocupação de tais lotes, o governo estadual contava com a população colonial excedente, que, conseqüentemente, minimizaria a pressão demográfica existente nas antigas regiões coloniais do Rio Grande do Sul (GREGORY, 1988).

As colônias criadas nesse novo espaço colonial que tomava forma e ganhava vulto, principalmente a partir do século XX, possuíam diversas especificidades, se comparado de forma generalizante com as colônias da zona das “colônias velhas”. Essas diferenças eram resultantes tanto das novas pessoas que governavam o agora estado, e que eram responsáveis por tais assuntos, quanto pela experiência adquirida com a colonização praticada até então; havia lastro para identificar características que deveriam ser mantidas para a criação de novos núcleos coloniais, e aspectos que deveriam ser modificados, ou que apresentavam margem para melhorias.

Aqui, iremos analisar aspectos gerais sobre a colonização pública mista realizada em Erechim, e posteriormente em Santa Rosa, considerando, em relação à fonte analisada, jornais, o recorte temporal do ano de 1917, por ser antes da elevação de Erechim a município, e quando Santa Rosa já possuía algum desenvolvimento, visto ter-se passado algum tempo desde sua criação.

Os jornais analisados serão o *A Federação*, de tiragem diária, e o *Staffeta Rio-Grandense*, de periodicidade semanal. O primeiro era ligado ao Partido Republicano Rio-grandense, e, portanto, possuía posicionamento e discurso favorável ao governo, e atuando principalmente como divulgador das ações governamentais. Já o segundo enfrentou várias alterações de nome, e de 1917 a 1941, possuiu o nome utilizado nesse trabalho; a partir de 1917, passou a ter ligação com os freis capuchinhos de Caxias do Sul. Optou-se por tais periódicos devido a sua disponibilidade na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional Digital.

Os projetos públicos de colonização: Erechim e Santa Rosa

O aumento exponencial da população colonial, juntamente com as levadas de imigrantes que chegavam, ainda que em menor número, ao estado, faziam com que a demanda por novos lotes coloniais em novas zonas fosse uma constante. Esse movimento é observado durante todo o período da Primeira República, e tem como contrapartida a criação constante de novos núcleos, fossem públicos ou particulares.

Como já dito, dado os ideais do governo republicano rio-grandense, este optou por ser mais ativo naquilo que se refere à criação de núcleos coloniais, de maneira a poder dirigi-los do modo que entendia ser o melhor. Isto posto, as primeiras colônias públicas criadas pelo governo republicano rio-grandense foram Ijuí (1890) e Guarani (1891), sendo esta última próxima à região onde seria criada, décadas depois, a colônia Santa Rosa, objeto deste estudo.

A Colônia Erechim, criada no ano de 1908, era o principal empreendimento colonial público criado no século XX, e foi projetada pelo próprio diretor da DTC, Carlos Torres Gonçalves, que visava ao crescimento da demanda por novas terras colonizáveis (GIARETTA, 2008). Essa crescente demanda por terras, o cuidado em seu planejamento, e, obviamente, a proximidade que possuía com a linha férrea, contribuíram para que essa colônia se tornasse, além de importante destino, referência para anúncios de vendas de terras particulares, como observados em alguns anúncios constantes no jornal *Staffeta Rio-Grandense*, em edições de 1917 (STAFFETA RIO-GRANDENSE, 5/7/1917, p. 3). Em edições de jornais desse ano, observa-se já alguma discussão sobre a possibilidade de que a colônia se tornaria município, visto seu desenvolvimento (STAFFETA RIO-GRANDENSE, 20/9/1917, p. 2); a elevação ao status de município ocorreria apenas um ano depois, em 1918, exatos dez anos depois de sua criação, e antes de alguns núcleos coloniais públicos mais antigos, como é o caso de Guarani.

Se em seus primeiros 16 meses a colônia já possuía 14.500 habitantes – sendo 9.000 nacionais e 5.678 estrangeiros –, em 1917, Erechim contava com 28.000 habitantes. Nos documentos analisados para esse trabalho, não foi encontrada discriminação da população entre nacionais e imigrantes/descendentes, após 1915. De qualquer maneira, esses números demonstram o crescimento exponencial experimentado, e como foi se tornando importante referência regional, sua própria propaganda para a atração de colonos oriundos de zonas antigas de colonização e mesmo levas de imigrantes que seguiam chegando no Estado, ainda que em menor volume que o visto ao longo do século XIX.

A conformação étnica de Erechim, por mais que possuísse um caráter misto, como aquele que viria a acontecer na Colônia Santa Rosa, possuía diferenças. No núcleo criado em 1908, havia bom número de nacionais, mas foi sendo povoada principalmente com colonos (diversas etnias) das “colônias velhas”, e imigrantes de diferentes países europeus. Obviamente, a ligação com a via férrea influenciou a chegada de grande número de imigrantes, pela facilidade de deslocamento até esse núcleo; Erechim recebeu

imigrantes de diferentes países, como por exemplo da Itália, Alemanha, Rússia, Polônia, Ucrânia e Espanha (GIARETTA, 2008), fato que a tornava um núcleo com variada gama de culturas e costumes. Além da agricultura, economicamente, a colônia de Erechim fez grande uso da presença da ferrovia em suas terras e da abundância de madeira em seu território, para fazer da extração de madeira um importante elemento econômico, que o colocou em ponto de destaque na economia estadual (TEDESCO, CARON, 2013).

Em números, a Colônia Erechim apresentava, em 1917, uma produção anual de 2.900:000\$, exportação de 1.300:000\$ e uma importação no valor de 1.050:000\$000 (MENSAGEM, 1917, p. 31). Desses números, podemos considerar que a madeira e a erva-mate constituíam boa parte do valor exportado, além de outros produtos oriundos da agricultura, beneficiados pelo menor preço pago por frete até a capital, principalmente se comparado a outras zonas coloniais, que precisam lançar mão de mais de um tipo de transporte para fazer chegar seus produtos à Capital do estado.

A inegável influência e importância da via férrea para os números apresentados pela economia erexinense em seu último ano como colônia, no entanto, também possuiu percalços. Em 1917, os comerciantes dessa colônia esbarraram na falta de vagões para conseguir exportar toda a sua produção, gerando impactos negativos para os seus negócios. Dada a seriedade desse problema, a reclamação apareceu em coluna do jornal *A Federação*; na edição de 13 de agosto de 1917, informa-se que os comerciantes de Erechim encaminharam a seguinte reclamação para o inspetor da Viação Férrea: “falta vagões, causando sérios prejuízos, pedimos providências para que nos sejam fornecidos alguns, para carregamentos cereais” (A FEDERAÇÃO, 13/8/1917, p. 4). Em relação a esta reclamação, que partiu de Pedro Alves, Luiz Piccoli e Jeronymo Dal’Igno – sobrenomes brasileiro e italianos –, receberam como resposta, do inspetor da via férrea, a informação de que tais problemas estavam sendo ocasionados por uma greve do pessoal de máquinas, e que não poderia fazer nada para resolver, de pronto, a solicitação; afirmava, em seguida, que, tão logo tudo se restabelecesse a normalidade, procuraria atender à demanda por mais vagões para a exportação da produção agrícola da região.

Vemos, então, que nem tudo eram flores. Por mais que a estrada de ferro contribuísse em larga medida para a exportação de produtos da região, e consolidasse o pleno desenvolvimento de tal núcleo colonial, poderia haver problemas para aqueles que trabalhavam para que a ferrovia contribuísse para esse desenvolvimento. A paralização ou diminuição no fluxo de vagões disponíveis afetava direta e imediatamente uma economia toda calcada na exportação por via férrea.

Problemas como esse, porém, não eram corriqueiros, a ponto de prejudicar por mais tempo a economia de Erechim, ou ao menos, não foram encontrados na documentação acessada para esse trabalho em específico. Não há informações no jornal se os comerciantes que enviaram a reclamação para o inspetor da viação férrea, procuraram outras maneiras de escoar a produção; supomos que, por ser cereal (produto não tão perecível desde que estocado corretamente), e principalmente pelo preço a mais que teriam que desembolsar, acabaram optando por aguardar o restabelecimento da circulação normal de vagões, ao invés de procurar por outros meios de transporte para seus produtos, fato que, muito provavelmente, encareceria o preço final. A única outra menção em edição posterior sobre o problema envolvendo a greve dos maquinistas e o impacto no comércio estadual, foi a notícia de uma reunião envolvendo todas as praças comerciais do Rio Grande do Sul, para discutir medidas que poderiam ser tomadas em relação a irregularidades no tráfego ferroviário do estado, com a representação de comerciantes de Erechim (A FEDERAÇÃO, 22/9/1917, p. 1).

Além de responder à demanda constante por novas zonas coloniais, a localização dessas colônias públicas permite observar a expansão gradativa das novas zonas coloniais, de maneira a conseguir usufruir minimamente da rede de infraestrutura construída para acompanhar ou mesmo anteceder esses núcleos, e propiciar boa conexão com centros consumidores de seus produtos. Sobre tais aspectos, Valdir Gregory (1988, p. 76) destaca que “nos projetos de colonização, os meios de comunicação eram uma preocupação sempre presente. Era importante que houvesse vias para o escoamento dos produtos e para o abastecimento das colônias e, obviamente, para facilitar a vinda de imigrantes”. A importância de uma boa rede de conexão do núcleo colonial com uma rede de transporte é evidenciada no rápido e bem-sucedido crescimento de Erechim, que, cortada pela linha férrea, virou referência em poucos anos.

Ainda assim, poderia haver casos em que o início da colonização antecedeu um sistema mais robusto de rede de transportes, como Santa Rosa. Por mais que houvesse proximidade com o rio Uruguai, Gregory (1988) destaca que o transporte fluvial não possuiu grande importância, e inicialmente, estava distante cerca de 50 km da ferrovia em Santo Ângelo.

Santa Rosa, criada por decreto ainda no ano de 1914, mas com o início das atividades nos primeiros dias de janeiro de 1915, foi o primeiro núcleo a aplicar, desde o seu início, a proteção aos nacionais como projeto governamental, e que, após o sucesso ali, foi expandido para outros núcleos públicos. Partindo desse ponto, podemos observar

que, por mais que ambos possuíssem caráter misto e tivessem recebido imigrantes, bem como contado com nacionais desde a sua criação, em Erechim é mais destacado uma variedade de etnias de imigrantes, ou seja, europeias, enquanto em Santa Rosa o elemento nacional é destacadamente a maior parte de sua população.

Sendo a primeira com o Serviço de Proteção aos Nacionais, Santa Rosa contou com um trabalho prévio por parte da Comissão de Terras e Colonização responsável, onde iniciaram os trabalhos antes do aumento da demanda de lotes por parte de colonos e imigrantes. Este trabalho prévio, além de realizar a demarcação de novos lotes, incluía a regularização dos nacionais que viviam ali, e eram considerados como posseiros, pelo governo que não reconhecia legalmente a sua propriedade sobre a terra utilizada. Desta forma, logo após a sua criação efetiva, em 1915, já contava com 3.000 habitantes, ou cerca de 547 famílias de nacionais (SPONCHIADO, 2005). Com este trabalho, ao invés da saída de nacionais frente ao avanço da colonização, observou-se o contrário; chegavam à região nacionais de outras partes solicitando direcionamento para algum lote já demarcado.

Com este direcionamento inicial, os números referentes a Santa Rosa, sejam de população ou de lotes demarcados, já são altos desde o início, pois contabilizavam a regulamentação da situação dos nacionais que ali residiam. Com o incremento de infraestrutura, notadamente redes de transporte, e a chegada de colonos e imigrantes, Santa Rosa demonstrava ainda mais o seu potencial, servindo também de exemplo de como poderia ser a inserção de imigrantes e descendentes na sociedade brasileira.

Por ser a viação algo vital para a vida e o desenvolvimento de qualquer núcleo colonial, destaca-se em jornais que circulavam em outras zonas coloniais, onde poderia haver interesse em saber os prós e contras de outros núcleos coloniais no Rio Grande do Sul, considerando que poderia possuir grupos de colonos ali com pretensão de migrar para outro local, dentro do processo de “enxamagem”. Isto posto, a questão de proximidade ou não de uma ferrovia era referido no jornal *Staffeta Rio-Grandense* (STAFFETA RIO-GRANDENSE, 16/8/1917, p. 2), onde, em uma nota sobre as colônias de Guarani e Santa Rosa, se destacava que ambas poderiam estar em nível muito maior de desenvolvimento caso possuíssem contato direto com a ferrovia; ao fim da nota, acentua-se que o governo estadual já estaria tomando providências junto com a empresa que controlava a estrada de ferro na região, para que o ramal Cruz Alta-Ijuí interligasse também Santa Rosa e Guarani, para sanar este problema.

No ano de 1917, a Colônia Santa Rosa possuía 5.300 habitantes, com produção de 420:000\$, uma exportação de 168:000\$, e uma importação no montante de 126:000\$000 (MENSAGEM, 1917, p. 32). Ainda que em estágio inicial, já era mencionada em jornais de circulação colonial, que estavam atentos às possibilidades em curto e médio prazo para essa nova região colonial. Ocorre que, por mais que nessa nota, num jornal de 1917, de que o governo estava ciente da necessidade de conseguir um traçado de linha férrea passando por tais núcleos, levaria ainda muitos anos para que a região pudesse contar com estação ferroviária própria.

Ainda que não possuísse ferrovia, ao menos até a década de 1940, Santa Rosa possuía boa ligação de estradas para com a ferrovia de Santo Ângelo, o que acabava contribuindo para seu desenvolvimento e escoamento da produção para Porto Alegre (GREGORY, 1988), mesmo que não existisse uma ligação tão próxima e instantânea quanto a que era presenciada em Erechim. Podemos, por isso, considerar que, guardadas algumas características que distinguem ambos os projetos, oriundos de uma mesma política governamental, tanto Erechim quanto Santa Rosa apresentavam desenvolvimento satisfatório, dentro das condições, características e do material humano que as constituiu.

O caso de Erechim apenas destacou ainda mais a importância da viação no sucesso do processo de colonização da região norte do Rio Grande do Sul. Não apenas por ser ponto chave no trabalho desenvolvido pelas Comissões de Terras e Colonização, mas também por ser em Erechim que eram empregadas novas técnicas para a construção de estradas, o que influenciava no volume e no peso do trânsito de veículos naquela via (GREGORY, 1988). O autor destaca que, para além da importância dispendida na viação estadual – os vários mapas e esquemas depositados em arquivos permitem visualizar os planos criados para a integração estadual –, a segunda década do século XX, a partir da Primeira Guerra Mundial, trouxe para as regiões coloniais novos veículos, como os caminhões e ônibus, que melhoraram significativamente o trânsito de mercadorias e pessoas, resultando em maior integração entre as regiões do estado, impactando igualmente sobre os processos migratórios internos ao território sul rio-grandense.

Santa Rosa não foi a primeira colônia criada em sua região, mas guarda algumas diferenças ante os demais projetos. Como já dito, a prática da colonização foi se alterando ao longo de todas as décadas em que se desenvolveu no Rio Grande do Sul, e Santa Rosa experimentou novos aspectos adotados, como a colonização mista, e uma rede de comércio mais próxima, diferindo de Guarani em seu início, o que contribuiu para que o núcleo criado em 1915 obtivesse um crescimento mais firme e duradouro (GREGORY,

1988). Diferente do isolamento que Guarani enfrentou em seus primeiros anos, e que afetou demasiado a sua possibilidade de desenvolvimento, quando Santa Rosa foi criada, a região já contava com maiores linhas de transporte, contribuindo para que não enfrentasse as dificuldades que o primeiro núcleo encontrara, pelo seu isolamento.

A região onde foi instalada Santo Rosa foi a última do estado a ser totalmente ocupada, ou de outra perspectiva, era a que possuía maiores extensões de terras consideradas devolutas disponíveis para o governo gerir, a partir da segunda década do século XX. Com a consciência de que a finitude das terras públicas se aproximava, o governo passou a utilizá-las com maior parcimônia; e, dentro do uso das terras, estava a regularização da situação dos intrusos que ali viviam. Assim, “a fundação de Santa Rosa veio ao encontro da necessidade de regularizar a situação dos intrusos, que ocupavam e devastavam a floresta à margem da Colônia Guarani” (GREGORY, 1988, p. 95); dentro da melhor utilização das terras, se encontrava a situação das florestas existentes, e considerava-se que os intrusos, por supostamente não possuírem responsabilidade sobre a área que ocupavam, pois poderiam migrar para encontrar terras melhores, devastavam e esgotavam as matas e terras que ocupavam, no momento.

A intenção de implantar um caráter misto, para além de uma melhor integração do imigrante ou colono à sociedade brasileira, era fazer com que os nacionais passassem a cuidar melhor da terra em que viviam, a partir do momento em que se tornavam proprietários, interrompendo uma cadeia de devastação que a intrusão ocasionaria. A inclusão das propriedades dos nacionais junto ao núcleo colonial, bem como a concessão de indenizações com terras a terceiros e a demarcação de novos lotes para atender aqueles colonos ou imigrantes que fossem para lá resultou em uma variedade de tamanho de propriedades, mas a princípio, os lotes demarcados pela CTC giravam entre 25 e 30 hectares, como em outras colônias.

O cenário de regularização dos nacionais ali existentes, bem como a vinda de outras levas de nacionais, dado o bom tratamento dispensado pela CTC responsável, e a chegada de colonos e imigrantes, faziam com que Santa Rosa sempre se destacasse naquilo que se referia ao número de demarcação de lotes; nos primeiros 3 anos da década de 1920, a comissão de Santa Rosa havia demarcado 3.740 lotes, numa área de 108.853 hectares, ou quase 30 hectares por lote demarcado (GREGORY, 1988). É inegável então, o grande crescimento e a importância desta colônia para a região e no cenário de desenvolvimento estadual.

Ambas as colônias, Erechim e Santa Rosa, possuíam na agricultura importante elemento de sua economia básica, seguindo o observado nos núcleos coloniais anteriores, também com o tempo, passando a desenvolver alguma indústria em seu território, diversificando a economia. Em algumas menções nos jornais aqui utilizados, o *Staffeta Rio-Grandense* e o *A Federação*, é possível observar como um evento mundial, como a I Guerra Mundial, afetava esses núcleos coloniais no interior do Rio Grande do Sul.

Em decorrência do conflito mundial, ocorre uma conscientização dos impactos, principalmente em questões envolvendo a produção de alimentos e abastecimentos, bem como a escassez de alguns produtos que impactavam na ordem costumeira, como a falta de petróleo utilizado para o acendimento das lâmpadas de iluminação pública na vila de Erechim, fazendo com que fossem substituídas por lâmpadas a carbureto (*A FEDERAÇÃO*, 28/9/1917, p. 5).

Contudo, não foi o conflito mundial o único acontecimento de impacto em 1917, nessas colônias; ambos os jornais – *A Federação* (4/10/1917, p. 5); *Staffeta Rio-Grandense* (31/10/1917, p. 2) – relataram que uma nuvem de gafanhotos atacou tanto as lavouras em Santa Rosa quanto em Erechim (bem como em outras colônias sob administração do governo estadual), causando graves perdas na agricultura, e fazendo com que o governo, através da Diretoria de Terras e Colonização, organizasse turmas de trabalho para combater a praga, ao mesmo tempo em que se procurava meios de amparar os agricultores que haviam perdido sua produção.

Considerações finais

As colônias de Erechim e Santa Rosa, além de serem exemplos das práticas adotados pelo governo do PRR nas áreas que envolviam a (re)organização fundiária do Rio Grande do Sul, demonstram as alterações de perspectivas sobre os nacionais que habitavam essas regiões, desde muito tempo, mas que foram, por um longo período, simplesmente marginalizados, para darem espaço para a colonização com o elemento imigrante ou descendente deste.

O sucesso do projeto de proteção aos nacionais, que teve seu início em Santa Rosa e depois foi aplicado em outras CTCs, fazendo inclusive com que nacionais de outros lugares se dirigissem para Santa Rosa em busca da propriedade legalizada, demonstra as potencialidades que estavam sendo exploradas, ao abrir essa possibilidade de colonização com os elementos nacionais, que seriam fundamentais também para a assimilação do

elemento estrangeiro à sociedade brasileira. Através desses projetos de colonização pública mista, podemos observar como foi ocorrendo a modificação de uma colonização inicialmente toda baseada no elemento imigrantes, para, após quase um século de processo, a entrada de imigrantes diminuir consideravelmente e dar espaço para colonos e nacionais, iniciando uma preocupação com a formação da sociedade brasileira e da busca pelo desenvolvimento de um sentimento de pertença a essa nova pátria a que haviam chegado (no caso dos imigrantes instalados junto a nacionais em projetos mistos).

Mas essa integração entre nacionais e imigrantes não teria contribuído em nada, se os núcleos que integravam não estivessem conectados com o restante do estado, através de estradas de rodagem e uma malha ferroviária, que desempenharam papel fundamental para o sucesso dos empreendimentos coloniais. Uma mínima distância a mais entre a sede do núcleo e uma estação ferroviária impactava em alguma medida o desenvolvimento da colônia, considerando que Erechim possuiu um desenvolvimento extremamente rápido, enquanto se considerava que Santa Rosa ainda não estava em seu potencial máximo por estar mais distante da estrada de ferro.

Nos jornais analisados dentro do recorte temporal para esse trabalho, não foram encontradas muitas menções às duas colônias; pode-se interpretar que, por um lado, estava o fato de um dos jornais ser ligado ao governo, e, por isso, se restringir a informativos gerais e à algumas notas mais importantes. Sobre a pouca menção das colônias no jornal da região colonial italiana, pode-se considerar que não havia interesse em fazer propaganda, por serem projeto públicos, e o interesse subjacente não estivesse na venda de lotes coloniais. Mesmo assim, são menções que permitem observar como se enxergava tais núcleos, para além de números ou de venda de lotes, mas também como pontos de referência para projetos particulares, e qual era a imagem que os projetos públicos passavam para outras regiões coloniais.

Referências

- GIARETTA, Jane Gorete Seminotti. **O Grande e o Velho Erechim: ocupação e colonização do povoado de Formigas (1908-1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Passo Fundo, 2008.
- GREGORY, Valdir. **Capitalismo, latifúndio, migrações: a colonização do período republicano no Rio Grande do Sul – zona norte e região do Grande Santa Rosa**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul**: a Jewish Colonization Assosiation e a Colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

IOTTI, Luiza Horn (org.). **Imigração e Colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul/EDUCS, 2001.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura**: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932). São Leopoldo: Oikos Editora/Editora Unisinos. 2016.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SPONCHIADO, Breno. **O positivismo e a colonização do norte do Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2005.

TEDESCO, João Carlos; CARON, Márcia dos Santos. A preocupação com os “de dentro” e a reconstituição do etos de camponês: relações interétnicas na Colônia Erechim, norte do RS – 1908- 1915. In: TEDESCO, João Carlos; NEUMANN, Rosane Marcia. **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Porto Alegre: Letra&Vida, 2013 (vol. III).

Fontes

A Federação, 13/8/1917, n. 187, p. 4.

A Federação, 22/9/1917, n. 220, p. 1.

A Federação, 28/9/1917, n. 225, p. 5.

A Federação, 4/10/1917, n. 230, p. 5.

Staffeta Rio-Grandense, 5/7/1917, n. 14, p. 3.

Staffeta Rio-Grandense, 16/8/1917, n. 20, p. 2.

Staffeta Rio-Grandense, 20/9/1917, n. 25, p. 2.

Staffeta Rio-Grandense. 31/10/1917, n. 31, p. 2.

Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros, na 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura, em 20 de setembro de 1917. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d’A Federação, 1917.

Relatório Apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, Secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 09 de setembro de 1916. Porto Alegre. Oficinas Gráficas d’A Federação, 1916.

Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 28 de julho de 1925. 1º volume. Porto Alegre. Oficinas Gráficas d’A Federação. 1925.

HISTÓRIA AMBIENTAL EM DEBATE: O CASO DA GEADA DE 1975 NO NORTE DO PARANÁ

Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues⁹¹

História, paisagem e café: o meio ambiente em debate

Os seres humanos vem presenciando, ao longo dos anos, um aumento expressivo dos desastres ambientais: inundações em lugares nunca antes vistos, secas com severidade ímpar, buraco na camada de ozônio, aumento das temperaturas em todas as partes do mundo, espécies de vegetais e de animais sob risco iminente de extinção, dentre outros. Devido a estes fatores, a questão da sustentabilidade na raça humana vem sendo cada vez mais discutida e sendo colocada na ordem do dia em praticamente todas as esferas da sociedade e de órgãos de tomada de decisão ao redor do planeta.

Segundo Martins (2007), estas questões passaram a ser ponto de honra na década de 1970, pois o surgimento, em 1971, de um grupo de ativistas que viria a mudar a história das discussões ambientais ao redor do mundo, o *Greenpeace*, como uma reação a testes nucleares do governo estadunidense no Alasca, evidenciou a questão ambiental como um alerta de que nosso planeta está cada vez mais doente, e, se nada for feito, poderá se tornar inabitável em algum tempo. No ano de 1973, foi publicado um relatório do Clube de Roma (PAIXÃO, 2015), intitulado *Limites para o Crescimento*, que continha um alerta de que os recursos naturais do planeta seriam rapidamente esgotados caso o ritmo de crescimento econômico e de consumo se mantivesse nas próximas décadas (o que de fato ocorreu, e as consequências começam a ser sentidas hoje).

A questão que hoje permeia o debate é: como o planeta suportará as demandas de consumo, produção e aumento populacional que não para de crescer, principalmente nos países em desenvolvimento? De acordo com Paixão, 2015:

Uma espécie de catastrofismo ecológico que tomou conta nas décadas de 1960 e 1970. Comunidade científica e sociedade civil colocaram diante de si o temor pela completa dizimação da vida humana na Terra

⁹¹ Mestrando em História – PPH/UEM.

e passaram a buscar obstinadamente uma saída para evitar que isso aconteça (p.21).

O aparecimento de problemas ambientais em toda a extensão territorial do planeta Terra fez com que todas as correntes historiográficas se debruçassem sobre a enorme e urgente necessidade de não apenas repensar, mas materializar importantes mudanças no *modus operandi* e nos *locus* de enunciação metodológicos nos processos relativos à sua área de atuação, de maneira que estas novas abordagens contemplassem as complexas, e muitas das vezes destrutivas, interações entre os seres humanos e o meio ambiente ao longo da história. Neste conturbado contexto, surge a História Ambiental como campo de análise científica, oferecendo uma ampla gama de pensamentos, proposições e reflexões, possibilitando desde a necessidade de estabelecer parâmetros e condições claras para sua análise e a necessária aprimoração contínua de suas teses e conceitos, até a análise historiográfica das relações entre o homem e a natureza.

Portanto, a História Ambiental surge como campo de análise científica nos Estados Unidos no fim da década de 1960 e início da década de 1970, em plena Guerra Fria, e no contexto de inúmeras agitações, políticas, sociais e econômicas ao longo de todo o globo, reflexos das tensões entre as duas superpotências. Entre os principais eventos desta época, podemos destacar os protestos e barricadas estudantis de 1968 na cidade de Paris, a ascensão da contracultura hippie com o grande Festival de Woodstock em 1969, o cansaço com a Guerra do Vietnã (que chegava ao seu ocaso), dentre outros eventos que marcariam uma geração. Com essas inquietações, que permeavam os fundamentos da civilização ocidental, uma espécie de “mal-estar civilizacional”, muito bem descrito por Sigmund Freud em 1930, toma conta das pessoas nesse período.

A crença no progresso por meio da ciência fora fatalmente abalada, bem como todo o discurso desenvolvimentista. Paulatinamente a sociedade civil foi percebendo que as bases que a formavam estavam na verdade corroídas e podres, e que tudo aquilo que eles lutaram para construir no pós-Segunda Guerra na verdade havia colocado o mundo em uma nova circunstância de conflito, mas velado. O novo tipo de guerra que se desenhava (ainda que as guerras convencionais até os dias de hoje sejam travadas com armas, infantaria e munição), não demandava choque entre exércitos, grandiosas batalhas e um saldo de perdas humanas tão grande a ponto de comprometer uma geração. O novo conflito estava na base cultural das sociedades, na ideia de que “era necessário sempre estar em um constante estado de mal estar social. O inimigo não estava mais nas fronteiras

externas, estava entre nós, tramando e espionando para o inimigo” (McCarthy, 1955). Para além de todos estes fatores de descontentamento, a miséria, o atraso, preconceitos raciais e a desigualdade social também eram temas que estavam na ordem do dia.

A motivação para a valorização de uma história mais voltada para o meio ambiente deve-se não exclusivamente ao árduo trabalho de cientistas conservacionistas que se esforçam com muita avidez na preservação dos ecossistemas terrestres e marinhos. Os pesquisadores que buscam, com seu trabalho, valorizar a preservação de um patrimônio histórico inestimável para aquela localidade ou para a humanidade, e até mesmo parcelas da sociedade civil, que, preocupadas com os impactos socioambientais que a degradação cada vez mais acentuada dos biomas naturais pode acarretar, também somam muitos esforços no sentido de lembrar a todos que o planeta é nosso, e gerar uma memória ambiental dos lugares onde o ser humano modificou é fundamental para que assim possamos mensurar o impacto da ação humana na natureza e deste modo, impedir que eventos destrutivos aconteçam cada vez com mais frequência.

Isso prova também que as indagações por parte dos historiadores dirigidas à natureza demonstra como a produção do conhecimento histórico se faz em sintonia com seu próprio tempo (DUARTE, 2005), pois apenas na década de 1970, quando a contracultura *hippie* e questionamentos ao modelo capitalista desenvolvimentista, que explorava o meio ambiente a todo custo, é que a história ambiental ganhou a força e o destaque que até os dias atuais possui. É no seu tempo que o historiador age, atendendo às demandas da sua comunidade. Podemos citar também os estudos de gênero, tendência do século XXI, que também ganharam mais força com a ascensão da *geração Z*, dentre tantos outros exemplos de conexão que temos entre os pesquisadores e os anseios de seu tempo.

Analisando historicamente, este campo científico é relativamente recente. Nos Estados Unidos, tomou corpo a partir da década de 1970, principalmente com o advento do *agrobusiness* e pelas tentativas científicas de, primordialmente, conciliar capitalismo e desenvolvimento sustentável do meio ambiente. Na América Latina, apenas na década seguinte os esforços por uma história mais ambiental iniciaram a fazer efeito e ter alguma vultuosidade na historiografia local. No Brasil, apenas na década de 1990 vemos algum trabalho de renome efetivo na área ser publicado. Para a maioria dos historiadores ambientais, incluindo M. Monteiro Martins,

“a relação entre espaço e história sempre foi muito complexa, com a tendência dos historiadores de nunca explorar os sentidos naturais do ambiente com as variações que o mesmo possuía, tornando assim, a história como um componente quase que artificial. Carregava-se, portanto, a história com pouca natureza no seu estudo, e pouca história nos estudos naturais, sendo a função do historiador recombina as duas partes” (MARTINS, 2007, p.39).

O livro de 1959 de Samuel P. Hays , *Conservation and the Gospel of Efficiency: The Progressive Conservation Movement, 1890-1920*, embora seja uma importante contribuição para a história política americana, agora também é considerada um documento fundador no campo da história ambiental. Hays é professor emérito de história na Universidade de Pittsburgh. O livro de Alfred W. Crosby, *The Columbian Exchange* (1972), é outro trabalho importante da história ambiental. Em 1967, Roderick Nash publicou " *Wilderness and the American Mind* ", uma obra que se tornou um texto clássico da história ambiental inicial. Em um discurso para a *Organização de Historiadores Americanos* em 1969 (publicado em 1970), Nash usou a expressão "história ambiental", embora 1972 seja geralmente considerado a data em que o termo foi cunhado pela primeira vez, durante um curso realizado por Roderick na Universidade de Santa Bárbara, o primeiro a, de fato, reconhecer a existência de um campo de estudos da história ambiental. Ao explicar como e porque o curso surgiu, e entendendo que o seu trabalho incluiria um novo paradigma dentro dos estudos históricos, Nash mencionou as seguintes palavras:

Estamos hoje, iniciando um novo marco nos estudos da história. Respondendo ao clamor das ruas, por responsabilidade social, devemos caminhar adiante, rumo a um mundo mais sustentável e humanamente justo, caminhando história e preservação ambiental, lado a lado (NASH, 1972).

Entretanto, esta definição dada por Nash acabou por desagradar, e muito, os seus pares. Pádua (2010), reflete que muitos historiadores do meio ambiental se sentem deveras desconfortáveis com a presença destes componentes externos no meio acadêmico, enquanto outros sequer a consideram como relevante na formulação dos seus trabalhos. Este tipo de influência acaba por gerar uma certa politização sobre o assunto, confundindo muitas das vezes a história ambiental com o ambientalismo. Estas duas correntes, muito embora estudem e estejam abordando o mesmo locus de enunciação, o

meio ambiente, acabam por seguir caminhos diferentes, uma vez que o historiador ambiental não precisa ser necessariamente um ambientalista, e vice-versa. Este tipo de discussão acaba por abrir espaço para diversos tipos de controvérsias e, principalmente, questionar o papel do historiador, e sua relação com o seu objeto de estudo histórico.

Estudar o comunismo faz do historiador automaticamente um comunista? Portanto, então, daqueles que fazem parte dos estudos sobre o nazismo, seriam eles seguidores da ideologia de Adolf Hitler? É este tipo de distanciamento do fato que o historiador sempre deve se ater quando cuidadosamente analisa os fatos dentro da sua ótica. Refletir, pesquisar sobre o tema e realizar a crítica sobre o *modus operandi* de sua função não o torna, automaticamente, um seguidor das ideias que se estuda. Estes questionamentos acabam por gerar um debate ainda mais complexo dentro do campo teórico da história, uma vez que “esse tipo de postura vai de encontro as teorizações repetidas de que o historiador não está isolado do seu tempo e que ele sempre mira o passado com as perguntas do presente.” (PAIXÃO, 2015, p.23)

Desta feita, pode-se inferir que a história ambiental surge das preocupações da sociedade com o seu futuro, buscando entender no passado as causas dos problemas que enfrentam nessa área, no presente. São tantos os casos e exemplos de relações desastrosas entre homem e natureza que se faz necessário não apenas um, mas inúmeros recortes dentro desse campo historiográfico, buscando delimitar problemas e soluções dentro de cada um dos ramos da intensa cadeia de acontecimentos que permeiam as relações homem-natureza, para deste modo entendermos desde as dinâmicas econômicas de uma exploração ambiental ilimitada até mesmo os usos e cultivos tradicionais nestas terras pelos povos originários, por exemplo.

Entretanto, e necessário ter um olhar além do cenário socioeconômico padrão da sociedade para compreender como um todo a História Ambiental por uma perspectiva de pesquisa histórica aprofundada. Paixão (2015, p.24) nos informa que:

Os historiadores ambientais também foram desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, especialmente por importantes mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, mas que já estavam em gestação nos séculos anteriores, em relação ao mundo natural e de seu lugar na vida humana. Três mudanças merecem particular atenção: a primeira é a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; a segunda mudança diz respeito aos marcos cronológicos de compressão do mundo; e a terceira se trata da visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (PAIXÃO, 2015, p.24).

Uma das grandes mudanças que a história ambiental vem passando nos últimos anos é justamente no tocante aos referenciais teóricos que perpassam a sua análise. Durante muito tempo, os fenômenos ambientais eram vistos por uma perspectiva de longa duração, atrelada aos clássicos conceitos de que a história como um todo era parte de um ciclo maior. Entretanto, Pádua discorda desta ideia em seus escritos. Para ele, “Não se trata de sempre trabalhar na longuíssima duração. Pode-se fazer história ambiental de períodos relativamente curtos. Mas sempre tendo em mente, aos menos como pano de fundo, a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos que estão sendo analisados” (PÁDUA, 2010, p. 88).

Neste sentido, portanto, a História Ambiental traz duas grandes problemáticas em sua gênese que a caracterizam como suas principais matrizes no tocante às suas teorias e metodologias enquanto campo de estudo: a colonização e o capitalismo. Pensadas estas duas correntes sim, de maneira independente, mas ao mesmo tempo interligadas, pensando o capitalismo enquanto agente transformador da natureza em matéria-prima para a produção de bens de valor agregado, e a colonização não apenas como fenômeno histórico que remete a muitos séculos atrás, mas também como uma circunstância muito presente nos dias atuais, principalmente quando falamos no desmatamento de áreas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica. Neste ponto, entende-se a colonização como a exploração de territórios nunca antes tocados pelos seres humanos na intenção de explorar seus recursos. Esta exploração dá-se, principalmente, pela exploração capitalista do território, que visa aumentar seus lucros explorando as matérias primas ambientais. Portanto, estando as duas deveras interligadas, sendo uma vertente inerente a outra, não há de se falar em história ambiental sem uma análise da colonização capitalista do território casuisticamente estudado.

Ao longo do século XX, foi consolidada a ideia de que a história é um componente fundamental das relações entre o homem e o seu entendimento sobre a natureza que o cerca. Estas novas formulações acabaram por ameaçar e, muitas das vezes, combater o determinismo geográfico, que definia, em suma que as condições naturais governam o comportamento do homem e até mesmo seu caráter. Anteriormente pensada como uma ideologia criada pelas classes dominantes europeias para justificar o colonialismo, na verdade, a tese de que as condições ambientais determinam em larga medida os processos históricos era muito bem aceita entre teóricos ligados à esquerda política. Esse é o

exemplo de Karl Marx, segundo o qual o capitalismo surgiu na Europa por causa das condições edáficas do continente, conforme a seguinte passagem:

Uma natureza pródiga demais 'retém o homem pela mão como uma criança sob tutela'; ela o impede de se desenvolver ao não fazer com que seu desenvolvimento seja uma necessidade de natureza. A pátria do capital não se encontra sob o clima dos trópicos, em meio a uma vegetação luxuriante, mas na zona temperada. Não é a diversidade absoluta do solo, mas sobretudo a diversidade de suas qualidades químicas, de sua composição geológica, de sua configuração física, e a variedade de seus produtos naturais que formam a base natural da divisão social do trabalho e que excitam o homem, em razão das condições multiformes ao meio em que se encontra situado, a multiplicar suas necessidades, suas faculdades, seus meios e modos de trabalho (MARX, 1867, p. 1006).

Portanto, a História Ambiental, ao aproximar-se das ciências naturais no tocante aos pressupostos teóricos que a alimentam, afasta-se do determinismo geográfico em sua totalidade, pois ela busca entender as transformações que o homem faz no seu próprio espaço, sem abrir margem para interpretações pré-determinadas sobre a ação humana no seu habitat natural.

Durante um longo período de tempo, a área acadêmica dos estudos sobre os fenômenos históricos não levou em consideração a natureza como um fator preponderante dentro da estrutura da vida humana, considerando as mudanças ocorridas meio ambiente apenas como uma das diversas manifestações de intempéries que podem decair sobre as pessoas, alterando suas vidas, assim como as guerras, revoluções etc. Quase que explicitamente, estes estudos praticamente negavam, ou tentavam negar, a inerente combinação de fatores entre meio ambiente e a raça humana, dando a entender que as mudanças ambientais (climáticas, eventos extremos etc.) eram deveras secundárias no desenvolvimento das grandes sociedades.

De acordo com Paixão (2015):

Esta tendência de pensar na natureza em oposição ao homem ou a cultura é marcante desde o final do século XVIII. Teixeira da Silva (1997, p. 298) pontuou que particularmente o idealismo e o romantismo alemães no século XIX, forçaram uma distância absoluta entre natureza e cultura. Tal visão contaminou fortemente a história, como as demais ciências sociais, de forma a estabelecer uma periodização em que ambos os termos aparecessem como pontas opostas de um processo (PAIXÃO, 2015, p. 24).

Desta maneira, esta visão de distanciamento deve dar vez a uma nova compreensão da relação homem-espaço, estabelecendo deste modo um *continuum*, uma visão integrada de que homem e natureza muitas das vezes agem em simbiose, sendo assim, partes completas de um todo muito mais complexo que as convenções anteriormente pensadas. Ora, o homem age sobre a natureza diuturnamente, e a natureza reage sobre o homem consoante à destruição ou preservação que este faz sobre a última, com isso equilibrando a dinâmica da vida. Homem e natureza caminham lado a lado, e, se um dos lados apresenta forte desequilíbrio, automaticamente o outro também ressaltará a influência destes desequilíbrios. Assim tem sido a vida na Terra desde os seus primórdios, homem e natureza enfrentando-se em busca de soberania e sobrevivência. Portanto, não há que se pensar em uma abordagem separada entre homem e natureza na História Ambiental, mas sim de ambos como parte integrante e única de um mesmo organismo vivo, o planeta Terra.

Pádua (2010), reflete bem este pensamento quando escreve que:

A tese culturalista de que os seres humanos constroem o mundo a partir de sua percepção e da sua cultura deve ser ampliada em dois sentidos. Primeiro, os humanos não constroem seu mundo apenas por meio do pensamento, mas também por meio do corpo e do conjunto de organismos; e que todos os seres vivos constroem seu mundo a partir da experiência. Cada ser constrói seu mundo e o mundo coletivo se constrói por meio de uma trama complexa das interações e interdependências (PÁDUA, 2010, p. 93).

Estudo de caso: A Geada de 1975 no Paraná

As breves considerações que se seguem se referem a um fenômeno climático bastante conhecido no sul do Brasil: as geadas. Entretanto, esta geada específica, ocorrida em julho de 1975, tomou proporções catastróficas, erradicando boa parte da cafeicultura paranaense e pondo um ponto na final à chamada “Era de Ouro” do café não apenas no Paraná, mas em todo o Brasil. Inicialmente, antes de realizar uma análise e apresentação do tema, faz-se necessária uma conceituação sobre o que é uma geada, bem como os seus impactos na economia e vida de cada uma das pessoas.

“A geada é um fenômeno meteorológico que se forma quando a temperatura do ar é menor ou igual a 0°C, permitindo que o vapor d’água sublime, formando cristais de

gelo sobre as superfícies de contato com o ar” (BISCARO, 2007, p.23). Tais congelamentos podem vir a causar lesões nas plantas e até mesmo a sua morte pelo frio.

Em relação aos aspectos visuais, temos duas tipificações para as geadas que merecem destaque: as geadas brancas, que se caracterizam pela formação de gelo sobre as superfícies, e ocorrem em noites frias e sem vento; “E as geadas negras, que se caracterizam pelo congelamento da água no interior das células das plantas, devido às fortes ventanias que ocasionam a ‘queima’ das mesmas, ocasionando a necrose dos tecidos vegetais” (MELO - ABREU, 2010; SNYDER e MELO - ABREU, 2005, p.10).

Portanto, a conceituação acerca da geada nos permite compreender o quão danoso este processo é para as culturas agrícolas nas regiões às quais ela ocorre, e porque ela afetou tão grandemente a economia paranaense.

Com isso, a delimitação do objeto de pesquisa faz-se neste ambiente: A Geada Negra, ocorrida em 1975, no Norte do Paraná, foi o ocaso final da chamada “Era do Café”. Especificamente em 18 de Julho de 1975, os cafezais do Norte do Paraná amanheceram queimados e os frutos do café completamente inutilizados, gerando um prejuízo incalculável às culturas cafeeiras da região (Figura 2). Uma conjunção de fatores muito específica, ocorrida na madrugada anterior (frio de -9°C e uma forte ventania), possibilitou que ocorressem queimaduras nos troncos dos cafezais, matando as plantas e inutilizando os frutos, que, queimados, não tinham mais nenhum valor comercial. Entretanto, não se pode especificamente apontar a geada como única causa para as mudanças ocorridas após ela no campo paranaense, mas sim ela tendo sido o ponto de mudança que alterou decisivamente a economia do Paraná.

Segundo Roberto Bondarik (2010), “em 18 de Julho de 1975, ocorria a Geada Negra, que erradicou a cafeicultura no Estado do Paraná”. Bondarik (2010) explica que “naquela ocasião muitos não tiveram discernimento da amplitude dos problemas causados e das consequências que seriam geradas por esta geada, talvez ainda hoje muitos ainda não tenham essa compreensão”.



Figura 1: O governador do Paraná, Jaime Canet em sua fazenda em Londrina, destruída pela Geadas Negras de 1975.

De acordo com Bondarik (2010),

Revistas e jornais daqueles dias mostram o frio europeu que atingiu o sul do Brasil. Em Curitiba ainda se relembra e comemora a neve daquela ocasião. No norte, onde o café era a principal atividade econômica, o frio intenso assumiu ares de tragédia [...]. Havia ocorrido geadas fortes em 1963, 1964 e 1966, prenúncios da maior de todas. No dia seguinte, a Folha afirmava que os cafeicultores estavam de luto, mas os órfãos, a história mostra isso, eram a população do Norte, em especial os colonos, os pequenos proprietários, os comerciantes, as cidades, todos aqueles que se relacionavam direta ou indiretamente com a cafeicultura. Foram todos atingidos em seu modo e no seu estilo de vida, tivemos de reaprender a viver (BONDARIK, 2010, p.2).

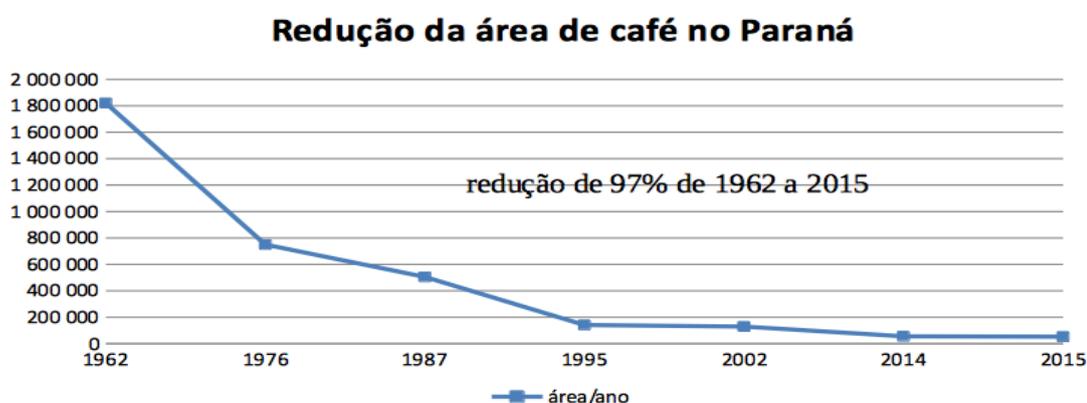
Contexto Histórico

A chamada “Geadas Negras”, que assolou o norte do Estado do Paraná no ano de 1975 e dizimou sua economia, também causou profundas mudanças no cenário socioeconômico estadual. Contudo, esta geadas não foi a única causa pela qual a cafeicultura paranaense encontrou seu ocaso. Parigot de Souza (1996, p. 66) aponta que “as geadas de 1953 e 1955 provocaram reduções nas safras de café dos anos subsequentes respectivamente de 40% e 66%, quando o valor da produção cafeeira já ascendia a mais da metade do valor total da produção agrícola do Estado”. Além disso, também comenta que as geadas de 1969 reduziram a safra cafeeira esperada do ano de dez milhões de sacas para menos de três milhões. (Gráfico 1)

Para além dos fatores climáticos naturais, temos também políticas governamentais e também econômicas, ao longo dos anos 1970, que visavam modernizar e dinamizar a

economia paranaense, no intuito de aumentar a importância da indústria e comércio e assim relegar a agricultura não mais ao posto de carro-chefe da economia estadual, mas sim em um plano secundário.

Podemos citar como marcos desta política de industrialização: A criação da Cidade Industrial de Curitiba, a implantação da primeira refinaria de petróleo do Paraná, em Araucária, e, sobretudo, pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, em consórcio com o Paraguai. Estas políticas de industrialização iam de encontro com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do governo do então presidente Ernesto Geisel, que objetivava estimular a produção nacional de insumos básicos, alimentos, bens de capital e energia.



Com isso, o declínio da produção cafeeira não se deu exclusivamente por causas naturais e climáticas, mas também por uma política de Estado que visava industrializar e urbanizar o Paraná, no intuito de aumentar a capacidade produtiva nacional e a autossuficiência em energia elétrica. Assim, a Geada Negra definitivamente encerrou este ciclo áureo da agricultura paranaense e a partir dela, intensificou-se o processo de urbanização e industrialização do Paraná.

Gráfico 1: Produção cafeeira paranaense de 1962 a 2015. Fonte: SEAB/Deral. Elaboração: FAEP/DTE.

naturais e climáticas, mas também por uma política de Estado que visava industrializar e urbanizar o Paraná, no intuito de aumentar a capacidade produtiva nacional e a autossuficiência em energia elétrica. Assim, a Geada Negra definitivamente encerrou este ciclo áureo da agricultura paranaense e a partir dela, intensificou-se o processo de urbanização e industrialização do Paraná.

Aspectos de uma mudança de paradigma: os impactos sociais e econômicos da geada na sociedade paranaense dos anos 1970

De acordo com dados do IBC (Instituto Brasileiro do Café), na década de 1960, o estado do Paraná correspondia a mais de 50% da produção nacional de café (gráfico 1), superando todo o restante da produção nacional.

Contudo, a introdução de novas culturas, como o trigo e a soja, bem como o surgimento de poderosos centros industriais no interior do estado (Londrina, Maringá, dentre outras), foram reduzindo o poder e a importância da produção cafeeira, a ponto de causar uma redução de um milhão de hectares de produção entre 1960 e 1975” (HESS, 2015, p.7).

Desta maneira, analisando as informações obtidas no gráfico 1, é possível inferir que a produção cafeeira paranaense já estava tendo reduções significativas em sua área de extensão, bem como na quantidade de toneladas do produto ano após ano, e que, após os eventos registrados na geada, esta tendência já registrada apenas se acentuou muito mais rapidamente.

Assim, também podemos salientar a influência do Estado no fim da predominância da agricultura cafeeira do Estado, atendendo a uma agenda nacional-desenvolvimentista de Brasília, e, buscando alinhar o Paraná a um plano nacional de desenvolvimento, o governo estadual cria a chamada CODEPAR, em 1962. Esta entidade (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná) foi responsável pela diversificação e ampliação da matriz industrial e também agrícola do estado, com a introdução de outras culturas agrícolas, tais como o milho e a soja (esta última tendo sido a sucessora do café, e até os dias atuais é a principal atividade econômica de todo o Estado) e da sua urbanização, eliminando cada vez mais traços de uma agricultura do século XIX e implementando a industrialização cada vez mais crescente no estado.

Além do impacto econômico que a destruição dos cafezais proporcionou ao Estado, temos também os impactos sociais e demográficos ocasionados pela geada. Devido aos impactos ocasionados pela diminuição drástica dos cafezais, somado aos incentivos que o governo do Paraná deu à industrialização do Estado, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba, bem como do Polo Petrolífero de Araucária, houve uma intensa migração da população rural para as cidades do Estado do Paraná, como se pode inferir no gráfico 2. A rápida ascensão do fenômeno urbano a partir da década de 1970 também se relaciona diretamente com a estrutura nacional-desenvolvimentista apoiada pelo regime dos militares, que visavam ampliar a base industrial do país para que o mesmo se constituísse autossuficiente em produção de bens de consumo, energia e produção industrial.

Assim, esse fenômeno histórico não foi apenas um evento climático, mas o ponto de partida para uma mudança total na sociedade paranaense e, sobretudo, na economia e agricultura local. A partir deste momento, a monocultura cafeeira passa a ter seu declínio estabelecido em prol não apenas de outras culturas agrícolas, mas de uma crescente industrialização e urbanização das regiões mais interioranas do estado do Paraná.

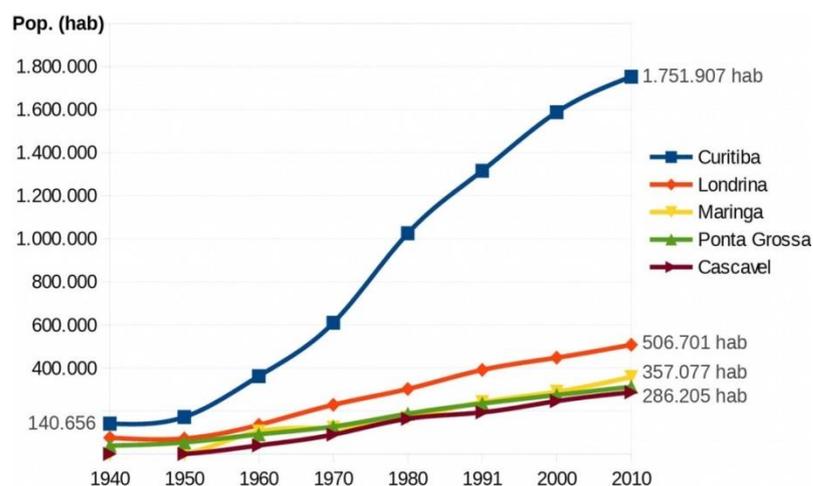


Gráfico 2: População paranaense de 1940 a 2010. Fonte: Monteiro, Ricardo Rodrigues. A cartografia do fenômeno urbano e econômico no Paraná: uma leitura com auxílio da semiótica. Disponível em: Revista Franco-Brasileira de Geografia, N° 27, 2016.

Referências

- BISCARO, G. A. **Meteorologia Agrícola Básica**. 1 ed. Cassilândia: Ed. Unigraf, 2007.
- BONDARICK, Roberto. A Geada Negra de 1975. In: **Folha de Londrina**, 26 de Julho de 2010.
- CROSBY, Alfred. **The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492**. Santa Barbara, Greenwood, 1972.
- DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- HAYS, Samuel. **Conservation and the Gospel of Efficiency: The Progressive Conservation Movement 1890-1920**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959.
- HESS, José. **O café no Paraná 40 anos depois da geada de 1975**. Sistema FAEP. Disponível em: <https://sistemafaep.org.br/wp-content/uploads/2015/06/CafeParana40anosDepois.pdf>
- MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MELO-ABREU, J. P. M. As Geadas. Conceitos, Gênese, Danos e Métodos de Proteção. In: Figueiredo, T.; Ribeiro, L. F.; Ribeiro, A. C.; Fernandes, L. F (Ed.). **Clima e Recursos Naturais: Conferências de Homenagem ao Prof. Doutor Dionísio Gonçalves**. Bragança, Portugal: Instituto Politécnico de Bragança, 2010, cap. 5, 141-165

- McCARHTY, Joseph. **Senator Joe McCarthy**. Los Angeles, University of California Press, 1954.
- MONTEIRO, Ricardo Rodrigues. A cartografia do fenômeno urbano e econômico no Paraná: uma leitura com auxílio da semiótica. Disponível em: **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, Nº 27, 2016.
- NASH, Roderick. **Wilderness and the American Mind**. Madison, University of Wisconsin Press, 1989.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, 24 (68), pp. 81-101, 2010.
- PAIXÃO, Leticia Aparecida da. **Seca, geada e fogo**: Considerações sobre um desastre ambiental. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2015. Dissertação de mestrado.

Parte 8 – Migrações, identidades e relações interétnicas

COZINHAR PARA SE ENCONTRAR E PARA CONHECER O OUTRO: ANOTAÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO MIGRATÓRIO

Diana Patricia Bolaños Erazo⁹²

Maria Catarina Chitolina Zanini⁹³

Introdução

Por meio da alimentação, da transformação do alimento em cultura (DA MATTA, 1987), é possível conhecer a visão do mundo, o *ethos*, do outro. É possível conhecer seus gostos (BOURDIEU, 1983), práticas e também alguns elementos de seu *habitus* (BOURDIEU, idem, 1998) e construção de fronteiras de pertencimento (BARTH, 2000). Por meio das escolhas alimentares, das negociações de sabores, das prescrições, proibições e rejeições do que é levado à mesa, trilham-se caminhos para o conhecimento de indivíduos, coletivos e muitas riquezas materiais e imateriais que circulam.

A comida dos afetos, da saudade e viajeira (BOLAÑOS, 2019), a comida produzida por migrantes, no contexto migratório, e oferecida a outros migrantes em situação semelhante à deles, fala, expressa, comunica, dialoga. Segundo Woortmann (2013), a comida, os ingredientes, quando organizados, tem capacidade de dizer alguma coisa. Ainda de acordo com a autora, a comida “fala” “da família, de homens e de mulheres, tanto para o pesquisador que realiza uma ‘leitura’ consciente dos hábitos alimentares, como para as próprias pessoas do grupo familiar – e através deste, da sociedade” (WOORTMANN, 2013, p. 6). Conhecemos casas, coisas, histórias de vida, pessoas, objetos, narrativas, perspectivas e sociedades, por meio do que elas cozinham, como elas consomem, com quem elas dividem os pratos e o que se faz depois de uma boa refeição, aliás, partindo do que elas consideram uma boa refeição.

Como argumentado por Maciel e Castro (2013), a comida é boa para pensar, tanto os ingredientes quanto o simbolismo e as representações que os mesmos carregam consigo, são bons para pensar o mundo que os cerca, tanto quanto são bons para comer. Assim, para além de utilidades práticas, a comida tem elementos que pertencem a outras ordens, simbólicas algumas, pragmáticas outras, mas sempre trazendo o elemento de

⁹² Doutoranda em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria.

⁹³ Doutora em Antropologia. Universidade Federal de Santa Maria.

criação e transformação, de apropriação que os grupos podem fazer dos alimentos. Há que se pensar, nesse sentido, nas sazonalidades, nos contextos ecológicos, no domínio de técnicas de agricultura e domesticação, bem como das lógicas de produção, circulação e consumo que regem os alimentos em contextos diversos.

Os dados analisados no presente artigo fazem parte de estudos etnográficos anteriores, cujos dados foram construídos entre 2014 e 2018, no caso das famílias de brasileiros em Cali, no sudoeste colombiano, e entre 2016 e o que correu de 2021, no caso de migrantes e famílias de refugiados colombianos em Santa Maria, sul do Brasil. Foram entrevistadas 3 famílias de brasileiros e 3 famílias de colombianos de diferentes níveis de escolaridade, locais de nascimento, faixa etária e classe social. No entanto, as famílias de brasileiros na Colômbia pertenciam a uma classe social entendida como alta-alta, nascidos em cidades importantes do sul e sudeste do Brasil e que empreenderam o processo migratório por meio de uma oferta de trabalho para o cônjuge (homem, nos casos aqui analisados) (vide BOLANOS ERAZO e CHITOLINA ZANINI, 2020). Já as famílias de migrantes e refugiados colombianos são de origem camponesa, de classe social média e que saíram da Colômbia por meio de uma oportunidade da ACNUR (Agência da ONU para os Refugiados) dadas as condições de violência direta que estavam sofrendo no país de origem e que colocavam em risco suas vidas. Todas as fases da pesquisa tiveram cuidados éticos em que se procurou, sempre, o respeito aos interlocutores, seguindo o estipulado pelo Código de Ética da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)⁹⁴.

Mesmo sendo panoramas tão diferentes entre si, e motivos migratórios tão diversos, por meio da pesquisa empírica, da observação participante e da interação direta nos eventos mediados pela comensalidade que estes migrantes promoviam, compreendemos e analisamos o quanto a alimentação, o cozinhar para encontrar e conhecer o outro, tornou-se parte indispensável para a construção do novo projeto no país de destino. Os afetos partilhados em cada refeição pensada na experiência para o outro, podem evocar memórias uma vez que os sabores perpassam os cinco sentidos. Por memória, compreendemos, inspirados em Halbwachs (1990), as narrativas acerca do passado elaboradas no presente dos indivíduos. São indivíduos que rememoram e que, de certa forma, fazem-no mediante as condições possíveis que tem para fazê-lo.

⁹⁴ Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>

As práticas alimentares das pessoas em processos de mobilidades, assim como os gostos culinários passam por transformações, mesmo que parciais, por meio das condições sociais, econômicas e ambientais nas quais se encontram inseridos. Eles aprendem, então, a “reproduzir” (mesmo que idealmente) o estilo de vida que possuíam antes de migrar, partindo do que encontram na sociedade que os “recebe”. Em poucas palavras, recorrer aos conhecimentos e habilidades adquiridos no passado para reproduzir o que sabem, com os materiais disponíveis. Portanto, manter a cozinha do país de origem é entendido aqui como uma forma de resistência, de lembrar e de esquecer e também de partilhar experiências culinárias. Nem sempre os ingredientes das receitas serão os “originários”, nem os utensílios, nem o tempo disponível para o preparo de alguns pratos, contudo, o que importa, mais do que o resultado final, é a intenção, o gesto que marca a iniciativa. Importam todas e cada uma das memórias, sensações, afetos e outras dimensões da existência que se tornam presentes por meio do cozinhar, seja para si ou para os outros.

Cozinhar para o outro, além de ser uma mostra de afeto é também uma demonstração de poder. Como observado pelas autoras, os anfitriões, e encarregados da cozinha, responsáveis pelas refeições e pelo sucesso da reunião, eram considerados como um elo que unia a comunidade entre si, por este motivo, quase sempre os encontros eram na casa deles, que entendiam que em sua posição de mais antigos dentro da comunidade, detinham o poder de cozinhar e, portanto, de convocar e reunir os outros. Tratava-se de um poder que gerava distinção, mas também coesão. Observar o quanto os indivíduos se constroem e empoderam por meio do conhecimento que desejam expor sobre o domínio de técnicas de cozinha, mistura e substituição de ingredientes e habilidades em geral sobre como receber convidados e servir a mesa, reafirmou que comer está ligado ao poder, tanto quanto a expressão de um gosto se torna uma maneira de apelar à distinção (SEYMOUR, 2005).

No caso das autoras, comer com o outro, no campo etnográfico, representou não apenas uma amostra de afeto e de “aceite” dentro do grupo a ser estudado, mas, também, uma ferramenta metodológica. A pergunta: o que iremos comer hoje? O que preciso levar? E o fato de se sentar à mesa e comer junto com eles, interagir, sociabilizar, tornar-se útil dentro do espaço doméstico, foi uma grande oportunidade para observar valores, hierarquias, posições de gênero, dores decorrentes do processo de mobilidade e, principalmente, para ouvir as memórias sendo recontadas, reconfiguradas e transmitidas entre gerações. Quando falamos em dores, queremos salientar o aspecto de ruptura

provocado pela mudança, pelas distâncias, pelas ausências (SAYAD, 2000). Sabemos que há muita vida, resistência e ressignificações nas mobilidades também e que, por vezes, é por meio desse processo que os indivíduos conseguem uma melhor qualidade de vida e de dignidade, como no caso dos refugiados, por exemplo.

Às vezes, as memórias eram sobre a produção e consumo de determinado alimento, como narrado em Cali (Colômbia) por Sandra (42 anos) que era brasileira, mas sua família era descendente de italianos e que por meio do rodízio de massa na sua casa, buscava reproduzir os gostos da sua *nonna*, ou, então, como narrado por Maria (50 anos) uma camponesa colombiana em Santa Maria que lembrava da época em que sua mãe a acordava durante a madrugada para produzir as *arepas*⁹⁵ que dariam de comer aos trabalhadores da fazenda na qual ela morava. Contudo, por vezes, as memórias sobre a comida não pretendiam atualizar a identidade nacional ou se vincular afetivamente ao país de origem, elas buscavam se refazer e se adaptarem às novas realidades. Trata-se de observar na comida elos de pertencimento e de vínculos de afinidades mais complexos e sutis, relativos ao lugar dos indivíduos no mundo também, como parte de um coletivo no qual estavam inseridos no período anterior à migração. Há muitas escalas nesses pertencimentos, que podem ser observadas desde o ponto de vista individual até espaços e dimensões mais macro e coletivas (BOLANOS ERAZO e CHITOLINA ZANINI, 2021).

Portanto, identificamos que as memórias sobre a comida do país de origem e a comida étnica em si, levada à mesa com o intuito de comemorar e convidar ao outro, são estratégias para se inserir na sociedade de destino, E, no caso das famílias de refugiados colombianos em Santa Maria, Rio Grande do Sul, seria uma oportunidade de ressignificar os gostos, no caso deles, atrelados a processos dolorosos de migração forçada. Pode-se dizer que a comida atenuaria algumas dores, ressignificando tempos e espaços.

Segundo Amon e Menasche (2008), a comida é uma voz que comunica e que tem a capacidade de falar e, por conseguinte, de contar histórias. As histórias que a comida conta, quando no contexto migratório, tem a ver com demarcação de fronteiras simbólicas de pertencimento, negociações de gostos, ingredientes, técnicas e sentidos. E, pensamos, do ponto de vista metodológico, o quanto é importante saber ouvir o que a comida nos conta, o que requer respeito aos interlocutores e seus espaços, bem como as suas trajetórias de vida, marcadas por experiências em que a comida demarca ciclos também.

⁹⁵ Alimento feito à base de milho, de forma circular e, geralmente, assado na grelha.

Cozinhar para se encontrar

Na casa de Sandra e sua família, na saída da cidade de Cali, na Colômbia, era sábado à noite e o cardápio era rodízio de massas. Numa bancada gigante no meio da cozinha ela nos atendia e nos orientava sobre como proceder. O primeiro passo era escolher qual o tipo de massa, nhoque, penne, ravioli, posteriormente os molhos frescos, de tomate de pesto ou branco e os complementos. Tudo pensado com requinte para que o comensal se envolvesse o suficiente, mas, ao mesmo tempo, sentisse que era atendido pelos anfitriões. Conversas sobre vinhos, casa da *nonna* e *show* de Madona em Nova Iorque se misturam entre os convidados, enquanto moviam o tampo giratório da mesa de 8 lugares da família, à procura de temperos e complementos.

Aqui, a anfitriã cozinha para se encontrar com outros casais de brasileiros que estavam na cidade, experimentando situações semelhantes à dela. Cozinhar para se encontrar, tem a ver com expressar brasilidade, mas, antes de mais nada, com expressar gosto e classe social, uma estratégia de distinção concentrada no gosto e que exprime um estilo de vida possível (BOURDIEU, 1983) nas condições de mobilidade.



Imagem 1: Rodizio de massas na casa da interlocutora Sandra. Acervo pessoal de Diana Bolanos Erazo.

Na casa de Maria e sua família, na periferia de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, era sábado à noite e os convidados não paravam de chegar. O cardápio era o mesmo dos últimos sábados, *sancocho de gallina*⁹⁶ e, como entrada, *arepas* com *guacamole*⁹⁷. Cozinhar para se encontrar, aqui, requer maiores envolvimento e preparos. Quem vai chegando procura alguma coisa para fazer, para se sentir “útil” e partilhar do processo de elaboração da comida. Cortar uma cebola, fazer o guacamole, ajudar a arredondar as *arepas* ou fazer o fogo. Às vezes pode ser, apenas, ficar do lado do cozinheiro, da *arepeira*, ou de quem estiver cozinhando e “jogar conversa fora”.

Diferentes tipos e marcas de cerveja vão chegando e sendo guardados no freezer da casa. Os mais novos se apoderam do controle da televisão, ou seja, da música, as mulheres vão para fora, para o pátio, montar a grelha com as *arepas* e esperar enquanto se assam. Os homens, na cozinha ou transitando pela casa toda com a cerveja na mão. Uns segundos depois há gente dançando na cozinha, na sala, no pátio. Um agito que acaba quando o anfitrião diz: “Vamos a comer, mi gente”. Depois daquele chamado é todo mundo na cozinha, em volta da mesa de jantar, de mãos dadas e prontos para fazer uma oração. O anfitrião se serve primeiro e depois disso vai se formando a fila. Comentários sobre a comida, o tempero, como se fazia quando estava na Colômbia, onde encontrar determinado ingrediente e um passeio pela horta da família sempre estão presentes. Nesse momento, pode-se dizer que, embora se esteja no Brasil, em Santa Maria, está-se também na Colômbia. Nesse sentido, a comida assume um aspecto transnacional (GLICK-SCHILLER e FOURON, 1997), de transcender as fronteiras geográficas dos estados nacionais. Os indivíduos estão aqui e lá.

Cozinhar para se encontrar, aqui, tem a ver com expressar laços sociais por meio da comida, de atualizar as memórias sobre a Colômbia, de ressignificar os pratos, já que muitos deles estariam atrelados a momentos dolorosos da vida pré-migratória, cozinhar para lembrar e para esquecer.

⁹⁶ Espécie de caldo que contém ingredientes variados, como carne de frango, milho e batatas.

⁹⁷ Creme feito à base de abacate, que pode conter condimentos como limão, cebola picada, tomate e outros.



Imagem 2: Acervo pessoal de Diana Bolanos Erazo. *Arepas* na grelha, na casa da interlocutora Maria.

Cozinhar para se encontrar não se restringe apenas ao fato da cocção dos alimentos em si. No caso das famílias de brasileiros na Colômbia, o acontecimento iniciava logo nas conversas nos grupos de *WhatsApp*⁹⁸ que estes migrantes criavam com seus conterrâneos na Colômbia. No grupo se combinavam datas, delegavam-se funções e, dependendo, os pratos que cada família iria levar, selecionavam-se os anfitriões e convidados adicionais (colombianos) no dia do evento se postavam as fotos e se agradecia o convite de maneira escrita.

Caso semelhante acontecia com os colombianos em Santa Maria, Brasil. A interação e o convite começavam no grupo de *WhatsApp*. O anfitrião era normalmente o mesmo, mas as informações sobre possíveis caronas até o lugar do evento, combinação das bebidas, convidados adicionais e fotos da previa e preparação das comidas, eram colocadas lá. Assim, havia uma ritualidade para cada dia de festa, um antes, um durante e um depois, numa partilha que se processava em cada um destes intervalos.

⁹⁸ Aplicativo muito utilizado para comunicação via Internet.

No dia do evento, a comida ritualizada, cristalizada e produto de uma suposta manutenção fiel à tradição, era entendida como uma oportunidade de expressar colombianidade, de criar vínculos com o país de origem por meio da música que tocava na televisão, do espanhol, falado nos pequenos grupos que iam se formando entre os convidados, ao redor do fogão à lenha da cozinha ou ao redor da grelha com as *arepas*, no pátio da frente. Para Amon e Menasche (2008, p. 19), a comida ritual, diferente da comida cotidiana pesquisada por elas, estão menos propensas às mudanças, uma vez que são servidas com o intuito de expressar pertencimento a uma comunidade e demonstrar ancestralidade. Contudo, observamos que, no caso por nós estudado, há negociações e transformações que são “toleradas” e aceitas pelas questões pragmáticas, como o acesso aos ingredientes, por exemplo.

Mas, é precisamente nos deslocamentos, no exílio, que pratos que anteriormente eram cotidianos, viram pratos-totem (CONTRERAS, 2007), como é o caso das *arepas*. Na Colômbia, elas são consumidas no café da manhã, ou, dependendo do tipo, acompanhando o almoço. Pode ser consumida, inclusive, na janta, quando recheadas com carnes. Mas, em Santa Maria, elas são consumidas de maneira ritualizada, dividida entre poucos, custodiada como um tesouro, dada como um presente.

Segundo Maria, estas *arepas* não são feitas com mais frequência dado que precisam ser elaboradas em grande escala, para valer a pena colocar em funcionamento o moedor e acender o fogo para colocar a grelha. É por este motivo que elas não são vendidas e que são produzidas apenas em eventos especiais, como os jantares de sábado, no qual os “colombianos em Santa Maria” se reuniam.

Cozinhar para conhecer o outro

Como mencionamos anteriormente, nas opções de comida levadas à mesa por estes sujeitos em processos de mobilidade, há muito a ser observado e analisado. Desde quem cozinha e quem ajuda, passando por quem se serve primeiro e de que maneira a comida é servida, até o que se faz depois, quem recolhe, quem lava os pratos, quanto tempo passa até alguém ir embora e quais os rituais de saída da casa. Os significados que circulam por meio do que é levado à mesa é o que buscamos analisar e compreender.

Segundo Santos e Zanini (2013, p. 259), no cenário da comida “estão imbricadas relações de gênero, etárias, hierárquicas e outras que mostram que a comida é um processo que depende da organização do trabalho familiar e coletivo, especialmente entre camponeses”. Trata-se sempre de um processo que envolve alguma “ordem” e que

também nos apresenta à sociedades em suas particularidades. A autora Maria Catarina Chitolina Zanini, descendente de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, lembra que, em sua infância, havia a mesa dos adultos e a mesa das crianças, cada uma com sua organização de lugares, havendo toda uma lógica hierárquica que se estabelecia no acesso e consumo de alimentos. Adultos serviam crianças, mulheres serviam homens, salientando o quanto o comer implicava, também, respeito às normas e valores estabelecidos coletivamente. O acesso ao alimento começava na cabeceira da mesa, na qual sentava o patriarca, seguindo uma lógica de lugares estabelecida pelas famílias. Essa ritualidade somente se diferenciava nos dias de churrasco⁹⁹, em que a carne era assada e servida por homens. As mulheres preparavam e serviam os demais alimentos.

A gramática culinária dos eventos entre famílias de migrantes e refugiados está composta pela necessidade de comer comida que satisfaça não apenas os aspectos biológicos da ingestão de nutrientes, mas os aspectos sociais, em outras palavras, que nutra o estômago e o coração (BOLAÑOS, 2019), assim como a importância de consumir alimentos entendidos como “comida de verdade”, ou seja, de cocção lenta e com ingredientes selecionados. Cozinhar e consumir comida “da saudade” também faz parte da gramática culinária das cozinhas dos migrantes. Comida em que a estética e as expressões de distinção prevalecem sobre os alimentos em si, no caso das famílias de migrantes brasileiros na Colômbia, quando o que interessava era uma história a ser contada, em contraposição da comida na qual a substância e o “grosso” o “pesado” da refeição determinava o nível de afeto e quando o que interessava era ingerir e atualizar memórias sobre o país de origem.

⁹⁹ Carne disposta em espetos, assada na brasa (de carvão), muito comum no Rio Grande do Sul.



Imagem 3: Acervo de Diana Bolanos Erazo. *Arepas* sendo montadas na casa da interlocutora Maria.

Em ambos os casos é possível conhecer trajetórias de vida, assim como perspectivas de retorno, ou não, enquanto as massas estão passando pela fervura da água, ou enquanto as *arepas* estão sendo “montadas”¹⁰⁰. Comer junto é, portanto, uma ferramenta de aproximação ao outro, uma prática epistemológica e uma ferramenta metodológica muito efetiva para conhecer os interlocutores e vice-versa.

Para Le Breton (2016, p. 393), ingerir um alimento é ingerir uma parcela do mundo, sendo que degustar e beber seria uma imersão em si mesmo. Ainda de acordo com o autor, “a culinária duplica o corpo dos indivíduos, imprimindo-lhes um sentimento de identidade. Os imigrantes carregam consigo a culinária e alimentação é um dos traços sensíveis da sua presença alhures” (LE BRETON, 2016, p. 407).

Se ingerir um alimento é ingerir um pedaço do mundo, ingerir um alimento produzido por migrantes e refugiados seria, além de ingesta de afetos e sensibilidades, visões de mundo e formas de saber-fazer, ingerir parte da sua história, a história que eles querem contar, desejam deixar que o outro conheça. Cozinhar é para estes migrantes, portanto, uma forma de se colocar no mundo e organizar o processo migratório em termos

¹⁰⁰ Montar as arepas significa deixa-las no formato circular/oval.

que façam sentido para eles. Converter as dores da migração em um projeto estruturado, que precisa, assim como qualquer boa refeição, busca por ingredientes, negociação de técnicas de preparo e sentidos, preparação lenta e estratégias para se sentir em casa, mesmo quando esta se encontra distante.



Imagem 4: Acervo pessoal de Diana Bolanos Erazo. Feijoada *gourmet* em casa da interlocutora Sandra.

Considerações Finais

Partimos do entendimento dos diferentes grupos de interlocutores como sujeitos em mobilidade, que ao atravessar as fronteiras nacionais, o fazem junto com toda sua bagagem cultural, com suas historicidades, pertencimentos, experiências e visões de mundo. Uns com malas cheias de comida e utensílios que lhes permitirá recordar o país de origem, como no caso dos brasileiros na Colômbia, e com uma situação econômica e jurídica que possibilitará idas e vindas entre ambos os países a qualquer momento. Outros, com malas leves, roupas e fotografias, nas pastas alguns documentos importantes que lhes permitirá refazer a vida no país de acolhida, como no caso dos refugiados colombianos

no Brasil. Esses últimos, sem perspectiva de retorno e com grandes expectativas sobre o que irá acontecer com eles.

Seja o *sancocho de gallina* com banana da terra, que os colombianos consomem em Santa Maria, Rio Grande do Sul, seja a feijoada *gourmet* com *chorizo*¹⁰¹ importado, que os brasileiros em Cali comem, quando dividida entre conterrâneos estabelece uma nova narrativa sobre aquele prato, em outras palavras, ocorre uma ressignificação do prato e das dores da migração, em outras palavras, nasce uma nova memória a partir de uma velha lembrança.

Cozinhar, no contexto migratório é um diálogo entre os saberes e sabores do país de origem e o país de destino. A manutenção e transformação das práticas alimentares dos migrantes se constitui como um elo que os vincula com o país de origem. Mesmo quando, no caso dos refugiados, exista uma dificuldade em manter estes vínculos transnacionais, a vontade de sentir os sabores e os cheiros da vida pre-migratória, leva-os a criar estratégias culinárias em que, por meio de acordos tácitos entre eles, aceitam-se como “colombianas” aquelas receitas que na Colômbia eram entendidas como regionais, e que, a partir de agora, resistirão e contestarão aos sabores da cozinha hegemônica do país de destino.

A comida tem um papel muito importante na construção e manutenção de memórias ao interior de um grupo social. Elas alcançam o *status* de sinal adscritivo, demarcando pertencimentos e origens, sendo reconhecido assim o papel dos migrantes como agentes de mudanças dietárias que transformam e mantêm os gostos, valores, hierarquias, sabores, ingredientes e utensílios dos países pelos quais ele passa e com os quais ele criou vínculos sociais. Em outras palavras, a comida pode mudar, mas a relação que ela estabelece com o outro, não (ZANINI e SANTOS, 2013).

¹⁰¹ Espécie de linguiça encontrada nos supermercados colombianos.

Referências

- AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. **Revista Sociedade e Cultura**, v.11, n.1, p.13-21, jan/jun. 2008.
- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras: o guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000
- BOLAÑOS, Diana Erazo. “A comida é o de menos”: as redes sociais dos migrantes brasileiros na Colômbia. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, pp 120, 2019.
- BOLAÑOS ERAZO, Diana; CHITOLINA ZANINI, Maria Catarina. O cotidiano de famílias brasileiras na Colômbia: entre cheiros, texturas e temperos se negociam sabores. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, [S. l.], v. 5, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/37516. Acesso em: 17 out. 2021.
- BOLAÑOS ERAZO, Diana; CHITOLINA ZANINI, Maria Catarina. ‘Com a casa nas costas’: a circulação de mercadorias e alimentos entre Brasil e Colômbia. **Hawò**, [S. l.], v. 1, p. 1–39, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/hawo/article/view/66118>. Acesso em: 17 out. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de Classe e estilos de vida. ORTIZ, Renato (org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. p.82-12
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CONTRERAS, Jesús. Alimentación y religión. *Humanitas Humanidades Médicas*, n. 16, p. 1-22, 2007. Disponível em: http://www.fundacionmhm.org/www_humanitas_es_numero16/articulo.pdf. Acesso em: 15.10-.2021
- DA MATTA, Roberto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 7, p. 22-23, 1987.
- GLICK SCHILLER, Nina e FOURON, Georges. “Laços de sangue”: os fundamentos raciais do estado-nação transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.48, p.33-65, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.
- LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- SANTOS, Miriam; ZANINI, Maria Catarina. Comida e simbolismos entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil). **Caderno Espaço Feminino**, v.19, n.01, Jan./Jul, 2008.
- SEYMOUR, Diane. A construção social do gosto. In: SLOAN, Donald (Org.). **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Barueri (SP): Manole, 2005. pp. 1-26
- WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 5-17, 2013.
- ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Miriam de Oliveira. *Mangia che te fa bene*: Comida e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. **Travessia - Revista do Migrante**, n.72, p.41-54, jan-jun, 2013.

GASTRONOMIA E IDENTIDADE: REFLEXÕES SOBRE OS UCRANIANOS EM APUCARANA/PR

Lorena Angélica Mancini¹⁰²
Dorotéa Tchopko¹⁰³

Introdução

O presente artigo discute a difusão da culinária entre os descendentes de ucranianos no município de Apucarana - PR. A comida possui uma face simbólica em diferentes aspectos. Os ingredientes, modos de preparo e consumo nos diferentes momentos ligados a eventos festivos e religiosos ou ao dia a dia, marcam o sentimento de pertencimento dos grupos em relação à sua etnia.

O ato da alimentação é algo que vai muito além do que suprir uma necessidade biológica, envolve diversos aspectos que relacionam o cultivo, manejo e coleta do alimento, armazenamento e formas de preparo e apresentação que muitas vezes está ligado a outros aspectos da sociedade, constituindo um processo social e cultural. Um conjunto de práticas alimentares que ao longo do tempo uma sociedade passa a identificá-la.

Maciel (2005), explica que quando a alimentação ultrapassa a dimensão biológica e passa a envolver aspectos sociais e culturais produz sistemas alimentares. Esses sistemas se caracterizam como códigos sociais construídos dentro das diferentes sociedades e determinam como os indivíduos são vistos entre si e como se distinguem dos demais.

A presença dos imigrantes no Brasil, e em específico no Paraná, teve relevantes implicações nos sistemas alimentares. A partir do processo imigratório ocorreu a construção (reconstrução) de uma nova identidade alimentar resultante de diferentes tradições, trocas, adaptações e inovações que refletiram diretamente nesses sistemas.

Em Apucarana, os ucranianos buscavam reviver suas tradições tendo suporte principalmente na religião, língua e gastronomia. A alimentação é um importante aspecto que envolve a vida dos imigrantes. Juswiak *et all* (2020) apontam que imigrantes e descendentes têm suas identidades construídas a partir de universos culturais distintos, no

¹⁰²Unespar Campus Apucarana. Doutoranda do PPGTURH – UCS. Email: lorena.mancini@unespar.edu.br.

¹⁰³ Aluna especial PPGTURH-UCS. Email: dtchopko@gmail.com.

entanto, as referências culturais do país de origem, incluindo as referências alimentares, podem se constituir em elementos de construção de uma identidade no novo local. A comida não permanece inalterada no processo de mudanças sofridas para a adaptação ao novo território, e nem mesmo na transmissão entre as gerações, mas, representa uma construção histórica adaptada com base nas relações entre grupos sociais, além de outros fatores, como a disponibilidade dos alimentos e insumos para a elaboração dos pratos.

Observando a cozinha de descendentes de ucranianos no município presente em festas do calendário litúrgico, familiares, e mesmo em seu cotidiano, é possível identificar um sistema alimentar intimamente associado às tradições alimentares do país de origem dos imigrantes. A culinária ucraniana é uma herança cultural assim como a linguagem, a arte e a literatura.

Nesse sentido, o presente estudo busca tecer algumas reflexões iniciais em torno da relação entre a identidade e a culinária para os descendentes de ucranianos de Apucarana, partindo do pressuposto que a inserção das tradições culinárias no cotidiano dos descendentes e nas festas seja uma maneira que contribui com o processo de reconstrução da identidade.

Para tanto se apoiou em pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas com descendentes de imigrantes do município.

Ucranianos no Paraná

Analisando dados sobre a imigração europeia no Brasil, verifica-se que em muitos deles o grupo de ucranianos não é especificado. Porém, quando se trata da imigração especificamente do estado do Paraná, a imigração ucraniana tem grande relevância.

De acordo com Boruszenko (1995), a imigração de ucranianos aconteceu em três períodos distintos. A primeira etapa migratória efetuou-se no final do século XIX, em ocasião a superpopulação rural, as seguintes etapas decorreram pós a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Ainda apontam que o número registrado de ucranianos que vieram para o Paraná é inferior ao real, pois muitos deles foram ucranianos que por terem vindo da Galícia (Ucrânia Ocidental), entraram no país como austríacos ou como poloneses conforme Wouk (1981).

Em reportagem sobre Imigração Ucraniana no Paraná, a historiadora Talita Seniuk destaca que essa onda foi reflexo da própria campanha do governo com vistas a ocupar

os vazios demográficos, buscar mão de obra e suprir a crise de abastecimento de alimentos e bens primários dentro do território paranaense. Segundo a historiadora é muito importante destacar que não foram os ucranianos que escolheram o Paraná, mas os governos brasileiro e paranaense que determinaram que fossem assentados nesses locais (ANTONELLI, 2018)

A segunda onda de imigração deu-se a partir da segunda década do século XX, motivados pela campanha brasileira de imigração que requisitava mão de obra estrangeira para a construção da Estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul. Fixaram-se principalmente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RAMOS, 2006).

Após o término da Segunda Guerra foi registrada a chegada de mais ucranianos nos portos brasileiros, porém, mesmo que alguns ainda tenham escolhido o Paraná, a maioria dirigiu-se para São Paulo (BURKO, 1963)

Comunidades ucranianas são encontradas em cidades como Prudentópolis (75% da população), Curitiba, Apucarana, Guarapuava, Dorizon, Ivaí, Irati, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Roncador, União da vitória, entre outras.

O presente estudo tem como recorte geográfico o município de Apucarana, visto que no início de sua colonização recebeu um número expressivo de imigrantes e descendentes ucranianos vindos do Sul do Paraná e Estado de São Paulo, sendo uma das principais etnias colonizadoras da cidade.

Processo de povoamento de Apucarana

Apucarana, está localizada no norte central do Estado do Paraná, também conhecido como Norte Novo. É conhecida como “Cidade Alta”, sendo a décima primeira cidade mais populosa do Estado com uma estimativa de 136.234 habitantes segundo o censo do IBGE de 2019. Tem sua economia baseada principalmente na agricultura, seguida da produção de Bonés, setor industrial, e vem sendo reconhecida também pelo turismo. A cidade registra a presença de duas importantes colônias de imigrantes: ucranianos e japoneses. Há o registro, em menor número de outras etnias como italianos, portugueses, espanhóis, poloneses e alemães.

Faria (2015) explica que o Norte do Paraná no final do século XIX era conhecida como sertão, em função da distância do local com lugares mais habitados e devido à floresta tropical existente. Apenas com a chegada da Estrada de ferro Sorocabana, em 1908 sua ocupação se tornou mais efetiva.

Neste contexto Rompatto (2020), contribui expondo que desde o final do século XIX alguns fazendeiros dos Estados de São Paulo e Minas Gerais já procuravam a região para expandir seus negócios em torno da cafeicultura, sendo que muitos deles, obtiveram do governo paranaense grandes extensões de terras. Estes tinham grandes dificuldades para escoar sua produção até o porto de Santos, havendo a necessidade de construir uma ferrovia que ligasse o Estado do Paraná até o Estado de São Paulo.

O primeiro passo nesse sentido foi criar em 1925 a Paraná Plantations Ltd, que organizou a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP – para vender as terras adquiridas e em 1928 comprar o projeto da ferrovia São Paulo-Paraná para o prolongamento da ferrovia, a partir de Ourinhos-SP. Nessa etapa, os ingleses entraram com o capital para o prolongamento da ferrovia e o governo com novas concessões de terras para compensar seus investimentos iniciais (ROMPATTO, 2020, p. 365).

Como uma região promissora ocorreu a necessidade de investimento com a chegada dos ingleses na pessoa de Lord Lovat da companhia *Paraná Plantations* e Faria (2015) aponta que entre os anos de 1925 e 1927 a CTNP adquiriu terras, chegando ao total de 515 mil alqueires paulistas, entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. Em 1929, após a aquisição da Companhia Ferroviária São Paulo – Paraná, viabilizou-se a continuidade da linha férrea no território paranaense. Em 1930, com a construção de uma estrada de rodagem até o patrimônio recém-criado denominado de Três Bocas, que passaria mais tarde a se chamar Londrina, começaram a chegar os colonos, compradores para os lotes.

A autora ainda complementa explicando que a maioria dos colonos brasileiros vieram procedentes de velhos cafezais em falência no estado de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e da região Nordeste, além de imigrantes oriundos de países como Itália, Alemanha, Japão e Ucrânia.

Londrina foi elevada à município em 1934, e outros núcleos urbanos foram fundados: Cambé, em 1930; Rolândia, em 1932; Araçongas, em 1935; Mandaguari, em 1937 e Apucarana, em 1938. Essas comunidades, até 1943 estiveram subordinadas, de várias maneiras, à cidade de Londrina.

Apucarana teve um processo de povoamento rápido e substancial. Foi projetada para ser um pequeno núcleo de abastecimento para a zona rural, porém superou as expectativas. A cafeicultura foi um grande marco para o desenvolvimento do município

e região e trouxe considerável número de migrantes de outras regiões do Brasil e de outros países.

Colônia Nova Ucrânia e a Reconstrução de uma Identidade

No contexto exposto acima se deu a chegada dos ucranianos em Apucarana, por volta de 1936. Mancini (2020) aponta segundo entrevista realizada, Dorotéa Tchopko (neta de ucranianos) que integrantes da Colônia Ucrânia em Rancharia, Estado de São Paulo, migraram para o Paraná, estabelecendo-se na Gleba Barra Nova, atualmente chamada de Colônia Nova Ucrânia. Além disso, outras famílias vieram de Cândido Abreu, Ivaí Calmon e Joaquim Távora no Paraná. Mais tarde se uniram a eles também alguns imigrantes vindos da Ucrânia. Em 1937, havia cerca de cem famílias já fixadas na Colônia. Acreditavam que o clima da região sul seria mais adequado para o cultivo do trigo.

Nota-se que a maioria dos imigrantes já estava inserida no Brasil quando vieram para Apucarana, porém é importante ressaltar, segundo Ellero (2014) que a falta de apoio da empresa colonizadora e também da administração municipal de Londrina foram fatores que marcaram a chegada e adaptação ao município. As primeiras famílias encontraram um local de mata fechada que tiveram que desbravar. Maria Galan Tchopko (75 anos – filha de ucranianos), descendente de ucranianos sobre essa dificuldade enfrentada no início conta

A minha mãe sempre contava né, era assim, quando a gente analisa pelo tempo de agora o povo reclama por nada né? Porque ela chegou, o pai dela né, meu avô trouxe ela, abriu uma clareira no mato, tinha uma derrubadinha né. Fez um rancho coberto de sapé, cercado por palmito, e daí ela ficou e ele foi buscar a mudança e a mudança veio de “caroçon”, cargueiro... cargueiro é assim, em cima de mula, cavalo... atravessava o rio sem ponte, e daí é assim que eles vieram, e a mãe ficou sozinha, porque já tinha uns primu, uns tio do outro lado do rio... mas ela preferia ficar sozinha do que ficar com os primu que era mais medroso que ela, enton,.. e ela falou ‘meu pai deixou um “cón” policial junto com ela né’... e tinha cobra andando por dentro, tinha onça ... era perigoso né, de animais ferozes, mais num de... num era perigosos igual agora que a gente tem medo de gente né?(MANCINI, 2020 p. 6-7)

Contavam apenas uns com os outros, sendo dessa forma o sentido de cooperação entre esse povo muito presente. Verifica-se que a contribuição do povo ucraniano para o desenvolvimento da localidade foi fundamental.

Segundo Mancini (2020), após sua fixação buscaram reavivar os seus costumes, língua, tradições, dando novo sentido à sua identidade cultural, que influenciou muito no município. Começaram a desenvolver a agricultura de subsistência, fato que contribuiu diretamente para sua sobrevivência.

Ao sair da Europa deixavam de ser ucranianos e passavam a ser imigrantes. Neste caso, mesmo tendo vindo de outras regiões do Brasil, ao chegar em um novo local esses homens e mulheres precisavam reafirmar ou até mesmo reconstruir sua identidade. Na tentativa de manter os aspectos culturais de sua terra natal, muitas vezes sentiam a necessidade de mudanças e adaptações devido às características encontradas neste novo território (BARTH, 2011). A própria mudança de clima, relevo, vegetação já exigia mudanças no modo de vida dessas pessoas.

Tchopko (2004) expõe que ucranianos e descendentes, em sua maioria, buscavam compreender melhor o local onde estavam para que pudessem interagir no seu meio. Quando vieram para o Brasil a intenção era de voltar para Ucrânia assim que tivessem a possibilidade, porém as notícias sobre o país de origem não eram boas, então deveriam se preparar para ficar definitivamente aqui no Brasil.

Assim, na Colônia Nova Ucrânia, vivem a reconstrução de uma identidade etno-cultural trazida da Europa diante das mudanças e adaptações vividas, bem como o contato com outros grupos. Segundo Barth (2011) os liames étnicos não são fixos, se fazem e desfazem de acordo com o contato com o diferente. Sua reconstrução é constante.

Esse povo especificamente, trouxe para o Brasil seu aparato cultural, e quando na Colônia Nova Ucrânia passaram a reproduzir os aspectos que os identificavam como ucranianos. As mudanças ocorridas fizeram com que esse novo espaço passasse a ganhar significado para o grupo. Nesse sentido, alguns elementos foram particularmente importantes para reconstrução de uma identidade na nova terra, e ganharam peso e significado na história dos imigrantes e descendentes de ucranianos.

Um das principais preocupações do grupo era a religião e a educação. Para não perder parte de seu bem cultural, os imigrantes construíam em comunidade a igreja que envolvia trabalho, sacrifício, espírito de iniciativa sempre visando o bem comum. Além das práticas religiosas a comunidade buscava reavivar suas tradições a partir dos eventos culturais como festas, declamação de poesias, teatro e dança. Assim construíram em mutirão o cemitério, a escola e suas igrejas, bem como faziam intercâmbios culturais por meio de jornais e almanaques que circulavam no Brasil e Estados Unidos em idioma

ucraniano, como instrumento de preservação da cultura e da língua conforme Tchopko (2004).

É possível partir do pensamento de Kathryn Woodward que coloca que a identidade é marcada pela diferença, para ser uma coisa, você precisa deixar de ser outra; para ter uma identidade você tem que ter elementos identitários que o caracterizem, mas que ao mesmo tempo o diferenciem de outro grupo.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença (WOODWARD, 2014, p. 40)

É possível perceber uma luta de representações, tanto sociais quanto simbólicas, componentes especiais para se pensar a identidade, que são estabelecidas por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles [...]; eu/outro (WOODWARD, 2014, p.40). Nesse aspecto, a comida se apresenta como um elemento de marcação/produção da diferença. Da mesma forma como opera na identificação do grupo, também funciona para distingui-lo de outro.

Chartier (1990) aponta que a construção da identidade de cada indivíduo situa-se sempre no cruzamento da representação que ele dá de si mesmo e da credibilidade atribuída ou recusada pelos outros a essa representação. A representação pode ser compreendida como a forma que os sujeitos constroem sua realidade, o que permite analisar percepções e as práticas culturais dos ucranianos.

No decorrer dos anos o processo de transmutação passa a ter como consequência a alteração do grupo e transcende o espaço que era anteriormente delimitado por colônia ou comunidade ucraniana.

Como o início da comunidade ocorreu na Colônia Nova Ucrânia, tem-se o processo de transformação, próximo da década de 1960, período que sucede o auge do êxodo rural na região, muitas famílias abandonaram a vida rural, iniciando novo processo de migração. A maioria deixou o país partindo para os Estados Unidos da América, alguns para outros estados e parte dos ucranianos apenas deixaram a área rural se mantendo no

município de Apucarana, fazendo assim com que a Colônia Nova Ucrânia começasse a se desfazer.

Essa nova mobilidade trouxe reflexos no entendimento da Colônia como um grupo étnico, e, mesmo com muito esforço dos que ficaram tentam manter vivo o legado trazido da Ucrânia e reconstruído em terras brasileiras, e o termo colônia para as comunidades religiosas que tentem resguardar parte de sua tradição ou memória, mesmo com dificuldades em se manter.

Neste contexto acontecem mudanças significativas na reconstrução identitária baseada em aspectos que permitem uma referência à etnia ucraniana, que foram passados de geração em geração e permitem um sentimento de pertencimento através da cultura, culinária e religião aos descendentes que então permaneceram no município de Apucarana.

A continuidade e a contiguidade com o passado dão certezas, permitem traçar uma linha na qual nosso presente se encaixe, permitem que saibamos mais ou menos quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos uma identidade (Barretto, 2006, p. 43). Conforme exposto, o presente artigo trabalha a comida como elemento de identificação o grupo de imigrantes e principalmente os descendentes de ucranianos no município.

Práticas Culinárias dos Descendentes de Ucranianos

A culinária, a alimentação, tornam-se aspectos que permitem a conexão com as tradições vindas do país de origem dos pais e avós desses descendentes. Transformam-se em códigos culturais de determinados grupos. Segundo Maciel (2005, p.50),

a cozinha de um grupo é muito mais do que um somatório de pratos considerados característicos ou emblemáticos. É um conjunto de elementos referenciados na tradição e articulados no sentido de constituí-la como algo particular, singular, reconhecível ante outras cozinhas.

Assim, a comida é o aspecto base para este estudo. Costenaro coloca que

Comida, gosto e culinária são conceitos que se articulam e se complementam. A comida, assim como a língua e outros símbolos consagrados pelos grupos sociais, constitui elementos de pertencimentos e representam aspectos que podem sofrer modificações, adaptações, ou manterem-se pouco variáveis, estabelecendo elos com o passado, tornando-se parte da cultura de um povo. A comida e a

linguagem aparecem como sistemas que compõem valores simbólicos, em que cada elemento define o seu significado. (COSTENARO, 2013, p. 40)

É possível verificar que desde os tempos antigos, os produtos sempre presentes na mesa dos ucranianos eram carne de porco, banha, beterraba, farinha de trigo e de trigo sarraceno, cebola e alho. A partir do século XIV, o arroz foi adicionado a eles, e na virada dos séculos XVIII e XIX batatas, tomates, pimentão, milho e óleo de girassol. De todos os produtos à base de carne, os ucranianos sempre preferem a carne de porco.

Com uma bagagem da história, a culinária faz parte da memória dos descendentes ucranianos, por lembrar de determinados pratos através do cheiro, do sabor, modo de fazer ou como referencial da *baba* (Баба) significa avó, da (мама) que significa mãe ou *rodna* (Родина) significa família.

Dentre os alimentos como básicos cita-se o pão (*hlib*); como proteína a carne de porco; dentre os vegetais beterraba (*buraquê*), repolho (*kapusta*), batata (*cartóplia*) e cebola (*tzébulia*); leite e leite fermentado como o creme azedo; ervas como endro ou aneto (*krip*) e a salsa (*petruchka*).

Os pratos mais populares são *Borscht* (no início era preparada a partir de diferentes vegetais com a adição de vários temperos aromáticos, a parte obrigatória é a beterraba) guarnecido com nata ou creme de leite. *Varêneke* conhecido como *pêrohe* no Brasil (na cozinha ucraniana tem tamanha variedade de recheios diferentes, o principal barata e ricota, e os demais como: vegetais, frutas, frutas vermelhas, cogumelos, carne, peixe, torresmo, queijo cottage) salgado servido com cebola frita e nata ou creme de leite e o doce com geleias. *Holubtsi* (charuto de repolho recheado com carne e trigo sarraceno e arroz) servido com molho tomate e *Salo* (Gordura de porco curada) pode ser defumado ou temperado com alho, pimenta e colorau, este na atualidade somente se mantém em famílias tradicionais ou imigrantes que vivem na localidade.

Os sistemas alimentares dos ucranianos sempre estiveram ligados à religião. Nesse sentido o jejum tem um impacto significativo na composição dos alimentos, na natureza dos pratos consumidos. “As práticas culinárias ligadas ao calendário litúrgico são comuns entre os imigrantes ucranianos e seus descendentes, aparecem com veemência nos períodos de Páscoa e Natal” (COSTENARO, 2013, p. 42). Parte das famílias ucranianas participantes da igreja ortodoxa preparam mesas magras durante o jejum, mas que também podem ser servidos no cotidiano.

Verifica-se uma culinária específica para presente nos eventos religiosos como:

Na véspera de Natal de Sviaty Vechir: uma refeição com doze pratos sem carne. Com o aparecimento da Primeira estrela no céu os familiares iniciam a ceia, que ao centro da mesa encontra-se um *Kolach* ou *bapka* (pão de natal), o prato principal é a *Kutia* (trigo cozido acrescido de mel, passas e nozes), *Bortsch* (sopa de beterraba), uma variedade de peixes (assado, grelhado, frito ou frio), *Vareneky* no Brasil chamado de *perohê* (pastel cozido que pode ter como recheio batata, e ricota), *Holuptshi* (charuto de repolho tendo como recheio arroz, trigo sarraceno), Cebola curtida, beterraba curtida com raiz forte e a ceia termina com o *Uzvar* (Compota com doze frutas diferentes).

Para a Páscoa é preparada uma cesta com os alimentos que foram abolidos no período de jejum (quaresma): pão de Paska (pão redondo doce feito com fermento para que cresça), Carne (de porco ou bovina assada e *kobassa* que é uma linguiça defumada ou cozida), *hrin* (raiz amarga), sal, manteiga, queijo e ovos cozidos. Esses alimentos são abençoados por um sacerdote durante a madrugada do domingo de Páscoa para serem consumidos na primeira refeição, marcando o fim do jejum. Cada família acrescenta ou elimina algum alimento conforme aprendeu com seus antepassados.

Quanto as refeições diárias *Snidanok* (café da manhã), *Obid* (almoço) e a *Vetchêra* (jantar) grande parte segue o que faz parte da localidade onde vive e mantêm suas tradições em ocasiões especiais, festas religiosas ou familiares.

Existe ainda uma grande variedade de pratos que fazem parte da culinária ucraniana, como o *Medeunek* - bolo de mel, *Krezjhivke* - repolho azedo, *Nalêsneke* – panqueca recheada com ricota e frutas secas. Esses pratos de forma geral, estão presentes na vida dos descendentes de ucranianos que moram na Colônia Nova Ucrânia. São receitas que passaram gerações, sofreram adaptações, ressignificações, coesão com a culinária brasileira, mas não deixam de fazer parte da cultura ucraniana pelo modo de preparo.

O modo de preparo e consumo dos pratos se reelabora ao longo do tempo em função de diferentes transformações e necessidades, balizando o processo de reafirmação da identidade. Simultaneamente, constitui um patrimônio culinário e gustativo que se reveste de diferentes contornos. (COSTENARO, 2013, p. 45).

Outro referencial importante é o pão conhecido como um elemento da culinária ucraniana. “... o pão ucraniano também era usado nos ofícios religiosos, na celebração da

missa, nas rezas pelos falecidos, cooptando à função fisiológica uma dimensão espiritual.” (TAMANINI, 2015, p. 185). Bem como para receber autoridades ou visitas com pão (que é resultado do trabalho bem realizado) e sal (representa as dificuldades encontradas no cotidiano),

Assim a produção e o resultado do pão é uma das tradições familiares como um processo de aprender o significado de partilhar e distribuir e como consequência manter a sua unidade. Tamanini (2015) também evidencia que a mulher tem um papel fundamental no preparo dos alimentos. As tradições são passadas de mãe para filha, e, dessa forma, a mulher contribui significativamente para a manutenção da identidade da comunidade. Nesse sentido, segundo Maciel (2005) a alimentação se constitui em sistemas associados de forma muito próxima a características da cultura tradicional da etnia, da região apresentando um conjunto de alimentos, métodos de preparo, preferências e restrições alimentares, costumes e rituais.

Na constituição desses sistemas, intervêm fatores de ordem ecológica, histórica, cultural, social e econômica que implicam representações e imaginários sociais envolvendo escolhas e classificações. Assim, estando a alimentação humana impregnada pela cultura, é possível pensar os sistemas alimentares como sistemas simbólicos em que códigos sociais estão presentes atuando no estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza. (MACIEL, 2005, p.49)

A culinária ucraniana possui diversos signos representantes da identidade, que complementam a localidade onde está inserida e como consequência de viver no meio social de uma cidade, o processo de herança familiar transcendeu o espaço local, para a população de um município, com a presença de uma culinária reconhecida nas feiras populares.

Identidade e Comida: Percepções sobre a Culinária Ucraniana em Apucarana

Este artigo apresenta uma pesquisa sobre a imigração ucraniana e sobre os seus descendentes no município de Apucarana – PR, dando principal ênfase à culinária como aspecto identitário para este grupo. Diante de uma grande quantidade de receitas passadas pelas gerações, apresenta-se como recorte para esta pesquisa o *Perohê*, *Holuptsi* e *Bortsch*. A delimitação se baseia no entendimento destes como sendo os pratos mais comuns na mesa dos descendentes além de mais conhecidos no município. Com o

processo de divulgação de almoços paroquiais a venda do *Perohê*, *Holuptsi* e *Bortsch*, fez com que outras etnias também tivessem contato com a culinária ucraniana, e que sua elaboração se tornasse constante. Atualmente são comercializados semanalmente em duas feiras municipais: Feira da Lua (quinta-feira) e a Feira da Economia Solidária (sexta-feira) no Espaço das Feiras no município de Apucarana, além de ter famílias que vendem por encomenda para complementar a renda pessoal. Assim, o principal objetivo que norteia este estudo seria entender se os descendentes reconhecem a culinária ucraniana como um elemento identitário que os liga/conecta à valores culturais e tradições deixadas pelas gerações anteriores, sendo aspecto de identificação/diferença do grupo. Ainda pretende-se verificar se a comercialização contribui para o processo de reconstrução dessa identidade.

Para tanto, a pesquisa de âmbito bibliográfico; exploratório e descritivo; e realização de entrevistas com 5 (cinco) descendentes de ucranianos que trabalham com a venda dos pratos acima citados. É importante citar que as entrevistadas foram todas mulheres, entre 27 e acima de 60 anos. Apenas duas delas trabalham nas Feiras do Município, mas todas vendem os pratos por encomenda.

As receitas utilizadas foram passadas de geração para geração, e são elaboradas no cotidiano da família. Os pratos anteriormente citados fazem parte dos eventos religiosos e a maioria das famílias, mesmo diante de dificuldades principalmente referente à aceitação dos mais jovens, mantêm o cardápio ligado ao calendário litúrgico. Os sistemas alimentares dão referências de família, de memória familiar, e estão ligadas à cultura que persiste no interior do grupo.

A comida apresenta-se como aspecto bastante importante para a reconstrução da identidade dos ucranianos na Colônia Nova Ucrânia. O alimento carrega elementos de pertencimento e representa significados que mesmo diante de mudanças e adaptações necessárias em um novo meio, estabelecem elos com o passado, tornando-se parte da cultura de um povo. Assim como outros símbolos consagrados pelos grupos sociais, constituem elementos de pertencimentos e representam aspectos que podem sofrer modificações, adaptações, ou manterem-se pouco variáveis, estabelecendo elos com o passado, tornando-se parte da cultura de um povo. “A comida é material, mas a culinária é imaterial”. (CRUZ; MACEDO, 2009, p. 7) Comida e culinária estão ligadas pelo alimento que é escolhido, preparado e servido de maneira específica a depender de contextos históricos, sociais e regionais específicos, reiterando a afirmação de que é culturalizado.

Em um contexto de mobilidade e mudanças receitas foram trazidas para Apucarana, e continuaram presentes nas mesas dos descendentes de ucranianos como elemento de reforço identitário e ligação com experiências e memórias vivenciadas. Atualmente é possível falar de uma culinária ucráino-brasileira, em função de adaptações ou fusões com a culinária brasileira que as receitas originais sofreram, mas ainda fazem parte de um aparato cultural e de construção de uma identidade étnica ucraniana no Brasil.

A cozinha é o meio universal pelo qual a natureza é transformada em cultura. A cozinha é também uma linguagem por meio da qual “falamos” sobre nós próprios e sobre nossos lugares no mundo [...] aquilo que comemos pode nos dizer muito sobre quem somos e sobre a cultura na qual vivemos. A comida é um meio pelo qual as pessoas podem fazer afirmações sobre si próprias. Ela também pode sugerir mudanças ao longo do tempo bem como entre culturas (WOODWARD, 2014, p.14)

A comida como apontado pela autora pode ser vista como uma forma de linguagem em seu sentido simbólico.

As entrevistas demonstraram que a comercialização gerou um processo de reconhecimento da culinária, e de certa forma apropriação por outras etnias no município, passando a ser conhecida como elemento do município.

Na sociedade atual, a gastronomia "étnica" é um elemento de grande interesse e curiosidade por parte de toda a população. É uma prática comum experimentar, saborear e, frequentemente reproduzir novas técnicas culinárias, aproximar-se a uma cultura ou a um país, por meio da degustação. Comer num restaurante estrangeiro abre uma experiência significativa, através da qual o indivíduo pode experimentar a alteridade, romper, mesmo que por um tempo breve, com as práticas alimentares que lhe são próprias. Através da experimentação podemos identificarmos com um determinado grupo e, conseqüentemente, com as suas tradições culturais. (FRANZONI, 2016, p. 44)

Para tornar os pratos mais comerciais adaptações, e alterações podem ser realizadas. Mas de acordo com as entrevistas isso não fere a relação que possuem com essa comida. De forma geral, de acordo com o exposto nas entrevistas O prato que tem mais procura é o *perohê*, logo na sequência o *holuptsi*. Quanto aos pedidos do *perohê* tradicional (recheio de batata e ricota) frango com catupiry, batata com bacon e calabresa, batata e bacon, ricota com espinafre, batata cabotiá, presunto e muçarela, batata com

repolho e de batata doce. Na feira tem o acompanhamento de nata ou molho de tomate ou funghi. No que se refere ao *holuptsi* tradicional (repolho, trigo sarraceno, arroz e carne moída) todos vendem o charuto com recheio de arroz e carne moída, ou utiliza carne moída de porco somente, além carne moída, arroz, cebola e cenoura ralada, mas grande parte não faz grandes adaptações (MONTANUCCI, OSTRUKA, POPADIUK, POTOSKI, 2021).

A procura pelos pratos e a valorização de sua culinária contribui para um sentimento de orgulho étnico, bastante presente nas entrevistas, ao relatarem com satisfação que sua gastronomia é um diferencial para o município e região, além de auxiliar as famílias por contribuir com a renda mensal.

Assim a culinária compõe a tradição ucraniana (ou ucráino-brasileira como mencionado anteriormente) com seus pratos herdados pela transmissão oral familiar e passou a pertencer também ao cotidiano de Apucarana. Assim como toda cultura transmutada passa por transformações, a culinária também passou pelo processo de modernização, ou adequação com a realidade cultural local.

Fica claro dessa forma que a culinária é entendida como fator identitário ao fazer referência à sua cultura de origem, envolver um sentimento de pertença e atuar como sinal diacrítico de demarcação de um grupo que se reconhece enquanto tal, e que da mesma forma é reconhecido pelos outros.

A culinária tem um fator que remete a lembrança familiar, lembranças do passado, de uma herança alimentar da comunidade eslava, pois não somente descendentes de ucranianos buscam comprar estes pratos, mas poloneses, alemães, russos, turcos, japoneses, que sempre encontram certa peculiaridade nos pratos típicos consumidos. É possível observar que a identidade ucraniana passou a fazer parte da cidade.

Sem Pretensões Conclusivas

É possível refletir que a imigração tem marcas no município de Apucarana, através das edificações, cultura e gastronomia. Toda manifestação cultural acompanha as dinâmicas e transformações sociais do local onde está inserida e passa também a transformá-lo com as influências de sua cultura. A gastronomia por sua vez, acompanha os diferentes grupos étnicos misturando ingredientes, técnicas, usos e costumes, regras morais e religiosas, aspectos geográficos, políticos e sociais, e ainda permite manter características culturais que permitem a identificação.

A identidade dos descendentes de ucranianos em Apucarana, com seus hábitos, modo de vida, processo histórico-cultural sofre interferência do local onde está inserida. Porém é possível evidenciar que mesmo com estas transformações a manutenção de referências culturais através de um intercâmbio do saber com o sabor.

Enfim, como visto através da pesquisa confirma-se que a culinária dos pratos mais populares da culinária ucraniana como o *Varêneke* conhecido como *Perohê*, *Holuptsi* e *Bortsch* realmente fazem parte da realidade do município, e contribuem de forma significativa para reconstrução e manutenção da identidade da comunidade ucraniana em Apucarana. Através da culinária étnica é possível transmitir valores multiculturais. A culinária não sofreu grandes transformações e sim processos de adaptação com a localidade, não perdendo sua essência.

Porém evidencia-se que estudo traz uma abordagem bastante inicial sobre o tema, sendo possível ampliar e desenvolver pesquisas que tragam um aprofundamento do sobre a relação entre migrações, identidade e culinária.

Referências

- ANTONELLI, D. As Ucrânias do Paraná. **Revista Ideias**, 21 de fevereiro de 2018. Disponível em <https://www.revistaideias.com.br/2018/02/21/as-ucranias-do-parana/>
- BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUIGNAT, P; STREIFFENART, J. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. 2a ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- BORUZENKO, O. **Imigração ucraniana no Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1979.
- BURKO, Pe. Valdomiro N. **A imigração ucraniana no Brasil**. Curitiba, 1963.
- CHARTIER, R. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1990.
- COSTENARO, E. C. L. **Práticas culinárias entre os descentes de ucranianos em Prudentópolis (PR)**. Irati, Revista Tempo, Espaço, Linguagem V 04 – N.03, Set - Dez. UNICENTRO, 2013.
- ELLERO, T. de S. A Miscigenação na Influência da Manutenção da Cultura camponesa Ucraniana no período da Colonização do Município de Apucarana. In: **Observatório Geográfico da América Latina**, 2014.
- FARIA, M.C.C. Apucarana – Processo de Ocupação e Colonização. **Anais...** VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentre de Geohistória Regional, XX Semana de História 06 à 09 de outubro de 2015. Disponível em <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1430.pdf>
- FRANZONI, E. **A gastronomia como elemento cultural, símbolo de identidade e meio de integração**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade de Lisboa. Março de 2016.
- HALBWACHS, M. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

JUZWIAK, V.; JUZWIAK, T. R.; JUZWIAK, C. R. Tradições, rituais e memórias alimentares: a identidade bicultural de filhos de imigrantes poloneses no Brasil em contexto não diaspórico. In: **Revista Ingesta – Revista do Laboratório dos Estudos Históricos das Drogas e da Alimentação**. LEDAH – USP, São Paulo, v. 2, n 1, set. 2020, p. 137 – 155.

MACIEL, M. E. Olhares antropológicos sobre a alimentação: Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., Orgs. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível** [online]. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005, p. 48-5.

MANCINI, L. A. Imigração, Religiosidade e Turismo: ucranianos em Apucarana – PR. In: **V Simpósio Internacional e XIII Fórum de Estudos Ítalos Brasileiro**, 2020.

RAMOS, O. F. **Ucranianos, poloneses e “brasileiros”**: fronteiras étnicas e identitária em Prudentópolis/PR. São Leopoldo: Unisinos, 2008. (Dissertação de Mestrado).

ROMPATTO, M. O processo de [re]ocupação da terra em Apucarana, Norte do Paraná: da colonização “moderna” às vilas rurais. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, vol. 13, n 1, jan. – jul. 2020, p. 362-382.

TAMANINI, P. A. **Receitas da Culinária Ucraniana**: entre o cozer e o aprender sobre um passado. Florianópolis: v. 12 Revistas Percursos, 2011.

TAMANINI, P. A. **Os sentidos e os símbolos do pão ucraniano**: das sobras ao panóptico. Goiás: Revista de Teoria da História Ano 7, Volume 14, Número 2, novembro de 2015. Universidade Federal de Goiás, 2015.

TCHOPKO, D. Cultura e Religião na Colônia Nova Ucrânia. **Salão de Extensão e Cultura**: Estabelecendo diálogos, estabelecendo perspectivas, 2004. Disponível em: https://anais.unicentro.br/sec/isec/pdf/resumo_35.pdf

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T.T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e Diferença**: as perspectivas dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p.7-72.

WOUK, Miguel. **Estudo etnográfico linguístico da comunidade ucraina de Dorizon**. Curitiba, Grupo Projeto, 1981

Entrevistas

Leonida Montanucci

Estefania Ostruka

Luciane Popadiuk

Karla Potoski

IDENTIDADE, RELIGIOSIDADE E TRABALHO: O CONTEXTO DA CIDADE DE SANTO CRISTO/RS

Luana Isabel Klatt¹⁰⁴
Maria Catarina Chitolina Zanini¹⁰⁵

Introdução

Este trabalho se origina do desenvolvimento da pesquisa de mestrado, que vem sendo realizada entre os anos de 2020 e 2022, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Um dos objetivos da pesquisa é conhecer mais sobre versões da história e formação do município de Santo Cristo, que fica no noroeste do estado do Rio Grande do Sul -RS. Sua constituição é atrelada à migração de famílias de ascendência germânica, camponesas e católicas, vindas, em sua maioria, da região de São Leopoldo, também reconhecida como Colônia Velha. Desse modo, nossas principais questões se remetem a, como é representada a identidade “cultural” de Santo Cristo? Como ela se estabeleceu? Quem ela representa e de que forma? Quem conta e como são contadas suas histórias? E hoje, o que observamos?

Santo Cristo faz parte do que ficou conhecido como Colônias Novas, quando a região norte e noroeste do estado do Rio Grande do Sul foi dividida para ser habitada por imigrantes e migrantes europeus que adquiriram suas terras nestes espaços. As principais responsáveis pelas vendas e demarcações de lotes eram empresas colonizadoras particulares.

A história de Santo Cristo teve o seu início por volta de 1910. Tudo começou quando o Dr. Horst Hofmann adquiriu do Governo do Estado a gleba rural que compreendia o território de Santo Cristo. Esta gleba rural denominava-se colônia Boa Vista, tinha Santo Cristo como sede, pertencia ao Município de Santo Ângelo e compunha--se de 1222 lotes rurais que pertenciam à Companhia Colonizadora Rio-grandense localizada em Porto Alegre.

O primeiro chefe de colonização foi o engenheiro Carlos Kulmey. Ele procedeu pessoalmente a medição das terras, iniciando pelas bandas de

¹⁰⁴ Mestranda em Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

¹⁰⁵ Professora Doutora na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Cerro Azul (hoje Cerro Largo) de onde provinham gêneros de primeira necessidade para os agricultores que radicaram na nova colônia. Inicialmente, a comunidade de Santo Cristo pertencia ao Município de Santo Ângelo, mas com a emancipação de Santa Rosa, em 10 de agosto de 1931, Santo Cristo passou a constituir o 4º distrito deste município (IBGE,S.D).¹⁰⁶

Para os autores Schallenberger e Hartmann (1981), visto as incitações locais de emancipação que ocorreram durante as primeiras décadas do século XX:

[...] os movimentos emancipacionistas ocorridos na microrregião despertaram no povo santo-cristense o desejo de constituírem um município autônomo. Satisfeitas as condições necessárias que limitavam a criação de novos municípios e expressa a vontade popular, através do plebiscito, a Lei Estadual de nº2. 602, de 28 de janeiro de 1955, criou o município de Santo Cristo. A instalação oficial do município processou-se no dia primeiro de janeiro de 1956. O território municipal resultou de um desmembramento do município de Santa Rosa (SCHALLENBERGER, HARTMANN, 1981, p. 107-108).

Para Silva (2005), a formação de Santo Cristo apresenta características particulares, se comparada à região de Santa Rosa ou também à região noroeste em si. O município santocristense teve uma formação germânica e católica marcante, sendo que grupos da mesma etnia, mas de diferentes crenças religiosas, inicialmente, não foram desejadas neste território.

Silva (2005) ainda destaca que:

Utensílios encontrados pelos colonizadores atestam a existência de índios na região. Mas estes não foram os únicos e nem os mais recentes. Também aqui, como em toda grande região viveram caboclos (colonos genuinamente nacionais) que se dedicavam a cultura de erva-mate, nos chamados “ervais de Santo Cristo”. Esses caboclos, que no processo de colonização acabaram sendo encurralados nestas últimas áreas de florestas públicas, também no processo de colonização de Santo Cristo acabaram sendo empurrados para algumas áreas às margens dos rios Amandaú (Boa Vista) e Santo Cristo, nas áreas de mais difícil acesso e cultivo das terras (SILVA, 2005, p.46, 47).

Esse aspecto pode ser relevante se atentarmos para o contexto histórico, político e econômico brasileiro, da presença indígena no território nacional antes da chegada de

¹⁰⁶ Disponível em: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-cristo/historico>>.

grupos europeus atraídos pela expectativa da propriedade de terra. Isso porque, em seus países de origem, enfrentavam difíceis situações de vida, desejavam ascensão social e também se verem livres de condições de trabalho opressivas, muitas vezes. Os processos colonizadores da região noroeste do Rio Grande do Sul fazem parte de acordos mais amplos. O Brasil teve políticas de colonização racistas, com viés de emancipação econômica e com propósito de preencher “lacunas” territoriais e garantir a permanência e posse da corte portuguesa, as quais se encontravam sob o risco de serem tomadas por espanhóis. Há muitos cenários históricos e políticos que devem ser observados quando pensamos em colonização e imigração no Rio Grande do Sul.

Neste artigo, mesmo tendo ênfase no aspecto e formação identitária e social germânica de um grupo específico, mas amplamente cultuado, é importante elucidarmos e questionarmos o que não consta nos documentos ou questionar o que e de que forma aparece. Ainda buscamos analisar de que modo a formação desta cidade se atrela a construção de uma identidade voltada à germanidade, influenciada pelo catolicismo e que tem no trabalho como valor - um reconhecimento de virtude étnica e forma de ascensão social. Há que se considerar que, num quadro mais amplo, de expansão do capitalismo, das lógicas dos Estados nacionais e outras, a imigração de contingentes humanos europeus para o Brasil foi um acordo entre governos, com expectativas de ambos os lados, em diferentes momentos históricos.

Santo Cristo: tempos, gentes e interpretações

Essa pesquisa tem sido realizada por meio de uma etnografia, a qual compreendemos como Peirano (2014), não como um método, mas uma prática cotidiana de observação e análise, como uma “atitude”. E nesta pesquisa, foram realizados diários de campo (registro de imagens) e análise documental. Nos estudos e documentos locais, as narrativas são marcadas pelo histórico de colonização. Essas características apresentam o que compreendemos como uma constituição de identidade, nesse caso, germânica, que tem se processado de forma coletiva no município. E como Giralda Seyferth destaca: “A identidade (étnica) permite associar o indivíduo, ou o grupo, a um passado, uma raça, uma cultura compartilhada, suscita sentimentos de pertença, mas o interesse comum também une, permitindo laços concretos de comunidade.” (SEYFERTH, 2011, p.55). Essa força e reconhecimento se constituiu ao longo de anos e mediante a dinâmica e

relação entre instituições como religião, família e necessidade de sobrevivência local.

Como aponta Silva:

O início da colonização também foi marcado por uma espécie de transplante do modelo cultural europeu para Santo Cristo, que reproduzia-se ideológica e culturalmente através dos valores da família, língua materna e religião, com feições de uma sociedade agrária patriarcal. Essa tradição se manteve pelo menos nas primeiras décadas e seu cultivo determinou um universo de relações sociais bem significativos para as condições de existência naquele momento (SILVA, 2005. p. 49).

A presença e valor atribuídos a família, religião e permanência do dialeto *Hunsrück*, mais conhecido como “língua alemã”, também enfatiza um modelo de cultura que se modificou com o passar dos anos, mas que não deixou de reproduzir parte dos seus valores. A constituição desta identidade pode ser observada, por exemplo, na festa do Colono e Motorista, celebrada no mês de julho, a festa da *Oktoberfest*¹⁰⁷, que ocorre no mês de outubro. Nela é realizada uma programação especial para celebrar a cultura alemã, com celebrações e noites culturais típicas, além de muita música de bandinha, torresmo e chopp. É interessante observar que a festa é simbolizada pelas cores: preto, vermelho e amarelo, conforme a bandeira alemã, a qual não é somente representada em Santo Cristo, mas comum nas festas alemãs do estado.

¹⁰⁷ A palavra será grafada sem itálico ao decorrer deste trabalho.



2020

Ano Oficial da
35ª Oktoberfest e Festa Alemã

Prepare-se!
Novidades em breve

#maisqueumacktober



Fotografia 1: Capa de fundo do perfil de *Facebook*¹⁰⁸ da Oktoberfest Santo Cristo¹⁰⁹.

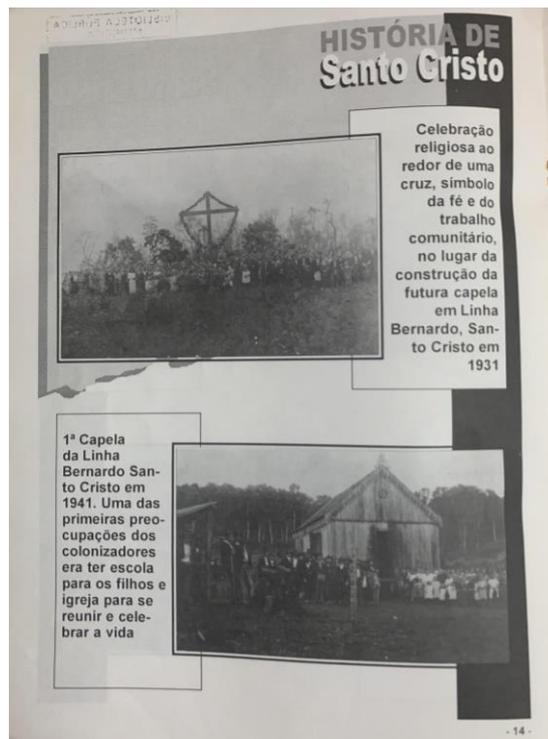
Fonte: Foto da página do Facebook *Oktoberfest Santo Cristo*. Disponível em <https://www.facebook.com/OktoberfestSantoCristo/photos/a.708364942551692/2685486711506162> > acessado em 12 de out. 2021.

Nos primeiros anos de estadia das famílias, como trazido no documento *Santo Cristo, memória fotográfica*¹¹⁰, as igrejas, escolas e salões de festa eram ambientes que proporcionavam sociabilidade e a integração entre famílias, visto que, inicialmente, os espaços de lazer eram limitados.

¹⁰⁸ *Facebook* é uma rede social utilizada por milhões de pessoas de diferentes partes do mundo para ver ou postar textos, fotos e vídeos, além de aproximar conexões online entre as pessoas. A palavra será grafada sem itálico ao decorrer deste trabalho.

¹⁰⁹ Devido a pandemia provocada pela Covid-19, a programação de 2020 foi cancelada.

¹¹⁰ Produzida durante a administração popular 1997 - 2000, Santo Cristo com mais vida.



Fotografia 2: Imagens de celebrações católicas em comunidades interioranas.
Fonte: acervo Luana Klatt, 2021.

Cabe mencionar que estas igrejas eram de base católica, e representavam um ambiente de tensões com demais credos, assim como foram um ponto muito importante de organização e coesão social destas pessoas e seus coletivos. Os dias ou comemorações religiosas típicas eram muito valorizados e celebrados pela cultura local.



Fotografia 3: Imagens de encontros e lazer das décadas iniciais com a presença de famílias germânicas no município.
 Fonte: acervo de Luana Klatt, 2021.

Ao transitar por Santo Cristo, encontramos representações e/ou construções que evidenciam a presença deste grupo étnico na cidade, como a rótula que se encontra na Avenida Dom Pedro II, principal via do centro da cidade.



Fotografia 4: Rótula que se encontra no centro da cidade.
 Fonte: acervo de Luana Klatt, 2021.

Este monumento, idealizado e realizado por um artista local em 2018, recebeu o nome de “Terra do homem da Terra”, lema atribuído à cidade, atrelado ao trabalho das famílias com o campo, aqui destacado como “homem”. Também encontramos residências construídas por meio da técnica enxaimel, típica de grupos germânicos e preservadas por famílias, seja no meio urbano ou rural. Outras construções também foram restauradas e erguidas com o intuito de manter as memórias e características do passado vivas, como a Casa Cultural *Blumengarten*¹¹¹ e o Centro de Cultura, Coral Santa Cecília.

Em outro documento organizado pela prefeitura municipal, *Santo Cristo, o sabor do saber*, organizado pela Coordenadoria Municipal de Ensino e Desporto 2019, encontramos uma descrição específica atribuída a valoração da sua história e constituição.



Fotografia 5: Documento sobre Santo Cristo.
Fonte: acervo de Luana Klatt, 2021.

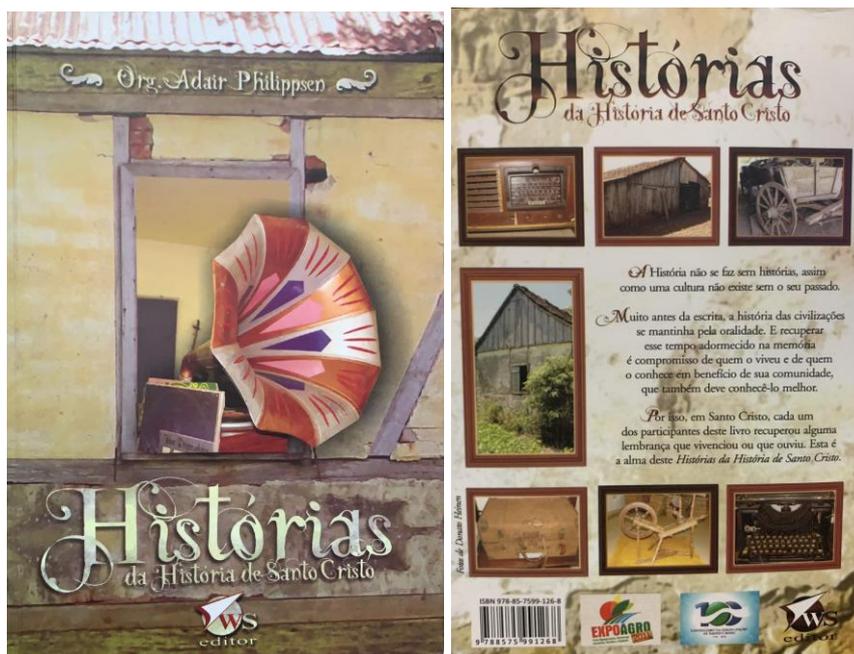
¹¹¹ *Blumengarten* pode ser traduzido como jardim de flores, é o nome do grupo de danças folclóricas alemãs do município.

A segunda imagem que apresenta o pórtico do município no documento, encontra-se em uma das vias de acesso do município e traz, em um primeiro momento, uma parte da identidade que encontramos ali. É importante destacar que apesar do histórico caracterizar Santo Cristo como “um pedacinho da Alemanha”, hoje outros credos e grupos se encontram no contexto, mas que culturalmente tem pouca representatividade ou reconhecimento.

A vaca e o porco apresentados ao final da página, representam o elevado ndice e reconhecimento que o município tem na produção de suínos e bacia leiteira. Apesar do êxodo rural e da queda de quem produz leite no estado do RS como um todo, o trabalho no meio rural, um dos principais fatores que constituiu Santo Cristo, ainda tem uma representatividade econômica e social muito influente.

Em sua pesquisa de mestrado, Patrícia Froelich (2017) realizou um importante trabalho que fala sobre a Agricultura Familiar, em específico, da tecnificação e modernização produtiva da bacia leiteira de Santo Cristo. Sua dissertação intitulada “*Vivemos desta renda*”: a Agricultura familiar de Santo Cristo/RS e as complexidades da intensificação produtiva do leite, trazem um pouco do histórico de organização e produção de leite, assim como de outros elementos que tiveram momentos de êxito e depois foram perdendo forças no meio rural, devido a fatores variados.

Além das músicas típicas de bandas, do preparo de pães, cucas, doces e demais especiarias, em 2011 foi lançado o livro *Histórias da História de Santo Cristo*, obra que contou com a participação de pessoas reconhecidas localmente, entre professores/as, músicos, padre e demais entidades que têm trabalhado pela valorização cultural da germanidade e da história do município.



Fotografia 6: Capa e contracapa do livro *Histórias da História de Santo Cristo*.
Fonte: acervo de Luana Klatt, 2021.

Neste livro observamos que sua capa traz o modelo de construção de uma casa em técnica enxaimel, além de um vinil. Na contracapa observamos construções antigas e objetos utilizados por moradores/as locais, como a carroça, o rádio, a mala de viagem e uma máquina de escrever.

SUMÁRIO	
Terra – trabalho, fé e alegria – Aloisio João Reis	9
Gênesis da centenária Santo Cristo – Dom Estanislau Amadeu Kreutz	11
A Primeira Grande Guerra – Vilmar Holz	15
Noventa e cinco anos de canto e alegria – Guido Laurentino Stein	21
Um menino da década de 30 – Emílio de Souza	25
Sem esquecer dos esquecidos – Adair Philippsen	29
Recordações – Afonso Wagner	33
Anais da História – Vera de Wallau Bohrer	38
Duas vizinhas, um desfecho – Carmo Afonso Mallmann	40
Poço assombrado – Gerson Miguel Lauer mann	44
A velha pinguela – Odilo Kreutz	46
Oração e diversão – Jacinta Ruedell	51
Jipe “roda-de-pau” – Lauro Jacob Büthenbender	53
<i>Ite missa est</i> – Ernesto Leopoldo Heck	55
Gato por lebre – José Deomar Hartmann	58
Colchão de palha – Odilo Kreutz	60
Os artífices das carroças – Emílio de Souza	63
A baixada – Nico Gerhard	65
Umromeiro diferente – Jacinta Ruedell	72
Moendo cana – Odilo Kreutz	74
Seminário – Afonso Wilson Schuster	78
Jovens tardes de domingo – Ricardo Philippsen	81
Pelotão de voluntários – José Deomar Hartmann	87
Se vieram! – Donato Heinen	89
Centroavante enxertado – Nico Gerhard	92
Dúvida e certeza – Afonso Wilson Schuster	94
Carreira inocente – Gerson Miguel Lauer mann	96
Perdas – José Luiz Casarin	98
Propedêutico – Afonso Wilson Schuster	102
A grande lição de 87 – o que aprendemos na estrada – Elvino Bohn Gass	105
Qual é mesmo meu número? – Donato Heinen	110
Em Santo Cristo, todos são assim? – Adair Philippsen	112
Fogo amigo – Vilmar Holz	116
Sobre os autores	121

Fotografia 7: Sumário que apresenta os capítulos trazidos na obra.
Fonte: acervo de Luana Klatt, 2021.

Nesta obra encontramos relatos variados, visto a pluralidade de autoras e autores que o livro teve. As narrativas de modo sucinto, abrangem memórias de experiências particulares e daquelas ouvidas e reconstruídas pelas gerações. Entre as características marcantes do período, temos a presença da igreja como um espaço de organização e fé, de formação, atrelado a formação e presença em diferentes setores e grupos sociais.

O trabalho é trazido como um importante segmento, ressaltado como um valor, uma virtude étnica (SEYFERTH, 1993). Em seus estudos históricos relacionados a imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul, Zanini e Oliveira Santos (2009) destacam que o trabalho pode ser compreendido como um qualificador dos indivíduos, que lhes atribui virtude, valor e distinção. E essa ideia seria reforçada pelo catolicismo, fazendo com que as pessoas incorporassem esse modo de vida no seu cotidiano. Nesse sentido, para Rotta (1999),

Os descendentes de imigrantes europeus, que constituíam a maioria dos colonizadores da região da Grande Santa Rosa, já haviam sido educados com essa mentalidade [da ética do trabalho] e encaravam a oportunidade na nova terra como forma de provar seu valor, sua honra, sua dignidade (ROTTA, 1999, p. 67. Grifo nosso).

Rotta (1999) ainda destaca que no período de aquisição de terras, a posse ou aquisição desigual dessas terras e a “ética do trabalho”, foram elementos fundamentais que evidenciam as desigualdades sociais que se estabeleceram no campo das famílias colonizadoras. Para a autora:

No primeiro momento as condições adversas levaram a um fechamento étnico-cultural como possibilidade de sobrevivência, mascarando um pouco a ideia da centralidade do trabalho com a afinidade étnico-cultural. Superada essa fase inicial, a ética do trabalho afirma-se com toda força, relativizando inclusive a própria afinidade étnico-cultural (ROTTA, 1999, p. 67).

Desse modo, o trabalho é tido como um valor e se encontra intrínseco nas representações coletivas da cidade e sua formação. Assim, a constituição de uma identidade se atrela e potencializa com os valores religiosos, formando uma *ethos* social

que tem no trabalho um elemento que fundamenta e direciona a construção de fronteiras de pertencimento (BARTH, 2000) de alemães em Santo Cristo, especialmente por meio das experiências da colonização e do passado camponês. A formação de um *habitus* (BOURDIEU, 1998) específico também leva os indivíduos a elegerem determinados valores, práticas e expectativas nos processos interativos e a criarem hierarquias, tipologias (BERGER e LUCKMANN, 2008) e expectativas por meio desses. Compreender as dinâmicas desses processos é algo extremamente importante, principalmente quando proporciona o diálogo e reconhecimento (HONNET, 2009) entre as diversidades e riquezas das histórias e circulantes existentes nos contextos comuns.

Considerações Finais

Neste trabalho podemos observar que os processos de identificação são dinâmicas que incluem valores provenientes de um histórico de colonização, de memórias e histórias familiares positivadas em relação a determinados grupos. Essas narrativas incidem sobre os colonizadores pioneiros, assim como uma cidade que apresenta, segundo os documentos, características germânicas, europeias em solo brasileiro.

Não só as histórias, mas a cultura é transmitida entre gerações as quais também incorporam e recriam suas narrativas, numa releitura constante da história do município. A arquitetura, junto com festividades, músicas, língua, como também a produção de alimentos característicos constituem elementos importantes de identificação, rememorados também em sua oralidade e práticas cotidianas.

A presença e conseqüente organização por meio da base religiosa católica, fez com que Santo Cristo e as comunidades interioranas tivessem organizações comunitárias e sociais similares. Esse modo de organização e trabalho, acentuou a valorização e incorporação como um valor e virtude étnica atrelados à germanidade e aos colonizadores alemães.

Hoje há maior pluralidade étnico-racial, assim como mais organizações religiosas. De todo modo, é recorrente ouvir expressões como Santo Cristo ser “terra de alemão”. Tensões étnicas também se fazem presente, gerando diferentes tensões locais, por vezes. Há que se observar, que a indústria do turismo promove identificações específicas visando atrair visitantes e dar perfil aos locais, salientando diferenças e especificidades. Contudo, consideramos importante ouvir, ver e compreender as várias

narrativas e suas potencialidades, tanto da colonização germânica (tão rica e complexa) como dos demais grupos, ainda pouco estudados.

Referências

- BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras: o guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- FROELICH, Patrícia Rejane. “Vivemos desta renda”: a agricultura familiar de Santo Cristo– RS e as complexidades da intensificação produtiva do leite. Dissertação. Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, 2017.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades; Santo Cristo; História e Fatos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santo-cristo/historico>>. S.D. Acessado em: 13 de out. 2021.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em 02 jul. 2021.
- PHILIPPSEN, Adair. **Histórias da história de Santo Cristo**. Porto Alegre. WS. 2011.
- ROTTA, Edegar. **A construção do desenvolvimento: Análise de um “Modelo” de Interação entre Regional e Global. A experiência da Grande Santa Rosa**. Ijuí. Unijuí. 1999.
- SCHALLENBERGER, Erneldo; HARTMANN, Hélio R. **Nova Terra: Novos Rumos**. Barcellos Livreiro e Editor. Santa Rosa, 1981.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico/91**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. A DIMENSÃO CULTURAL DA IMIGRAÇÃO. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 26 n° 77 Outubro /2011. p.47-62.
- WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo/Brasília: Hucitec/UNB, 1995.
- ZANINI, Maria Catarina Chitolina; OLIVEIRA SANTOS, Miriam de. O Trabalho como “Categoria Étnica”: Um Estudo Comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul. (1875-1975). REMHU. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 17, n°33, jul-dez, 2009, pp. 175-197.

DESEJÁVEIS E INDESEJÁVEIS: A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E A NACIONALIDADE DOS IMIGRANTES

Priscila Alantino¹¹²

Introdução

A trajetória de vida de uma pessoa ou família migrante, em certos casos, é cercada de perigos e incertezas, desde o momento da tomada de decisão de saída, até a chegada e adaptação à nova sociedade do país de acolhida. Esta trajetória pode ser marcada por discriminação, preconceitos e repulsa por parte dos autóctones, sendo expressos de forma nítida ou velada, a depender do local onde resida. Segundo Giralda Seyferth (2015, p.111), “ao longo da sua história como país independente, o Brasil recebeu imigrantes de diversas procedências, predominando os europeus até o início da década de 1960.”¹¹³. Ao longo dos anos, ideais eugenistas, surgidos a partir de teorias raciais, que se desenvolveram durante o iluminismo e que defendiam a existência de uma hierarquia de raças, “serviram de alicerce e de legitimação ao colonialismo e à discriminação brutal, intencional e sistemática de seres humanos em função da cor de pele.” (CABECINHAS e MACEDO, 2019, p.18). Este tipo de pensamento, com o passar do tempo, resultou em políticas que marginalizaram ainda mais a população negra que, deixada à mercê após a abolição, não possuía emprego, nem moradia ou acesso à educação

Falar sobre imigração no Brasil, portanto, é falar sobre a construção/manutenção do Estado e nação brasileiros, pois desde ainda o período do Império, a política brasileira manteve uma relação intrínseca com os movimentos migratórios, em especial os de entrada. Durante muitos anos, os imigrantes europeus foram relacionados a projetos de manutenção da economia, ocupação de vazios demográficos, construção de um povo civilizado e até mesmo de uma raça ou tipo nacional brasileiro (SEYFERTH, 200). A ideologia em torno da construção do povo brasileiro fez com que teorias formuladas a partir do racismo científico, que já circulavam o mundo, se tornassem parte da política brasileira de consolidação nacional. Tais teorias definiam uma hierarquia entre as raças, na qual o negro ocupava a base, ou seja, a raça que deve ser superada e eliminada e em

¹¹² Mestranda em Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ).

¹¹³ É importante salientar aqui que os negros escravizados não eram considerados imigrantes, pois não migravam por escolha.

um Brasil em que a maioria da população era negra, se fazia necessário que este quadro fosse revertido com máxima urgência. A solução adotada foi a importação de imigrantes brancos e europeus que, além dos motivos econômicos e civilizatórios, deveriam fazer parte do processo de miscigenação, com o intuito de construir uma nação branca. Isto resultou em uma segregação racial não-oficial que, de diferentes formas, perdura até os dias atuais (STOLCKE, 2006).

Percebe-se então que, enquanto a visão colonizadora - que faz a imagem do migrante continuar sendo ligada a algo ruim, inferior ou indesejável - permanecer, dificilmente será possível construir uma sociedade com menos desigualdade. Daí então, a necessidade de mecanismos que revertam a imagem negativa dos migrantes e façam com que a população autóctone possa compreender quem são estas pessoas, como sua cultura se expressa e principalmente, que a diferença não é um problema a ser combatido. Um deles, são as políticas afirmativas, voltadas à população migrante. Ao longo dos anos, diversas já foram implantadas, mas historicamente a maioria era segregacionista e/ou assimilacionista, ou seja, ou separavam os migrantes dos autóctones – e essa separação na maioria das vezes se aplicava a negros e asiáticos – ou os assimilava, retirando toda e qualquer característica ligada à sua cultura de origem. (RODRIGUES *et al*, 2014).

Desta forma, é possível verificar que as políticas devem ser formuladas a partir de um entendimento social de que a diferença não é um empecilho para o fortalecimento de uma sociedade equitativa. Possibilitando assim, que não se olhe mais os migrantes e refugiados em uma perspectiva dicotômica de desejáveis e indesejáveis. Para que haja um entendimento melhor acerca desta dicotomia, farei um resgate histórico de políticas migratórias, ligadas à construção da nação, de modo a poder verificar sua relação com o preconceito e a discriminação e como eles se manifestam socialmente, até os dias atuais, em relação à população migrante não-branca.

A imigração na formação do Brasil independente

Com o aparecimento do Estado Nação, e do nacionalismo, as características formadoras da nação sobretudo aspectos como cultura e língua, passaram a ser discutidos em uma perspectiva unificadora, que excluía os particularismos presentes em cada sociedade em prol da formação de uma identidade nacional. Esta era uma característica do nacionalismo cultural, trazido pelo romantismo, “no qual a língua nacional era o elemento fundamental, juntamente com o folclore demarcador das “tradições populares” (SEYFERTH, 2020, p.125). Com o passar do tempo, foi acrescida a ideia de um povo de

raça e cultura únicas que tinha como modelo os povos europeus, considerados os mais civilizados à época. Para um país recém independente era de grande importância se afirmar como nação frente às demais, por isto, era preciso que se definissem dentro de um modelo europeu e civilizado (SEYFERTH, 2000).

A construção da nação enquanto ideologia política do moderno Estado nacional envolve uma **representação ideal de como a sociedade deve ser organizada**. Esse ideal pode abranger tanto um projeto a ser realizado como uma justificativa de práticas correntes. Ele pode ser formulado de forma mais ou menos explícita, adquirir maior ou menor saliência na política segundo variações no tempo e no espaço. (REIS, 1988, p.191. Grifos meus).

No Brasil, a colonização de terras com imigrantes europeus data desde antes da independência e tinha o “objetivo de implementar um modelo de agricultura diverso da grande propriedade monocultora” (SEYFERTH, 2020, p.127), entretanto, após a independência inicia-se uma “corrida” pela consolidação da nação, através da ocupação dos “vazios demográficos” e a formação de um povo civilizado. Isto só seria possível através do contato com outros povos civilizados e nesta empreitada, a imigração teve um papel fundamental. O Sul do país começa então a ser ocupado inicialmente por imigrantes alemães - os quais eram considerados bons agricultores e trabalhadores rurais e portanto, segundo o Visconde de Abrantes, “os mais recomendados para colonizar.” (SEYFERTH, 2020, p.129) -, depois por imigrantes italianos. Entre 1824 e 1850 houve altos e baixos na atração de imigrantes, até que a promulgação da Lei nº 601/1850 facilita e regulamenta a concessão de terras devolutas a imigrantes através da compra, bem como regulariza as terras já em uso (BRASIL, 1850), facilitando assim a atração de imigrantes.

Este processo, baseado na ideia de formação de um Brasil civilizado, excluiu os brasileiros¹¹⁴, os indígenas e os negros, pois estes eram colocados em uma escala inferior na hierarquia de civilização. O povo negro escravizado, nunca foi considerado como imigrante no Brasil, apenas uma força de trabalho “importada”¹¹⁵. A princípio, a população negra não era considerada para a colonização por não ser suficientemente civilizada, posteriormente, foi descartada por ser considerado racialmente inferior,

114 Os brasileiros só eram cogitados quando se referia às colônias militares, que eram implementadas muito raramente (SEYFERTH, 2020)

115 Há registro de importação de trabalhadores negros, vindos do Caribe, no início do Século XX. Todos contratados por empresas particulares, por um período de tempo determinado e individualmente, impossibilitando assim, o estabelecimento de raízes no Brasil (ROCHA, 2014).

entretanto rapidamente se tornou maioria da população residente em território brasileiro, tornando-se um problema político e social. Portanto, ser negro no Brasil, especialmente após a abolição, era ser uma ameaça à estabilidade do processo de construção e consolidação de uma identidade nacional brasileira (STOLCKE, 2006).

Surge então, no final do século XIX, o chamado nacionalismo étnico, incluindo a ideia de raça nas características formadoras de uma nação. Tais ideias, construídas a partir das teorias raciais, que tinham como base a teoria de Darwin da evolução das espécies e, em geral, afirmavam a existência de uma hierarquia entre seres humanos.

todas elas [teorias raciais] tinham em comum o dogma de que a diversidade humana, anatômica e cultural, era produzida pela desigualdade das raças; e a partir deste dogma, produziram-se hierarquias raciais que invariavelmente localizavam os europeus civilizados no topo, os negros “bárbaros” e os índios “selvagens” se revezando na base, e todos os demais ocupando as posições intermediárias (SEYFERTH, 2020, p.126).

No período do Império, apesar de ser nítida a intenção de manter os negros e mestiços fora do projeto de nação, ainda não era explícito. Mesmo já possuindo uma ciência das raças desde 1860¹¹⁶, somente após a Proclamação da República fica explícito o desejo segregacionista do projeto de nação brasileira, sendo oficialmente incorporado à política de consolidação da nação, a qual manteve ainda sua característica civilizatória. Então agora, a construção do “tipo nacional” brasileiro perpassava a noção de raça, língua e cultura ideais e comuns, o que significava que os negros precisavam ser eliminados e os imigrantes precisavam necessariamente ser assimilados, ou seja, abandonar sua cultura e língua nativas em prol da cultura e língua brasileira.

Para êxito do projeto nacionalista brasileiro, foi instituída uma política de branqueamento, que dentre outras coisas, definia uma raça ideal e operava através da assimilação e da miscigenação, os quais eram tidos como "mecanismos de formação da nação, vinculando, num mesmo plano, a imigração europeia, a questão racial e as diferenças regionais." (SEYFERTH, 2000, p.84). Estes mecanismos criaram um perfil de

116 “O Brasil já possuía uma ciência das raças, gestada desde 1860, sob influência da obra de Paul Broca, eminente anatomista e antropólogo francês – conforme periodização e referências em Castro Faria (1952). Até 1877 são trabalhos esparsos, realizados no âmbito das escolas de medicina, versando sobre as origens das raças humanas e temas próximos. Em 1877 foi instituído o primeiro curso de Antropologia Física no Museu Nacional – lecionado por João Batista de Lacerda. A partir daí, os estudos sobre raças se tomaram mais sistematizados, tanto nos Museus como na Medicina Legal – os pesquisadores interessados, principalmente, na morfologia e classificação de tipos indígenas e de mestiços.” (SEYFERTH, 2020, p.132-133).

imigrantes considerados desejáveis - brancos e europeus - e outro perfil dos indesejáveis – africanos, negros americanos e asiáticos.¹¹⁷

Em 1921, grupos de negros dos Estados Unidos iniciaram esforços para emigrar para o Brasil, entusiasmados pela publicação de uma nota que foi reproduzida em diversos jornais americanos, na qual o Ministério da Agricultura do Brasil oferecia passagens, acomodações e crédito de longo prazo para trabalhadores fisicamente aptos e agricultores que desejassem se estabelecer no Brasil. A notícia de que nos Estados Unidos havia uma empresa de colonização cujo objetivo era mandar negros para o Brasil provocou grande comoção popular e política, a ponto de o Ministério das Relações Exteriores tomar iniciativas efetivas no sentido de impedir o embarque destes indesejáveis imigrantes. Falava-se no perigo que estes negros representavam para o Brasil, trazendo ideias de rebelião a um país onde o negro já sabia o seu lugar, no risco de criar no Brasil um nacionalismo negro ou de minimamente aumentar os estoques negros brasileiros comprometendo a proposta de branqueamento que a sociedade perseguia (ROCHA, 2014, p.127).

Os desejáveis eram naturalizados automaticamente ao entrar no Brasil, devendo se manifestar somente aqueles que não quisessem, isto permitia além da cidadania, o direito ao voto. Em contrapartida, com o argumento da criação de uma soberania nacional, muitos imigrantes considerados indesejáveis foram expulsos do Brasil, com respaldo no Dec. nº 1566 de 13 de Outubro de 1893¹¹⁸, sendo proibido o banimento judicial somente em 1926 com a emenda constitucional de 3 de Setembro.

117 A década de 1920 foi palco de diversos debates acerca dos imigrantes desejáveis e indesejáveis, “sendo eles: a) o decreto de nº4 247, de 6/01/1921, chamado de lei dos indesejáveis, estabelecia restrição políticas aos imigrantes; b) o de nº 16.300, de 31/12/1923, que dava origem ao mecanismo de triagem médica dos imigrantes, com justificativa de manter a higienização e saúde da nação; c) o decreto de nº 16.761 de 1924, que visava políticas de povoamento do solo nacional especificando os meios de controlar e evitar a entrada de indesejáveis, sendo que a partir de então o imigrante deveria apresentar documentos autenticados que provariam sua origem e conduta; e por fim d) o de nº 18.408, de 1928, que tinha por objetivo a regulamentação e expedição de vistos e passaportes que eram concedidos somente àqueles indivíduos que não se enquadravam na noção de indesejável.” (FRONTOURA, 2017).

118 “Regula a entrada em território nacional e sua expulsão durante o estado de sitio (...) Art. 4º Podem ser expulsos: a) os estrangeiros nas condições do artigo antecedente; b) os que infringirem o disposto no decreto n. 1565 desta data; os que, por qualquer outro modo que não a imprensa, se tornarem culpados de excitação á perpetração de infracções contra a segurança e a tranquillidade públicas, ainda que taes excitações não sejam puniveis segundo a lei territorial; os que pela imprensa ou por outro meio incitarem a desobediencia ás leis ou á revolta e guerra civil, ou excitarem odio ou actos de violencia entre ou contra as diversas classes sociaes, de modo perigoso á segurança ou á tranquillidade publicas; os que, por sua conducta, comprometterem a segurança da União ou dos Estados; os que incitarem aos crimes contra a liberdade de trabalho; os que por qualquer modo, ainda que no exercicio de profissão, industria ou outro genero de trabalho, permittido por conta propria ou alheia, procederem de modo a provocar ou augmentar o mal-estar público, ou a crear embaraços á tranquillidade e regularidade dos negocios e da vida social.” (BRASIL, 1893)

O caráter estratégico da mestiçagem define uma ideologia a ser seguida e no Brasil não foi diferente. As teorias raciais vigentes no século XIX, juntamente ao ideal de branqueamento, criaram uma “ciência das raças” à brasileira, que deu respaldo acadêmico às especulações sobre o poder branqueador do processo de miscigenação herdado nos tempos coloniais.” (SEYFERTH, 2000, p.89). Dentre os teóricos da raça destacavam-se, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna e João Batista de Lacerda. “Nos cálculos do senhor João Batista de Lacerda, todos os negros desapareceriam do Brasil pela miscigenação, pois o sangue “superior” do europeu superaria o sangue “inferior” dos africanos e seus descendentes até o final do século XX.” (SOUZA, 2013, p.38).

Lacerda era bastante conhecido por defender que o branqueamento da população se daria no curso de três gerações, em um processo seletivo que se daria de três formas. A primeira forma, sexual – os mestiços e mestiças bem dotadas se casariam com um cônjuge mais claro. Neste processo a mulher negra ainda era incluída pois acreditava-se que os genes brancos eram passados pelos homens, conseqüentemente excluía-se o homem negro do processo de branqueamento, sendo o relacionamento com este totalmente desencorajado tanto às mulheres brancas como às negras. (RESTIER, 2019). A segunda forma era a demográfica – que se daria através da imigração europeia de homens e mulheres. As entradas de imigrantes eram balizadas pelo grau de possibilidade de caldeamento¹¹⁹ dos imigrantes –; e por último a eliminação gradativa dos “inferiores” no curso de um processo civilizatório pós-abolição” (SEYFERTH, 2000, p.90).

Já Sylvio Romero, com base no Darwinismo social, defendia a existência de uma hierarquia racial também entre os brancos, portanto para ele um branco nascido da miscigenação seria um branco superior, pois uniria as qualidades de ambas as raças. Para que esta estratégia desse certo, algumas medidas precisariam ser tomadas, como por exemplo, a interrupção do tráfico negreiro; o extermínio dos indígenas; o patrocínio da imigração europeia; e a miscigenação. (RESTIER, 2019). De certa forma, a adoção da miscigenação como parte do processo de branqueamento, fez com que o racismo no Brasil adquirisse uma característica diferenciada em relação aos países que adotavam uma dominação racial explícita. Possivelmente, por conta da visão “humanitária” da escravidão que o governo e a elite insistiam em passar para o mundo - os escravos eram considerados pelos intelectuais como seres humanos, e por isso acreditavam que isto caracterizava a escravidão como menos cruel, o que era uma falácia, pois a escravidão no

119 Miscigenação.

Brasil não foi em nenhum sentido menos abusiva e agressiva que nos demais países (MARX, 1996). Com isto, o mito da democracia racial estava posto à mesa e desta falácia a elite se serve desde então, sempre que preciso, para justificar o racismo e a desigualdade social.

O Fechamento de fronteiras e o nacionalismo varguista

Por conta da miscigenação, o Brasil não podia formalizar uma ideologia birracial, como aconteceu em outros países, como por exemplo os Estados Unidos. Então as diferenciações raciais se marcavam por características físicas, reforçando aqui o uso do fenótipo como elemento “justificador” da discriminação socioeconômica. A partir de 1930, na Era Vargas, o discurso da 'inferioridade' passa de racial para cultural. As raças consideradas inferiores (negros, índios e seus descendentes mestiços) foram assim deslocadas como culturas inferiores (pouco avançadas ou não civilizadas). Esta visão permitia a segregação não somente de negros, mulatos e indígenas, mas também de todos aqueles cuja cultura não fosse compatível com a determinada pelo governo e a elite como a cultura nacional brasileira. Esta visão resultou em uma campanha de nacionalização "para impor o 'abrasileiramento', usando inclusive, efetivos militares" (SEYFERTH, 2000, p.92), aos imigrantes que se recusavam a adotar a cultura e língua brasileira, mesmo àqueles que outrora foram considerados desejáveis e essenciais.

Neste projeto nacionalista, o caboclo - considerado verdadeiro brasileiro e representante da massa dos trabalhadores nacionais -, como fruto da “mestiçagem embaralhada” precisava ser superado. Ele foi colocado em oposição ao imigrante europeu e como critério de diferenciação foram usados a raça e "formulações subjetivas acerca do caráter e da mentalidade", os quais colocavam o caboclo em posição inferior e ao mesmo tempo essencial para a assimilação, sendo assim, considerado "o agente do 'abrasileiramento'" (SEYFERTH, 2000, p.97), pois era detentor da legítima cultura brasileira. Percebe-se então, que no caldeamento, os imigrantes entravam com a raça e os brasileiros com a cultura. Apesar disto, as expedições para as colônias de imigrantes em geral não incluíam os caboclos, mas sim os brasileiros brancos, permanecendo assim a visão de um povo brasileiro branco, e demonstrando que, a ideia do verdadeiro brasileiro era muito mais discursiva que efetiva (SEYFERTH, 2020). Verifica-se aqui o caráter antropofágico da assimilação à brasileira, ou seja,

não teria nenhuma (ou muito pouca) intenção de uma real integração social da população não-branca, mas sim a incorporação utilitária de seu patrimônio genético e cultural para a formação dos símbolos da nacionalidade, concomitantemente com a sua exclusão e gradual desaparecimento (RESTIER, 2019, p.30).

Mesmo com a campanha nacionalista, de “abrasileiramento”, a qualquer custo, dos imigrantes europeus considerados inassimiláveis, havia um esforço em mantê-los em território nacional, pois apesar de possuírem uma cultura diferente da aceita, ainda havia uma intenção muito perceptível em branquear a população. Entretanto, a segregação criada a partir da organização geográfica das colônias dificultou a continuidade e sucesso desta campanha. Os caboclos e a população negra e mestiça eram mantidos no Norte e os imigrantes europeus, no Sul do país – os agenciadores de imigrantes, em geral, enviavam os imigrantes para as colônias do Sul do país, com a justificativa de que o clima da região Norte não favorecia a adaptação dos europeus. Esta diferenciação intensificou as desigualdades regionais entre Norte e Sul¹²⁰, as quais foram interpretadas, pelos nacionalistas republicanos, como desigualdades de raça, acarretando um "desequilíbrio regional" de ordem racial que, de certa forma, permanece até os dias atuais.

Ademais, as tentativas de assimilação no Sul do país não foram bem sucedidas pois "os princípios de atribuição de nacionalidade, [...] não convivem bem com a presença de grupos étnicos - em especial as minorias nacionais - no território da nação" (SEYFERTH, 2000, p.107). Havia à época um discurso que condenava qualquer iniciativa grupal de formalizar identidades étnicas, pois o pluralismo era visto como uma ameaça a unidade cultural, racial e territorial do Brasil. O Estado Novo também não reconhecia as culturas e nacionalismos das minorias presentes em território nacional e ainda as considerava “ameaça à integridade do Estado-nação” (SEYFERTH, 2000, p.107). O caráter ideológico do nacionalismo varguista, em relação às imigrações, se mostra também nas iniciativas de valorização do trabalhador nacional em detrimento do trabalhador estrangeiro, mesmo que o governo tenha se mantido interessado em continuar a colonização do território com imigrantes¹²¹.

120 O Brasil era dividido somente entre Norte e Sul, sendo a divisão em cinco regiões adotada oficialmente a partir de 1942.

121 “Num longo relatório apresentado ao Conselho de Imigração e Colonização, Neiva (1944, p. 546) afirmou que a fixação do imigrante é uma “questão de povoamento” pertinente à colonização. O mote contido nessa forma discursiva, “acelerar o povoamento”, estava reportado à imigração dirigida para núcleos coloniais, e à ocupação do centro oeste do país por gente civilizada e progressista. Configurava-se aí uma “política demográfica” que envolvia a migração internacional e a interna, esta última julgada necessária para resolver o outro “problema imigratório”, a assimilação” (SEYFERTH, 2020, p.283).

nos textos legais aparecem referências à “proteção” e “amparo” dos trabalhadores nacionais. As medidas de “proteção” estavam relacionadas ao mercado de trabalho urbano reserva de 2/3 dos empregos para os trabalhadores brasileiros, [...] o mesmo decreto “limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de 3ª classe”, sendo admissíveis apenas aqueles que são “agricultores constituídos em famílias regulares”, ou artífices com bilhetes de chamada. (SEYFERTH, 2020, p.279).

Na Europa, à época, as teorias eugenistas segregavam também os brancos da classe trabalhadora, os quais eram considerados uma raça inferior e portanto destinados à 3ª classe dos navios. Nota-se que, o interesse nos imigrantes passou a ser especialmente ligado a tipos de trabalho específicos e a especificidade da lei mostra como a noção de classe estava presente nas políticas de colonização e imigração. Além disto, com base nestas ideias eugenistas, a lista de imigrantes considerados indesejáveis aumentou, incluindo categorias como, deficiência física e mental, idosos, prostitutas, ciganos, entre outros. (SEYFERTH, 2020).

Nota-se então, que a era Vargas foi marcada por políticas restritivas e impositivas, em relação aos imigrantes que entravam e aos que já viviam no Brasil, com base em teorias raciais e eugenistas. Tais medidas impediram qualquer tipo de manifestação cultural e étnica que não a dita brasileira, incluindo é claro o uso de qualquer outra língua que não o português, bem como o seu ensino. Além disto, mascarou a política de branqueamento no projeto nacionalista de “abrasileiramento”, o qual pensava as etnias não-brancas apenas em um aspecto cultural, mas mantendo ainda a raça branca como ideal. O alistamento militar também fez parte desta política, ao afastar os filhos das famílias e impor-lhes o patriotismo. Tais medidas, segundo Giralda Seyferth (2020), só tiveram efetividade graças ao caráter coercitivo do governo ditatorial de Getúlio Vargas.

É preciso lembrar que no Estado moderno as atribuições da escola vão além da simples educação, incluindo a veiculação do patriotismo e dos sentimentos de pertença nacional, e o aprendizado da língua vernácula, conforme enunciados particularistas do nacionalismo. São elementos essencializados do processo de homogeneização cultural, assinalados por Freyre (1940) conformando a unidade luso brasileira (SEYFERTH, 2020, p.288)

O ideal de nação na “era Vargas” foi perseguido com muito afinco, não importando o quanto afetaria as outras nacionalidades presentes em território brasileiro, pois no Brasil deveria haver apenas uma cultura, uma língua, uma raça.

As políticas restritivas em relação a entrada de estrangeiros no Brasil, fizeram com que o percentual de imigração tivesse uma queda acentuada¹²², durante o governo de Vargas. Enquanto isso, no mundo, milhares de pessoas se dispersavam em decorrência das perseguições sofridas durante a Segunda Guerra Mundial. Com o seu fim e também, o fim da Era Vargas, um novo momento surgiu para a relação entre política internacional e migração no Brasil. Agora, tendo como plano de fundo um mundo dividido em dois pólos políticos, cada país deveria escolher um lado para se aliar. A opção do Brasil por se aliar ao bloco ocidental trouxe consigo então, a possibilidade de participação nas discussões acerca do acolhimento de refugiados¹²³. Esta nova postura propiciou uma reabertura das fronteiras brasileiras à entrada de imigrantes. Infelizmente esta reabertura estabeleceu critérios extremamente restritivos, muito semelhantes aos existentes no início da República. Tais critérios perpassavam novamente a noção de raça e classe, sendo aceitos somente aqueles refugiados que possuíssem condição de serem assimilados e que pudessem reforçar a ascendência europeia,

Recomendava o conselheiro Neiva a vinda, nesta ordem de prioridade, de baltas (lituanos, letões e estonianos), ucranianos, poloneses, russos brancos (não comunistas) e iugoslavos (Neiva 1949: 42). (ANDRADE, 2005, p.16)

Novo Século, ainda a raça

Analisando toda a política estabelecida, em relação aos migrantes e refugiados, desde a Era Vargas até os dias atuais, percebe-se a permanência do racismo nesta temática, mas para compreender melhor, tomarei como exemplo o fluxo historicamente

122 “no decênio 1881-1890, o número de imigrantes foi de 451.700; no decênio 1891-1900, 362.606; no decênio 1901-1910, 77.914 (diminuição resultante da supressão de auxílio ao transporte de imigrantes); no decênio 1911-1920, 100.312 (cifra que não foi superior em razão da Primeira Grande Guerra); no decênio 1921-1930, 203.822; e no decênio 1931-1940, chegaram tão somente 22.282 imigrantes (Ribeiro 1943: 60), equivalentes tão-só a 11% do decênio imediatamente anterior. [...] no Estado Novo, [...] se introduziu o regime de quotas, pela Constituição de 1934, e, no mesmo ano, mais restrições. No marco da Constituição de 1937, igualmente restritiva, criou-se o arcabouço jurídico da política imigratória e de estrangeiros brasileira, que cuidava da entrada, da nacionalidade, da extradição, da expulsão, e das reformas do Departamento de Povoamento, que passou a ser o Departamento Nacional de Imigração, e do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, que se tornou a Divisão de Terras e Colonização. Por fim, o Decreto-Lei 3.175, de 7 de abril de 1941, suspendeu a corrente imigratória para o Brasil.” (ANDRADE, 2005, p.11,12).

123 “O Brasil foi escolhido pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU para integrar o Comitê Consultivo do ACNUR, que funcionaria como organismo subsidiário da Assembleia Geral (ONU, 2005, p. 228). E em 1960, o país foi o primeiro país da região do Cone Sul [...] a ratificar a Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, por meio do Decreto Legislativo n.11, de 07 de Julho, promulgado pelo Decreto 50.215, de 28/01/1961, já durante a administração de Jânio Quadros (DE SÁ, 2011, p.83)” (SILVA, 2013, p.124).

recente de imigrantes haitianos, para o Brasil. No final da primeira década do século XXI, eles foram considerados o maior número de imigrantes entrando em território nacional. Muitos, pela urgência, entravam até mesmo ilegalmente, passando pelas fronteiras ao Norte. Com o objetivo de amenizar a situação dos haitianos ilegais, 4 mil foram legalizados e posteriormente começaram a ser contratados como força de trabalho pelas empresas no Sul do país. Muitos destes possuíam especialização, além de profissões bem demarcadas – professores, engenheiros, médicos, etc -, entretanto, mesmo com este perfil, a imagem atrelada à eles – devido ao racismo estruturado em nossa sociedade – era a de perigo e incapacidade mental (ROCHA, 2014).

Elaine Rocha (2014), em seu artigo intitulado “*Adivinhe quem vem para jantar? O imigrante negro na sociedade brasileira*”, cita exemplos de blogs e jornais que relatavam o imigrante haitiano como potencial ladrão e concorrência de trabalho e portanto, indesejável. Em contrapartida, no mesmo período, empresas contratavam imigrantes europeus e americanos como força de trabalho, pagando um salário ainda maior que o oferecido aos próprios brasileiros.

A ideia do negro criminoso persiste no imaginário brasileiro, uma reminiscência do ideário da segunda metade do século XIX, na qual a proximidade do negro livre indicava o perigo de ataque sexual às mulheres brancas ou um ataque à propriedade privada (ROCHA, 2014, p.129).

Além disto, compara a situação do negro e do imigrante branco, os quais, no início do século XX,

eram em sua maioria analfabetos, pobres, vivendo em cortiços e saídos de meios rurais para tentar a vida no meio urbano. É preciso ainda reconhecer que os negros, na ocasião, teriam ainda a vantagem de conhecer a língua e os costumes do país, porém as barreiras impostas aos afro-brasileiros em sua trajetória para a inclusão social foram muito maiores (ROCHA, 2014, p.130).

Ressaltando assim, que a desigualdade entre brancos e negros, deve-se ao racismo enraizado em nossa sociedade, refletido em políticas que ao longo dos anos, mais distanciou do que aproximou.

Conclusão

A partir do exposto, conclui-se então, que a política brasileira, desde o Império, sempre definiu um perfil de imigrantes desejáveis e indesejáveis. Para isto, estabeleceu diversos critérios, algumas vezes ligados à civilização, outras à raça, outras à classe, outras à cultura, mas sempre demarcando seu interesse e preferência pelos brancos e europeus. Mesmo quando a cultura destes já não era mais a desejável, ainda assim, sua cor fazia parte do objetivo político nacionalista, colocando-os em uma espécie de limbo entre o desejável e o indesejável. Neste ínterim, a população não-branca, em especial a negra, tornou-se um problema político que, de certa forma, encontrou solução na política de branqueamento, a qual utilizava os indesejáveis para alcançar o desejável. Quando percebeu-se que esta política não obteria êxito, desloca-se então a raça indesejável para cultura indesejável, mantendo o preconceito racial, porém disfarçando-o de forma a não admitir a existência de desigualdade racial no Brasil.

Nos anos que se seguiram, cada governo utilizou argumentos diversos para manter a separação de raça e classe de forma disfarçada ou encoberta, muitas vezes até mesmos evitando falar sobre o assunto, como tentativa de apagá-lo. Tais medidas, tomadas ao longo dos anos, possibilitaram que as atitudes e pensamentos discriminatórios se enraizassem em nossa sociedade, criando estereótipos que hierarquizam e inferiorizam a população não-branca. Ainda que as políticas atuais encaminhem-se para a aceitação das diferenças culturais e assecuração de direitos à população migrante e refugiada, percebe-se que a pirâmide das raças, mesmo que cientificamente abandonada, enraizou-se como um câncer em nossa sociedade.

Não poderia ser diferente com os imigrantes e refugiados que, ainda hoje, chegam ao Brasil. Todos eles, em algum momento ou grau sentiram, sentem ou sentirão a ação dos estereótipos, alguns positiva outros negativamente, mas para que esta ação negativa seja diminuída e quiçá exterminada, é preciso continuar lutando por igualdade e equidade. Na perspectiva de Stuart Hall, uma sociedade multicultural deveria pensar em algo novo, em formas novas de combinar a diferença e a identidade desde que se considere a “liberdade e a igualdade junto com a diferença, o bem e o correto” (HALL, 2003, p.86). Afinal a questão multicultural sugere que o “momento da diferença é essencial à definição de democracia como um espaço genuinamente heterogêneo” (HALL, 2003, p.87). Para que esta lógica “funcione” é necessária a expansão e radicalização das práticas democráticas da vida social e a contestação das formas de fechamento racial ou etnicamente excludente (HALL, 2003).

Referências

- ANDRADE, José H. Fischel de. **O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952)**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 48, n.1. p. 60-96. 2005.
- BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850**. . [S.l: s.n.]. 1850. Livro 1º do Actos Legislativos. fl. 57. Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio em 2 de outubro de 1850.
- BRASIL. **Decreto nº 1566 de 13 de Outubro de 1893**. Coleção de Leis do Brasil - 1893, Página 718 Vol. 1 pt II.
- CABECINHAS, Rosa; MACEDO, Isabel. **(Anti)racismo, ciência e educação: teorias, políticas e práticas**. *Revista Mediações*, online. Escola Superior de educação – IPS, v.7. n.2, p.16 – 36, 2019.
- FRONTOURA, Caroline de S. **Leis de imigração brasileiras e os dilemas do estado-nação: do período colonial à lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017**. Londrina, 2017. 59f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.
- MARX, Anthony. **A construção da raça e do Estado-Nação**. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 29, mar. 1996. P.9-36.
- MENEZES, Lená. M. de. **Refúgio no Brasil no Pós-Segunda Guerra: A ilha das flores como lugar de acolhimento e representação do paraíso**. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, Salvador, v. 03, n. 07, p. 109-125, jan./abr. 2018.
- REIS, Rossana Rocha. **A política do Brasil para as migrações internacionais**. *Revista Contexto Internacional*. v. 33, n. 1, jan/jun. p. 47-69. 2011.
- RESTIER, Henrique. **O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço**. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rolf M. *Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.
- ROCHA, Elaine P. **Adivinhe quem vem para jantar? O imigrante negro na sociedade brasileira**. [SYN]THESIS. Rio de Janeiro. v.7, n.2, 2014, p.121-132
- RODRIGUES, Leda Maria O. et al. **Migração Contemporânea e Educação**. *Cadernos Ceru*, São Paulo. Série 2, v. 25, n. 1, p.225-240, jun, 2014.
- SEYFERTH, Giralda. **O Estado brasileiro e a imigração**. In: NETO, Helion P. et al. (Org.). *Caminhos da migração: memória, integração e conflitos*. 2. ed. – E-book. São Leopoldo: Oikos, 2015. 424p. p. 108-133.
- SEYFERTH, Giralda. **Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil**. In: ZARUR, G (Org.). *Região e Tradição na América Latina*. 1ªed. Brasília: UNB, p.81-109, 2000.
- SEYFERTH, Giralda. **O Beneplácito da desigualdade: Breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2020.
- SILVA, César Augusto S. **A política brasileira para refugiados (1998-2012)**. Porto Alegre, 2013. 292f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- SOUZA, Rolf Malungo De. **FaloMaquia: Homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da Masculinidade em uma Sociedade do Ocidente**. *Rev. Antropolítica: Niterói*. n.34, p.35-52, 2013.
- STOLCKE, Verena. **O Enigma das Interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos Impérios Transatlânticos do século XVI a XX**. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(1):336, janeiro-abril, 2006, pp. 15-41.

ETNICIDADE, MEMÓRIAS E O PROCESSO COLONIZADOR EM JAGUARI (RS)

Renata Piecha¹²⁴
Maria Catarina Chitolina Zanini¹²⁵

Introdução

A presente proposta é resultado de uma pesquisa etnográfica realizada entre os anos de 2018 e 2020, na qual a observação participante nos possibilitou acompanhar o cotidiano de trabalho de mulheres agricultoras da comunidade de Rincão dos Alves, no interior do município de Jaguari, região central do Rio Grande do Sul. A história de Jaguari, tal como conhecemos hoje, confunde-se com a história da migração europeia no Sul do Brasil. Entre os anos de 1888 e 1906, esse território recebeu imigrantes europeus de diversas nacionalidades, dentre eles alemães, italianos e poloneses. Aspectos locais são mantidos referenciando esse passado, como a estética dos casarões, festas e costumes – atrelados sobretudo à italianidade, visto que Jaguari se reconhece e é, ao mesmo tempo, reconhecido como um município de colonização italiana. Ressaltamos, contudo, que há outros grupos étnicos na cidade, como apontaremos ao longo do texto.

Seguindo a lógica da colonização, os recém-chegados da Europa, os imigrantes e/ou descendentes de imigrantes, foram alocados em lotes coloniais designados por linhas. Todavia, a comunidade de Rincão dos Alves não fazia parte das linhas destinadas à colonização, sendo, no passado, uma sesmaria cedida pelo Governo Imperial brasileiro ao português João Alves Machado – figura que origina o nome da comunidade. Os colonos e seus filhos foram adquirindo partes desse antigo latifúndio que se dissolveu e, hoje, soma cerca de 80 famílias e unidades produtivas que possuem em média 25 hectares, orientadas pela lógica da agricultura familiar e tendo como a principal atividade produtiva a fumiicultura. Atualmente, residem em Rincão dos Alves camponeses/as que se autodenominam como colonos/as, isto é, trabalhadores rurais que se apropriam dessa origem étnica diferenciada (SEYFERTH, 1993) e elegem sinais adscritivos (BARTH, 2000) para si em contraposição aos demais trabalhadores rurais.

¹²⁴ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

¹²⁵ Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

Como se reconhecem como colonos/as, o trabalho se apresenta como um forte demarcador da identidade dos habitantes de Rincão dos Alves. Narrativas atreladas às dificuldades superadas por seus antepassados ao longo do processo migratório são passadas de geração em geração. Dessa forma, o trabalho se encontra associado a ascensão social, a honestidade, possuindo caráter moral e dignificador, moldando as visões de mundo desses/as descendentes que se estruturam nas práticas cotidianas. Partindo disso, destacamos nesse escrito que são as mulheres que mantêm os saberes-fazer dos emigrados da Europa mediante suas práticas laborais, principalmente, pela produção e comercialização das quitandas, isto é, queijos coloniais, ovos, frutas e legumes em compotas que são direcionados, em parte, a manutenção dos vínculos de reciprocidade entre parentes e vizinhos e, em outra parte, destinados aos mercados urbanos locais. Comercializadas em circuitos curtos pela via da informalidade, as quitandas são consumidas majoritariamente por cidadãos citadinos que se reconhecem como descendentes de imigrantes europeus, atribuindo significado especiais a esses alimentos que remetem às origens, sabores, memórias e saberes-fazer de seus antepassados. Assim, produzir, mas também consumir esses produtos são formas de fomentar e manter a identidade atrelada aos tempos da colonização, a um pertencimento às ancestralidades e às memórias familiares.

A colonização em Jaguari

Jaguari está localizado ao norte da Depressão Central e Bacia do Ibicuí, na região central do Rio Grande do Sul próxima 400km da capital gaúcha, Porto Alegre. Atualmente, a economia do município gira em torno da produção agrícola – como a produção de arroz, mas principalmente da produção de tabaco, a qual representa quase 50% do PIB do município – e a pecuária. Composto por aproximadamente 11mil habitantes, dos quais 43% residem nas áreas rurais e destes, 47% são mulheres. Uma parcela significativa da população de Jaguari se reconhece como descendentes de imigrantes europeus, na qual 88,9% da população se compreende como branca, enquanto que 11,1% se reconhece como negra ou parda. Isso porque a história do município, tal qual conhecemos hoje, confunde-se com a história do projeto de colonização europeia iniciado no Brasil em meados do século XIX.



Figura 1: Jaguarí no mapa do Rio Grande do Sul.
Fonte: Prefeitura de Jaguarí via Wikipédia

Com o intuito de povoar terras consideradas devolutas com mão de obra branca e livre, o projeto colonizador ignorou e conflitou com as populações que residiam nos territórios destinados à colonização. Jaguarí, até três séculos antes da chegada dos emigrantes da Europa, foi povoado por indígenas de origem Guarani, na região conhecida como Tape – do Guarani, povoação grande, fazendo jus às aproximadamente 2 mil pessoas que residiam nesse território (MARCHIORI, 1999). No século XVII, a região da Tape foi alvo de incursões Jesuítas, que inicialmente não foram aceitas com passividade¹²⁶. Somente após os anos de 1632, os missionários fundaram nesse local a incursão de São Tomé. Pelo que consta nos registros históricos (MARCHIORI, 1999), devido ao receio do encontro com bandeirantes e pelo fato da população ter sido quase dizimada por doenças, essa incursão foi realocada a margem esquerda do Uruguai, na qual hoje se encontra a cidade de São Tomé, na Argentina. Com essa migração a região do Tape acabou despovoada marcando o fim do ciclo jesuítico no Rio Grande do Sul (MARCHIORI, 1999). A forte presença indígena de Jaguarí é quase que esquecida pela

¹²⁶ Segundo os registros históricos a primeira capela erguida pelos jesuítas foi queimada pela população indígena (MARCHIORI, 1999).

população local, por pesquisadores e nas memórias que são transmitidas entre gerações. Todavia, a etimologia da palavra Jaguari remete a língua dos seus primeiros habitantes: Jaguar se refere ao felídeo que habitava essa região, juntamente com o sufixo y, rio em Guarani, fazendo referência ao rio que corta esse território, surge Jaguary ou o Rio do Jaguar.

Já a chegada dos imigrantes europeus em Jaguari ocorreu devido à indisponibilidade de terras na Colônia de Silveira Martins, que foi um polo da colonização na região central do Rio Grande do Sul, conhecida hoje, como Quarta Colônia. Em meados de 1886, o engenheiro José Manuel de Siqueira Couto¹²⁷ deslocou-se até essa região a fim de conhecer e iniciar os primeiros trabalhos para expandir a essas terras o projeto de colonização, contrapondo-se aos interesses de alguns madeireiros e posseiros (MARCHIORI, 1999). Os primeiros imigrantes europeus pisaram nessas terras apenas em setembro de 1888, chegando em levadas sucessivas até agosto de 1906 (MARCHIORI, 1999). Esse território foi destino de imigrantes de diversas nacionalidades, formando uma colônia mista – com migrantes alemães, húngaros, poloneses e italianos, sendo estes últimos os mais significativos, principalmente, pela manutenção de aspectos locais que remetem a italianidade, como a estética dos antigos casarões, festas e costumes.

Seguindo os trâmites do projeto colonial, quando chegaram ao território que hoje se estabeleceu o município, os migrantes foram acomodados em linhas organizadas por lotes coloniais (MARCHIORI, 1999). Inclusive, até os dias de hoje, algumas comunidades rurais, mantêm seus nomes com referência a estas linhas destinadas à colonização. No período inicial, as estradas, as casas, as plantações e toda a logística da propriedade eram construídas em meio a mata nativa. Atualmente, Jaguari é denominado como “A Cidade das Belezas Naturais” e, segundo os relatos históricos e narrativas memoriais que são transmitidas mediante a oralidade, a natureza vasta e imponente desse local foi um dos principais desafios dos recém-chegados da Europa. Essas histórias de um passado no qual “se passou muito trabalho”, são mantidas vivas no imaginário da população local e servem como fomentador da noção do trabalho como “virtude étnica” (SEYFERTH, 1986). Em Jaguari, quando os lotes urbanos começaram a ser demarcados foram os colonos os principais beneficiados, pois segundo Marchiori (1999), destacavam-se por sua disposição ao labor. Assim, destacamos que é durante o processo migratório que o trabalho enquanto característica própria da etnia se torna um símbolo forte de

¹²⁷ Siqueira Couto administrou a colônia de Jaguari desde a sua criação até os anos de 1911.

autodefinição e também justificador da busca de ascensão, de reprodução da condição camponesa e também de uma lógica advinda da religiosidade católica, ainda muito forte na região.

Ademais, é de suma importância destacar o caráter civilizatório e eugenista do projeto colonial que tinha como intuito a assimilação dos brancos europeus às outras populações que já residiam no Brasil (como índios e negros), acarretando assim em um branqueamento da população como prerrogativa ao progresso do país. Essas ideias perduram até hoje mediante as narrativas, determinando visões de mundo, se estruturando em práticas cotidianas e demarcando fronteiras de interação.



Figura 2: Município de Jaguari – sede, distritos e comunidades.
Fonte: Emater/ASCAR Jaguari

Colonos/as de Rincão dos Alves

A comunidade de Rincão dos Alves não foi destinada aos imigrantes, pois foi uma sesmaria destinada pelo Governo Imperial ao português e republicano João Alves Machado. De acordo com a lógica local, após o casamento, os filhos dos colonos recebiam um pedaço de terra, para produzir, estabelecer moradia e assim dar continuidade a condição camponesa baseada no trabalho familiar. Falamos filhos, pois a posse da terra ainda está atrelada a figura masculina, enquanto que as mulheres vão morar na propriedade do marido ou na propriedade da família do marido. Assim, com o passar dos anos essa antiga sesmaria se dissolveu se transformando, hoje, em cerca de 80

propriedades, geridas pela lógica da agricultura familiar, tendo como a principal fonte de renda a fumiicultura que se instaura como a principal atividade produtiva, de forma mais significativa, nos últimos 20 anos. A comunidade é composta por descendentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses que comumente se autodenominam colonos e colonas fazendo referência a essa origem étnica dada pela origem comum (SEYFERTH, 1986).

Um dos principais demarcadores da identidade desses/as trabalhadores/as rurais é o trabalho, compreendido como “virtude étnica” (SEYFERTH, 1986) atrelada a superação das adversidades do tempo da colonização e da domesticação da natureza hostil, narrada sempre como desafiadora e imprevisível. Esses/as descendentes se reconhecem de acordo com a procedência comum designada pelo parentesco e pelos laços de sangue, contrapondo-se aos demais trabalhadores rurais, que são denominados de forma pejorativa de “brasileiros”, pois não teriam essa origem comum e ao mesmo tempo diferenciada e, de certa forma, são interpretados como aqueles que não tem disposição ao trabalho e nem dominam as regras morais dos “colonos”. Nas narrativas memoriais que surgiram durante as ingressões em campo, os/as colonos/as afirmavam que antigamente se realizavam bailes de chão batido, nos quais os participantes eram possibilitados (ou não) de participar, de acordo com a sua procedência de origem. Hoje essa separação de acordo com a procedência étnica não se mostra relevante, porém, ainda em relação aos “brasileiros” há limites e fronteiras de interação. Como é o exemplo das festas religiosas que acontecem nas comunidades rurais, nas quais os designados a organização desses eventos são os/as colonos/as, considerados mais aptos ao trabalho e que compartilhariam a mesma moralidade. Casamentos entre esses diferentes grupos étnicos também não são bem vistos, sendo muito incomuns.

Recentemente, em Rincão dos Alves, iniciou-se um movimento de festejos que rememoram os tempos da migração. Essas festas são organizadas para preservar e muitas vezes inaugurar os laços da família extensa, designada pelo sobrenome e pela ancestralidade compartilhada. A comunidade de Rincão dos Alves é escolhida como o ponto de encontro, pois seria vista como o local no qual os descendentes iniciaram sua trajetória em terras brasileiras. Fotos, bandeiras do país de origem e narrativas memoriais marcam essa interação perpassada por sentimentos carregados de significados atrelados às origens e à trajetória dos antepassados, bem como às sagas familiares. A árvore genealógica da família é, por vezes, traçada, e em alguns casos o caminho reverso até o país de origem é realizado, tendo como figura principal o primeiro descendente chegado

em terras brasileiras. Normalmente essa figura é um homem, visto que a patrilinearidade é determinante. Vale afirmar que traçar a ascendência, ou seja, fazer o caminho reverso da colonização, como observou Maria Catarina Zanini (2004) com descendentes de imigrantes italianos em Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, é apenas visível nas camadas médias e altas urbanas do município de Jaguari. Nos contextos rurais, a denominação “colono” vem sendo substituída pela de trabalhadores/as rurais ou agricultores/as, sobretudo, pela recente e tímida inserção do Estado e de políticas públicas que beneficiem essa população, como por exemplo, o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O que se observa no cenário da agricultura familiar brasileira é um certo uso instrumental de questões identitárias para fins de acesso a bens e serviços, bem como de coesão de afinidades de pertencimentos.

É na Igreja, a sede da comunidade e um dos poucos espaços de lazer e sociabilidade disponíveis, em que se realizam os casamentos, as festas e as missas, pois a religiosidade ocupa um papel muito importante na vida desses/as camponeses/as. Assim destacamos que a fé também está atrelada aos antepassados migrantes servindo como justificativa aos fatos e acontecimentos que fogem a compreensão dessas pessoas, como doenças, morte e até fenômenos naturais – como períodos de muita chuva ou de estiagem. Nessas festividades, sejam elas comunitárias ou de dada família, mas que sempre contam com a colaboração dos membros da comunidade, pois há a lógica da ajuda mútua e solidariedade entre os/as colonos/as, sempre ocorre uma missa pela manhã. No almoço é de praxe que o prato principal seja o risoto de galinha. Rapaduras, merengues, sagu e outros alimentos são confeccionados fazendo com que essas comidas referenciem seus antepassados, transformando-se em fortes elementos de identificação e ao mesmo tempo celebração.



Figura 3: Igreja São João Evangelista – sede da comunidade de Rincão dos Alves.
Fonte: Acervo Pessoal – Renata Piecha.

A preservação dos saberes-fazeres dos emigrados da Europa

As narrativas memoriais servem como base para as práticas cotidianas mantendo aspectos, costumes, valores e lógicas ligadas aos imigrantes europeus. Como a presente pesquisa teve como enfoque, sobretudo as práticas laborais de mulheres agricultoras de Rincão dos Alves, vislumbramos que a preservação dos saberes-fazeres dos imigrantes europeus ocorre, sobretudo, mediante a produção e comercialização das quitandas, isto é, produtos atrelados à esfera de trabalho dita feminina. Do cuidado com a horta, comercializam verduras e frutas. Da atividade leiteira confeccionam e comercializam o queijo colonial que se relaciona ao saber-fazer dos descendentes de imigrantes europeus. São as mulheres que mantêm ainda outras lógicas que são rompidas com o ingresso da fomicultura em Rincão dos Alves, como por exemplo, a venda do excedente, isto é, daquilo que a família, por si só, não consome e que se destina a um mercado consumidor urbano que valoriza os produtos advindos “da colônia”. Já a atividade leiteira que, foi, no passado, a principal fonte de renda dessas famílias, mas devido à dificuldade de conciliar ao cultivo do tabaco e com os altos investimentos exigidos pelas cooperativas devido a modernização, foi realocada como uma atividade secundária, sendo mantida e gerida agora, apenas pelas mulheres. Assim, concordamos com a antropóloga Anna Tsing (2016), quando destaca que mesmo, estando imersas em lógicas globais os/as camponeses/as, por meio das alegorias agrárias, reproduzem lógicas locais. Lógicas essas que permitem, inclusive, a reprodução da condição camponesa.

O queijo colonial é confeccionado duas vezes ao dia, dependendo da produção leiteira. Após a ordenha das vacas, que ainda é realizada de forma manual, em grandes recipientes, as agricultoras aquecem o leite. Em seguida, acrescenta-se o coalho industrial. O soro deve ser retirado com frequência até que se forme a puína¹²⁸, que passa a ser acomodada em uma forma em formato circular com pequenos orifícios em seu entorno. Pesos e pedras auxiliam para a compressão da massa até que se forme um bloco consistente, que, quando extraído, deve passar pelo processo de maturação. A confecção do queijo colonial pode ser compreendida como um rito profano, de acordo com a perspectiva de Claude Rivière (1997), pois desabrocham no cotidiano, mas ao mesmo tempo, envolvem características sacras, como disciplina e zelo.



Figura 4: Produção do queijo colonial em Jaguari (RS).
Fonte: Acervo pessoal – Renata Piecha.

A principal forma de escoamento das quitandas ocorre pela via da informalidade em circuitos curtos com comerciantes urbanos que revendem esses produtos em seus

¹²⁸ A “puína” é um estágio inicial de fabricação do queijo colonial. Após o leite ser misturado ao coalho industrial, formam-se pequenos “gumes”. O resultado final é uma massa que se assemelha à ricota.

estabelecimentos nas cidades próximas. Essa venda, que envolve a presença de intermediários, estabelece relações bastante díspares, pois quem determina os preços são estes comerciantes e vale afirmar que há pouco valor agregado nesse produto¹²⁹. São esses trabalhadores urbanos que, por vezes, buscam determinar o valor do trabalho realizado por essas mulheres, bem como o que produzir. Porém, as mulheres resistem e a fabricação ainda é gerida por elas. Em outros casos, essa venda se estabelece com vizinhos, parentes e trabalhadores urbanos. Estas últimas envolvem trocas simbólicas, solidariedade, amizade e gratificação de favores, relacionando-se as relações de reciprocidade que envolvem a troca de alimentos, como destacou Sabourin (2009). Essa relação com o mercado na qual as mulheres são as principais interlocutoras é recente e requer o aprendizado de novas habilidades e saberes, sobretudo quando requer “lidar com o dinheiro”. Todavia, nos baseamos nos escritos de Silvana de Oliveira (2015) em sua análise com feirantes camponeses/as em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, quando destaca que essa relação com o mercado em nada afeta a sua campesinidade. Os ganhos advindos dessa comercialização são destinados, em grande maioria, para o bem-estar da família, sendo direcionada ao conforto, qualidade de vida, higiene, vestimentas e garantindo a compra de alimentos que essas famílias cada vez menos produzem, devido à dificuldade de conciliar com o trabalho que se desenvolve na cultura do tabaco - como por exemplo, o feijão, a farinha de trigo, o arroz e produtos de uso doméstico. Essa ganho advindo das quitandas é denominado de “dinheiro pingadinho”, pois é recebido de forma gradual, diferente dos ganhos da fumicultura que são recebidos em um curto espaço de tempo e são, em sua maioria destinados a quitação de dívidas, investidas na propriedade, no maquinário, entre outros. Assim, destacamos que são essas mulheres que garantem a manutenção das necessidades básicas destas famílias e, para além, obviamente, satisfazem as necessidades de consumo delas mesmas e, a decisão de direcionar para o núcleo familiar passa, sempre, por elas. Assim, estas camponesas reproduzem a lógica camponesa vigente que compreende a “família como um valor” – como definiu Ellen Woortmann (1995) – e se mostram como agentes ativos e geradores de renda.

Os principais consumidores das “quitandas” são cidadãos urbanos e assim constatamos que a comida é, também, identificação, vínculo de pertencimento e fonte de memórias. Produzir, mas também consumir esses produtos é uma forma de fomentar a identidade atrelada aos tempos da colonização, fazendo com que esses produtos,

¹²⁹ O queijo colonial é em Rincão dos Alves vendido por uma média de 15 reais o quilo.

perpassados de saberes seculares herdados e transmitidos por/entre mulheres que fazem referência às origens familiares, sejam considerados como patrimônios materiais e imateriais. Compreendemos os saberes tradicionais de acordo com a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2007), enquanto formas de entender e agir no mundo, possuindo validade local e, ao mesmo tempo, sendo plurais. Então as mulheres de Rincão dos Alves preservam os saberes ligados ao trabalho com a terra e a produção de alimentos, indo de encontro a ideia defendida também pela filósofa Silvia Federici (2019) quando destaca que as mulheres camponesas são as agricultoras de substância do planeta, pois, ao mesmo tempo que produzem e garantem a alimentação de suas famílias, contemplam as demandas dos mercados locais.

Finalmente, nos baseamos nos escritos da socióloga rural Maria Nazareth Wanderley (2009) quando defende a importância de compreender as relações entre rural e urbano como relações de troca, complementaridade e interdependência. As quitandas são um exemplo dessa relação de troca, pois, com a venda de seus produtos as mulheres adquirem um ganho que em uma sociedade capitalista tende a ser sinônimo de autonomia, propiciando mais conforto para si e para a família, enquanto que os cidadãos urbanos possuem acesso a alimentos dos quais reconhecem sua procedência referenciando seus antepassados, os imigrantes europeus.

Considerações finais

Jaguari, enquanto um município fruto do projeto colonizador, mantém aspectos e memórias que remetem à vinda dos emigrados europeus, ignorando outras populações e etnias que residiam nesse território originalmente. Como descendentes de imigrantes europeus que se reconhecem como colonos/as, o trabalho é um forte demarcador das identidades, emergindo em contraposição aos demais trabalhadores rurais, demarcando interações. As festividades e a culinária ocupam um papel central na manutenção desse passado e, ao mesmo tempo, das identidades. Partindo disso, surgem as quitandas, isto é, um compilado de produtos como o queijo “colonial, pães, compotas e outros que, por um lado, garantem a soberania alimentar familiar e, por outro lado, são direcionados à manutenção de redes de reciprocidade e aos mercados urbanos locais.

As quitandas são produtos confeccionados e comercializados por mulheres, preservando os saberes-fazer dos imigrantes europeus e prezando pelas origens familiares. Saberes estes que são transmitidos por/entre mulheres e se caracterizam como

patrimônios materiais e imateriais, pois remetem aos saberes, gostos e memórias seculares dos imigrantes europeus chegados ao Brasil mediante o projeto de colonização. Com essa venda, as mulheres camponesas de Rincão dos Alves, acessam um ganho que lhes proporciona uma melhoria de vida, que tende a se estender ao restante do núcleo familiar, enquanto quem os consome reconhece a sua procedência e lhes atribui valor simbólico. Dessa forma, observa-se a riqueza presente neste campo de estudo e que nos possibilita compreender dinâmicas sociais complexas que se processam por meio de relações cotidianas na comunidade de Rincão dos Alves e suas fronteiras interativas e de pertencimento.

Referências

- BARTH, F.. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, T.. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- CUNHA, M. C.. da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n. 75, p. 76-84, 2007.
- FEDERICI, S.. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Coletivo Sycorax - São Paulo: Elefante, 2019.
- MARCHIORI, J. N. C.. **Esboço Histórico de Jaguari**. Santa Maria: Palotti, 1999.
- OLIVEIRA, S. S. de.. “Pegando a Feira”: Trocas, reciprocidade e mercado no feirão colonial em Santa Maria-RS. **Dissertação de mestrado**: UFSM, 2015.
- RIVIÈRE, C. **Os ritos profanos**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SABOURIN, E.. **Camponeses do Brasil entre troca mercantil e a reciprocidade**. Tradução: Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2009.
- SEYFERTH, G.. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. São Paulo; **Revista USP**, (53), 117-149, 2002.
- SEYFERTH, G.. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- SEYFERTH, G.. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, v. 29, p. 57-71, 1986.
- SEYFERTH, G.. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 1993.
- TSING, A. **Alegoria agrária y futuros globales**. *Revista Colombiana de Antropología*. Vol. 52, n. 1, p. 289-346, 2016.
- WANDERLEY, M. de N.. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, ano 17, v. 1, p. 60-85, 2009.
- WOORTMANN, E.. **Teorias do campesinato e teorias do parentesco. Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ZANINI, M. C. C.. A Família como Patrimônio: A Construção de Memórias entre Descendentes de Imigrantes Italianos. **Campos - Revista de Antropologia**, 2004.

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE: A FORMAÇÃO DO POVO BARONENSE

Ricardo Luis Herpich¹³⁰

Os séculos XX e XXI, foram os mais revolucionários da história. O mundo nunca foi transformado de maneira tão profunda, dramática e extraordinária dentro de um período tão curto. As gerações que não viram como o mundo era antes têm dificuldade em perceber isso intuitivamente. Neste contexto, a função da história é construir o passado, dotando uma sociedade de uma visão de tempo que vai muito além daquilo que definimos como presente.

Desta forma, o historiador deve dominar métodos de interpretação, uma vez que as fontes devem ser criticadas e historicizadas,

A fonte histórica, como se sabe, é o elemento que assegura uma base científica à história; ou, caso se queira evitar a interminável polêmica sobre a “cientificidade da história”, o que dá legitimidade ao discurso do historiador. É um daqueles elementos que vai produzir a distinção entre a história e o relato de ficção. Qualquer afirmação do historiador deve ser proposta a partir de uma base documental; da mesma forma que as hipóteses por ele levantadas devem ser comprovadas ou admitidas como aceitáveis a partir do seu trabalho com as fontes (BARROS, 2012, p. 411).

Essa mudança historiográfica, ampliou o leque de fontes históricas, que passou a compreender como vestígios, registros do passado ligados diretamente aos estudos do cotidiano, do imaginário, da alimentação, das tradições, da cultura, etc. No entanto, os documentos escritos não perderam seu valor, mas passaram a ser reinterpretados partindo de técnicas interdisciplinares.

Nessa nova perspectiva, todos os tipos de vestígios inscritos no passado como um livro de receita, fotografias, cinema, músicas, enfim uma série de elementos que auxiliariam o historiador na busca de compreender como se estabeleceram os homens do passado, qual significado tais objetos adquiriram para estas sociedades, para os grupos que o forjaram e no que tange sua relação com o presente, passaram a ser importantes. Assim tem se tornado comum que alguns documentos como uma imagem, uma canção ou um objeto da cultura material apareçam com certa frequência nos materiais didáticos e/ou

¹³⁰ PPG História - Mestrado Profissional na Universidade de Caxias do Sul.

através do professor na prática de sala de aula, como mediador na aprendizagem da história.

Nesse contexto, em alusão aos 33 anos de emancipação política do município a Escola Municipal de Ensino Fundamental Senhor do Bom Fim desenvolveu um projeto sobre a história, a identidade e as memórias do município de Barão. O Projeto teve início com uma conversa sobre Memória e História Local.

De acordo com o hino municipal baronense existem duas versões sobre a denominação do município de Barão, caracterizando uma disputa de narrativas sobre qual a verdadeira origem do nome. Nessa disputa, a primeira versão conforme consta no site da Prefeitura Municipal¹³¹ vem das pesquisas do Padre Rubem Neis¹³² publicada no jornal Correio do Povo em 15 de novembro de 1975:

A denominação da localidade de Barão provém, segundo o Pe. Rubem Neis, do Barão de Holleben, Luiz Henrique Von Holleben, que nasceu em Saxe Mainer, na Alemanha, formando-se em engenharia na Inglaterra e vindo casar-se no Brasil com dona Maria da Luz dos Santos na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. O Barão Von Holleben acompanhou em setembro de 1880 como engenheiro ferroviário, o engenheiro Carvalho Borges, a Conde D'Eu, hoje Garibaldi e Bento Gonçalves, a fim de dirigir as obras da estrada de ferro entre Montenegro e Bento Gonçalves. O Barão estabeleceu residência no ponto mais avançado da colonização alemã, entre Salvador do Sul e Carlos Barbosa, no local posteriormente denominado "Barão", mas que na época era pouco habitado. Para designar o local onde morava, quando alguém queria falar com ele, dizia "Vou lá no Barão" (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO).

Essa versão também é embasada pelo jornal Gazeta de Porto Alegre que relata a chegada do engenheiro a Porto Alegre e sua consequente ida a Serra Gaúcha, onde na realidade se tornaria responsável pela obra da estrada de rodagem Buarque de Macedo, atual BRT 470.

Partem amanhã, com destino a colônia Conde D'Eu, os ilustrados engenheiros Dr. Carvalho Borges e Barão von Holleben, o Sr. Dr. Carvalho Borges vai assumir a direção da colônia e de D. Isabel sendo S. Sa. especialista no assumpto, é de esperar que ali preste os mesmos e importantes serviços que prestou no Macury e em diversas colônias de Santa Catarina. Em Conde D'Eu há muito a fazer, mas com honestidade e tino, é fácil salvar essa colônia do abatimento em que

¹³¹ Disponível em: <https://www.barao.rs.gov.br/historia/>.

¹³² Monsenhor Ruben Neis foi membro e secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), escrevia para diversos jornais de grande circulação, dentre eles o Correio do Povo.

deixarão os últimos administradores, desde a época em que foi demitido o Sr. Cap. João J. Ferreira (GAZETA DE PORTO ALEGRE, sábado, 04 de setembro de 1880).

Por fim, também encontramos essa versão sobre o nome do município, no livro Montenegro de ontem e de hoje, onde a autora fala:

“O distrito e a Vila de Barão, que pertenceram a Montenegro e hoje fazem parte de Salvador do Sul, também ex-distrito montenegrino, têm por nome o seu título nobiliárquico, por ali haver instalado residência, durante a construção da estrada, o engenheiro referido, Luiz Henrique Von Holleben, ou Barão de Holleben” (KAUTZMANN, 1979, p.108).

Existe, porém, uma outra versão sobre a origem do nome de Barão, encontrada no livro do escritor Campos Netto, intitulado Montenegro, editado em 1924, na qual o autor afirma ser “o nome de Barão originário de Francisco Mário de Abreu, chamado Chico Pedro, Barão do Jacuí”. Chegando a afirmar que o Barão Von Holleben não residiu no local, “O nome Barão, querem uns que seja originário do Barão Von Holleben, mas supomos errônea essa afirmação. Não consta que esse titular alemão ali residisse”. Posteriormente afirma o historiador: "O Barão do Jacuí deve ter dado o nome a este Distrito" (CAMPOS NETTO, 1924, p. 450).

Contudo, conforme consta nos trabalhos de memorialistas da cidade (Romildo Sottá, 2001; Guido Bourscheid, 2007; Jacob Selbach, 2008; Cláudio Ferrari, Miriam Terezinha Mosená e Neide Girardi Ferrari, 2018) e de outros autores como: Becker (1991), Migot (1989), Kautzmann (1979) e Campos Neto (1924), a ocupação da região é anterior a presença do Barão de Holleben.

Localizado na antiga colônia de Santa Maria de Soledade (*em alguns documentos consta Nossa Senhora de Soledade*), o atual município, tem sua formação sociocultural a partir dos processos migratórios do século XIX, sendo colonizado principalmente por imigrantes alemães e italianos, oriundos de uma região da Europa que enfrentava grandes transformações sociais.

Essa grande massa de desempregados e camponeses desapropriados partiram em busca de uma nova oportunidade, sendo um dos destinos o Brasil, que buscava povoar as terras do sul do país, onde a colonização prossegue apoiada na Lei de Terras, no qual o governo imperial oportunizava a compra efetiva das terras pela Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara (FREITAS JÚNIOR, 1882, p. 1).

Conforme Selbach (2008), esses imigrantes foram atraídos pelas promessas do governo imperial, especialmente os alemães, que se fixaram na região a partir de 1857. Assim, a história de Barão se confunde com a história da maioria de cidades da região do Vale do Caí, conforme cita BOURSCHEID (2007, p. 81)

Em 1857 chegou uma turma de imigrantes e em 1858 veio outra leva, bem grande. Nessa última leva estavam famílias de franceses que saíram da França e já moravam na Alemanha quando emigraram. Esta turma que veio por último, seguiu a trilha dos franceses e acabou continuando a colonização das terras dos já moradores, em direção ao morro. Escolhidas as terras, as famílias começaram a construir suas casas e os pavilhões para os animais. Como deram continuidade nas terras já cultivadas pelos franceses, a comunidade acabou sendo instalada em linha reta, cada um com seus lotes.

No mesmo período em que se desenvolvia a região de colonização alemã, se iniciarem no ano de 1880, as obras de construção da estrada de rodagem Buarque de Macedo, que ligava Montenegro a Caxias do Sul, obra que na região foi dirigida pelo engenheiro alemão Luis Henrique von Holleben (Barão de Holleben), subordinada ao engenheiro Dr. Carvalho Borges. Segundo a tradição oral, teria sido nesse período entre 1880 e 1882 que o Barão de Holleben teria vivido na região e dado nome ao local (NEIS, 1975).

Para KAUTZMANN (1979, p.108), o lado italiano do município passou a ser povoado, “depois de terminada a estrada Buarque de Macedo, os proprietários das terras intercaladas entre Maratá e Garibaldi começaram a vender frações dela”, o que iniciou o povoamento da região. Conforme SELBACH (2008, p. 14) “já em 1892, o pioneiro Pedro Kafer, teria se estabelecido na região, vindo de Linha Bonita”, dando origem a comunidade do Sagrado Coração de Jesus. Já a comunidade de “Arroio Canoas foi fundada pelo Coronel Guilherme Einloft, em 1878, [...] sendo seus primeiros moradores Jacob Metz e sua esposa Regina”, (MIGOT, 1989, p. 510).

A ocupação italiana na Linha Canoas, iniciou-se por volta de 1911, com a chegada das primeiras famílias vindas provavelmente das colônias de Conde D`eu e Princesa Isabel (atualmente Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa).

Posteriormente, com a implantação da via férrea que ligava Porto Alegre a Caxias do Sul, que foi construída entre 1906 e 1911, e a inauguração da estação de Barão em 1º de dezembro de 1909.



Figura 1: Estação Barão.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

Este fato, levou ao deslocamento da sede do 4º distrito de Montenegro, de Badesenberg para a recém fundada Vila de Barão em 1914, de acordo com o Ato Municipal nº 34, o que potencializou sua influência política e econômica como sede do futuro município.

No centro funcionava a cantina e Armazém de Secos e Molhados da família Hartmann, com grande sortimento de produção. As uvas eram adquiridas dos produtores de toda a região, que traziam os tonéis e cestos abarrotados em carroças puxadas por juntas de bois. Além da estrada de ferro a rodovia Buarque de Macedo também ligava Barão a Montenegro, Porto Alegre e Caxias do Sul” (JORNAL AÇÃO, 06/05/2010, p. 11).

Segundo o IBGE, pela Lei Estadual nº 4.577, de 09/10/1963, o distrito de Barão é desmembrado de Montenegro para constituir o novo município de Salvador do Sul (ex-

São Salvador). Neste mesmo ano, Barão foi elevado a segundo distrito e foram surgindo as primeiras ideias emancipacionistas. Fato que se concretizou em 24 de abril de 1988, com a realização do plebiscito, tendo como resultado: Sim – 2900; Não – 969; Brancos – 34 e nulos 22.

Finalmente em 12 de maio de 1988, a emancipação política é reconhecida por meio do Decreto Lei nº 8635.

“PEDRO SIMON, Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 66, item IV, da Constituição do Estado, que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º É criado o Município de BARÃO, constituído por área do Distrito de Barão, pertencente ao Município de Salvador do Sul, e parte dos municípios de Carlos Barbosa e Bom Princípio

Art. 2º O território do novo município fica com os seguintes limites”
(GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, LEI 8635, 12/05/1988).

Para servir de sede do governo, foi realizada uma grande reforma na antiga casa do feitor da Estação Férrea, além do antigo prédio da Estação passar a abrigar as secretarias municipais e o parque de máquinas.



Figura 2: Sede da Prefeitura Municipal de Barão.
Fonte: Arquivo Histórico Municipal.

A atividade seguinte tinha por finalidade a busca por imagens e fotos, que representassem as lembranças e memórias dos alunos e de suas famílias sobre acontecimentos, personagens e lugares referentes a Barão. Pois para (DELGADO, 2003, p. 23), as “Narrativas, memórias, histórias e identidades, são a humanidade em movimento. São os olhares que permeiam tempos heterogênicos. São a história em construção. São memórias que falam”.

DUBAR (1997) concebe identidade como resultado do processo de socialização, que compreende o cruzamento dos processos relacionais (ou seja, o sujeito é analisado pelo outro dentro dos sistemas de ação nos quais os sujeitos estão inseridos) e biográficos (que tratam da história, habilidades e projetos da pessoa).

Para HALL (2006), identidades correspondentes a um determinado mundo social estão em declínio, visto que a sociedade não pode mais ser vista como determinada, mas em contínua mutação e movimento, fazendo com que novas identidades surjam continuamente, em um processo de fragmentação do indivíduo moderno. Assim, assinala que estaria ocorrendo uma mudança no conceito de identidade, visto tratar-se de um aspecto complexo, que envolve múltiplos fatores.

[...] o objetivo fundamental da História no ensino fundamental, é situar o aluno no momento histórico em que vive [...]. O processo de construção da história de vida do aluno, de suas relações sociais, situado em contextos mais amplos, contribui para situá-lo historicamente em sua formação social, a fim de que seu crescimento social e afetivo desenvolva-lhe o sentido de pertencer. (ZAMBONI, 1993, p.07).

Nesse contexto, os historiadores produzem um conhecimento que faz parte de um processo de rupturas e permanências, continuidades e descontinuidades, pois “o ensino e a escrita da História implicam sempre na tomada de posição política e a defesa de valores, mesmo quando não se está atento para esses aspectos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.32-33).

Pois, conforme CHARTIER,

“[...] a leitura das diferentes temporalidades que fazem que o presente seja o que é, herança e ruptura, invenção e inércia ao mesmo tempo, continua sendo a tarefa singular dos historiadores e sua responsabilidade principal para com seus contemporâneos” (2010, p.68).

Tendo em vista que, em tempos recentes, historiadores, pesquisadores do ensino e professores têm defendido um ensino de história diferente, cujo papel consiste em

orientar os sujeitos a pensarem historicamente, a constituírem uma consciência histórica, a reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreender as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo (CAIMI, 2010).

Isso está presente também nas ideias do historiador DUBY (1993, p. 09), quando pergunta “Para que escrever a história se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente?” O tema cotidiano tem grande abrangência, colocando o homem no centro do acontecer histórico:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’ todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 2008, p. 17).

Na mesma linha de pensamento, BITTENCOURT (2004, p. 47) aponta como finalidade dessa disciplina na escola “formar um cidadão comum que necessita de ferramentas intelectuais variadas para situar-se na sociedade e compreender o mundo físico e social em que vive”.

Por isso, todas as culturas necessitam de um passado, mas nem sempre este passado é aquele referendado pela investigação histórica. O que ensinamos de história na escola é apenas uma parte dos conhecimentos historiográficos produzidos pelos historiadores, onde a pluralidade de identidades a construção da consciência histórica e a memória – individual e coletiva – são discussões imprescindíveis para a compreensão das especificidades de um local, uma vez que

É pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os ‘lugares de memória’ (grifo da autora), expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. Os vestígios do passado de todo e qualquer lugar, de pessoas e de coisas, de paisagens naturais ou construídas tornam-se objeto de estudo. (BITTENCOURT, 2004, p. 169).

Diante disso, partimos das análises de HALBWACHS (2003) com sua discussão sobre memória individual e coletiva, assim como a relação dessa memória com as situações do cotidiano, como a relação entre espaço e tempo.

A memória (...) é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é, por definição, ‘coletiva’. Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao ‘tempo que muda’, às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (HALBWACHS, 2003, p. 160).

Na mesma linha POLLAK (1992, p. 04) defende que memória é um fenômeno construído. Onde a memória, individual ou coletiva, é constituída por acontecimentos, personagens e lugares. E esses elementos precisam estar organizados para que as narrativas memoriais ganhem sentido, adquiram justificação e credibilidade, tornando – se o que NORA (1993) chama de os “lugares de memória”.

Esta memória é formada a partir da afetividade, onde há uma adesão emocional dos indivíduos ao grupo. Nesse processo de negociação, HALBWACHS (2006) expressa que não adianta termos acesso às lembranças e testemunhos de outros, se não houver pontos de contatos suficientes entre a nossa memória e a deles. Logo, por excelência a memória é antes de tudo coletiva. Segundo POLLAK (1992), a memória coletiva tem como funções manter a coesão interna e defender as fronteiras de grupos. Uma vez que, está memória fornece os pontos de referência que aproximam os indivíduos, independentemente do tempo, da repressão que possam sofrer do aparelho estatal e até de invasões de outros povos.

Assim, o conceito de memória está ligado à memória social e coletiva, conforme cita Jacques LE GOFF (2003, p. 422), “o estudo da memória social é um dos elementos fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história”. O autor ainda acrescenta que “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2003, p. 410).

Para POLLAK (1992, p. 02), “a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.

Desta forma, a memória contribui para legitimação da identidade local, que segundo RUSEN:

Consiste na ampliação do horizonte, nas experiências do tempo e nas intenções acerca do tempo, no qual os sujeitos agentes se asseguram da

permanência de si mesmos na evolução do tempo. O ponto extremo dessa consolidação de identidade é a ‘humanidade’, como suprasumo dos pontos comuns em sociedade, com respeito a diversos sujeitos agentes, no processo de determinação de suas próprias identidades, determinam as dos outros de forma tal que estes se reconhecem nelas. Esse critério de sentido, ‘humanidade’, fornece o parâmetro para se constatar a consolidação da identidade em que desembocam o progresso contínuo do conhecimento mediante a pesquisa histórica e a ampliação contínua das perspectivas mediante a reflexão histórica sobre referenciais (2001, p. 126).

Assim, a identidade é baseada na memória que pode ser individual ou coletiva, constituída a partir das escolhas feitas ao longo dos processos, o que nos leva ao surgimento de um sentimento de pertencimento a um lugar ou grupo e a construção identitária, conforme diz BAUMAN,

Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade (2005, p.17).

Uma vez que, a história local é constituída por diferentes identidades que são geradas pelos grupos que compõem este espaço, que segundo CERTEAU (2002) pode ser definido como o lugar onde o ser humano realiza as ações do cotidiano.

Também é notável que, o que separa uma identidade da outra é a diferença, e para que haja a representação das identidades locais, faz-se necessário o reconhecimento destas e a percepção que existem diferentes fatores que diferenciam os grupos sociais. Uma vez que, para CHARTIER (1991), a representação é uma forma de compreender o funcionamento da sociedade ou definir as operações intelectuais que lhe permitem aprender o mundo, pois:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com posição de quem as utiliza (CHARTIER, 1991, p.17).

Buscando abordar a História de Barão, por meio da história do cotidiano, com objetivo de inserir as ações de pessoas comuns no processo histórico, analisando aspectos como: a origem do nome, o modo de vida dos primeiros imigrantes, a formação de seus processos identitários e seu desenvolvimento econômico, cultural e social.

Uma vez que, a história local como conteúdo no Ensino Fundamental ganha importância se nos aproximarmos do sentido atribuído por Vygotsky (1998) para a aprendizagem da história, assim o professor ao escolher como conteúdo possibilidades de desenvolver no estudante a capacidade de se articular com seu mundo a partir do seu entorno permite que ela desenvolva as condições para a compreensão do conhecimento histórico (CAIMI, 2010).

Entendesse assim, que a História Escolar é essencial, pois estabelece uma reflexão crítica, a fim de que os indivíduos se reconheçam como agentes históricos. Nesse sentido,

[...] o estudo da História desde os primeiros anos de escolaridade é fundamental para que o indivíduo possa conhecer-se, conhecer os grupos, perceber a diversidade, possibilitando comparações entre grupos e sociedades nos diversos tempos e espaços. Por isso, a História ensina a ter respeito pela diferença, contribuindo para o entendimento dos modos de leitura e escrita do mundo em que vivemos e também do mundo em que gostaríamos de viver (FONSECA, 2009, p. 252).

Já para CAIMI (2010), os debates atuais sobre o ensino de história apontam possibilidades de estabelecer relações muito profundas entre o estudo das trajetórias locais/regionais e os processos de formação de identidades, de modo a superar o verbalismo das aulas de história circunscritas apenas a temporalidades remotas, a espaços distantes e a determinadas memórias com as quais a maioria dos estudantes que frequenta a escola brasileira não se identifica e nas quais não reconhece as suas experiências, tampouco as de seu grupo de pertença.

Uma vez que, de acordo com BITTENCOURT,

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência - escola, casa, comunidade, trabalho, lazer - e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (2004, p. 168).

Assim, o trabalho culminou com a produção de um cartaz (Mapa de Barão) pelos alunos do 8º e 9º ano, onde foram expostas as fotos coletadas durante a atividade.



Figura 3: Cartaz do Projeto.
Fonte: Arquivo Pessoal de Ricardo Luis Herpich.

Preparando assim, alunos capazes de se confrontar com problemas históricos, participar ativamente da sociedade em que vive, de interpretar informações e produtos dos meios de comunicação, bem como interagir na elucidação de problemas sociais, éticos e morais de seu ambiente de vida. Fato que é evidenciado por SEFFNER (1998, p. 37), quando ele diz “o conhecimento acerca do mundo, que a reflexão histórica produz é fundamental para a vida do homem em sociedade, e pressuposto para qualquer outro raciocínio de natureza crítica e mobilizadora”.

Uma vez que ensinar história na escola significa permitir aos estudantes abordar sua realidade sociocultural, garantindo a compreensão de si mesmos como agentes históricos e das suas identidades como construções do tempo histórico. Trata-se de levar as novas gerações a conhecerem suas próprias determinações, a construir relações de pertencimento a um grupo, a uma história de lutas coletivas.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2004.
- BOURSCHEID, Guido Carlos. **Linha Francesa: Uma história quase esquecida.** Bom Princípio: Gráfica Dominó, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

- CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na História: de onde eu vejo o mundo. In: MEC, **Coleção Explorando o Ensino** – História, volume 21. Brasília: 2010, p. 59-82.
- CAMPOS NETTO, José Cândido de. **Montenegro**. Montenegro: Livraria Irmãos Gehlen, 1924.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, v. 5, n.11, jan/abr, 1991.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010.
- CERTEAU. Michel de. **A operação historiográfica**. In: CERTEAU. Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memórias e identidades**. História Oral, v. 6, p. 9-25, 2003.
- DUBAR, C. **Para uma teoria sociológica da identidade**. Em A socialização. Porto: Porto Editora, 1997.
- DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora da UFRJ, 1993.
- FERRARI, C., MOSENA, M. T., FERRARI, N. G. 30 ANOS – **BARÃO, Um bom lugar para se viver!** Salvador do Sul: Gráfica Tigrapel, 2018.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2013.
- FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. 8ª. ed. Campinas: Papirus, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra 2008.
- KAUTZMANN, Maria Eunice (coord.). **Montenegro de Ontem e de Hoje**. Porto Alegre: Pallotti, 1979.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MIGOT, Aldo Francisco: **História de Carlos Barbosa**. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.
- NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 10, 1992, p. 200-212.
- RUSEN, Jorn. **Razão Histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SEFFNER, Fernando. **Aprendizagens da educação popular**. Gravataí: SMEC, 1998.
- SELBACH, Jacob Christiano. **Barão: Um bom lugar pra se viver! Bom Princípio: Gráfica Dominó**, 2008.
- SCOTTÁ, Romildo. **Arroio Canoas Navegantes**. São Leopoldo: Editora Palotti, 2001.
- ZAMBONI, Ernesta. **O Ensino de História e a Construção da Identidade**. História-Série Argumento. São Paulo: SEE/Cenp, 1993.

Parte 9 – Migrações e história militar

AS FOTOS *FAKE* DOS ZEPPELINS NO BRASIL NA DÉCADA DE 1930: MOTIVAÇÃO, NAZISMO E SUAS RELAÇÕES COM O IMAGINÁRIO POPULAR NO PASSADO E PRESENTE

Cristiano Rocha Affonso da Costa¹³³

A Companhia Zeppelin¹³⁴ e os voos para o Brasil

Os dirigíveis, popularmente chamados de zeppelins, eram um meio de transporte de passageiros de sucesso na Alemanha desde a década de 1910. Eram construídos e operados pela Companhia Zeppelin. O funcionamento da companhia, após a Primeira Guerra Mundial (I GM) ajudou a equilibrar a economia do país recém derrotado no conflito. Após entregar seus dirigíveis como pagamento de dívidas de guerra para a Inglaterra, França e Itália a companhia conseguiu manter suas instalações para a construção de zeppelins que seriam entregues aos EUA. Com isso, a fábrica localizada na cidade de Friedrichshafen, ao sul da Alemanha, continuou a funcionar e promover o sustento para milhares de famílias, pois ali eram produzidos todos os componentes dos dirigíveis, desde a alimentação dos funcionários até os itens mais tecnológicos.

Após o pagamento do último tributo de guerra, que foi a entrega do LZ 126 aos norte-americanos, a companhia pôde se dedicar a construção de um dirigível experimental, mas que voou quase dez anos, de 1928 a 1937, conquistando vários feitos aeronáuticos, alguns não iguais até os dias atuais: o LZ 127 Graf Zeppelin.

E foi essa aeronave que realizou a primeira viagem ao Brasil, vindo da Alemanha, em 1930, para estabelecer a primeira linha aérea transoceânica do mundo, que iria se tornar regular em 1934 e funcionaria até 1937. A partir de 1936 mais um zeppelin também faria a rota para nosso país, o LZ 129 Hindenburg. A linha ligava a Europa ao Recife e Rio de Janeiro, únicos dois locais onde os dirigíveis pousavam em nosso país.

Os motivos para a escolha do Brasil foram uma soma de fatores econômicos, sociais e geográficos. Econômicos pelo grande volume de malas postais entre a Europa e América do Sul, que eram impulsionados pelo fator social, ou seja, a grande colônia alemã aqui existente. Isso era completado pela geografia. Enquanto uma viagem de navio entre

¹³³ Mestre. Museu do Expedicionário. Legião Paranaense do Expedicionário.

¹³⁴ Luftschiffbau Zeppelin G.m.b.H.

os continentes citados demorava em torno de quinze dias, de dirigível demorava dois a três dias.

Desde a reconstrução alemã ao final da I GM, os dirigíveis eram motivo de orgulho para a Alemanha. Destacavam a engenharia superior e o reerguimento do país como protagonista no cenário mundial. A vinda dos zeppelins ao Brasil significava a aproximação dos descendentes germânicos aqui residentes com o seu país de origem.

O Brasil, após a proclamação da república, estava reconfigurando sua identidade nacional, em virtude da chegada de grandes contingentes de imigrantes. Durante o Governo Vargas esse processo se acelera e culmina na campanha de nacionalização cultural promovida pelo Estado Novo. Em contrapartida, na Alemanha existia uma identidade nacional arraigada na população. Em qualquer lugar do mundo, descendentes legítimos de alemães eram considerados cidadãos alemães (RAHMEIER, 2020, p. 26-27). Isso se refletiu no sentimento de orgulho de cada integrante da colônia teuta no Brasil ao observar os imponentes dirigíveis cruzarem os céus do sul em 1934 e 1936, respectivamente. Em 1934, a Companhia Zeppelin testou uma rota do Rio de Janeiro para Buenos Aires com o Graf Zeppelin. Em 1936, o Hindenburg fez um voo para homenagear as cidades com colonização alemã no Paraná e em Santa Catarina. Foram os dois únicos voos de zeppelins sobre o sul do Brasil. Com o acidente do Hindenburg em maio de 1937 nos Estados Unidos, a linha foi cancelada.

Com as frequentes vindas dos zeppelins ao Brasil, surgiram muitas fotos. E as alterações das fotos, nos estúdios fotográficos da época, com a finalidade de deixá-las mais espetaculares começou a se proliferar. Esse aspecto foi predominante no sul do Brasil, região onde os dirigíveis não sobrevoavam em sua rota normal, mas onde se concentrava a maioria da colônia alemã. Desse modo, as duas passagens pelo sul do Brasil, em 1934 e 1936, foram importantes e tiveram destaque. Esses voos foram propaganda de sucesso e potencializaram o sentimento de pertencimento para os alemães e seus descendentes.

Os alemães precisavam demonstrar sua superioridade para os povos americanos. Almejavam impressionar o governo brasileiro para receber apoio em suas aspirações expansionistas. E, manter o aumento crescente da participação germânica no comércio com o Brasil, o que vinha ocorrendo desde 1934. Também, precisavam devolver o orgulho à imensa população de origem alemã no Brasil. Um dos grandes meios para se atingir tais objetivos foram os zeppelins. Dessa forma, o impacto das viagens ao sul do Brasil foi além da divulgação do poder da raça ariana e da recuperação da grandeza da

Alemanha após a I Guerra Mundial. Atingiu os aspectos psicossociais da colônia germânica no Brasil e reascendeu o sentimento de pertencimento à “pátria mãe”. O orgulho de ter concebido a tecnologia mais avançada da época trouxe novamente a auto-estima ao povo alemão e os seus descendentes e imigrantes no Paraná e em Santa Catarina. (COSTA, 2021, p. 125)

Assim, no Brasil, principalmente no sul, todos queriam ter uma recordação que os aproximasse da Alemanha e o zeppelin canalizava esse desejo. Para discorrer sobre esse aspecto, esse artigo é uma complementação do capítulo que trata sobre essas fotomontagens no livro “Os Zeppelins nos céus do Brasil – uma visão sobre as viagens ao sul do país e o nazismo no pré Segunda Guerra Mundial.”

A foto do dirigível alemão no Brasil tornou-se uma ligação da pessoa com o acontecimento e suas raízes. Era desejo comum ter uma foto e se esta retratasse a sua cidade, sobre a sua rua ou sua casa, o vínculo era melhor. Como afirma Foracchi e Martins (1992, p. 26), “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam.” Assim, o dirigível era o objeto que o afetava ao representar sua origem e o ligava ao mesmo tempo, ao seu passado, a Alemanha, e o seu presente, o Brasil.

A origem das fotomontagens e suas motivações.

Porque as fotomontagens se proliferaram?

As máquinas fotográficas da época não tinham alcance suficiente para captar a grandeza do momento em virtude das lentes da época. Quando as fotos eram reveladas, faltava nitidez ou o dirigível não aparecia tão grande quanto a percepção a olho nu. O resultado da revelação não era o que as pessoas queriam guardar e nem mostrar para os outros, porque a narrativa e a memória era maior do que o que estava representado na imagem. A imagem não correspondia à grandeza do momento e deveria ser melhorada.

As primeiras fotomontagens foram feitas por jornais da época para aumentar o apelo visual de suas matérias. Na sequência, os estúdios de fotografia entenderam o potencial econômico dessas fotos, com a possibilidade de lucro ao se alterá-las (ou criar novas) e colocá-las a venda, usando os mesmos métodos que os jornais da época empregavam para deixar suas matérias mais chamativas.



Figura1: Fotomontagem usada por jornais da época para retratar a primeira vinda do Graf Zeppelin ao Brasil, no Rio de Janeiro em 1930, colocando o dirigível em destaque sobre o cenário da cidade.

Fonte: Acervo do autor.

Dois métodos de adulteração foram usados. O primeiro consistia em executar a aproximação no próprio negativo, que era uma manipulação da foto real, para deixar o zeppelin, que originalmente estava pequeno, em tamanho maior, mas sem alterar o restante da imagem.

O segundo método era a sobreposição de imagem. Os estúdios pegavam uma foto de uma localidade qualquer e sobrepunham a ela uma imagem do zeppelin, como se ele estivesse voando por ali. Essas são as mais fáceis de identificar, pois os dirigíveis sobrepostos normalmente estão colocados em ângulos de voo impossíveis de ocorrer.

Esses métodos foram evoluindo para atender os desejos das pessoas, colocando o dirigível em locais de interesse de cada um, como sobre sua cidade, sua casa ou empresa.

No entanto, para o sul do país, as imagens tomaram importância maior como fonte de memória. O número de fotomontagens nos estados do sul do país, feitas ou adquiridas por particulares é infinitamente superior ao restante do país. Nos locais onde os dirigíveis voavam com frequência, em virtude da linha regular que cobria desde Recife até o Rio de Janeiro, a quantidade de fotomontagens é reduzida e, quase em sua totalidade, feita por jornais para aumentar o apelo de suas matérias. Mas qual o motivo para isso? A junção da maior colônia de descendentes alemães no sul do país e as únicas duas visitas a essa região em 1934 e 1936, em contrapartida aos mais de 130 voos dos zeppelins entre Recife e Rio de Janeiro entre 1930 e 1937. O que para o sul era raro e se tornou um acontecimento, para o sudeste e nordeste era corriqueiro.

Entendendo o conceito de iconografia como “qualquer imagem registrada e as representações por trás da imagem” (SILVA;SILVA, 2005, p. 198), as pesquisas para o livro não eram baseadas na iconografia dos dirigíveis, mas a importância e as mudanças de percepção sobre as fotomontagens nos dias atuais direcionaram para esse aprofundamento.

O uso das fotografias como documento histórico para potencializar a representatividade de um momento é claramente reconhecido no caso das fotomontagens dos zeppelins. Conforme Gaskell (in BURKE, 1992, p. 237) “Alguns historiadores têm proporcionado valiosas contribuições à nossa visão do passado – e do local em que nele está inserido o material visual – usando as imagens de uma forma sofisticada e especificamente histórica”. Para atingir esse ponto, procurei diferenciar cada tipo de fotos e saber interpretá-las a luz da crítica documental. Essa crítica não envolve os aspectos artísticos da imagem, mas tratando-a como evidência de vestígio do passado e fonte de informações, igualmente valiosa sendo ela real ou montagem.

Ao longo da pesquisa para a identificação de fotos falsas e verdadeiras a serem usadas no livro, foram observados três grupos de interesses sobre as fotos montagens: os donos atuais das fotos; os vendedores (comerciantes) e os expositores (museus, casas de cultura, etc.).

Apesar de esses grupos terem intenções diferentes com as imagens, convergiam em um ponto: preferiam omitir (ou não reconhecer) que as fotos eram falsas. Os descendentes dos donos originais não aceitavam o fato de serem falsas por considerarem que aquilo transformava seus parentes em mentirosos. Os comerciantes, por sua vez, acreditavam que o fato de serem falsas diminuiria o valor econômico para a venda e os expositores de museus, centros de cultura e de memória, por não saberem distinguir as falsas das reais e por acreditarem que sendo falsas diminuiriam o valor histórico de seu acervo.

É interessante notar que uma fotomontagem não perde seu valor histórico. Marc Bloch (2002, p. 97) faz essa análise: “...certos atos foram fabricados com o único fim de repetir as disposições de peças perfeitamente autênticas, que haviam sido perdidas. [Excepcionalmente, uma falsificação pode dizer a verdade.]”. No caso dos dirigíveis, a falsificação tem o objetivo de potencializar a memória. Ver um objeto gigantesco no ar é um acontecimento raro e magnânimo a olho nu, mas que não pôde ser reproduzido pelas lentes das máquinas da época. Quando a revelação do filme ficava pronta, a expectativa

era frustrada pela qualidade baixa da imagem. A solução encontrada foi a adulteração da imagem, para deixá-la mais grandiosa possível. Ou, no caso dos locais onde o dirigível não passou, para fazer com que aquelas pessoas tivessem ligação com o fato acontecido.

Como diferenciar uma foto real de uma fotomontagem.

A adulteração das fotos foi entendida como uma forma de discurso, que se torna uma fonte histórica. Analisar essa fonte para chegar ao que Albuquerque Júnior (in PINSKY; LUCA, 2017, p.236) preconiza como a “temporalidade particular em que foram produzidos [...] pois essa é a tarefa precípua do trabalho do historiador”. Ou seja, dialogar com a fonte para descobrir sua intencionalidade, independente se ela é real ou montagem.

Para identificar corretamente as fotos, uma apurada crítica de fonte iconográfica e sua consequente interpretação devem ser feitas. Isso é possível com a soma de conhecimentos. Primeiro, conhecer as técnicas de alteração de imagens nos estúdios da época, ou seja, os métodos usados para se criar uma fotomontagem.

Segundo, o conhecimento técnico de situações de voo dos dirigíveis, para identificar posições e inclinações nas quais eles não ficavam no ar e sua altitude em relação ao solo. É o aspecto que cito como ângulo lateral de voo. Em situação de voo normal um dirigível rígido, como os da Companhia Zeppelin, por serem um conjunto de balões, não se inclina nem para a esquerda e nem para a direita, como ocorre com os aviões.

Terceiro, a capacidade de identificar qual é o dirigível na imagem e confrontar essa informação com os dados históricos dos voos executados pelos dirigíveis em questão. No Brasil somente dois modelos voaram e identificando qual é e comparando com as datas de voo de cada um, fica fácil identificar. Para ilustrar esse último caso, podemos citar uma imagem na qual o dirigível identificado pelo pesquisador é o Hindenburg, e ele está em posição de voo correta, mas a imagem está identificada como a cidade de Porto Alegre. O Hindenburg nunca sobrevoou a capital gaúcha. Desse modo a imagem é uma montagem.

Quarto, a percepção subjetiva, que inclui a análise da reação das pessoas que aparecem na imagem. Se estiverem olhando para cima ou não. Ninguém fica indiferente à passagem de um objeto voador que mede mais de 240 metros de comprimento e tem 40 metros de diâmetro. Como comparação, o Hindenburg tinha a dimensão de três campos

oficiais de futebol. Ele, hoje, não pousaria em nenhum estádio do mundo, em virtude de seu tamanho.

Desse modo, para identificar uma foto verdadeira de uma montagem é usada uma combinação de análises do acima citado. Verifica-se a proximidade ao solo sobre casas e edificações e o tamanho do zeppelin. Quanto mais próximo ao solo ou maior o dirigível maior a probabilidade de ser uma montagem. Observa-se se as pessoas no solo estão olhando para o dirigível. Identifica-se qual é o dirigível que aparece na foto. Muitas montagens na época usaram sobreposição com o dirigível errado. Exemplo, montagens do sobrevoos do Hindenburg em 1936, mas na foto aparece o Graf Zeppelin. E, por fim, a forma mais eficiente de identificar uma foto falsa: pelo ângulo lateral de voo. A combinação dessas análises nos permite identificar a autenticidade das fotos.

As famosas montagens do Hindenburg sobrevoando o Edifício Garcez (Figura 2) e a Rua Barão do Rio Branco em Curitiba, PR (Figura 3) são ilustrativas do método de sobreposição de imagens. Observa-se que a mesma imagem do dirigível foi usada para fazer as duas montagens. Além disso, a inclinação lateral e a proporção da imagem também estão incorretas. Outro detalhe dessas montagens é a motivação. No caso do Edifício Garcez, quando do sobrevoos do Hindenburg, o edifício era sede do consulado da Alemanha.



Figura 2: Foto falsa – Famosa montagem do Hindenburg sobrevoando o Edifício Garcez em Curitiba.

Fonte: Acervo de Paulo José da Costa.



Figura 3: Foto falsa - montagens do Hindenburg sobrevoando a Rua Barão do Rio Branco em Curitiba. Observa-se que a mesma imagem do dirigível foi usada para fazer as montagens da Figuras 3 e 4.

Fonte: Acervo de Paulo José da Costa.

Outro exemplo de sobreposição ocorre nas imagens de dirigíveis sobre a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Uma foto montagem de péssima qualidade, mas muito difundida, (Figura 4) mostra um dirigível que não é o Hindenburg e nem o Graf Zeppelin, os dois únicos que voaram no Brasil, ainda estando em ângulo e em sentido de voo errado. Para base de comparação, a Figura 5 apresenta uma foto real da passagem do Hindenburg sobre o prédio da UFPR em 1 de dezembro de 1936.



Figura 4 (Esq): Fotomontagem que erra em vários aspectos: imagem sobreposta com o dirigível errado, em proporção errada e em sentido de voo errado e Figura 5 (Dir): Foto real da passagem do Hindenburg sobre o prédio da UFPR, Curitiba, 1936.

Fonte: Acervo do autor.

Ressalta-se, como já citado, que o fato de a foto ser falsa não tira seu valor histórico. As montagens representam o momento. A percepção na época era bem diferente da atual. Não era segredo para ninguém que as fotos eram montagens. Os estúdios ofereciam abertamente seus serviços. O importante, para as pessoas, era ter a recordação, como ocorreu nas montagens vinculadas ao cotidiano de cada um. Essa situação é sintetizada na tese dos historiadores Ana Mauad e Ciro Flamarion Cardoso (SILVA; SILVA, 2005, p. 200), na qual “toda fotografia revela uma *imagem-monumento*, em que a imagem fotografada não é exatamente a representação de uma realidade, mas a representação do que a sociedade que a elaborou queria preservar como sua identidade.”

Um exemplo clássico desse tipo de motivação é a montagem feita na serraria da família Oestreich, em Indaial, SC (Figura 6). A imagem eterniza a ligação da pessoa com suas origens étnicas. Nesse caso, o dirigível alemão representa a Alemanha, e o seu local de trabalho, a serraria, representa o presente, unindo duas realidades em uma memória iconográfica.

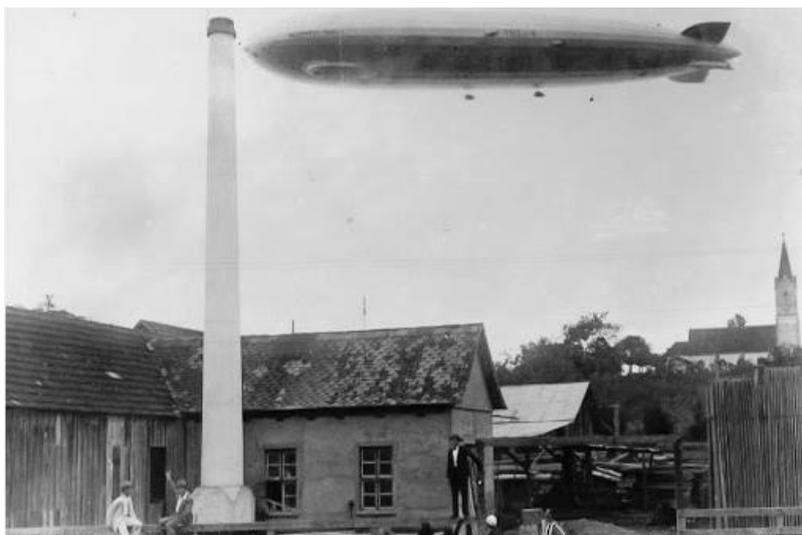


Figura 6: Fotomontagem sobre a serraria de Otto Oestreich em Indaial, SC. Nota-se o Graf Zeppelin em posição de voo impossível, em inclinação lateral para a direita.

Fonte: Acervo do autor.

As relações como o nazismo e o anacronismo nos dias atuais

Com a chegada do Partido Nazista ao poder em 1933, os zeppelins passaram a ser usados, também, como propaganda do poderio alemão. Isso foi algo natural, pois “Os zepelins já nasceram como um ícone cultural, identificado com o nacionalismo alemão. Nada mais natural que o regime nazista utilizasse isto como propaganda ideológica a partir de sua ascensão ao poder.” (COSTA, 2021, p. 47).

A influência dos nazistas na Companhia Zeppelin se deu por meio do financiamento para o término da construção do Hindenburg, a partir de 1934. Em contrapartida, a companhia deveria executar voos de propaganda e ostentar a suástica pintada em suas aletas traseiras, o que ocorreu com o Graf Zeppelin desde então e com o Hindenburg, a partir de seu voo inaugural em 1936. Essa ligação com o nazismo criou alguns mitos quando iniciou a Segunda Guerra Mundial (II GM) e que perduraram depois.

Os primeiros voos oficiais do LZ 129 *Hindenburg* em prol da propaganda nazista foram para dar suporte à campanha de remilitarização da Renânia, durante os três dias do plebiscito proposto por Hitler, equipado com altofalantes externos transmitindo mensagens e espalhando panfletos. O fato mais significativo deste período foram os sobrevoos executados pelos dirigíveis *Graf Zeppelin* e *Hindenburg* durante os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936. Houve, também, a viagem patrocinada pelo governo nazista do boxeador Max Schmeling em retorno à Alemanha após vencer o atleta norte-americano Joe Louis. Essa viagem cobria dois objetivos de Goebbels: o *Hindenburg* buscar o atleta nos EUA demonstrava a superioridade alemã na tecnologia e exaltava a superioridade da raça ariana nos esportes. Ainda, fez sobrevoos durante o

congresso nazista em Nuremberg. As viagens ao Brasil, a partir de 1933, foram usadas para consolidar a imagem de poder da Alemanha nazista na América do Sul. (COSTA, 2021, p. 49-50)

Como o então diretor da companhia, Dr. Hugo Eckener, não era simpatizante do nazismo, o governo alemão usou de medidas de força para assumir o maior controle possível. Em 1935 a companhia foi dividida em duas. O Dr. Eckener ficou com a parte de construção e desenvolvimento de dirigíveis e os nazistas passaram a ter maior controle dos voos ao redor do mundo. Ainda assim, a Cia Zeppelin nunca assumiu posições pró nazismo, agindo assim somente por imposição do governo de Hitler.

Em nosso país, na época, quem admirava a tecnologia alemã e tinha foto dos zeppelins não era associado ao nazismo. O dirigível não era símbolo do nazismo, mas símbolo do renascimento alemão, motivo de orgulho para os descendentes germânicos e de admiração para a população em geral. No entanto, hoje existe essa associação. Não se percebe que os crimes do nazismo não eram sabidos na década de 1930. Isso mostra o anacronismo da situação.

O Partido Nazista representava para a população em geral o organismo que estava liderando o país na sua reconstrução. Mesmo assim, os afiliados ao partido no Brasil não chegavam a um por cento da população de colonos alemães no país (PEREIRA, 2010, p. 59). Exaltar a origem alemã não era considerado crime e nem traição à nova terra que os acolheu, pois a campanha de nacionalização de costumes só foi efetivada no Brasil a partir de 1938, após a instauração do Estado Novo. (RAHMEIER, 2020, p. 58).

Com a entrada do Brasil na II GM, em agosto de 1942, a percepção ao nazismo mudou. Tudo o que era relacionado à Alemanha e seus descendentes passou a ser visto com ressalvas e, não raro, como traição.

O redescobrimento das fotos e as ligações com as *fake news*

O Hindenburg foi a tecnologia mais avançada durante a década de 1930, mas com o início da II GM os zeppelins perderam o interesse geral. Foram esquecidos perante tantas novidades e notícias do conflito.

O redescobrimento dos dirigíveis começou no fim da década de 1990 com a proliferação de blogs e páginas de memórias na internet. Essa redescoberta criou novos e reavivou velhos imaginários trazendo à tona fragmentos da forma de viver e pensar da

sociedade da época, seu consciente coletivo, mas contaminado com os mitos do presente, tais como: dirigíveis eram perigosos para voar; Hitler ordenou sua construção; vinham ao Brasil só para espionagem, entre outras teorias que não se sustentam quando se conhece a história da Companhia Zeppelin.

Isso deixou a percepção atual sobre aquela época baseada no senso comum. No entanto, foi interessante para identificar comportamentos atuais em relação ao passado. As pessoas defendem seu ponto de vista ou a narrativa que foi distorcida ao longo do tempo dentro da família. As fotos que foram compradas nos estúdios da época passam a ser “tiradas pelos próprios familiares”. Durante a pesquisa me deparei com casos em que seis pessoas diferentes reivindicavam a “autoria” da mesma foto para um de seus antepassados.

Mesmo explicando que a foto montagem não tira o mérito, pois são retratos de uma época e tiveram motivos para serem feitas, as respostas mais comuns são de não acreditarem e contestarem “está dizendo que meu avô é mentiroso?”. Nesses casos, o “avô” nunca mentiu. E nunca assumiu a autoria das fotos. A distorção ocorre ao longo dos relatos que são passados dentro de cada família e que chegam aos dias atuais como sendo fotos autênticas tiradas pelo “avô”. Ou seja, com o passar do tempo a percepção mudou e a narrativa do “meu pai comprou (ou mandou fazer) essa foto” se transforma em “meu avô tirou essa foto”. Desse modo, quem as publica ou as possui em um arquivo de família não consegue aceitar quando é falado que as fotos são falsas.

Esse embotamento pelo tempo atingiu até os observadores originais dos voos dos zeppelins após tantas décadas passadas. Pude comprovar esse fato quando participei como consultor da filmagem do documentário “O Dirigível”¹³⁵ e, também, por ocasião das palestras ministradas sobre o assunto, onde pude conversar com pessoas que viram o Hindenburg em 1936. Alguns mostraram as fotos, mas não disseram que eram montagens, somente admitiram isso após esse fato ser dito por mim.

Isso leva a um parâmetro de comparação com as *fake news* atuais, onde cada um defende a sua narrativa. Não importa se é *fake*, desde que defenda seu ponto de vista.

Somente em um único caso foi informado que as fotos de acervo eram montagens mandadas fazer para que o Hindenburg estivesse voando sobre os escritórios da família.

Destarte, a *fake* na década de 1930 era sabida por todos, mas o que importava era o pertencimento aquele momento importante. Isso se modificou para hoje haver uma

¹³⁵ Griô Filmes, 2019, de Alessandro Vieira, Carlos Alexandre Martins e Saulo Adami.

defesa da negação de que aquele momento foi forjado por parte de quem posta ou tem o objeto fotográfico. Problematizar essa situação pode abrir perspectivas para o surgimento de boas pesquisas histórico-sociais futuras, ao redor de conceitos como imaginário, memória e interpretação.

Essa situação, derivada em uma espécie de ocultação tácita, se estende até em acervos de casas de memória ou cultura das cidades que os zeppelins sobrevoaram no sul do Brasil. Várias fotomontagens são expostas ou publicadas sem nenhuma menção ao fato de serem falsas. Com isso perde-se a oportunidade de contextualizar um momento importante da história regional, ou seja, os comportamentos no pré II GM de cidades colonizadas pelos alemães, inimigos do Brasil na guerra subsequente. Mas não é algo intencional. Os curadores realmente não sabem identificar uma foto real de uma montagem.

Algumas fotomontagens foram muito bem feitas, de forma que são identificadas como falsas por pequenos detalhes. Um exemplo é a conhecida e difundida foto do Graf Zeppelin em São Leopoldo, RS (Figura 7).

Todos os detalhes estão corretos, exceto um, que é o mais importante. Na imagem, estão corretos o próprio dirigível, pois o Graf Zeppelin realmente sobrevoou São Leopoldo em 1934, a proporção de tamanho na imagem e o cuidado para não aparecer as marcas da sobreposição. A exceção é que o dirigível está em ângulo lateral impossível de ocorrer em voo normal, inclinado para a esquerda. Apesar de falsa, é uma imagem bonita que representa a memória de um momento importante para a cidade, por isso sua importância. Comparando essa montagem a uma imagem verdadeira, fica nítida a perda de grandiosidade do dirigível na imagem da foto real, como pode ser observado na Figura 8.



Figura 7: São Leopoldo montagem muito bem feita que poderia se passar por real se o Graf Zeppelin não estivesse em ângulo lateral impossível (inclinado para a esquerda).

Fonte: Acervo do autor.



Figura 8: Foto real sobre Curitiba, PR. Na maioria das vezes, as fotos reais não têm o impacto visual do momento, com o dirigível pequeno e sem definição, como pode ser observado na comparação dessa imagem com a fotomontagem da Figura 7.

Fonte: Acervo de Ivan Linzmeyer.

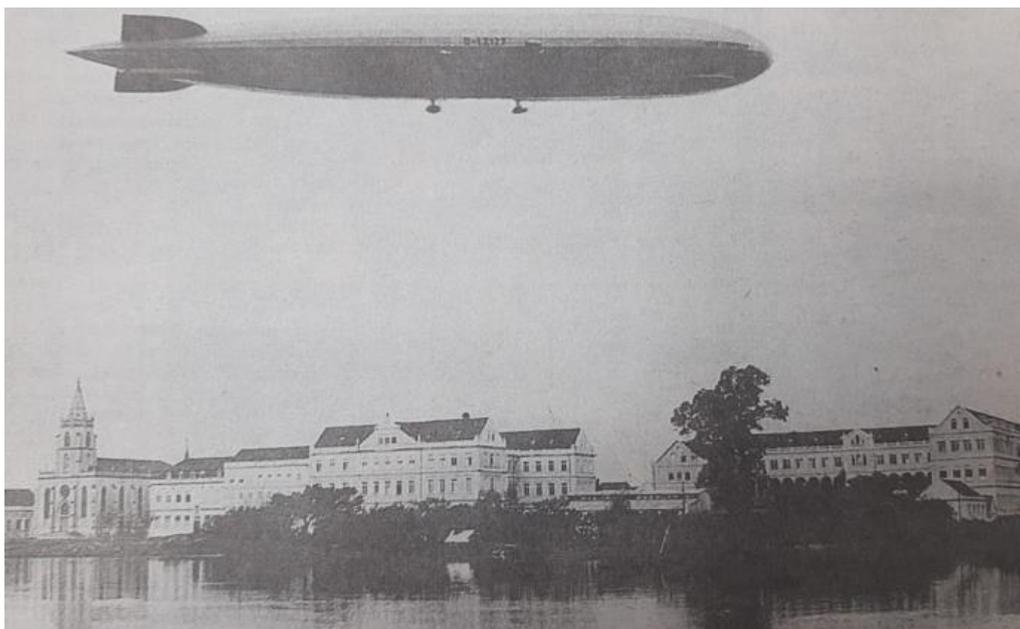


Figura 9: Foto falsa do Graf Zeppelin sobre o antigo Seminário de São Leopoldo, que depois seria o núcleo da UNISINOS. Essa imagem *fake*, feita para jornais da época, até os dias atuais, é usada para ilustrar matérias de jornal como sendo real.

Fonte: Banco de dados Jornal Zero Hora.

Conclusão

É inegável que as fotos falsas potencializavam o momento e impulsionavam a memória. Também inseriam a pessoa naquele momento que ela presenciou, mas não teve como preservá-lo de forma material. A montagem era o instrumento para essa materialização que vinha com a vantagem de poder ser deslocada para qualquer local, principalmente os locais de interesse pessoal, como sua rua, sua cidade, sua casa.

Em relação ao nazismo, a percepção da época era diferente, pois os crimes ainda não eram conhecidos e a suástica representava, para a grande maioria, apenas um símbolo que direcionava para a Alemanha. O orgulho não estava na suástica ou no nazismo, mas no renascimento da Alemanha como protagonista no mundo, por meio do dirigível, que era uma tecnologia avançada que tinha apelo visual impressionante por onde passava. Entretanto, quando as imagens são difundidas nos dias atuais, as pessoas ao observarem a suástica nos zeppelins deduzem que eram nazistas, sem considerar a contextualização da época. É a contaminação pelo senso comum e anacronismo. Não percebem que os crimes do nazismo não eram sabidos na década de 1930.

Em relação às fotomontagens, durante a década de 1930, todos sabiam que as fotos eram montagens, mas o objetivo era ter guardada uma lembrança daquele momento. O pensamento que imperava a época era simples: a foto era “montada”, mas o dirigível era real e passou pela cidade. Com o passar do tempo, a transmissão das narrativas dentro das famílias, na maioria das vezes de forma oral, distorceu a realidade em prol de uma memória seletiva que potencializou o valor daquele acervo de família. Somado a esse pensamento a ação de comerciantes e blogueiros que por motivação econômica com a venda das fotos, ou por medo de perder a credibilidade de suas postagens, ou por preguiça em pesquisar a história do objeto, sentem que é mais cômodo (além de corroborar com os seus interesses) defender a narrativa de que as fotos são reais. Estes também não entendem, salvo raras exceções, que as fotomontagens não perdem seu valor histórico.

As fotomontagens trouxeram na década de 1930 a sensação de pertencer e participar daquele momento histórico, também de aproximação ao país de origem. Hoje, sua proliferação denota outro aspecto. O mote atual é o posicionamento de não admitir que propaga ou acredita em uma *fake*. A não aceitação de que o que possui é falso se dá por falta de vontade de entender o contexto da época em que as fotos foram produzidas. Ainda, o fato de não entenderem que essa fotomontagem tem valor histórico tão importante quanto a imagem real, pois apresenta o pensamento de uma época e era a maneira que se usava para se sentir presente naquele momento histórico.

A história dos dirigíveis no Brasil é fascinante, mas está envolta em mitos e distorções. Cabe a cada um de nós, comprometidos com a história como ciência, em descerrar esse véu que cobre essa percepção sobre a mentalidade de uma época e trazê-la, o mais próximo possível da realidade, para os dias atuais.

Referências

- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BURKE, Peter. **A escrita da história - novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- COSTA, Cristiano Rocha Affonso da. **Os zeppelins nos céus do Brasil** – uma visão sobre as viagens asul do país e o nazismo no pré Segunda Guerra Mundial. São José dos Pinhais: Estronho, 2021. 2ª Ed.
- FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e sociedade** – Leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1992.
- PEREIRA, Márcio José. **Politizando o cotidiano: repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de Mestrado, Maringá: UEL, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Diplomacia, jogos políticos, intrigas e guerra: A relação entre Alemanha e Brasil (1937-1942)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2020.

SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

REDES DE RELAÇÕES ÍTALO-BRASILEIRAS: HISTÓRIA E A TRAJETÓRIA DE ANTONIO PASSARELLA

Renan Aguiar¹³⁶

Introdução

Antonio Passarella foi o patriarca da família Passarella, de Juiz de Fora, uma importante família juiz-de-forana do início do Século XX, época em que a cidade experimentou um franco crescimento, promovido pelos capitais excedentes, principalmente, da cafeicultura. Passarella era originário de Contarina, um *paese* hoje integrado a Porto Viro e integrante da província de Rovigo. Sob a influência de Veneza, Contarina, cujo nome remete a uma nobre família veneziana, constituiu sua história até a queda da Sereníssima República de Veneza, quando, progressivamente, Rovigo e a cultura polesine passou a influenciar a região na qual nasceu Passarella.

Em Juiz de Fora, Passarella constitui-se como importante comerciante e, também, como reconhecido membro da comunidade italiana, tendo sido presidente da *Società Umberto Primo* por mais de dez anos. A sua evidente habilidade com os negócios, assim como sua destreza com a política entre os imigrantes, tornou-o um ator histórico privilegiado para o mapeamento das redes de relacionamentos políticos e econômicos da cidade mais rica de Minas Gerais, à época. Passarella não concorria, em riqueza, com as famílias mais abastadas da Zona da Mata Mineira, mas o seu poder econômico o colocava em uma classe intermediária, dentre os afortunados de Juiz de Fora, o que permitiu que a sua trajetória revelasse redes político-econômicas invisibilizadas diante da fama e das trajetórias das grandes riquezas juiz-de-foranas.

Reconstituir as redes políticas e econômicas que, mesmo após a morte de Antonio Passarella, fez aflorar o sentimento necessário para homenageá-lo, batizando a rua na qual possuiu seu principal negócio com o seu nome, é o principal objetivo desta pesquisa, ainda em desenvolvimento. Desde o momento de seu primeiro trabalho, como carroceiro no Rio de Janeiro, época do reencontro com uma antiga “namorada” do

¹³⁶ Doutor em Direito pela UFF. Mestre em Direito pela PUC-Rio. Bacharel em Direito pela UNIRIO.
Email: renan.aguiar@aguair.rio.br.

Vêneto, até a sua constituição como influente comerciante, as redes relacionais fizeram parte de sua trajetória, evidenciando, inclusive, a possível existência de redes de comunicação promotoras do reencontro entre Antônio e sua futura esposa Giuseppina.

A seguir aborda-se algumas espacialidades pelas quais Passarella deixou sua marca ou foi marcado. Tais espaços, em fase de identificação e análise, são compreendidos como complexidades locais, ou seja, ambientes nos quais estruturas sociais e culturais interagem com os interesses individuais, constituindo o conjunto de opções de vida, diante dos quais, Antonio Passarella e sua esposa Giuseppina tomaram decisões pessoais, políticas e econômicas, criando e aderindo a redes de relacionamento. O segundo tópico do trabalho, também em desenvolvimento, aponta as redes de relacionamento institucionalizadas em associações as quais Passarella integrou, com especial atenção para a *Società Umberto Primo*. Finalmente, no terceiro tópico desta comunicação, compartilha-se parte da trajetória de Passarella e com este espera-se colaborações de pesquisadores que desenvolvem temas similares.

Espacialidades

Entre a Itália e o Brasil; entre Contarina e Juiz de Fora, Antonio Passarella fez opções na vida. Dentre elas, a primeira foi o Brasil, destino de muitos de seus conterrâneos, mas Antonio fez escolhas pouco comuns e estas, por golpe da Fortuna ou pela racionalidade da escolha, determinaram o seu reconhecimento social e a sua abastança.

Contarina, Vêneto, Itália

Antonio Passarella imigrou da Itália, de Contarina, uma região cercada por braços do rio Pó, exatamente no seu delta, um espaço geográfico que faz lembrar uma ilha, apesar de não o ser. A pesca e a agricultura eram vocações da região, tanto quanto o era a agricultura em toda a região polesina, fração oriental da região situada entre os rios Ádige e Pó, cuja principal cidade foi Adria, paulatinamente substituída, em grau de importância, por Rovigo¹³⁷. Apesar de compor a região polesina, o delta do rio Pó possuía ligações

¹³⁷ Em 1807, Rovigo possuía 7.324 habitantes, já Adria contava com 9.434. Em 1820 os habitantes de Rovigo somavam 7.600 pessoas, enquanto Adria possuía 11.000. Em 1862, Rovigo aumentou sua população para 9.900 e Adria para 12.800 (SCALCO, 1999).

históricas e mais intensas com Veneza (Ibidem) o que, com a queda da República Veneziana, reverteu-se paulatinamente em favor do Polesine e de Rovigo.

A Sereníssima República de Veneza, foi invadida por Napoleão Bonaparte em 1797 e em 1815 o Congresso de Viena confirmou o domínio direto do Vêneto (território antes pertencente à República Sereníssima) pelo Império Austro-Húngaro. Entre a República independente de Veneza e a dominação austríaca, sob o impacto de muitas batalhas, a região flutuou entre o governo francês ou italiano de influência francesa, com concessões mútuas de territórios.

Rebeldes, com o apoio do Piemonte, do Papa e de Nápoles, declararam guerra aos austríacos, fazendo com que a República fosse proclamada em Roma ao ano de 1849, mas, naquele mesmo ano, os austríacos venceram os piemonteses e os revolucionários, restabelecendo o domínio Austro-húngaro. Em 1866, com a Guerra Austro-Prussiana, os exércitos da península itálica se aliaram aos da Prússia e venceram os austríacos que, por força do Tratado de Viena (1866), cederam o Vêneto à França que deveria, sob consulta da população, definir o seu destino. Napoleão III, no entanto, antes do plebiscito, retirou suas tropas e abriu caminho para que o Vêneto fosse ocupado pelo, já consolidado, Reino da Itália. O destino do Vêneto coube ao Reino da Itália que organizou um plebiscito de duvidosa lisura (1866), mas suficiente para formalizar a anexação do Vêneto ao Reino de Itália.

Os anos posteriores à unificação foram caracterizados pela extrema pobreza, em uma região cuja economia girava quase exclusivamente pela agricultura. Havia expectativa de vida de 35 anos, em 1881; a mortalidade infantil era altíssima e o analfabetismo era a regra em uma população subnutrida e portadora de doenças como pelagra e malária. Esta realidade foi determinante para a imigração em massa. Entre 1887 e 1900, dos 218 mil habitantes recenseados em 1881, 63 mil deixaram a região. (SCALCO, 2004).

Juiz de Fora

A colonização de Juiz de Fora data dos primórdios do Século XVIII, quando se iniciou a distribuição de sesmarias nas cercanias do Caminho Novo das Minas¹³⁸. O baixo valor destas terras e o prestígio que suas posses provocava, impulsionaram a concentração

¹³⁸ A distribuição de sesmarias ao longo do Caminho Novo buscou estimular a produção alimentícia para o provimento das tropas que circulavam entre as áreas produtoras de metais e pedras preciosas e o Rio de Janeiro, principal porto exportador. (ALMICO et ali, 2003).

de terras, fazendo com que a toda a região de Juiz de Fora estivesse sob o domínio de um latifundiário: Antonio Vidal, sucedido, após 1812, por Antônio Dias Tostes. Estes pioneiros seguiam o curso de parte da elite enriquecida com as minas e, com suas chegadas por volta de 1738 (Vidal) e 1780 (Tostes), aportaram recursos na região que viria a ser Juiz de Fora. Este acúmulo de capital financeira, anos mais tarde, os primórdios da cafeicultura da Zona da Mata Mineira. A partir das décadas de 1830 e 1840, a cafeicultura passou a concorrer com a produção de víveres essenciais, o que além de dinamizar a economia local, transformou-a em polo de produção cafeeira, cujos preços no mercado internacional eram muitíssimos atrativos. Bem sucedida, a cafeicultura da região de Juiz de Fora seguiu a fórmula fluminense: latifúndio; mão de obra escravizada, com sua oferta garantida pelo tráfico regional e inter-regional de escravizados. (OLIVEIRA, 2006, p. 1-2)

A urbanização de Juiz de Fora ganhou propulsão com a abertura da “Estrada Nova” que ligou Ouro Preto à Paraibuna (divisa com a província do Rio de Janeiro), cortando terras de Antônio Dias Tostes. A estrada transferiu o fluxo de tropeiros para o lado direito do rio Paraibuna, constituindo o novo núcleo de povoação que se tornaria o principal polo do futuro município que, em 1850, ganhou autonomia de Barbacena e tornou-se a Vila de Santo Antônio do Paraibuna. Nesta época, construído sobre um pântano, o núcleo urbano era pequeno, modesto, mas abrigava um crescente comércio, ainda que com pouca diversificação. Nas décadas posteriores, sob o impacto da inauguração da Rodovia União e Indústria (1861) e da Estrada de Ferro D. Pedro II (1876), este pequeno centro urbano concentrou e atraiu grande parte da população da Vila e, também, as atividades mercantis e industriais. A população de Santo Antonio do Paraibuna, incluindo os habitantes dos povoados e das áreas rurais, em 1871, possuía uma população de 18.775 habitantes, um crescimento de 190,36% em relação a 1853. Tal crescimento foi mais expressivo entre a população livre (19,76% ao ano) que entre os escravizados, (4,11% ao ano). (OLIVEIRA, 2006, p. 2-3)

A construção da malha viária, composta por rodovias e ferrovias, com destaque para a estrada “União e Indústria” e, também, para as ferrovias D. Pedro II e Leopoldina, permitiu o fácil e ágil escoamento da produção regional, mineira e, também, goiana. Assim, a malha viária acabou por determinar a vocação de Juiz de Fora para entreposto comercial e a cidade se constituiu – nas três últimas décadas dos Oitocentos – como o principal entreposto para as Minas e Goiás, desenvolvendo, na região, o comércio atacadista, varejista e, também, as atividades industriais. Entre 1870 e 1877, os

estabelecimentos manufatureiros e mercantis, bem como os profissionais livres aumentaram em 67%. O crescimento econômico ampliou e estruturou a região central de Juiz de Fora que passou a contar com investimentos privados e públicos para a estruturação de serviços públicos estruturantes da melhoria da qualidade de vida, como o transporte urbano, saneamento e segurança pública. Nos anos 1880, investimentos em infraestrutura como a Companhia Ferrocarril Bondes Juiz de Fora (1881); a subsidiária da Companhia Telefônica do Brasil (1883); o novo sistema de águas e esgotos e a pavimentação generalizada da cidade, davam o tom do rápido crescimento, cuja força econômica motriz fora o excedente de capital principalmente da cafeicultura, mas também das atividades comerciais e manufatureiras, transformando Juiz de Fora, já nesta época, no principal centro econômico de Minas Gerais. (OLIVEIRA, 2006, p. 4 -7)

Ao final da década de 1880, organizou-se, com a constituição do Banco Territorial e Mercantil de Minas e, também, do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o setor financeiro na cidade. Estas instituições possuíam como principais acionistas os cafeicultores, os industriais e os comerciantes da cidade que, também, viriam a ser acionistas da concessionária de serviços públicos de iluminação residencial e pública, a Companhia Mineira de Eletricidade, cuja matriz energética era hidrelétrica. Datam desta década, ainda, a Industrial Mineira e a Mascarenhas, indústrias de tecelagem de grande porte que se expandiram continuamente até meados do século XX. (OLIVEIRA, 2006, p. 7)

Diante do exposto até aqui, é possível inferir que a materialização inicial do projeto de *modernização* de Juiz de Fora, nas últimas décadas do Império, dependeu, em grande medida, da implementação por parte do Estado e de investidores privados (proprietários rurais e urbanos, empresas concessionárias de obras e serviços públicos, comerciantes e industriais, locais ou não) de um conjunto de medidas e ações destinadas, em síntese, tanto a criarem a infraestrutura indispensável à expansão das atividades econômicas, quanto a permitirem o contínuo reforço da supremacia exercida pelas elites juizforanas sobre a população cativa e pobre do município.

Por outro lado, como decorrência direta dessa *modernização conservadora*, já na primeira metade da década de 1880, as condições objetivas para o desenvolvimento material e a organização política e social da cidade em bases capitalistas estavam lançadas ou em vias de serem criadas – ainda que tais processos, evidentemente, só pudessem ocorrer de forma plena a partir do decênio seguinte, após a extinção da escravidão e o fim do regime monárquico no Brasil. (OLIVEIRA, 2006, p. 8)

Redes de socialização em Juiz de Fora

A demanda por mão de obra no Rio de Janeiro e em São Paulo promoveu a intensificação do fluxo migratório e passou a exigir medidas organizacionais, as quais, em parte, foram tomadas pelas hospedarias de imigrantes. Nestas casas, os imigrantes eram acolhidos e selecionados para trabalhos em fazendas, comércios, indústrias... A Hospedaria Horto Barbosa, criada em 1888, organizou e encaminhou imigrantes aos seus locais de trabalho até 1906, quando encerrou suas atividades. Entre o período de 1896 a 1906, a Hospedaria Horto Barbosa, registrou 24.572 imigrantes, dos quais 2.804 continuaram em Juiz de Fora exercendo atividades diversas, sejam elas rurais ou urbanas. É certo, no entanto, que outros imigrantes retornaram à Juiz de Fora após experiências em outras localidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, assim como parte dos imigrantes chegavam sem passar pela hospedaria, pois assentavam-se em casa de parentes e conhecidos. No entanto, os registros da Horto Barbosa oferecem dados que permitem conhecer o perfil do imigrante que ficava em Juiz de Fora. Os dados da Horto Barbosa mostram que mais da metade dos imigrantes que permanecia em Juiz de fora não ia para as áreas rurais e que grande parte deles não possuía trabalho determinado, ou seja, optavam pela cidade por lhes parecer oportuno, mesmo sem trabalho garantido. (BERTANTE, 2015). A existência de associações de ajuda mútua, bem como da sensação de crescimento e prosperidade que Juiz de Fora oferecia ajudam a explicar a opção do imigrante pela cidade, mesmo sem trabalho garantido.

Os grupos de mútua ajuda eram comuns no Brasil, mesmo fora dos círculos de imigrantes. A falta de assistência, previdência, ou seja, de prestações sociais por parte do Estado, impulsionava estas associações filantrópicas que, em meio aos imigrantes, garantiam, além da proteção social, espaços de sociabilidade nos quais suas identidades eram reelaboradas e fortalecidas. Daí a criação de associações religiosas, esportivas e musicais, dentre outras. Em Juiz de Fora, ao final do século XIX e início do Século XX, muitas mútuas (instituições que promovem auxílios de natureza social entre os seus associados) e instituições filantrópicas (em geral criadas por órgãos ou instituições econômico e politicamente organizadas e consolidadas) foram instituídas.

Modelo associativo, assemelhado ao que se desenvolveu no Brasil, já existia na península itálica, o que contribuiu para sua proliferação dentre os italianos que chegavam. Entre 1876 e 1920, 99 associações registraram-se em Juiz de Fora, das quais 36,36%

possuíam natureza étnica. Foram dez as italianas: *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Istruzione* (1878), *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza Umberto Primo* (1887), Fanfarra Italiana (1900), Sociedade Beneficente Príncipe de Piemonte (1900), *Unione Italian di Mutuo Socorro Benso di Cavour* (1902) e Irmandade de São Roque (1902).

A *Società Umberto Primo*, presidida por Antonio Passarella, promovia a cultura italiana e a integração dos italianos com festividades diversas, além de promover a língua italiana na escola Umberto Primo. As comemorações possuíam também natureza cívica, aproximando-a da oficialidade do Estado italiano que enviava representantes a estas atividades.

Antonio Passarella

Passarella não foi apenas um hábil comerciante. Aos 40 anos de idade, era o patriarca de uma respeitável família juiz-de-forana, construída sob sua batuta e pela forma inteligente com a qual utilizou as redes de relacionamento com brasileiros e italianos. Reconstituir estas redes que, mesmo após sua morte, fizeram aflorar o sentimento necessário para homenageá-lo, batizando a rua na qual possuiu seu principal negócio com o seu nome, é o um dos principais objetivos de minha pesquisa.

A trajetória de Antonio Passarella possui muitas perguntas e respostas; neste texto serão privilegiadas as perguntas sem respostas. Compreender o sentido e a dimensão da imigração na trajetória de Antonio Passarella é o objetivo da pesquisa. Contarina foi a comuna (município) de nascimento de Antonio (1871); a região é um celeiro de “Passarellas”, um grupo familiar enraizado naquela terra. Giovanni e Giuseppina, pais de Antonio Passarella, testemunharam a instabilidade e o câmbio de poder na Itália. Apenas 74 anos antes de Antonio nascer, Napoleão havia posto fim à República Sereníssima de Veneza, fazendo com que o Vêneto, sucessivamente, mudasse de soberano, entre franceses e austríacos. A instabilidade política, provavelmente acompanhada de instabilidade econômica, afetou os venezianos e, dentre eles os agricultores que, já sob o domínio austríaco, acostumaram a verter sua produção para outras regiões do Império Austro-húngaro.

A desorganização econômica no Vêneto, após a Unificação italiana, é uma das justificativas para a grande imigração vêneta no final do Século XIX e início do Século XX. Teria Antonio Passarella imigrado para a América por dificuldades econômicas ou

apenas buscava fazer a América e distanciar-se de um local fatigado, conforme a experiência de seus pais, por instabilidades? No ceio da família Passarella, há um discurso segundo o qual Antonio Passarella era considerado como sendo do outro lado. O que significa isso? Seria austríaco? Apoiara os austríacos? Talvez fosse republicano, o que o faria avesso ao Reino da Itália. Talvez ele fosse judeu, como alguns familiares aventaram, mas como não há evidências de cripto judaísmo ou de tradições culturais judaicas, tal resposta perde sustentação¹³⁹. Os sobrenomes de seus pais fazem com que se descarte a ascendência austríaca, mas, talvez, pudesse ter sido um entusiasta do domínio austríaco, tese para a qual também não há evidências.

Antonio Passarella desembarcou no Brasil e, segundo informações de familiares, trabalhou como carroceiro no Rio de Janeiro, uma atividade dominada por brasileiros e portugueses (TERRA, 2012). A estadia na capital brasileira o fez reencontrar uma antiga “namorada” do Vêneto que trabalhava como dama de companhia de uma família de cafeicultores de Cantagalo. O reencontro teria renovado o mútuo interesse dos jovens que se casaram em 1891 na casa do Fazendeiro Francisco Rodrigues da Silva. Como se deu tal reencontro? Fora fruto do acaso ou viabilizado por redes de relações e comunicações entre italianos no Rio de Janeiro? Segundo a história familiar oral, Antonio reencontrou fortuitamente Giuseppina em um teatro na capital fluminense. Antonio economizara recursos que o permitiram trajar-se e ingressar no teatro, reencontrando Giuseppina que acompanhava a moça de quem era dama de companhia.

A jovem família não demorou a desembarcar da capital e das terras fluminenses; já em São Carlos (TRUZZI, sd), interior de São Paulo, batizaram, em 1894, seu filho Victorio. São Carlos, situada no oeste paulista, atraiu muitos italianos que, em sua maior parte trabalhava na lavoura do café. Por que Antonio e Giuseppina escolheram São Carlos? O casal trabalhou na lavoura? É sabido que São Carlos em 1894 foi o quarto mais importante destino de italianos que chegavam à Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo, passando para a primeira colocação em 1895. No entanto, o jovem casal não passou por hospedarias e, por conta própria, decidiu por São Carlos. Existiam redes de relações para migração interna dos italianos? Como funcionavam tais redes?

É provável que Giuseppina e Antonio se comunicassem em vênето, língua da região de origem de ambos. No entanto, não há registro do uso do vênето pelo casal; o

¹³⁹ Já em 1797 havia registro de uma importante comunidade judaica em Rovigo que, apesar de confinada em um gueto, era economicamente muito ativa no Polesine e foi fundamental para o nascimento à época da *Camera di Commercio* de Rovigo. (SCALCO, 1999)

português e o italiano eram as línguas da família. Teriam aprendido o italiano antes do embarque para o Brasil? Não teriam origem humilde e possuiriam formação educacional? A narrativa, um tanto romântica do reencontro do casal em um teatro, quando da apresentação de uma ópera italiana, contribui para a consolidação desta perspectiva, pois revelaria hábitos e necessidades culturais mais comuns aos grupos economicamente altos e medianos.

Especialmente Antonio talvez tivesse origem em grupos economicamente medianos, pois há relatos de que não seria campesino na Itália, mas transportador, talvez barqueiro, que realizava a travessia do rio Pó. Esta narrativa pode ser corroborada por uma carta, recebida por Silvio Passarella, filho de Antonio, em 1953. A dita epístola possuía como remetente Mario Tomiati, sobrinho de Antonio e proprietário de um negócio de transportes marítimo. Sendo assim, Antonio não devia ter sido carroceiro, mas, quem sabe, comerciante de um segmento com o qual já possuía experiência em Contarina, o transporte. Esta narrativa guarda coerência com a atividade de comerciante, com a qual Antonio se notabilizou. No entanto, o uso do italiano, e não do vêneto, como língua familiar, pode revelar uma nova constituição identitária: a italiana. Os brasileiros não reconheciam polesines, calabreses... Todos seriam italianos. Eram identificados como grupo homogêneo e se solidarizaram a partir desta nova identidade, utilizando o italiano, o qual passaram a falar em território brasileiro (TRENTO, 2000). As redes de solidariedade eram comuns e muitas vezes se institucionalizavam formando associações, como a *Sociedade Italiana de Beneficência e Mútuo Socorro Umberto Primo*, criada em 1887 e da qual Antonio Passarella foi presidente de 1930 à 1942. Além da *Umberto Primo*, havia em Juiz de Fora a *Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Istruzione* (1878), preferida pelos comerciantes italianos; a *Fanfarra Italiana* (1900); a *Sociedade Beneficente Príncipe de Piemonte* (1900), formada por dissidentes da *Umberto Primo*; a *União Italiana Benzo di Cavour* (1902), formada por italianos próximos aos negócios da construção civil que se converteu em Loja Maçônica em 1915; a *Irmandade São Roque* (1902); a *Casa d'Itália* (1939) que objetivava reunir todas as associações de italianos; e, a *Sociedade Ítalo-Brasileira Anita Garibaldi* (1946) que recebeu os bens da *Umberto Primo*, quando de sua dissolução. A profusão de associações permite compreender a pluralidade de identidades não étnicas entre os italianos, fazendo crer que, em Juiz de Fora, vênetos, genoveses, toscanos... eram italianos (GASPARETTO JÚNIOR, 2015).

O evidente prestígio de Passarella na sociedade juiz-de-forana possuía um fundo econômico, afinal era um reconhecido comerciante e participava de outros negócios além

daquele que titularizava, como a Companhia de Fiação e Tecelagem Moraes Sarmiento, da qual era sócio minoritário (PIRES, 2004). No entanto, desponta na trajetória de Passarella, além da habilidade comercial, o manejo do bom relacionamento com a comunidade italiana e juiz-de-forana em geral. Em 1912, em um cotejo fúnebre e enterro de uma jovem da elite da cidade, a família Passarella se fez presente com Antônio e seu filho, Americo, mas não apenas as presenças físicas foram notadas. Dentre as nove coroas de flores que homenageavam a falecida, apenas duas se intitulavam família: as Passarella e os Guedes. (Correio da Manhã, 09 de abril de 1912).

Considerações finais

As escolhas e decisões dos agentes históricos subordinam-se ao conjunto de possibilidades de uma temporalidade e espacialidade, ou seja, o seu espaço de experiência. É a partir deste espaço de experiências que os agentes determinarão o seu horizonte de expectativas. Antonio Passarella, dentre as diversas possibilidades disponíveis em sua espacialidade e temporalidade, escolheu o Brasil como seu destino. Deixou uma região historicamente conflagrada por conflitos político-militares e economicamente desorganizada, na qual doenças e fome faziam parte da realidade cotidiana. Determinar os motivos que levaram Passarella a escolher o Brasil, em especial o Rio de Janeiro, ainda não foi possível e talvez nunca o seja, mas o quadro geral de possibilidades indica a alternatividade do caminho de Passarella em relação àquele percorrido pela maioria de seus conterrâneos do Vêneto.

No Rio de Janeiro os italianos não se concentravam em núcleos homogêneos e não faziam parte de maiorias estrangeiras. A imigração italiana no Rio de Janeiro foi relevante, é pouco pesquisada e, naturalmente, bem distinta daquelas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O Rio de Janeiro era a capital do Império, como seria da República; em suas ruas era possível sentir as transformações políticas do Brasil. Havia, a todo momento, comícios, discussões e, muitas vezes brigas. No Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o XX pulsavam sentimentos diversos, todos muito distintos aos das fazendas ou das colônias e, até mesmo, da capital paulista. O Rio respirava conspiração e revolução, experiência que Passarella experimentou e trocou por sua antítese em São Carlos, até chegar em Juiz de Fora, cidade cuja aceleração do tempo e dos acontecimentos intermediava o Rio de Janeiro e São Carlos.

Antonio Passarella chegou em Juiz de Fora como comerciante e chefe de família. Não era pobre e a cidade mineira foi escolhida para assentar sua família, seus negócios e suas relações sociais. Na Manchester Mineira, “progrediu” amealhou uma razoável fortuna e obteve o reconhecimento social. Presidente da *Società Umberto Primo*, gozou de prestígio entre os italianos e a sociedade juiz-de-forana, casando seus filhos com descendentes, ainda que distantes, dos grandes senhores de terras da região, como os Tostes. Afora os recursos financeiros, Passarella soube construir uma rede de relações que o prestigiou mesmo após o seu falecimento e, tudo indica, que o exercício da presidência da *Società Umberto Primo* foi o espaço privilegiado que o proporcionou traçar estratégias de integração social e econômica com a elite da cidade. Nesta fase inicial de pesquisa, todos os caminhos e questionamentos ainda merecem muita atenção, mas a análise das informações sobre a Sociedade Umberto Primo se destaca dentre todas as demais interrogações, exclamações e certezas, como sendo o espaço de onde Antonio Passarella alavancou sua vida política, social e financeira através das redes de relações lá construídas.

Referências

- ALMICO, Rita; LAMAS, Fernando e SARAIVA, Luiz Fernando. **A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia.** In V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambu, ABPHE, 07 a 10 de setembro de 2003.
- GASPARETTO JÚNIOR, Antonio. **Direitos Sociais em Perspectiva: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, Juiz de Fora, 2013.
- OLIVEIRA, Luís Eduardo de Oliveira. A Constituição do Núcleo Urbano de Juiz de Fora e a sua gradual transformação em principal centro comercial e manufatureiro da província de Minas Gerais. In: **Usos do Passado – XII Encontro Regional de História da ANPUH-RJ**, Rio de Janeiro, 2006.
- PIRES, Anderson. **Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930.** Tese de doutorado apresentada à FFLCH (USP), 2004.
- SCALCO, Lino. Storia economica del Polesine. Vol. II. **Dall’Unità alla Prima guerra mondiale** (1866-1915) Rovigo: Minelliana, 2004.
- SCALCO, Lino. Storia economica del Polesine. Vol. I, **Dalle municipalità democratiche all’Unità** (1797-1866). Rovigo: Minelliana, 1999.
- TERRA, Paulo Cruz. Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- TRENTO Angelo. **Os italianos no Brasil.** São Paulo: Prêmio Editorial, 2000.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e Indústria**: São Carlos 1850–1950. 2ª ed. São Carlos: Edufscar.

BERTANTE, Rafael de Souza. **O Associativismo Italiano em Juiz de Fora: Memória e Sociabilidade**. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios, 2015, Florianópolis. Anais eletrônicos, 2015.

Parte 10 – Migrações e múltiplas abordagens

IMIGRAÇÃO DE SÍRIOS E LIBANESES NUM CENÁRIO INTERIORANO: CENTRO-NORTE DO RS

João Carlos Tedesco¹⁴⁰

Palavras iniciais

O presente texto é fruto de um trabalho feito em três mãos.¹⁴¹ Ele objetivava analisar a presença e a importância de sírios e libaneses no Centro-Norte do estado do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX, tendo como epicentro o município de Passo Fundo. Foi também analisada a presença desses dois grupos em municípios que também revelaram uma significativa presença, dentre eles estão Soledade, Palmeira das Missões, Frederico Westphalen, Erechim e Lagoa Vermelha.

O que queremos nessa breve escrita é pontuar, de uma forma bem sintética, alguns aspectos dessa imigração, suas características e especificidades, a dinâmica pelo espaço definido, em particular, no campo mercantil, suas estratégias de integração e organização sociocultural, dentre outros aspectos.¹⁴²

As fontes principais foram revisão de literatura, documentos de viagens, genealogias, fotografias, notícias de jornais e, acima de tudo, entrevistas orais. Estas últimas feitas diretamente pelo grupo de pesquisa junto a descendentes de imigrantes sírios e libaneses que fomos encontrando nos espaços municipais já informados, não havia nenhum critério prévio, condição social, sexo, idade etc., apenas que fossem dessas origens. Os eixos centrais das entrevistas giravam em torno de questões ligadas às condições de saída, mobilidades internas no Brasil, organização econômico-familiar, casamentos, integração e associativismo, esfera religiosa, dentre outros.

Uma imigração espontânea: trajetórias múltiplas e redes de sustentação

Sabemos que o território que comportava a Síria e o Líbano no período do começo da emigração para o Brasil, por volta de 1880, era ocupado e dominado pelo Império Turco-Otomano, um dos últimos impérios da era contemporânea e que foi destituído no final da Primeira Guerra Mundial. Até este evento, o Líbano foi parte integrante da Síria.

¹⁴⁰ Universidade de Passo Fundo – UPF.

¹⁴¹ O resultado deste estudo se encontra no livro: TEDESCO, J. C.; VANIN, A. A.; JACOMELLI, J. Sírios e libaneses no Centro-Norte do Rio Grande do Sul: imigração, memória e representações. Passo Fundo: Acervus, 2020.

¹⁴² Para o aprofundamento do tema dos sírios e libaneses também em espaços interioranos, ver além de nosso livro

Em razão disso, os libaneses eram considerados sírios; somente em 1926 passaram a ser contabilizados à parte (Francisco, 2017a), bem como a definição final dos territórios demorou mais alguns anos (Kemel, 2000). Por isso, até hoje poucos compreendem a identificação diferenciada e alterada desses dois grupos no Brasil.

A opção pelo Brasil não era a principal dos sírios e libaneses. A idealização era os Estados Unidos, porém, um amplo contingente aportou em terras brasileiras e aqui fixou moradia e estruturou sua vida. No período entre 1900 e 1914, houve uma grande diáspora da Síria e de onde hoje é o Líbano; acredita-se que em torno de um quarto da população deste último tenha emigrado em direção a vários continentes (Truzzi, 2005 e 2019). Desse modo, mesmo após a segunda metade do século XX, múltiplas trajetórias, alimentadas por esperanças de vida melhor, fizeram parte desses sujeitos coletivos.

Não foi uma imigração subsidiada, não houve vínculos estatais envolvidos, nem do espaço de destino e muito menos no de origem. Nesse sentido, a dinâmica das redes tornou-se fundamental (Truzzi, 2019; 2008). Nos primeiros meses nos espaços de destino, principalmente no interior de São Paulo e Rio Grande do Sul, conterrâneos se solidarizavam com os recém-chegados para amenizar as dificuldades linguísticas, de habitação e de espaços de atuação mercantil, absorvendo-os em suas casas, em seus negócios, na aprendizagem de algumas palavras etc. Com isso, os laços entre si iam se estreitando e produzindo no coletivo de imigrantes uma espécie de “capital relacional” (Soutelo Vásques, 1998), o qual os vinculava numa cadeia de relações que objetivava tornar menos pesados os limites encontrados (conhecimento, língua, carência de recursos financeiros, espaços habitativos etc.), mas facilitar as atividades comerciais e profissionais, acolhida aos recém-chegados, complementaridades comerciais, estratégias de compadrio, organizações coletivas e em redes entre fornecedores de informações e de produtos nos espaços mercantis que sírios e libaneses se inseriam.

Os próprios imigrantes recém-chegados buscavam, mesmo com escassas informações, situarem-se em espaços onde já havia conterrâneos. Esse processo ia produzindo pequenos enclaves étnicos, que davam suporte e faziam com que todos sentissem menos os limites no novo espaço. Em uma das entrevistas que fizemos na cidade de Lagoa Vermelha, norte do Rio Grande do Sul, uma interlocutora disse que a casa deles “tinha semana que parecia uma pensão de tantos patrícios que chegavam e mascateavam na região. Ficavam semanas habitando aqui conosco, muitos deles não sabiam uma palavra em português”. Nesse âmbito espacial da colônia e da atividade mercantil Truzzi (2019, p. 68) diz:

[...], desde o início havia uma clara noção, fornecida pelos que chegaram antes, de por onde se deveria começar, do tipo de mobilidade a ser perseguida, de qual era o nicho em que a colônia havia se entrincheirado com sucesso, de onde, portanto, existia uma rede de conterrâneos funcionando efetivamente: provendo emprego, treinando e socializando o recém-chegado.

Tanto o enraizamento no espaço de destino quanto os retornos (estes podendo ser definitivos e/ou temporários) viabilizavam um processo racional dos imigrantes, que buscavam otimizar seus atos. Alguns retornaram para resolver problemas familiares e aproveitavam para buscar esposa, filhos, parentes para maximizar algum tipo de negócio ou reproduzir no local de destino uma nova família ampliada. Segundo Truzzi (2019), essa mobilidade entre um país e outro marcou as primeiras décadas desses imigrantes em questão, porém, os retornos para permanecer no local de origem foram bem inferiores do que os que produziram a viagem de volta ao Brasil. Não obstante os laços existentes no local de origem, mas as comparações das situações entre um país e outro fizeram com que a segunda opção fosse mais evidente. Por isso, para muitos imigrantes, um segundo retorno ao Brasil evidenciou ser diferente do primeiro.

Nas entrevistas que fizemos e nas histórias de vida de algumas famílias dessas duas etnias e nacionalidades, evidenciamos elementos que são específicos dessa imigração para o Brasil, mas, em geral, essa faz parte de um contexto de grandes discussões sobre as políticas imigratórias na sociedade brasileira e que incluía vários grupos étnicos¹⁴³; nessas discussões estavam em pauta questões ligadas ao branqueamento, ao mundo econômico e questões de ocupação territorial. A imigração nas últimas décadas do século XIX estava na ordem do dia na sociedade política e econômica brasileira. A questão da escravidão e sua abolição, da sua conseqüente alteração e demanda de mão de obra para a lavoura cafeeira, para o setor industrial paulista em expansão, para o setor agrícola do centro-sul, enfim, tudo isso somado às questões de ordem racial, regional e quantitativa (contingente necessário) formava o cenário das grandes discussões e polêmicas do período. A imigração era vista com bons olhos, demandada por várias categorias expoentes do capital agrícola, bem como da esfera pública, que idealizava colonizar, vender terras, fazer caixa financeiro com essa, além de prover a produção de alimentos. Na realidade, idealizava-se a demanda de mão de obra para as lavouras de café e na produção de alimentos no sul do país, bem como para as fileiras do operariado paulista,

¹⁴³ Ver Tedesco; Vanin; Jacomelli, 2020.

mineiro e carioca. No entanto, as análises mostram que pouco disso foi desenvolvido (Truzzi, 1999).

Entre 1909 até junho de 1941, segundo Knowlton (1961), chegaram 48.326 sírios e libaneses no Brasil. Lesser (1999) analisa que sírios-libaneses não eram os imigrantes mais desejados no período, porém não havia uma legislação no Brasil que pudesse impedi-los de chegar. As autoridades do período preferiam os europeus. Segundo Francisco (2017), entre 1898 e 1910 foram registrados 22.516 imigrantes sírio-libaneses. O destaque desse período é o ano de 1910, no qual foi contabilizada a presença de 5.257 pessoas. Continua o autor informando que, entre 1911 e 1920, registraram-se 34.793 imigrantes, 45% a mais que na década anterior, com destaque para o ano de 1913, quando foram computadas 10.886 entradas. Durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, o fluxo desses dois grupos reduziu significativamente.

Saberes e ofícios

Sírios e libaneses se inseriram no solo brasileiro num período em que a imigração no Brasil era efervescente, principalmente em razão de algumas questões históricas, dentre as que já mencionamos, a industrialização de São Paulo, o regime de colonato nas fazendas de café, a ocupação territorial do sul do país, a ocupação para resguardar fronteiras nacionais, ampliação do mercado consumidor urbano, a necessária diversificação da pauta produtiva agrícola em prol da agricultura familiar, produtora de alimentos para o mercado interno. A primeira metade do século XX no Brasil esses processos são de grande expressão e fazem parte das estratégias de desenvolvimento do país no período. Inseriram-se no espaço agrícola não para produzir na agricultura, mas para otimizar atividades comerciais, principalmente no espaço da fazenda de café, algodão e de cana-de-açúcar, mas também em pequenas cidades. Os meios pouco acessíveis de acesso à propriedade da terra, devido ao preço dessa, ao modelo fundiário e latifundiário da produção monocultora, os poucos recursos financeiros existentes, dentre outras características latentes do desenvolvimento econômico brasileiro no início do século XX, inviabilizaram a reprodução das atividades ligadas à agricultura no país de destino por parte dos imigrantes sírios e libaneses. Porém, não ter acesso à terra ou reproduzir atividades agrícolas, não significou o deslocamento da força produtiva desses imigrantes para as fábricas ou o engrossamento do operariado urbano (Truzzi, 2008).

Muitos deles atuaram, sim, em algumas atividades agrícolas e extrativistas, bem como no pastoreio. Para grande parte do contingente que entrou no Brasil, esse domínio

de conhecimento prévio esteve em desconexão com o que foi desenvolvido para angariar fundos e se manter na nova terra (Francisco, 2013). O custo alto da aquisição da terra, o pouco que sobrava do latifúndio no período (primeiras décadas do século XX), as péssimas condições de vida em que vivia grande parte dos camponeses e/ou pequenos agricultores em suas várias formas de relações de trabalho com a terra, bem como a necessidade de ter um recurso financeiro imediato, que, com a plantação agrícola, se tornava sazonal e em tempos considerados longos (de safras), dentre outros aspectos, fizeram com que esses imigrantes, ou boa parte deles, optasse pela mascateação, saindo com mercadorias, por múltiplos espaços, oferecendo a quem necessitasse ou fosse convencido a comprar.

Segundo Truzzi (1992, p. 220), foram imigrantes que “trabalharam duro e, gastando o mínimo para sobreviver, tornava-se bastante segura a possibilidade de amearhar certo capital”. Os relatos obtidos em nossa pesquisa de campo demonstraram sempre essa centralidade da poupança, de viver com o mínimo necessário para amearhar recursos, poupar e montar seus pequenos negócios. Truzzi (1999, 2019) e Greiber et al. (1998), dentre outros que analisaram os sírios e libaneses no interior paulista entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, imprimem uma narrativa da prática que vinculava os colonos italianos ao formato comercial dos mascates e, com isso, subtraindo o poder do fazendeiro nas questões de trocas mercantis no interior do estabelecimento agrícola. Em outras palavras, os mascates atraíam os colonos e outros trabalhadores das fazendas de café e cana-de-açúcar pelas suas ofertas de preços menores, as estratégias para evitar as relações eternas por dívidas com fazendeiros, pela exploração que a casa comercial (venda) estabelecida no interior da fazenda exercia na esfera do preço. Esse processo concorrencial não se deu sem a ausência de conflitos, porém, foi ganhando corpo em benefício dos comerciantes que vinham de fora. Segundo alguns autores, essas relações fizeram com que, aos poucos, eles conseguissem montar estabelecimentos fixos em povoados e/ou municípios próximos às fazendas, aliando atividades em espaços múltiplos com a de um fixo. “[Papai] comprou uma loja num lugar chamado Figueira, onde era a fazenda dos Gomes dos Reis. A loja era na fazenda. Era loja de beira de estrada. Era o que tinha muito antigamente nas fazendas. Tinha em todas as fazendas” (Greiber et al., 1998, p. 245).



Figura 1: Loja de sírios no interior de São Paulo, município de Amparo, em 1912.
Fonte: Truzzi (2019).

Sua presença no Centro-Norte do RS

Os comerciantes e mascates formavam uma ampla rede de fornecedores de mercadorias, de clientes em amplos territórios, em geral tendo São Paulo como centro indutor da oferta de produtos e entre seus patrícios. Entrevistados em Passo Fundo e outros municípios do norte do Rio Grande do Sul deram ênfase às viagens que faziam para São Paulo para adquirir mercadorias, bem como recebiam viajantes que vendiam aos lojistas, mas a dinâmica de mobilidade maior era ir até São Paulo e comprar diretamente das fábricas, em geral de árabes. Em Lagoa Vermelha, havia comerciantes que também mascateavam, mas em alguns momentos eram fornecedores a patrícios ou a outros que possuíam pequenas lojas em municípios recém-constituídos do norte/nordeste do estado. Essas redes ampliavam a vinculação entre os patrícios e os conterrâneos, teciam relações e projeções sociais, bem como afirmavam a sua presença na sociedade regional e nacional (Lesser, 2001).

O interior do estado conservou certa especificidade para esses dois grupos, pois, um tanto distante dos centros maiores, informações, notícias, contatos, integrações com um coletivo maior dificultava a demarcação de fronteiras identitárias. Desse modo, imigrantes vinculavam-se com mais intensidade à sociedade local, ao pequeno município, assimilavam-se e, com o passar do tempo, alguns casavam com autóctones, inseriam-se na política local, agrupavam-se aos representantes de associações de classe do mundo empresarial. Segundo dados de Francisco (2017), em torno de 20% da população síria e libanesas, nas primeiras décadas do século XX, no Rio Grande do Sul, localizavam-se no interior.

Segundo a literatura revisada, como Truzzi (1999 e 2019), Kemel (2000) e Francisco (2013 e 2017), é possível identificar registros de árabes no Rio Grande do Sul ainda por volta de 1860, a maioria era sírio-libanês e alguns palestinos e jordanianos. Entre 1870 e 1890, houve certo aumento na fronteira rio-grandense de cidades como Livramento, Rivera, Quaraí, Uruguaiana, Bagé, Artigas e Chuí (Selaimen, 1987; Kemel, 2000), mas também para além da capital do estado, em municípios como Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo, Soledade, Palmeira das Missões e outras de menor porte e presença.

De acordo com dados da década de 1940, apesar da grande mobilidade apresentada, do total de imigrantes, uma parcela aproximada de 20% se espalhou pelo interior, cerca de 380 pessoas (Francisco, 2013a). Segundo o autor, as porcentagens assim se configuram: Porto Alegre, 58%; Pelotas, 11%; Rio Grande, 7%; Santa Maria, 4,5%, e espalhados por outras cidades do interior, 19,5%. Em geral, a distribuição no norte do estado foi facilitada devido à ferrovia, rota dos tropeiros e estradas vicinais, e a existência de pequenas cidades e povoados interligados por essas vias.

Rotas tradicionais de transporte facilitaram a distribuição de imigrantes sírios e libaneses no interior do estado, mas é em Porto Alegre que um contingente se estabelece, segundo tão ampla exposição de Francisco (2017). Eles seguiram a evolução dos transportes no norte e nordeste do estado, cuja inserção mais intensa ocorreu tardiamente. Muitos mascateavam na faixa da fronteira “usando bombacha e espora, cavalgando por cima de um pelego” (Cheuiche, 2003, apud Francisco, 2017, p. 98). Em Pelotas e outras cidades fundaram associações, investiram no ramo pastoril, na produção de arroz, dentre outras atividades ligadas ao comércio, expressando forte envolvimento econômico no sul do estado. O Centro-Norte do estado esteve com maior número poucos anos mais tarde, ou seja, a partir de 1920, em razão da terra ser mais barata, de a colonização estar se evidenciando com imigrantes europeus e a consequente expectativa de rápido

crescimento econômico regional, da incipiente existência de comerciantes de outras etnias, do regime de trabalho familiar e a conseqüente densidade populacional, da existência de centros maiores, como Passo Fundo, Santa Maria, Caxias do Sul, Palmeira da Missões, Cruz Alta, entre outros.

Sírios e libaneses, sem dúvida, intensificaram, desse modo, uma dinâmica de comércio popular, que já vinha sendo desenvolvido de uma forma fragmentada por outros grupos étnicos, em particular portugueses e italianos. Esse comércio ficou identificado como “negócio de turco”, ou como identificamos na cidade de Passo Fundo, centro-norte do Rio Grande do Sul, a existência de uma conhecida “quadra dos turcos”, na qual havia dezenas de lojas de sírios e libaneses na primeira metade do século XX. Essa denominação pejorativa de “turcos” não os agradava, pois não queriam ser identificados com o opressor do seu país de origem, ou, então, serem negados em sua identidade e nacionalidade de sírios e libaneses.

Esses grupos sociais em questão se utilizaram da dimensão étnica para viabilizar a integração social. Eles sabiam otimizar fatores para imprimir parcimônia, ter recursos para educar seus filhos, buscar familiares que ficaram na Síria ou no Líbano, trabalhar como ambulante para montar uma loja fixa. Essas práticas todas nos foram relatadas em pesquisa de campo. Um dos entrevistados disse que seu avô contava que os primeiros tempos na região de Lagoa Vermelha e Vacaria dormia em galpões ou pensões baratas para viabilizar uma poupança para montar seu próprio negócio. Seu avô comentava que pedia pouso em casas de clientes em espaços de galpões no meio rural e nas fazendas. A mascateação servia para conhecer o local e a região, o espaço de atuação, a proximidade com seus conterrâneos, com a estação de trem para viabilizar, em termos logísticos, a mobilidade de suas mercadorias. Eles aliavam empreendedorismo com negócios variados não convencionais. Armarinhos, tecidos, aviamentos, costuras etc., tudo era passível de troca e identificados na prática da mascateação. Truzzi (1999, p. 67) comenta que esses sujeitos foram desbravadores enquanto negociantes, descobriram os locais, tornaram-se “conhecidos” fazendo isso, indo ao encontro dos clientes em espaços os mais recônditos do Brasil. “A lojinha do turco”, o mascate sírio, o armazém do libanês, “a imagem dos árabes como perfeitos empreendedores tornou-se muito popular no Brasil inteiro”.

A atividade de mascate permitia e/ou era constitutiva dessa mobilidade. As regiões interioranas se mantiveram com baixo índice, mas a partir da década de 1940 consegue-se observar um aumento significativo de sírios e libaneses nos municípios de Passo Fundo e Santa Maria (Francisco, 2017; Vanin; Follador, 2019; Tedesco; Vanin, 2016). No final

do século XIX e primeiras décadas do século XX, vários municípios do Centro-Norte e do Norte do Rio Grande do Sul eram ainda pequenos vilarejos, a população se distribuía em amplos os territórios e em grande parte no meio rural.

O processo de colonização, estava ainda se constituindo com repovoações, aldeamentos indígenas e migrações internas. Desse modo, abria-se um mercado para transações comerciais de gêneros necessários à vida no meio rural, nos espaços novos de colônias e para abastecer, de uma forma informal, os centros mais populosos dessa macrorregião do centro-norte do estado. Imigrantes árabes, dentre eles sírios e libaneses, palestinos e jordanianos, encontraram um espaço de possível otimização mercantil.

O tronco ferroviário que cortava o centro-norte do estado permitia a ligação com Santa Maria, Cruz Alta, capital do estado, Argentina, Uruguaiana, bem como o Norte desse e outras fronteiras estaduais até São Paulo e de lá, para o Rio de Janeiro. Em outras palavras, havia possibilidades de constituir uma ampla rede de comerciantes produtores, fornecedores, compradores, vendedores, mascates, até chegar ao consumidor das colônias do Centro-Norte/nordeste do estado.

Esse processo logístico de transporte foi fundamental para o desenvolvimento regional e, desse modo, fez com que houvesse uma grande atração de imigrantes para desenvolver atividades outras que não fosse a produção agrícola, entre os quais os comerciantes, madeireiros, extrativistas, agroindustriais, hoteleiros e moageiros. Além dos sírios e libaneses, também migraram italianos, portugueses, poloneses, judeus, ucranianos, palestinos, estes com maior expressão. Para os sírios e libaneses, em particular, a manutenção das atividades de comércio ambulante também se tornava uma oportunidade atrativa, de possibilidade de desenvolvimento rápido do seu patrimônio, de abertura de armazéns, tudo a partir do ofício de mascate (Francisco, 2017). Eles se mobilizavam para vários outros espaços além de Passo Fundo como é o caso de Erechim, Carazinho, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões e Cruz Alta, desenvolvendo redes internas (regionais) de mobilidade, territorialidades mercantis, espaços fixos de venda, intercâmbio, concorrências, controle de mercado etc.

A história de um libanês que fixou comércio em Ijuí, noroeste do estado, Bindé (2008, p. 33) coloca que ele “veio para o Brasil no ano de 1895, com a idade de 18 anos. Primeiro, ele se fixou no município de Cruz Alta, região do Alto Jacuí. Em 1912, mudou-se para Ijuí, onde fundou a Casa Confiança. Passou a dividir suas atividades entre o atendimento na sua loja e as funções de mascate, com uma pequena carrocinha na qual andava à caça de clientes em toda a parte, batendo de porta em porta”. Ainda que não se

possa generalizar, mas essa é a marca desses grupos, principalmente os das primeiras décadas de imigrantes.

Como já vimos, a prática mercantil da mascateação não requeria tanto capital inicial, pois compravam a crédito e o escoamento era rápido e lucrativo (Knowlton, 1961). É difícil generalizar sobre qualquer elemento que identifica os dois grupos em questão. Os próprios imigrantes, em períodos diferentes, adentraram por espaços laborais e vínculos sociais diferenciados. Francisco (2017b) coloca que os que chegaram no Rio Grande do Sul entre 1931 e 1939 não necessariamente se envolveram com o comércio e muito menos com a mascateação; analisa que nem todos eram cristãos. O autor identifica nesse grupo de imigrantes desse período muitos deles foram identificados como operários e trabalhadores urbanos. O espaço agrário também passou a ser inserido nas atividades laborais desses grupos.

Políticas de emigração para o Brasil estavam dando prioridade aos candidatos que demonstrassem certa vocação para a agricultura. Francisco (2017b) também identificou esses grupos nesse período com maior grau de instrução e com domínios de profissões. Porém, o autor faz questão de relativizar essa “vocação para a agricultura”, pois muitos deles apenas declaravam verbalmente ou manipulavam documentos; na verdade, eram vendedores ambulantes, comerciantes etc. Desse modo, muitos imigrantes, não podendo se localizar na área urbana da capital, buscaram situar-se em locais próximos da capital, como Canoas, Gravataí, São Leopoldo e Novo Hamburgo.

Talvez pelas mesmas razões, muitos migraram para as cidades ou meio rural do Centro-Norte do Rio Grande do Sul. Com a mala e/ou bruaca cheia de quinquilharias, circulavam também nos espaços onde os moradores não tinham acesso a notícias e nem sabiam ler e escrever. É interessante enfatizar que houve muita migração regional desses grupos sociais. Em termos de circulação regional, constituíram-se redes e vínculos entre eles, e eles e outros grupos étnicos, para a viabilização de uma ampla cadeia de intermediação mercantil desde a busca de matéria-prima na capital ou em São Paulo e a ponta do processo na visita à casa do consumidor ou no espaço fixo da loja urbana.

Pelas entrevistas que obtivemos com alguns descendentes dos dois grupos, vimos que havia muita migração interna. Muitos se estabeleciam em Passo Fundo, e após algum tempo migravam para outra cidade e estabeleciam comércio lá; ou, então, possuíam como espaço central alguma cidade maior, onde havia se estabelecido com loja fixa, mas migravam de tempos em tempos para cidades e espaços rurais de municípios regionais, norte do estado. Nesse sentido, há pelas entrevistas e por cruzamentos de genealogias de

família na referida região, uma constante referência à Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Soledade, Cruz Alta e Erechim como espaços de grande circulação regional e de redes e vínculos que foram se desenvolvendo para viabilizar negócios amplos e variados entre sírios e libaneses com outros grupos, em particular, italianos, portugueses e alemães.¹⁴⁴

Muitos mascates em Passo Fundo, nas primeiras décadas do século XX, concorriam com italianos (em geral, do sul da Itália, em particular, calabreses e sicilianos) e portugueses; transacionavam mercadorias por mercadorias, ou seja, suas confecções e armarinhos¹⁴⁵ por produtos agrícolas; concediam créditos; distanciavam-se dos bancos e apostavam nas negociações com seus atacadistas. Dessas negociações surgiam as múltiplas vantagens que os mascates ofereciam para seus clientes. Mulas e cavalos carregavam malas dos mascates, mas, em geral, deslocavam-se com caronas (aproveitando para obter informações sobre moradores etc.) e a pé; com o tempo, mais de uma dezena conseguiu abrir lojas em Passo Fundo.

A prática da mascateação, de uma forma geral, exigia a ida às casas e buscava-se vender diretamente para a dona de casa, ou para quem estivesse em casa no momento. Assim produzia-se uma relação de dívida, pois, a prática da venda em prestação demandava outra visita, com isso a possibilidade de pagar a dívida anterior e contrair outra (Truzzi, 1999). Essa estratégia mercantil lhe garantia a possibilidade de vender ainda mais, aumentando, com isso, a rede de clientela e o volume transacionado, muitas vezes como expressão da confiança e do interconhecimento adquirido, além das múltiplas possibilidades de trocas de produtos variados, em alguns casos sem circulação de dinheiro, apenas trocando produtos de um com os produtos de outros; nesse caso, vendedor e cliente confundiam-se (Morales, 2001).

Em Passo Fundo e outros municípios das regiões Norte e Nordeste do estado houve uma intensa mobilidade, integração e assimilação social, enraizamento de sírios e libaneses, em grande parte, pela sobreposição econômica, cultural, política, profissões liberais e formação escolar. A língua, nos primeiros tempos, tornou-se um grande complicador, porém, entrevistados dão ênfase ao fato de que, com o pragmatismo da relação mercantil, muitos aprendiam rápido o básico da língua portuguesa para

¹⁴⁴ Ver Tedesco; Vanin; Jacomelli, 2020.

¹⁴⁵ Armarinhos referem-se a agulhas, alfinetes, linhas, lâ, pentes, botões, bordados... Um dos entrevistados disse que eram “miudezas para as casas e as costureiras”.

desenvolver os negócios. Os mais avançados em termos de domínio da língua ou de tempo de permanência no país auxiliavam os demais, os recém-chegados. Além de o fato de muitos deles serem cristãos, com isso, identificarem-se com aspectos da cultura ocidental – alguns deles sabiam falar francês e inglês antes de emigrar – isso auxiliou em alguns âmbitos nas comunicações da viagem e dos primeiros tempos nos cenários de destinos. Tivemos vários interlocutores que manifestaram isso de seus antepassados imigrantes. Um dos entrevistados disse que chegou em Passo Fundo porque seu tio o mandou chamar para auxiliar no negócio. Ele disse que emigrou com 25 anos e que já chegou com o trabalho assegurado na loja do seu tio. Muitos imigrantes eram auxiliados pelos parentes que lhes emprestavam dinheiro e cuidavam das famílias que ficaram. Isso permitia que o emigrado mantivesse contatos, obrigações, dádivas, enviasse dinheiro e informações e, quando possível, pudesse convidar mais alguém para emigrar.

Redes formais e informais, parentais e regionais foram se desenvolvendo e a imigração se consolidando. Bindé (2008) retrata várias famílias de árabes que se situaram em Ijuí e outros municípios no noroeste do Rio Grande do Sul em vários momentos, tanto do final do século XIX até meados do século XX. Ramos familiares como os Capssa, Audi, Elias, Crayd, Queruz, El Ammar, Hatem, dentre outros sírios e libaneses, localizaram-se no referido município, mascatearam, fixaram lojas, formaram médicos, como é o caso da família El Ammar, que, segundo Bindé (2008, p. 59), chama de “Dinastia de médicos” (mais de uma dezena se formaram nas três gerações da família libanesa de Salim Ibrahim El Ammar). Essas famílias, em geral, situaram-se em Ijuí em razão da existência de outros parentes e/ou conhecidos; quase todos casaram com árabes, alguns deles já vieram casados, como é o caso de Salim El Ammar, casado com Malvina Karuth; Miguel Capssa casou com uma teuto-russa e protestante, Francisca Ritcher em 1897. Na análise de Bindé (2008) não há nenhum árabe em Ijuí e região que, nos primeiros tempos, tenha investido na área agrícola e, sim, todos no ramo comercial.¹⁴⁶

A família era considerada o esteio para o imigrante, tanto o que migrou com ela quanto o que a deixou no espaço de origem. Segundo entrevistados em Passo Fundo e Lagoa Vermelha, foi importante para o êxito da empreitada migratória. Quando chegaram ao Brasil, essas pessoas continuaram contando com o apoio de seus parentes mais próximos ou do grupo de conterrâneos formado por primos, amigos e vizinhos (Francisco, 2013). Segundo Campos (1987), a mulher/esposa, mesmo em meio a diferenciações,

¹⁴⁶ Ver BINDÉ, A. C. *As etnias em Ijuí: os árabes*. Ijuí: [s.n.], 2008. v. 9.

desempenhava função essencial na preservação e transmissão da cultura do grupo, principalmente no campo educacional, nos afazeres domésticos, na socialização de valores, na cultura e língua árabe. Porém, os autores enfatizam que a elas pouco participavam da vida social e produtiva mercantil; a elas eram reservados espaços da ideologia da domesticidade reproduzida como imigrante; em geral, não possuíam graus elevados de estudos, fato que também dificultava a sua mobilidade social ou carreira de projeção e prestígio social.

Esposa, mãe, educadora informal, socializadora e preservadora de rituais religiosos, da manutenção da integração familiar e dos valores dessa instituição foram os maiores atributos reservados em grande parte às mulheres, fato que as tornavam fundamentais no seio familiar em particular, no resguardo e reprodução da cultura dos pais nos espaços de destino. A cozinha árabe no Brasil, sua popularização deve-se em muito a esse papel atribuído à mulher, traduzindo seus valores para o contexto em que se encontrava como imigrante.

Enfim...

Sírios e libaneses buscaram se inserir em vários espaços no estado; otimizaram redes constituídas entre si, aspectos logísticos de transportes, sinergias mercantis, processos organizativos; enfrentaram limites geográficos, de aceitação social, porém, esforçaram-se para integrar-se e realizar a contento seus interesses.

Na realidade, são dois grupos pouco presentes nos escritos sobre imigração no Brasil, e muito menos nos estudos sobre municípios que não sejam capitais ou que abarcam cidades grandes. Nos estudos sobre imigração nos municípios que revisamos, por exemplo, pouca coisa aparece sobre sírios e libaneses, em geral, quando há alguma indicação, ambos estão no coletivo dos árabes, e nada mais, com algum destaque para alguém que se tornou político ou de grande expressão empresarial. Há, sem dúvida, uma sobreposição de outros grupos em razão do dado quantitativo, de políticas deliberadas para sua migração e/ou reocupação territorial, da dimensão da cultura ocidental e religiosa, dentre outros aspectos.

O processo migratório de sírios e libaneses para o Brasil não foi acordado pela esfera pública; foi, sim, espontâneo, num cenário em que o país demandava imigrantes. Nesse sentido, houve uma maior aceitação e integração social no espaço de destino. Nem mesmo os sírios e libaneses tinham o Brasil como uma possibilidade efetiva; muito se deu em função de impossibilidades em outros países e em razão de haver a demanda de

imigrantes, que já mencionamos, e a legislação para estrangeiros ainda praticamente inexistente. Por isso que suas identificações, principalmente os da primeira geração, na sociedade brasileira, davam-se de uma forma equivocada, vistos como “turcos”, simplesmente como “árabes”, “sírios-libaneses” como um sujeito e uma identificação só; enfim, houve muito estranhamento, tanto dos autóctones quanto dos próprios imigrantes, estes últimos por um conjunto de razões que compunham a realidade de imigrante em cenários desconhecidos (língua, cultura, estigmas, espaços de trabalho, crenças, costumes etc.).

No caso do Rio Grande do Sul, amplamente analisado pelo professor Júlio Bittencourt Francisco, em particular para o caso de Porto Alegre, esses dois grupos foram expressivos, marcaram grande presença, territorializaram espaços urbanos de venda com identificação aproximada de um enclave étnico na parte central da cidade. Eles buscavam residir e atuar muito próximos por questões de ordem cultural, integração social grupal, língua, matrimônios, empoderamento social, demarcação territorial e étnica, dentre outros aspectos. Mas, o fator proximidade permitia também produzir vínculos mercantis (redes de apoio, auxílio, de oferta de produtos etc.), realidade que os marcou na sociedade brasileira no campo comercial, primeiramente na forma de venda informal e nos espaços múltiplos de mobilidade geográfica como mascates e, posteriormente, como expressão de mobilidade social e não tanto mais geográfica, agora como lojistas, comerciantes em espaços fixos. Esse salto econômico produziu também um amplo processo de assimilação, integração e aceitação social, pois, com isso – como vendedores em ambientes construídos – as possibilidades de exercerem trocas que expressavam concorrência desleal com outros comerciantes e o não pagamento do fisco ficaram mais reduzidos.

Otimizando condições existentes e diversificando atividades e investimentos, alguns sírios e libaneses, com a grande oferta de terras, em geral a preços que lhes eram cabíveis, investiram na aquisição dessas, inclusive alguns açambarcando grandes quantidades, tornando-se comerciantes urbanos e latifundiários. Isso se expressa ainda hoje, principalmente no município de Lagoa Vermelha. Esse processo é bastante raro no Brasil, pois, em geral, com a otimização e os lucros financeiros, sírios e libaneses, segundo análises que revisamos, investiram no comércio e na indústria, bem como canalizaram amplos recursos para permitir o estudo qualificado de seus filhos, tornando-os profissionais liberais no campo da saúde, engenharia e advocacia em grande proporção.

Em Passo Fundo estruturou-se uma ampla rede comercial e atacadista que levou a marca dos sírios e libaneses. Em outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, essa realidade permanece reconhecida e visível na atualidade com os grandes espaços de comércio popular nos grandes centros urbanos, bem como nas várias áreas das atividades econômicas, científicas e hospitalares.

Através de relatos obtidos, vimos que a gastronomia permanece presente em boa parte nas famílias dos descendentes de imigrantes, algumas muito bem definidas como patrimônio imaterial dos dois grupos, mas socializadas no âmbito multiétnico. Desse modo, o contato com imigrantes de outras etnias, com a sociedade ocidentalizada, propiciou para os sírios e libaneses a demarcação de território, pertencimento e fronteira étnica (“arabizando” um pouco Passo Fundo e outros municípios do Centro-Norte do estado), mas, ao mesmo tempo, houve a necessidade de incorporação do *modus vivendi* do espaço de destino, otimizando-o em razão de seus interesses, da intencionalidade do processo migratório, do pragmatismo da vida econômica e do mercado matrimonial.

Referências

- BINDÉ, A. Os árabes. Ijuí: volume 9. Col. **As etnias de Ijuí**. Ed. Unijuí, 2008.
- CAMPOS, M. A. **Turco pobre, sírio remediado, libanês rico**: trajetória do imigrante libanês no Espírito Santo. Vitória: Instituto Jones dos Santos Neves, 1987.
- CHEUICHE, A. **As aventuras de um mascate libanês**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- FRANCISCO, J. C. B. **Árabes e seus descendentes no Rio Grande do Sul**. Adverso. ADufrgs sindical, Porto Alegre, p. 28–29, 17 dez. 2013.
- FRANCISCO, J. C. B. Do Oriente Médio ao sul do Brasil: a imigração de sírios e libaneses no Rio Grande do Sul (1890-1949). **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 152, p. 69-96, julho de 2017.
- FRANCISCO, J. C. B. **Dos cedros aos pampas**: imigração sírio-libanesa no Rio Grande do Sul, etnicidade e assimilação (1890-1949). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017a.
- FRANCISCO, J. C. B. Turco de cuia e bombacha: sírios e libaneses no Rio Grande do Sul. **VII Encontro Regional Sul de História Oral**. Unila, 2013a.
- GREIBER, B. et al. **Memórias da imigração**: libaneses e sírios em São Paulo. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- KEMEL, C. **Sírios e libaneses**: aspectos da identidade árabe no sul do Brasil. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- KNOWLTON, C. **Sírios e libaneses em São Paulo**: ascensão social e mobilidade espacial. São Paulo: Anhembi, 1961.
- LESSER, J. **A negociação da identidade**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Edusp, 2001.
- LESSER, J. **Negotiating the national identity**. Immigrations, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil. Durham, Duke Uni. Press, 1999.
- MORALES, N. R. C. **A Imigração Sírio-libanesa no Sul do Brasil**. Santa Maria: Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana). Universidade Federal de Santa

Maria, 2001.

SELAIMEN, R. M. R. **A presença árabe no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 1987. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais.

SOUTELO VÁSQUEZ, R. **Memoria oral e identidade étnica da inmigración espanhola in latinoamérica no século XX**: os galegos em Brasil. *Estudios Migratorios*, n. 6, p. 97-124, 1998.

TEDESCO, J. C.; VANIN, A. A. Sírios e libaneses em Passo Fundo – final do século XIX e primeiras décadas do século XX. In: TEDESCO, J. C; BATISTELLA, A.; NEUMANN, R. M. (orgs.). **A Formação étnica de Passo Fundo**: história, memória e patrimônio. Erechim: All Print, 2016, p. 257-310.

TRUZZI, O. **Patrícios**. Sírios e libaneses em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

TRUZZI, O. Sírios e libaneses no oeste paulista – décadas de 1880 a 1950. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. vol. 36. São Paulo, 2019. On line.

TRUZZI, O. **Sírios e libaneses**: narrativas de história e cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

TRUZZI, Osvaldo. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer América**: imigração em massa para América Latina. São Paulo: Edusp, 1999, p. 315-351.

TRUZZI, Osvaldo. **De mascates a doutores**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

TRUZZI, Osvaldo. O lugar certo na época certa: sírios e libaneses no Brasil e nos Estados Unidos - um enfoque comparativo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, 2018, p. 110-140.

VANIN, A.; FOLLADOR, A. Entre mascates e comerciantes: o comércio de sírios e libaneses em Passo Fundo (1900-1930). In: VANIN, A.; CARVALHO, D. V. (Orgs.). **Passo Fundo: estudos históricos**. Vol. I. Passo Fundo: Acervus, 2019, p. 81-118.

O TIROL CHEGA A JUIZ DE FORA: OS PIONEIROS IMIGRANTES TIROLESES E AS RAZÕES PARA COMEÇAR PELAS ALTEROSAS, INDUÇÕES OU LIVRES ESCOLHAS?

Fernando de Moraes Toller¹⁴⁷

Introdução

Sobre o processo de imigração dos tirolezes no Brasil, há muito que se pesquisar. Pensamos que são poucos os estudos ante a importância e a plenitude do processo migratório a que foram submetidos os tirolezes, tanto de língua alemã, italiana ou ladina, a partir da metade do século XIX e começo do Século XX em direção ao Brasil, desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul.

No entanto, aqui ou acolá, um ou outro, dispõe a trabalhar com a história dos imigrantes tirolezes, de forma independente da história dos imigrantes italianos ou alemães.

Mas, mesmo assim, começam a surgir teses e dissertações, blogs, escritos, sites que envolvem o estudo dos imigrantes tirolezes no Brasil e algumas publicações vão sendo apresentadas ao universo científico.

Nessas condições, atrevemos a trabalhar com algo que trouxesse à tona os escritos que nos nortearam na estruturação do presente artigo. São escritos que deixam transparecer alguns aspectos sociais e econômicos e que “forçaram” a vir para Brasil, a primeira leva de tirolezes que aqui chegaram e formaram a primeira colônia tirolesa no Brasil, a Colônia de Dom Pedro I em Juiz de Fora.

Em decorrência de tais circunstâncias, duas dúvidas são possíveis de serem cotejadas ao se começar a pesquisar sobre o início da imigração dos tirolezes para o Brasil. A primeira se refere a primeira colônia de imigrantes tirolezes que se fixaram no Brasil, havendo, nesse aspecto a convenção de que teria sido a Colônia de Santa Tereza, fixada no Estado do Espírito Santo (1859). No entanto, tal conclusão ao que parece, é precipitada, tendo em vista que a colônia de Juiz de Fora, ainda que mista, formada por colonos alemães e tirolezes, tenha sido implantada anteriormente (1858). Que relevância teria tal conclusão? Penso que são vários aspectos relevantes ante tal conclusão, no entanto, deveria ser objeto de outro estudo ou artigo. Mas, de antemão, poderíamos dizer

¹⁴⁷ Doutorando em História – UNISINOS.

que o fato deles (os tirolezes) terem vindo junto com os alemães, demonstram, antes de tudo, de que já são vistos pelos patrocinadores do processo migratório, como uma comunidade independente dos “germânicos”, tendo em vista seus caracteres de língua, modo de vida, formas de trabalho e costumes.

Outra questão, essa de maior relevância, e que há necessidade de um estudo mais aprofundado, seriam as razões que levaram os tirolezes a virem para o Brasil na condição de imigrantes e se essa vinda teria sido (pelo menos nas primeiras levadas, ou na primeira leva) realizadas de forma livre e espontânea pelos tirolezes ou se teriam sido feitas de maneira enganosa, fraudulenta, a ensejar um processo de indução desses trabalhadores para a Colônia das Alterosas.

Assim, o artigo pretende trazer à baila tais questões, ainda que não sejam evidentemente claros os motivos e demais circunstâncias do marco inicial migratório dos tirolezes para o Brasil, haja vista que pouco se sabe sobre tal e ao que parece pouco se investigou sobre essas questões, cabendo sempre a proposta do resgate, construção e análise de relevante processo.

Metodologia

O presente artigo foi pautado em discussões doutrinárias envolvendo alguns autores que trataram sobre a imigração tirolesa no Brasil em Juiz de Fora sob outro prisma, não propriamente sobre as questões abordadas neste trabalho.

No entanto, bibliografias sobre essa primeira leva de imigrantes tirolezes no Brasil foram produzidas por LAMAS e OLIVEIRA (2011), LARMONIE (2008) e STHELING (1979). Os primeiros analisaram o processo migratório e o último se ateve ao trabalho de analisar a Construção da ferrovia em Minas Gerais, nas quais vieram para trabalhar parte dos tirolezes emigrados.

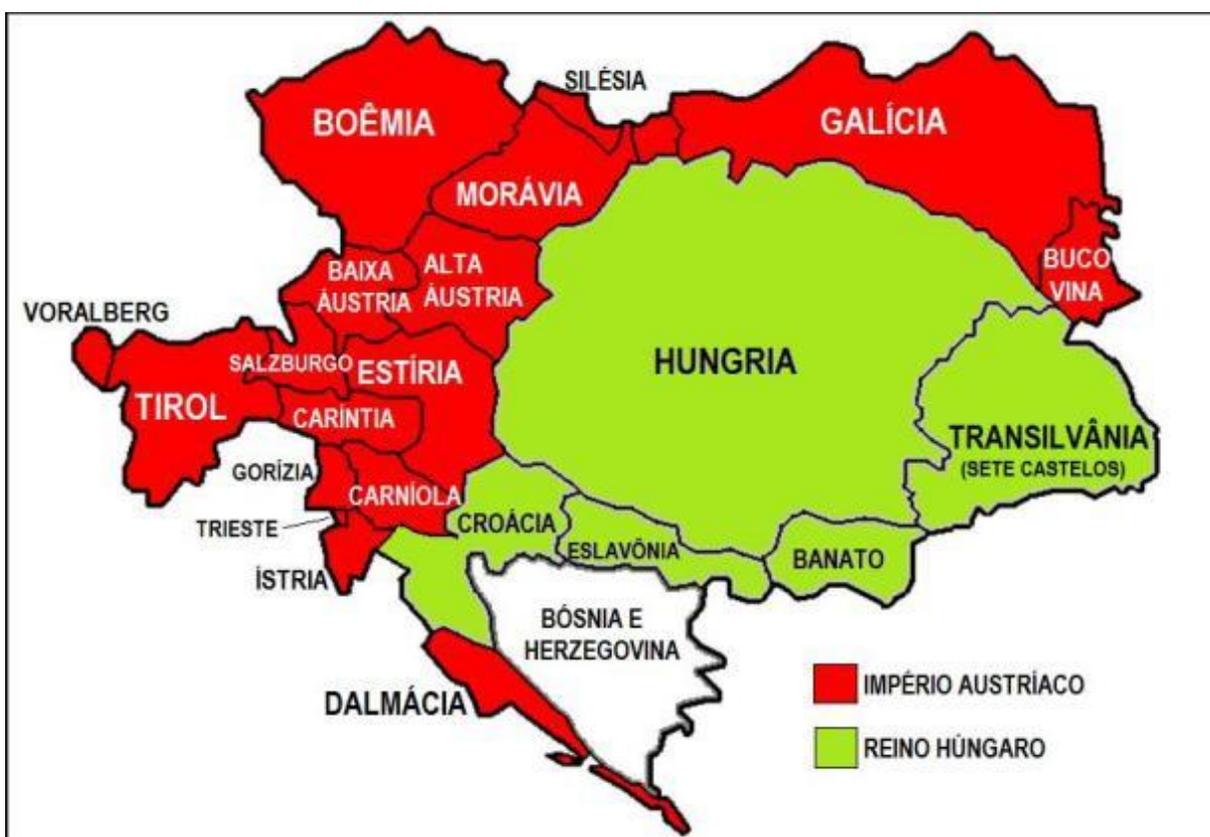
Também foi abordada parte de artigo da lavra de PRUTSCHEL (2018) no que se refere ao processo de imigração dos austríacos para o Brasil nos séculos XIX e XX.

Desenvolvimento

De forma introdutória, antecedendo o processo migratório dos tirolezes para o Brasil, podemos, em poucas linhas, tentar descrever a origem e formação desse povo no transcorrer da História.

Começamos então pelo aspecto de sua origem. Como qualquer povo que surgiu na Europa, sempre há a necessidade de se investigar cada vez mais, mas, no entanto, devemos nos ater apenas ao que se sabe sobre isto.

Assim, duas, aparentemente, são as hipóteses sobre o surgimento dos tirolezes, a primeira, pautada no historiador grego Herótodo, para o qual, o tirolezes surgiram na Ásia Menor, posto que teriam em sua língua traços da língua dos fenícios associadas com o alfabeto parecido com o grego. Para este historiador, os tirolezes teriam se tornado itálicos, a medida que ocuparam o Vêneto, a Ûmbria, a Toscana etc.



Mapa retirado do Blog de autoria Prof. Dr. Everton Altmayer (24 de abril de 2017).

Outra teoria sobre a origem dos tirolezes esta assentada na versão de que eles seriam povos “réscios” e assim povos originários de povos Celtas dos Alpes suíços que ocuparam o sul da Áustria e o norte da atual Itália.

Após essa população abraçar como seu local de habitação os Alpes austríacos e italianos, sua primeira administração legal foi de ordem religiosa, posto que os territórios que ocupavam, com limites muito diferente dos atuais foram administrados pelo Principado Episcopal de Trento, em situação de um condado independente como tantos outros que compunham o mundo itálico-germânico daquela época.

Nos estertores da Idade Média o Tirol passou aos domínios do Condado do Rei Adalberto III em 1252, em processo de ocupação futura pelo Império Austro-Húngaro, o que ocorrerá a partir de 1363 quando o território tirolês vai ser absorvido pela Casa dos Habsburgo nas mãos do Rei Rodolfo II.

Com exceção do período em que o povo tirolês foi governado pelo Império Napoleônico – 1806-1815, a administração do território do Tirol foi por séculos atividade do Império Austro-Húngaro o que só se findou após o final da Primeira Guerra Mundial, oportunidade em que o território milenar dos tirolezes foi dividido em parte da Áustria e parte italiana.

Após muita luta política e diplomática, a parte sul do Tirol foi reconhecida como Estado Autônomo do Alto Adge por parte do governo da Itália a partir do final da Segunda Guerra Mundial em 1945.

Ressaltando que essa situação divisória do tirol permanece até os dias de hoje.

Com o advento da “Primeira Revolução Industrial” e o legado de suas primeiras máquinas, destaca-se evidentemente o meio de transporte que nasce desses “arrojos”, o trem. No Brasil, mesmo que no passo do atraso da nova “civilização” que resplandecia, nas “querências” do Imperador Pedro II, surge a motivação para se construir ferrovias e a implantação da malha ferroviária para o novo “porvir”.

Assim, surge a necessidade aliada ao “luxo” de se construir uma linha férrea que ligasse as alterosas à capital do Império. Nascia assim a ferrovia que em primeira instância ligaria Juiz de Fora, nas Minas Gerais ao Rio de Janeiro, a chamada linha “da União e da Indústria.

Tal tarefa coube, entre outros, a Mariano Procópio, que ante a falta de mão-de-obra qualificada para difícil tarefa, obteve a autorização governamental para ir à Alemanha e trazer imigrantes alemães que assim vieram e de forma conjunta vieram os primeiros tirolezes de língua germânica, italiana e ladina ao “novo mundo”. Para tanto, foi criada uma comunidade para assentar os novos emigrantes, a qual se denominou “Colônia Dom Pedro II”, que uma vez implantada, cresceu e desenvolveu em bairro afastada da então Santo Antônio de Paraibuna (hoje Juiz de Fora).

A primeira experiência de imigração austríaca no Brasil teve início no ano de 1858, quando tirolezes de língua alemã e italiana que se instalaram juntamente com colonos alemães na *Colônia Dom Pedro II*, instalada anos antes na cidade mineira de Juiz de Fora (à época Santo Antônio do Paraibuna), onde foram contratados pela antiga Companhia União e Indústria para trabalharem nos projetos de construção viária

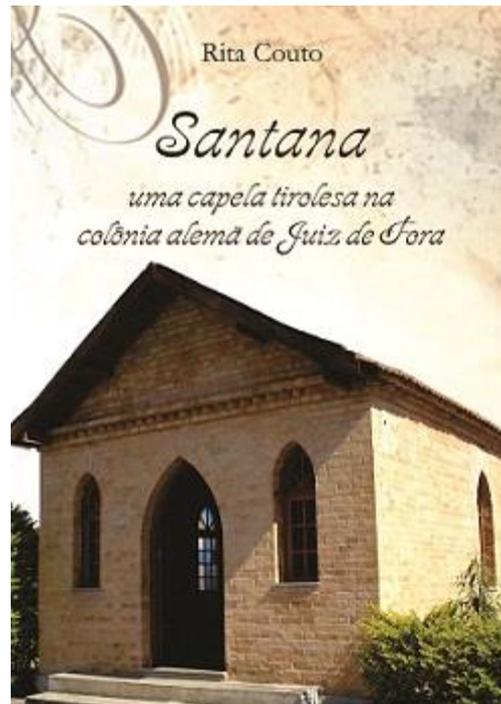
ligando Minas Gerais ao Rio de Janeiro. Os contratos entre a Companhia União e Indústria e os colonos eram firmados no porto de Hamburgo, de onde partiam os imigrantes alemães e austríacos. (ALTMAYER, 2015).



Tirolese trabalhando em atividade rural na Colônia de Dom Pedro II – fotografia em autoria ou data.

O que sabe até então, é que essa teria sido a primeira leva de imigrantes tirolese em solo brasileiro, ainda que pese que tenham vindo e contratados como germânicos, mas nem por isso despercebido (ALTMAYER, 2018), uma vez que vieram em considerável número, constando desse primeiro processo migratório para o Brasil de tirolese de língua alemã, italiana e ladina.

Os tirolese vieram a partir de 1858 nos navios Gundela e Osnambrück, saídos de diversas localidades do Tirol setentrional (Fulpmes, Matrei, Reith, Telfs etc) e meridional (Brixen, Cavalese, Kastelruth, Lüssen, Merano etc), bem como do Vorarlberg (Feldkirch), território que à época estava unido administrativamente ao Tirol. Tratou-se, sem dúvida, da primeira imigração tirolese no Brasil, com tirolese de língua alemã, italiana e provavelmente ladina. Na assim chamada “Colônia Alemã” de Juiz de Fora, os imigrantes tirolese formavam um grupo minoritário, mas nem por isso despercebido. Ali, deram início à pequena comunidade de Sant’Ana (ou *Santana do Tirol*), que abriga uma capela e onde ainda moram muitos de seus descendentes. (ALTMAYER, 2015).



A capela tirolesa de Juiz de Fora. Blog *Prof. Dr. Everton. Altmayer. 2015.*

Ainda que a discussão sobre qual seria a primeira colônia de tirolese a se instalar no Brasil, seja de certa forma despreciosa, será aqui tratada como corolário definidor de que a primeira fora, sem dúvida, a de Juiz de Fora (ainda que mista), pois, demonstra que as mesmas razões da fundação dessa colônia foi motivo também da fundação da Colônia de Santa Tereza no Espírito Santo e outras, ou seja, problemas envolvendo as condições de vida do povo tirolês nessa época: falta de emprego, problemas climáticos, fome, miséria, falta de perspectivas aos mais jovens de emprego e ganhos mais certos e rápidos por aqueles que emigravam.



Fonte: Blog Tiroleses no Brasil. Everton Altmayer, 25 de agosto de 2021.

Parte-se, portanto, do pressuposto que a pioneira tenha sido o caminho das alterosas em ano anterior à fundação da Colônia enraizada na então província do Espírito Santo.

Para a Colônia Dom Pedro II em Juiz de Fora vieram 1195 pessoas, entre germânicos (a maioria) e tiroleses, esses coisa de 278 indivíduos, composto de famílias, casais e filhos que aqui, no Brasil, fixaram-se. Entre os tiroleses, a maioria de língua germânica oriundos do atual sul da Áustria, mas, no entendimento de ALTMAYER (2015), vieram também tiroleses de língua italiana e ladina, algo para ser melhor pesquisado e elucidado, posto que a fonte é titubeante.

Como a maioria falava a língua germânica, essa leva de imigrantes e essa Colônia foram consideradas simplesmente mais um processo dos imigrantes alemães, desconsiderando-se assim a participação nesse processo os tiroleses.

Tratou-se, sem dúvida, da primeira imigração tirolesa no Brasil, com tiroleses de língua alemã, italiana e provavelmente ladina. Na assim chamada “Colônia Alemã” de Juiz de Fora, os imigrantes tiroleses formavam um grupo minoritário, mas nem por isso passou despercebido, pois deram início à pequena comunidade de Sant’Ana (ou *Santana do Tirol*), que abriga ainda hoje uma capela e onde moram

muitos de seus descendentes. O local onde os colonos tirolezes viveram era também chamado *Vale Tirolês*. (ALTMAYER, 2015).

Iremos partir do pressuposto que o processo de emigração dos europeus, entre os quais os tirolezes, para o Brasil a partir da segunda metade do Século XIX foi negócio de relativa envergadura (não se comparando evidentemente com o tráfico negreiro), mas, no entanto, de boa rentabilidade para os “países receptores, mas também para as empresas de navegação, de colonização e as estradas de ferro.” (Prustch, 2015).

Construiu-se assim uma rede de agentes e auxiliares, que ganhavam uma quantia certa per capita, por cada imigrante que conseguiam angariar. Campanhas de propaganda habilmente montadas na Europa, apoiadas por figuras proeminentes nas cidades e aldeias, tais como padres, professores e estalajadeiros, acharam um solo fértil justamente em meio à população mais pobre da Galícia, onde os índices de analfabetismo eram elevados, atingindo 52% dos homens e 60% das mulheres. Os agentes forneciam aos migrantes informações falsas sobre as condições de vida, sobre o preço do solo e as quantias necessárias para a sua aquisição, de modo a que, ao invés de poderem comprar terra, esses imigrantes acabavam trabalhando a preço vil e levavam anos para restituir o dinheiro adiantado pelas passagens, ou mesmo nunca chegaram a pagá-lo de volta. (PRUSCH, 2011).

Havia, portanto, enorme propaganda sobre as “maravilhosas” condições do novo mundo, era necessária e importante “fazer a América”, tornar-se rico nesse paraíso. Rico, a ponto de poder voltar um dia para a “pátria amada” e nunca ter mais que se aventurar por aí. Ou nos dizeres de PRUSCH (2011) “Os truques dos agentes eram muitos, havia cartazes pendurados nas estalagens e estações de trem, apareciam anúncios em jornais e folhetos eram colocados dentro dos livros de orações”.

Estariamos assim, pelo contexto que esses imigrantes eram contatados em seus domínios, aliados às péssimas condições de vida e de trabalho de muitos camponeses e até cidadãos tirolezes no transcorrer de todo o século XIX e meados do século XX, provocavam nesses indivíduos e suas famílias uma verdadeira indução para a atitude de largar “tudo para trás”, pegar o “próximo vapor” e vir para tentar a sorte no imenso Brasil, a começar pelas alterosas, não se operando em cada caso, com raríssima exceção, em uma escolha pautada em manifestação de livre vontade desses “oriundis”.

A maioria veio para trabalhar na construção da estrada de ferro “União e Indústria” conforme se verificou alhures. No entanto, as condições de trabalho não foram às

melhores e as condições de vida desses imigrantes aqui no Brasil, também da mesma forma não foram dignas.

Prova disso são as asseverações que encontramos alguns autores a tratar esse episódio como uma condição análoga à escravidão. Tal propositura é encontrada em artigos da lavra de LAMAS & OLIVEIRA (2011), LAMOUNIER (2008) e STHEHLING (1979), que comprovadamente trazem à discussão esta situação.

Inclusive tal contexto leva as autoridades alemãs e austríacas a verificar “in loco” as reais condições desses trabalhadores.

Por contrastar em tudo com o que havia sido anteriormente prometido pelos representantes da Companhia União e Indústria em Hamburgo, essa realidade degradante – que se tornava mais grave com os constantes atrasos de salários, as péssimas condições de habitação e a escassez de gêneros alimentícios - se constituiu na principal causa de uma tentativa de sublevação na Colônia D. Pedro II em fins de 1858. Apesar dessa ameaça de levante ter sido prontamente reprimida pelo destacamento policial local, que encarcerou por alguns dias os seus supostos líderes, o clima de tensão não diminuiu, motivando inclusive o protesto formal do representante diplomático do Reino da Prússia no Brasil, barão de Meusebach, contra “os maus tratos e as explorações que constataria pessoalmente nas visitas” que realizou, nessa época, à citada colônia agrícola. Segundo Luiz José Stheling, aconselhados pelo diplomata prussiano, desde então muitos colonos se recusaram a pagar a dívida que lhe era atribuída pela empresa, enquanto alguns preferiram ainda se mudar para outras áreas, na cidade ou fora dela (LAMAS & OLIVEIRA, 2011).

Com o fim da construção da ferrovia entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, em 1861, inclusive inaugurada com a presença de Sua Alteza, Dom Pedro II, a companhia construtora “União e Indústria” também se findou.

A partir daí, foi se extinguindo da mesma forma a Colônia Dom Pedro II, fundada para abrigar os imigrantes alemães e tirolezes.

Em decorrência de tal fato, poucos imigrantes permaneceram na Colônia, espalharam para outros locais da cidade de Juiz de Fora e daquela região e ao se fixarem em outras paragens obtiveram outros e melhores empregos e mediante casamentos e uniões conjugais foram se unindo à outras famílias (não tirolezas) nos limites da Zona da Mata Mineira. Há casos, evidentemente, ao final da Colônia, que retornaram à Europa.

Conclusão

No que se refere a questão aqui levantada de que teria sido a Colônia de Dom Pedro II, a primeira colônia a abrigar imigrantes oriundos do Tirol, é comprovadamente escorreita, não havendo dúvidas quanto. Mesmo assim, tem seu caráter de importância a medida que considerarmos nesse processo de imigração de alemães e austríacos para o Brasil, a presença, de forma, misturada ou dissimulada de um povo que possua seus costumes, sua língua, seu posicionamento político, seu modo de vida e de trabalho, suas músicas, danças, enfim suas atividades culturais e sem dúvida alguma sua identidade própria.

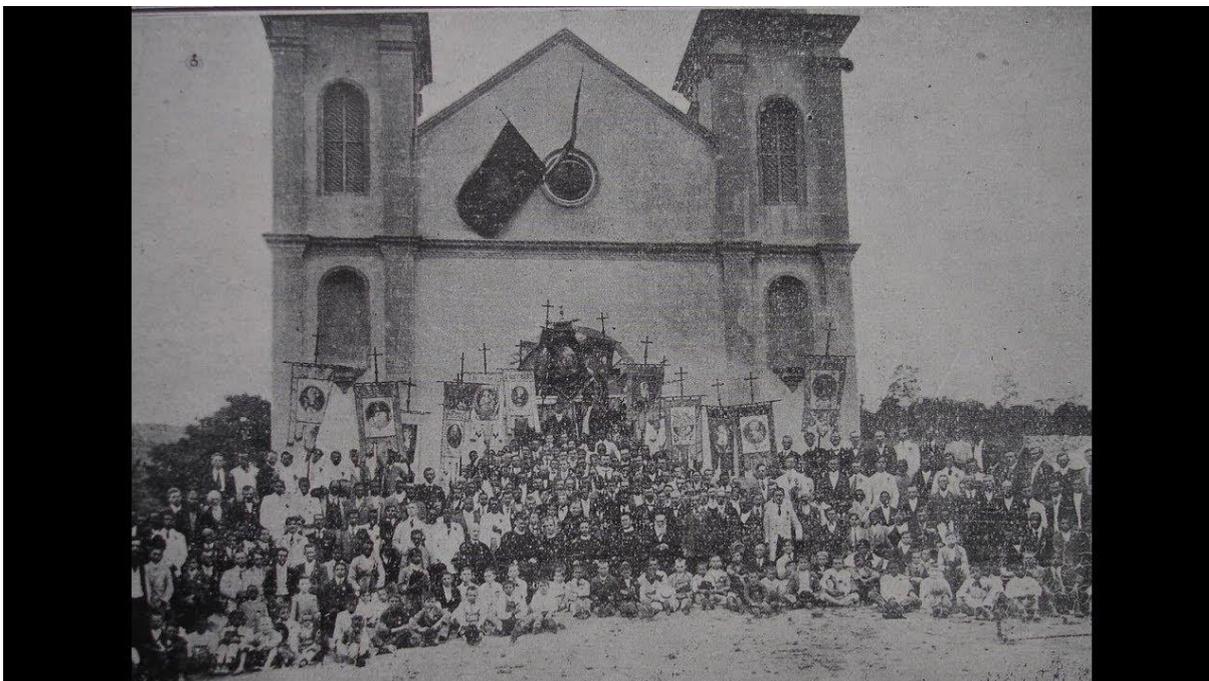
Em relação a segunda questão, ou seja, a relativa a relação entre os contratantes desses imigrantes e os colonos, sempre, tutelados pelo interesse estatal, tanto brasileiro como os de origem desses trabalhadores, convergem por parte dos que detém o poder e o dinheiro para o engodo, a atração induzida, enfim a indução daqueles que estavam em posição de desigualdade e fragilidade e se colocavam à mercê da enganação, do induzimento e não vieram para o Brasil na situação de manifestação livre e espontânea de quem pode e deve escolher o seu caminho e seu destino, considerando as armadilhas, as dificuldades e os riscos que a travessia do Atlântico do Oriente para o Ocidente proporcionavam.

No que se refere aos tirolezes, esse processo de “trazê-los de forma livre e espontânea do seu lar e do seu “mundo”, em relação ao outros processos da vinda de outras levas de imigrantes não são tão diferentes, posto que, assim como imigrantes tirolezes, bávaros, austríacos, italianos, poloneses etc, vieram da mesma forma, induzidos e por questões de miséria e falta de empregos (na maioria das vezes), mas no entanto, a diferença do tirolezes residem nas suas questões de natureza identitária o que se configura, inclusive, até os dias de hoje, ante a separação territorial forçada que esse povo experimentou a partir da segunda guerra mundial e resiste até hoje, algo para ser identificado, estudado e questionado, inclusive por seus descendentes que aqui no Brasil residem.

No nosso entender, há relativa lacuna sobre o resgate histórico dos imigrantes tirolezes no Brasil e pela América, dos EUA até Argentina e Chile.

Cabe, portanto, uma maior afluência de livros, artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas que possam reconstruir as vivências desse povo na América, que muitas vezes aqui chegaram confundidos com alemães, austríacos ou italianos, desprezando-se

sua questão identitária que aqui, pelo menos, no Brasil foi e é conservado e preservado por comunidades tirolesas que se estendem do Estado do Espírito Santo até o Estado do Rio Grande do Sul.



Segue o link <https://youtu.be/9GFjIqCncmU> ou disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=9GFjIqCncmU>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.
Pequeno documentário sobre os tiroleses em Juiz de Fora realizado pela emissora de televisão TV ALTEROSA DA REGIÃO DA ZONA DA MATA MINEIRA.

Referências

ALTMAYER, Everton. Cultura, História da imigração, identidade. 160 Anos de imigração tirolesa no Brasil. **Tiroleses no Brasil**. Treze Tílias SC, 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://tiroleses.com.br/2018/02/28/160-anos-de-imigracao-tirolesa-no-brasil/>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

ALTMAYER, Everton. Somos tiroleses, parte 3. **Tiroleses no Brasil**. Treze Tílias SC, 12 de junho 2015. Disponível em: <https://tiroleses.com.br/2015/06/12/mi-son-tiroles-parte-3/>. Acesso em 25 de setembro de 2021

LAMAS, Fernando Gaudereto; OLIVEIRA, Luis Eduardo. As vicissitudes da escravidão e imigração em Minas Gerais: a Companhia União e Indústria, os escravos e os alemães (1852-1879) in: **Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil**. Meridional,3 Anais... Florianópolis, 02-04 de maio 2007. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos3/fernando%20lamas%20e%20luis%20eduardo.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2021.

LAMAS, Fernando Gaudereto; OLIVEIRA, Luís Eduardo. Escravidão, imigração e suas funções em uma economia exportadora – Juiz de Fora, segunda metade do século XIX: o caso da companhia União e Indústria. **História econômica & História de Empresas**. XIV.2, p-44-78, 2011. Disponível em: 26 de setembro de 2021.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Entre a Escravidão e o Trabalho Livre. Escravos e Imigrantes nas Obras de Construção das Ferrovias no Brasil no século XIX. **Economia, Selecta**, Brasília (DF), v.9,n.4,p.215-245, dezembro 2008. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

PRUTSCH, Ûrsula. **A emigração de austríacos para o Brasil** (1876-1938). Disponível em https://www.bmeia.gv.at/fileadmin/user_upload/Vertretungen/Brasilia/Dokumente/A_emigracao_de_austriacos_para_o_Brasil.pdf. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

STEHLLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães**. Juiz de Fora. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/pesquisa/biblioteca/item/16355-juiz-de-fora-a-companhia-uni%C3%A3o-e-ind%C3%BAstria-e-os-alem%C3%A3es-document%C3%A1rio-hist%C3%B3rico-luiz-jos%C3%A9-stehling.html>. Acesso em: 20 de setembro de 2021.

COMUNICAÇÕES TERRESTRES IMIGRANTISTAS ANALISADAS ATRAVÉS DE MAPAS NA REGIÃO SERRANA - RS

Margit Arnold Fensterseifer¹⁴⁸

Introdução

No intuito de analisar de forma aprofundada um sítio histórico ou um pequeno aglomerado de edificações faz-se necessário recorrer a algumas metodologias. Entende-se que é evidente que um espaço, por mais isolado que esteja, possui conexões com o seu passado, articulações e trocas atuais de forma regional e até mesmo de modo global (BARROS, 2019).

Conhecer algumas destas facetas através da sistematização das informações irá auxiliar a construir um diagnóstico diretivo que auxilie as ações futuras de planejamento urbano, em especial de preservação dos significados e a valorização do patrimônio material e imaterial. A elaboração desses estudos faz-se presente nas diretrizes urbanas e regionais, em que os dados levantados produzem diagnósticos e posteriores orientações de ações projetuais tanto a nível comunitário, como individual (BARRANHA, 2016).

Uma das ferramentas utilizadas para compreender estas ligações é a cartografia. Na atualidade os mapas estão disponíveis em plataformas digitais¹⁴⁹ e auxiliam pesquisas em diversos campos cognitivos (KUVASNEY, 2020). Na região serrana do Rio Grande do Sul, os mapas cartográficos do final do século XIX foram elaborados por agrimensores, que dividiam os lotes em travessões e posteriormente vendiam aos recém chegados imigrantes, em sua maioria provindos da Itália (RADUNZ, HEREDIA (org.), 2015).

Para a escolha correta da pesquisa cartográfica é necessária a utilização de escalas. O conteúdo descritivo é complementado com estas escalas de observação e dimensão de modo a abranger espacialmente o território. Após estabelecê-las faz-se necessário apropriar-se do local entendendo a suas características locais e podendo ser analisadas sob a luz da micro história¹⁵⁰. Em sequência, após esta análise pormenorizada (mas não

¹⁴⁸ Arquitetura e urbanista (UFRGS). Mestre em História (UCS). Doutoranda em História (UCS).

¹⁴⁹ Google maps é a plataforma mais utilizada na atualidade para pesquisas em espaços urbanos e rurais, nas áreas de geografia, história e urbanismo.

¹⁵⁰ Micro história: Segundo REVEL (2010): “A abordagem da Micro história é a convicção de que a escolha de uma escala peculiar de observação fica associada a efeitos de conhecimentos específicos e que tal escolha pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. Retomando uma metáfora que foi muito utilizada

por isso menos importante) torna-se necessário conhecer fronteiras, limites, listando as conexões tanto históricas como atuais. Estas incluem fluxos de pessoas, mercadorias e podem constituir muitas trocas comerciais, sociais e culturais. Finalmente, entender como a inserção deste espaço ocorre em um contexto maior em nível regional. Estas ligações ocorrem em especial através das migrações, da apropriação de mercadorias, sejam estes alimentos, máquinas, produtos e, também, transferência de saberes e até culturas (REVEL, 2010).

Corroborando e ampliando o olhar de escala, Violette Leduc, arquiteto francês e estudioso dos pensamentos modernos de restauração, entende que uma noção de escala constitui proporções nas relações entre o todo e as partes, possuindo duas modalidades generativas: uma aritmética e outra geométrica, na dimensão do homem que é o módulo elementar do sistema harmônico. A escala também possui uma relação simbólica entre o construído e o homem que ocupa este espaço, sendo que a redução de escala permite enxergar as particularidades do local (LEDUC apud LE PETIT, 1998).

O desenho de uma planta baixa é um ato de representar o reduzido, à medida que a escala é modificada passa-se da geografia para o planejamento urbano, ou até de setorização de um local. Portanto, a "A adoção de uma escala é antes de mais nada a escolha de um ponto de vista de conhecimento" (LE PETIT, 1998, p.94), sendo um sistema dinâmico, na medida em que o modelo exige que outros respondam a várias pertinências. É preciso arbitrar em escalas de diferentes dimensões, pois o jogo entre elas permite dominar a imagem global e coerente do projeto.

A escolha de escalas por um pesquisador ou um historiador vai além da decisão, por exemplo, de um geógrafo. Já que este profissional combina fenômenos em um determinado território com a idade material que ele possui, suas características morfológicas e de composição química. Também estabelece um sistema de causas que não necessariamente analisa as sequências temporais, culturais e sociais que interferem neste local (REVEL, 2010).

Diante disso, na escolha de escalas deve ser imaginado o modelo genético particular que restabelece o sistema das causas abrangentes, que não obrigatoriamente são determinadas pelo território material existente, mas pelo elemento humano que ali constrói suas vivências e saberes. É inevitável que a partir destas escolhas o processo irá

nos últimos anos, variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama" (2010, p. 438).

encontrar também variáveis que dependem de fenômenos de longo prazo e de relações translocais que se expandem além das fronteiras territoriais (REVEL, 2010).

A cartografia representa a imagem em duas dimensões do recorte e neste caso irá iniciar-se com o olhar local de baixo para cima, pois importa a passagem de grandezas. Para LE PETIT (1998, p.90) a escala: “tem o objetivo potencial de estabelecer uma homologia entre a realidade e sua imagem e em cada uma destas duas esferas uma relação de proporção entre as partes”. Lembrando que a escala, além de uma visão material, produz uma descrição de dados preliminares de informações imateriais. A representação gráfica possibilita a visualização e consequente interpretação de dados geográficos (MONTENEGRO, 2001).

Para tanto, será iniciada a leitura em primeiro lugar da microrregião a ser analisada. Nesta estão marcados os locais significativos no quesito comunicação e transporte. Entende-se que mesmo sendo um mapa atual é possível entender e demarcar com a utilização de bibliografia escrita, depoimentos orais e de cartografias os pontos nodais¹⁵¹ significativos desta rota de conexões.

A seguir a microrregião apresentada em adaptação do *google maps* com a indicação de Santa Tereza, Monte Belo do Sul, Linha Paulina e Passo Velho, além dos centros urbanos atuais consolidados na rota da estrada Buarque de Macedo, antiga estrada geral.

¹⁵¹ Pontos nodais segundo o autor LYNCH (1998) estes são, em uma cidade ou região, centros, nós de encontros, lugares de conexões, encontros e cruzamentos, enfim pontos estratégicos.

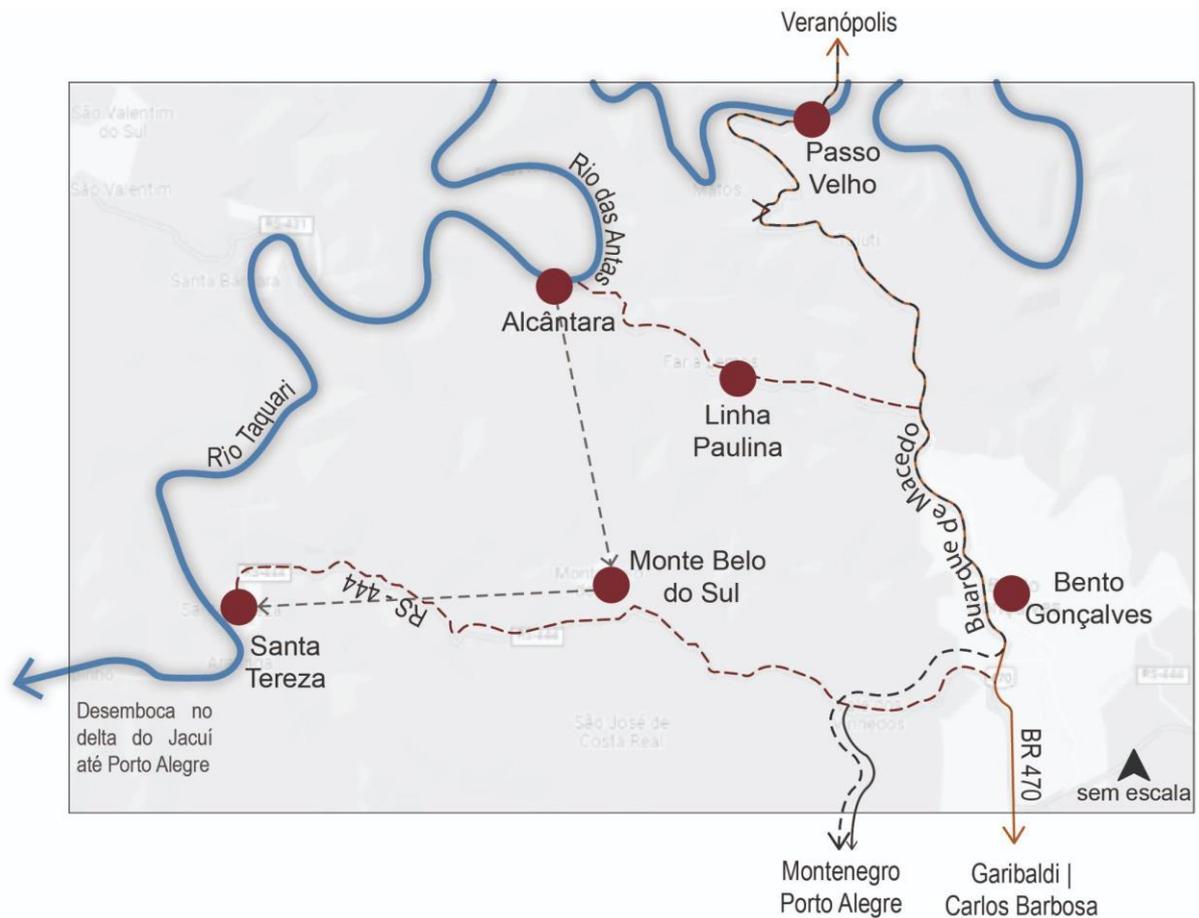


Figura 1: Microrregião de análise.
 Fonte: Google maps, com alterações da autora, 2021

A nível estadual a representação a seguir apresenta o estado do Rio Grande do Sul onde é delimitada a região serrana, assentamento da maioria de italianos chegaram neste território a partir do final do século XIX. Dentro dessa região está a microrregião, objeto de estudo desta pesquisa (figura 1) e suas conexões com as outras localidades. Por este mapa (figura 2) é possível compreender que mesmo em um período de estradas precárias e transportes com tração animal e fluvial, a comunicação era possível e acontecia em todo o território, ligado a todos os pontos do estado. Também está indicada a distância do porto de São Paulo - SP em direção ao porto de Rio Grande - RS, seguindo para o porto da capital Porto Alegre¹⁵² e a partir dele os imigrantes seguiam de carroça para as futuras colônias gaúchas.

¹⁵² Os imigrantes chegavam de São Paulo e seguiam para o Rio Grande do Sul, parando primeiro no porto marítimo de Rio Grande - RS e após seguiam de modo fluvial pela lagoa dos Patos até Porto Alegre - RS (RADUNZ, HEREDIA (org.), 2015).



Figura 2: Mapa do estado e suas relações.
 Fonte: Geografia 2021, com alterações da autora.

Estabelecidas as representações, parte-se para as orientações de entendimento da micro-história local destes quatro pontos indicados. O critério de escolha destes locais foi a importância de conexão que esses possuíam na época da imigração, antes de existirem as linhas de viação férrea. Nota-se pelo primeiro mapa (figura 1) que Passo Velho e Santa Tereza estão às margens do Rio das Antas e Rio Taquari, respectivamente. No entanto, a linha Paulina e Monte Belo do Sul encontra-se em pontos estratégicos de conexão terrestre. Importante ressaltar que os rios têm características diferenciadas: o Rio das

Antas possui muitos obstáculos, como corredeiras e pedras, enquanto o Rio Taquari é navegável, por isso, a partir de Santa Tereza eram transportados muitos produtos para a cidade de Porto Alegre. O Rio Taquari desce até o delta do Jacuí e desemboca no lago Guaíba que possui o porto da cidade. Passo Velho, às margens do Rio das Antas, é caracterizado por possuir a balsa que conectava a cidade de Veranópolis e os Campos de Cima da Serra com Bento Gonçalves, em sequência com o porto de Santa Tereza e por estradas até a cidade de Montenegro (FIDELIS, 1961). Entender estas conexões é significativo para destacar as ligações culturais, as trocas de mercadorias, os meios de transportes e os aspectos políticos envolvidos. A partir desta conjuntura, segundo LIMA (2006) poderão ser listados os diferentes aspectos que “fogem a coerência das normas aos desvios as singularidades que não são mais encarados como meras exceções ou variações correntes, mas como o lugar onde são geradas as próprias descontinuidades” (2006, p.379). Também se torna interessante lembrar que a concentração de pessoas no final do século XIX ocorria sempre que possível próximo a maior fonte de energia e vida que era a água. (LYNCH, 1968)

Cada pequeno aglomerado possui uma micro-história que GRENDI (apud LIMA, 2006 p.366) sustenta que possui uma duplicidade que é expressa através de “reflexão de uma microanálise e após parte da história social, afirmando sua centralidade no estudo das relações interpessoais na investigação histórica.” GRENDI também iniciou uma tentativa de unificação defendendo que a micro-história possui caráter coletivo, sendo uma identidade fragmentária. No entanto, o elemento unificador seria uma comunidade de estilo, isto é um “núcleo comum de preocupações gerais que passavam pela reflexão sobre a história como prática apoiada numa exigência teórica forte e preocupada essencialmente com resultados analíticos” (GRENDI apud LIMA,2006 p.368).

Incluída nesta arguição é interessante observar se o local, objeto da pesquisa, pode possuir uma comunidade imaginada, fruto de lembranças e memórias de lugares de onde os moradores locais vieram. Estes, podem não ter mais uma ligação direta de imigração (do país ou região de origem), no entanto, são herdeiros da construção por vezes fantasiosa do local. Em outra argumentação, LIMA (2006) descreve que segundo REVEL a micro história aponta para indagações atuais que vão além do cenário italiano influenciados pela multidisciplinaridade em especial as de conotação social com foco na identidade e caracteres locais.

LIMA (2006) ainda destaca que o autor Rojas enfatiza a contribuição da micro-história como objeto de debates historiográficos que contribuíram para as quebras de

monopólio acadêmico ampliando e inovando os temas de pesquisa. Estas proporcionaram a elaboração de metodologias historiográficas conceituais que direcionam as pesquisas ao cotidiano vivido, as narrativas individuais e coletivas, por vezes até subjetivas. Sob este aspecto ocorre o retorno atual a história política, a biografia, a história do acontecimento, a história do limbo das superestruturas e dos fenômenos marginais. Em síntese a micro história proporciona a abertura e pesquisa de novas temáticas, reiterando o aspecto interdisciplinar necessário para compreender as diversas linguagens do local.

O meio de comunicação terrestre ligou várias cidades permitindo trocas de mercadorias e saberes diversos entre os imigrantes. Diante disso, a seguir será apresentado a história de lugares que possuem histórias relevantes para entender o seu entorno e formação.

Passo Velho: Atualmente pertence à comunidade do distrito de Tuiuty, da cidade de Bento Gonçalves. É uma pequena vila que abriga sítios de lazer de final de semana e durante a semana o local está praticamente vazio. Não há como caracterizar este local sem descrever as suas fortes ligações com o entorno próximo, pois como está às margens do Rio das Antas, sendo um espaço transitório desde sua instalação. Pela característica local o espaço foi chamado de Passo das Antas, mas devido a uma série de problemas e reclamações dos passageiros na década de 1920, o governo tornou-se responsável pela administração quando passou a ser chamado de “Passo do Governo”.

A implantação da Barca possibilitou vários negócios, no entanto, um dos mais importantes, segundo COLAU (apud DAL LAGO, 2018) foi o transporte das toras de madeira através do rio. O volume de traslados foi crescendo à medida do desenvolvimento comercial da região, que culmina com a chegada da estrada de ferro que facilitou ainda mais o transporte para outras regiões do estado e país. No entanto, este movimento intenso foi o propulsor da decadência da pequena vila. Em 1950, o governo estadual decidiu transferir o local de passagem (próximo da ponte atual) trazendo uma barca com motor de propulsão, por isso que o local começa a ser conhecido como Passo Velho. Na sequência iniciou a construção da ponte de ligação entre Veranópolis e Bento Gonçalves, chamada de Ponte Ernesto Dornelles que era o governador do estado do Rio Grande do Sul nos anos 1940 (TOMASI et al., 2010).

Apenas oito edificações históricas permanecem na vila. O local possui uma igreja e um salão comunitário onde existem várias festividades religiosas. Entre estas, preservada até hoje (patrimônio imaterial) acontece a procissão em honra a Nossa Senhora dos Navegantes que utiliza a barca para o cerimonial unindo as cidades vizinhas

separadas pelo rio (TOMASI, 2010). Das oito construções, quatro delas foram adquiridas atualmente por um proprietário que é antigo morador local e que tem a intenção de preservar o conjunto. (DAL LAGO, 2018).

A maioria das edificações construídas são em madeira. Este material foi um elo de ligação entre cidades e regiões já que a madeira vinda de Veranópolis e Nova Prata serviram para construir muitos imóveis fora do contexto local. A comunicação entre cidades e regiões permite trocas comerciais e culturais. Pode-se ainda investigar as relações deste local com seus vizinhos, que não necessariamente próximos, mas que se conectam através dos deslocamentos. Os mapas conseguem de forma representativa aguçar a curiosidade destas trocas. Interessante seria conhecer as histórias dos indivíduos que assim como o Sr. Luiz Colau (in memoriam) teve a experiência de utilizar a barca e apropriar-se dos benefícios econômicos, sociais e políticos advindos desta convivência.

E como local de passagem, no auge de sua ocupação e utilização econômica foi marcado pela instalação de hotel, casas comerciais, pequenas indústrias de manufaturas, moinho, alambique, cooperativa e outros negócios. A balsa que ali existia até a construção da ponte de ligação entre Bento Gonçalves e Veranópolis¹⁵³ transportava pessoas, mercadorias, animais e carroças e posteriormente carros. Interessante também ressaltar que este local possuía Casa de Pastagem que abrigava os tropeiros e fornecia alimentos aos animais de tração, para então seguirem no próximo dia por mais estradas até seus destinos. Outro fato relevante foi que a ponte de ligação terrestre foi responsável pela decadência do local. A beleza natural local possibilitou o uso da área para o lazer, em especial nos dias de verão, e a atividade religiosa continua a atrair fiéis reunindo a comunidade para encontros também sociais. (COLAU apud DAL LAGO, 2018).

Linha Paulina: Seguindo pela Buarque de Macedo, atualmente BR 470 em direção a outro encontro dos Rio das Antas (Alcântara) está a Linha Paulina. No entanto, este local encontra-se em um ponto distante das principais fontes de água. Nestas terras um imigrante do sobrenome Simon estabeleceu-se como agricultor. No decorrer de sua vida entendeu ser interessante começar um pequeno comércio com artigos manufaturados trazidos de locais distantes pois as famílias que ali estavam instaladas não tinham acesso a estes produtos, como tecidos, aviamentos, ferramentas, sementes e outros (GROSS,

¹⁵³ A Ponte Ernesto Dornelles, inaugurada em 1952, foi a maior ponte de concreto armado até então construída nas Américas. Possui 278 metros de comprimento e 9 metros de largura. Disponível em <[https://www.turismo.rs.gov.br/atrativo/3974/ponte-ernesto-dornelles-\(ponte-do-rio-das-antas\)#sobre.>](https://www.turismo.rs.gov.br/atrativo/3974/ponte-ernesto-dornelles-(ponte-do-rio-das-antas)#sobre.>)

Acesso em: 4 de set. 2021.

2020). O aglomerado de casas abrigou duas escolas e uma comunidade católica. No entanto, o distrito de Faria Lemos é o que possui mais serviços diversificados. Faria Lemos que se aproxima mais do Rio das Antas recebia todos os párocos (padres) e que dali eram indicados para diversas comunidades. Portanto, a comunicação, a interação de culturas ali ocorreram devido a estes contatos pessoais destes pequenos distritos com todo o estado (CAPRARA; LUCHESE, 2001).

Do mesmo modo, no ponto mais alto de toda região encontra-se Monte Belo do Sul. Também distante dos principais mananciais, era ponto de chegada de tropeiros em direção ao porto da cidade de Santa Tereza. As primeiras famílias que habitaram esta localidade o fizeram, pois nas proximidades do Rio das Antas havia excesso de animais peçonhentos e áreas muito quentes e alagadiças para as plantações. Em alguns anos “este local apresentava um desenvolvimento superior aos outros possuía uma concentração comercial e de serviços.” (CAMPAGNOLO et al, 1996, p.18). No final do século XIX, onde atualmente está o centro urbano, contava com açougue, casas de comércio, fábrica de cerveja, casas de repouso ou de passagem e fábrica de mandolatos. A família Franzoni possuía carta de comércio, cantina de vinhos e licores, fábrica de queijos, salames, serraria e uma tropa de mulas para transportar mercadorias. Existia também um médico prático e que tinha a fábrica de selas e arreios, além desses existiam parteiras, ferreiros, tanoeiros, banda de música, sapateiros, costureiros e barbeiros (CAMPAGNOLO et al p.19). Também foi sede de uma escola de irmãs e, posteriormente, do banco Pelotense. Local receptivo e de parada dos tropeiros antes de chegarem ao destino final no Rio Taquari, Monte Belo do Sul proporcionou todo o tipo de serviços aos viajantes (NEUMANN, 2016). Na atualidade, continua com esta identidade acolhedora além de ser o município de maior produção vinícola da região. Mantém suas edificações históricas que remetem ao observador curiosidades da pujança anterior.

Santa Tereza: Às margens do Rio Taquari está localizada a cidade de Santa Tereza. Tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), conserva as edificações que contam a sua história. O nome do local faz homenagem a esposa de um engenheiro responsável pela demarcação das terras na época da colonização. Habitada não somente por italianos, mas por poloneses e posteriormente árabes. Era o principal porto por onde todas as mercadorias eram transportadas até a outros municípios e para a capital do Estado. As principais edificações possuem grandes porões onde as mercadorias eram armazenadas até serem transportadas em balsas pelo Rio Taquari. “O porto - erguido no local onde havia um porto natural - situava-se no último ponto navegável do rio

Taquari. A madeira para a construção das casas, o querosene, e a produção rural chegavam à vila pelas balsas, principalmente na época das cheias” (IPHAN, 2021). No início do século XX, chegou a Santa Tereza o primeiro barco a vapor e também uma casa de saúde (que inclusive realizava cirurgias), três bancos: Rio Grande, Pelotense e do comércio, bem como uma escola. A ferrovia iniciou suas atividades no decorrer da década de 1920, aumentando as potencialidades no traslado em especial da produção agrícola regional. Sua decadência culmina com a construção e utilização das rodovias construídas em todo estado. Atualmente é um local tranquilo e que conserva suas edificações históricas intactas, pois elas ainda representam estas características portuárias. A vinda de diversas etnias faz de Santa Tereza um local de diversas culturas e o diferencia dos aglomerados urbanos existentes na região (IPHAN, 2021).

Estes quatro locais foram importantes para os contatos entre moradores, viajantes e tropeiros, pois além de trocarem mercadorias, compartilhavam conhecimento, histórias e culturas. As linhas de comunicação efetuadas através das estradas e dos rios permitiu a proliferação de narrativas que até hoje são transmitidas. Portanto, a interconexão segundo BARROS (2019, p.11) remete a possibilidade de narrativas com pontos de conexão, essas relações não são um absoluto, uma única e grande história homogênea. “O historiador deve esquecer as fronteiras. Deve favorecer a ultrapassagem de fronteiras historiográficas artificiais”.

Referências

- BARRANHA, Helena. **Patrimônio cultural - conceitos e critérios fundamentais**. Lisboa, 2016
- BARROS, José D'Assunção. **Histórias interconectadas, histórias cruzadas, abordagens transnacionais e outras histórias**. In: Secuencia (103), enero-abril, 2019, p. 1-30.
- CAMPAGNOLO, Ivana Coelho et al. **Monte Belo do Sul constrói sua história**. Porto Alegre: Evangraf, 1996.
- CAPRARA, Bernardete S.; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves: história e memória: distrito de Tuiuti. Bento Gonçalves, RS: Fundação Casa das Artes, 2001. 98p.
- DAL LAGO, Tainara Meneghel. **Levantamento do Patrimônio Cultural edificado na linha Passo Velho, Distrito de Tuiuty – BG**. 2018. Relatório de estágio obrigatório – Campus Universitário da Região dos Vinhedos, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.
- FIDÉLIS, Dalcin B. **Semblantes de Pioneiros**. Porto Alegre, RS: Ed. Sulina, 1961.
- GEOGRAFIA, **Mapa Região Sul**. Disponível em: <[http:// www-geografia.blogspot.com/](http://www-geografia.blogspot.com/)>. Acesso em 27 de agosto de 2021.
- GROSS, Paulo. Entrevista concedida a Margit Arnold Fensterseifer, Bento Gonçalves, 14 de dezembro de 2020. Entrevista.

História- Santa Tereza (RS). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1540/>>. Acesso em: 02 set. 2021

KUVASNEY, Eliane. **Uso de mapas históricos na pesquisa sobre a cidade de São Paulo. Predominância de mapas disponíveis digitalmente e mapas autorreferenciais.** Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/34437>>. Acesso em: 06 set. 2021

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na História. In: Revel, Jacques (org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.77-102.

LIMA, Henrique Espada. Micro-histórias e além: uma conclusão. In: LIMA, H. E. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 365 - 389.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: M. Fontes, 1988.

MONTENEGRO, Gildo. **Desenho arquitetônico.** 4 Ed. São Paulo: Blucher, 2001

NEUMANN, Francine. **Levantamento do Patrimônio Cultural edificado no centro urbano de Monte Belo do Sul, RS.** Relatório de estágio obrigatório - Universidade de Caxias do Sul, 2016. Orientadora Me Margit Arnold Fensterseifer.

RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania. (org) **140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul: Educs, 2015

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escalas ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação** v.15 n.45 set/dez.2010, p.435-445.

TOMAZI, Fernanda; SCARTON, Marciele Bertoldi; FERNANDES, Guilherme. **Passo Velho - a história da colonização de Bento Gonçalves: da ocupação do Vale das Antas ao distrito de Tuiuty.** Bento Gonçalves, RS: Associação Vale das Antas, 2010.

O QUE OS ALEMÃES TÊM A VER COM O TAMANHO DO BRASIL

Günter Weimer¹⁵⁴

Dois anos depois da descoberta da América, Portugal e Espanha firmaram um tratado na cidade de Tordesilhas dividindo o novo continente entre si, convencionando que o limite entre as terras das duas coroas seria definido por um meridiano distando a 370 léguas a oeste de Cabo Verde. Este acordo evidencia que já havia algum conhecimento sobre a geografia do novo continente, pois ninguém haveria de firmar um tratado deste porte jogando com a hipótese de que o meridiano passaria no meio do Atlântico. Mais estranho é o fato de que já era sabido que Cabo Verde era um arquipélago, portanto ficava em aberto qual deveria ser o ponto de referência para a medição das léguas tratadas.

Isso, naturalmente, viria a gerar uma série de desentendimentos. Para os portugueses a medição deveria partir do extremo ocidentes do arquipélago. Nestas condições, o meridiano divisor deveria passar, no norte, próximo da atual cidade de Belém e em Laguna, no sul. Para os espanhóis, o ponto de medição, deveria ser tomado o extremo oriente do arquipélago. Isso significa que o meridiano divisor deveria passar pouco a oeste da atual cidade de Santos e, no norte, no ponto da praia marítima que marca a divisa entre os estados do Pará e Maranhão. Portanto, tanto num como no outro caso, a desembocadura do Rio Amazonas não ficaria sob jurisdição portuguesa.

Esse tratado perdeu sua importância depois que o rei da Espanha, Fernando II, tomou posse do trono português em decorrência da morte do rei Dom Sebastião, sem deixar herdeiros. No âmbito da cultura luso-brasileira sempre é referido que o rei espanhol passou a ocupar o trono português, sem levar em consideração de que Fernando era membro da Casa de Habsburgo. O que poucas vezes é citado é que esta Casa reinava sobre o Império da Áustria que dominavam (de forma intermitente) os Países Baixos, parte da Bélgica, a Inglaterra, a Borgonha, a Hungria, a Croácia, a Boêmia, boa parte da

¹⁵⁴ Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Professor aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FA-PUCRS, ex-docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Autor de cerca de 40 livros de autoria exclusiva e colaborador em aproximadamente de 80 livros. Associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo. E-mail gunterweimer@gmail.com

Itália (Nápoles, Sicília, Sardenha e Milão) além da Espanha e Portugal. Mais do que isso, ainda dominava ou tinha forte influência na confederação de estados denominado de Sacro Império Romano de Nação Germânica que existiu, nominalmente, de 962 até 1806 e que era formado por estados da Europa Central em que eram falados dialetos germânicos.

Estes fatos foram muito importantes para a formação do Brasil. Na medida em que os países dominados pelos Habsburgos procuravam se tornar independentes, procuravam hostilizar o Império Austríaco. Isso vale especialmente para a Inglaterra e a Holanda que desenvolveram uma política de anexação do território situado entre o Mar do Caribe e o Rio Amazonas. Para tanto, fizeram diversas incursões pelo Rio Amazonas, construindo todo tipo de fortificações militares. Ao tomar posse da coroa de Portugal, Fernando II havia prometido aos portugueses que as terras por eles conquistadas seriam administradas através de Lisboa. Isso, porém, não foi confirmado pelas iniciativas administrativas que foram sendo tomadas, especialmente, no que se refere à Amazônia. O domínio dos espanhóis estava centrado no lado do Oceano Pacífico de onde estavam concentrados os esforços da exploração de metais preciosos. De lá seria difícil garantir a defesa do território amazônico devido às barreiras impostas pelos Andes e o deslocamento através da floresta. O lógico seria combater os invasores a partir do Atlântico onde estavam estabelecidos os portugueses. Além do mais, a Espanha estava envolvida com problemas diplomáticos e de soberania em diversas frentes. Disso resultou que os portugueses foram penetrando em território espanhol e ocupando as obras militares conquistadas. Estas eram, em sua maioria, de terra que era o material disponível, mas pouco adequado para o clima super úmido. Por isso, estes estabelecimentos tinham uma duração limitada e acabavam por serem abandonadas depois de algum tempo. Adler Homero Fonseca de Castro fez um minucioso levantamento dessas instalações militares que chegaram ao expressivo número de 84 unidades. Isso fez com que ingleses e holandeses – aos quais se juntaram os franceses em inícios do século XVII – se limitassem a conquistar o território a partir do mar do Caribe e os portugueses penetrassem a partir do Rio Amazonas. As fronteiras entre estas colônias e o Brasil só foram definidas no século XX.

Esta situação se tornou ambígua quando Portugal reconquistou sua independência em 1640 e se acentuou quando, em fins do século, foram descobertas as minas de ouro nas Gerais. Enquanto os espanhóis se centravam na exploração da prata em cima dos Andes, o estabelecimento dos reinos na Serra do Espinhaço e a expulsão dos “brasileiros”

da região, fez com que estes cruzassem o meridiano de Tordesilhas e se estabelecessem em regiões auríferas do território espanhol. Esses sentimentos de cobiça também se projetaram sobre a Amazônia. Como era comum na época, os lusos enviavam religiosos como frentes de penetração para a tomada do território usando como justificativa da catequese dos indígenas. Em 1745, portanto, cinco anos antes do Tratado de Madri, Charles Marie de La Condamine, a mando do rei da França, desceu o rio Solimões e, partindo de Pebas, em território equatoriano (hoje, do Peru), chegou a São Paulo de Valença, o primeiro povoado português que se encontrava localizado na margem do Rio Solimões, próxima à atual tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. Isso significa que na primeira metade do século XVII o governo português já deixou clara a sua intenção de estender seus domínios para muito além das fronteiras acertadas em Tordesilhas.

Isso fez com que aumentassem as tensões entre as coroas ibéricas. Uma tentativa de amenizar os conflitos foi a tentativa de fazer um tratado – dito de Madri – em 1750, para definir as fronteiras. Quando estavam sendo encaminhadas estas tratativas, os portugueses se adiantaram e contrataram, em Viena, um corpo técnico de diversas nacionalidades com a finalidade de definir estas fronteiras. Pouco depois de ter sido assinado este tratado, ele foi denunciado pelos espanhóis por ter sido considerado (justificadamente) contrário a seus interesses.

Aconteceu que naquele ano faleceu o rei de Portugal, Dom João V. Com isso assumiu o trono seu filho José que não era muito afeito a comandar a Nação. Quem efetivamente assumiu as redes governamentais foi Sebastião José da Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Anteriormente, havia sido nomeado embaixador de Portugal em Londres e em Viena onde se assenhoreou das macelas da diplomacia internacional. Foi na Áustria que intermediou a referida contratação de técnicos. De volta a Lisboa, conseguiu manobrar a política portuguesa no sentido de se tornar o Secretário de Estado do Reino que corresponderia ao atual posto de primeiro ministro, relegando ao rei D. José I o encargo representativo da Nação. Neste posto atuou entre 1750 e 1777, ano em que o rei veio a falecer e em que foi feita nova tentativa de regulamentação no tratado de Santo Ildefonso. Durante este período Pombal em que esteve no poder, tratou de impor uma série de reformas modernizadoras que desagradaram a alas conservadoras do país.

Desde logo tratou de consolidar seu poder. Uma de suas medidas foi a de nomear seu irmão Paulo António de Carvalho e Mendonça para presidente do Conselho do Santo Ofício. Através dele promoveu uma ampla reforma na estrutura eclesiástica uma das quais consistiu na expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias. Em relação ao Brasil,

sua atuação foi encarada com reservas, entre outros, devido à expulsão dos jesuítas o que representou um percalço na cultura colonial pelo fato de que estes, virtualmente, monopolizavam a educação na Colônia e devido à decretação da derrama que levou à Inconfidência Mineira. Certamente foram estes fatos que obstruíram sua atuação diplomática na expansão e consolidação das fronteiras coloniais através dos firmes governos de Gomes Freire de Andrade no Rio de Janeiro e de Mendonça Furtado no Grão-Pará.

Suas ações no sentido de garantir a consolidar as fronteiras na parte meridional da Colônia são bem conhecidas o que não acontece com as do norte. Para garantir a efetiva posse dessa região, Pombal concebeu um “Secretíssimo Plano de Comércio” cujas diretrizes eram de conhecimento restrito ao governador do Grão-Pará, João Pereira Caldas que, muito em breve, viria a ser substituído por Francisco Xavier Mendonça Furtado que nada mais era do que outro irmão do primeiro ministro. Isso bem demonstra a importância com que este empreendimento era tratado por Lisboa. Uma das primeiras medidas deveria ser a de conquistar o apoio dos súditos espanhóis através de uma amistosa política comercial: a facilidade de acesso através da rede fluvial desde o Atlântico, permitia comerciar através de relações de troca mais favoráveis e de supressão de taxas aduaneiras. Como a mão de obra europeia era muito escassa, tratou de reordenar as relações com os nativos. Com Pombal, foram promovidos a “cidadãos portugueses”, mesmo que não fossem habitantes de cidade nem tivessem uma relação direta com Portugal. Isso deve ter sido uma transformação muito eficiente posto que, de uma hora para outra, passaram a ser tratados com mais consideração. Além disso, passou-se a incentivar os casamentos interétnicos fato que, a rigor, já se constituía numa prática corrente. A diferença deveria ser a promoção de uma relação de submissão para outra, de reconhecimento oficial. Especula-se que estas disposições teriam decorrido do fato de que Pombal tinha, em sua ancestralidade materna, uma índia tabajara que fora batizada com o nome de Maria do Espírito Santo Arco Verde. Isso, possivelmente, possa ser um fator que o levou a esta iniciativa, mas parece que os interesses políticos falavam mais alto: diante da escassez de mão de obra europeia, era importante contar com o apoio indígena para a consolidação de sua política imperialista.

Para se assenhorar do território, contou com a participação dos técnicos contratados em Viena já referidos. Segundo Oberacker, esta participação era necessária devido ao atraso da cultura científica em Portugal. Em nosso parecer, este não era a causa principal. A engenharia militar portuguesa era bastante desenvolvida para seu tempo por

imposição das necessidades dos interesses portugueses em outros continentes. Os nobres portugueses sabiam que ter conhecimento significava ter poder, e tratavam de monopoliza-lo. Com a valorização do conhecimento decorrente da política dos “déspotas esclarecidos”, a inclusão de técnicos nas decisões políticas teve um considerável incremento e Portugal não dispunha de mão de obra qualificada em número suficiente para atender a estas demandas.

Entre os contratados se contavam os italianos Antonio Giuseppe Landi, Enrico Antonio Galluzzi, Domenico Sambucetti, Giovanni Angelo Brunelli, Michelangelo Blasco, Giuseppe Cavagna e o croata Ignác Smentamartony, o francês Jean Piton, o holandês Johan van Rollen Wandek, e os alemães Adam Leopold von Bruening, Adam Paneck (ou Panck), Adam Wentzel Hetscho, Anselm Echard, Emmanuel Fritz Goetz, Johann Andreas Schwebel, Johann Christ-Götz, Johann Havelle, Karl Ignaz Revenden, Kaspar Johann Gerhard von Gronsfeld (ou Cronfeld), Ignaz Hatton, Paul Röhrich, Philipp Friedrich Sturm, Wilhelm Buzines, Xavier Haller, dentre outros. João Vasco Manuel Braun nasceu em Setúbal como filho do capitão Johann Heinrich Franz Braun.

Chegados ao Brasil, de imediato, Schwebel, auxiliado por Sturm e Bruening, foi designado para fazer um minucioso levantamento das aldeias indígenas, fortes e pontos de interesse existentes ao longo dos principais rios amazônicos. Durante estes levantamentos, fez os projetos de recuperação do forte de Santo Antônio que Gurupá no qual “não mais havia qualquer prédio no interior do forte, somente dois telheiros de palha, sem paredes e o forte não tinha qualquer guarida” e do estratégico forte do Rio Negro, em Manaus cujas obras de recuperação ficariam a cargo Kaspar von Gronfeld. Dos levantamentos resultaram 25 desenhos aquarelados de alta qualidade, “como se tivessem sido gravados em cobre”. Como estes desenhos serviriam para fins políticos (demarcação de fronteiras), as representações eram bastante favorecidas, pois as descrições de outros autores atestam o abandono e decadência das instalações militares. Estas foram representadas com complementos de magníficas construções assobradas em linguagens centro-europeias totalmente inadequadas para o meio ambiente.

Quando estava por concluir este trabalho, em 1758, Schwebel adoeceu em razão do que voltou para Lisboa para tratamento de saúde. Neste período elaborou 41 cartas aquareladas e em branco e preto que foram de decisiva importância nas futuras tratativas binacionais. No entanto, nunca se recuperou, vindo a falecer em fins de 1759 ou inícios do ano seguinte. Este cartógrafo era natural de Nüremberg em razão do que é provável que tivessem fundamentos a suspeita de ser luterano.

Sturm era um subordinado de Schwebel. Mesmo assim, assinou dois mapas de sua autoria. Quando seu superior voltou para Belém e Lisboa, Sturm permaneceu no Alto Rio Negro quando fez o projeto da vila de Barcelos que viria a ser a capital da (transitória) capitania de São José do Rio Negro. Para ela também projetou a Igreja Matriz e o palácio do governo. A seguir foi encarregado de construir o forte de São Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro e o de São José de Maribatanas, mais a sul. Estes tinham o propósito de “botar fora os invasores” espanhóis vindos da Colômbia. Nesta época chagou a fazer explorações até o Rio Orinoco. Depois foi comissionado para planejar, recuperar e construir fortificações no Rio Solimões. Seu trabalho mais importante no sentido estratégico foi a construção do forte de São Joaquim no Rio Branco e de aldeias fortificadas ao longo desse rio, no atual Estado de Roraima. Estas foram as de São Felipe no Rio Tucutú, de Nossa Senhora da Conceição, no Rio Uraricuera, de Santa Bárbara e de Santa Isabel, na proximidade da confluência dos rios citados e o de Nossa Senhora do Carmo, no Rio Uranuaú. Ao longo destes trabalhos, elaborou numerosos mapas citados em correspondência por ele assinados, dos quais são conhecidos apenas três. Estas obras foram de importância fundamental para a incorporação de Roraima ao território nacional. Sturm terminou seus dias na volta a São Gabriel da Cachoeira em data não conhecida.

Outra figura de relevo foi o Capitão Carpar Johann Gerhard von Gronfeld (ou Cronsfeld). A seu encargo ficou a demolição por estar totalmente arruinado e posterior construção do forte de Santo Antônio de Gurupá. A situação do forte de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Parú não era diferente. Ele havia sido fortemente avariado em refrega com tropas francesas e se encontrava em estado de ruína, razão pela qual teve de ser totalmente reconstruído. Estes fortes estavam localizados no Baixo Amazonas, próximos à embocadura que continuava desguarnecida. Para solucionar esta vulnerabilidade, foi construído o Forte de São José de Macapá, junto à aldeia de mesmo nome que havia sido criada pelo jesuíta Aloys Pfeil. O projeto e a construção do forte ficaram por conta do italiano Enrico Antonio Galluzzi e o planejamento e construção da vila ficaram ao encargo de Gronfeld. Quando Galluzzi faleceu vítima de malária, Heinrich Johann Wilkens assumiu provisoriamente a continuação das obras, que foram concluídas por Gronfeld. Depois este foi encarregado da construção do Forte do Rio Negro que daria sustentação à Vila de Manaus, que era de importância estratégica por estar localizado na confluência desse rio com o Solimões.

Esta é o resumo das mais importantes atividades destes técnicos. Nossa tentativa foi mostrar que sua participação foi fundamental para ampliação em uma vez e meia a

área territorial do país em razão do que suas atividades deveriam ser melhor conhecidas e valorizadas.

Referências

- ADONIAS, Isa. **Real Forte Príncipe da Beira**. Rio de Janeiro: Spala, 1985.
- CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro**. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009, II volume.
- CINTRA, Jorge Pimentel e col. Os Engenheiros Militares Italianos na Amazônia do Século XVIII. **3º Congresso Brasileiro de Cartografia Histórica**, Belo Horizonte, 2016.
- COSTA, Graciele Guerra da. **Fortes Portugueses na Amazonia Brasileira**. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2015.
- OBERACKER JR, Carlos Henrique. **A contribuição Teuta à Formação da Nação Brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1968.
- OBERACKER JR, Carlos Henrique. **Dois Cartógrafos Alemães a Serviço do Brasil, no Século XVIII, Johann Andreas Schwebel e Filipe Sturm**, <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131263>
- TELLES, Pedro C. da Silva. **História da Engenharia no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.
- VITERBO, Sousa. **Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores Militares Portugueses**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, 3 volumes.
- WANDERLEY, Andrea C.T. **O Descobrimento do Forte do Príncipe da Beira: a expedição de 1913 do almirante José Carlos de Carvalho**, <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=16160>

BUSCANDO UM CAMINHO ENTRE LATOUR E KRENAK: IDEIAS PARA SOBREVIVER AO ANTROPOCENO

Álison Wagner Gomes da Silva¹⁵⁵

Introdução

A mutação climática é um problema que afeta toda a humanidade e toca em pontos sensíveis sobre o comportamento humano em sociedade. Nos últimos anos, é visível o alastramento de uma crise humanitária que entre os principais fatores, as migrações forçadas por desastres naturais emergem como um problema global.

Minha trajetória de pesquisa sempre esteve ligada aos movimentos migratórios. Fiz parte da graduação em História na Universidade do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis (SC), e finalizei os estudos em 2020 na Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Durante a primeira parte da graduação, fui bolsista de iniciação científica em uma pesquisa sobre os projetos de desenvolvimento da América Latina e seus impactos sobre os povos originários. Naquele momento, em 2016, o estudo se dava através de uma perspectiva etnográfica junto à comunidade Guarani do Morro dos Cavalos, em Palhoça (SC). Há um interesse grande do mercado sobre o território guarani naquela região, pois ali há um manancial de águas e também vistas exuberantes, o que chama atenção de grandes empresas e do mercado hoteleiro. Quando a pesquisa estava em andamento, os guaranis do Morro dos Cavalos lutavam pela demarcação de suas terras, ao passo que a imprensa local repercutia a ideia de que “os índios do Morro dos Cavalos vieram do Paraguai”, portanto não tinham direito a suas terras. Mas, bastava-se ouvir os guaranis para entender que as seus limites não são regidos pelas fronteiras dos Estados nacionais e que o povo guarani é um povo que caminha há milhares de anos por essas terras.

Quando terminei a graduação em História na UPF em 2020, fazia parte de uma pesquisa em andamento sobre a colonização do Norte do Rio Grande do Sul no fim do século XIX e início do XX. Estudávamos as correspondências trocadas pelos órgãos oficiais do estado e como estes órgãos tratavam o problema de terras. Os órgãos oficiais

¹⁵⁵ Graduado em História pela Universidade de Passo Fundo em 2020. Tem experiência como bolsista de iniciação científica nas linhas de pesquisa: Espaço, Economia e Sociedade; e Planejamento territorial e desenvolvimento ambiental, econômico e espacial. Com ênfase em estudos das populações tradicionais e projetos de desenvolvimento na América do Sul, bem como, imigração e colonização no Norte do Rio Grande do Sul no período da Primeira República. Contato: alisonw.silva@hotmail.com

chamavam aqueles que não tinham os documentos comprobatórios da posse de terras de “intrusos”, e por vezes os expulsavam do lugar onde estavam construindo suas vidas.

Dessa vez, pensei em expandir um pouco meu campo de pesquisa e realizar um exercício de reflexão a partir da leitura de autores que discutem problemas atuais, autores necessários que partem de diferentes locais para discutir questões que são pertinentes a todos que vivem nesse planeta. A ampliação do campo de pesquisa não deixa de ter como ponto central as movimentações humanas. Esse é o fio que tenho tentado seguir em minhas pesquisas.

A leitura da recente publicação de “Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno” de Bruno Latour, rendeu a necessidade de se escrever sobre algo relacionado. E fortuitamente, o livro de Ailton Krenak “Ideias para adiar o fim do mundo”, correspondeu muito bem ao que havia sido lido até então em Bruno Latour. A ideia de que estamos vivendo o Antropoceno ainda é algo recente que merece maiores discussões. Mas basicamente versa, sobre estarmos vivendo uma era geológica marcada pelo impacto que a vida humana emprega no planeta, provocando mutações que são irreversíveis. Os dois autores entendem que estamos vivendo essa era, mas cada um deles parte de lugares diferentes para discutir algo comum a todos. Como sobreviver a essa era?

Bruno Latour é um sociólogo e filósofo da ciência, que discute sobretudo o modo de fazer ciência hoje, com uma crítica contundente à ciência moderna e a própria ideia de modernidade. Nesse sentido tenta traçar um caminho para nos orientarmos politicamente que vá além dos conceitos clássicos como direita e esquerda. Importante deixar em evidência que Bruno Latour é francês e parte da Europa para debater as formas de se orientar politicamente no Antropoceno. Já Ailton Krenak, é uma liderança indígena do povo Krenak e parte de sua experiência enquanto intelectual indígena no Brasil, para discutir ideias para adiar o fim do mundo. Ailton Krenak é um dos intelectuais brasileiros mais relevantes na atualidade, ambientalista, filósofo, poeta e escritor.

O presente trabalho tenta estabelecer um diálogo entre as recentes publicações “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak (2019) e “Onde Aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno”, de Bruno Latour (2020), e os artigos mais relevantes elencados pelo portal de Periódicos Capes nos últimos cinco anos sobre os temas: “refugiados ambientais”, “migrações forçadas”, “desastres climáticos e ambientais”.

Através de uma revisão bibliográfica, foram levantados os dez artigos mais pertinentes sobre os temas aqui elencados. Entre esses artigos, há um destaque para a

questão jurídica do tema dos refugiados ambientais que ainda está em debate atualmente e não produz um consenso entre os órgãos internacionais responsáveis pelo problema dos refugiados. Foram levantadas também pesquisas que abordam essas temáticas a partir da psicanálise, da ideia de bem estar social e da ecologia.

Um conteúdo presente em boa parte dos artigos foi a questão dos imigrantes haitianos no Brasil, que imigraram em decorrência de uma crise humanitária agravada por um desastre ambiental em 2010. E também, como o estado brasileiro não deu conta de gerir essa situação com base no conceito de refugiado ambiental, justamente pela falta de normativas internacionais que abarquem o tema. Levando esses imigrantes a obterem vistos humanitários e em seguida serem tratados como imigrantes econômicos, que buscam outro país em busca de melhores condições de vida ligadas à situações agravadas por crises econômicas no país de origem.

Dessa forma, o trabalho se dividiu em três partes. A primeira parte versa sobre o quais são as reflexões que os dois autores trazem em seus trabalhos. A segunda trata dos resultados da pesquisa sobre os artigos na plataforma Capes, construindo um panorama dos problemas levantados nos trabalhos. A terceira parte trabalha a tentativa de encontrar resoluções possíveis para os problemas levantados pelos artigos em articulação com as ideias dos dois autores.

Ideias para sobreviver ao Antropoceno

Em “Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno” (2020), Bruno Latour aproveita o evento da eleição de Donald Trump, em 2016 para fazer uma reflexão sobre três fenômenos que segundo ele estão imbricados, na tentativa de construir um ensaio que se refere como uma ficção política. O primeiro fenômeno seria o da “desregulamentação” inaugurada no início dos anos 1990, após a queda do muro de Berlim, o segundo seria o da violenta explosão de desigualdades que seguiu desse mesmo evento e o terceiro fenômeno está ligado a uma sistemática operação para a negação da existência da mutação climática.

Esses três fenômenos, segundo o autor, são sintomas de uma mesma situação histórica que se produz a partir da conclusão por parte das classes dirigentes de que não há mais lugar suficiente na terra para elas e para o resto de seus habitantes. Essa situação tem pré-disposições ainda da década de 1980, momento em que era possível observar que

as classes dirigentes não pretendiam mais liderar, mas se refugiar fora do mundo (LATOURE, 2020, p.8).

Para Latour (2020, p.9), isso provoca uma ausência de um *mundo comum* a compartilhar, que está nos enlouquecendo e a forma de resistir a isso seria *aterrando* tudo em algum lugar. E devido a isso, é importante traçar um *mapa* para podermos nos *orientar* nessa nova paisagem que vai se constituindo. Portanto, é preciso explorar a possibilidade de canalizar certas emoções políticas na direção de novos objetos.

A saída dos Estados Unidos do acordo de Paris sobre o clima em 2017 escancarou a todos, que a questão climática está no centro de todos os problemas *geopolíticos* e que está diretamente ligada à questão das injustiças e desigualdades. Isso define a ideia de que não existe mais o ideal de mundo compartilhado por aquilo que até então era entendido como “Ocidente” (LATOURE, 2020, p.10).

Corroborando com isso, quatro acontecimentos são importantes. O primeiro é o Brexit, diante da chegada de milhares de refugiados à Europa e o segundo é a eleição de Trump que promete isolar os Estados Unidos atrás de uma muralha para impedir a entrada de refugiados e negar socorro a qualquer causa que não esteja dentro de suas fronteiras. Já o terceiro acontecimento histórico se refere à retomada, a extensão e a amplificação das migrações, onde milhões de pessoas são forçadas a se deslocar devido a ação acumulada de guerras, dos fracassos do desenvolvimento e das mudanças climáticas que levam seus territórios a se tornarem inabitáveis. A crise migratória está transformando a noção de solo, provocando em cada um a percepção de que o solo está ruindo aos seus pés. Por fim, o quarto acontecimento histórico se refere ao acordo sobre o clima firmado em Paris, em 2015, durante a COP21. Na ocasião, todos os países signatários, davam-se conta de que se todos continuassem com seus planos de desenvolvimento não existiria planeta o suficiente para todos (LATOURE, 2020,p.11).

A partir de então, é isso que nos divide, mais que saber se somos de direita ou de esquerda. E isso é visível na generalização da crise migratória, que é um sintoma de uma provação comum a todos. Essa provação é a de se descobrir *privados de terra*. Essa provação também justifica a relativa indiferença diante da urgência da situação, pois espera-se que tudo se resolva no final, quando esse assunto pode por fim nos deixar terrivelmente devastados e ansiosos por não termos respostas. Muitos acabaram por se esconder atrás de Trump, decidindo retardar o conhecimento sobre o assunto por mais alguns anos e empurrando vários países junto com eles para essa abstração (LATOURE, 2020, p.13).

Bruno Latour observa que até pouco tempo atrás a questão da terra não se colocava aos povos que haviam decidido modernizar o planeta, mas apenas àqueles que haviam sido assolados pelos impactos das “grandes descobertas”, dos impérios, da modernização, do desenvolvimento e da globalização. Sendo essa a grande novidade para os povos modernizadores, esse problema sugere um sentido imprevisto para o termo “pós-colonial”, pois o solo desaba sob os pés de todo mundo ao mesmo tempo, gerando a vertigem que atravessa a política contemporânea. A natureza ao ser transformada em território leva a um desafio muito mais vital e existencial que os suscitados por termos como “crise ecológica” ou “problemas de meio ambiente”, pois o que está sendo tirado de nós são os vínculos que temos com a terra e o nosso modo de vida. E isso diz respeito a todos, é uma preocupação compartilhada amplamente entre os antigos colonizadores, os povos colonizados e todos que ainda resistem à colonização (LATOURE, 2020, p.14).

A única saída é descobrirmos juntos, qual território é habitável e com quem podemos compartilhá-lo. Por mais que boa parte das pessoas ignore o que acontece com o clima, certamente se sentem ameaçados pelas imigrações, pela possibilidade de perderem suas identidades. Para Latour, essas pessoas estão sendo orientadas por partidos ditos “populistas” a reconhecerem o problema em apenas uma das suas dimensões, compreendendo que a situação obriga pessoas que não são consideradas bem-vindas a cruzarem fronteiras. Porém, é a outra dimensão da mesma mutação que não foi bem compreendida por eles, a do Novo Regime Climático que está de fato, varrendo as fronteiras, através do clima, da erosão, da poluição, do esgotamento de recursos, da destruição dos habitats. E mesmo que as fronteiras se fechem aos imigrantes, é impossível impedir que as mutações climáticas as atravessem (LATOURE, 2020, p.16).

O maior desafio político que se impõe é como abrigar a quantidade imensa de imigrantes, os protegendo e garantindo seus direitos às suas identidades, uma vez que perderam seus recursos e seus vínculos com suas terras. Construir um novo contexto de organização em que todos compartilhem essa terra escassa, permitindo que aqueles que já viviam nela possam também preservar suas identidades e seus vínculos com a terra. A resolução desse desafio passaria por dois movimentos complementares que se tornaram contraditórios pelo processo de modernização, de um lado, *vincular-se a um solo* e de outro, *mundializar-se* (LATOURE, 2020, p.17).

Dessa forma, Latour (2020) elabora um esquema com três vetores: a *globalização-mais* que leva a uma modernização que vai em direção ao global em função de tratar o que é local como atrasado e retrógrado; a *globalização-menos* que é fundamentada no

caráter local como forma de se defender desse mundo que se globaliza, se fechando em fronteiras e defendendo tradições imaginadas localmente; e o *terrestre* que seria esse vetor que impacta a todos no sentido de perceber que o planeta se tornou um agente de mudança da vida humana em sua essência, ao passo que as mudanças climáticas e os desastres ambientais vêm contribuindo para impactar os modos de vida das pessoas e gera os conflitos políticos dos quais o autor parte para elaborar seu pensamento.

A ideia é conseguir fazer com que a humanidade se mova de acordo com o vetor *terrestre* no sentido de conseguir “aterrar” sentimentos e desejos que acabam por destruir a vida no planeta e conseguir pensar uma nova forma de transitar politicamente pelo cenário atual demarcado pelos outros dois vetores. Portanto, é preciso sair da ideia de esquerda e direita que se construíram no século XX e se mantém operante nas mentalidades políticas atuais e partir para uma proposição política demarcada pelo vetor *terrestre* que opere os sentidos e as necessidades que o planeta impõe para a sobrevivência humana (LATOURETTE, 2020).

Por sua vez e corroborando nesse sentido, em “Ideias para adiar o fim do mundo” (2019), Aílton Krenak discute como foi construída a noção de humanidade ao longo do tempo, no sentido de questioná-la acerca das várias escolhas equivocadas que foram tomadas a partir dessa noção. Para o autor, a colonização europeia estava alicerçada na premissa de que uma humanidade esclarecida precisava encontrar essa humanidade obscurecida a fim de civilizá-la. O conceito de humanidade, no século XXI, com a colaboração de diversos pensadores de visões e origens distintas, está sendo questionado no sentido de entendermos se o conceito realmente é válido para todos (KRENAK, 2019, p.13).

“Somos mesmo uma humanidade?” questiona Aílton Krenak, e nos pede a pensar nas instituições mais bem consolidadas que surgiram no século XX, como o Banco Mundial, a OEA, a ONU e a Unesco que interferem diretamente na vontade dos povos originários de manter seus solos. Para essas instituições, basta manter uma pequena porção de mata original que sobreviva à destruição do planeta, para que as próximas gerações possam ver como era a vida no passado, destituindo a natureza de significado e ligação à humanidade. Por que então, manter e respeitar instituições que pregam esse tipo de argumento e visão sobre a humanidade? Por que então, participar da reunião em torno desse conceito que limita a invenção, a criação, a existência e a liberdade? Aílton Krenak vai mais longe: “Quando a gente vai entender que os Estados nacionais já se

desmancharam, que a velha ideia dessas agências já estava falida na origem?” (KRENAK, 2019, p.13-14).

O autor observa que somos uma humanidade onde a maioria está alienada do exercício de ser. Isso ocorre através dos processos de modernização que jogam as pessoas do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, transformando-as em mão de obra dos centros urbanos. Para Krenak, essa alienação acontece, sobretudo se as pessoas estiverem destituídas do direito à sua ancestralidade, à memória e ao referencial que sustenta sua identidade (2019, p.14).

Em “Ideias para adiar o fim do mundo”, uma provocação no próprio título, o autor critica a ideia que é repercutida nas soluções do mercado para os problemas ambientais. Para Krenak, a sustentabilidade é uma invenção das corporações para justificar o assalto que fazem à ideia de natureza. O autor usa “nossa natureza”, pois percebe que não há natureza distinta da humanidade, a humanidade não existe separada do planeta Terra, o cosmos é natureza e todo o pensamento é natureza (2019, p.15).

Krenak alerta para a possibilidade da humanidade, acabar vivendo em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas, montanhas e rios. Essas corporações são os donos do dinheiro e ganham mais a cada momento, na medida em que shoppings são construídos, espalhando a mesma ideia de progresso pelo mundo. Possível de observar nas principais capitais do mundo, como Tóquio, Nova York ou São Paulo, que tem em sua essência a mesma fascinação em construir seus prédios enormes. Enquanto isso acontece, a humanidade se descola cada vez mais do organismo que é a terra e os únicos núcleos que ainda sobrevivem estão nas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São os caiçaras, os índios, os quilombolas, os aborígenes. Exatamente aqueles que eram entendidos como uma humanidade obscurecida que resiste a essa contraditória iluminação da humanidade esclarecida (KRENAK, 2019, p.17).

“A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade de formas de vida, de existência e de hábitos”. Esses questionamentos sobre recursos naturais e desenvolvimento sustentável seguem a linha de novos mecanismos para separar os humanos da terra, pois a organicidade desses povos que resistem, incomoda muito às corporações (KRENAK, 2019, p.18).

Para o autor a ideia de fim do mundo é um sintoma dos tempos atuais, que produzem ausência do sentido de viver em sociedade e do próprio sentido da experiência

de vida. O fim do mundo, visão fatalista faz parte de uma pregação que força a humanidade a desistir de seus sonhos. Para Krenak, adiar o fim do mundo é sempre poder contar mais uma história. Enquanto houver essa possibilidade, o mundo continua existindo (2019, p.20).

A resposta está no entendimento da experiência da humanidade sobre sua circulação sobre o mundo, para entendermos como podemos contar uns com os outros. A resposta está em como os povos originários do Brasil resistiram à colonização, e ainda permanecem vivos e existindo através desses cinco séculos consequentes de guerra. Muitas dessas pessoas que resistem não reproduzem a ideia de indivíduo, elas existem como “pessoas coletivas”, conforme possibilitam a transmissão de suas visões sobre o mundo (KRENAK, 2019, p.20-21).

A proposta de Aílton Krenak (2019, p.22) é a de desvanecer a vaidade de pensarmos que somos as únicas pessoas interessantes no mundo e entendermos que somos parte do todo. Compreender a existência de diversas histórias no mundo, de diversos povos, de diversas visões sobre o mundo diferentes e entender como resistir e sobreviver. Como fazem as 250 etnias de povos originários presentes no Brasil atual, que seguem sobrevivendo há 500 anos e construindo suas histórias. Dessa forma, ampliamos o nosso horizonte existencial, podendo enriquecer as nossas subjetividades e as vivendo conforme a liberdade que pudermos criar, não as colocando no mercado que as quer consumir.

O que se produz de relevante sobre o tema?

A mutação climática, tema que está imbricado nos dois autores, trata-se de um problema que afeta toda a humanidade e que toca em pontos sensíveis sobre o comportamento humano em sociedade. Nos últimos anos, é visível o alastramento de uma crise humanitária que entre os principais fatores, as migrações forçadas por desastres naturais emergem como um problema global. Dessa forma, foi necessário buscar o entendimento do que vem sendo produzido de relevante sobre a temática no Brasil.

Foi executada uma pesquisa por artigos na plataforma “Periódicos Capes”, no mês de setembro de 2021. Os temas da pesquisa na plataforma foram: refugiados ambientais, migrações forçadas e desastres climáticos e ambientais. O período indicado para busca dos artigos referentes a esses assuntos foi dos últimos cinco anos. Portanto, foram encontrados artigos que foram publicados entre 2016 e 2021. A busca encontrou uma

diversidade grande de publicações, indicando a pertinência dos assuntos na atualidade e do debate acadêmico sobre as temáticas. Para a análise aqui elaborada foram selecionados os 10 artigos indicados como “mais relevantes” pela plataforma Capes.

Entre os 10 artigos mais relevantes sobre as temáticas citadas, 5 deles foram escritos por acadêmicos e profissionais do Direito, pelo menos 2 artigos ligados à Psicologia, 2 artigos que tratavam de Política e Cidadania e 1 sobre Biopolítica.

Os principais problemas elencados pelos artigos estavam relacionados aos imigrantes de origem haitiana que migraram ao Brasil principalmente após catástrofes ambientais presenciadas em seu país de origem. Um terremoto de grande magnitude atingiu o país em 2010, agravando uma crise humanitária que já era presenciada anteriormente por razões políticas. Furacões também são presenciados no Haiti, com o aumento de sua incidência e destruição nas últimas décadas.

As grandes catástrofes ambientais que atingiram o Haiti levaram milhares de haitianos a migrarem para outros países em busca de recursos para auxiliar suas famílias a terem alguma dignidade e poderem construir suas vidas. A principal rota de migração é o Brasil. Por motivos diplomáticos, o Brasil possui forte influência no Haiti, desde que liderou a missão de paz da ONU naquele país em 2004 (UEBEL, 2016).

A interferência militar do Brasil no Haiti se deveu a problemas políticos que se alastravam há anos no país e causavam grave crise humanitária. Foi a primeira intervenção internacional liderada pelo Brasil que na ocasião alçava um lugar permanente no Alto Comissariado da ONU. A MINUSTAH, Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti, contou com a participação de 36 mil militares brasileiros entre 2004 e 2017. A presença desses militares no Haiti pode ter proporcionado uma aproximação do que seria o Brasil e tornado possível a ideia para os haitianos de que se pudesse buscar uma vida melhor através da migração para terras brasileiras (UEBEL, 2016).

Porém, outro dos principais problemas elencados nos artigos, reverberou na atuação do estado brasileiro sobre os imigrantes haitianos. Trata-se da falta de normativas e de um entendimento a nível internacional sobre o conceito de refugiados ambientais. Assunto que vem sendo abordado academicamente entre diversos campos das ciências humanas e se tornou um debate jurídico fundamental na atualidade. Pois, com a iminência de um colapso climático ocasionado pelo aquecimento global que vem sendo alertado pela ciência há algumas décadas, possivelmente mais situações como a dos haitianos que

foram forçados a deixar seu país de origem por ocasião do agravamento de uma crise humanitária resultado de uma catástrofe ambiental, podem ocorrer com mais frequência.

Andrade e Angelucci (2016) investigaram a ausência de tutela jurídica específica para refugiados ambientais e a necessidade de ampliação dos conceitos e práticas de responsabilização internacional para o amparo a esses migrantes forçados. Os autores sugerem que sejam criados aparatos para responsabilização internacional dos Estados, em especial, os economicamente desenvolvidos, pelos deslocamentos populacionais decorrentes de mudanças climáticas, por comprovadamente serem os maiores poluidores ambientais. O aparato jurídico passaria pela ampliação do marco de responsabilização objetiva do Estado a nível internacional, para abarcar o refúgio ambiental (ANDRADE; ANGELUCCI, 2016).

O artigo de Vettorassi e Amorim (2021) segue na mesma linha do de Andrade e Angelucci (2016), e analisa como as mudanças climáticas expõem a necessidade de uma reformulação do termo “refugiado” para a inclusão de pessoas forçadas a migrar por causas ambientais. A partir do artigo de Vettorassi e Amorim (2021), entende-se por causas ambientais, atividades antrópicas, ou seja, atividades de origem humana que causam impactos ambientais que provocam mudanças profundas no clima e no ambiente, mudanças tais que vem sendo sentidas e estudadas ao longo dos últimos anos com maior profundidade. Além de atividades antrópicas, como a poluição, são considerados desastres ambientais os eventos naturais abruptos como terremotos e furacões, ou ao longo do tempo, como a desertificação e o alagamento.

Muitos dos refugiados ambientais acabam sendo considerados migrantes econômicos, pela falta de jurisprudência sobre o conceito. Migrantes econômicos seriam aquelas pessoas que se deslocam motivadas fundamentalmente por melhores condições estruturais e oportunidades econômicas, não necessariamente ligadas a oportunidades de trabalho (VETTORASSI; AMORIM, 2021, p.25). No Brasil, em relação aos imigrantes haitianos, que são os exemplos mais próximos que poderiam ser tratados como refugiados ambientais, foram concedidos vistos humanitários que permitiam a agência desses migrantes no território brasileiro com uma proteção mínima (UEBEL, 2016, p.27).

A prerrogativa adotada pelo estado brasileiro no caso da imigração haitiana ocorreu pela falta de entendimento dos sujeitos como refugiados. Pois, as leis que abordam o conceito de refugiado são datadas de 1951 e 1967, com alguns acréscimos na década de 1980 e não abarcam situações de migração forçada por desastres ambientais (VETTORASSI; AMORIM, 2021).

Em pelo menos três dos artigos analisados os autores traçam a evolução jurídica do termo “refugiado”¹⁵⁶. Em Vettorassi e Amorim (2021) e Andrade e Angelucci (2016), é possível compreender que a primeira lei que abarca a categoria refugiado a nível internacional é o Estatuto do Refugiado de 1951, estabelecido a partir da convenção de Genebra ministrada pela ONU, a qual obteve incremento em 1967 com o Protocolo Adjunto do Estatuto do Refugiado. Dessa forma é criado o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), órgão da ONU para a defesa do Estatuto do Refugiado e ação nos países que enfrentassem esse tipo de crise humanitária.

O momento do fim da Segunda Grande Guerra e da Guerra Fria mostrava ao mundo a necessidade de amparo jurídico para pessoas expatriadas, forçadas a se deslocar de seu território de origem por motivos de perseguição política, conflitos, guerras e situações de violência que violavam os Direitos Humanos. Aquele considerado refugiado seria amparado pelo país receptor sem que esse pudesse enviá-lo de volta ao país de origem, no que era chamado “princípio de *non refoulement*” (VETTORASSI; AMORIM, 2021, p.25). Porém, pelo caráter político do momento histórico, pouco se abordava sobre questões ambientais.

Algumas experiências regionais surgiram no intuito de ampliar o regimento do que era entendido como refugiado. a fim de amparar os problemas enfrentados a nível regional. Nesse sentido, a OUA, Organização da Unidade Africana, formada em 1963 para enfrentar os problemas da descolonização dos países africanos, tratou do tema na Convenção de 1969. Na ocasião, foi adicionado ao conceito de refugiado aqueles que se deslocavam forçadamente do território de origem por perturbação grave da ordem pública em uma parte ou totalidade do país de origem. Vettorassi e Amorim (2016, p.34), afirmam que isso abriria uma possibilidade de interpretação para que desastres ambientais fossem entendidos como eventos que perturbam gravemente a ordem pública, porém, ainda assim, causas ambientais ainda não são entendidas como condicionantes da atribuição de refúgio.

Outra experiência regional foi o “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, em 1984, que gerou a Declaração de Cartagena. A ocasião tentava buscar alternativas para lidar com o intenso fluxo migratório na América Central que ocorria por

¹⁵⁶ Os três artigos são de autoria de: ANDRADE; ANGELUCCI, 2016. MELO; LARA, 2019. VETTORASSI; AMORIM, 2021.

consequência de conflitos na Nicarágua, El Salvador e Guatemala. O texto da Declaração de Cartagena reconhecia a iniciativa da OUA de ampliação jurídica do termo refugiado e ia além, para abarcar pessoas que fogem de regimes ditatoriais e locais onde estejam acontecendo genocídios e violação maciça dos direitos humanos, que não era previsto dessa forma na Convenção de 1951. Porém, mesmo assim os refugiados ambientais ainda não são reconhecidos por essa ampliação (VETTORASSI e AMORIM, 2021, p.35).

Pela dificuldade de adaptação do termo refugiado ambiental a nível internacional, por questões diplomáticas e por resistência por parte dos Estados que exercem grande influência dentro do ACNUR em revisar o estatuto da Convenção de 1951. Vettorassi e Amorim (2021, p.39) sugerem que o caminho a ser seguido, passa pelas iniciativas e mecanismos regionais, a exemplo do que foi feito pela OUA e pela Declaração de Cartagena, pois através da ONU há uma estagnação sobre a discussão das definições do conceito.

Andrade e Angelucci (2016, p.190) observam que no Brasil, a principal normativa que trata da qualificação de refugiado é a Lei nº 9.474, de 1997, que estabelece que o refugiado é aquele que é perseguido no país de origem por motivos de etnia, religião ou nacionalidade, ou por pertencer a um segmento social específico. Essa lei criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão de deliberação colegiada e integrante do Ministério da Justiça. Mas ela ainda não consegue abarcar o refugiado ambiental.

Para esses autores a sugestão de solução para resolução da questão é por via das chamadas *soft laws*, que são mecanismos que funcionam como asseguradores de uma obrigação moral do Estado, fixando metas para futuras ações políticas nas relações internacionais que demandam coerência dos Estados que devem adequar seu ordenamento e suas políticas públicas a essas normas que são internacionalmente pactuadas (ANDRADE; ANGELUCCI, 2016, p.195).

Portanto, dentre os artigos analisados, a preocupação em se produzir alternativas jurídicas para a iminência dos problemas gerados por mudanças climáticas e desastres ambientais, no que tange a categoria dos refugiados, foi o que mais chamou atenção. Entre os 10 artigos analisados observou-se a falta de uma análise mais filosófica que aborde a temática da formação humana e os sentidos que o sujeito em situação de migração dá à terra. Questões abordadas pelos ensaios de Bruno Latour e Ailton Krenak.

Entre os artigos há uma preocupação em estabelecer discussões jurídicas acerca da temática, bem como, uma produção que abarque a questão dos haitianos no Brasil. Alguns temas colaboraram na produção desses artigos e estão diretamente ligados a

questão dos refugiados ambientais e das transformações climáticas, como os Direitos Humanos, a cidadania e o trabalho. Outros temas são menos observados, mas também se fazem presentes nas discussões levantadas por esse trabalho, como questões de psicanálise, bem estar social e ecologia.

O que é possível fazer?

Quando pensamos essas ideias ligadas à questão dos refugiados ambientais, percebemos que parte dos órgãos internacionais não compreendem as mudanças climáticas e desastres ambientais como motivadores da aplicação de recursos como o de refúgio aos que foram forçados a migrar por essas situações. Além disso, existe o problema da “dessubjetivação” do sujeito que migra, o preconceito, a xenofobia e o racismo que operam no país de destino desses migrantes. O que Latour propõe não é a destituição da diversidade dos povos, mas a própria aceitação dessa diversidade sem esquecer do elemento fundamental da natureza que se faz presente nesse sujeito Terra que agora opera cada vez mais na política global. É preciso saber escolher com quem e onde “aterrar”, a fim de construir uma sociedade que consiga lidar com esse vetor terrestre que se faz operante e que cada vez mais se faz presente nas vidas humanas.

Portanto, a proposta de Ailton Krenak para “adiar o fim do mundo”, corrobora com a ideia de produzir um sentido de pertencimento ligado a natureza que vai além das fronteiras nacionais demarcadas pelo sistema de pensamento moderno que produziu a própria ideia de humanidade que se vê colocada em cheque pelo pensamento do autor. A capacidade de contar histórias e de sonhar está ligada a possibilidade de viver ligado à natureza e da aceitação do outro enquanto igual em sua diversidade.

Quando ligamos isso a questão climática atual, podemos pensar que é possível fazer uma ligação filosófica entre as ideias de Krenak e os problemas dos refugiados ambientais. Refugiados esses que por não serem entendidos dessa forma pelos órgãos internacionais ainda são tratados pelos governos dos países aos quais migram como pessoas que estão buscando alternativas de sobrevivência ligadas a questões econômicas ou laborais, e não entendem a questão ambiental como fundamental no deslocamento desses sujeitos. Se faz cada vez mais urgente a necessidade de ouvir a nível global pensadores como Ailton Krenak, com visões de mundo ligadas aos povos originários que ainda sobrevivem à exploração contínua e tentativa de destruição de seus modos de vida, para então se construir um escopo de conhecimento capaz de suscitar os problemas que as mudanças climáticas e as catástrofes ambientais vem nos colocando atualmente.

Considerações finais

Percebe-se que se faz fundamental que autores como Bruno Latour e Aílton Krenak sejam melhor compreendidos academicamente para esses temas, pois suas ideias corroboram na elaboração de possibilidades de agência para sobreviver ao que vem sendo discutido como o “Antropoceno”. O período em que as ações humanas estão deixando rastros que modificarão diretamente o futuro do planeta e se tornarão irreversíveis.

É possível sim adiar o fim do mundo e sobreviver ao antropoceno. Para isso é fundamental novas formas de fazer política ligadas a capacidade de alteridade do ser humano, da construção de novas narrativas de mundo, do compartilhamento de saberes e de uma ligação mais conectada à natureza e ao planeta. Se faz necessário escolhermos com quem queremos “aterrar” e produzirmos essa mudança política cotidianamente, exigindo também uma mudança na condução internacional das questões jurídicas para abarcar esses novos sentidos políticos e outras formas de pensar o mundo.

Referências

- ANDRADE, M. C. S.; ANGELLUCCI, P. D. Refugiados Ambientais: mudanças climáticas e responsabilidade internacional. In: **HOLOS**, Ano 32, Vol. 4. Natal, 2016. p.189-196
- ARAUJO, Dhyego Câmara. Comunidade, Migrações e Fronteiras Biopolíticas: o paradoxo migratório na construção do “migrante irregular”. In: **Revista Direito e Praxis**, vol.11, n.02. Rio de Janeiro, 2020. p.831-853
- DAL FORNO, Cristiano; CANABARRO, Rita de Cássia; MACEDO, Mônica Medeiros. (Des)Subjetivação, migração e refúgio: reflexões psicanalíticas. In: **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v.XXIV, n.1. Rio de Janeiro, janeiro/abril 2021. p.10-18
- KRENAK, Aílton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LAGUE, Jaqueline de Quadros Dill; GALLON, Shalimar; CERUTTI, Priscila Sardi. Bem-Estar Subjetivo de Imigrantes Senegaleses. In: **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v.18, n.2. Curitiba, Maio-Ago 2019. p.240-260
- LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** – Como se orientar politicamente no Antropoceno. Trad. Marcelo Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- MEDEIROS, Marcelo de Almeida; VALE, Teresa Cristina; RAMOS, Davidson Afonso de; ROCHA, Enivaldo Carvalho da; SOUZA, Leticia Suely. Fronteiras de Estados emergentes: migração, cidadania pós-nacional e trabalhadores latino-americanos no Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº30. Brasília, setembro – dezembro de 2019. p. 77-112
- MELO, Lara Silva; LARA, Caio Augusto Souza. A busca dos haitianos pelo “sonho brasileiro”: a real garantia de direitos dos imigrantes no Brasil. In: **Percurso – Anais do IV CONLUBRADEC (Congresso Luso-Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania)**, vol.03, nº30. Curitiba, 2019. p.115-118

SANTOS, Jorge Luiz Oliveira dos; MELO, Luiz Renato de Souza. Os “refugiados” haitianos e a intervenção judicial para a garantia dos direitos fundamentais. In: **Quaestio Iuris**, vol. 09, nº 04. Rio de Janeiro, 2016. p. 1824-1840

SEGER, Franciele; BERTASO, João Martins. Eco-cidadania em Luis Alberto Warat: Um olhar para o futuro dos refugiados ambientais. In: **Revista Direitos Culturais**, v.13, n.31. Santo Ângelo, set./dez. 2018. p.429-448

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. A mudança da política externa brasileira para imigrantes e refugiados: o caso da imigração haitiana no início do século XXI. In: **Barbarói**, Edição Especial n.47. Santa Cruz do Sul, jan./jun. 2016. p.22-43

VETTORASSI, Andréa; AMORIM, Orzete. Refugiados ambientais: reflexões sobre o conceito e os desafios contemporâneos. In: **Revista de Estudios Sociales**, no.76. Bogotá, abril-junho 2021. p.24-40

DO CAMPO SANTO AO CAMPO DA EXCLUSÃO: OS CEMITÉRIOS E ATOS FÚNEBRES ÀS VÍTIMAS DE FEBRE TIFÓIDE NAS COLÔNIAS TEUTO-RIOGRANDENSES DO SÉCULO XIX

Sandro Blume¹⁵⁷
Lidiane Fraga da Silva¹⁵⁸

Do Campos Santo ao Campo “Público”: mentalidade e comportamento diante das novas faces da morte

Tão natural quanto o nascer, o morrer sempre fez parte da história da humanidade e da própria finitude da vida de todas as espécies. Entretanto, a morte, sempre envolta em aura mística, amedrontadora e ameaçadora, carregada de negatividade, fora sempre aceita como algo negativo, perda, sofrimento. Diante do quadro da dor, o ato de sepultar o falecido deveria se cercar de diferentes formas, garantindo desde a elevação espiritual da alma ao ato de conceder dignidade na morte ao que partiu.

Diferentes culturas cultuaram e cultuam a morte de diferentes formas, desde a construção de pirâmides, à cremação em piras ou o sepultamento, do pó ao pó. Especificamente, no Brasil colônia, adota-se o sepultamento no interior das igrejas, pois a crença remetia que, quanto mais próximo ao altar, mais próximo de Deus, da salvação. Não raras às vezes em que missas eram assistidas sobre os corpos em putrefação e com o cheiro nauseabundo que tomava o ambiente. Mas essa era a garantia da salvação, da chegada ao paraíso. Obviamente, quanto mais abonado o defunto, maior sua proximidade ao altar. Ao leitor de hoje, tal prática seria inconcebível, mas na época, comum e ansiosamente desejada. Sua origem pode remontar ao início da época moderna, pois conforme Cymbalista:

Ainda que Hespanha fosse destruída pela entrada dos Godos, e depois assolada pela invasão dos mouros, sempre relíquias, que ficaram de alguns cristãos, conservam a imemorial tradição de vir o corpo do nosso santo a esse reino, e nele ser sepultado no seu famoso templo (p. 124).

Muitas narrativas sobre corpos incorruptos de santos e relíquias estarem presentes na memória coletiva, desde o final do século XVI e início do XVII, em episódios em

¹⁵⁷ Graduado e mestre em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

¹⁵⁸ Graduada em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Especialista em Arteterapia pela Universidade Feevale.

que restos mortais de mártires cristãos foram encontrados principalmente na Península Ibérica, tal tradição acaba chegando ao Brasil e o sepultamento dos mortos junto ao chão sagrado das igrejas que ainda continham relíquias sagradas (a mobilidade das relíquias é algo comum, provocando peregrinações, esmolas e conseqüente enriquecimento das igrejas e cidades), é uma explicação plausível para o sepultamento em tais condições.

Entretanto, as mudanças diante das epidemias mudou o quadro funerário: a insalubridade obriga a mudança dos sepultamentos para áreas externas, não apenas em razão do quadro anti-higiênico, como também numérico. Há a necessidade de criar a idéia de campos santos: extensões da igreja, terrenos com igualdade sagrada nas quais os corpos seriam sepultados. Obviamente, um grande trabalho para empreender no imaginário e na crença coletiva essa novidade, mas que acabou originando os cemitérios, aos quais os cristãos tinham direito.

Lógico que também as mudanças trazidas pelo capitalismo tornam os funerais e cemitérios locais de suntuosidade aos mortos, com ritos e artefatos cada vez mais elaborados, indicando assim o status social do morto. O que não será modificado com o afastamento dos cemitérios dos centros urbanos para locais mais isolados. A questão da salubridade e das epidemias leva a ruptura da centralidade e/ou proximidade às igrejas. Por vezes, cemitérios serão reinstalados nos limites da localidade, longe da urbanidade. Entretanto, mesmo com a distância física, o ritos fúnebres mantêm seu *status quo* na sociedade, aqui em especial, na teuto-riograndense, pois, conforme Blume:

Os rituais fúnebres nos núcleos coloniais se constituíam numa oportunidade de confraternização social e de estreitamento de relações, visto que nesses rituais se encontram imbricados esforços que buscam, por um lado, conservar a unidade do grupo e, por outro lado, contornar a negatividade da morte (p. 37).

Logo, a morte é rito de consagração à vida e memória do falecido, seu sepultamento digno e honroso é também o fortalecimento do vínculo e conservação do grupo social. Mas e quando há rompimento desse vínculo? Como segue o rito?

Aos infectados, a exclusão

A história da imigração alemã no Rio Grande do Sul é uma história cheia de percalços, desde a viagem, chegada e instalação. Um projeto empreendedor implantado pelo império, mas sem conceder os subsídios necessários aos imigrantes.

A chegada não foi marcada apenas pela ausência de muito do que foi prometido aos imigrantes, como também pelo lugar inóspito encontrado por eles. Um meio diferente da Europa já urbanizada de onde saíram. Disputas territoriais com indígenas, animais selvagens e desconhecidos, falta de uma infra estrutura mínima e doenças infectocontagiosas fruto da ausência de saneamento básico.

Diante do quadro insalubre e inóspito, doenças contagiosas foram grandes marcos na história tanto do Brasil quanto dos imigrantes que ocuparam tardiamente o sul.

Já no sudeste, Pagoto cita o “cemitério dos bexiguentos”: o primeiro do Brasil data de 1775, localizado num terreno onde hoje fica o bairro da Liberdade, no estado de São Paulo. Tratava-se de um local isolado mas próximo à Santa Casa de Misericórdia que recebia os enfermos vítimas de moléstias contagiosas. Além de facilitar o transporte do corpo, ficava fora dos limites para possíveis contaminações em massa e recebia indigentes, presos e escravos.

No Rio de Janeiro, o viajante alemão Carl Seidler, também deixa registradas suas memórias:

Ao me referir a esse cemitério acodem-me lembranças que me arrepiam. Na verdade é indiferente se um dia nosso cadáver repouse aqui ou ali, que o comam os tubarões ou os vermes; o morto nada perde. Mas aqui, a questão muda para os queridos sobreviventes: para este deve ser horrível saberem o parente ou o amigo enterrado de uma forma que causa horror ou mais indiferente passante (1980, p. 329).

As anotações do alemão seguem com a descrição de um funeral sem a menor dignidade ao morto, ora sem esquite, ora sem roupas. Carregado por escravos e sepultado numa profundidade irrisória. O que mais parece afligir o alemão em seus relatos não é o final do morto em si, mas o sentimento dos ligados a ele: como se sentiam, seu ente querido totalmente largado numa cova, sem a dignidade ou honra necessária diante da morte. Essa percepção pode ser encontrada no interior das colônias teuto rio-grandenses de um modo um pouco diferente: cemitérios que acolhiam exclusivamente vítimas de uma doença em um determinado período. A fim de evitar o contágio, os corpos eram sepultados em outro local, não no cemitério da comunidade, para, às vezes, anos mais tarde, passadas quaisquer possibilidades de nova contaminação, serem exumados e aí serem sepultados no cemitério.

Esse é o caso do cemitério que intitulamos de “Canto tifo” (Anexo A e B) por falta de nomenclatura adequada. Em Linha Nova, cidade de colonização alemã, encontramos

por acaso um senhor, na faixa etária de seus setenta anos que nos mostrou um antigo cemitério onde foram enterradas vítimas de febre tifóide do início do século XIX. As sepulturas ainda estão lá, impossíveis de serem identificadas, mas os corpos foram exumados, inclusive, com ajuda desse senhor, que ainda, um menino curioso, auxiliou na abertura dos túmulos e retirada dos restos. Tal exumação deve ter acontecido por volta da década de 1960 estimando o período de surtos de tifo bem como a idade do senhor. As lápides que restaram estão abandonadas em meio ao mato fechado, conhecido apenas pela experiência desse senhor que relata, inclusive, que as crianças eram proibidas de brincar perto do local.

Também na cidade de Agudo encontramos o cemitério particular da família de Carlos Wilke. Conforme registros de óbito paroquiais, os falecidos foram enterrados no cemitério particular da família (Anexo E e G) por motivos de doença e registrados pelo pastor evangélico Theodor Frederich, pois os demais membros estavam acometidos pela doença. Apenas em 1937 faleceram Ella, a irmã Erna e pai Carlos Wilke, num intervalo de poucos dias (anexos C, D, E e F)

Na localidade de Picada Verão, divisa entre os municípios de Sapiranga e Dois Irmãos, os quadros de febre tifóide foram uma constante no início do século XX. Conta em entrevista Lizelote Alles Feltes:

Meu sogro morreu de tifo (febre tifóide). Pegou lá em Picada Verão. Minha sogra contou que teve uma epidemia grande lá por causa da água e ninguém queria ir até lá construir um forno para fazerem pão. As pessoas estavam doentes e com fome. Meu sogro era um “faz-tudo”, foi pra lá e pegou a doença e morreu. Também contou de uma moça que morreu e os vizinhos e parentes se negaram a tirar o corpo para enterrar. A mãe e as irmãs tiveram que tirar a moça sozinhas, sem ajuda nenhuma.¹⁵⁹

Assim, imbricados tanto na localização diferenciada dos cemitérios para os infectados, quando na ausência de ajuda às famílias atingidas pela doença, percebe-se que, neste caso, a doença enfraquecia os vínculos sócio-familiares e até religiosos dos mortos, pois não era negado apenas ao defunto o campo santo, mas também à família de ver seu ente querido sepultado no local adequado. Logo, ao enfermo ou morto restava apenas a exclusão, bem como à sua família.

Doenças que suscitam estigma social e preconceito representam um tema pouco debatido, mas de extrema delicadeza e relevância.

¹⁵⁹ Entrevista concedida à Lidiane Fraga da Silva em janeiro de 2021.

A febre tifóide nas colônias alemães

Sem dúvida, febre tifóide é uma das enfermidades que se insere nesse quadro, deixando um legado de preconceito aos acometidos e extensivo aos familiares. Além de guardar estreita relação com os problemas sociais e econômicos de uma população. Conhecida como "a doença das mãos sujas", é uma doença bacteriana aguda, caracterizada por febre prolongada, cefaléia, náusea, vômito, diarréia e intensa dor abdominal. Pode ser acompanhada de erupção cutânea e dissociação pulso-temperatura, acentuada queda do estado geral, além de complicações como hemorragia e/ou perfuração intestinal, e óbito. Seu agente etiológico é uma bactéria a *Salmonella typhi* (Anexo I). A contaminação ocorre através da ingestão de água ou alimentos, que foram contaminados com fezes ou urina de um indivíduo doente, mas também pela manipulação dos alimentos feita por indivíduos portadores da bactéria, A água pode ser um veículo de transmissão, podendo já estar contaminada no próprio manancial, geralmente isso acontece com os poços das propriedades rurais, quando ocorre o contato da água com resíduos cloacais infiltrados no solo. Durante o século XX, a incidência da doença diminuiu progressivamente devido à introdução da vacinação e de melhorias na higiene e no saneamento.

É importante esclarecer que febre tifóide e tifo são duas doenças distintas, transmitidas por micro-organismos diferentes. A primeira é transmitida pela *Salmonella typhi* e o tifo por bactérias do gênero *Rickettsia*.¹⁶⁰

Em relação ao Tifo, trata-se de grave enfermidade causada pela bactéria *Rickettsia prowazekii*, transmitida pelas fezes do piolho do corpo humano, que penetram no organismo do homem, quando ele coça o local da picada ou quando, depois de secas, invadem o sistema respiratório e os olhos.

Após um período de incubação que se estende de sete a 14 dias. A seguir, aparecem sintomas parecidos com os da influenza: febre alta, persistente e difícil de controlar, dor de cabeça muito forte, prostração. Com o agravamento do quadro, eles evoluem para delírio e estupor (inconsciência profunda). Por volta do quarto ou sétimo

¹⁶⁰ As rickettsias são parasitas que se desenvolvem no interior das células intestinais dos piolhos que, ao defecarem, os liberam; e entram em contato com o organismo do indivíduo por meio de feridas e fissuras localizadas na pele, muitas vezes geradas pela própria pessoa, enquanto se coça. Após infectarem seu hospedeiro, alojam-se no interior de tecidos que revestem os vasos sanguíneos. Em até 14 (quatorze) dias, surgem os sintomas, de forma súbita, que incluem dores no corpo, cabeça e articulações; fadiga extrema, calafrios, febre alta e surgimento de manchas vermelhas, espalhadas pelo corpo. Delírios e erupções cutâneas hemorrágicas também podem se manifestar.

dia, as manchas rosadas que se formam primeiramente nas axilas, alastram-se por todo o corpo, poupando apenas a face, a palma das mãos e a planta dos pés. Nos casos de maior gravidade essas lesões adquirem caráter hemorrágico e podem ocorrer complicações, como pneumonia, trombozes, gangrena, inflamação dos vasos sanguíneos, comprometimento dos rins e colapso circulatório (Anexo J).

Percebemos que no senso comum das colônias alemãs, o termo tifo era mal definido e continua sendo assim. Quase sempre referido à febre tifóide. Essa confusão de nomenclatura fica nítida nas entrevistas e em relatos contidos nos necrológicos.

Seria correta a tendência em chamar-se de tifo, as riquetsioses, e portanto reservando-se febre tifóide para a salmonelose.

No necrológio a seguir os familiares mencionam a tifo como causa da tragédia familiar vivenciada pela família Lauer, onde

O pai Eugen Lauer e os dois filhos, Eugen e Albert, que dentro do intervalo de 5 semanas foram chamados para a eternidade. No dia 10 de Maio adoece nosso querido filho Albert, por meio da Espanhola (gripe) e a partir da qual se desenvolveu a Tifo. Cinco dias depois adoece nosso segundo filho, Eugen, contraindo tifo abdominal associado à podridão pulmonar, e no dia 30 de junho, na flor da idade de 24 anos e 10 meses, ele entregou sua alma. Nosso querido pai, que a muitos anos sofria de uma enfermidade no estômago, ficou tão atacado pela perda de seus 2 filhos que o sofrimento piorou dia após dia e finalmente resultou em câncer gástrico. Ele faleceu em 12 de Julho, às 12:30, na idade de 52 anos. Apesar de todos os esforços médicos, não foi possível manter sua vida. Sinceros agradecimentos direcionamos aqui ao enfermeiro Alfredo Fischer, pelos seus abnegados cuidados prestados dia e noite.(...)

Fazenda Padre Eterno, Paróquia de Baumschneiss, 17 de Julho de 1922
A enlutada esposa e mãe Margaretha Lauer nascida Geiger e filhos.

Consta que, na enfermidade do primeiro filho, a gripe espanhola foi a porta de entrada para outra doença. A “Espanhola”, doença provocada por uma mutação do vírus da gripe, levou à morte de mais de 50 milhões de pessoas, afetando toda a população mundial entre os anos de 1917 e 1918, durante a primeira guerra mundial. Não apenas a espanhola, mas várias doenças acabaram sendo porta de entrada devido à precariedade de saneamento e atendimento médico presente nas colônias. Um exemplo bastante nítido disso é o caso da família de Carlos Wilke, que perdeu duas filhas em 1935, por difteria e broncopneumonia.

Por quem os sinos dobram? Diante da doença, o papel dos que se aventuravam na tentativa de cura

Pelo conteúdo do necrológio da família Lauer, percebe-se que não há uma clareza quanto ao diagnóstico, apresentando a evolução de uma doença para outra. A inexistência, na época, de uma tecnologia laboratorial sofisticada, impediam a realização de um diagnóstico preciso das diversas gripes e febres. Médicos e outros curadores concentravam seus esforços na definição dos traços característicos da doença, a partir dos sintomas e dos sinais observados, identificava-se a moléstia (fazia-se o diagnóstico) e, a partir daí, aplicava-se a terapêutica que se julgava ser a mais adequada. Diagnósticos equivocados eram algo muito comum. Ainda em 1922, época da tragédia familiar dos Lauer, narrada no necrológio acima, a terapêutica adotada por aqueles que intencionavam proporcionar a cura, pouco se diferenciava dos tratamentos empregados no século XIX. Purgantes, infusões de chá quente, pomadas e derivados de quinino mesclavam-se a aspirinas e outras substâncias nas prescrições médicas, o que é confirmado por Janete Abrão. Os clínicos depararam-se ainda com os poucos recursos disponíveis para o tratamento dos enfermos, com a falta de remédios, de transporte para a condução dos doentes, de acomodações adequadas e de soluções a serem dadas à doença.

No necrológio consta que um dos filhos contraiu tifo abdominal. O cruzamento das fontes, aponta para Alfred Fischer como sendo protagonista no trato com os enfermos acometidos pela typho, de uma forma diferenciada. Seu trabalho era algo bem amplo, pois era enfermeiro, cuidador e curador. Alfred Fischer é conhecido pelo seu trabalho, contado entre gerações, que deviam suas vidas a ele e que passaram pela doença, alguns sobrevivendo, outros falecendo e, pelos necrológios de agradecimento. Mesmo para seus descendentes, ele é uma incógnita: como aprendeu, como não se contaminava? Não obtivemos ainda tais respostas. O que podemos inferir no momento é que, ao se isolar com o paciente, fazendo o controle de sua alimentação, febre e higiene pessoal, pouco contato tinha com os demais membros da família, logo, sabe-se sobre seu trabalho junto aos infectados pela febre tifóide, mas pouco ou quase nada sobre a pessoa Alfred Fischer.

Ainda nas paravras de Lizelote Alles Feltes, nos enfermos acometidos, os intestinos se desmanchavam à medida que os dias iam passando. Na verdade ocorriam complicações comuns como perfuração intestinal e hemorragia, decorrentes das lesões causadas pela própria bactéria na mucosa intestinal. Um dos sintomas mais visíveis no acometido era esse sangramento intestinal resultante da erosão da parede intestinal. E esse

quadro de sangramento também se manifestava acompanhado de intensa dor abdominal e numa associação a febres altas, transformando tudo isso num quadro assustador e traumático.

No ano de 1932, a febre tifóide se fez presente de forma muito forte no Walachei. Entre as pessoas acometidas pela doença, vieram a falecer Maria Margaretha Lauxen, bem como Antônio, Miguel e Aloísio Hoff. Foi chamado à localidade o enfermeiro Fischer para cuidar dos doentes e orientar as pessoas sobre formas de prevenção diante da doença. Além de ensinar como evitar o contágio, Fischer também se concentrava na recuperação dos doentes, algo que exigia dos enfermos muitos dias de cama e cuidados específicos de alimentação e higiene. (WENDLING, 2013, p.225)

As palavras da viúva no necrológio mostram que o enfermeiro se empenhou para salvar a família toda, acometida pelo tifo. Entretanto o pai, Christian, e o filho, Matthias, não resistiram à enfermidade que havia se instalado na casa. Alfred Fischer tinha habilidade e experiência para controlar as situações de ansiedade e agitação dos doentes, que muitas vezes apresentavam comportamentos agressivos. Sua postura empática e receptiva contornava positivamente situações em que doentes deprimidos, melancólicos ou de perfil agressivo, acamados ou com limitações físicas, necessitavam de cuidados especiais. Não sabemos qual era exatamente a sua formação profissional, mas Fischer fazia questão de ser chamado de enfermeiro. Falava a linguagem dos seus pacientes, cuidando e percebendo a outra pessoa como ela era através dos seus gestos e das falas, sua dor e suas limitações.

Considerações finais

Se o espírito de união, solidariedade estava presente nas colônias rio-grandenses, através da ajuda, do conforto e do fortalecimento dos laços em meio às adversidades causadas pelas doenças em geral, percebe-se que a febre tifóide, gerava o oposto: isolamento e exclusão. Através dos relatos dos que tiveram parentes cuidados por Alfred Fischer, pouco se sabe sobre ele, pois seu isolamento junto ao enfermo era total. O mesmo ocorre quando nenhum vizinho se dispõe a registrar os óbitos dos Wilke, cabendo ao pastor seguidamente a tarefa. O cemitério, antes, local de todos os irmãos que partiram, fecha-se às vítimas de febre tifóide. Os locais onde eram sepultados, passam a ficar isolados e com as devidos avisos para não se aproximar.

Neste caso específico da febre tifóide, compreende-se o medo que rondava as demais famílias, pois geralmente mais de uma pessoa era vitimada, o que acabava gerando o afastamento dos demais. No necrológio dos Lauer, que relata a perda de dois filhos pela doença e depois o agravamento de saúde do pai, é possível considerar que o estado emocional, abalado pela perda dos filhos, foi ainda mais agravado pelo estigma que a família carregou durante e, possivelmente, depois da doença e morte.

Logo, nosso foco específico na febre tifóide, situou-se justamente nesta peculiaridade: a quebra dos laços sócio-comunitários e religiosos que atingiam as localidades acometidas pela doença. Ao contrário das demais, em que a solidariedade, auxílio e compaixão estavam presentes, durante os surtos de febre, os fortes laços se quebravam, cabendo aos atingidos à exclusão e conformismo diante da fatalidade.

Referências

- ABRÃO, Janete. **Banalização da morte na cidade calada**: a hespanhola em Porto Alegre, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.86
- BLUME, Sandro. **Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul**. Recortes do cotidiano. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- CYMBALISTA, Renato. **Sangue, ossos e terras**. Os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro. – séculos XVI e XVII. São Paulo: Alameda, 2011.
- PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público**. Transformações fúnebres em São Paulo (1850-1860). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. São Paulo: Itatiaia, 1980.
- WENDLING, João Benno. **A História do Walachei**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 2013, p.225.

Anexos

Anexos A e B



Cemitério de “Canto Tifo” , Linha Nova/RS
Arquivo: foto de Lidiane Fraga

Anexo E



Cemitério Particular dos Wilke, Agudo/RS
Foto: Ana Letícia Rodrigues

Anexo H

Todesanzeige u. Dankagung

Schmerzerfüllten Herzens teile ich allen entfernt wohnenden Verwandten, Freunden und Bekannten mit, daß es Gott gefallen hat, meinen lieben Gatten, unsern guten Vater

Eugen Lauer

und 2 Söhne Eugen und Albert, innerhalb 5 Wochen zu sich in die Ewigkeit abzurufen. Am 10. Mai erkrankte unser lieber Sohn Albert an der Spannhöle aus der sich Typhus entwickelte und schon am 8. Juni verstarb er im Alter von 14 Jahren. 5 Tage später erkrankte der 2. Sohn Eugen an Unterleibstypus, verbunden mit Lungensäule und am 30. Juni, im blühenden Alter von 24 Jahren und 10 Monaten, gab er seinen Geist auf. Unser lieber Vater, der schon jahrelang magenleidend war, wurde durch den Verlust seiner 2 Söhne so angegriffen, daß sich das Leiden von Tag zu Tag verschlimmerte und zuletzt in Magenkrebs überging. Er verstarb am 12. Juli nachmittags 12^{1/2} Uhr im Alter von 52 Jahren. Trotz aller ärztlicher Hilfe war es uns nicht gegönnt, den lieben Verstorbenen das Leben zu erhalten.

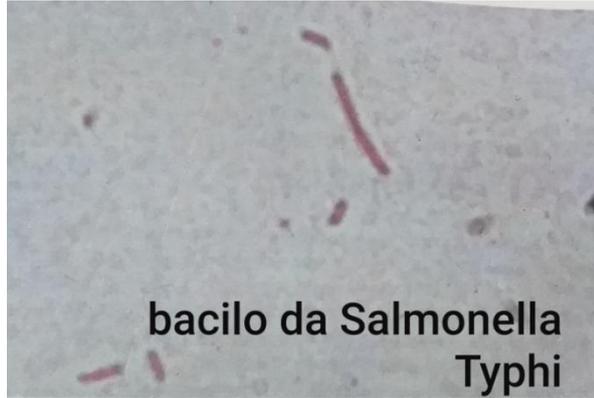
Herzlichen Dank sagen wir hierdurch dem Krankenpfleger Alfredo Fischer für seine aufopfernde Pflege Tag und Nacht, den Nachbarleuten, die uns soviel als möglich helfend und tröstend zur Seite standen. Dem H. P. P. Brehorst für den Verschnitt und die Beerdigung und die tröstenden Worte am Grabe, den Sängern für den Trauergesang, sowie allen, die den lieben Verstorbenen die letzte Ehre erwiesen und ihre Gräber mit Blumen und Kränzen schmückten.

Fazenda Padre Eterno, Pfarrei Baumschneiß, den 17. Juli 1922.

Die trauernde Gattin und Mutter,
Margaretha Lauer, geb. Geiger,
nebst Kindern.

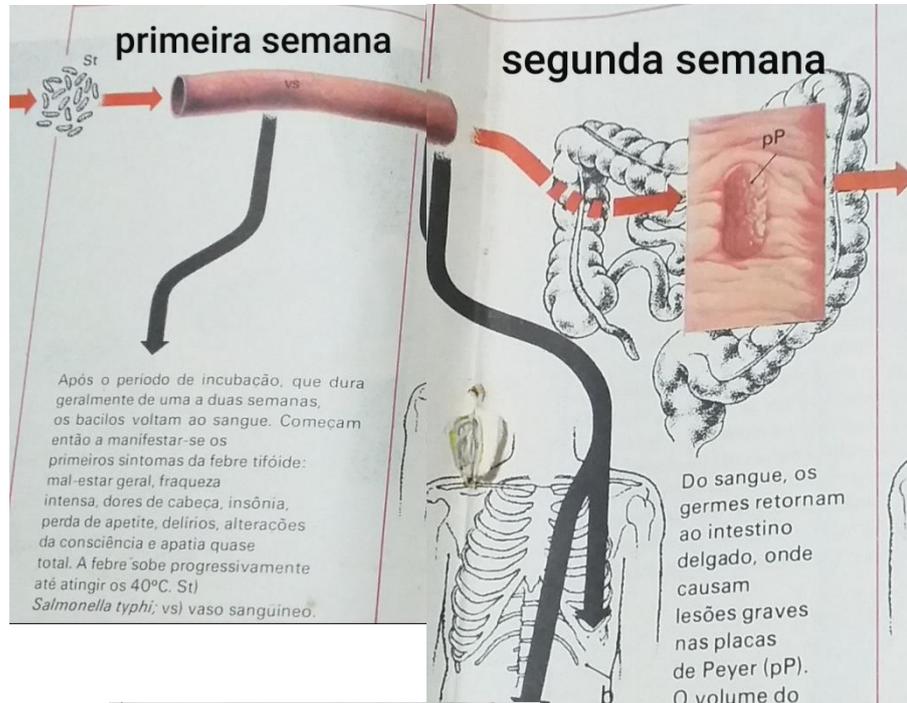
Necrolódio de Eugen Lauer
Fonte: Acervo Benno Lermen

Anexo I

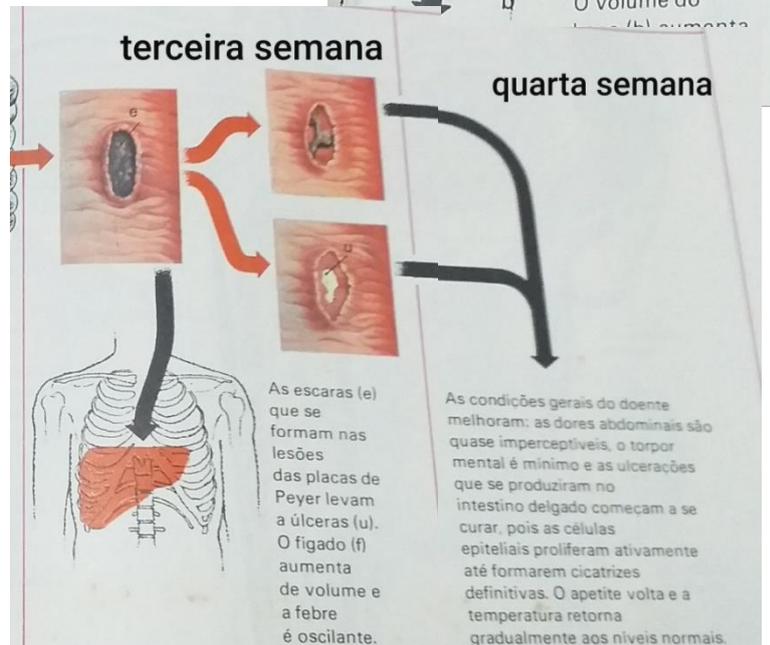


bacilo da Salmonella Typhi

Anexo J



Fases do desenvolvimento da febre tifóide



PANDEMIA E IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO RIO GRANDE DO SUL: RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA DE MENSURAÇÃO DE IMPACTOS DA COVID-19 NA POPULAÇÃO IMIGRANTE

Eveline Vieira Brigo¹⁶¹
Roberto Rodolfo Georg Uebel¹⁶²
Vitor Eduardo Alessandri Ribeiro¹⁶³

Introdução

Em novembro de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, República Popular da China, começaram a incidir os primeiros casos da COVID-19, doença causada pelo SARS-CoV-2, o coronavírus, que alcançaram rapidamente um estágio de epidemia naquela província chinesa, levando às autoridades de Beijing a notificarem à Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro do mesmo ano.

No período de janeiro a março de 2020, a doença alcançou, sequencialmente, outras regiões do Sistema Internacional, em um movimento escalar iniciado na China, seguido por demais países do Leste Asiático, como Japão, Coreia do Sul, Cingapura e Taiwan, e atingindo surtos epidêmicos na Ásia Central, Oriente Médio, Itália, Espanha, restante do continente europeu, África e, finalmente, o continente americano, com os maiores contingentes de infectados nos Estados Unidos.

Sendo assim, a pandemia atingiu os cinco continentes, fazendo com que diversos países enfrentassem grave crise sanitária, além de crises políticas e econômicas. Se o novo coronavírus tornou-se um grande problema para as pessoas que vivem normalmente em suas residências habituais, tornou-se ainda mais grave para os migrantes. São pessoas que muitas vezes estão sem o acompanhamento da família, sem emprego ou com trabalho informal e sem reservas financeiras, fatores que fazem com que se tornem indivíduos extremamente vulneráveis.

¹⁶¹ Doutora em Ciência Política (UFRGS). Professora de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Pesquisadora do Observatório das Migrações Internacionais no Rio Grande do Sul.

¹⁶² Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais no Rio Grande do Sul.

¹⁶³ Doutorando em Sociologia (UFRGS). Professor de Relações Internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-POA). Pesquisador do Observatório das Migrações Internacionais no Rio Grande do Sul.

O fechamento imediato de fronteiras e as políticas de repatriação implementadas pelos governos nacionais atingiu imediatamente migrantes em mobilidade, gerando casos em que centenas de famílias ficaram detidas em postos de controle migratório em todos os continentes, pessoas que não puderam retornar aos seus países de origem e reunificações familiares que foram interrompidas. Segundo estimativas do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), cerca de 70 milhões de migrantes, refugiados e solicitantes de asilo foram impactados, até outubro de 2021, pelos efeitos da pandemia da COVID-19 (BRIGIDO; UEBEL, 2020).

No âmbito do Brasil, dois grupos migratórios destacam-se no contexto dos impactos da pandemia, seja na seara sanitária, seja no âmbito econômico e social: os venezuelanos, que já estavam em processo de fluxo migratório desde 2016, conforme Uebel (2019), e os haitianos, que em virtude da deterioração da conjuntura econômica, política e laboral do Brasil, encontravam-se no estágio de emigração e remigração, após a imigração iniciada em 2012. Destaca-se ainda que ambos processos tiveram como cenário a região Norte do país, respectivamente nos estados de Roraima e Acre.

Já no caso do Rio Grande do Sul, discutiremos mais adiante, as migrações fronteiriças foram aquelas mais impactadas pelos fechamentos de fronteiras, sobretudo com a Argentina e o Uruguai, assim como a economia transfronteiriça das cidades gêmeas, altamente dependente das relações comerciais entre o Brasil e os dois países, cuja mobilidade diária e pendular faz-se necessária e como ponto nevrálgico (CARNEIRO FILHO, 2016). Ainda, os dados preliminares disponibilizados pelos órgãos oficiais, como Ministério da Saúde, Secretária da Saúde do Rio Grande do Sul e Polícia Federal, após o seu cruzamento, permitirão identificar outros grupos que foram impactados pela pandemia da COVID-19, como filipinos, por exemplo.

Nesse sentido, este capítulo apresenta os resultados preliminares da pesquisa “Impactos Socioeconômicos da COVID-19 em Imigrantes no Estado do Rio Grande do Sul: mensuração e mitigação dos efeitos da pandemia e governança de saúde pública”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul¹⁶⁴. O texto está dividido em seis seções, a saber: Introdução; Caracterização do problema de

¹⁶⁴ Projeto 21/2551-0000715-0, financiado pelo Edital 10/2020 Auxílio Recém-Doutor. Além destes autores, a equipe do projeto é composta pelas estudantes Anna Carolina Florczak Mallmann, Isadora Ferreira Belmonte, Lauren da Silveira Porto e Luana Ribeiro, a quem agradecemos a colaboração no tratamento dos dados.

pesquisa; Objetivos e metas; Metodologia e estratégia de ação; Resultados preliminares e impactos esperados; Agendas de pesquisa e considerações parciais.

Espera-se, portanto, que este estudo, ainda que com resultados preliminares, inaugure o debate acerca dos impactos da pandemia da COVID-19 em populações imigrantes e possibilite novas dimensões de pesquisa neste escopo, sobretudo de maneira transversal e interdisciplinar.

Caracterização do Problema de Pesquisa

A partir da segunda quinzena de fevereiro de 2020 começaram a ocorrer as primeiras notificações oficiais da COVID-19 em território brasileiro, sendo o primeiro registro de 25 de fevereiro, no estado de São Paulo. O surto de pandemia seria declarado oficialmente pela OMS apenas duas semanas depois, em 11 de março.

No estado do Rio Grande do Sul, o primeiro caso notificado de COVID-19 foi registrado em 10 de março, conforme a nota da Secretaria Estadual da Saúde.

A Secretaria da Saúde (SES), por meio do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (Cevs), confirmou nesta terça-feira (10) o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus no Rio Grande do Sul. Trata-se de um homem, de 60 anos, residente em Campo Bom, que teve histórico de viagem para Milão, na Itália, entre os dias 16 e 23 de fevereiro. O anúncio foi feito pelo governador Eduardo Leite em coletiva à imprensa no Palácio Piratini. O homem que teve o diagnóstico confirmado apresenta hoje quadro clínico leve, sem a necessidade de internação hospitalar, permanecendo em isolamento domiciliar até a melhora dos sintomas. Nenhum familiar apresentou sintomas e seguirão sendo acompanhados, assim como o caso confirmado até a melhora do quadro de saúde. Até esta terça-feira (10/3) já foram notificados como suspeitos 190 casos no Estado. Além desse primeiro positivo, outros 103 já foram descartados para o novo coronavírus e 86 ainda permanecem em investigação (SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

A partir da primeira notificação, o número de casos de infectados cresceu diariamente, com o primeiro óbito no Brasil sendo notificado em 17 de março e, no Rio Grande do Sul, em 24 de março.

Com relação à evolução da doença, os indicadores apontam para uma manutenção da pandemia nos três níveis: mundial, nacional e estadual. O Gráfico 1 a seguir apresenta a evolução dos casos de COVID-19 no Rio Grande do Sul:

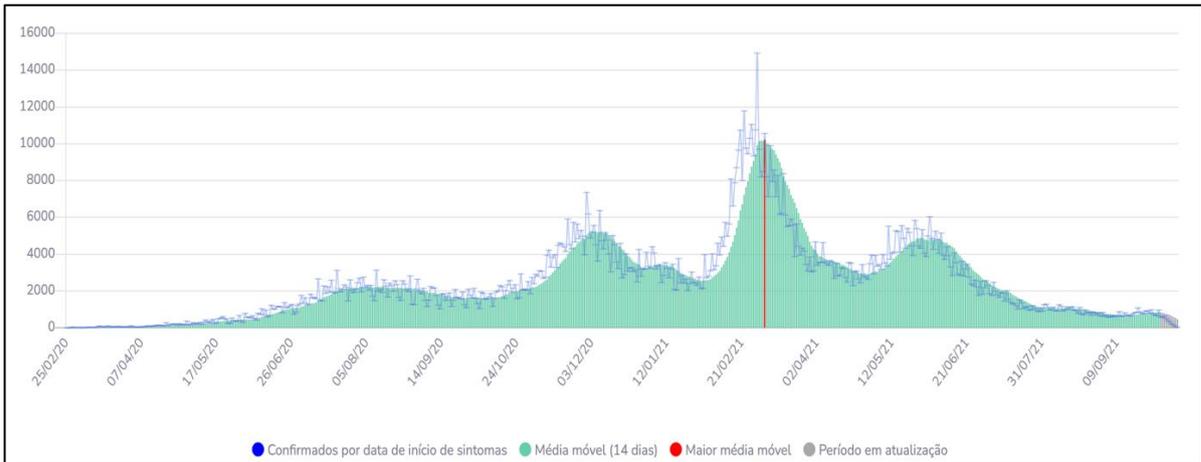


Gráfico 1: Evolução dos casos confirmados por dia até 13 de outubro de 2021.
 Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (2021).

Neste contexto de crescimento do contágio e considerando as medidas adotadas por outros países, primeiramente a própria China e, posteriormente, pelo bloco da União Europeia, México, Estados Unidos e países sul-americanos, o governo brasileiro decretou o fechamento das fronteiras terrestres em 19 de março, a fim de evitar o número de casos trazidos do exterior.

Ademais, conforme os dados da Organização Mundial da Saúde compilados pela Johns Hopkins University (2021), os países fronteiriços ao Rio Grande do Sul, como Argentina e Uruguai, também registraram uma alta incidência de casos e óbitos por COVID-19, conforme os Gráficos 2 e 3 a seguir:

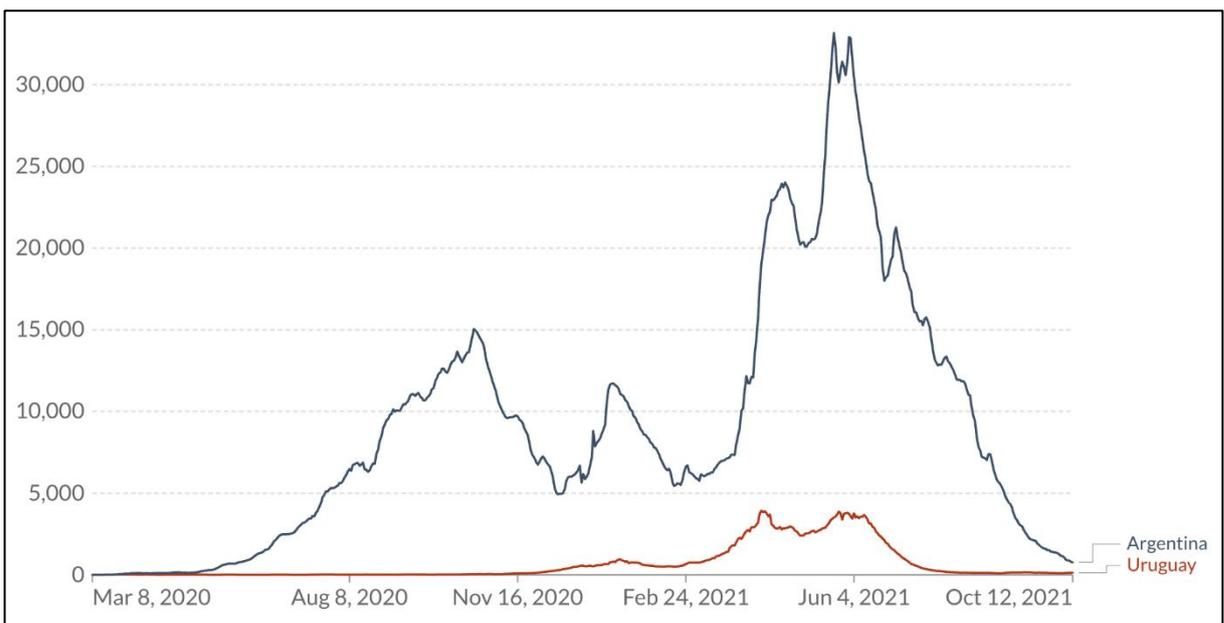


Gráfico 2: Casos diários confirmados de COVID-19 – Argentina e Uruguai.
 Fonte: COVID-19 Data Repository by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (2021).

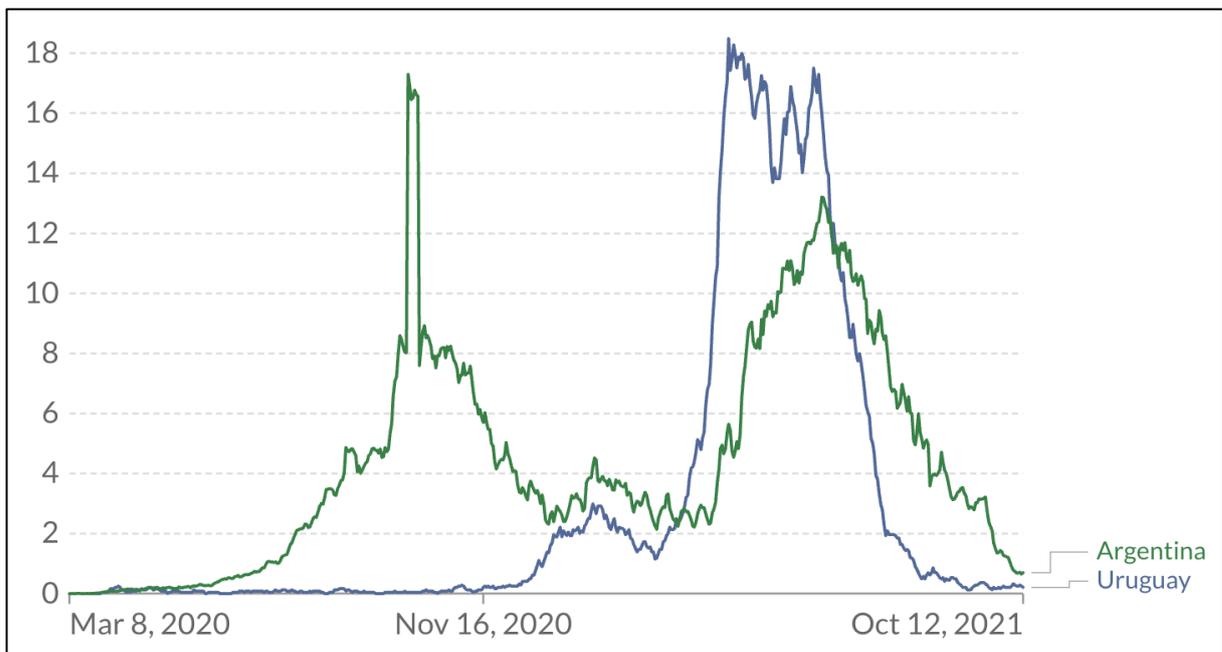


Gráfico 3: Óbitos diários por COVID-19 – Argentina e Uruguai.

Fonte: COVID-19 Data Repository by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (2021).

Nesse sentido, a alta incidência de COVID-19 nos países fronteiriços levou-nos à presente discussão, uma vez que o comportamento epidemiológico da doença não permite circunscrevê-la a apenas um território nacional específico ou a uma análise hermética, desconsiderando o contexto regional e internacional, algo que Xiang (2020) chama de hiper mobilidade. Estas justificativas encontram ressonância em Morris *apud* Krieger (2011):

For community diagnosis of the presence, nature and distribution of health and disease among the population, and the dimensions of these in incidence, prevalence, and mortality; taking into account that society is changing and health problems are changing. (MORRIS *apud* KRIEGER, 2011, p. 169).

Desta maneira, a presente pesquisa será conduzida a partir de uma análise não apenas sustentada no contexto geográfico e histórico-epidemiológico do Rio Grande do Sul e a incidência da COVID-19 em imigrantes no estado, mas também considerará as demais dinâmicas regionais e internacionais, a fim de permitir a inferência sobre o curso da pandemia, a transmissibilidade ou não da doença entre populações migrantes e a efetividade das políticas de *lockdown* e distanciamento social, que buscavam mitigar os impactos, sobretudo, nos sistemas de saúde. Assim, na próxima seção apresentaremos os objetivos e metas deste estudo.

Objetivos e metas

A presente pesquisa tem como objetivos:

Atualizar criticamente a agenda dos estudos de Governança de Saúde Pública para imigrantes internacionais na escala estadual e municipal do Rio Grande do Sul, permitindo avanços no conhecimento necessário ao subsídio das políticas públicas de caráter migratório e de saúde no Estado para ações setoriais que produzam repercussões socioeconômicas, a fim de mitigar os impactos da pandemia da COVID-19 nestas populações imigrantes em vulnerabilidade.

Desenvolver análises com bases empíricas e avaliações críticas de transformações socioeconômicas a partir da abordagem de ações de múltiplos atores, tradicionais e novos em várias escalas, especificamente a partir das políticas migratórias específicas implementadas, como de atenção em saúde, fechamento de fronteiras, controle migratório e Auxílio Emergencial do Governo Federal no contexto da pandemia.

Investigar em que medida fluxos surgidos de migrações na última década tendem a mudar o teor de políticas estaduais e municipais no Rio Grande do Sul em cenários de pandemia onde coexistem tanto a retomada de políticas de controle fronteiriço e as recentes políticas nacionais de acolhimento a imigrantes e refugiados, como a nova Lei de Migração.

Contribuir com órgãos de pesquisa governamentais do Estado e seus municípios sobre o estado da arte e de metodologias de pesquisa sobre as dimensões: questão da Saúde Pública (Pandemia da COVID-19), a questão do imigrante no Estado do Rio Grande do Sul e a questão dos movimentos fronteiriços no RS com países vizinhos.

Capacitar recursos humanos aptos a investigar, diagnosticar e propor metodologias de investigação e de subsídios às políticas públicas de saúde e de mitigação de impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19 no caso específico de imigrantes estrangeiros no Rio Grande do Sul.

E, por fim, a meta desta pesquisa será **mensurar os impactos socioeconômicos** da pandemia da COVID-19 em imigrantes internacionais no Estado do Rio Grande do Sul a partir das dimensões supramencionadas.

Metodologia e estratégia de ação

Para a realização desta pesquisa, as estratégias metodológicas a serem empregadas serão de tipo quantitativas e qualitativas. Qualitativamente, contempla-se o acesso a dados produzidos a partir da atuação dos profissionais do sistema de saúde no Estado no combate à COVID-19. A análise desses dados qualitativos será feita de modo a realizar cruzamentos com dados quantitativos extraídos de bancos de dados disponíveis em sites de agências governamentais e entidades privadas voltadas tanto à gestão da saúde, quanto à governança da imigração.

Uma parcela importante dos dados para essa pesquisa será colhida fazendo-se uso de técnicas de automatização através de scripts de linguagens de programação computacional. Além disso, contempla-se também fazer uso da API (“*Application Programming Interface*”) da rede social Twitter para também capturar o registro qualitativo das ideias circulantes postadas pelas pessoas a respeito da crise pandêmica da COVID-19. O processamento desses dados também contemplará o uso de ferramentas de inteligência artificial (como uso de script de programação para tratamento de linguagens naturais, como o aprendizado profundo de máquina - “*deep learning*” - para categorizar e criar clusters de informações e assim produzir análises qualitativas capazes de sistematizar uma enorme massa de dados qualitativos extraídos de redes sociais), tanto por meio de linguagens de programação como Python e R, como através do uso de ferramentas de análise de dados qualitativos com auxílio de computadores (ou “*Computer Aided Qualitative Data Analysis Software*” - CAQDAS). Essas ferramentas possibilitarão aos pesquisadores uma capacidade ultra veloz de processamento de uma massa enorme de dados colhidos em meio digital, de maneira a auxiliar assim na capacidade de generalização das conclusões.

Como mencionado acima, o banco de dados do SISMIGRA, com as variáveis que permitem não apenas estabelecer o perfil demográfico e socioeconômico do imigrante, como também acompanhar longitudinalmente a sua cidade e a UF de residência, será utilizado em conjunção com dados colhidos a partir da atuação de instâncias do poder público dedicadas à ação na área da saúde, como o Laboratório Central de Saúde Pública no RS (LACEN-RS), dados produzidos pela rede hospitalar pública e privada no Estado,

tais quais os dados de compras realizadas pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre relacionadas ao combate à COVID-19¹⁶⁵.

O conjunto de dados que essa pesquisa irá analisar contempla, basicamente, duas dimensões: uma relacionada diretamente à questão da saúde pública em torno da COVID-19 e outra relacionada à questão do imigrante no Estado do Rio Grande do Sul e suas condições de vida, mormente suas condições de saúde. Essa correlação entre as duas dimensões irá permitir realizar aquele objetivo de efetuar avaliações críticas sobre a governança migratória de modo associado à maneira como as políticas de saúde pública tomadas no âmbito do enfrentamento da pandemia da COVID-19 tem tido sido implementadas.

Dessa forma, as duas dimensões empíricas (da área da Saúde e da área dos estudos de migração) estarão contempladas por meio do acesso a dados gerados pelas seguintes instâncias do poder público:

- a) Dados das secretarias municipais de saúde do Estado do RS.
- b) Dados da secretaria estadual de saúde.
- c) Dados do Ministério da Saúde.
- d) Dados da Política Federal sobre migrantes, por meio do SISMIGRA.
- e) Dados do CONARE sobre refugiados e solicitantes de refúgio.

Faz-se importante, ainda, notar que nesta pesquisa, também procuraremos empregar dados gerados pela rede hospitalar privada, pois, de acordo com o Decreto do Governo do Estado do RS Nº 55.177 de 8 de abril de 2020¹⁶⁶, tornou-se obrigatória também à rede privada a notificação diária dos dados relativos à COVID-19. Com tudo isso à mente, reforça-se que visamos adotar as seguintes estratégias de ação combinadas com a metodologia supramencionada:

- a) Identificação dos movimentos transfronteiriços nos limites territoriais do Rio Grande do Sul com países vizinhos desde o período de incidência da doença até a sua mitigação, ou seja, a partir de março de 2020.
- b) Análise do perfil dos imigrantes forçados e dos imigrantes voluntários que se encontram no Rio Grande do Sul.

¹⁶⁵ Disponível através do link:

https://www.hcpa.edu.br/downloads/PGS/licitacoes/ComprasCOVID19_.html.

¹⁶⁶ Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos//doe-9abr2020-decreto-55-177.pdf>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

- c) Identificação dos municípios com maiores números de imigrantes (forçados e voluntários) no Rio Grande do Sul.
- d) Diagnóstico dos municípios com maiores níveis de COVID-19 e cruzamento de dados com os municípios onde se encontram os maiores contingentes imigratórios no Rio Grande do Sul.
- e) Identificar, por meio dos dados das secretarias de saúde, a quantidade de imigrantes que foi diagnosticada com COVID-19 no RS.
- f) Diagnosticar a população imigrante no Rio Grande do Sul que foi vacinada e imunizada contra a COVID-19 a partir de 2021.

Este tipo de estratégia de pesquisa, que busca o cruzamento de dados sobre incidência de doenças e grupos de imigrantes já foi bem empregada nos casos do ebola e H1N1, conforme os respectivos estudos de Prati e Pietrantonio (2016) e Esteban-Vasallo et al. (2012) e Schoch-Spana et al. (2010). Assim, na próxima seção apresentaremos os resultados preliminares bem como os impactos esperados da pesquisa a partir do estágio atual de desenvolvimento da mesma.

Resultados preliminares e impactos esperados

A presente pesquisa teve início em agosto de 2021 e já apresenta alguns dados preliminares. Assim, apresentamos a Tabela 1 e o Gráfico 1 a seguir, com o número de casos confirmados de COVID-19 em imigrantes no RS:

Soma Total	Soma de nov. 2020	Soma de dez. 2020	Soma de fev. 2021	Soma de mar. 2021	Soma de maio 2021
2.156	94	186	182	550	254

Tabela 1: Casos confirmados de COVID-19 em imigrantes no Rio Grande do Sul.
 Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

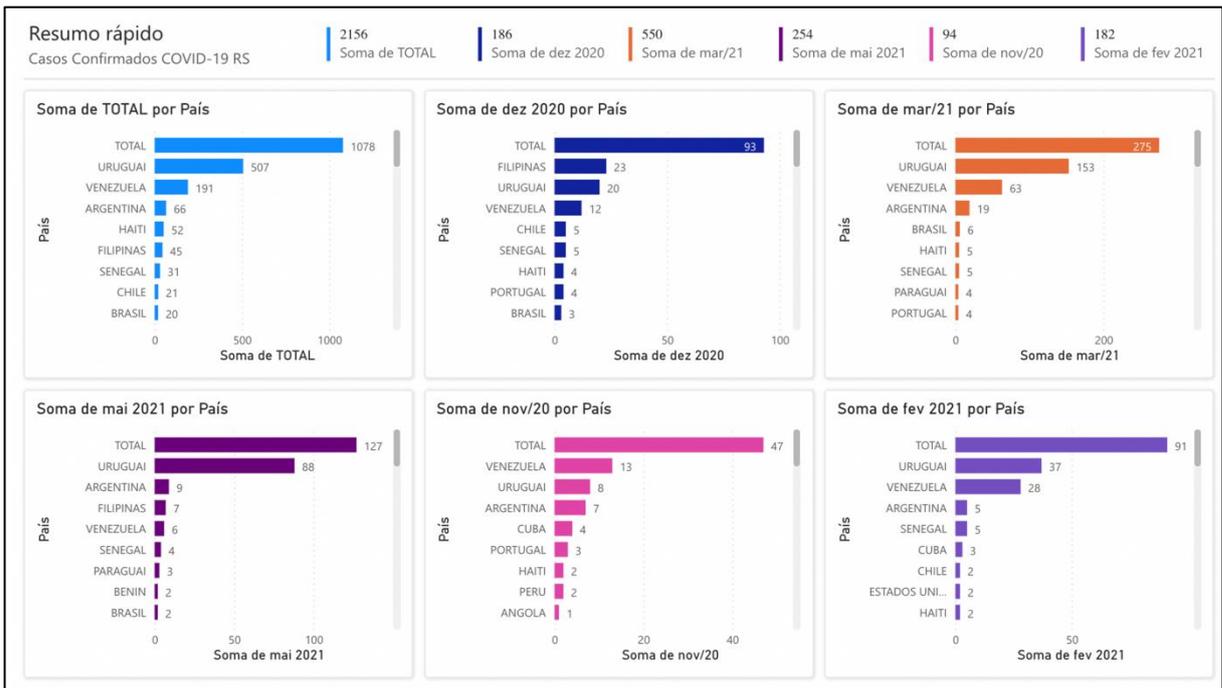


Gráfico 1: Incidência de COVID-19 em imigrantes no Rio Grande do Sul por nacionalidade.
Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

Conforme o gráfico acima, podemos observar que o coronavírus tem afetado tanto imigrantes econômicos quanto imigrantes forçados. Inicialmente, vemos que uruguaios e argentinos estão entre os maiores infectados, junto com os venezuelanos. Embora a Venezuela seja país que também possui fronteira com o Brasil, o atual motivo que traz os venezuelanos para o Brasil é a forte crise interna em seu país. Ao passo que as razões das imigrações argentinas e uruguaias são econômicas. No mesmo sentido são as imigrações chilenas e filipinas, que têm viés econômico, ao passo que as haitianas podem ser consideradas migrações forçadas.

Além dos casos de infecção, também é importante verificar os dados preliminares relativos ao número de óbitos, conforme o Gráfico 02 abaixo:

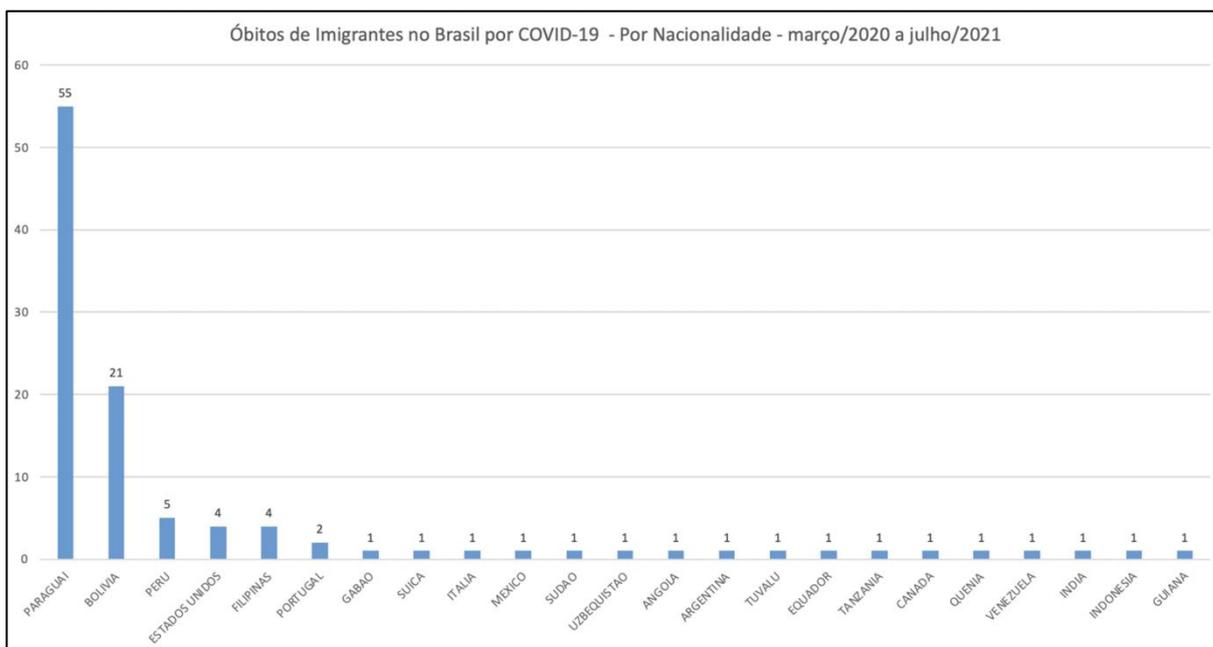


Gráfico 2: Óbitos confirmados por COVID-19 em imigrantes no Brasil por nacionalidade.
 Fonte: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

*Total de óbitos em registros informados país estrangeiros ocorridos no Rio Grande do Sul, com Causa básica B34.2 (Infecç p/coronavirus localiz NE). Por mês e ano.

País Res	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	Total
SUICA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

Fonte: SIM/CGIAE/DASNT/SVS

*Dados extraído da base Oracle em 30/07/2021. Dados são prévios e podem sofrer grandes alterações

Tabela 2 - Óbitos confirmados por COVID-19 em imigrantes no Rio Grande do Sul por nacionalidade.

Fonte: Ministério da Saúde. Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

Percebe-se que o Rio Grande do Sul o número de óbitos é quase inexistente, sendo que em todo o Brasil os dados também indicam um índice baixo. De qualquer forma, podemos observar que os imigrantes paraguaios correspondem ao maior número de óbitos de imigrantes no Brasil, porém tais imigrantes não estão entre os mais infectados.

Além da questão dos óbitos, verificamos também os dados sobre vacinação, de acordo com o Gráfico 03.

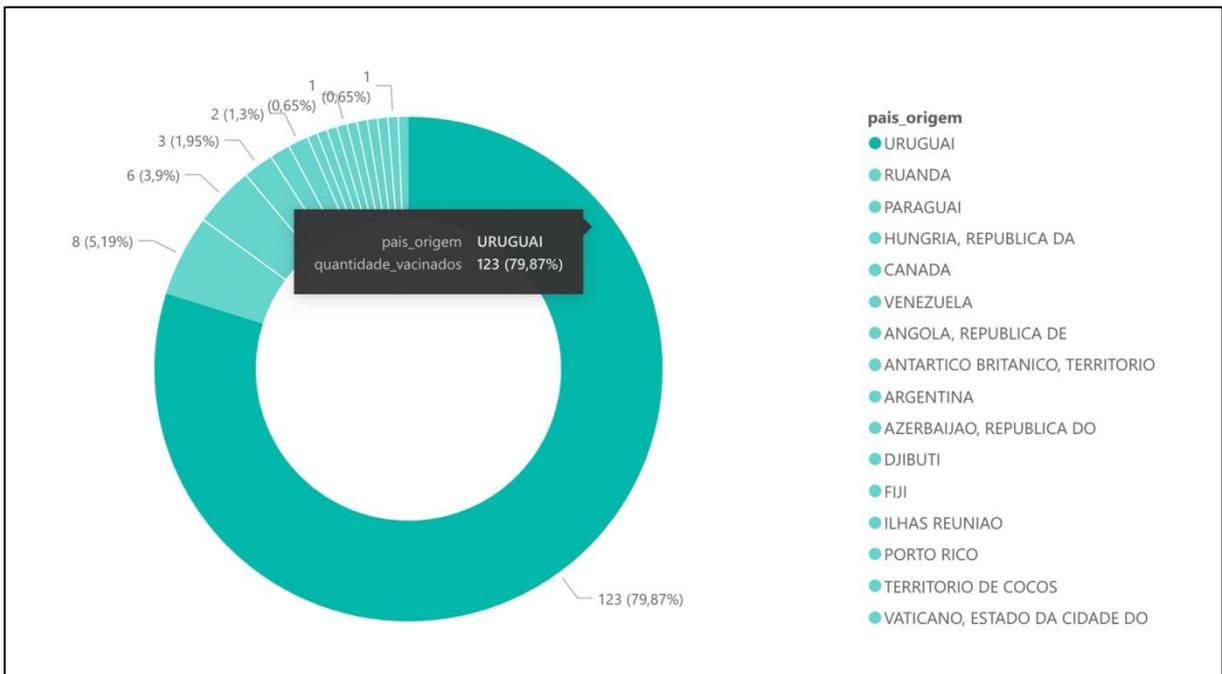


Gráfico 3: Imigrantes vacinados contra COVID-19 no Rio Grande do Sul até julho de 2021.
 Fonte: Ministério das Saúde. Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação.

A partir dos dados preliminares apresentados, podemos verificar algumas tendências. Primeiramente, ressaltamos que o maior número de infectados foi entre os imigrantes transfronteiriços, em especial uruguaios e argentinos. Ademais, também foi possível observar um aumento de casos confirmados de COVID-19 em novos fluxos migratórios, com destaque para venezuelanos e haitianos. Todavia, apesar do número de casos confirmados, os dados preliminares mostram um baixo número de óbitos em imigrantes no Brasil e no RS.

No que concerne à vacinação, verificou-se que o número de imigrantes vacinados ainda é baixo em relação à população brasileira. De qualquer forma, dos imigrantes que foram vacinados, a tendência foi de repetição dos grupos com maior número de casos.

Além de continuar trabalhando na busca e análise dos dados relativos aos casos confirmados de COVID-19 em imigrantes no RS, o projeto também visa:

A) Obter e atualizar os dados sobre a quantidade de migrantes internacionais no Rio Grande do Sul, identificando aqueles são os imigrantes voluntários e os forçados (refugiados e solicitantes de refúgio), a fim de embasar as políticas públicas estaduais e municipais.

B) Propor sugestões de assistência na área de saúde pública para migrantes regulares e irregulares.

C) Propor sugestões de assistência na área socioeconômica para migrantes regulares e irregulares em situação de vulnerabilidade.

D) Identificar meios de regularização dos imigrantes irregulares em situação de vulnerabilidade.

E) Identificar se o Auxílio Emergencial foi acessível a todos os imigrantes e o seu impacto econômico nos municípios de residência.

F) Mensurar a capacidade de mitigação dos efeitos da pandemia em imigrantes no Rio Grande do Sul e a resposta efetiva dos sistemas de saúde do estado.

A partir disso, a próxima seção apresentará a agenda de pesquisa do grupo.

Agenda de pesquisa e considerações parciais

Após a apresentação dos dados preliminares da pesquisa, ressaltamos que ainda faltam diversas etapas a serem concluídas, a fim de cumprir com os objetivos propostos no projeto. Dessa forma, foi organizada a seguinte agenda:

A) Cruzar dados com o SISMIGRA 2020 e 2021;

B) Finalizar o cruzamento de dados com o TI RS COVID-19, banco de dados da Secretaria Estadual da Saúde;

C) Elaborar cartografias por meio do ArcGIS;

D) Realizar limpeza metodológica a partir do Python, Power BI e análises de API;

E) Analisar tendências de comportamento com novas variáveis e variantes;

F) Analisar os aspectos qualitativos relacionados aos impactos socioeconômicos, à xenofobia e às questões legais e de governança migratória.

G) Analisar as possíveis razões da quantidade relativamente baixa de imigrantes vacinados

Os resultados parciais apontam, portanto, desafios tanto nos campos metodológicos e epistemológicos, como na interpretação dos reais impactos da COVID-19 em imigrantes no Rio Grande do Sul, sobretudo nas dimensões econômicas, sociais e sanitárias. Nesse sentido, este primeiro estudo, com resultados preliminares, apresentou as tendências de investigação que serão seguidas nos próximos meses, e que permitirão também que outros pesquisadores possam debruçar sob os diferentes efeitos da pandemia nas populações migrantes, haja vista o ineditismo do tema e a necessidade de compreensão destes impactos por entes públicos e privados.

Referências

- BRIGIDO, Eveline Vieira; UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Efeitos da pandemia da COVID-19 nas migrações internacionais para o Mercosul e a União Europeia: aspectos normativos e cenários políticos. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, n. 27, p. 37-53, maio/ago. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10334/1/bepi_27_efeitos.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.
- CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata**. Porto Alegre: Ideograf, 2016. 273 p.
- ESTEBAN-VASALLO, María D. et al. Pandemic influenza A (H1N1) 2009 in Madrid, Spain: incidence and characteristics in immigrant and native population. **European Journal of Public Health**, Utrecht, v. 6, n. 22, p. 792-796, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckr171>. Acesso em: 13 out. 2021.
- JOHNS HOPKINS UNIVERSITY. **COVID-19 Data Repository by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE)**. Baltimore, MD, 2021. Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus>. Acesso em: 13 out. 2021.
- KRIEGER, Nancy. **Epidemiology and the People's Health: Theory and Context**. Oxford: Oxford University Press, 2011. 381 p.
- PRATI, Gabriele; PIETRANTONI, Luca. Knowledge, Risk Perceptions, and Xenophobic Attitudes: Evidence from Italy During the Ebola Outbreak. **Risk Analysis**, Mclean, Virgínia, v. 36, n. 10, p. 2000-2010, fev. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/risa.12537>. Acesso em: 13 out. 2021.
- SCHOCH-SPANNA, Monica et al. Stigma, Health Disparities, and the 2009 H1N1 Influenza Pandemic: How to Protect Latino Farmworkers in Future Health Emergencies. **Biosecurity and Bioterrorism: Biodefense Strategy, Practice, and Science**, Nova York, v. 8, n. 3, p. 243-254, set. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/bsp.2010.0021>. Acesso em: 13 out. 2021.
- SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Confirmado o primeiro caso de novo coronavírus no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/confirmado-o-primeiro-caso-de-novo-coronavirus-no-rio-grande-do-sul> Acesso em: 13 out. 2021.
- SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Painel Coronavírus RS**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://ti.saude.rs.gov.br/covid19/>. Acesso em: 13 out. 2021.
- UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. Migração venezuelana para o Brasil: considerações geopolíticas e fronteiriças sobre a atuação governamental brasileira. **Aldea Mundo: Revista sobre Fronteras e Integración Regional**, San Cristóbal, Venezuela, v. 24, n. 48, p. 69-80, jul/dez. 2019. Disponível em: <http://erevistas.saber.ula.ve/index.php/aldeamundo/article/view/16159>. Acesso em: 13 out. 2021.
- XIANG, Biao. Hostages of Mobility: transport, securitization and stress during pandemic. In: SIRKECI, Ibrahim; COHEN, Jeffrey H. (ed.). **COVID-19 and Migration: understanding the pandemic and human mobility**. Londres: Transnational Press London, 2020. cap. 3, p. 17-25.

Sobre as organizadoras e o organizador

Maria Medianeira Padoin, Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Associada ao Instituto Histórico de São Leopoldo.

Marluza Marques Harres, Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Associada ao Instituto Histórico de São Leopoldo.

Rodrigo Luis dos Santos, Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor junto ao Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) Campus São Borja. Associado ao Instituto Histórico de São Leopoldo.

Terciane Angela Luchese, Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professora junto à Universidade de Caxias do Sul – UCS. Associada ao Instituto Histórico de São Leopoldo.

Como tema de pesquisa investigado por múltiplos vieses e campos, as migrações podem ser pensadas justamente, entrecruzando-se categorias como classe social, gênero, etnia/raça e geração. Migrantes deixam seu país, ultrapassam fronteiras, confrontam-se, estabelecem contatos e interações entre culturas diferentes, negociam com elas. Língua, tradições, valores, sentimento de pertença e modos de viver são constituídos em processos de adaptação, negociação e mesmo hibridização. Sentir-se estrangeiro, ser visto como o outro na medida em que o deslocamento no espaço é vivido, fluxos que alteram vidas e modos de viver não apenas daqueles que se deslocam, mas também dos espaços e sujeitos que com eles passam a conviver no local de acolhida. O fenômeno migratório é, desse modo, repleto de tensões, estranhamentos e reinvenções. Emigrar/imigrar produz marcas e ressonâncias.



FAPERGS

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul



ISBN 978-65-5974-080-2



9 786559 740802